

Ata n.º 13/2022

do

Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa

No dia 23 de novembro de 2022, com início pelas 15:15, teve lugar reunião plenária do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor Pedro Barbas Homem, coadjuvado pela Professora Maria José Rangel de Mesquita e secretariada pela Professora Madalena Perestrelo de Oliveira.

A reunião seguiu a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior.
2. Informações.
3. Pessoal docente.
4. Abertura de concursos para Professor Associado.
5. Propostas de Doutoramento *honoris causa*.
6. Licenciatura.
7. Mestrados e Doutoramento.
8. Pós-doutoramentos.
9. Agregação.
10. Unidades administrativas técnico científicas.
11. Cooperação.
12. Erasmus e Relações Internacionais.
13. Outros assuntos.

Participaram na reunião os Professores Miguel Teixeira de Sousa, Luís Menezes Leitão, Maria do Rosário Ramalho, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho (a partir das 17h), Ana Paula Dourado, Paulo Sousa Mendes, Sílvia Alves, Pedro Caridade de Freitas, Lourenço Vilhena de Freitas, Elsa Dias Oliveira, João Espírito Santo, Miguel Prata Roque e Mafalda Carmona.

O Professor Dário Moura Vicente foi substituído pela Professora Isabel Alexandre. O Professor Fernando Loureiro Bastos foi substituído pela Professora

A
B



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Catarina Salgado. O Professor Guilherme d'Oliveira Martins foi substituído pelo Professor Renato Gonçalves. A partir das 17h a Professora Elsa Dias Oliveira foi substituída pelo Professor Nuno Pissarra.

Participaram, também, na reunião a Senhora Diretora, Professora Paula Vaz Freire, e a representante dos Assistentes, Dr.^a Filipa Caldas. No ponto 10 da Ordem de Trabalhos estiveram presentes o Professor Januário da Costa Gomes e Pedro Romano Martinez.

1. Ponto 1 da Ordem de Trabalhos (Aprovação das atas das reuniões anteriores)

As Atas n.º 11/2022 e 12/2022 do Conselho Científico, correspondentes, respetivamente, à reunião extraordinária de dia 26 de outubro de 2022 e à reunião plenária de dia 2 de novembro de 2022, foram aprovadas com o voto favorável dos Professores que estiveram presentes nessas reuniões.

2. Ponto 2 da Ordem de Trabalhos (Informações)

2.1. A Diretora tomou a palavra para informar o Conselho que a cerimónia de inauguração da ampliação da biblioteca irá ocorrer no dia 15 de dezembro, pelas 15h, com a presença do Senhor Presidente da República. No espaço onde decorrerá o evento estarão patentes duas exposições, uma com as obras do Professor Oliveira Ascensão e outra com as obras do Professor Paulo Pitta e Cunha. A Diretora salientou a extrema relevância desta inauguração para a vida da Faculdade. Informou, ainda, que a ampliação da biblioteca contará com duas salas de leitura: a primeira inicia o seu funcionamento imediatamente após a inauguração, ao passo que a segunda aguarda mobiliário, que se encontra dependente da conclusão de concurso público. Em qualquer caso, o edifício começará a ser utilizado imediatamente após a inauguração, o que permitirá identificar qualquer problema eventualmente existente no edifício e que mereça ser corrigido.

A Diretora dirigiu uma palavra particular de agradecimento ao Professor Miguel Teixeira de Sousa, salientando o grande empenho do Professor neste processo.

2.2. A Diretora fez um ponto da situação sobre os problemas de assédio suscitados em março e abril deste ano:

- (i) A 18 de março foi criado um canal de denúncias, que recebeu dez queixas, três das quais deram origem a processos de inquérito. Das restantes, duas queixas tinham natureza pedagógica e as cinco remanescentes diziam respeito aos serviços ou a factos absolutamente prescritos ou sem relevância.
- (ii) Aos três processos de inquérito acresceu outro, com base numa reportagem televisiva.
- (iii) O único processo que ainda estava em curso já se encontra terminado. Três processos de inquérito foram arquivados: dois deles porque não foi possível aprofundar a factualidade invocada, designadamente quanto à sua extensão temporal, na medida em que a queixa remetia para factos ocorridos há mais de um ano. Nos restantes processos de inquérito foi demonstrado que os factos já tinham ocorrido há mais de um ano e, por isso, foram arquivados com fundamento em prescrição.
- (iv) A Faculdade não pode divulgar os envolvidos nos processos de inquérito, na medida em que essa divulgação seria contraditória com a natureza secreta destes procedimentos e com a tutela dos direitos dos envolvidos.
- (v) A 22 de maio foi criado o Gabinete de Apoio à Vítima, uma estrutura independente através da qual profissionais independentes e idóneos disponibilizam apoio psicológico a quem dele necessite. Contudo, desde esse momento apenas foi desencadeado um contacto com o jurista designado, que, por ser de natureza pedagógica, foi remetido para os órgãos próprios da Faculdade. O Gabinete continua em funcionamento e ao dispor de qualquer estudante, docente ou funcionário. As estruturas criadas com a colaboração da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Psicólogos continuam igualmente ao dispor da comunidade académica.

h
8



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2.3. A Diretora informou que foi recentemente publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/22 que procede à definição de medidas preventivas que permitam fazer face à atual situação e a eventuais disrupções futuras, tendo sempre em vista a garantia da segurança do abastecimento de energia. Esta Resolução impõe limites ao consumo energético e um conjunto de medidas que as entidades públicas têm de adotar. Na sequência destas medidas, a Faculdade tem de fazer alguns ajustes, nomeadamente em termos de iluminação. A Diretora endereçou a todos um pedido de poupança do máximo de energia possível. Salientou que existem também limites impostos relativamente aos ares condicionados, sendo que a Direção já se encontra com a equipa técnica de manutenção a tomar medidas centralizadas com vista à otimização destes recursos.

2.4. De seguida, o Presidente do Conselho Científico tomou a palavra para felicitar, em nome do Conselho, a ampliação da Biblioteca e para assinalar que a família do Professor José de Oliveira Ascensão e do Professor Paulo de Pitta e Cunha foram convidados para estarem presentes na inauguração da ampliação da biblioteca.

2.5. Na sequência da pergunta da Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, o Professor Miguel Teixeira de Sousa esclareceu que a biblioteca tem um espaço muito amplo de armazém.

2.6. Perante a hipótese de doações integrais de bibliotecas privadas de Professores, o Professor Paulo Sousa Mendes questionou se está pensada a manutenção na íntegra dessas bibliotecas, à semelhança do que acontece noutras bibliotecas. Notou a importância dessa manutenção integral, na medida em que as bibliotecas dos Autores são o raio-x da sua vida intelectual. Sugeriu que fosse feita a indicação, como acontece na Biblioteca Nacional e na Faculdade de Letras, por exemplo, dos nomes de quem fez as doações. O Professor Miguel Teixeira de Sousa esclareceu que nos livros doados já é possível encontrar a indicação da doação, o seu autor e data da doação. O Professor Miguel Teixeira de Sousa concordou que é

salutar a ideia de manter a biblioteca integral, desde que a pedido do doador.

Adicionalmente, o Professor Paulo Sousa Mendes sugeriu a elaboração de um catálogo da doação, bem como a criação de um formulário para a celebração de um protocolo negociado com os familiares ou com os próprios doadores. Assim é possível gerar vontade de doar às Bibliotecas, o que depende da existência de garantias de perenidade e de que os livros não ficarão dispersos. Essas garantias dependem da sua formalização. Uma solução será a de existir um estatuto para a biblioteca em que seja prevista a manutenção integral das bibliotecas doadas.

2.7. O Professor Miguel Teixeira de Sousa informou o Conselho da homologação do último concurso para recrutamento de dois Professores Auxiliares para o Grupo de Ciência Jurídicas, tendo sido colocados a Professora Madalena Perestrelo de Oliveira e o Professor Alaor Leite. O Presidente do Conselho Científico, em nome do Conselho, desejou felicidades a ambos.

3. Ponto 3 da Ordem de Trabalhos (Pessoal docente)

3.1. O Conselho Científico deu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções docentes da Dr.^a Mariana Melo Egídio, no ano letivo 2022/2023, com as de consultora principal do Centro de Competências Jurídicas do Estado (JurisAPP), desde que não haja prejuízo para o serviço docente da Faculdade.

3.2. Foi dado conhecimento do pedido de licença sem remuneração apresentado pelo Professor João Espírito Santo para o período de 11 de setembro de 2023 a 31 de janeiro de 2024, em relação ao qual o Conselho Científico se pronunciou favoravelmente. O Professor João Espírito Santo não esteve presente no momento da votação.

3.3. O Conselho designou os Professores Miguel Teixeira de Sousa e Luís Menezes Leitão para constituírem o júri encarregado da apreciação do *curriculum vitae* e do relatório da Professora Auxiliar Sofia Henriques, do Grupo de Ciências Jurídicas, relativos à nomeação definitiva.

h
B

3.4. Foi apreciado o pedido de manutenção do contrato por tempo indeterminado, apresentado pelo Professor Tiago Soares da Fonseca, nos termos do artigo 25.º do ECDU e 6.º e 7.º do Regulamento relativo ao regime de vinculação e avaliação da atividade desenvolvida durante o período experimental por professores catedráticos, associados e auxiliares da Universidade de Lisboa. Atento o parecer favorável à nomeação definitiva emitido pelos Professores Miguel Teixeira de Sousa e Pedro de Albuquerque e o desempenho científico, académico e pedagógico do Professor Tiago Soares da Fonseca, a manutenção do contrato por tempo indeterminado foi votada favoravelmente por cada um dos Conselheiros presentes com direito de voto.

3.5. O Conselho Científico aprovou, por unanimidade, a proposta de contratação do Doutor Ulisses Gagliano, cujo *curriculum vitae* constitui o Anexo 1 à presente ata, como Professor Auxiliar Convidado da Faculdade. Nos termos do disposto nos artigos 5.º e 9.º do Regulamento Geral de Contratação do Pessoal Docente Especialmente Contratado da Universidade de Lisboa, a proposta de convite foi apresentada pelos Professores Pedro Caridade de Freitas e Susana Videira, cujo parecer constitui o Anexo 2 à presente ata. A Diretora manifestou a sua concordância com a mesma.

3.6. O Conselho Científico aprovou, por unanimidade, a proposta de contratação do Doutor Jorge Silva Sampaio como Professor Auxiliar Convidado da Faculdade. Nos termos do disposto nos artigos 5.º e 9.º do Regulamento Geral de Contratação do Pessoal Docente Especialmente Contratado da Universidade de Lisboa, a proposta de convite foi apresentada pelos Professores Maria João Estorninho e Vasco Pereira da Silva, cujo parecer, proferido oralmente, realçou o excelente currículo do Doutor Silva Sampaio (que constitui o Anexo 3 à presente ata), nomeadamente: o facto de ser mestre pela FDUL, com a classificação de 18 valores e de ter completado em 2022 o seu doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas, também na nossa Faculdade, tendo sido aprovado com distinção e louvor;

a qualidade das suas publicações científicas, algumas das quais em editoras de referência no estrangeiro; e o facto de, ao longo dos últimos dez anos, ter prestado serviço docente como Assistente convidado nas disciplinas de Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Ciência Política, Justiça Constitucional e Introdução ao Estudo do Direito. O Presidente do Conselho salientou o brilhantismo das provas de doutoramento do Doutor Jorge Silva Sampaio e manifestou a concordância com a proposta formulada. A Diretora manifestou a sua concordância com a proposta.

4. Ponto 4 da Ordem de Trabalhos (abertura de concursos para Professor Associado)

O Presidente do Conselho Científico informou o Conselho Científico que serão abertos concursos para Professor Associado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro, que aprova o regime de concursos internos de promoção a categorias intermédias e de topo das carreiras docentes do ensino superior e da carreira de investigação científica. De acordo com o diploma, sendo aprovado um edital de concurso, sobre ele devem recair pareceres de personalidades externas. Por isso, a minuta de edital, constante do Anexo 4, é submetida ao Conselho, de forma a habilitar o Presidente do Conselho Científico a pedir pareceres externos e para que a Diretora possa iniciar os procedimentos administrativos e financeiros necessários para a abertura do concurso. Pretende-se que na próxima reunião do Conselho Científico sejam aprovadas as propostas de constituição de júri em cada uma das áreas e a indicação das vagas que serão abertas para cada Grupo Científico. O Presidente do Conselho Científico informou, ainda, que serão abertas 3 vagas para o Grupo de Ciências Jurídicas, 2 vagas para o Grupo de Ciências Jurídico-Políticas e 1 vaga para o Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas. Por fim, o Presidente do Conselho Científico notou que o edital proposto replica os editais recentemente utilizados em concursos para Professor Associado, tendo em vista assegurar a máxima transparência e lealdade no procedimento.

Seguiu-se troca de impressões entre o Professor Paulo Sousa Mendes e o Presidente do Conselho Científico relativamente à ponderação atribuída à

11



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

participação em júris, em especial com funções de arguição, notando que a forma como o edital é desenhado pode ter efeitos sobre os incentivos para a participação de docentes em provas académicas. O Professor Paulo Sousa Mendes notou que esta pode ser uma questão estratégica para a Faculdade, tendo o Presidente do Conselho Científico respondido que em próximos concursos da carreira docente se devem repensar as ponderações e itens valorizados nos editais, mas não para estes concursos que vêm na sequência de quatro concursos abertos no corrente ano.

O edital constante do Anexo 4 foi aprovado por unanimidade pelos Professores Catedráticos e Associados presentes. Os Professores Auxiliares não estiveram presentes na votação.

5. Ponto 5 da Ordem de Trabalhos (Proposta de Doutoramento *honoris causa*)

5.1. Em nome do Grupo de Ciências Jurídicas, o Professor Miguel Teixeira de Sousa apresentou a proposta do Grupo, constante do Anexo 5, de concessão do título de Doutor *honoris causa* pela Universidade de Lisboa a Burkhard Hess e apresentou o *curriculum vitae* de Hess, constante do Anexo 6. A proposta foi aprovada por unanimidade.

5.2. O Professor Vasco Pereira da Silva apresentou a proposta, deliberada pelo Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, de concessão do título de Doutor *honoris causa* pela Universidade de Lisboa a Axel Kämmerer, constante do Anexo 7, e apresentou o *curriculum vitae* de Kämmerer, constante do Anexo 8. A proposta foi aprovada por unanimidade.

5.3. O Presidente do Conselho Científico apresentou, em nome do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas, a proposta, constante do Anexo 9, de concessão do título de Doutor *honoris causa* pela Universidade de Lisboa a Jean-Louis Halpérin, tendo apresentado ao Conselho o *curriculum vitae* de Halpérin, constante do Anexo 10. A proposta foi aprovada por unanimidade.

6. Ponto 6 da Ordem de Trabalhos (Distribuição de serviço docente)

6.1. Foi aprovada, por unanimidade, a distribuição de serviço docente do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas, que foi ajustada em função de factos supervenientes (Anexo 11).

6.2. O Professor Miguel Teixeira de Sousa informou o Conselho sobre a contratação de um assistente convidado para o Grupo de Ciências Jurídicas, de forma a suprir a falta de um assistente convidado que se encontra de licença de paternidade.

7. Ponto 7 da Ordem de Trabalhos (Mestrados e Doutoramentos)

7.1. Na sequência das propostas formuladas pela Professora Ana Paula Dourado, os pedidos de acesso à segunda fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica constante do Anexo 12 foram aprovados, por unanimidade.

7.2. A alteração do júri de Doutoramento em Ciências Jurídico-Criminais de Maria de Fátima Rocha foi aprovada por unanimidade nos termos que constam do Anexo 13.

7.3. A alteração do júri de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (especialidade em Direito Penal e Ciências Criminais) de Henrique Porpino foi aprovada por unanimidade nos termos que constam do Anexo 14.

7.4. O Professor Miguel Prata Roque notou a necessidade de ser garantido equilíbrio relativamente às designações para integrar júris de provas de Mestrado e Doutoramento, em particular em relação aos Professores que ainda estão em fase de progressão na carreira. Avançou a possibilidade de se recorrer a estatísticas e tecnologia para ajudar nessa tarefa. Apelou, ainda, à reflexão sobre a possibilidade de se deliberar eletronicamente a constituição de júris. Quanto ao primeiro ponto, a Professora Maria José Rangel de Mesquita notou que as preocupações de equidade

u
P



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

devem orientar a proposta de composição de júris, que é feita por cada Grupo Científico. Quanto ao segundo ponto, o Presidente do Conselho Científico salientou as vantagens da discussão presencial, notando, porém, que, juntamente com a CEPG, está a ser pensada uma forma de agilizar o processo de organização das provas. Relativamente às questões relacionadas com a designação do orientador, escolha do tema da dissertação e da tese e sua justificação são competências do Conselho e muito relevantes na definição da política científica da Faculdade.

7.5. Seguiu-se troca de impressões entre os Professores Miguel Prata Roque, Paulo Sousa Mendes e Maria José Rangel de Mesquita sobre o facto de haver membros de júris que não são Professores da Universidade de Lisboa, sobre a conformidade dessa opção com o Regulamento e a escassez de pessoal docente na especialidade de jurídico-criminais.

7.6. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho e o Presidente do Conselho Científico trocaram impressões sobre a possibilidade e conveniência de docentes em licença sabática participarem em júris de Mestrado e Doutoramento. O Professor Paulo Sousa Mendes notou que os Professores Rui Soares Pereira e Teresa Quintela de Brito, apesar de se encontrarem em licença sabática, têm assegurado a participação nas provas em que são orientadores.

7.7. O júri de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade em Direito Penal) de Nuno Poiars foi aprovado por unanimidade, nos termos que constam do Anexo 15.

7.8. O júri de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (especialidade em Direito Financeiro e Económico Global) de João Peixoto foi aprovado, por unanimidade, nos termos que constam do Anexo 16.

7.9. As alterações de júris de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica e de Mestrados em Direito e Prática Jurídica constantes do Anexo 17 foram aprovadas

por unanimidade.

7.10. Os requerimentos de alteração de tema constantes do Anexo 18 foram aprovados por unanimidade.

7.11. O Professor Paulo Sousa Mendes informou o Conselho Científico sobre as admissões à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Gestão e que constam do Anexo 19.

7.12. Os pedidos de admissão à 2.ª fase de Doutoramento constantes dos Anexos 20, 21 e 22 foram aprovados por unanimidade.

8. Ponto 8 da Ordem de Trabalhos (Pós-doutoramentos)

O júri de Pós-Doutoramento de Cláudio Castro foi aprovado, por unanimidade, nos termos que constam do Anexo 23.

9. Ponto 10 da Ordem de Trabalhos (Unidades administrativas técnico científicas)

9.1. O Presidente do Conselho Científico felicitou, em nome do Conselho, o Professor Januário da Costa Gomes pelo dinamismo imprimido à RFDUL.

9.2. O Professor Januário da Costa Gomes tomou a palavra para fazer um ponto da situação sobre a RFDUL. Desde o início que assumiu o propósito de tirar a Revista do estado menos positivo em que estava, o que passou por renovar o aspeto gráfico da Revista, incluindo o seu símbolo e o papel utilizado. Foi também alterado o conteúdo, passando a existir diversas secções, móveis e podem variar entre números da Revista. Notou que a renovação da Revista tem merecido um acolhimento francamente positivo por parte da Escola, enfatizando que a RFDUL tem contado com estudos de Professores de vários graus académicos e apostado no envolvimento dos membros da comissão científica, que têm enviado contributos muito interessantes. Louvou, ainda, o envolvimento ativo dos membros da comissão de redação.

9
B

O Professor Januário da Costa Gomes notou que uma das inovações em que a Revista apostou foi na introdução de número temáticos (até agora, a Revista já contou com números sobre Covid-19 e Direito, Vulnerabilidades e Direito e ainda Tecnologia e Direito). Está em preparação um número especial de homenagem ao Professor José de Oliveira Ascensão, que tem merecido muita adesão. Outra aposta da Revista tem sido a de introduzir estudos de nomes fortes da cultura, mas de áreas não jurídicas. Nesse contexto, a RFDUL já contou, por exemplo, com o contributo de Tolentino Mendonça e de José Barata Moura.

Tem-se notado um aumento exponencial de propostas de estudos, o que tem levado a um volume de trabalho bastante intenso. Alguns textos são recusados e outros convidados a reformular. Vigora um sistema de *peer review* interno para os autores doutorados pela Universidade de Lisboa e externo para os demais. No atual estado de coisas, considerou-se que não funcionaria um sistema de *double peer review* externo.

Está em curso o trabalho de digitalização e colocação online dos números anteriores da RFDUL, o que tem sido feito do número mais recente para o mais antigo. Este trabalho está a ser feito em articulação com a Biblioteca da Faculdade, para serem colocados no repositório da Universidade de Lisboa. O Professor Januário da Costa Gomes estima que até ao final do primeiro trimestre de 2023 estará terminada esta tarefa, mas em termos em que se garanta que os textos digitalizados não podem ser objeto de *copy paste*. A fase seguinte será a da indexação.

9.3. O Professor Paulo Sousa Mendes questionou sobre a colocação física da RFDUL em bibliotecas nacionais e estrangeiras e se seria possível a divulgação dos artigos em plataformas como a SSRN. O Professor Januário Costa Gomes informou que, quanto à disponibilização física, a Revista conta muito com a disponibilidade da biblioteca no âmbito do intercâmbio. Quanto a outras formas de disponibilização digital, considera que corresponderá a uma eventual próxima fase. Neste momento ainda está a ser consolidada a solução implementada, que tem merecido adesão dentro e fora da Escola. A fase seguinte será procurar a melhor forma de otimizar a

sua divulgação.

9.4. O Professor Pedro Romano Martinez tomou a palavra para informar o Conselho sobre a Imprensa da Faculdade. Trata-se de uma editora da Faculdade, criada em 2020, que tem como finalidade editar textos científicos sem intenção lucrativa. Existe uma Comissão – composta pela Diretora e pelos Professores Pedro Romano Martinez, Sílvia Alves e Miguel Raimundo – que seleciona os textos para publicação. A editora começou com a publicação de um texto clássico (*O dever de prestar e o dever de indemnizar*, de Gomes da Silva) e estão preparadas para sair mais 3 obras clássicas (de Raúl Ventura, de Rocha Saraiva e de João Pinto da Costa Leite [Lumbrales]). Para além destas obras clássicas, foram publicados manuais em diversas áreas e também teses de doutoramento. Notou que existe a hipótese – que ainda está a ser ponderada – de os livros serem disponibilizados em e-book.

Questionado pelo Professor Paulo Sousa Mendes, o Professor Pedro Romano Martinez esclareceu que, em termos de distribuição, a Imprensa FDUL inicialmente se associou com a AAFDL, mas que, em 2022, implementou a loja online, pelo que todos os livros são facilmente acessíveis.

Na sequência de interpelação do Presidente do Conselho, o Professor Pedro Romano Martinez esclareceu que quem queira publicar a sua tese de doutoramento com a Imprensa FDUL deverá contactar a comissão desta editora.

9.5. O Professor Miguel Prata Roque partilhou com o Conselho as atividades a desenvolver pela Comissão para a Internacionalização da Produção Científica. Começou por informar que a Comissão apenas ficou definitivamente constituída em julho de 2022. A Comissão irá tentar recuperar os relatórios anuais de internacionalização, incluindo o de 2020 que não foi elaborado porque estávamos em período de pandemia. A Comissão pretende dialogar com os Centros de Investigação para perceber se no próximo ano é possível preencher o relatório em articulação com os Centros.

O Professor Miguel Prata Roque informou que irá divulgar um processo de candidatura para apoio a tradução de textos científicos, aberto até dia 16 de

5
D



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

dezembro, de forma a que seja autorizado o cabimento orçamental e a realização da despesa até ao final do ano. Pediu, ainda, à Diretora que os orçamentos futuros aumentem a verba destinada a revisões e traduções de textos científicos.

O Professor Miguel Prata Roque afirmou que vai procurar e reunir todos os dados sobre revistas que funcionam em sistema de *peer review*, para posteriormente divulgar entre os docentes. A Professora Ana Paula Dourado notou que existe um índice internacional com classificação das revistas que funcionam com *peer review*.

10. Ponto 11 da Ordem de Trabalhos (Cooperação)

A Professora Catarina Salgado informou o Conselho que o Instituto da Cooperação Jurídica se encontra a negociar com a Faculdade Agostinho Neto um programa de curso de Doutoramento em Direito, com especialidade em Direito Público e em Direito Privado, com disciplinas obrigatórias mais genéricas e outras mais específicas alternativas em função das especialidades. Logo que a negociação esteja fechada, o Instituto procurará integrar Professores de todos os Grupos da Faculdade para participarem neste curso.

11. Ponto 12 da Ordem de Trabalhos (Erasmus e Relações Internacionais)

O Professor Vasco Pereira da Silva apresentou o Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais, referente ao ano letivo 2021/2022, constante do Anexo 24 e que foi previamente distribuído aos Conselheiros. O relatório procura ser detalhado e falar de todas as atividades desenvolvidas pelo Gabinete.

O Professor Vasco Pereira da Silva informou que este ano o Gabinete está a retomar a atividade internacional e está a atingir o mesmo nível existente antes da pandemia. Houve um ligeiro decréscimo com a pandemia, mas, mesmo assim, a nível europeu, a FDUL foi das poucas Faculdades que conseguiu manter o programa Erasmus. Neste momento está a ser recuperada a realidade dos anos passados e verifica-se uma tendência de crescimento para o segundo semestre.

Outro aspeto curioso prende-se com o aumento de estudantes portugueses a irem ao estrangeiro, sendo que, até agora, o aumento era sempre na entrada de estudantes estrangeiros. Atualmente, verifica-se um aumento, em termos relativos, de estudantes que desejam ir para o estrangeiro.

No domínio da deslocação de docentes há, ainda, margem para melhorar. O Professor Vasco Pereira da Silva notou que a UE tem um financiamento próprio para estadias de curta duração para professores portugueses que desejem ir ao estrangeiro para frequentar cursos ou conferências de, pelo menos, dois dias. O Professor notou a importância de se utilizar o financiamento porque este é atribuído à Reitoria, que depois o distribui pelas Faculdades, em função da sua utilização. Por isso, o Professor Vasco Pereira da Silva instou os Professores a, quando tiverem convites para irem ao estrangeiro, pedirem financiamento ao Gabinete Erasmus. As Faculdades que têm mais bolsas são aquelas que têm mais Professores a deslocar-se ao estrangeiro.

Em contrapartida, caso se organizem iniciativas internacionais é possível fazer cartas convite e os Professores receberem bolsas das suas Faculdades. É algo que não tem custos para a Faculdade, mas que permite trazer Professores estrangeiros a Portugal. Algumas Universidades, como, por exemplo, a de Estocolmo, organiza cursos de Verão e pede aos Professores estrangeiros que se candidatem para receber uma bolsa.

A FDUL está integrada nos grupos internacionais mais importantes: o Elpis, o Rotterdam Law Network, mas também em outras associações, como a Associação das Faculdades de Direito da Europa, de que somos membros fundadores. Isto é mérito do esforço coletivo de todos os que fazem parte do Gabinete.

O Professor Vasco Pereira da Silva informou o Conselho sobre a presença na Faculdade de vários Professores estrangeiros em colóquio internacional organizado em colaboração com o Gabinete Erasmus. Durante os primeiros meses deste ano não houve muitos cursos intensivos, mas agora estão a ocorrer cerca de 3 por semana.

Por fim, o Professor Vasco Pereira da Silva recordou que a conferência sobre o futuro da UE vai ocorrer na Faculdade, a 20 de janeiro, e convidou todos os Professores a estarem presentes. É uma conferência organizada no quadro de um

financiamento europeu para um grupo chamado EuroCons, um grupo de constitucionalistas europeus, basicamente italiano e espanhol, com a FDUL e com Universidades francesas e alemãs. Este grupo associou-se às cátedras *Jean Monnet* e tem-se debruçado, nos últimos anos, sobre a temática do futuro da UE. A sessão de encerramento realiza-se em Lisboa. Veem vários Professores de Granada, alguns Professores italianos, pelo menos um Professor alemão e também Professores espanhóis. Vai ser uma conferência que dura todo o dia, destinada a estudar o futuro da UE. A data da conferência foi sugerida pelo Presidente da República, que se quis associar à iniciativa. O Professor Vasco Pereira da Silva salientou que este vai ser um acontecimento importante para a Faculdade.

12. Encerramento

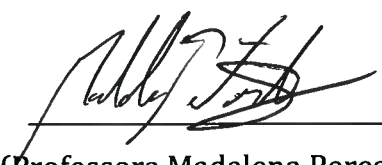
O Presidente do Conselho Científico deu por encerrada a sessão pelas 18:40.

O Presidente do Conselho Científico



(Professor Pedro Barbas Homem)

A Secretária do Conselho Científico



(Professora Madalena Perestrelo de Oliveira)

L
A

ULISSES DE ARAÚJO GAGLIANO

Data de nascimento: 16/11/1978

Morada: Rua do Alecrim n.º 1 2765-061, Estoril

E-mail: uagagliano@hotmail.com

Telefone: +351 926764695



Sumário Executivo: Licenciado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil (2004). Mestre em Direito Regulatório e Concorrencial pela Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, Brasil (2007). Mestre em Direito Comercial e Societário (LL.M.) pela University of New South Wales, Sydney, Austrália (2011). Professor Assistente da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (2008). Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Cândido Mendes (2007 – 2010). Tutor na disciplina “História do Pensamento Jurídico”, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – FDUL (2018-2019). Assistente Convidado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2019-2022). Doutor em Ciências Histórico-Jurídicas pelas Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – FDUL (2022). Advogado nas áreas de Direito Regulatório, Administrativo, Comercial e Contratual.

I.

FORMAÇÃO ACADÉMICA

Licenciatura em Direito – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. 2004. Trabalho final de curso “o controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos municipais”. Nota final 7.5 (de 10 valores máximos)

Mestrado em Direito (Area de concentração em Direito Regulatório e Concorrencial) – Faculdade de Direito da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, Brasil. 2007. Dissertação “Análise Jurídica do Controle dos Atos de Concentração e Acordos Horizontais no Sistema Financeiro Nacional”. Orientador Senhor Professor Doutor João Marcelo de Lima Assafim. Classificação final 9.5 (de 10 valores máximos).

LL.M. in Corporate and Commercial Law. University of New South Wales Law School – UNSW. Sydney, Austrália. 2010. Nota final 6.5 (de 9 valores máximos)

Trabalhos monográficos submetidos, por disciplina:

- (i) “*Possible Advantages of Deposit Insurance for Australian Bank Depositors Under a Regulatory Competition Approach*”- (Banking and Finance Law).
- (ii) “*Chairman and Executive Directors’ statutory responsibility: a comparative analysis of Australian and Brazilian Laws*” - (Corporate Governance).

- M
P
- (iii) *“Insolvency Law Principles addressed by the Harmer Report considerations over the laws and practices covered in the reading on Comparative Insolvency Law and Cross Border Insolvency”* (Corporate Insolvency).
 - (iv) Análise do caso *“ACCC v Boral ltd (2001) FCA 30 (Full Federal Court) Boral v ACCC [2003] HCA 5 (High Court)”*. (Global Issues in Competition Law).
 - (v) *“Similarities and differences between the disclosure regimes of Australian and Brazilian Security Markets, specifically in regard to product disclosure requirements for interests in a managed investment scheme (ASIC Regulatory Guide 178 (Foreign collective investment schemes) and related Class Orders [CO 04/526] and [CO 98/55])”* (Securities and Financial Markets Regulations).
 - (vi) *Take home exam* – (Advanced Debt Capital Market and Securitisation).
 - (vii) *Exam (approved with distinction)* – (Australian Legal System).

Doutoramento em Direito. (Ciências Histórico-Jurídicas). Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – FDUL. Lisboa. 2022. Tese: “A Dialética do Século XVI como Método de Racionalização do Direito na Segunda Escolástica”. Orientadora Senhora Professora Doutora Susana Antas Videira Branco. Aprovado com distinção, por unanimidade.

II.

ATIVIDADES ACADÉMICAS

Professor Auxiliar - Faculdade de Direito da Universidade Cândido Mendes (2007 – 2010). (Contratação efetiva por prazo indeterminado).

Disciplinas lecionadas:

- Títulos de Crédito
- Introdução ao Direito
- Direito Empresarial I
- Direito Empresarial II
- Direito Empresarial III

Professor Substituto - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) durante o ano de 2008. (Contrato a termo certo).

Disciplinas lecionadas:

- Títulos de Crédito (Warrant e Conhecimento de Depósito), e
- Contratos Comerciais (Representação, Agência, Distribuição e Franquia).

L
P

Tutor na disciplina “História do Pensamento Jurídico” - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – FDUL (2018-2019), sob a regência da Senhora Professora Doutora Isabel Graes.

Assistente Convidado - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2019-2022). (contrato a termo certo).

Disciplinas lecionadas (por semestre):

2019/2020 – Segundo Semestre:

- História do Direito Português
- Sociologia do Direito

2020/2021 – Segundo Semestre:

- História do Direito Português

2021/2022 – Primeiro Semestre:

- Direito Romano

2021/2022 – Segundo Semestre:

- História das Ideias Políticas

2022/2023 - Primeiro Semestre:

- Direito Romano

2022/2023 – Segundo Semestre:

- História do Direito Português
- Filosofia do Direito

III.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Capítulos em Livros

- GAGLIANO, U. A.: “Breves Notas Sobre o Acto do Súbdito e o Acto do Príncipe (em Francisco Suárez) Sob a Perspectiva da Teoria da Suposição de Pedro Margalho”. Actas do Congresso Internacional Suárez em Lisboa 1617 – 2017. Teoria e História do Direito (THD-Lisboa), 2018, Lisboa, Portugal.
- GAGLIANO, U. A.: “Estudo de Caso – Responsabilidade Civil do Banco Central do Brasil por Omissão Específica”. In Temas de Responsabilidade Civil Empresarial e da Administração Pública II ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris (2007).

Outras Produções

- GAGLIANO, U. A. Análise Jurídica do Controle Concorrencial dos Atos de Concentração no Sistema Financeiro Nacional. Dissertação de Mestrado

u
D

Acadêmico elaborada para obtenção do grau de Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

- GAGLIANO, U. A. A Dialética do Século XVI como Método de Racionalização do Direito na Segunda Escolástica. Tese elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Histórico Jurídicas pela Faculdade de Direito de Lisboa.

IV.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E SEMINÁRIOS:

- GAGLIANO, U. A.: Razão sem Lógica? Os limites interpretativos da Lei da Boa Razão. Apresentação ministrada no Congresso Internacional “A Lei da Boa Razão de 18 de Agosto de 1769 – 250 anos depois. Palácio Marquês de Pombal, Oeiras, 18 de outubro de 2019. Promovido pelo Centro de Investigação da ULISBOA Teoria e História do Direito (THD-Lisboa), 2019, Lisboa, Portugal.
- GAGLIANO, U. A.: “Breves Notas sobre o Acto do Súbdito e o Acto do Príncipe (em Francisco Suárez) sob a perspectiva da Teoria da Suposição de Pedro Margalho.” Congresso Internacional Suárez em Lisboa 1617 – 2017 (4-6 de dezembro de 2017. Promovido pelo Centro de Investigação da ULISBOA Teoria e História do Direito (THD-Lisboa), 2017, Lisboa, Portugal.
- GAGLIANO, U. A. Seminários de Políticas Metropolitanas – ferramentas legais para Parcerias Público-Privadas (2012). (Seminário) referências adicionais: Brasil/Português. Home page: <http://metroplanrs.wordpress.com/2012/11/13/seminario-de-politicas-metropolitanas-e-promovido-pela-metroplan/>; Porto Alegre, Brasil. *Seminário de Políticas Metropolitanas*; promovido pelo Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Entrevistas

- GAGLIANO, U. A., 2013. (Rádio CBN, “Como uma parceria pública privada funciona”). Referências adicionais: Brasil/Português. Disponível em (último acesso em dezembro 2013): https://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/02/cbn_vitoria/entrevistas/1407710-entenda-o-funcionamento-das-parcerias-entre-empresas-publico-privadas.html

Artigos em revistas



- GAGLIANO, U. A.: The Brazilian Open Banking, the European PSD2 Directive & Competition in The Brazilian Payment Services Market The Brazilian Open Banking, the European PSD2 Directive & Competition In The Brazilian Payment Services Market. Revista Científica sobre Cyberlaw do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço – CIJIC – da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Edição N.º X – Setembro de 2020. Disponível em: https://www.cijic.org/wp-content/uploads/2020/10/7_The-brazilian-open-banking-the-european-psd2-and-competition-in-the-brazilian-payment-services.pdf
- GAGLIANO, U. A., Lexis Nexis. Internet, 2013. “Cross-border Foreign Collective Investment Schemes - a comparative study on Brazil-Australia systems”. Additional reference: Brazil/Portuguese. Home Page: http://www.martindale.com/international-law/article_Nelson-Wilians-Advogados-Associados_1836368.htm
- GAGLIANO, U. A., Latin Infrastructure Quarterly. United States of America, p.52 - 58, 2013. “New Regulation for Construction Financing and Engineering Projects in Brazil”. Additional references: United States/English. Dissemination: Printed. Home page: <http://pt.slideshare.net/patricioabal/latin-infrastructure-quarterly-issue-7?related=1>
- GAGLIANO, U. A. Lexis Nexis. Internet, 2013. “New Regulation for Construction Financing and Engineering Projects in Brazil” Additional references: Brazil/English. Meio de divulgação: Meio digital. Home Page: http://www.martindale.com/construction/article_Nelson-Wilians-Advogados-Associados_1836210.htm
- GAGLIANO, U. A., Latin America Infrastructure Quarterly. Estados Unidos da America, p.22 - 23, 2013. “Private Sector Engagement and the Brazilian Myth of Fast Paced Growth”. Additional references: United States/English. Dissemination: Various. Home page: <http://pt.slideshare.net/patricioabal/latin-infrastructure-quarterly-issue-6?related=2>

Experiência Profissional

- Betclie Group.
Jul 2020 – atualmente. Lisboa, Portugal. Legal and Compliance Manager /MLRO - Portugal

- 
- Cortez, Rizzi & Regos Advogados
Mai 2013 – atualmente. São Paulo, Brasil. Líder das áreas de Regulação e Compliance
 - Nelson Wilians & Advogados
Jan 2008 – Mai 2013, São Paulo, Brasil. Sócio / Líder das áreas de Regulação e Infraestrutura.
 - Wedgebloom Pty Ltd
Nov 2010-Jun 2011, Sydney, Australia. *Foreign Legal Counsel*
 - Banco BBM S.A.
May 2008 – Dec 2008, Rio de Janeiro, Brasil. Advogado
 - Veirano Advogados
Jan 2002 – Fev 2003, Rio de Janeiro, Brasil. Estagiário

Idiomas:

Português (Nativo)

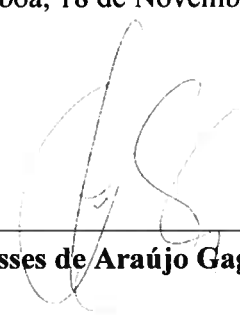
Inglês (C2)

Espanhol (C1)

Francês (B2)

Italiano (A2)

Lisboa, 18 de Novembro de 2022.



Ulisses de Araújo Gagliano

6
X

**PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO IMEDIATA COMO PROFESSOR AUXILIAR CONVIDADO DO
DOUTOR ULISSES DE ARAÚJO GAGLIANO**

Com fundamento na urgente conveniência ditada pela necessidade de garantir o preenchimento do serviço docente no corrente ano letivo de 2022/23, na menção de Ciências Histórico-Jurídicas, em especial no âmbito das Unidades Curriculares de Direito Romano, História do Direito Português e Filosofia do Direito, conforme Distribuição de Serviço Docente oportunamente aprovada pelo Conselho Científico para o corrente ano letivo, vêm os professores signatários desta menção, uma vez obtida a anuência dos Doutores do referido Grupo Científico, requerer ao Conselho Científico a contratação como professor auxiliar convidado do Doutor Ulisses de Araújo Gagliano, considerando a qualidade do respetivo currículo académico e profissional, ressaltando os seguintes traços mais significativos:

- O Doutor Ulisses de Araújo Gagliano vem exercendo, com mérito e dedicação, as funções de Assistente convidado do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas, desde o ano letivo de 2019-2020, lecionando várias disciplinas deste Grupo Científico, desde a História do Direito ao Direito Romano, passando pela História das Ideias Políticas e pela Sociologia do Direito;

- Em provas públicas realizadas no passado dia 21 de setembro, o Doutor Ulisses de Araújo Gagliano defendeu, com brilhantismo, a sua tese de Doutoramento em Direito, na especialidade em Ciências Histórico-Jurídicas, subordinada ao tema *A dialética do século XVI como método de racionalização do direito e sua análise em Francisco de Vitória e Francisco Suárez*, tendo obtido, por unanimidade, a classificação de Aprovado com Distinção;

- O Doutor Ulisses de Araújo Gagliano tem desenvolvido múltiplos trabalhos de investigação na área da História do Direito, encontrando-se em fase de publicação diversos títulos, referindo-se, a título exemplificativo, o livro *Lógica Jurídica. Da Antiguidade clássica ao Século XVI*, que corresponde à tese de doutoramento, e um estudo sobre a Lei da Boa Razão, intitulado *Razão sem Lógica? Os limites interpretativos da Lei da Boa Razão*;

5
M

2
8

- Em reunião realizada no passado dia 15 de novembro, foi manifestado o acordo por parte dos doutores do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas à apresentação da presente proposta ao Conselho Científico da Faculdade, para efeitos de aprovação, considerando o mérito pedagógico e académico do Doutor Ulisses Gagliano, bem expresso nestes anos de colaboração como assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e no sucesso recentemente alcançado nas respetivas provas públicas de doutoramento realizadas na nossa Universidade.

Entende-se, pois, ser de justiça a aprovação da presente proposta de contratação como professor auxiliar convidado do Doutor Ulisses de Araújo Gagliano, adequando os termos da sua colaboração funcional ao título académico, entretanto, obtido, com distinção, na nossa Universidade.



Pedro Caridade de Freitas



Susana Antas Videira

h
8**JORGE SILVA SAMPAIO**

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Alameda da Universidade 1649-014 Lisboa – Portugal

jorgesilvasampaio@fd.ulisboa.pt | jsilvasampaio@gmail.com**§ 1.º HABILITAÇÕES ACADÉMICAS**

- 1.1. Doutoramento em Direito (2014 – 2022) na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa; Tese: *Ponderação e proporcionalidade – Uma teoria analítica do raciocínio constitucional* (orientador: Prof. Doutor MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO); aprovado com louvor e distinção, por unanimidade
- 1.2. Mestre em Direito (2007 – 2011) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; Tese: *O controlo jurisdicional das políticas públicas de direitos sociais* (orientador: Prof. Doutor JORGE REIS NOVAIS); aprovado com 18 valores
- 1.3. Licenciatura em Direito, Menção de Ciências Jurídico-Políticas (2000 – 2005) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; aprovado com 15 valores

§ 2.º ACTIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO

- 2.1. LxLTG — Lisbon Legal Theory Group, Lisboa, Portugal; 2016 – ... Membro
- 2.2. Centro de Investigação de Direito Público, Lisboa, Portugal; 2013 – ... Investigador associado

§ 3.º EXPERIÊNCIA DE ENSINO

- 3.1. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal; 2012 – ... Assistente convidado; Disciplinas: Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Ciência Política, Justiça Constitucional, Introdução ao Estudo do Direito

§ 4.º EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 4.1. Assessor Jurídico no Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Lisboa, Portugal; 05/2022 ...
- 4.2. Tribunal Constitucional, Lisboa, Portugal; 10/2014 – 10/2018; Assessor do Gabinete de Juízes
- 4.3. Sérvulo & Associados — Sociedade de Advogados, Lisboa, Portugal; 01/2009 – 08/2014 Advogado Associado (Direito Público, Direito do Urbanismo e do Ambiente)

§ 5.º PUBLICAÇÕES**5.1. MONOGRAFIAS**

- i) *Ponderação e proporcionalidade – Uma teoria analítica do raciocínio constitucional*, Coimbra: Almedina, 2023
- ii) *Legal interpretation and scientific knowledge* (editor com DAVID DUARTE e PEDRO MONIZ LOPES), Dordrecht: Springer, 2019
- iii) *The Role of Legal Argumentation and Human Dignity in Constitutional Courts* (editor com MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO, RACHEL HERDY, GIOVANNI DAMELE e PEDRO MONIZ LOPES), Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2019

- iv) *The principle of proportionality in law: an analytical perspective* (editor with DAVID DUARTE), Dordrecht: Springer, 2018
- v) *O controlo jurisdicional das políticas públicas de direitos sociais*, Coimbra: Coimbra Editora, 2015
- vi) *O acto administrativo pela estrada fora – os efeitos transnacionais do acto administrativo*, Lisboa: AAFDL, 2014
- vii) *O dever de protecção policial de direitos, liberdades e garantias*, Coimbra: Wolters Kluwer/Coimbra Editora, 2012

5.2. ARTIGOS

- i) “O quebra-cabeças da normatividade jurídica a partir do pensamento de Hart”, in SARA AZEVEDO/ GONÇALO FABIÃO (eds.), *A propósito dos 60 anos d'O Conceito de Direito de Hart*, Lisboa: Lisbon Law editions, 2023
- ii) “Nudging as a tool - The case of the transposition of EU directives” (com PEDRO MONIZ LOPES e RAQUEL FRANCO), in *Revista e-Pública*, 8(2), 2021 (também foi editor do mesmo número da revista com os outros dois autores)
- iii) “Proporcionalidad en sentido estricto y medición de la intensidad de las restricciones a los derechos fundamentales”, in DIANA BEATRIZ GONZALÉZ CARVALLO/ RUBÉN SANCHEZ GIL (coord), *El Test de Proporcionalidad*, Juarez: Suprema Corte de Justicia de la Nación, 2021 (tradução de artigo anterior)
- iv) “Proportionality: Measuring Impacts on Fundamental Rights”, in MORTIMER SELLERS/ STEPHAN KIRSTE (eds.), *Encyclopedia of the Philosophy of Law and Social Philosophy*, Dordrecht: Springer, 2021
- v) “Brute Balancing, Proportionality and Meta-Weighing of Reasons”, in JAN-R. SIECKMANN (ed.), *Proportionality, Balancing, and Rights - Robert Alexy's Theory of Constitutional Rights*, Dordrecht, 2021
- vi) “O princípio da proporcionalidade enquanto norma reguladora do acesso à informação administrativa não-instrumental”, in TIAGO FIDALGO DE FREITAS/ PEDRO DELGADO ALVES (org.), *O Acesso à Informação Administrativa*, Coimbra: Almedina, 2021
- vii) “Separação de poderes, criação e aplicação do direito em Kelsen”, in PEDRO MONIZ LOPES (coord.), *O pensamento de Hans Kelsen – Influências, contexto e atualidade*, Lisboa: AAFDL, 2020
- viii) “An Almost Pure Theory of Legal Interpretation within Legal Science”, in DAVID DUARTE/ PEDRO MONIZ LOPES/ JORGE SILVA SAMPAIO (Eds.), *Legal interpretation and scientific knowledge*, Dordrecht: Springer, 2019
- ix) “Human Dignity's Contestedness, Analytical Reconstruction of the Prohibition of Instrumentalization and a Reassessment of the Aviation Security Act Case”, in MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO *et al.*, *The Role of Legal Argumentation and Human Dignity in Constitutional Courts*, Franz Steiner Verlag, Stuttgart, 2019
- x) “Proportionality in its narrow sense and measuring the intensity of restrictions on fundamental rights”, in DAVID DUARTE/ JORGE SILVA SAMPAIO (Eds.), *The principle of proportionality in law: an analytical perspective*, Dordrecht: Springer, 2018
- xi) “Chroniques annuelles de jurisprudence constitutionnelle. Portugal” (em colaboração com MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO), in *Annuaire international de justice constitutionnelle*, 2018 (também publicado na Revista *O Direito*, I, 2020)
- xii) “O caso alemão da ‘Lei da segurança da aviação’ e a norma da dignidade da pessoa humana à luz de uma análise estrutural”, in JORGE REIS NOVAIS/

TIAGO FIDALGO DE FREITAS (Orgs.), *A Dignidade da Pessoa Humana na Justiça Constitucional*, Coimbra: Almedina, 2018

- xiii) "A comment on Maribel González Pascual's paper "Constitutional Courts before Euro-Crisis Law in Portugal and Spain; a comparative prospect", in *Revista E-Pública*, Col 4, Número 1 Maio 2017
- xiv) "A Lei n.º 67/2007 e Constituição da República Portuguesa - o recorte normativo da norma constitucional de responsabilidade civil extracontratual do Estado e a jurisprudência constitucional", in CARLA AMADO GOMES/ RICARDO PEDRO/ TIAGO SERRÃO (Eds.), *O regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas: comentários à luz da jurisprudência*, Lisboa: AAFDL, 2017
- xv) "The Contextual Nature of Proportionality and Its Relation with the Intensity of Judicial Review", in LUÍS PEREIRA COUTINHO/ MASSIMO LA TORRE/ STEVEN D. SMITH (eds.), *Judicial Activism*, Dordrecht: Springer, 2015
- xvi) "Os Procedimentos Administrativos de Segundo Grau no novo CPA" (artigo escrito em conjunto com JOSÉ DUARTE COIMBRA), in CARLA AMADO GOMES/ ANA FERNANDA NEVES/ TIAGO SERRÃO (coords.), *Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo*, Lisboa: AAFDL, 2015
- xvii) "Neoconstitucionalismo?", in *Revista Direito & Política*, n.º 4, Julho/Agosto/Setembro, 2013

§ 6.º PRINCIPAIS CONFERÊNCIAS

- i) Organização (com Pedro Moniz Lopes) no Workshop "*Principles, fundamental rights and balancing—Legal creation by constitutional courts*", no âmbito do *World Congress of Constitutional Law*, a decorrer no dia 6 de dezembro, na África do Sul
- ii) Participação no workshop "*Existence and Possibility of Law*" (organizado por KENNETH E. HIMMA, LORENZ KAEHLER, e VITALY OGLEZNEV) no contexto do 30th World Congress of the International Association for Philosophy of Law and Social Philosophy (IVR 2022), com uma apresentação sobre "*Shadows of legal language: The ontology and metaontology of legal norms*"
- iii) Co-organização do *V LXLTG Lisbon Meeting on Legal Theory - Mind, Action and Norms*, no dia 24 de Junho de 2022, e participação com um comentário à intervenção de STEFANO BERTEA intitulado "*Waves of constitutivism—A comment on Berte's 'Conceptions of Action and Legal Norms'*"
- iv) Organização da conferência *Lisbon Conference on Law and Ethics – The Bridge Between Jurisprudence and Metaethics* (com SUSANA CADILHA da IFILNOVA), nos dias 3 e 4 de Março de 2022, na qual (entre outros) participaram CONNIE ROSATI, SCOTT SHAPIRO e MARIA ALVAREZ, e participação com uma intervenção intitulada "*Groundhog principles: Balancing and legal particularism*"
- v) Participação em conferência sobre proporcionalidade organizada pela Suprema Corte de Justicia de la Nación (México), no âmbito do "*Conversatorio Internacional sobre el Test de la Proporcionalidad*", que decorreu no dia 29 de Setembro de 2021, com apresentação subordinada ao tema: "*Los Fundamentos Normativos de la Proporcionalidad*"
- vi) Participação na conferência "*Proportionality: Current Challenges and Perspectives*", organizada pela Masaryk University da República Checa, no dia 10 de Setembro de 2021, em que apresentou o tema "*The Normative Foundation of Proportionality*"

- 
- vi) Participação no *Permanent Workshop* sobre proporcionalidade organizado pelo Centro de Estudos Constitucionais do Supremo Tribunal Mexicano, a 16 de Março, com uma apresentação intitulada “*Balancing, Proportionality and Weighing of Reasons*”
 - viii) Participação em conferência organizada por JAN-R. SIECKMANN na Universidade de Erlangen sobre o tópico “Balancing Human Rights”, em 13 e 14 de Outubro de 2019, com uma apresentação intitulada “*Balancing, Proportionality and Weighing of Reasons*”
 - ix) Participação no workshop “*Legal Interpretation and the Separation of Law and Morals*” (organizado por GIORGIO PINO e DAVID DUARTE) no contexto do 29th World Congress of the International Association for Philosophy of Law and Social Philosophy (IVR 2020), com uma apresentação intitulada “*Spotlights of determinacy and objectivity within legal and constitutional interpretation*”

Minuta: Edital de Concurso para Professor Associado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro

Fundamento jurídico da publicação a indicar no processo de submissão na plataforma da INCM, para publicação do Edital na 2ª série do Diário da República: alínea a) do n.º 1 do art.º 62º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, conjugado com o Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro.

Ato: Edital

Resumo: Concurso documental interno de promoção na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, a __ (___) vaga(s) de Professor Associado, na área disciplinar de ____ da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Texto:

EDITAL

Faz-se saber que, perante a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (ULisboa), pelo prazo de 30 dias úteis a contar do dia útil imediato ao da publicação do presente Edital no *Diário da República*, está aberto concurso documental interno de promoção, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, a __ (___) vaga(s) de Professor Associado, na área disciplinar de ____ da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a realizar nos termos do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro, que aprova o regime de concursos internos de promoção a categorias intermédias e de topo das carreiras docentes do ensino superior e da carreira de investigação científica e, supletivamente, no artigos 38.º e seguintes do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio (abreviadamente designado ECDU), e demais legislação aplicável, designadamente do Regulamento geral de



concursos para recrutamento de professores catedráticos, associados e auxiliares da Universidade de Lisboa, aprovado por despacho reitoral de 16 de fevereiro de 2015 e publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 45, pelo Despacho n.º 2307/2015, de 5 de março (abreviadamente designado por Regulamento).

O despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, determina a obrigatoriedade de nos concursos de ingresso e acesso se proceder à seguinte menção:

“Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.” Neste sentido, os termos ‘candidato’, ‘recrutado’, ‘professor’ e outros similares não são usados neste edital para referir o género das pessoas.

De igual modo, nenhum candidato pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro, e os artigos 38.º e seguintes do ECDU, e demais legislação aplicável, e com o disposto no artigo 8.º do Regulamento, observar-se-ão as seguintes disposições:

I. Despacho de autorização do Reitor

5

A abertura do presente concurso foi autorizada por Despacho de ____/____/____, do Reitor da Universidade de Lisboa, proferido após a verificação dos pressupostos previstos no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro, bem como após a confirmação da existência de adequado cabimento orçamental e de que o(s) posto(s) de trabalho agora a concurso se encontra(m) previsto(s) e não ocupado(s) no mapa de pessoal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

II. Local de trabalho

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa, Portugal.

III. Requisitos de admissão ao concurso

1 - Só poderá ser admitido ao presente concurso quem seja titular do grau de doutor há mais de cinco anos, nos termos do disposto no artigo 41.º do ECDU.

2 - Os titulares de graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras devem ser detentores de reconhecimento do grau de doutor nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato.

3 - Em conformidade com o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro, só podem ser opositores ao presente concurso para promoção os professores com contrato por tempo indeterminado com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ainda que não esteja concluído o respetivo período experimental, e que pertençam ao mapa de pessoal da Faculdade.

IV. Requisitos de avaliação em mérito absoluto

1 - Conforme previsto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 2.º Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro, a avaliação em mérito absoluto dos candidatos depende do cumprimento de requisitos, de natureza qualitativa e quantitativa.

Nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento, “a aprovação em mérito absoluto depende da posse de currículo global que o júri considere, fundamentadamente revestir mérito científico, capacidade de investigação e valor da atividade pedagógica já desenvolvida, compatíveis com a área ou áreas disciplinares a que respeita o concurso, e adequadas à respetiva categoria”.

Na apreciação do *curriculum* é especialmente tido em conta o facto de o doutoramento ter sido feito na área disciplinar em que é aberto o concurso.

2 - Considera-se admitido em mérito absoluto o candidato que seja aprovado por maioria absoluta dos membros votantes do júri, em votação nominal justificada, em que não são admitidas abstenções.

V. Parâmetros de avaliação e seriação em mérito relativo, respetiva ponderação e sistema de valoração final

Uma vez identificados, em definitivo, os candidatos aprovados em mérito absoluto, procede-se à sua avaliação e ordenação em mérito relativo. O método de seleção é o da avaliação curricular, como previsto no n.º 6 do artigo 50.º do ECDU e no artigo 11.º do Regulamento e nos parâmetros de seriação, respetiva ponderação e sistema de valoração final indicados neste edital.

A avaliação de cada membro Júri do mérito relativo dos candidatos com vista à sua seriação será baseada na soma ponderada das pontuações atribuídas aos parâmetros de avaliação, numa escala de 0-100 (sendo 0 mínimo e 100 máximo).

O currículo dos candidatos admitidos em mérito absoluto é avaliado nas seguintes vertentes: desempenho científico, capacidade pedagógica e desempenho noutras atividades relevantes para a missão da instituição de ensino superior que hajam sido desenvolvidas pelo candidato, compatíveis com a área disciplinar em que é aberto o concurso, e adequados à categoria de Professor Associado, dando-se particular importância à relevância, qualidade e atualidade do *curriculum vitae* do candidato e às contribuições académicas mais relevantes e de maior impacto selecionadas pelo candidato e identificadas no *curriculum vitae*.

4

Tendo em consideração as funções a desempenhar pelos professores associados (n.º 2 do artigo 5.º do ECDU), as condições (artigo 37.º do ECDU) e as finalidades dos concursos (artigo 38.º do ECDU), bem como o disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento, o Conselho Científico da Faculdade de Direito, visando conferir total transparência aos critérios de avaliação e seriação dos candidatos em concurso para professor associado, estabelece as seguintes regras e ponderações:

1. O concurso para professor associado tem como propósito averiguar a capacidade e o desempenho dos candidatos em aspetos que integram o conjunto das funções a desempenhar.

2. Compete ao júri pronunciar-se sobre:

- a) O projeto científico e pedagógico sobre os conteúdos, os métodos de ensino e a bibliografia numa unidade curricular da área disciplinar em que é aberto o concurso (até 35 %);
- b) O desempenho científico do candidato (até 35 %);
- c) A capacidade pedagógica do candidato (até 25 %);
- d) Outras atividades relevantes para a missão da Universidade que tenham sido desenvolvidas pelo candidato (até 5 %).

3. O desempenho científico do candidato (até 35 %) compreende:

- a) A formação académica, incluindo o nível das provas académicas realizadas (até 15 %);
- b) A qualidade e difusão, nacional e internacional, dos resultados da atividade de investigação constantes, designadamente, das anotações, dos artigos e das monografias publicadas, especialmente após o doutoramento (até 15 %);
- c) As conferências, colaborações e jornadas científicas (até 5 %).

4. A capacidade pedagógica do candidato (até 25 %) compreende:

- a) As funções docentes, incluindo a publicação de lições e outros materiais didáticos (até 12 %);

- 2
- b) A participação em júris, em especial com funções de arguição, de acordo com um juízo de ponderação dos convites formulados aos candidatos (até 8 %);
 - c) A orientação de trabalhos académicos (até 5 %).

5. As atividades relevantes para a missão da Universidade que hajam sido desenvolvidas pelo candidato (até 5 %) compreendem:

- a) O exercício de cargos e funções académicas (até 3 %);
- b) As atividades de extensão cultural e outras atividades consideradas relevantes para o ensino e investigação, designadamente serviço à comunidade no âmbito da instituição, serviço de cooperação e consultadoria a instituições públicas, atividades de formação de públicos escolares, atividades em projetos de interesse social e participação em projetos e organizações nacionais e internacionais de interesse científico, profissional ou cultural (até 2 %).

VI. Audições Públicas

1 - O júri deliberará sobre a necessidade de proceder à realização de audições públicas de todos os candidatos aprovados em mérito absoluto e que se destinam, em exclusivo, a melhor esclarecer o que conste dos documentos apresentados pelos candidatos, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 50.º do ECDU.

2 - Havendo necessidade de realizar audições públicas, as mesmas terão lugar entre o 15.º e o 30.º dias subsequentes à data da reunião do júri para avaliação em mérito absoluto dos candidatos, sendo os candidatos informados, com uma antecedência mínima de cinco dias, da data e do local em que essas audições públicas terão lugar.

3 - As audições públicas podem ser realizadas por videoconferência, devendo o júri garantir que estas se realizam em igualdade de circunstâncias para todos os candidatos.

4 - O júri pode ainda solicitar aos candidatos a entrega de documentação complementar, relacionada com o *curriculum vitae* apresentado, com base no disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 50.º do ECDU.

VII - Ordenação final

Na seriação dos candidatos ao presente concurso, cada membro do júri apresenta uma lista ordenada dos candidatos por ordem decrescente do mérito, com base na qual participa na votação individual e justificada que conduz à ordenação final dos candidatos, na qual não são admitidas classificações ex-aequo.

Nos termos do artigo 20.º do Regulamento, o júri vota inicialmente para o 1.º lugar, depois para o 2.º lugar, e assim sucessivamente, até à ordenação final de todos os candidatos admitidos a concurso e previamente aprovados em mérito absoluto.

Em cada votação, as decisões do júri são tomadas por maioria absoluta e a metodologia de seriação dos candidatos é a que consta no n.º 5 do artigo 20.º do Regulamento, cumprindo-se o disposto no artigo 17.º do Regulamento.

Concluída a aplicação dos critérios de avaliação e seriação, o júri procede à elaboração de uma lista unitária de ordenação dos candidatos.

VIII - Parâmetros preferenciais

Em caso de empate na lista de ordenação de cada membro do júri, é dada preferência ao nível científico, especialmente após o doutoramento.

IX - Apresentação de candidaturas

As candidaturas devem ser entregues, presencialmente, durante o horário normal de expediente (das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h00) na morada a seguir indicada, ou remetidas por correio registado e com aviso de receção, para o Núcleo de Gestão de Recursos Humanos da Faculdade de Direito da

2
Universidade de Lisboa, sito na Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa, até 30 dias úteis após a publicação deste edital no Diário da República.

Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

X - Instrução da Candidatura

A candidatura deve ser formalizada através do formulário de candidatura, disponibilizado na página da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (<http://www.fd.ulisboa.pt/servicos/recursos-humanos/>), devendo o candidato manifestar o seu consentimento para que as comunicações e notificações no âmbito do procedimento concursal possam ter lugar por correio eletrónico, e é acompanhado da seguinte documentação, que deverá ser entregue em suporte digital em dez (10) CDs ou dez (10) pens (memória USB):

- a) Declaração sob compromisso de honra, em formato pdf, de que satisfaz os requisitos previstos na Lei e no presente Edital relativos à admissão ao concurso, conforme modelo publicado em anexo;
- b) *Curriculum vitae* do candidato, em formato pdf, com indicação das obras e trabalhos efetuados e publicados, da atividade científica e pedagógica, bem como das atividades relevantes para a missão das instituições de ensino superior realizadas pelo candidato;
- c) Projeto científico e pedagógico, sobre os conteúdos, os métodos de ensino e a bibliografia de uma unidade curricular da área disciplinar em que é aberto o concurso;
- d) Exemplar da tese de doutoramento, em formato pdf, do qual conste capa com título, ano e instituição onde foi discutida;
- e) Versão eletrónica em formato pdf das publicações referidas no *curriculum* e de outros trabalhos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do júri, devendo o *curriculum* indicar até um máximo de cinco trabalhos por si produzidos, que considera melhor representarem as suas mais relevantes

contribuições para o avanço do conhecimento científico na área para a qual é aberto o concurso, justificando essa escolha.

Para além dos CDs ou pens, devem ser entregues dois exemplares do *curriculum vitae* e dois exemplares do projeto científico e pedagógico em suporte papel.

XI - Idioma

Os documentos que instruem a candidatura devem ser apresentados em língua portuguesa.

O júri pode solicitar, se o considerar necessário, que as obras indicadas no *curriculum vitae* sejam traduzidas para português ou para outra língua que o júri compreenda ou que delas seja feito um resumo desenvolvido nas mesmas línguas.

XII - Constituição do Júri

Nos termos do disposto nos artigos 45.º e 46.º do ECDU, no artigo 14.º do Regulamento, e no n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/2021, de 14 de dezembro, o Júri é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Reitor da Universidade de Lisboa.

Vogais: [entre cinco e nove]

___ de ___ de 2022. — A Diretora, Professora Doutora Paula Vaz Freire

ANEXO

Declaração sob compromisso de honra

... (nome), candidato ao concurso para recrutamento de... posto(s) de trabalho de Professor... existente(s) no mapa de pessoal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, declara, sob compromisso de honra, que reúne os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas,

9
8

aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como os exigidos no artigo 41.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto -Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, que preenche todos os requisitos de admissão ao presente concurso que vêm previstos na Lei, em especial no capítulo IV do Estatuto da Carreira Docente Universitária, os Regulamentos, em especial no Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, e no presente edital.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a sua exclusão do presente concurso, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

O declarante tem pleno conhecimento de que, caso venha a ser colocado em lugar elegível para contratação na ordenação final homologada do presente concurso, dispõe de um prazo improrrogável de 10 dias úteis, contados da notificação daquela ordenação final, para apresentar, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, documentos comprovativos de que possui os requisitos exigidos para admissão ao presente concurso.

O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos comprovativos referidos no parágrafo anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a sua exclusão do presente concurso.

... (local),... (data).

(assinatura)

h
h

Exmo Senhor Presidente do Conselho Científico:

Em nome do Grupo de Ciências Jurídicas, tenho a honra de propor que seja aprovada pelo Conselho Científico a atribuição ao Prof. Burkhard Hess do título de Doutor *honoris causa* pela Universidade de Lisboa.

Do vasto currículo académico e científico do Prof. Burkhard Hess, salienta-se o seguinte: em 1996, completou em Munique a Habilitation sob a orientação de Peter Schlosser; depois disso, exerceu funções lectivas em Erlangen-Nürnberg, Tübingen e Heidelberg; foi o fundador e é, desde Setembro de 2012, Director do Max Planck Institute Luxembourg for International, European and Regulatory Procedural Law; é autor de inúmeros artigos e livros publicados ou traduzidos em várias línguas, nas quais se destaca a obra de referência *Europäisches Zivilprozessrecht* (2.^a ed., 2021); tem tido uma actividade muito relevante, especialmente no plano pré-legislativo, na área do Processo Civil Europeu; é membro de diversas associações ou academias de renome.

O Prof. Hess é Doutor *Honoris Causa* pelas Universidades de Gent (2015) e de Tessalónica (2016).

O exposto fundamenta a proposta que, em nome do Grupo de Ciências Jurídicas, acima apresento.

Lisboa, 18 de Novembro de 2022

M. Miguel de Sousa

(Miguel Teixeira de Sousa)



Curriculum Vitae

Prof. Dr. Dres. h.c. Burkhard Hess

Personal Details

Date and place of birth: 17.07.1961 in Worms, Germany
Nationality: German
Family status: married, 2 children

Academic Career

since September 2012 Max Planck Institute Luxembourg for International, European and Regulatory Procedural Law
Founding Director

2003 – 2012 Heidelberg University, Faculty of Law
Director, Institute for Private International and Economic Law

2006 – 2008 Heidelberg University, Faculty of Law: Dean

1996 – 2003 University of Tübingen, Faculty of Law
Chair, Civil Law, Civil Procedure, Private International Law and International Procedural Law

2000 – 2002 University of Tübingen, Faculty of Law: Dean

1995 – 1996 University of Erlangen-Nuremberg, Faculty of Law
Professor, Civil and Procedural Law

1996 Habilitation at the University of Munich
Venia Legendi in civil law, civil procedural law, private international law, European law and public international law

Education

January 1992 2nd State Examination (with distinction), Higher Regional Court of Munich

1990 PhD graduation (summa cum laude), University of Munich

January 1987 1st State Examination (with distinction), University of Munich

Prof. Dr. Dres. h.c. Burkhard Hess

1983 – 1986	Ludwig-Maximilians-Universität, Faculty of Law, Munich, Germany
1982 – 1983	Université de Lausanne, Faculty of Law, Switzerland
1981 – 1982	Julius-Maximilians-Universität, Faculty of Law, Würzburg, Germany

Honorary Doctorates

May 2016	Doctor honoris causa, International Hellenic University Thessaloniki
March 2015	Doctor honoris causa, University of Ghent

Honorary Professorships

since January 2013	University of Luxembourg, Faculty of Law
since September 2012	Heidelberg University, Faculty of Law

Guest Professorships

December 2018	Visiting Professor at the National Taiwan University
August 2017	Taught a Special Course at the Hague Academy of International Law
April 2016	Scholar-in-Residence at New York University School of Law
September 2009	Guest Professor at Georgetown University, Washington D.C.
2006 – 2009	Guest Professor (professeur invité) at the University of Paris I (Sorbonne Université)
July and August 2002	Guest Professor (for comparative procedural law) at the Faculty of Law, Renmin University of Beijing, China

Expert Advice

January 2018 – April 2018	Member of the Expert Group of the European Commission on Modernisation of Judicial Cooperation in Civil and Commercial Matters
December 2015 – January 2017	Leading and drafting of a study of an international consortium on the future of European and national procedural law (free movement of judgments and procedural consumer protection) at the request of the European Commission, JUST/2014/RCON/PR/CIVI/0082

August 2021

5
D

November 2012 – November 2013	Evaluation of the application of Regulation 1346/2000 (on Insolvency) in 28 Member States of the European Union at the request of the European Commission, JUST/2011/JCIV/PR/0049/A4 (together with Prof. P. Oberhammer and Prof. T. Pfeiffer)
2012	Member of the Expert Group of the European Commission on the reform of the European Insolvency Regulation
2011	Member of the Expert Group of the European Commission on the cross-border attachment of bank accounts
2010	Member of the Expert Group of the European Commission on the interfaces between arbitration and the Brussels I Regulation
2005	Evaluation of the application of Regulation 44/2001 (Brussels I) in the 25 Member States of the European Union (Study No CLS04/2005/03) at the request of the European Commission (together with Prof. T. Pfeiffer and Prof. P. Schlosser)
2005	Expert of the Council of Europe on the "Efficiency of Justice" at the request of the Slovenian and Croatian governments
September 2003	Expert of the Council of Europe on the "Efficiency of Justice" at the request of the Dutch government
2003	Comparative study on "Making more efficient the enforcement of judgments in Europe" at the request of the European Commission

Memberships

- Chair of the German Association of International Procedural Law (*Wissenschaftliche Vereinigung für Internationales Verfahrensrecht*)
- Vice-President Europe of the *International Association of Procedural Law*
- Associate of the Institute of International Law (*Institut de Droit international*)
- Chair of the *ILA Committee on the Protection of Privacy in Private International and Procedural Law*
- Member of the German Branch of the International Law Association (*Deutsche Vereinigung für Internationales Recht*)
- Member of the Council of the *German Society of International Law*
- Member of the *Advisory Board on Private International Law* (German Federal Ministry of Justice)
- Titular Member of the *International Academy of Comparative Law*
- External Member of the *Royal Flemish Academy of Belgium for Science and the Arts*
- Member of the *European Law Institute*
- Member of the *Academia Europaea*
- Honorary Corresponding Fellow of the *Associazione italiana fra gli studiosi del processo civile*
- Member of the *European Society of International Law*

- Foreign Correspondent Academician of the *Accademia delle Scienze dell'Istituto di Bologna*
- Member of the *Comité français de droit international privé*
- Member of the *Comité des juristes Banque Centrale du Luxembourg*
- Member of the Academic Committee of the *Anuario español de Derecho internacional privado* (Spanish Yearbook of Private International Law)
- Co-rapporteur of the 6th Commission of the Institut de droit international on Choice of Law in International Courts and Tribunals.

Publications

I. Monographs

- Europäisches Zivilprozessrecht (Lehrbuch – 2. Auflage 2021), 1026 pages.
- The Private-Public Divide in International Dispute Resolution, Pocket Book of The Hague Academy of International Law (2018), 323 pages.
- Incidencia del Reglamento 650/2012 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 4 de julio de 2012, de Sucesiones (2018), together with Marta Requejo Isidro, 148 pages.
- Harmonized Rules and Minimum Standards in the European Law of Civil Procedure, research paper for the European Parliament, PE 556.971 (2016), 14 pages.
- EU-Zivilprozessrecht (Kommentar – 4. Aufl. 2015), together with Peter Schlosser.
- Study on the Application of the Insolvency Regulation in the 27 EU-Member States (JUST/2011/JCIV/PR/0049/A4), 447 pages (together with Paul Oberhammer and Thomas Pfeiffer), published as: Hess/Pfeiffer/Oberhammer, European Insolvency Law (2014), 1034 pages.
- Study on the Regulation (EC) n. 650/2012 of July 2012 on jurisdiction, applicable law, recognition and enforcement of authentic instruments in matters of succession and on the creation of a European Certificate of Succession, PE 462.493 (2012), 28 pages, together with Cristina Mariottini and Céline Camara.
- Stellungnahme zum Vorschlag für eine Europäische Erbrechtsverordnung, Version 2009/157 (COD) vom 16.1.2012, PE 462.430 (2012), 66 pages, together with E. Jayme and T. Pfeiffer, Study for the European Parliament.
- Interpretation of the Public Policy Exception as referred to in EU Instruments on Private International and Procedural Law (2011), 177 pages (together with Thomas Pfeiffer), study for the European Parliament.
- Zivilprozessrecht – Erkenntnisverfahren, 30. Auflage des von Friedrich Lent begründeten, von Otmar Jauernig fortgeführten Lehrbuchs (2011), 398 pages.
- translated into Spanish: Manuel de Derecho procesal civil, 30.^a edición completamente revisada del manual fundado por Friedrich Lent y continuado desde la 10.^a a la 29.^a edición por Othmar Jauernig (2015), 573 pages.
- Europäisches Zivilprozessrecht (Lehrbuch 2010), 756 pages.
- The Regulation (EC) 44/01 Brussels I – Application in 25 Member States (2008), 245 pages, together with Thomas Pfeiffer and Peter Schlosser.
- Mediation und andere Verfahren der konsensualen Streitbeilegung, Gutachten F zum 67. Deutschen Juristentag 2008 (140 pages).
- Die Reform des Gerichtsvollzieherwesens in Deutschland (2006), 109 pages.
- Enforcement Agency Practice in Europe (London 2005), together with Mads Andenas und Paul Oberhammer, 399 pages.

Prof. Dr. Dres. h.c. Burkhard Hess

- Study No. JAI/A3/2002/02 on Making More Efficient the Enforcement of Judicial Decisions within the European Union (approx. 200 pages), available at: <http://www.ipr.uni-heidelberg.de/studie/generalrep.htm>.
- Aktuelle Rechtsfragen des Sports (together with W.-D. Dressler) in: Schriftenreihe der jur. Studiengesellschaft Karlsruhe, Heidelberg 1999, Heft 237, 58 pages.
- Intertemporales Privatrecht Ius Privatum 26, Tübingen 1998, 614 pages.
- Staatenimmunität bei Distanzdelikten - Der private Kläger im Schnittpunkt von zivilgerichtlichem und völkerrechtlichem Rechtsschutz, München 1992, 466 pages.

II. Editorships

- The 50th Anniversary of the European Law of Civil Procedure (2020), together with Koen Lenaerts.
- The Future of the European Law of Civil Procedure - Coordination or Harmonization? (2020), together with Fernando Gascón Inchausti.
- Privatizing Dispute Resolution - Trends and Limits (2019), together with Loïc Cadiet and Marta Requejo Isidro.
- Peace Through Law – The Versailles Peace Treaty and Dispute Settlement After World War I (2019), together with Michel Erpelding and Hélène Ruiz Fabri.
- Europäisches Insolvenzrecht – Grundsätzliche Fragestellungen der Prozessrechtsvergleichung (2019).
- Open Justice - The Role of Courts in a Democratic Society (2019), together with Ana Koprivica Harvey.
- Impediments of National Procedural Law to the Free Movement of Judgments, Luxembourg Report on European Procedural Law, Volume I (2019), together with Pietro Ortolani.
- Implementing EU Consumer Rights by National Procedural Law - Luxembourg Report on European Procedural Law, Volume II (2019), together with Stephanie Law.
- Europa als Rechts- und Lebensraum, Liber amicorum für Christian Kohler (2018), together with Erik Jayme and Heinz Mansel.
- EU Procedural Law Study – Consumer Protection –, JUST/2014/RCON/PR/CIVI/0082 (2018), together with Stephanie Law and Janek Nowak.
- L'office du juge - Études de droit compare (2018), together with Cécile Chainais, Achille Saletti and Jean-François van Drooghenbroeck.
- From common rules to best practices in European Civil Procedure (2017), together with Xandra Kramer.
- Approaches to Procedural Law. The Pluralism of Methods (2017), together with Loic Cadiet and Marta Requejo Isidro.
- EU Procedural Law Study – Mutual Trust and Free Circulation of Judgments –, JUST/2014/RCON/PR/CIVI/0082 (2017), together with Pietro Ortolani and Marta Requejo.
- The Implementation of the New Insolvency Regulation - Improving Cooperation and Mutual Trust (2017), together with Paul Oberhammer, Stefania Bariatti, Christian Koller, Björn Laukemann, Marta Requejo Isidro and Francesca Villata.
- Bitburger Gespräche: Jahrbuch 2016, together with Thomas Raab.
- Der europäische Gerichtsverbund - Die internationale Dimension des europäischen Zivilverfahrensrechts (2017).
- Unternehmen im globalen Umfeld - Aufsicht, Unternehmensstrafrecht, Organhaftung und Schiedsgerichtsbarkeit in Ostasien und Deutschland, Tagungsband zum 5. Internationalen Symposium der Fritz Thyssen Stiftung in Köln, (2017), together with Klaus J. Hopt, Ulrich Sieber, Christian Starck.
- EU Civil Justice – Current Issues and Future Outlook (2016), together with Maria Bergström and Eva Storskrubb.

- Procedural Science at the Crossroads of Different Generations (2015), together with Loïc Cadiet and Marta Requejo Isidro.
- Protecting Privacy in Private International and Procedural Law and by Data Protection, European and American Developments (2015), together with Cristina M. Mariottini.
- Les dialogues des juges en Europe (2014), together with Séverine Menétry.
- Judicial Reforms in Luxembourg (2014).
- Die Anerkennung im Internationalen Zivilprozessrecht – Europäisches Vollstreckungsrecht (2014).
- The Recovery of Maintenance in the EU and Worldwide (2014), together with Paul Beaumont, Lara Walker and Stefanie Spancken.
- Procedural Justice (Reports of the XIV. World Congress on Procedural Law Heidelberg 2011) (2014), together with Peter Gottwald.
- Kölner Kommentar zum Kapitalanleger-Musterverfahrensgesetz (2nd ed. 2014), together with Fabian Reuschle und Bruno Rimmelspacher.
- Since 2009: Co-Editor of the journal IPRax: Praxis des Internationalen Privat- und Verfahrensrechts.
- Kölner Kommentar zum Kapitalanleger-Musterverfahrensgesetz (2008), together with Fabian Reuschle und Bruno Rimmelspacher.
- Grenzüberschreitungen, Festschrift für Peter Schlosser zum 70. Geburtstag (2005), together with Birgit Bachmann, Stephan Breidenbach, Dagmar Coester-Waltjen, Andreas Nelle and Christian Wolf.
- Wandel der Rechtsordnung – Ringvorlesung an der Tübinger Juristenfakultät im WS 2001/2002, Tübingen 2003.
- Judicial Discretion – Tagung der International Association for Procedural Law, World Congress in Ghent (2003), together with Marcel Storme.
- Konsensuale Streitbeilegung – Akademisches Symposium aus Anlass des 65. Geburtstages von Prof. Dr. Peter Schlosser in München (2001), together with Stephan Breidenbach, Dagmar Coester-Waltjen, Andreas Nelle and Christian Wolf.

III. Commentaries

- Kommentierung der Art. 36–81 EuGVVO, EuKtPVO in: Schlosser/Hess, Europäisches Zivilprozessrecht (4th ed. 2015).
- Kommentierung der Einl., §§ 22, 27, 28 KapMuG, § 32b ZPO in Kölner Kommentar KapMuG (2nd ed. 2014).
- Kommentierung der §§ 704–721 ZPO in: Wieczorek/Schütze, ZPO-Kommentar (4th ed. 2013).
- Kommentierung der Einl., §§ 22, 27, 28 KapMuG, § 32b ZPO in Kölner Kommentar KapMuG (1st ed. 2009).
- Kommentierung der §§ 704–720a ZPO in: Wieczorek/Schütze, Großkommentar zur ZPO (3rd ed. 1999), 122 pages.

IV. Articles and Book Chapters

- L'office du juge dans la révision allemande (together with Stefan Huber and Jens Kleinschmidt), in: Chainais/Van Drooghenbroeck/Saletti/Hess (ed.), Quel avenir pour les juridictions suprêmes? (2021), pp. 157–184.
- Justiz und Kommunikation - zur veränderten Wahrnehmung der Ziviljustiz in Staat und Gesellschaft, in: Althammer/Schärfl (ed.), Festschrift Herbert Roth (2021), pp. 357–369.
- Towards a more coherent EU framework for the cross-border enforcement of civil claims, in: v. Hein/Krueger (ed.), Informed Choices in Cross-Border Enforcement (2021), pp. 389–411.
- The Notion of "Arbitral Award" (together with Cristina Mariottini), in: Ferrari/Rosenfeld (ed.), Autonomous v. Domestic Concepts in the 1958 New York Convention (2021), pp. 27–54.

Prof. Dr. Dres. h.c. Burkhard Hess

- Seminal Judgments (les grands arrêts) in the case law of the European Court of Justice, in: Hess/Lenaerts (ed.), *The 50th Anniversary of the European Law of Civil Procedure* (2020), pp. 11–46.
- The 1965 Service and 1970 Evidence Conventions as crucial bridges between legal traditions? (together with Vincent Richard), in: John/Gulati/Köhler (ed.), *The Elgar Companion to the Hague Conference on Private International Law* (2020), pp. 286–295.
- Introduction to Harmonization of Civil Procedure in the European Union (together with Fernando Gascon Inchausti), in: Gascon Inchausti/Hess (ed.), *Harmonization of Civil Procedure in the European Union* (2020), pp. 1–5.
- Prozessökonomie und Judicial Efficiency - Verfahrensmaximen im Schnittpunkt zwischen nationaler Kodifikation und internationaler Maßstabsbildung, in: Benicke/Huber (ed.), *National, International, Transnational: Harmonischer Dreiklang im Recht, Festschrift für Herbert Kronke zum 70. Geburtstag* (2020), pp. 293–331.
- Chambers for International Commercial Disputes in Germany: The State of Affairs (together with Timon Boerner), *Erasmus Law Review* (2019), 33–41.
- § 20 Internationale Zuständigkeit bei kartellrechtlichen Schadensersatzansprüchen (together with Georgia Koutsoukou and Polina Westerhoven), in: Fuchs/Weitbrecht (ed.), *Handbuch Private Kartellrechtsdurchsetzung, Fünfter Teil: Rechtsfragen in grenzüberschreitenden Fällen* (2019), p. 789–814.
- Public Hearings in Court Proceedings - The concept of the open court and its relationship to social media, in: *Publications of the Academia delle Scienze dell'Istituto di Bologna, Classe di Scienze Morali, Rendiconti degli Anni 2017-2018* (2019), p. 129–142.
- Current Developments in forum access: jurisdiction and forum non conveniens: European perspectives on human rights litigation (together with Martina Mantovani), in: Ferrari/Fernandez Arroyo (ed.), *Private International Law: Contemporary Challenges and Continuing Relevance* (2019), p. 293–331.
- Keine juristische Fußnote: Klagen aus „9/11“ vor luxemburgischen Gerichten (together with David Schwarz), *IPRax* 2019, 442–446.
- Protecting Privacy by Cross-Border Injunction, *Rivista di diritto internazionale privato e processuale* (2019), 284–301.
- Privatizing Dispute Resolution and its Limits, in: Cadet/Hess/Requejo Isidro (ed.), *Privatizing Dispute Resolution - Trends and Limits* (2019), p. 17–46.
- International Adjudication of Private Rights: The Mixed Arbitral Tribunals in the Peace Treaties of 1919–1922, in: Erpelding/Hess/Ruiz Fabri (ed.), *Peace Through Law: The Versailles Peace Treaty and Dispute Settlement After World War I* (2019), p. 239–276.
- Le droit international privé européen en temps de crise, in: *Travaux du Comité Français de Droit International Privé 2016 – 2018* (2019), p. 329–364.
- Current Developments in Forum Access: Comments on Jurisdiction and Forum Non Conveniens – European Perspectives on Human Rights Litigation (together with Martina Mantovani), *MPILux Research Paper* 2019 (1).
- Open Justice in Modern Societies: What Role for Courts? (together with Ana Koprivica Harvey), in: Hess, Koprivica Harvey (ed.), *Open Justice - The Role of Courts in a Democratic Society* (2019), p. 9–45.
- The Application of the Brussel Ibis Regulation in the EU Member States, in: van Calster and Jura Falconis (ed.), *European Private International Law at 50 – Celebrating and Contemplating the 1968 Brussels Convention and its Successors* (2019), p. 33–44.
- Consumer Actions before National Courts (together with Piet Taelman), in: Hess, Law (ed.), *Implementing EU Consumer Rights by National Procedural Law - Luxembourg Report on European Procedural Law, Volume II* (2019), p. 95–157.
- The Mixed Arbitral Tribunals in the Peace Treaties of 1919–1922 (together with Marta Requejo Isidro), *MPILux Research Paper Series* 2018 (5).

- Das Lugano-Übereinkommen und der Brexit, in: Hess, Jayme, Mansel (ed.), Europa als Rechts- und Lebensraum, Liber amicorum für Christian Kohler (2018), p. 179–192.
- The Private-Public Divide in International Dispute Resolution, in: Collected Courses of the Hague Academy of International Law (2018), Volume 388, p. 49–266.
- L'office du juge dans les litiges impliquant des consommateurs - une situation spécifique?, in: L'office du juge - Études de droit comparé (2018), p. 111–123.
- The Fate of Investment Dispute Resolution after the Achmea Decision of the European Court of Justice, MPILux Research Paper Series 2018 (3).
- The Unsuitability of the Lugano Convention (2007) to Serve as a Bridge between the UK and the EU after Brexit, MPI Research Paper Series 1 (2018).
- Die Auslegung kollidierender Gerichtsstandsklauseln im europäischen Zivilprozessrecht, in: Brinkmann et al. (ed.), FS Prütting (2018), p. 337–345.
- Jura Novit Curia in International Commercial Arbitration – the German Perspective (together with Marcel Kahl), in: Ferrari (ed.), European International Arbitration Review, Iura Novit Curia and the Power of the Arbitral Tribunal (2017), 33–65.
- Massenklagen und Managerhaftung, in: Krieger/Schneider (ed.), Handbuch Managerhaftung (3rd ed. 2017), p. 483–505.
- Civil and Commercial Matters (together with Cristian Oro), in: Basedow/Rühl/Ferrari/de Miguel Asensio (ed.), Encyclopedia of Private International Law (2017), p. 346–357.
- Brussels I (Convention and Regulations) (together with Vincent Richard), in: Basedow/Rühl/Ferrari/de Miguel Asensio (ed.), Encyclopedia of Private International Law (2017), p. 219–229.
- Die EU-Datenschutzgrundverordnung und das europäische Prozessrecht, in: Schütze (ed.), Fairness Justice Equity, FS Geimer (2017), p. 251–261.
- 59. Bitburger Gespräche: Einführung in die Tagung, in: Hess/Raab (ed.), Bitburger Gespräche: Jahrbuch 2016, p. 3–11.
- Aktuelle Kontroversen um die Sportschiedsgerichtsbarkeit: Die Urteile Pechstein und SV Wilhelmshaven, in: Hess (ed.), Der europäische Gerichtsverbund – Die internationale Dimension des europäischen Zivilverfahrensrechts (2017), p. 125–134.
- Internationales Insolvenzrecht (together with Georgia Koutsoukou), in: Kronke/Melis/Kuhn (ed.), Handbuch Internationales Wirtschaftsrecht (2nd ed. 2016), p. 1949–1989.
- Ein Einheitliches Prozessrecht?, in: International Journal of Procedural Law, Volume 6 (2016), No. 1, p. 55–85.
- Back to the Past: Brexit und das europäische internationale Privat- und Verfahrensrecht, IPRax 2016, 409–418.
- Brexit – Immediate Consequences on the London Judicial Market (together with Marta Requejo-Isidro, Conflict of Laws (2016).
- The Role of Procedural Law in the Governance of Enforcement in Europe, in: Micklitz/Wechsler (ed.), The Transformation of Enforcement (2016), p. 343–353.
- Binnenverhältnisse im Europäischen Zivilprozessrecht - Grenzüberschreitende v. nationale Sachverhalte, in: von Hein/Rühl (ed.), Kohärenz im Internationalen Privat- und Verfahrensrecht der Europäischen Union (2016), p. 67–89.
- The State of the Civil Justice Union, in: Hess/Bergström/Storskrubb (ed.), EU Civil Justice – Current Issues and Future Outlook (2016), p. 1–19.
- Der Prozess als Rechtslage – James Goldschmidt 1925: Proceedings As a Sequence of Judicial Situations – A Critique of the Procedural Doctrine, in: Cadet/Hess/Requejo Isidro (ed.), Procedural Science at the Crossroads of Different Generations (2015), p. 385–391.
- Die EU-Richtlinie zur Verbraucherstreitbeilegung: Entlastung oder Schwächung der Justiz? (together with Nils Pelzer), in: Stumpf/Kainer/Baldus (ed.), Festschrift zum 70. Geburtstag von Peter-Christian Müller-Graff (2015), p. 390–399.

- Schuldnerschutz bei fehlender Zustellung eines EU-Mahnbescheids: Regelungslücken der EuMahnVO (together with Katharina Raffelsieper), IPRax 2015, p. 401.
- Unionsrechtliche Synthese: Mindeststandards und Verfahrensgrundsätze im *acquis communautaire*/Schlussfolgerungen für European Principles of Civil Procedure, in: Weller/Althammer (ed.), Mindeststandards im europäischen Zivilprozessrecht (2015), p. 221–235.
- The Protection of Privacy in the Case Law of the CJEU, in: Hess/Mariottini (ed.), Protecting Privacy in Private International and Procedural Law and by Data Protection – European and American Developments (2015), p. 81–113.
- Prozessuale Mindestgarantien in der Verbraucherschlichtung, in JZ 2015, 548–554.
- Rechtsstaatlichkeit und Transparenz verbessern (together with Nils Pelzer), in: Gelinsky (ed.), Schlichten statt Richten? (2015), p. 35–45.
- The Development of Lex Sportiva by the Court of Arbitration for Sport, in: Vieweg (ed.), Lex Sportiva – Beiträge zum Sportrecht Band 42 (2015), p. 59–76.
- Grenzüberschreitende Gewaltschutzanordnungen im Europäischen Justizraum, in: Hilbig-Lugani/Jakob/Mäsch/Reuß/Schmid (ed.), Zwischenbilanz - Festschrift zum 70. Geburtstag von Dagmar Coester-Waltjen (2015), p. 453–460.
- Private Streitbeilegung und staatliche Justiz: auf der Suche nach der richtigen Balance, Festschrift für Prof. Dr. Hakan Pekcanitez (2015), Band I, p. 171–179.
- Europäische Kontenpfändung: Ein wesentlicher Reformschritt zur Effektuierung grenzüberschreitender Vollstreckungen im Europäischen Justizraum (together with Katharina Raffelsieper), IPRax 2015, p. 46–52.
- Die Legitimationskrise der Investitionsschiedsgerichtsbarkeit, in: Calliess (ed.), Herausforderungen an Staat und Verfassung, Völkerrecht-Europarecht-Menschenrechte, Festschrift zum 70. Geburtstag von Torsten Stein (2015), p. 163–175.
- Urteilsfreizügigkeit nach der VO Brüssel-Ia: beschleunigt oder ausgebremst?, in: Adolphsen/Goebel/Haas/Hess/Kolmann/Würdinger (ed.), Festschrift zum 70. Geburtstag von Peter Gottwald (2014), p. 295–302.
- European Perspectives on Collective Litigation, in: Harsági/van Rhee (ed.), Multi-Party Redress Mechanisms in Europe: Squeaking Mice? (2014), p. 3–14.
- The Effective Operation of the Maintenance Regulation in the EU-Member States, in: Beaumont et al. (ed.), The Recovery of Maintenance in the EU and Worldwide (2014), p. 385–409.
- Setting the Scene: The EU-Maintenance Regulation, in: Beaumont et al. (ed.), The Recovery of Maintenance in the EU and Worldwide (2014), p. 331–336.
- Die Regulierung der privaten Rechtsdurchsetzung auf europäischer Ebene, in: Nietsch/Weller (ed.), Schriften der EBS Law School, Band 3 (2014), p. 33–47.
- Die internationale Zuständigkeit nach der Erbrechtsverordnung, in: Dutta/Herrler (ed.), Die Europäische Erbrechtsverordnung (2014), p. 131–142.
- Judicial Reforms in Luxembourg and Europe: International and Comparative Perspectives (together with Georgios Dimitropoulos), in: Hess (ed.) Judicial Reforms in Luxembourg (2014), p. 11–29.
- Schiedsgerichtsbarkeit und europäisches Zivilprozessrecht, in JZ 2014, 538–545.
- Justizielle Kooperation/Judicial Cooperation, in: Hess/Gottwald, Procedural Justice (2014), p. 387–442.
- Collective Redress and the Jurisdictional Model of the Brussels I Regulation, in: Nuyts/Hatzimihail (ed.), Cross-border Class Actions (2014), p. 59–68.
- Standardization and monetization: legal perspectives, in: von Hagen/Welker (ed.), Money as God? The Monetization of the Market and its Impact on Religion, Politics, Law, and Ethics, (2014), p. 80–95.

- 'Mediation Judges' in Germany: Mutual Interference of EU Standards and National Developments, in: Van Rhee/Yulin (ed.), *Civil Litigation in China and Europe, Essays on the Role of the Judge and the Parties* (2014), Dordrecht: Springer, p. 185–194.
- Europäische Perspektiven der Mediation in Zivilsachen, in: Dethloffs et al. (ed.), *Freiwilligkeit, Zwang und Gerechtigkeit im Kontext der Mediation. Europäische und deutsche Perspektiven*. (2013), p. 25–44.
- The European Small Claims Procedure in the context of the European Law of Civil Procedure, in: Bruylant (ed.), *Le temps et le droit, Hommage au Professeur Closset-Marchal* (2013), p. 231–245.
- Hybride Sanierungsinstrumente zwischen der Europäischen Insolvenzverordnung und der Verordnung Brüssel I, in: Bruns/Kern/Münch/Piekenbrock/Stadler/Tsikrikas (ed.), *Festschrift Rolf Stürner zum 70. Geburtstag* (2013), Mohr Siebeck, p. 1253–1261.
- Cautious Steps towards the Construction of an ADR System (together with Nils Pelzer), in: Steffek/Unberath (ed.), *Regulation of Dispute Resolution in Germany* (2013), Hart Publishing, p. 209–238.
- Carl Josef Anton Mittermaier - Zivilprozessrecht in Europa: vom 19. Jahrhundert bis in die Gegenwart, in: Baldus/Kronke/Mager (ed.), *Heidelberger Thesen zu Recht und Gerechtigkeit* (2013), Mohr Siebeck, S.143–159.
- Vom Regierungsentwurf zum Mediationsgesetz, in: Fischer/Unberath (ed.), *Das neue Mediationsgesetz* (2013), p. 17–28.
- A Coherent Approach to European Collective Redress, in: Fairgrieve/Lein (ed.), *Extraterritoriality and Collective Redress* (2012), Oxford University Press, paras 6.01–6.30.
- Die Zukunft des Vorabentscheidungsverfahrens nach Art. 19 EUV und Art. 267 AEUV, in: Gsell/Hau (ed.), *Zivilgerichtsbarkeit und Europäisches Justizsystem* (2012), p. 181–201.
- The Brussels I Regulation: Recent case law of the Court of Justice and the Commission's proposed recast, *Common Market Law Review* 49 (2012), p. 1075–1112.
- Kartellrechtliche Kollektivklagen in der Europäischen Union. Aktuelle Entwicklungen, in: Remien (ed.), *Schadensersatz im europäischen Privat- und Wirtschaftsrecht* (2012), p. 151–166.
- The proposed recast of the Brussels I Regulation: Rules on Jurisdiction, in: Pocar/Viarengo/Villata (ed.), *Recasting Brussels I* (2012), p. 91–109.
- Mutual Recognition in the European Law of Civil Procedure, *ZVglRWiss* 111 (2012), 21–37.
- Der Schutz der Privatsphäre im Europäischen Zivilverfahrensrecht, *JZ* 2012, 189–193.
- Staatenimmunität und ius cogens im geltenden Völkerrecht: Der Internationale Gerichtshof zeigt die Grenzen auf, *IPRax* 2012, 201–206.
- Der Vorschlag der EU-Kommission zur vorläufigen Kontenpfändung – Ein weiterer Integrationsschritt im Europäischen Zivilverfahrensrecht, *FS Kaissis* (2012), p. 399–411.
- Die Reform der Verordnung Brüssel I und die Schiedsgerichtsbarkeit, in: *FS Bernd v. Hoffmann* (2012), p. 648–655.
- Affected Individuals in proceedings before the ICJ, the ITLOS and the ECHR, in: *liber amicorum Rüdiger Wolfrum*, tome 2 (2011), p. 1639–1660 (together with A. Wiik).
- The Reform of the Regulation Brussels I (Anhörung des Europäischen Parlaments Oktober 2011).
- Towards Minimum Standards in European Civil Procedural Law, in: *liber amicorum Tadeus Erecinski*, tome 1 (2011), p. 1081–1110.
- The Europeanisation of German Procedural Law, in: Lipp/Frederiksen, *Reforms of Civil Procedure in Germany and Norway* (2011), p. 115–123.
- Perspektiven der gerichtlichen Mediation in Deutschland, *ZZP* 124 (2011), 135–162.
- European Civil Procedure and Public International Law, *Essays in Honor of Bruno Simma* (2011), p. 932–941.
- Kommunikation im europäischen Zivilprozess, *AnwBl.* 2011, p. 321–326.

- Die Reform der EuGVO und die Zukunft des Europäischen Zivilprozessrechts, IPRax 2011, 125–130.
- „Private law enforcement“ und Kollektivklagen, JZ 2011, 66–74.
- Kommentierung von Artikel 81 AEUV, in: Grabitz/Hilf/Nettesheim (ed.), Das Recht der Europäischen Union I (42. Erg. 2010), 24 pages.
- National Report Germany, in: Hodges/Vogenauer/Tulibacka (ed.), The Costs and Funding of Civil Litigation (2010), p. 349–372 (together with R. Hübner).
- Kartellrechtliche Kollektivklagen in der Europäischen Union – Aktuelle Perspektiven, WuW 2010, p. 493–501 (auch erschienen in: BRAK Mitteilungen, Sonderheft 5. ZPR-Symposium der Bundesrechtsanwaltskammer Potsdam 2010).
- Cost and Fee Allocation in Civil Procedure, in: Basedow et al. (ed.) German National Reports to the 18th International Congress of Comparative Law (2010), p. 161–180.
- Deutsches Zivilprozessrecht zwischen nationaler Selbständigkeit und Europäischem Anpassungszwang, Ritsumeikan Law Review 27 (2010), p. 191–208.
- Massenklagen und Managerhaftung, in: Priester/Schneider (ed.), Handbuch Managerhaftung (2010), p. 391–410.
- Improving the Interfaces between Arbitration and European Procedural Law – the Heidelberg Report and the EU Commission’s Green Paper on the Reform of the Regulation Brussels I, Cahiers de l’arbitrage 2010, p. 17–30.
- Cross-border Collective Litigation and the Regulation Brussels I, IPRax 2010, 116–120.
- Das Google Book Search Settlement – Gefahr einer weltweiten Amerikanisierung und Monopolisierung des Urheberrechts?, in: Reuß/Rieble (ed.), Autorenschaft als Werkherrschaft in digitaler Zeit (2009), p. 67–89.
- Die Revisibilität ausländischen Rechts nach der Neufassung des § 545 ZPO, NJW 2009, 3132–3136 (together with R. Hübner).
- Aktuelle Tendenzen der Prozessrechtsentwicklung in Europa, in: Casper et al. (ed.), Auf dem Weg zu einer europäischen Sammelklage? (2009), p. 135–147.
- Rechtspolitische Perspektiven der Zwangsvollstreckung, JZ 2009, 662–668.
- Abgestufte Integration im Europäischen Zivilprozessrecht, FS Leipold (2009), p. 237–250.
- Die europäische Kontenpfändung aus der Perspektive eines Europäischen Vollstreckungsrechts, FS Kropholler (2008), p. 795–807.
- Die Verordnungen zur Einführung eines Europäischen Vollstreckungstitels und eines Europäischen Mahnverfahrens – ein substantieller Integrationsschritt im Europäischen Zivilprozessrecht, IPRax 2008, 305–314 (together with D. Bittmann).
- EU Trends in Access to Justice, in: Van Rhee/Uzelac (ed.), Civil Justice between Efficiency and Quality: From *Ius Commune* to CEPEJ (2008), p. 189–202.
- Taking and Preservation of Evidence in Cross-Border Proceedings, in: Nuyts (ed.) International Litigation in Intellectual Property and Information Technology (2008), p. 289–303.
- Kommentierung der Einleitung zum KapMuG, des §§ 16 KapMuG, 32b ZPO in: Kölner Kommentar zum Kapitalanleger-Musterverfahrensgesetz (2008).
- Verbesserung des Rechtsschutzes durch kollektive Rechtsbehelfe?, in: Mansel/Dauner-Lieb/Henssler (ed.), Zugang zum Recht: Europäische und US-amerikanische Wege der privaten Rechtsdurchsetzung (2008), p. 61–84.
- Die Zulässigkeit materiellrechtlicher Einwendungen im Vollstreckbarerklärungsverfahren nach Art. 43 ff. EuGVO, IPRax 2008, 25–30.
- Europäisches Beweisrecht zwischen Menschenrechtsschutz und internationaler Rechtshilfe: Die Polanski-Entscheidung des House of Lords, in: Mahraun (ed.), Bausteine eines europäischen Beweisrechts (2007).
- Die allgemeinen Gerichtsstände der Brüssel I – Verordnung, FS Lindacher (2007), p. 53–63.

- Beweissicherung und Beweisbeschaffung im europäischen Justizraum, IPRax 2007, 183–190 (together with C. Zhou).
- Die Effektuierung des Exequaturverfahrens nach der Europäischen Gerichtsstands- und Vollstreckungsverordnung, IPRax 2007, 277–281 (together with D. Bittmann)
- Massenklagen und Organhaftung, in: Priester/Schneider (ed.), Handbuch Managerhaftung (2007), p. 409–426.
- La participation du citoyen à l'administration de la justice en Allemagne, in : Actes du Colloque organisé le 25 novembre à Bruxelles (2006), p. 225–236.
- Die Reform der Sachaufklärung im deutschen Zwangsvollstreckungsrecht, FS Vollkommer (2006), p. 349–361 (together with G. Vollkommer)
- Transatlantische Justizkonflikte in: AG 2006, p. 809–818.
- Vom Konflikt zur Konkordanz – das Europäische Gemeinschaftsrecht und der Sport – dargestellt am Beispiel der Freizügigkeit der Sportler, in: Vieweg (ed.) Prisma des Sportrechts (2006), p. 2–31.
- L'impartialité du juge en droit allemand, in: Van Compernelle/Tarzia (ed.), L'impartialité du juge et de l'arbitre (2006), p. 157–177.
- Effektiver Rechtsschutz vor staatlichen Gerichten aus deutscher und vergleichender Sicht, in: Gottwald (ed.), Effektivität des Rechtsschutzes vor staatlichen und privaten Gerichten (2006), p. 121–171.
- Methoden der Rechtsfindung im Europäischen Zivilprozessrecht, IPRax 2006, 348–364.
- Neue Rechtssetzungsakte und Rechtssetzungsmethoden im Europäischen Justizraum, ZSR 124 II (2005), 183–230.
- Aktuelle Brennpunkte des transatlantischen Justizkonflikts, Die Aktiengesellschaft 2005, p. 897–905.
- Staatshaftung für zögerliche Justiz – ein deutsch-österreichischer Rechtsvergleich, in: FS Rechberger (2005), p. 211–226.
- Verbrauchermediation, in: ZZP 118 (2005), 427–458.
- Musterverfahren im Kapitalmarktrecht, ZIP 2005, 1713–1720.
- Médiation et contentieux de la consommation, in: Cadiet/Clay/Jeuland (ed.), Médiation et arbitrage (2005), p. 69–93.
- The Draft Hague Convention on Choice of Court Agreements, External Competences of the European Union and Recent Case Law of the European Court of Justice, in: Nuyts/Watté (ed.), International Civil Litigation in Europe and Relations with Third States (2005), p. 263–284.
- Minimum Standards for Enforcement of Provisional and Protective Measures at the European Level, in: Andenas/Hess/Oberhammer (ed.), Enforcement Practice in Europe (2005), p. 265–287.
- Comparative Analysis of the National Reports on Enforcement Agents, in: Andenas/Hess/Oberhammer (ed.) Enforcement Practice in Europe (2005), p. 25–46.
- Geschichte vor dem Richter, Entschädigungsfragen im deutsch-polnischen Verhältnis, Forschungsberichte der Deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik 1/2005.
- Altman v. Austria, Ein transatlantischer Rechtsstreit um ein weltberühmtes Gemälde im Wiener Belvedere, in: FS P. Schlosser (2005), p. 256–275.
- Grundfragen und Entwicklungen der Parteifähigkeit, in: ZZP 117 (2004), 267–304.
- Die Konstitutionalisierung des Europäischen Privat- und Verfahrensrechts, JZ 2005, 540–552.
- Das Gesetz über Musterverfahren zum Schutz von Kapitalanlegern, ZIP 2004, 1381–1387 (together with C. Michailidou).
- Der Regierungsentwurf für ein Kapitalanlegermusterverfahrensgesetz – eine kritische Bestandsaufnahme, WM 2004, 2329–2334.
- EMRK, Grundrechte-Charta und europäisches Zivilverfahrensrecht, FS E. Jayme (2004), p. 339–359.

Prof. Dr. Dres. h.c. Burkhard Hess

- Les compétences externes de la Communauté européenne dans le cadre de l'article 65 CE, in: Muir-Watt/Pataut/Fuchs, Les conflits de lois et le système juridique communautaire (Paris 2004), p. 81–101.
- Die vorläufige Vollstreckbarkeit ausländischer Urteile im Binnenmarkprozess, IPRax 2003, 81–91. (together with T. Hub).
- Sammelklagen im Kapitalmarktrecht, Aktiengesellschaft 2003, p. 113–125.
- Kriegsentschädigungen im Internationalen Privat- und Verfahrensrecht, in: Berichte der Deutschen Gesellschaft für Völkerrecht Bd. 40 2003, p. 107–212.
- Nouvelles techniques de la coopération judiciaire transfrontière en Europe, in: Revue Critique de droit international privé 2003, 215–237.
- Die kollektive Durchsetzung von Schadensersatzansprüchen im Kapitalmarktrecht, in: WM 2003, p. 2318–2324 (together with C. Michalidou).
- La procédure d'Arrest (saisie de comptes bancaires) en droit allemand, in: Isnard/Normand, L'aménagement du droit de l'exécution dans l'espace communautaire – bientôt les premiers instruments (Paris 2003), p. 223–252.
- Richterliches Ermessen im Zivilprozess. Die Rechtslage in Deutschland (Nationalbericht), in: Storme/Hess (ed.), Discretionary Power of the Judge (2003), p. 395–452.
- Judicial Discretion (General Report), in: Storme/Hess (ed.), Discretionary Power of the Judge: Limits and Control (2003), p. 45–72.
- Schuldrechtsreform und Zivilprozess, in: Dauner-Lieb/Konzen/Schmidt (ed.), Das neue Schuldrecht in der Praxis (2002), p. 665–682.
- Aktuelle Probleme des Vorabentscheidungsverfahrens, RabelsZ 66 (2002), 471–502.
- Die VO 1206/01/EG zur Beweisaufnahme im Ausland, ZZPInt. 6 (2002), 149 ff. (together with Achim Müller).
- Rechtliche Rahmenbedingungen der Mediation, in: Haft/von Schlieffen, Handbuch Mediation (2002), p. 675–711.
- Das neue Schuldrecht: Inkrafttreten und Übergangsrecht, NJW 2002, 253–260.
- Mehr Instanzen, weniger Rechtsschutz? Zur aktuellen Situation in der internationalen Sportgerichtsbarkeit, in: WFV (ed.), Sportrecht damals und heute, Schriftenreihe Nr. 43 (2002), p. 69–89.
- Die Integrationsfunktion des Europäischen Zivilprozessrechts, IPRax 2001, 389–396.
- Vergleichende Bemerkungen zur Rechtsstellung des Richters, in: Oberhammer (ed.), Richterbild und Rechtsreform in Mitteleuropa (Wien 2001), p. 1–22.
- Aktuelle Perspektiven der europäischen Prozessrechtsangleichung, JZ 2001, 573–582.
- Die Zustellung von Schriftstücken im Europäischen Justizraum, NJW 2001, 15–20.
- Das geplante Unterlassungsklagengesetz, in: Ernst/Zimmermann (ed.), Zivilrechtswissenschaft und Schuldrechtsreform (2001), p. 527–548.
- Die Anerkennung eines Class Action Settlement in Deutschland, JZ 2000, 373–382.
- Die „Europäisierung“ des internationalen Zivilprozessrechts durch den Amsterdamer Vertrag – Chancen und Gefahren, NJW 2000, 23–32.
- Staatenimmunität bei Menschenrechtsverletzungen, in: FS Rolf A. Schütze (1999), p. 269–285.
- Abuse of Civil Procedure in Germany and in Austria, in: Taruffo (ed.), Abuse of Procedural Rights (1999), p. 149–177.
- Zwangsarbeiterklagen vor US-amerikanischen und deutschen Zivilgerichten, Aktiengesellschaft 1999, 145–155.
- Internationale Sportschiedsgerichtsbarkeit im Licht der New Yorker Konvention zur Schiedsgerichtsbarkeit, ZZP International 1998, 457–475.
- Der Binnenmarkprozess - neuer Verfahrenstyp zwischen nationalem und internationalem Zivilprozessrecht, JZ 1998, 1021–1032.

- Völker- und zivilrechtliche Beurteilung der Entschädigung für Zwangsarbeit vor dem Hintergrund neuerer Entscheidungen deutscher Gerichte, in: Barwig (ed.), *Entschädigung für Zwangsarbeit* (1998), p. 65–93.
- Grunddienstbarkeit und Reallast im System dinglicher Nutzungs- und Verwertungsrechte, *AcP* 198 (1998), 489–515.
- Die Auswirkungen der Einführung des Euro auf das deutsche Privat- und Verfahrensrecht, in: Graf Vitzthum (ed.), *La Coopération Franco-Allemande en Europe à l'aube du XXIe Siècle*, (Aix en Provence 1998), p. 237–257.
- The Reprivatization of Land in Germany after 1990, in: v. Hoffmann/Hwang (ed.), *The Public Concept of Land Ownership*, Frankfurt 1997, p. 191–217.
- Bemerkungen zur geplanten Übergangsregelung des Erbrechtgleichstellungsgesetzes, *FamRZ* 1996, 781–785.
- Nachehelicher Unterhalt zwischen Vertragsfreiheit und sozialrechtlichem Allgemeinvorbehalt, *FamRZ* 1996, 981–988.
- Auslandssachverhalte im Offenbarungsverfahren, *RPfleger* 1996, 89–94.
- Hochleistungssportler zwischen internationaler Verbandsmacht und nationaler Gerichtsbarkeit, *ZZP-International* 1996, 371–392.
- Einwirkungen des Vorabentscheidungsverfahrens nach Art. 177 EGV auf das deutsche Zivilprozessrecht, *ZZP* 108 (1995), 59–107.
- Noch einmal: Kollisionsrecht oder (?) Auslegung - zum dogmatischen Verständnis des intertemporalen Kollisionsrechts des Einigungsvertrages, *JR* 1994, 273–275.
- Entschädigung für Zwangsarbeit im „Dritten Reich“, *JZ* 1993, 606–610.
- The International Law Commission's Draft Convention on Sovereign Immunity, *European Journal Int'l Law* 4 (1993), p. 269–283.
- Die Rechtsprechung zur Schiedsgerichtsbarkeit in Frankreich 1990 (together with P. Schlosser), in: *Deutsches Jahrbuch zur Schiedsgerichtsbarkeit* 1991, p. 248–260.
- Das automatisierte Mahnverfahren, *Computer und Recht* 1991, p. 245–250.
- Probleme der Staatenimmunität bei grenzüberschreitenden Unterlassungsklagen, *Juristische Blätter* 1989, p. 285–294.
- Zur Zustellung von Klagen gegen fremde Staaten, *Recht der internationalen Wirtschaft* 1989, p. 254–260.

V. Annotations to Case Law

- Über fehlende Rechtskenntnisse deutscher Rechtsanwälte und Gerichte (zu OLG Düsseldorf, 8.10.2019, I-3 W 157/19), *IPRax* 2020, 215–216.
- Untiefen des deutschen und des europäischen Zustellungsrechts (zu OLG Frankfurt, 8.5.2019 - 13 U 210/17), *IPRax* 2020, 127–128.
- Abgrenzung der *acta iure gestionis* und *acta iure imperii*: der BGH verfehlt die völkerrechtliche Dimension der Staatenimmunität (zu BGH, 19.12.2017 - XI ZR 796/16), *IPRax* 2018, 351–354.
- The Fate of Investment Dispute Resolution after the Achmea Decision of the European Court of Justice, *MPILux Research Paper Series* 2018 (3).
- A European Law Reading of Achmea, conflict of laws, 8.3.2018.
- Über die Anwendung des europäischen Prozessrechts in Bayern - (k)eine Posse (zu OLG München, 3.7.2017 - 34 AR 59/17), *IPRax* 2018, 258.
- Factual Contracts in European Law? Critical Reflections on the Conclusions of AG Bobek of October 27, 2016 in case C-551/15 Pula Parking ./ Tederahn, in: *blogdroiteuropeen*, 17.11.2016 (also conflict of laws 22.11.2016).

- Two German Higher Regional Courts challenge the independence of the Court of Arbitration for Sport: Pechstein and SV Wilhelmshaven (together with Franz Kaps), in: conflict of laws [<http://conflictoflaws.net/2015/pechstein-and-sv-wilhelmshaven-two-german-higher-regional-courts-challenge-the-independence-of-the-court-of-arbitration-for-sport/>] 06.02.2015.
- Der Schutz des Privatsphäre im Europäischen Zivilverfahrensrecht (zu EuGH, 25.10.2011, verb. Rs. C-509/09 und 161/10, eDataAdvertising und Olivier Martinez), JZ 2012, 189–193.
- Übersetzungserfordernisse im europäischen Zivilverfahrensrecht (zu EuGH, Rs. C-14/07 (Weiss & Partner), IPRax 2008, 400–403.
- Europäisches Insolvenzrecht nach Eurofood: Methodische Standortbestimmung und praktische Schlussfolgerungen, IPRax 2007, 89–98 (together with B. Laukemann and C. Seagon)
- Internationale Eröffnungszuständigkeit im Insolvenzverfahren (zu EuGH, Rs. C-106/04, Staubitz-Schreiber), JZ 2006, 670–673 (together with B. Laukemann)
- Konkurrierende Unterlassungsverfügungen im Europäischen Justizraum, zu EuGH, Rs. C-80/00, Italian Leather ./ WECO, IPRax 2005, 23–25.
- Transatlantischer Rechtsverkehr heute: Von der Kooperation zum Konflikt?, zu BVerfG, 2 BvR 1198/03, JZ 2003, 923–926.
- Aufrechnung im Prozess und internationale Zuständigkeit - Besprechung von BGH, 7.11.2001, VIII ZR 263/00, JZ 2002, 607–610 (together with Achim Müller)
- Urteilsfreizügigkeit und ordre public-Vorbehalt bei Verstößen gegen Verfahrensgrundrechte und Marktfreiheiten - Besprechung von EuGH, 11.5.2000, Rs. C-38/98 Renault Usines/Maxicar, IPRax 2001, 301–306.
- Anmerkung zu BGH, 15.11.2000, VIII ARZ 2/00, BGHZ 146, 49, in: LM Nr. 1 InvEr/WobauldG (2001).
- Die begrenzte Freizügigkeit einstweiliger Maßnahmen im Binnenmarkt II – Besprechung von EuGH, 27.4.1999, Rs. C-99/96, IPRax 2000, 370–375.
- Anmerkung zu BVerfG, 18.1.2000, 1 BvR 321/96, JZ 2000, 785 ff. (together with G. Vollkommer).
- Anmerkung zu BGH, 29.4.1999, IX ZR 263/97, WUB VII A § 328 ZPO 1.00 (together with K. Voegelé).
- Anmerkung zu EuGH, 22.4.1999, Rs. C-423/97, WuB IV F. RL 85/577/EWG 1.00.
- Anmerkung zu EuGH, 16.3.1999, Rs. C-159/97, WuB VII B Art. 17 EuGVÜ 1.00 (together with T. Hub).
- Die begrenzte Freizügigkeit einstweiliger Verfügungen nach Art. 24 EuGVÜ - Besprechung von EuGH, 17.11.1998, Rs. C-391/95, Van Uden Maritime/Deco Line, IPRax 1999, 220–226 (together with G. Vollkommer).
- Anmerkung zu BGH, 19.12.1997, LM Nr. 29 zu Art. 233 EGBGB 1986.
- Anmerkung zu BGH, 16.7.1997, WM 1998, 513, WuB IV A. § 852 BGB 1.98 (together with G. Vollkommer).
- Anmerkung zu BVerfG, 8.10.1996, 1 BvR 875/92, JZ 1997, 409 ff.
- Anmerkung zu BGH, 11.12.1996, WM 1997, WuB VII B Art. 21 EuGVÜ 1.97 (together with G. Vollkommer).
- Anmerkung zu BGH, 28.10.1996, WM 1996, 2351, WuB VII A § 23 ZPO, 1.97.
- Anmerkung zu BGH, 10.5.1995, WM 1995, 1231, WuB I E 2. § 7 VerbrKrG 1.96.
- Anmerkung zu EuGH, 14.7.1994, Rs. C-91/92, Faccini Dori, JZ 1995, 150-152.
- Anmerkung zu BGH V ZR 158/92, BGH NJW 1994, 655, EWIR Art. 297 ZGB 3/94.
- Anmerkung zu BGH IX ZB 82/90, NJW 1993, 3269, EWIR Art. 27 EuGVÜ 1/94.
- Urteilsanerkennung, Inlandskonkurs und die Tücken der internationalen Zustellung (OLG Saarbrücken, 5 W 96), IPRax 1995, 16-19.
- Amtshaftung als "Zivil- und Handelssache" i.S.v. Art. 1 EuGVÜ, Besprechung von EuGH, 21.4.1993, Rs. C-172/91, Sonntag/Waldmann, IPRax 1994, 10-17.

- Der Ausschluß österreichischer Berechtigter vom Vermögensgesetz, Besprechung der Entscheidung des österr. Verfassungsgerichtshofs vom 13.6.1992 zum Vermögensvertrag DDR-Österreich, VIZ 1993, 331-334.
- Staatenimmunität bei politischem Mord – die Letelier-Entscheidung vor einem US-chilenischen Schiedsgericht, IPRax 1993, 110-114.
- Gerichtsstandsvereinbarungen zwischen EuGVÜ und ZPO (BGH IX ZR 250/90), IPRax 1992, 358-361.

VI. Varia

- Corona-Maßnahmen: Mit Klage in den USA zum Schadensersatz?, Beitrag zu Tagesschau.de/Faktenfinder zur US-Sammelklage, 21.9.2020.
- Eine europäische Erfolgsgeschichte: Das europäische Zivilprozessrecht feiert seinen 50. Geburtstag, Frankfurter Allgemeine Zeitung, 27.9.2018.
- Die Justiz muss sich öffnen, Frankfurter Allgemeine Zeitung, 16.4.2016
- Mehrklassenjustiz droht – Für jeden etwas: TTIP, Schieds- und Amtsgerichte, Frankfurt Allgemeine Zeitung, 24.12.2014.
- Ein neues Max-Planck-Institut für Internationales, Europäisches und Regulatorisches Prozessrecht in Luxemburg, in: ZEuP, Band 2/2013, p. 229–234.
- Mediation auf Abwegen – wider die geplante Privatisierung der Mediation, Frankfurter Allgemeine Zeitung, 2.5.2011.
- Schwerpunktlausur – Zivilverfahrensrecht: Versäumnisurteil und Zwangsvollstreckung - Taxifahrt mit Hindernissen, JuS 2010, 987–993 (together with Moritz Hennemann).
- Europa kann den Spieß herumdrehen – zum Google Booksearch Settlement, Frankfurter Allgemeine Zeitung, 20.10.2009.
- Revisionsgrund aus dem Ausland, Frankfurter Allgemeine Zeitung, 19.5.2009.
- Es wird Zeit, dass die Bundesregierung eingreift, Frankfurter Allgemeine Zeitung, 9.5.2009.
- Rechtspolitische Überlegungen zur Umsetzung von Art. 15 der Europäischen Zustellungsverordnung, IPRax 2008, 477–480.
- Die intertemporale Anwendung des europäischen Zivilprozessrechts in den EU-Beitrittsstaaten, IPRax 2004, 374–376.
- Effektivierung der Forderungspfändung: Der BGH erleichtert Verdachtspfändungen, NJW 2004, 2350–2352.
- Noch einmal: Direktzustellungen nach Art. 14 EuZVO, NJW 2004, 3301–3303.
- Besprechung von Adolphsen, Internationale Dopingstrafen, SchiedVZ 2004, 199.
- Examensklausur Zivil- und Zivilprozessrecht: Die gepfändeten Teppiche, JURA 2001, 698 - 704 (together with G. Vollkommer).
- Rezension: Knothe, Einstweiliger Rechtsschutz im spanischen und deutschen Zivilprozessrecht, ZJP 114 (2001), 125 ff. (together with G. Vollkommer).
- Der Vorschlag der französischen Ratspräsidentschaft vom 26.6.2000 über einen „Europäischen Besuchstitel“, in: IPRax 2000, 361–363.
- Steht das geplante, weltweite Zuständigkeits- und Vollstreckungsübereinkommen vor dem Aus? in: IPRax 2000, 342 f.
- Inländische Rechtsberatung gegen Erfolgshonorar? in: NJW 1999, 2485 f.
- Justitias langsamer Charme, in: FAZ, 8.12.1999, Nr. 286, p. 54.
- Rezension: Dorsel, Forum non Conveniens, in: ZJP 1999, 107–112.
- Urlaubsfreuden europaweit, Examensklausur zum Reisevertrag- und Europarecht, in: JURA 1994, p. 423–428.
- Methodik der Fallbearbeitung, dargestellt am Beispiel des Zivilrechts, in: Otto (ed.), JURA-Extra, Studium und Examen 1993, p. 59–77.

4
D

Prof. Dr. Dres. h.c. Burkhard Hess

- Devisenbestimmungen, Investitionsschutz, Kapital- und Gewinntransfer bei Investitionen in Polen, in: Breidenbach (ed.), Handbuch Wirtschaft und Recht in Osteuropa, C.H. Beck München 1992.
- Devisenbestimmungen, Investitionsschutz, Kapital- und Gewinntransfer bei Investitionen in der CSFR.
- Das deutsch-tschechoslowakische Investitionsschutzabkommen, Textdokumentation mit Einführung, in: Wirtschaft und Recht in Osteuropa 1992, p. 220–222.
- Besprechung von Schmid, Elektronische Datenverarbeitung im Mahnverfahren (München 1991) und von Lechner, Das automatisierte Mahnverfahren (Augsburg 1991), Computer und Recht 1992, p. 572–574.
- Tagung der Wissenschaftlichen Vereinigung für internationales Verfahrensrecht in Aachen vom 9.10.-12.10.1991, IPRax 1992, 200–202.
- Der praktische Fall im Bürgerlichen Recht: Ferien auf dem Bauernhof, JuS 1992, p. 310-313.

Numerous posts in the following blogs: Conflict of Laws, OGEMID and Kluwer Arbitration.

FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Proposta de Doutoramento *h.c.*

Prof. Dr, Axel Kämmerer

O Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, da Faculdade de Direito da Universidade Lisboa, propõe ao Conselho Científico, a atribuição ao Prof. Axel Kämmerer, da Bucerius Law School, Hamburg (Alemanha), do título de Doutor *h.c.* pela Universidade de Lisboa. Os fundamentos principais para a proposta de Doutoramento *h.c.* são os seguintes:

- O Prof. Kämmerer é Professor da Cátedra de Direito Público (Direito Público Estadual, Europeu e Internacional) (Lehrstuhl Öffentliches Recht, Öffentliches Recht Völker und Europarecht). O Prof. Kämmerer tem investigado, publicado e ensinado, nas principais áreas do grupo de disciplinas de Ciências Jurídico-Políticas, designadamente nos domínios do Direito Constitucional, Direito Europeu, Direito Internacional, Direito Administrativo (Geral e Especial), como se comprova pelo seu excelente CV.

- O Prof. Kämmerer tem uma (já) longa e continuada relação de amizade e de cooperação com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde tem ensinado, nos últimos anos, um Curso Intensivo, a convite do GERI e da Diretora da FDUL. Além disso, o Professor Kämmerer foi ainda Professor Convidado na Universidade de Paris I (Panthéon Sorbonne), e na Universidade Nacional de Seoul, na República da Coreia, para além de ter participado em numerosos Congressos e conferências, na Alemanha e noutros países da Europa. Os seus conhecimentos linguísticos abrangem o inglês, francês, italiano e espanhol (para além do alemão), tendo iniciado a aprendizagem da língua portuguesa, na sequência das suas estadias de ensino na FDUL.

- O Prof Kämmerer tem uma muito intensa atividade em numerosas instituições científicas (alemãs e internacionais), de que se destaca a Presidência da SIPE, Associação de Professores de Direito Público da Europa (*Societas Iuris Publici Europei*), da qual foi anteriormente Secretário-geral durante 2 mandatos. É também membro da Associação Internacional de Direito Constitucional ("International Association of Constitutional Law"), da Associação Alemã de Direito Internacional Público ("Deutsche Gesellschaft für Internationales Recht"); da Associação Alemã de Direito Comparado ("Deutsche Gesellschaft für Rechtsvergleichung"); da Associação Alemã de Direito da Defesa Nacional ("Deutsche Gesellschaft für Wehrrecht"); da Associação para a Promoção da Política do Direito ("Förderverein Gesellschaft für Rechtspolitik"); da Associação de Juristas Argentina-Alemanha ("Argentinisch-Deutsche Juristenvereinigung").

- O Prof. Kämmerer não está ainda em fase final da sua carreira, mesmo se já atingiu o topo da hierarquia académica, pelo que tem ainda muito a dar à Ciência Jurídica



alemã e europeia. O fortalecimento dos laços de solidariedade e cumplicidade académica com a Universidade de Lisboa representa assim uma excelente oportunidade para a internacionalização da FDUL.

São estas as principais razões que levam o Grupo de Professores de Ciências Jurídico-Políticas a propor a atribuição ao Prof. Axel Kämmerer do grau de Doutor *h.c.* pela Universidade de Lisboa.

Maria João Estorninho
(Presidente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas)

Lisboa, 21 de novembro de 2022.



Jörn Axel Kämmerer, Prof. Dr. iur.

Born 1965 in Braunschweig (Brunswick), Germany

Curriculum Vitae

I. Professional Education

1994-1995	Second State Exam in Law in Stuttgart, Germany
1993	Conferment of Dr. iur. (Thesis: Die Antarktis in der Raum- und Umweltschutzordnung des Völkerrechts [<i>The Antarctic within the Spatial and Environmental Regime of Public International Law</i>])
1992-1995	<i>Referendariat</i> at Tübingen District Court (<i>Landgericht</i>), including legal training in Mannheim (<i>Verwaltungsgerichtshof</i> - High Administrative Court) and Buenos Aires (Law Firm of Dr. Zuppi)
1991	First State Exam in Law
1987-1988	Studies at the Law Faculty of University d'Aix-Marseille III, France. <i>Maîtrise</i> degree in law (mention "droit international")
1984-1987 and 1988-1990	Legal studies at Eberhard Karls University, Tübingen, Germany (with a scholarship for outstanding students provided by the <i>Studienstiftung des deutschen Volkes</i>)
1984	Abitur (A levels)

II. Professional Experience

Since 2022	President of the Societas Iuris Publici Europaei (SIPE)
2017-2019	Managing Director (ad interim) of the Institute for Corporate and Capital Markets Law (ICCML-IUKR) at Bucerius Law School
Dec. 2016/Feb. 17	Visiting Scholar at the National University of Singapore
2016-2022	Secretary-General of the Societas Iuris Publici Europaei (SIPE)
2013 (May/June)	Visiting Scholar (Lecture Series) at Hebrew University, Jerusalem, Israel
Since 2012	Member of the Expert Group on Financial Markets Regulation, Federal Ministry of Finance, Berlin, Germany
2009 (March-April)	Parsons Visitor at University of Sydney, Australia, Faculty of Law
2008/2009	Vice-President of Bucerius Law School, Hamburg, Germany
Since 2007	Lectures in the Bucerius/WHU Master of Law and Business Programme
Since 2007	Co-Director of the Institute for Corporate and Capital Markets Law (ICCML-IUKR) at Bucerius Law School

II

- 2007 (March-Aug.) Visiting Professor at Seoul National University, College of Law, Republic of Korea
- 2006 (summer) Lecture Series in Beijing (CASS/Bucerius Summer Seminar on German, European and WTO Law), PR China
- 2005 to 2008 Visiting Professor at Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), France
- 2003 (autumn) Research stay at Trade Law Centre for Southern Africa, University of Stellenbosch, Republic of South Africa
- 2000 (October) Appointed University Professor and holder of the academic chair of Public Law, European and Public International Law at the newly founded Bucerius Law School, Hamburg, Germany; subsequently elected chairman of the University's Statute Committee
- 2000 (July) *Habilitation* at the Law Faculty of Tübingen University, Germany (thesis: Privatisierung: Typologie - Determinanten - Rechtspraxis - Folgen [*Privatisation: Typology, Determinants, Legal Practice, Consequences*])
- 1995-2000 Assistant Professor/Lecturer (*Hochschulassistent*) at Tübingen Law Faculty
- 1992 Advisor for Constitutional Law at the Parliament of the Free State of Saxony, Dresden, (former East) Germany
- 1991-1995 Research Assistant (*Wissenschaftlicher Mitarbeiter*) at Tübingen Law Faculty, Germany, Chair of Public Law and Public International Law

III. Membership

International Association of Constitutional Lawyers

Societas Iuris Publici Europaei

Deutsche Gesellschaft für Rechtsvergleichung (*German Society of Comparative Law*)

Deutsche Gesellschaft für Internationales Recht (*German Society of International Law*)

Vereinigung der deutschen Staatsrechtslehrer (*Association of German Constitutional Law Scholars*)

Deutscher Juristentag (*German Law Forum*)

Deutsche Sektion der Internationalen Juristen-Kommission (International Commission of Jurists, German Section)

Asociación Jurídica Argentino-Germana

IV. Languages

German (native)

English (fluent)

French (fluent)

Spanish (good)

4
20

Prof. Dr. Jörn Axel Kämmerer

PUBLIKATIONEN SEIT 2010 NACH SACHBEREICHEN
PUBLICATIONS SINCE 2010 BY AREAS OF LAW
PUBLICATIONS DEPUIS 2010 PAR MATIERES JURIDIQUES

Stand: August 2022

I.

ALLGEMEINES STAATSRECHT
GENERAL CONSTITUTIONAL LAW
DROIT CONSTITUTIONNEL GENERAL

- Lehrbuch: Staatsorganisationsrecht, Franz Vahlen, München, 4. Aufl. 2022, 263 Seiten (3. Aufl. 2016, 247 Seiten; 2. Aufl. 2012, 214 Seiten; 1. Aufl. 2008, 171 Seiten)
- Alemania, in: Nash/Núñez/Morales/Fuchs (Hrsg.), Constitución y estado de derecho, Tirant lo Blanch, 2021, S. 29 - 86 (mit Leonard Feil)
- Mitherausgeberschaft des Grundgesetz-Kommentars von Münch/Kunig, C.H. Beck, München, 7. Aufl. 2021 (mit Markus Kotzur)
- Kommentierungen im Grundgesetz-Kommentar von Münch/Kunig, C.H. Beck, München, 7. Aufl. 2021

Neubearbeitungen:

- Art. 69 GG (Stellvertreter des Bundeskanzlers), Band I
- Art. 45b GG (Wehrbeauftragter), Band I (mit Andreas Kerkemeyer)

Überarbeitungen:

- Art. 2 GG (Allgemeine Handlungsfreiheit etc.), Band I (mit Philipp Kunig)
- Art. 12 GG (Berufsfreiheit), Band I
- Art. 12a GG (Wehrdienst etc.), Band I
- Art. 27 GG (Handelsflotte), Band I (mit Paulina Starski)
- Art. 88 GG (Bundesbank), Band II
- Fallstricke des Stiftungsföderalismus, in: npoR 2020, S. 273 - 279 (mit Peter Rawert)

-
- Kommentierung zu Art. 16a GG (Neufassung), in: Bonner Kommentar zum Grundgesetz, C.F. Müller, Heidelberg, 206. EL, August 2020, 190 Seiten (mit Markus Kotzur)
 - Grundrechtsschutz in der Pandemie – Der „Corona-Lockdown“ im Visier der Verfassungs- und Verwaltungsgerichtsbarkeit, in: GesR 2020, S. 341 - 353 (mit Leif Jischkowski)
 - Vollendung des Grundrechtsverbunds oder Heimholung des Grundrechtsschutzes – Die BVerfG-Beschlüsse zum „Recht auf Vergessen“ als Fanal, in: NVwZ 2020, S. 177 - 184 (mit Markus Kotzur)
 - Die Zeppelin-Stiftung: Ein staats- und stiftungsrechtliches Drama im Lichte der jüngeren deutschen Geschichte, in: Boele-Woelki/Faust/Jacobs/Kuntz/Röthel/Thorn/Weitemeyer (Hrsg.), Festschrift für Karsten Schmidt zum 80. Geburtstag, C.H. Beck, München, 2019, S. 601 - 624 (mit Birgit Weitemeyer)
 - Verfassungsmäßigkeit des Rundfunkbeitrags in Zeiten von Digitalisierung, Mobilität und „Fake News“, in: NJW 2018, S. 3209 - 3213
 - Landesgrundrechte in Hamburg, in: Merten/Papier (Hrsg.), Handbuch der Grundrechte in Deutschland und Europa, Band VIII, C.F. Müller, Heidelberg, 2016, S. 909 - 919
 - Kommentierung zu Art. 16 GG (Neufassung), in: Bonner Kommentar zum Grundgesetz, C.F. Müller, Heidelberg, 176. EL, Dezember 2015, 155 Seiten
 - Das Referendum: Rechtliche und politische Bemerkungen zum staatlich initiierten Volksentscheid, in: ZG 2015, S. 349 - 371 (mit Christian Ernst und Alina Winter)
 - Verfassung im Nationalstaat: Von der Gesamtordnung zur europäischen Teilordnung?, in: NVwZ 2015, S. 1321 - 1327
 - Deutschland auf dem Weg zur „Lame Duck Democracy“? – Eine kleine Systemkritik, in: NVwZ 2014, S. 29 - 32
 - Preisstabilität und Grundrechtsschutz. Randnotizen zur europäischen Staatsschuldenkrise, in: Der grundrechtsgeprägte Verfassungsstaat. Festschrift für Klaus Stern zum 80. Geburtstag, Duncker & Humblot, Berlin, 2012, S. 1419 - 1436



II.

ALLGEMEINES EUROPARECHT

GENERAL EU LAW

DROIT EUROPÉEN GÉNÉRAL

- Anmerkung zu EuGH Urt. v. 13.1.2022 – C-55/20 (Minister Sprawiedliwości/Prokurator Krajowy – Pierwszy Zastępca Prokuratora Generalnego ua), in: NJW 2022, S. 843
- La primauté du droit de l'Union, un produit de luxe? un produit de crise?, in: Gaudin (Hrsg.), Réseau de normes, réseau de juridictions, Mare & Martin, Paris, 2021, S. 201 - 211
- Der Brexit zwischen britischem Autonomiestreben und Handelsgewinnen, in: WiDi 2020, S. 856 - 861 (mit Hans-Bernd Schäfer)
- Die geplante Europäische Einlagensicherung (EDIS): Statische Vorgaben des Primärrechts und der unionalen Regulierungsprogrammatik für eine „dritte Säule“ der Bankenunion, in: Grundmann/Merkt/Mülbert (Hrsg.), Festschrift für Klaus J. Hopt zum 80. Geburtstag am 24. August 2020, De Gruyter, Berlin, 2020, S. 481 - 494
- Anerkennung von Berufsqualifikationen, in: Wollenschläger (Hrsg.), Enzyklopädie Europarecht, Band X, Europäischer Freizügigkeitsraum – Unionsbürgerschaft und Migrationsrecht, Nomos, Baden-Baden, 2021, S. 389 - 414 (mit Andreas Kerkemeyer)
- Das „Wightman“-Urteil des EuGH: Ein Freifahrtschein für den Exit vom Brexit, in: NVwZ 2019, S. 129 - 131
- Der EU-Binnenmarkt: Juristische Gedanken zum 20. Jahrestag, in: WiDi 2012, S. 803 - 808
- Integrationsverantwortung: Ein neuer Topos aus Karlsruher Werkstatt, in: RabelsZ 76 (2012), S. 253 - 275
- Beiträge für Basedow/Hopt/Zimmermann (Hrsg.), Stier, The Max Planck Encyclopedia of European Private Law, Oxford University Press, Oxford, 2012:
 - Council / European Council, Band I, S. 418 - 421
 - European Commission, Band I, S. 561 - 565
 - European Parliament, Band I, S. 621 - 624
 - Council of Europe (Institutional Aspects), Band I, S. 424 - 426
- Europe after the Treaty of Lisbon: To New Horizons or Business as Usual?, in: Constitutional Law and Policy Review, 2010

als Mitherausgeber / as co-editor:

- Brexit: legal and economic aspects of a divorce, Elgar Publishing, Cheltenham/Northampton, 2021, 221 Seiten (mit Hans-Bernd Schäfer)
- Integration und Desintegration in Europa – Integration and Desintegration in Europa – Intégration et Désintégration en Europe, Nomos, Baden-Baden, 2019, 386 Seiten (mit Markus Kotzur und Jacques Ziller)
- Verantwortung und Solidarität in der Europäischen Union: ein deutsch-griechischer Rechtsdialog, Nomos, Baden-Baden, 2015, 467 Seiten (mit Armin Hatje, Constantin Iliopoulos, Julia Iliopoulos-Strangas)

III.

BERUFSRECHT UND ARBEITSRECHT (VERFASSUNGS- UND EUROPARECHTLICHE ASPEKTE)

LAW OF PROFESSIONS AND EMPLOYMENT (CONSTITUTIONAL AND EU LAW ASPECTS)

DROIT DES PROFESSIONS ET DE L'EMPLOI (ASPECTS DE DROIT CONSTITUTIONNEL ET EUROPEEN)

- Anmerkung zu OLG Köln, Beschl. v. 2.1.2020 – 7 VA 26/19, in: DStR 2020, S. 742 - 744
- Verschwiegenheit von Steuerberatern – ein grundrechtlich geschütztes Gut, in: DStR 2020, 51 - 52
- Fremdinvestoren und Fremdkapital bei MVZ – rechtliche Probleme und Lösungsansätze, in: MedR, 2020, S. 5 - 13 (mit Philipp Kleiner)
- „Organ der Steuerrechtspflege“: Steuerberater im Spannungsfeld von Staat und Gesellschaft, in: DStR 2019, S. 47 - 53
- BVerfG soll erneut Vorgaben für Mehrheitsverhältnisse und Stimmrechtsanteile in RA-GmbH prüfen, in: DStR 2019, S. 1173 - 1176.
- Gewerbefreiheit für Steuerberater? Fragen an das Grundgesetz, in: DStR-Beihefter zu Heft 15/2018, S. 30 - 37
- Zu den Voraussetzungen einer geschäftsmäßigen Hilfeleistung in Steuersachen „über die Grenze hinweg“ durch im EU-Ausland ansässige Steuerberatungsgesellschaften, in: DStR 2017, S. 1286 - 1288
- Der neue Rechtsrahmen der Arbeitnehmerüberlassung, Duncker & Humblot, Berlin, 2017, 95 Seiten
- Steuerberater als Rechtsdienstleister: verfassungsrechtliche Koordinaten, in: DStR-Beihefter zu Heft 20/2017, S. 70 - 76
- Anmerkung zu BFH, Urt. v. 19.10.2016 – II R 44/12, in: DStR 2017, S. 1286 - 1288

- Qualitätssicherung bei den Freien Berufen aus europarechtlicher Warte, in: DStR-Beihefter zu Heft 12-13/2016, 47 - 52
- Anmerkung zu EuGH, Urt. v. 17.12.2015 – C-342/14, X-Steuerberatungsgesellschaft, in: DStR 2016, S. 559 - 560
- Stellung und Zukunft der Freien Berufe in Europa, in: Deutsches wissenschaftliches Institut der Steuerberater e.V. (Hrsg.), Stellung und Zukunft der Freien Berufe in Europa, DWS-Schriftenreihe Nr. 32, Berlin, 2015, S. 13 - 32
- Interprofessionelle Zusammenarbeit und europarechtliche Kohärenz, in: DStR-Beihefter zu Heft 13/2015, S. 33 - 43
- Steuerliche Hilfeleistung für ausländische Gesellschaften? Zur BGH-Vorlage vom 20.5.2014 – II R 44/12. DStR 2015, S. 540 - 544
- Besprechung von BVerfG, 1 BvR 2998/11 und 1 BvR 236/12, Beschl. v. 14.1.2014 (Verfassungswidrigkeit von gesetzlichen Beschränkungen multiprofessioneller Zusammenarbeit, hier: zwischen Rechts- und Patentanwälten), in: DStR 2014, S. 670 - 671
- Berufsfreiheit im Bologna-Prozess. Verfassungsrechtliche Anforderungen an den Zugang zu Bachelor und Master, in: RdJB 2011, S. 207 - 315 (mit Christian Ernst)
- Die Zukunft der Freien Berufe zwischen Deregulierung und Neuordnung, in: NJW, Beilage 3/2010 zu Heft 22, S. 106 - 109
- Die Zukunft der Freien Berufe zwischen Deregulierung und Neuordnung. Gutachten H zum 68. Deutschen Juristentag (= Ständige Deputation des DJT [Hrsg.], Verhandlungen des 68 Deutschen Juristentages Berlin 2010, Band I, Gutachten, Teil H), C.H. Beck, München, 2010, 123 Seiten

IV.

WÄHRUNGSUNION, FINANZ- UND BANKENRECHT, KAPITALMARKTRECHT

MONETARY UNION, FINANCIAL AND BANKING LAW, CAPITAL MARKETS LAW, REGULATION

UNION MONETAIRE, DROIT PUBLIC FINANCIER ET BANCAIRE, DROIT DES MARCHES DE CAPITAUX,
REGLEMENTATION

- Die Europäische Wirtschafts- und Währungsunion, in: Dausen/Ludwigs (Hrsg.), Handbuch des EU-Wirtschaftsrechts, C.H. Beck, München, 53. EL, 2021, 49 Seiten
- Rezension: Konrad Vossen, Rechtsschutz in der europäischen Bankenaufsicht, Die Verwaltung 54 (2021), S. 451 - 453

N
S

- Das Memorandum of Understanding (MoU): Vom Eingang einer exotischen Rechtsfigur in das Europarecht, in: Baums/Rempsberger/Sachs/Wieland (Hrsg.), Festschrift für Helmut Siekmann, Duncker & Humboldt, Berlin, 2019, S. 69 - 85
- Nachhaltige Kapitalanlagen durch Finanzmarktregulierung – Reformkonzepte im deutsch-französischen Rechtsvergleich, Mohr-Siebeck, Tübingen, 2019, 302 Seiten (mit Christian Voigt, Rüdiger Veil, Katrin Deckert)
- Articles 22 to 34 Market Abuse Regulation (MAR), Article 10 Market Abuse Directive (MAD II) and Articles 67 to 88 Markets in Financial Instruments Directive II (MiFID II), in: Kumpan/Lehmann (eds.), Financial Services Law (Commentary), 2019
- Europeanisation of Financial Markets Regulation in Times of Brexit, in: European Company and Financial Law Review (ECFR) 2017, S. 637 - 661
- Tektonische Verwerfungen im Einheitlichen Aufsichtsmechanismus (SSM) der Bankenunion, in: ZBB 2017, S. 317-325
- Kommentierungen zu Art. 139 und 140 AEUV, in: Pechstein/Nowak/Häde (Hrsg.), Frankfurter Kommentar EUV-GRC-AEUV, 2017, Band III, S. 820 - 875
- Rezension: Stefan Pilz: Der Europäische Stabilitätsmechanismus, in: AöR 142 (2017), S. 302 - 306
- How Can Eurobonds Be Legally Implemented into European Law?, in: Review of Law & Economics (RLE) 2016, S. 585 - 604
- Rundfunkbeitrag oder verkappte Wohnungsteuer? Zum Urteil des BVerwG v. 18.3.2016 – 6 C 6.15, in: DStR 2016, S. 2370 - 2373
- Rechtsschutz in der Bankenunion (SSM, SRM), in: WM 2016, S. 1 - 11
- Die europäische Bankenunion zwischen Bail-in und Bail-out. Eine kritische Positionsbestimmung aus deutscher Perspektive, in: Hatje/Iliopoulos/Iliopoulos-Strangas/Kämmerer (Hrsg.), Verantwortung und Solidarität in der Europäischen Union, Nomos, Baden-Baden, 2015, S. 349 - 368
- Die Europäische Zentralbank in der Bankenunion oder: Vor Risiken und Nebenwirkungen wird gewarnt, in: ZG 2013, S. 318 - 338 (mit Paulina Starski)
- Bahn frei der Bankenunion? Die neuen Aufsichtsbefugnisse der EZB im Lichte der EU-Kompetenzordnung, in: NVwZ 2013, S. 830 - 836
- „Enforcement“ europäischen Kapitalmarktrechts aus öffentlich-rechtlicher Perspektive, in: Kämmerer/Veil (Hrsg.), Übernahme- und Kapitalmarktrecht in der Reformdiskussion, Mohr Siebeck, Tübingen, 2013, S. 45 - 71
- Kommentierung der Artikel 122, 123 und 124 AEUV, in: Siekmann (Hrsg.), Kommentar zur Europäischen Währungsunion, Mohr Siebeck, Tübingen, 2013, S. 124 - 176
- Das neue Europäische Finanzaufsichtssystem (ESFS) – Modell für eine europäisierte Verwaltungsarchitektur?, in: NVwZ 2011, S. 1281 - 1287



- Bemessung von Geldbußen im Wettbewerbs- und Kapitalmarktrecht: Eine komparative Betrachtung, in: Grundmann et al. (Hrsg.), Unternehmen, Markt und Verantwortung, Festschrift für Klaus J. Hopt zum 70. Geburtstag, De Gruyter, Berlin, 2010, S. 2043 - 2059
- Insolvenz von EU-Mitgliedstaaten – Voraussetzungen und Folgen, in: WiDi 3/2010, S. 161 - 167

als Mitherausgeber / as co-editor:

- Übernahme- und Kapitalmarktrecht in der Reformdiskussion, Mohr Siebeck, Tübingen, 2013, 259 Seiten (mit Rüdiger Veil)

V.

REGULIERUNG UND PRIVATISIERUNG

REGULATION AND PRIVATIZATION

REGULATION ET PRIVATISATION

- Regulierung und Internationalisierung – Auf dem Weg zu einem „Regulierungsvölkerrecht“?, in: Schmidt-Preuß/Körber (Hrsg.), Regulierung und Gemeinwohl, Bonner Symposium (2015) der Wissenschaftlichen Vereinigung für das gesamte Regulierungsrecht, Nomos, Baden-Baden, 2016, S. 288 - 311
- Privatisierung (§ 14), in: Ehlers/Fehling/Pünder (Hrsg.), Wirtschaftsverwaltungsrecht, Band I, C.F. Müller, Heidelberg, 3. Aufl. 2012, S. 388 - 436
- Von der Renaissance der Beleihung, in: Profs. der Bucerius Law School (Hrsg.), Begegnungen im Recht. Ringvorlesung der Bucerius Law School zu Ehren von Karsten Schmidt anlässlich seines 70. Geburtstags, Mohr Siebeck, Tübingen, 2011, S. 195 - 213

VI.

INTERNATIONALES RECHT BZW. VÖLKERRECHT

PUBLIC INTERNATIONAL LAW

DROIT INTERNATIONAL PUBLIC

- Rezension: Tanja Fabricius – „Aufarbeitung von in Kolonialkriegen begangenen Unrecht“, in: AVR 56 (2018), S. 384 - 386

- Indigenat als Souveränitätsquelle? Kanada und Neuseeland im völkerrechtlichen Vergleich, in: AVR 56 (2018), S. 1 - 33
- Rezension: Katja Göcke, Indigene Landrechte im internationalen Vergleich, in: AVR 55 (2017), S. 118 - 124
- Imperial Colonialism in the Genesis of International Law – Anomaly or Time of Transition? In: Journal on the History of International Law 19 (2017), S. 50 - 69 (mit Paulina Starski)
- Imprints of Colonialism in Public International Law: On the Paradoxes of Transition, in: Journal on the History of International Law (JHIL) 18 (2016), S. 239 - 247
- Das „Internationale Öffentliche Recht“ – Versuch einer Annäherung (zugleich Besprechung von J. Menzel: Internationales Öffentliches Recht), in: AöR 139 (2014), S. 619 - 629 (mit Paulina Starski)
- Das Völkerrecht des Kolonialismus: No Peace between the Lines?, in: Talmon (Hrsg.), Über Grenzen, Duncker & Humblot, Berlin, 2012, S. 35 - 57
- The Persecution of the Herero from the Perspective of International Law, in: D. Schmidt et al. (Hrsg.), The Division of the Earth. Tableaux on the Legal Synopsis of the Berlin Africa Conference, Buchhandlung Walther König, Köln, 2010, S. 85 - 90
- Bearbeitungen (online gestellt 2008 - 2010; die Druckfassung erschien 2012) für Wolfrum (Hrsg.), Max Planck Encyclopedia of Public International Law (MPEPIL):
 - Comity, Band II, S. 375-379
 - Colonialism, Band II, S. 332-341
 - State Bankruptcy, Band IX, S. 489-498
 - Argentine Debt Crisis, Band I, S. 579-587

VII.

AUSBILDUNGSLITERATUR

EDUCATIONAL MATERIAL

OUVRAGES DESTINES A LA FORMATION JURIDIQUE

- Fälle zum Allgemeinen Verwaltungsrecht, Franz Vahlen, München, 4. Aufl. 2021, 294 Seiten (3. Aufl. 2016, 288 Seiten; 2. Aufl. 2014, 284 Seiten; 1. Aufl. 1998, 174 Seiten; ab der 2. Aufl. mit Christian Ernst)
- Referendarsexamensklausur – Öffentliches Recht: Verfassungsrecht und Polizeirecht, in: JuS 2020, S. 155 - 161 (mit Philipp Kleiner)

4
B

VIII.

VERSCHIEDENES

MISCELLANEOUS

ARTICLES DIVERS

- Kommentierung für Bader/Ronellenfitsch (Hrsg.), Beck'scher Online-Kommentar zum Verwaltungsverfahrensgesetz (zuletzt aktualisiert 2021)
 - § 54 VwVfG
 - § 61 VwVfG
 - § 62 VwVfG
- Der rechtliche Rahmen für die Öffnung des Zugangs zu Informationen sowie das Erscheinungsbild zugänglicher Informationen unter besonderer Berücksichtigung der Umweltinformationsrichtlinie 2003/4/EG und ihrer Umsetzung in deutsches Recht, Aktuelle Rechtsfragen und Probleme des freien Informationszugangs, insbesondere im Umweltschutz, 26. Trierer Kolloquium zum Umwelt- und Technikrecht, Erich Schmidt Verlag, Berlin, 2011, S. 123 - 154
- Die Konzeption der Verfassungstreue im Verfassungs- und Gemeinschaftsrecht, in: Kluth (Hrsg.), Verfassungstreue jenseits des Berufsbeamtentums, Nomos, Baden-Baden, 2011, S. 13 - 33
- BVerwG, Urt. v. 31.8.2011 – 8 C 16.10, in: nPOR 2012, S. 39 - 41

IX.

KLEINERE BEITRÄGE UND ZEITUNGSARTIKEL

SHORT JOURNAL AND NEWSPAPER ARTICLES

PETITS ARTICLES DE JOURNAL

- Gastbeitrag: „Ein problematisches Urteil“, in: FAZ Einspruch vom 6.6.2020
- Vorwort, in: Kämmerer/Kotzur/Ziller (Hrsg.), Integration und Desintegration in Europa – Integration and Desintegration in Europa – Intégration et Désintégration en Europe, Nomos, Baden-Baden, 2019
- Editorial: Der chronische Brexit, in: Neue Zeitschrift für Verwaltungsrecht, Heft 7/2019

- Schlussbemerkungen, in: Iliopoulos-Strangas/Potacs/Tănăsescu/Ziller (Hrsg.), Migration - Migration - Migrations, SIPE Band 11, Nomos, Baden-Baden, 2017, S. 259 ff.
- Editorial: Zeit für eine Runderneuerung, in: NJW 2017, Heft 43, NJW aktuell, S. 3
- Editorial: Von OMT zu CSPP: Überreizt die EZB ihr Blatt?, in: NVwZ 2016, Heft 13, S. III
- Editorial: Die AÜG-Novelle: Unionsrechtliche Fallstricke, in: NZA 2016, Heft 3, S. III
- Editorial: Die OMT-Vorabentscheidung: Persilschein für die EZB?, in: NJW 2015, Heft 15, S. III
- Kommentar: Der EU-Haushaltsstreit: Positionen und Perspektiven, in: EuZW 2013, S. 321 - 322
- Gastbeitrag: „Die Notare haben nur ein paar alte Zöpfe verloren“, in: FAZ vom 10.8.2011, S. 19
- Editorial: „Stuagertputsch“ und „Demokratie 21“, in: NJW 2010, Heft 47, S. III
- Editorial: Hilfe für Griechenland oder: Der Bailout-Trick, in: NJW 2010, Heft 20, S. III
- Staatsbankrotte als Herausforderung an das Völker- und Europarecht („Zur Diskussion gestellt“), in: ifo Schnelldienst 4/2010, S. 9 - 13 (mit Hans-Bernd Schäfer)
- Interview: „Darf der Staat gestohlene Steuerdaten kaufen?“, in: NJW aktuell Heft 7/2010, S. 12 - 16

Proposta de Concessão do Título de Doutor Honoris Causa

O Professor Jean-Louis Halpérin é Professor na École Normale Supérieure (Paris, PSL), sendo considerado um dos melhores historiadores e teóricos do direito da atualidade.

No seu vasto currículo anota-se a publicação de mais de 16 livros sobre temáticas diferentes, designadamente a História do direito privado, do direito dos bens, dos direitos subjectivos, da historiografia jurídica e doutrina alemã, bem como a direcção de obras colectivas de excelente nível científico e cultural e repercussão internacional, nomeadamente acerca das grandes obras jurídicas de todos os tempos, dos grandes juristas, e de sínteses de excepcional importância acerca de temas de actualidade, de que se destacam, entre outras obras que poderiam ser nomeadas, o ensaio *cinco revoluções jurídicas desde o século XVII* (*Five Legal Revolutions since the 17th century. An Analysis of a Global Legal History*, Springer, 2014) e a história comparada dos direitos subjectivos nos últimos séculos NA Europa (*Histoire des droits en Europe de 1750 à nos jours*, Paris, Flammarion, 2004, 2006, 2020).

As suas obras estão traduzidas em diversas línguas e representam um contributo fundamental para entender a historicidade do direito, especialmente numa dimensão comparativa das experiências europeias e não europeias. Neste plano, a obra de Jean-Louis Halpérin veio trazer um contributo fundamental para a renovação da metodologia histórico-jurídica, integrando a história da ciência do direito com a história do Estado e da sociedade.

Do maior relevo é a compreensão da ligação entre os processos históricos, a situação actual e as perspectivas futuras, não apenas no direito privado, mas também no direito processual, no modelo constitucional e de fontes de direito, vertentes que estão presentes em muitas das suas mais recentes publicações.



O seu reconhecimento académico está vertido em obras premiadas por diversas academias ou que têm obtido um reconhecimento extraordinário na comunidade científica internacional.

O Professor Jean-Louis Halpérin tem vindo a colaborar com a Faculdade de Direito ao longo dos últimos anos, nomeadamente ministrando cursos Erasmus sobre diversos temas do âmbito histórico-jurídico, acolhendo na École Normale Supérieure investigadores portugueses, participando em conferências e colóquios em Lisboa, e ainda orientando professores portuguesas nas suas investigações.

A oportunidade de manter esta colaboração com uma das mais prestigiadas instituições de investigação superior em França e com um dos seus mais reputados professores justifica a proposta de concessão do doutoramento Honoris Causa pela Universidade de Lisboa ao Professor Jean-Louis Halpérin.

Lisboa, 17 de novembro de 2022

Os Professores Catedráticos do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas

António Pedro Barbas Homem

Eduardo Vera-Cruz Pinto



HALPÉRIN, Jean-Louis

Né le 30 octobre 1960 à Paris 8^e, nationalité française

Marié, trois enfants (1993, 1995 et 2002)

Professeur (classe exceptionnelle, dernier échelon) à l'École Normale Supérieure - PSL

Membre (et directeur depuis 2015) de l'Unité mixte de recherche 7074 – Centre de Théorie et Analyse du Droit (CNRS- Université Paris Nanterre -ENS)

Formation et diplômes :

Second prix du " concours général en histoire ", 1976 ; 5^e prix du concours des historiens de demain, Archives Nationales, 1977

Baccalauréat, section C, mention " très bien ", 1977

Classé premier au concours d'entrée à l'École Normale Supérieure (Ulm), 1979, élève à l'E.N.S. de 1979 à 1982

Service militaire dans la marine nationale, 1982-1983 (aujourd'hui hors des cadres de la réserve après avoir été lieutenant de vaisseau de réserve)

Diplômes en histoire :

Licence ès lettres, mention histoire, Paris IV, 1980

Maîtrise en histoire, mention " très bien ", Université Paris IV, 1981

Diplômé d'études approfondies " Histoire et civilisation de l'Antiquité ", Université Paris IV, 1982

Diplômé de l'Ecole Pratique des Hautes Études, 4^e section, 1984

Diplômes en droit :

Licence en droit, Université Paris I, 1981

Maîtrise en droit public, Université Paris II, 1982

Diplômé d'études approfondies en histoire du droit, Université Paris II, 1982.

Doctorat d'État en droit, mention " très honorable ", Université Paris II, 1985, prix de thèse de l'Université Paris II

Langues pratiquées : anglais courant, italien (B2), allemand lu et écrit, rudiments de japonais, portugais lu

Fonctions d'enseignement :

1983-1986 : Assistant à l'Université Paris II

1986-1988 : Maître de conférences à l'Université Paris II

1986-1989 : Chargé de conférences à l'Institut d'Études Politiques, Paris

1988 : Agrégé d'histoire du droit (rang 1), nommé professeur à l'Université Lyon III 1988-1998

1994-1997 : membre junior de l'Institut Universitaire de France

1998-2003 : professeur à l'Université de Bourgogne, doyen de la Faculté de droit (2000-2003)

Professeur de droit à l'École normale supérieure depuis septembre 2003

Membre senior de l'Institut Universitaire de France octobre 2013- octobre 2018

Directeur de 13 thèses et garant de 3 Habilitations à Diriger des Recherches, membre du jury de 25 thèses et de 8 HDR (dont trois en sociologie et deux en histoire)

Missions et séjours à l'étranger :

-1996 : Enseignant dans l'Académie d'été Franco-Allemande à La Rochelle (histoire du droit européen) organisée par la *Studienstiftung des Deutschen Volkes*

- 1997-2000 : cours à Lausanne sur l'histoire du droit de la consommation

- 1998 : Première visite comme invité au Japon pour le colloque de Fukuoka (sur les 100 ans du Code civil japonais) et conférences aux universités de Tokyo et Nagoya

- Juillet 2001 : séjour de recherche à Münster financé par le *Deutscher Akademischer Austauschdienst*

- Février 2002 : Cours à l'Université de Lancaster (programme Erasmus-Socrates)

- 2000-2004 : Conférences à Münster (sur les sociétés coopératives), Berlin (sur l'édition en allemand du Code Napoléon), Francfort (sur l'histoire du droit comme discipline); à Bologne (sur l'histoire des avocats d'affaires en France), Padoue (sur les délits économiques dans le Code pénal français de 1810); à Bonn, Francfort, Münster, Lisbonne, Porto, Mexico sur le Bicentenaire du Code Napoléon

- 2004 : Participation à la conférence de Richmond (Virginie) sur *Ratio decidendi*

- Avril 2005 : Deuxième visite comme invité au Japon : conférences à Tokyo, Nagoya et Niigata, participation au Congrès des historiens du droit japonais.

- Février 2007 : Troisième visite comme professeur invité au Japon, cours et conférences à Nagoya et Tokyo

- Avril 2008 : Première visite comme invité en Inde, conférences à Jawaharlal Nehru University et à l'Asiatic Society (Kolkata)

- Juin et décembre 2008 : Participations à des colloques à Jerusalem et Birzeit (Palestine)

- Avril 2009 : Conférence (séjour de recherche) à la Cornell Law School sur la coutume

- 2010 : Troisième visite comme professeur invité au Japon, cours et conférences à Nagoya et Tokyo ; Visite au Chili (École Michel Foucault avec l'Université du Chili)

- Août - septembre 2011 : Deuxième visite comme professeur invité en Inde (New Delhi University, department of sociology)

- 2012 : Participation au Congrès de l'International Academy of Comparative Law à Taiwan

- Septembre 2012 Cinquième visite comme professeur invité au Japon, conférences à Tokyo et Nagoya, participation à un colloque franco-japonais de droit public à Kyoto

- Juin 2014 : Sixième visite comme professeur invité au Japon, conférences à Tokyo et Nagoya

- Octobre 2014 : Conférence à la Faculté de droit de Münster (Allemagne)

- 2015 : Sixième mission au Japon

- 2016 : Participation au Congrès de Sao Paulo sur le centenaire du Code civil brésilien

- 2017 : Mission en Nouvelle-Calédonie

- 2017 : Professeur invité à Nagoya

- 2017-2019 et 2021 : Professeur invité à la Faculté de droit de Lisbonne (cours Erasmus)

- 2018 : Huitième mission au Japon, participation au séminaire franco-japonais de droit public à Hiroshima

- 2018 : Participation au symposium organisé à Toronto « Beyond Harvard : Transplanting Legal Education »

- 2019 : Neuvième mission au Japon (professeur invité à Nagoya)
- 2022 Professeur invité pour un mois à l'Université de Macerata (Italie)

G
D

Fonctions administratives et fonctions d'animation de la recherche :

- 1988-1991 : Directeur du premier cycle en droit à l'Université Lyon III
- 2000-2001 : Membre de la commission de réforme des études de droit (Ministère de l'Éducation nationale)
- 2000-2003 : Doyen de la Faculté de droit de Dijon (en même temps membre du Conseil de gestion de la Faculté de droit, du Conseil d'administration de l'Université de Bourgogne et président de la Commission disciplinaire)
- 2004 : Président du comité scientifique pour l'exposition sur le Bicentenaire du Code Napoléon
- 2006-2010 : Directeur du département de sciences sociales de l'ENS, 2006-2010
- 2005-2007 : Membre de la section 03 du Conseil National des Universités
- 2008-2012 : Membre de la Section 36 (et de son bureau) du Comité National du CNRS
- 2010-2014 : Membre du Conseil scientifique du GIP Mission de recherche Droit et Justice
- Depuis 2003, responsable d'un axe de recherche au sein du Centre de Théorie et Analyse du Droit dirigé par Pierre Brunet, Directeur-adjoint du CTAD depuis 2011 (UMR 7074 CNRS)
- Directeur du Centre de Théorie et Analyse du Droit UMR 7074 depuis 2015

Membre du Conseil scientifique de l'École normale supérieure 2011-2014, puis 2016-2019, du Conseil d'administration depuis 2019

Rédacteur en chef de la revue électronique Clio @ Thémis

membre du Comité scientifique des *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*
membre du Comité de rédaction de la revue *Genèses*

- Coordinateur du contrat GIP Mission de recherche « Droit et Justice » Les professions judiciaires et juridiques dans l'histoire contemporaine : modes d'organisation dans différents pays européens 1991-1992
- Partenaire du programmes ANR « élidroit » (2009-2012), dirigé par Liora Israël
- Co-coordonateur du programme ANR « Néo-Rétro Constitutionnalisme (2011-2014) », dirigé par Olivier Cayla
- Partenaire de deux contrats GIP Mission de Recherche « Droit et Justice » : Siprojuris, Système d'information des professeurs de droit 1804-1950 (dir. scientifique C. Fillon, direction administrative du contrat et contribution à la rédaction d'une vingtaine de notices de la base de données) ; Faire de la coutume kanak un droit (dir. Ch. Demmer, travail de terrain en Nouvelle-Calédonie et rédaction d'un chapitre d'ouvrage)
- Co-responsable de projets financés par le LabEx TransferS (styles judiciaires avec une journée d'études en 2014, cartographie de la peine de mort avec une journée d'études en 2014 et une publication en 2016, Autour de Gabriel Le Bras, les rapports entre droit, sociologie et sciences religieuses, en 2017)
- Organisateur du Congrès bi-annuel de l'*European Society of Comparative Legal History* à Paris en 2018 (plus de 100 participants)
- Responsable scientifique du projet « Cartographie historique du droit » financé par le GIP Droit et Justice (février 2020-gévrier 2022)
- Co-responsable scientifique du programme ANR « Elips : Equality and Law in Personal Status» (2021-2024) avec Nathalie Bernard- Maugiron et Baudouin Dupret

Distinctions :

- Prix Koenigswarter de l'Académie des sciences morales et politiques pour *La Culture juridique française, entre mythes et réalités XIX^e-XX^e siècle* (avec Frédéric Audren),



2014□

- Médaille Sarton de l'Université de Gand, 2015

Autres activités :

- Membre du jury de l'agrégation d'histoire du droit (2000 et 2014), président du jury (2019-2020)
- Evaluations de Laboratoires : présidence du comité d'experts HCERES pour l'IHD Paris II (2017)□, participation à des comités AERES à Lille et Dijon
- Evaluations de projets de recherche pour les institutions de recherche belges, FNRS et FWO (2013-2021), italiennes et polonaises
- audition par la Commission des lois (sur le statut des notaires), texte écrit au président de la Commission des lois (déchéance de nationalité)
- produits de vulgarisation : film pédagogique pour le Musée Napoléon de Bienne (2017)□
- produits de médiation scientifique : MOOC en 2015 avec Florian Couveinhes-Matsumoto sur « droit comparé et droit international : regards croisés »□
- débats sciences et société à l'ENS, sur les migrations (2015), les humanités dans le texte, l'actualité de Durkheim (2017)

□

Travaux publiés

Livres

- 1) Le Tribunal de cassation et les pouvoirs sous la Révolution (1790-1799), Paris, LGDJ, 1987.
- 2) L'impossible Code civil, Paris, PUF, coll. "Histoires", 1992.
- 3) Histoire du droit privé français depuis 1804, Paris, PUF, coll. "Droit fondamental", 1996 et 2e éd. coll. "Quadrige", 2001 ; rééd. complétée "Quadrige", 2012.
- 4) Le Code civil, Paris, Dalloz, coll. "Connaissance du droit", 1996, english translation, The French Civil Code, Cavendish, 2006.
- 5) Entre nationalisme juridique et communauté de droit, Paris, PUF, coll ; "les voies du droit", 1999.
- 6) Histoire des droits en Europe de 1750 à nos jours, Paris, Flammarion, 2004, éd. Champs 2006.
- 7) Avec Naoki Kanayama, Droit japonais et droit français au miroir de la modernité, Paris, Dalloz, 2007.
- 8) Histoire du droit des biens, Paris, Economica, 2008.
- 9) Profils des mondialisations du droit, Paris, Dalloz, 2009.
- 10) Portraits du droit indien, Paris, Dalloz, 2012.
- 11) Avec Frédéric Audren, La culture juridique française. Entre mythes et réalités (XIXe-XXe siècles), Paris, éd. du CNRS, 2013, ed. de poche Biblis mise à jour 2022 ?.
- 12) Five Legal Revolutions since the 17th century. An Analysis of a Global Legal History, Springer, 2014.
- 13) *Histoire de l'état des juristes. Allemagne XIX^e-XX^e siècles*, Paris, Garnier, 2015.
- 14) *L'Affaire Benetton, une querelle d'affichage entre la France et l'Allemagne*, Paris, Lextenso, 2017.
- 15) *Introduction au droit*, Paris, Dalloz, 2017, 2^e ed. 2019, 3^e ed. 2021.
- 16) Avec Frédéric Audren et Anne-Sophie Chambost, *Histoires contemporaines du droit*, Paris, Dalloz, 2020.

Direction de travaux collectifs

- 1) Avocats et notaires en Europe. Les professions judiciaires et juridiques dans l'histoire contemporaine, Paris, LGDJ, coll. " Droit et société ", 1996.
- 2) Les structures du barreau et du notariat en Europe : de l'Ancien Régime à nos jours, Presses Universitaires de Lyon, 1996.
- 3) Avec J.-J. Clère, Ordre et désordre dans le système napoléonien, Paris, Éditions La Mémoire du Droit, 2003.
- 4) 200 ans de Code civil, catalogue de l'exposition du Bicentenaire, Dalloz, 2004.
- 5) Avec Patrick Arabeyre et Jacques Krynen, Dictionnaire historique des juristes français, Paris, PUF, 2007 (rédaction de 106 notices et co-direction).
- 6) Avec Olivier Cayla, Dictionnaire des grandes œuvres juridiques, Paris, Dalloz, 2008 (rédaction de 21 notices et co-direction).
- 7) avec Eric Fassin (dir.), Discriminations : pratiques, savoirs, politiques, Paris, Halde, 2009.
- 8) Paris capitale juridique (1804-1950). Etude de socio-histoire, Paris, éd. rue d'Ulm, 2011.
- 9) La république et son droit (1870-1930), codirigé avec Annie Stora-Lamarre et Frédéric Audren, Besançon, Presses Universitaires de Franche-Comté, 2011.
- 10) Interpretation of the Law in the Age of Enlightenment. From the Rule of the King to the Rule of Law coédité avec Yasutomo Morigiwa et Michael Stolleis, Dordrecht, Springer, 2011.
- 11) Avec Marc Crépon et Stefano Manacorda (dir.), *La peine de mort. Vers l'abolition absolue ?*, Paris, Editions rue d'Ulm, 2016.
- 12) Avec Stéphanie Hennette-Vauchez et Eric Millard (dir.), *L'état d'urgence. De l'exception à la banalisation*, Presses Universitaires de Paris Nanterre, 2017.
- 13) Avec Olivier Cayla (dir.), *Néo ou rétro constitutionnalismes ? Mises en perspective de la démocratie constitutionnelle contemporaine*, Paris, Mare et Martin, 2019
- 14) avec Loïc Cadiet et Serge Dauchy (dir.), *Itinéraires d'histoire de la procédure civile. I. Regards français, II. Regards étrangers*, Paris, IRJS éditions, 2 vol. 2014 et 2020
- 15) Avec Robert Carvais (dir.), *L'histoire de l'édition juridique (XVI^e-XXI^e siècle)*, Paris, LGD, 2021.
- 16) Avec Baudouin Dupret (ed.), *State Law and Legal Positivism. The global rise of a new paradigm*, Brill, 2021.

Articles et contributions

- 1) Tribunal de la plèbe et haute plèbe (493-218 av. J.-C.), Revue historique de droit français et étranger, 1984, p. 161-181.
- 2) La composition du Corps Législatif sous le Consulat et l'Empire : de la notabilité révolutionnaire à la notabilité impériale, Revue de l'Institut Napoléon, 1985, p. 36-57.
- 3) Note sur une consultation et un discours inachevé de Tronchet, Revue historique de droit français et étranger, 1986, p. 221-230.
- 4) Une enquête du ministère de l'Intérieur sous le Directoire sur les cours de législation dans les écoles centrales, Annales d'histoire des facultés de droit 1986, p. 57-82.
- 5) Les décrets d'annulation des jugements sous la Convention, La Révolution française et le droit privé, Actes du colloque d'Orléans, Paris, 1988, PUF, p. 457-468.
- 6) Le juriste de la ville et l'homme des champs, le De privilegiis rusticorum de René Choppin, Mémoires de la Société pour l'histoire du droit et des institutions des anciens pays bourguignons, comtois et romands, Paris, 1988, n° 44, p. 147-182.
- 7) Le Tribunal de cassation et la naissance de la jurisprudence moderne, in Une autre Justice sous la direction de R. Badinter, Paris, 1989, p. 225-241.
- 8) L'Empire hérite et lègue, in La Révolution de la Justice sous la direction de Ph. Boucher, Paris, 1989, p. 221-252.
- 9) La composition des tribunaux de famille sous la Révolution ou " les juristes, comment s'en débarrasser ", in La famille, la loi et l'État, Paris, 1989, p. 292-304.
- 10) Le Tribunal de cassation sous la Révolution (1790-1799) in Le Tribunal et la Cour de cassation, 1790-1990, Paris, 1990, p. 25-51.
- 11) Les sources statistiques de l'histoire des avocats en France aux XVIIIe et XIXe siècles, Revue de la Société Internationale d'Histoire de la Profession d'Avocat, 1991, n° 4, p. 99-120.
- 12) Les avoués au XIXe siècle : des rentiers de la justice ? L'exemple lyonnais (1800-1870), Histoire de la Justice, 1991, n° 4, p. 99-120.
- 13) La législation de Vichy relative aux avocats et aux droits de la défense, Revue Historique, 1991, n° 286/1, p. 143-156.
- 14) La Constitution de 1791 appliquée par les tribunaux, in La première constitution française, 3 septembre 1791, actes du colloque de Dijon, Paris, Economica, 1993, p. 369-381.
- 15) La recreation du ministère de la Justice sous le Directoire, in Justice(s) et République, Lille, 1993, p. 77-89.
- 16) Haro sur les hommes de loi, Droits, 1993, n° 17, p. 55-65.

17) Souveraineté et propriété de 1789 à 1804, *Droits*, 1995, n° 22, p. 67-78.

18) Le juge et le jugement en France à l'époque révolutionnaire, in R. Jacob (dir.), *Le juge et le jugement dans les traditions juridiques européennes*, Paris, 1996, p. 257-271.

19) 1789-1815 : un quart de siècle décisif pour les relations entre la Justice et le Pouvoir en France, *Justices*, 1996, n° 3, p. 13-23.

20) Cassation et dénonciation pour forfaiture dans les départements réunis sous le Directoire, in *Justice et institutions françaises en Belgique 1795-1815*, Lille, 1996, p. 245-257.

21) Droit de défense et droit des défenseurs en France de 1789 à 1914, in *L'assistance dans la résolution des conflits*, Recueil de la Société Jean Bodin, t. LXIV, Bruxelles, 1997, p. 99-122.

22) Adhémar Esmein et les ambitions de l'histoire du droit, *Revue historique de droit français et étranger* 1997, p. 415-433.

23) La naissance de l'obligation de sécurité, *Gazette du Palais*, 21-23 septembre 1997, n° 264-266.

24) L'émergence de l'individu dans le droit, *Cahiers de la villa Gillet*, 1998, p. 89-106.

25) Quatre avocats pour un Code civil, *Revue de la Société Internationale d'Histoire de la Profession d'Avocat*, 1988, n° 10, p. 183-199.

26) Der Einfluß der deutschen Rechtsliteratur zum Code civil in Frankreich von Lassaulx bis Zachariä, in R. Schulze (dir.), *Rheinisches Recht und europäische Rechtsgeschichte*, Berlin, 1998, p. 215-237.

27) Continuité et rupture dans l'évolution de la procédure pénale en France de 1795 à 1819, in *Révolutions et justice pénale en Europe*, Paris, 1999, p. 109-130.

28) Le fondement de l'obligation contractuelle chez les civilistes français du XIXe siècle, in H. Mohnhaupt et J.-Fr. Kervégan (dir.), *Freiheit und vertragliche Bindung*, Frankfurt am Main, 1999, p. 323-347.

29) Césarisme et droit privé, in *Du césarisme antique au césarisme moderne*, Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 1999, p. 115-124.

30) L'esprit du code de commerce, in S. Goyard-Fabre (dir.), *L'État moderne 1715-1848*, Paris, 2000, p. 223-238.

31) *Husbands, Wives and Judges in Nineteenth-Century France* in W. Steinmetz (ed.), *Private Law and Social Inequality in the Industrial Age*, Oxford University Press, 2000, p. 123-136.

32) Forfaiture des juges et privation de l'office à la fin de l'Ancien Régime, *Histoire de la Justice*, n° 12, "juger les juges", 2000, p. 105-113.

33) La connaissance du Code civil japonais et de la loi Hôrei par les juristes français de 1898 à 1945 (paru en japonais dans *Le Centenaire du Code civil japonais*, 2000).

34) L'approche historique et la problématique du jus commune, Revue internationale de droit comparé, 2000 ,n° 4, p. 717-731.

35) Quelle histoire pour le droit des consommateurs ?, Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte, 2001, n° 1/2, p. 62-80.

36) L'histoire du droit constituée en discipline : consécration ou repli identitaire ?, Revue d'histoire des Sciences Humaines, 2001, n° 4, p. 9-32.

37) L'enseignement du droit civil dans les années 1880 à travers les notes de Louis Stouff, MSHDB, 57, 2000, p. 197-208.

38) La persistance du droit successoral de l'Ancien Régime dans l'Europe du XIXe siècle, MSHDB, 58, 2001, p. 455-464.

39) La défense de la victime en France au XIXe et au XXe siècle in B. Garnot (dir.), Les victimes, des oubliées de l'histoire, Presses Universitaires de Rennes, 2001, p. 59-66.

40) De quelques apports de la jurisprudence pénale à l'évolution du droit civil français in Juges et criminels. Études en hommage à Renée Martinage, Lille, 2001, p. 411-423.

41) Les interactions au XIXe siècle entre doctrine allemande et doctrine française en matière de droit international privé in J.-Fr. Kervégan, H. Mohnhaupt (Hg.), Wechselseitige Beeinflussungen und Rezeptionen von Recht und Philosophie in Deutschland und Frankreich, Frankfurt am Main, 2001, p. 211-229.

42) Codification et continuité, Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte, 2001, 3/4, p. 300-303.

43) Codes et traditions culturelles, in P. Cappellini, B. Sordi (a cura di), Codici, Milano, 2002, p. 223-261.

44) L'avvocatura francese e il mondo degli affari : la costruzione di un'identità professionale tra l'avvocato e il giurista d'impresa, in Maria Malatesta, Corpi professioni tra passato et futuro, Milano, 2002, p. 115-127.

45) L'apparition et la portée de la notion d'ordre juridique dans la doctrine internationaliste du XIXe siècle, Droits, 33, 2001, p. 41-52.

46) Le codificateur au travail, Cambacérès et ses sources, in L. Chatel de Brancion (dir.), Cambacérès fondateur de la justice moderne, éd. Monelle Hayot, 2001, p. 154-165.

47) La lecture de Pothier par la doctrine du XIXe siècle, in J. Monéger, J.-L. Sourieux, A. Terrasson de Fougères (dir.), Robert-Joseph Pothier d'hier et d'aujourd'hui, Paris, 2001, p. 65-75.

48) La souveraineté de la Cour de cassation : une idée longtemps contestée in O. Cayla, M.-F. Renoux-Zagamé, L'office du juge : part de souveraineté ou puissance nulle ?, Paris, 2001, p. 151-163.

49) Cours suprêmes, Droits, 34, 2001, p. 51-59.

50) La section spéciale de Dijon, Histoire de la Justice, n° 14, 2001, p. 101-112.

u
51) Le droit privé de la Révolution : héritage législatif et héritage idéologique, Annales historiques de la Révolution française 2002/2, p. 135-151.

52) Liberalismo e disposizioni di ordine economico nel Codice penale del 1810, in Sergio Vinciguerra (éd.), Codice dei delitti e delle pene pel regno d'Italia (1811), Padova, 2002, p. CLXXXV-CCIII.

53) Droit comparé et histoire du droit, Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno 30 (2001), p. 803-811.

54) La Cour de cassation, in Yves Ozanam, Hervé Robert, Werner Szambien et Simona Talenti (éd.), Le Palais de Justice, Paris, 2002, p. 112-131.

55) Les expériences éditoriales étrangères au début du 20^e siècle, RTD civ. 2002/4, p. 656-664.

56) Jean-Joseph Esmieu, une partie civile très agissante, in La pénible et laborieuse du colporteur Esmieu, Alpes de lumière, 2002, p. 175-178.

57) L'instrumentalisation de la preuve testimoniale dans la procédure criminelle in Benoît Garnot (dir.), Les témoins devant la justice. Une histoire des statuts et des comportements, Presse Universitaires de Rennes, 2003, p. 23-29.

58) Le Play et ses continuateurs face aux exemples juridiques étrangers, Les Études sociales, 2002, n° 135-136, p. 137-154.

59) Ordre et désordre judiciaire à l'époque napoléonienne, in Ordre et désordre dans le système napoléonien, 2003, p. 187-203.

60) Une critique italienne du Code Napoléon en 1815, in Amicitiae Pignus, Studi in ricordo di Adriano Cavanna, Milano, Giuffrè, 2003, p. 1231-1245.

61) Text and Subtext : French Lawyers Fees in the Nineteenth Century, in W. Pue (ed.), Lawyers and Vampires, Oxford, 2003, p. 211-224.

62) L'histoire de la fabrication du Code. Le Code : Napoléon ?, Pouvoirs, 2003, n° 107, p. 11-21.

63) Les professeurs de droit entrés à la Cour de cassation (Mélanges Ponsard, paru fin 2003)

64) Cours suprêmes - Code Napoléon - École de l'Exégèse - Histoire du droit - Manuels et traités (époque contemporaine) - Voies de Recours, in S. Rials et D. Alland (dir.), Dictionnaire de la culture juridique, Paris, PUF, 2003.

65) L'exportation en Suisse des institutions politiques et juridiques françaises, in Bonaparte, La Suisse et l'Europe, Genève-Zurich-Bâle, 2003, p. 39-55.

66) L'Union européenne, un État en voie de constitution, Recueil Dalloz, 29 janvier 2004, p. 219-221.

67) Rechtsgeschichte in Frankreich (1982-2003), Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte, 2004, 3/4, p. 282-291.

- 68) Symbolik und Gerichtsrituale am Beispiel der Entwicklung der juristischen Berufe und der Gerichtsverfahren in Frankreich in der Zeit zwischen Ancien Régime und 19. Jahrhundert, in Reiner Schulze (Hg.), Rechtssymbolik und Wertevermittlung, Berlin, 2004, p. 37-50.
- 69) La visualisation des différentes procédures en Europe, XVIIIe- XXe siècles, in La Justice en Images, Société et Représentations, n° 18, octobre 2004, p. 63-73.
- 70) Le regard de l'historien, Le Code civil 1804-2004, Livre du Bicentenaire, Paris, 2004, p. 43-58.
- 71) La constitution européenne, un événement juridique ?, ERA Forum 3/2004, p. 328-336.
- 72) L'origine politique des codes, de l'Europe à l'Amérique latine, L'avenir de la codification en France et en Amérique latine, Les colloques du Sénat, 2004, p. 21-27.
- 73) Quelques Janus au XIXe siècle entre magistrature et doctrine, Etudes en l'honneur de Jean-Pierre Royer, Lille, 2004, p. 79-88.
- 74) Anecdote monégasque ou européanisation de la privacy ?, Recueil Dalloz, février 2005
- 75) L'historiographie du Code civil en France, in Régine Beauthier, Isabelle Rorive (dir.), Le Code Napoléon un ancêtre vénéré, Mélanges offerts à Jacques Vanderlinden, Bruxelles, 2004, p. 43-60.
- 76) Saleilles, in Rafael Domingo (ed.), Juristas universales, Madrid-Barcelone, 2004, III, 653-655
- 77) La genèse du Code civil, " prolem sine matre creatam " ? in Dirk Heirbaut et Georges Martyns (dir.), Un héritage napoléonien. Bicentenaire du Code civil en Belgique, Kluwer, 2005, p. 21-35.
- 78) Codification du droit et interprétation judiciaire : de l'expérience française à la théorie du droit, paru en espagnol dans Sesquicentenario del Código civil de Andrés Bello, Santiago, 2005, I, p. 319-330, traduit également en portugais, japonais et chinois.
- 79) 200 ans de rayonnement du Code civil français ? in Les cahiers du droit, Université de Laval (Québec), 2005
- 80) Vicissitudes du droit de résistance en Allemagne (fin XVIIIe-XIXe siècle) in Dominique Gros, Olivier Camy (dir.), Le droit de résistance à l'oppression, Le Genre Hulmain, éd. du Seuil, 2005, p. 73-87.
- 81) V° Ecole de l'Exegese et V° Ecole sociologique du droit, in Dictionnaire des Idées, Encyclopedia Universalis, 2005, p. 227-230 et p. 237-238
- 82) Les fondements historiques des droits de la famille en Europe, Informations sociales, Revue de la CNAF, 2005.
- 83) L'essor de la privacy et l'usage des concepts juridiques, Droit et Société 61/2005, p. 765-782

- 84) Was können wir heute von der Geschichte des Code Napoléon lernen ?, in Werner Schubert, Mathias Schmoeckel, Die napoleonische Kodifikation in Deutschland and Europa, Köln, Weimar, Wien, 2005, p. 73-83.
- 85) Le succès et le rayonnement du Code civil français en question, Direito, Lusiada, 2005, p. 251-259.
- 86) Einige Betrachtungen über die Entwicklung der Ausgestaltung der Gerichtssäle in Frankreich während des 17., 18 und 19. Jahrhunderts, in Reiner Schulze (dir.), Symbolische Kommunikation vor gericht in der Frühen Neuzeit, Berlin, 2006, p. 269-278.
- 87) Présentation, in Le Code civil 1804-2004, Livre du Centenaire, réédition Dalloz, 2004, 6 p.
- 88) Un regard historique et français sur la décision constitutionnelle qui a reconnu la laïcité de l'Etat comme un principe suprême de l'ordre juridique italien, in Luigi Labruna (dir.), Tradizione Romanistica e Costituzione, Napoli, 2006, p. 59-78.
- 89) Code Civil, in Albert Cordes, Heiner Lück, Dieter Werkmüller, Handwörterbuch zur deutschen Rechtsgechichte, 2 Auf., Halle, 2006, p. 861-866.
- 90) De quelques difficultés kelséniennes pour l'historien du droit, Mélanges Troper, 2006, p. 477-486.
- 91) Le projet de l'an IX, matrice du Code civil ?, Droits, 42, 2006, p. 19-29.
- 92) La place de la jurisprudence dans les revues juridiques en France au XIXe siècle, in Michael Stolleis, Thomas Simon, Juristische Zeitschriften in Europa, Frankfurt am Main, 2006, p. 369-383.
- 93) La première génération des agrégés d'histoire du droit, in Etudes d'histoire du droit et des idées politiques, 2006.
- 94) Le code de procédure civile de 1806 : un code de praticiens ? In Bicentenaire du Code de procédure civile, Paris, 2006, p. 23-34.
- 95) Participation à Julien Cantegreil (éd.), Pour une théorie des cas extrêmes aux limites du pouvoir juridictionnel, Editions Rue d'Ulm, 2006, p. 55-59.
- 96) The Court of Cassation in Nineteenth-Century France and the Binding Effect of Rationes Decidendi, in W. Hamilton Bryson, Serge Dauchy, Ratio Decidendi. Guiding Principles of Judicial Decision, Berlin, 2006, p. 191-201.
- 97) La diffusion des coopératives de crédit en Europe au XIXe siècle, {MSHDB} 2006/62, p. 205-219.
- 98) La représentation de la laïcité parmi les juristes français et étrangers, in P. Weil (dir.), Politiques de la laïcité au XXè siècle, Paris, PUF, 2007, p. 181-202.
- 99) L'histoire du droit de l'époque contemporaine : spécificités et exemplarité, Lettre de la Mission de recherche droit et justice, n° 26, printemps-été 2007, p. 9-10.
- 100) Préface à la réédition d'Otto von Gieke, Les théories politiques du Moyen Age, Paris,

Dalloz, 2007.

101) 200 ans de Code civil, le regard d'un historien ; Le Code civil comme lieu de mémoire pour les Français, in M. Ishii (dir.), 200 ans de Code civil français : les regards des historiens et des civilistes (en japonais), Tokyo, 2007, p. 119-141 et p. 203-239.

102) Famille et entreprise en droit (1804-1945), in A. Stanziani (dir.), Dictionnaire de l'Economie-Droit XVIIIè-XXè siècles, Paris, LGDJ, 2007, p. 169-174.

103) L'originalité de l'oeuvre de René Garraud, in D. Deroussin (dir.), Le Renouveau des sciences sociales et juridiques sous la IIIè République La Faculté de droit de Lyon, La Mémoire du Droit, 2007, p. 51-61.

104) De la violence législative, Recueil Dalloz, 29 novembre 2007, p. 2957-2958.

105) Les orientations de la pensée juridique de langue allemande à l'époque des fondements a priori du droit civil, in J. Benoist, J.-Fr. Kervégan, Adolf Reinach, Entre droit et phénoménologie, Paris, éd. du CNRS, 2008, p. 99-112.

106) Histoire du droit et théorie du droit. Un essai de conciliation, *Archives de Philosophie du Droit*, 51, 2008, p. 281-296.

107) De l'histoire au droit constitutionnel, in Stéphane Pinon, Pierre-Henri Prétot (dir.), *Le droit constitutionnel d'Adhémar Esmein*, Paris, Montchrestien, 2009, p. 45-53

108) V° Code civil et V° Law Firms, in Palgrave Dictionary of Transnational Law, Macmillan, 2009.

109) Le Code du commerce au Japon : une brève histoire ou le code sans esprit, in Qu'en est-il du Code de commerce 200 ans après ? Etat des lieux et projections, Travaux de l'IFR, n° 8, Presses de l'Université des sciences sociales de Toulouse, 2009, p. 399-409.

110) La preuve judiciaire et la liberté du juge, *Communications*, 84, 2009, p. 21-32.

111) The Concept of Law : A Western Transplant ?, *Theoretical Inquiries in Law*, 10/2, 2009, p. 333-354.

112) Henri Lévy-Ullmann (1870-1947). Classicisme et singularités, in Nader Hakim, Fabrice Melleray (dir.), *Le renouveau de la doctrine française*, Paris, Dalloz, 2009, p. 95-122.

113) La doctrine indienne de la structure basique de la Constitution. Un socle indérogeable et flexible ? *Les Cahiers du Conseil constitutionnel*, 2009, n° 27, p. 76-79.

114) Le recul de l'Ecole historique du droit ou le déclin de la méthode savignicienne, *Annuaire de l'Institut Michel Villey*, 2009, n° 1, p. 101-116.

115) A proposito di alcune difficoltà nell'applicazione dei codici napoleonici nei dipartimenti francesi d'Italia, in Elio Tavilla (a cura di), Giuseppe Luosi, giurista italiano e europeo. Traduzioni, tradizioni e tradimenti della codificazione, Modena, Archivio Storico, 2009, p. 265-274.

116) French Legal Science in the 17th and 18th Centuries : to the limits of the theory of

law, in Damiano Canale, Paolo Grossi, Hasso Hofmann (eds), A History of Philosophy of Law in the Civil Law World, 1600-1900, Dordrecht, Springer, 2009, p. 43-67.

117) Les universités au sein de l'enseignement supérieur : perspectives historiques et comparées, in Charles Fortier (dir.), Universités, Paris, Dalloz, 2010, p. 223-232.

118) Ambivalence des doctrines pénales modernes, Revue de sciences criminelles et de droit pénal comparé, 2010, n° 1, p. 19-26.

119) La question prioritaire de constitutionnalité : une révolution dans l'histoire du droit français ?, Cahiers du Conseil constitutionnel, 2010, n° 28.

120) L'originalité de la doctrine pénaliste en France depuis la codification napoléonienne, Archives de philosophie du droit, 2010, 53, p. 26-36.

121) Le droit et ses histoires, Droit et Société, 2010, 75, p. 295-313. 122) Western Legal Transplants in India, Jindal Global Law Review, 2010, vol. 2, p. 12-39.

123) French doctrinal writing in Nils Jansen (ed.), The Development and Making of Legal Doctrine, Cambridge University Press, 2010, p. 73-95

124) Foreign Law in French Courts from 1804 to 1945 with the Example of the Law of Trusts, in S. Dauchy, W. Hamilton Bryson, Matthew C. Mirow (eds.), Ratio decidendi. Guiding Principles of Judicial Decisions. Volume 2 : "Foreign" Law, Berlin, Duckler & Jumbrot, 2010, p. 139-154.

125) La doctrine pénaliste et la récidive au XIX^e siècle, in J.-P. Allinne, M. Soula (dir.), Les Récidivistes. Représentations et traitements de la récidive XIX-XXI^e siècles, Presses Universitaires de Rennes, 2010, p. 87-95.

126) Quelle réforme pour le droit français des contrats ? trad. japonaise Mitsuo Tsuzuki, Nanzan Law Review, 2011, 34/2, p. 207-223.

127) Le dossier Henri Lévy-Bruhl. Une contribution à l'histoire des professeurs de droit pendant la Seconde Guerre mondiale, Revue d'histoire des facultés de droit et de la culture juridique, n° 29-30, 2009-2010 (paru en avril 2011), p. 189-196.

128) The Impact of Internationalization of Law upon the French Legal Order, Policies and Practices, n° 40, March 2011, Kolkata, India, p. 9-19.

129) Un modèle français de droit républicain ? , in Annie Stora-Lamarre, Jean-Louis Halpérin, Frédéric Audren (dir.), La République et son droit (1870-1930), Besançon, Presses Universitaires de Franche Comté, 2011, p. 479-495.

130) Préface à la réédition du Traité des obligations de Pothier, Dalloz, 2011, 11 pages.

131) Jean-Louis Halpérin et Amit Prakash, "Fundamental rights, Meaning, Content and Discrimination. A Franco-Indian Comparison", Revue internationale de droit comparé, 2011/2, p. 385-402.

132) Legal Interpretation in France during the Reign of Louis XVI : A Review of the Gazette des tribunaux, in Interpretation of the Law in the Age of Enlightenment. From the

Rule of the King to the Rule of Law coédité avec Yasutomo Morigiwa et Michael Stolleis, Dordrecht, Springer, 2011, p. 21-43.

5
8

133) Legal Interpretation in 18th Century Europe : Doctrinal Debates versus political changes, in Interpretation of the Law in the Age of Enlightenment. From the Rule of the King to the Rule of Law coédité avec Yasutomo Morigiwa et Michael Stolleis, Dordrecht, Springer, 2011 ; p. 181-187.

134) Laboulaye, historien du droit et/ou comparatiste ?, Revue internationale de droit comparé, 2011/3, p. 517-525.

135) French Courts and Public Intervention in the Economy during the nineteenth and the twentieth centuries, in The Financial Crisis of 2008 : French and American Responses, Proceedings of the 2010 Franco-American legal seminar, The University of Maine School of Law, 2011, p. 130-150.

136) "Normes interchangeables, normes indérogeables : une double soumission du peuple ?" in Pierre Mazeaud, Catherine Puigelier (dir.), Le peuple et l'idée de norme, Paris, ed. Panthéon-Assas, 2012, p. 77-91.

137) Law Internationalization and Justice for Citizens and Non Citizens in France, in Etienne Balibar, Sandro Mezzadra, Ranabir Samaddar (ed.), The Borders of Justice, Philadelphia, Temple University Press, p. 167-180.

138) « Law in Books and Law in Action : the Problem of Legal Change », Maine Law Review, vol. 63, n° 3, Fall 2011, p. 45-76.

139) « La codification autrichienne comparée aux « cinq codes » français », in Barbara Dölemeyer, Heinz Mohnhaupt, 200 Jahre ABGB (1811-2011), Frankfurt am Main, Klostermann, 2012, p. 277-291.

140) "Le contrôle de la procréation par le droit dans l'histoire", in Lucette Kahiat, Cécile Marchal (dir.), La maîtrise de la vie, Toulouse, Eres, 2012, p. 59-69.

141) "La transplantation du Code Napoléon en Amérique latine : un acte révolutionnaire ?" in H. Fix-Zamudio, D. Valadés, J. Sanchez Cordero (dir.), La Codificacion, La Formacion de los Sistemas juridicos en las Americas, Mexico, El Colegio nacional, 2011, publication en français et espagnol, p. 83-124.

142) Est-il temps de déconstruire les mythes de l'histoire du droit français ?, Clio @ Thémis. Revue électronique d'histoire du droit, n° 5, 2012, p. 1-19.

143) La détermination du champ juridique à la lumière de travaux récents en histoire du droit, {Droit et Société}, 2012/81, p. 405-423.

144) Mandato e rappresentanza : dalle figure romane alle problematiche moderne dell'età della codificazione, in Antonio Padoa-Schioppa (a cura di), {Agire per altri} , Napoli, Jovene, 2010, p. 637-654.

145) Montesquieu : lectures croisées en histoire et théorie du droit, {Histoire de la Justice}, 22, 2012, p. 143-156.

146) The process of codification applied to the law of delicts, {in} Michael Lobbann, Julia

Moses, {The Impact of Ideas on Legal Movement}, Cambridge, Cambridge University Press, 2012, p. 167-185.

147) Lex posterior derogat priori. Lex specialis derogat generali. Jalons pour une histoire des conflits de normes centrée sur ces deux solutions concurrentes, Tijdschrift voor Rechtsgeschiedenis, 2012, 80 (3/4), p. 353-397.

148) Changer de constitution et par la constitution : l'exemple historique des États fédérés d'Amérique jusqu'à la Première Guerre mondiale. , Jus Politicum, n° 9, février 2013, 34 p.

149) Saleilles et les droits étrangers, {in} Frédéric Audren, Christian Chêne, Nicolas Mathey, Arnaud Vergne, {Raymond Saleilles et au-delà}, Paris, Dalloz, 2013, p. 159-170.

150) De la méthode historique en sciences juridiques et de son avenir (coll. "Tiré à Part", Paris, Dalloz, 2013 sur E. de Laboulaye, De la méthode historique en jurisprudence et de son avenir), 40 pages

151) La mondialisation de la protection juridique des droits fondamentaux, {in} Rémy Cabrillac (dir.), {Libertés et droits fondamentaux}, Paris, Dalloz, 13e éd., 2013, p. 151-172.

152) Droit et contexte du point de vue de l'histoire du droit, {Revue interdisciplinaire d'études juridiques}, 2013, n° 70, p. 117-121.

153) Diffamation, vie publique et vie privée en France de 1789 à 1944, {Droit et Cultures}, 2013/1, n° 65, p. 145-163.

154) Des ordres juridiques sans juristes?, {Liber Amicorum, Mélanges en l'honneur de Camille Jauffret-Spinosi}, Paris, Dalloz, p. 589-598.

155) L'histoire du droit international est-elle compatible avec les théories positivistes?, in {Les fondements du droit international. Liber Amicorum Peteer Haggemacher}, Leiden-Boston, Brill, 2014, p. 365-388.

156) Quella {scientia juris} per la storia del diritto?, in B. Sordi (a cura di), {Storia e Diritto. Esperienze a confronto}, Milano, Giuffrè, 2013, p. 375-386.

157) Law Codification in East Asia Today: Japanese and Indian Examples, in Wen-Yeu Wang, {Codification in East Asia}, Springer, 2014, p. 51-57.

158) L'action en justice. Quelques rétrodictions dans l'histoire de la doctrine, in L. Cadiet, S. Dauchy, J.L. Halperin (dir.), {Itinéraires d'histoire de la procédure civile}, Paris, IRJS Éditions, 2014, p. 5-14.

159) Le pape peut-il forcer les clercs à se marier, ou peut-on tout changer dans un ordre juridique?, {Grief}, 2014, n° 1, 88-94.

160) Que peut-on apprendre de l'histoire des manuels belges de droit civil? {in} A. S. Chambost (dir.), {Histoire des manuels de droit}, Paris, Lextenso, 2014, p. 277-286.

161) From a legal order to a legal system. Scholten's contribution to a theory of legal change, Digital Paul Scholten Project (on line), 2014.

162) Transplants of European Normativity in India and in Japan: A Historical

Comparison, *Rechtsgeschichte* 2014, 22, 150-157.

163) L'autonomie privée en France : un concept cantonné ou rejeté, in *Quaderni fiorentini per il pensiero giuridico moderno*, 2014, 43, p. 461-480.

164) Histoire comparée du droit (en collaboration avec Ch. Archan, S. Dauchy, M. Ortolani, S. Soleil et A. Wijffels), in J. Krynen, B. D'Alteroche (dir.), *L'histoire du droit en France. Nouvelles tendances, nouveaux territoires*, Paris, Garnier, 2014, p. 183-203.

165) L'indépendance de l'avocat en France au XIX^e et au XX^e siècle, in L. Assier-Andrieu (dir.), *L'indépendance des avocats. Le long chemin d'une liberté*, Paris, Dalloz, 2015, p. 65-76.

166) La verdad legal en Francia desde fines del siglo XVII siglo hasta 1945, in G. Sucar, J. Cerdio Herran (eds), *Derecho y Verdad II. Genealogia(s) II*, Mexico, Tirant lo Blanch, 2015, p. 775-818.

167) Historical sketches about custom in international law, in M. Andenas, E. Bjorge (eds), *A Farewell to Fragmentation*, Cambridge, Cambridge University Press, 2015, p. 459-470.

168) L'idée de culture juridique française est-elle utile au droit comparé ? in B. fauvarque-Cosson (dir.), *Le droit comparé au XX^e siècle. Enjeux et idées*, Paris, Société de législation comparée, 2015, p. 155-167.

169) Les styles judiciaires, des traditions nationales ? *Droit et Société* 91, 2015, p. 491-504.

170) Les historiens du droit en Italie et le fascisme, *Clio @ Thémis*, décembre 2015.

171) La force de la jurisprudence et le pouvoir des juges en Europe au XIX^e et au XX^e siècle : les apports de la comparaison dans le temps, *Dikè, Histoire des Justices en Europe*, 2016, 1, p. 17-27.

172) Using Kelsen's and Weber's schemas for legal history, in Ian Bryan, Peter Langford and John McGarry (eds.), *The Reconstruction of the Juridico-Political. Affinity and Divergence in Hans Kelsen and Max Weber*, Abingdon, Routledge, 2016, p. 179-194.

173) En croisant les analyses de Xavier Martin et les débats allemands sur le Code Napoléon, *Aux confins du droit, Hommage amical à Xavier Martin*, Université d'Angers, LGDJ, 2016, p. 213-223.

174) avec Stefano Manacorda et Marie Nicolas, Jalons pour le développement d'une cartographie dynamique de la peine de mort et de son abolition, in Marc Crépon, Jean-Louis Halpérin, Stefano Manacorda (dir.), *La peine de mort. Vers l'abolition absolue ?* Paris, Editions de la Rue d'Ulm, 2016, p. 81-120.

175) For a Renewed History of Lawyers, *American Journal of Legal History* 2016, 56, 53-59.

176) Recent Changes in Case Law concerning Hindu Marriage, in Daniela Berti, Gilles Tarabout, Raphaël Voix (eds.), *Filing Religion. State, Hinduism and Courts of Law*, Oxford Univesity Press, 2016, p. 285-300.

177) The French Model : the construction of public law through the development of State liability for wrongs, in G. N. Benacchio, M. Graziadei (dir.), *Il declino delle distinzione tra diritto pubblico et diritto privato*, Napoli, Edizioni Scientifici, 2016, p. 21-47.

178) Codification napoléonienne et culture des juristes et des non-juristes dans le premier tiers du XIX^e siècle ; Les juristes dans la vie intellectuelle au tournant du XIX^e et du XX^e siècle, in Christophe Charle et Laurent Jeanpierre (dir.), *La Vie intellectuelle en France*, Paris, Seuil, 2016, vol. I, p. 131-136 et p. 388-392.

- 179) avec Pierre Brunet, "Legal History and Legal Theory Shaking Hands : Towards a Gentleman's Agreement about the Definition of the State", in M. del Mar, M. Lobban (eds.), *Law in Theory and History*, Oxford, Hart, 2016, p. 233-249.
- 180) Returning to the primacy of statutory law in legal history ?, *Sartoniana (Sarton Chair of the History of Sciences, Ghent University)*, 2016, vol. 29, p. 65-83.
- 181) Spatializing Law in a Comparative Perspective of Legal History, in *Les lieux de la loi en Chine impériale, Extrême-Orient, Extrême-Occident*, 40, 2016, p. 207-218.
- 182) La propriété et la gestion des terres coutumières en Nouvelle-Calédonie, in E. de Mari, D. Taurisson-Mouret (dir.), *L'empire de la propriété. Les impacts environnementaux du droit de propriété*, vol. 3, Paris, Victoires, 2016, p. 215-225.
- 183) Quelques réflexions comparatives sur les doctrines pénales française et allemande au XIXe siècle, *L'IRASCible*, n° 6, 2016, p. 159-173.
- 184) Quels rapports entre les ordres juridiques avant l'avènement du droit international ?, in Baptiste Bonnet (dir.), *Traité des rapports entre ordres juridiques*, Paris, LGDJ, 2016, p. 127-138.
- 185) A partir de l'exemple des *Eléments d'introduction générale à l'étude des sciences juridiques* de Lévy-Ullmann (1917), le raidissement de la doctrine civiliste française, *Revue d'histoire des facultés de droit et de la science juridique* 2015, n° 35, p. 31-43.
- 186) Le droit fut-il exclusivement inventé par les Romains en Occident ? *Revue d'histoire des facultés de droit et de la science juridique* 2015, n° 35, p. 367-373.
- 187) Droit romain et droits contemporains, en japonais dans *Nanzan Ho-gaku*, vol. 40-1, 2016, p. 177-197.
- 188) La distinction théorique entre règles constitutives et règles contingentes est-elle opératoire en histoire du droit ? in N. Laurent-Bonne, X. Prévost (dir.), *Penser l'ordre juridique médiéval et moderne*, Paris, 2016, p. 173-190.
- 189) 1804, in P. Boucheron (dir.), *Histoire mondiale de la France*, Paris, éd. du Seuil, 2016, p. 435-438.
- 190) L'apport de l'histoire contemporaine du droit à la compréhension du processus de production de la loi, in M. Cornu, J. Fromageau et Y. Potin, *Les Archives et la genèse des lois*, Paris, L'Harmattan, 2016, p. 33-45.
- 191) Entre droit coutumier et droit civil : vers un droit mixte ? Réflexions après une enquête auprès des praticiens du droit, in Chr. Demmer et B. Trépied (dir.), *La coutume kanak dans l'État. Perspectives coloniales et postcoloniales sur la Nouvelle-Calédonie*, Paris, L'Harmattan, Cahiers du Pacifique Sud Contemporain, Hors série n°3, 2017, p. 135-160.
- 192) "Holmes", "Jellinek", "Weber", "Kelsen", in S. Dauchy, G. Martyn, A. Musson, H. Pihlajamäki, A. Wijffels (eds), *The Formation and Transmission of Western Legal Culture. 150 Books that Made the Law in the Age of Printing*, Springer, 2016, p. 403-406, 425-428, p. 451-453, p. 462-464.
- 193) The Justice Case in Nuremberg : How the Prosecution and the Defendants conceive the Involvement of the German Legal Profession in the Nazi Regime, *Comparativ* 2016/4, p. 74-87.
- 194) Pourquoi parler d'une histoire contextuelle du droit ?, *Revue d'histoire des sciences humaines* 2017, 30, p. 31-48.
- 195) Le normativisme est-il impuissant face à l'état d'urgence ? in Avec Stéphanie Hennette-Vauchez et Eric Millard (dir.), *L'état d'urgence. De l'exception à la banalisation*, Presses Universitaires de Paris Nanterre, 2017, p. 21-31.

196) Le Tribunal révolutionnaire : justice et injustices sous la Révolution, *Histoire de la Justice*, n° 27, 2017, p. 39-54.

197) Der Juristenstand als Gegenstand historischer Forschung und die Geschichte des juristischen Felds in Deutschland, *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte, Germanistische Abteilung* 134, 2017, p. 225-246.

198) V° "Abus de droit", "Droit naturel de propriété", "Fonction sociale de la propriété", "Josserand", "Jusnaturalistes", "Saleilles" in M. Cornu, F. Orsi, J. Rochfeld (dir.), *Dictionnaire des biens communs*, Paris, PUF, 2017.

199) Die Engagements der französischen, deutschen und österreichischen Juristen während der Ersten Weltkrieges. Versuch einer vergleichenden Lektüre, *Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte* 2017, 1/2, p. 77-86.

200) Durkheim et la culture juridique de son temps, in W. Gephart, D. Witte (eds.), *The Sacred and the Law : The Durkheimian Legacy*, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 2017, p. 73-92.

201) Associations, réseaux et ambitions nationales des comparatistes de la fin du XIX^e siècle à la Seconde Guerre mondiale, *Clio @ Thémis, revue électronique d'histoire du droit*, 2017, n° 13, 14 p.

202) Passé et présent des migrations constitutionnelles en Inde, in E. Zoller (dir.), *Migrations constitutionnelles d'hier et aujourd'hui*, Paris, Panthéon-Assas, 2017, p. 61-68.

203) La coutume en Nouvelle-Calédonie en attente de décisionnaire(s) ? in G. Cazals, Fl. Garnier (eds.), *Les Décisionnaires et la Coutume. Contribution à la fabrique de la norme*, Presses de l'Université Toulouse I capitole, 2017, p. 465-480.

204) L'indépendance des tribunaux : un vain mot pour Napoléon, in Th. Lentz (dir.), *Napoléon et le droit*, Paris, CNRS éditions, 2017, p. 143-153

205) The Circulation of Legal Phenomena : Past Lessons and Recent Issues, in J.-S. Bergé, S. Harnay, U. Mayrhofer, L. Obadia (eds.), *Global Phenomena and Social Sciences*, Springer, 2017, p. 113-122.

206) Le droit romain, un ordre statique et dynamique, un Etat ?, in P. Bonin, P. Brunet, S. Kerneis (dir.), *Formes et Doctrines de l'Etat*, Paris, Pedone, 2017, p. 29-38.

207) Globalisations passées et globalisation actuelle pour les professions juridiques, in F. Renucci, S. Zientara-Logeay (dir.), *Etats généraux de la recherche sur le droit et la justice*, Paris Lexis Nexis 2018, p. 309-316.

208) Une histoire transnationale des idées juridiques ?, *Clio @ Thémis, revue électronique d'histoire du droit*, 2018, n° 14, 11 p.

209) La Première Guerre mondiale et l'oeuvre de Kelsen, in D. Deroussin (dir.), *La Grande Guerre et son droit*, Paris, LGDJ, 2018, p. 9-17.

210) V° Präfektur, in *Handwörterbuch zur deutschen Rechtsgeschichte*, 27. Lieferung, 2018, p. 709-711.

211) The Age of Codification and Legal Modernization in Modern Private Law, *Oxford Handbook of European Legal History*, edited by Heikki Pihlajamäki, Markus D. Dubber, and Mark Godfrey, 2018, p. 907-927.

212) The Legacy of the Parliament of Paris in the *Longue Durée*, in Kjell A. Modeer, Martin Sunnqvist (eds.), *Suum cuique tribuere. Legal Contexts, Judicial Archetypes and Deep-Structures Regarding Courts of Appeal and Judiciaries from Early Modern to Late Modern Europe*, Stockholm, Jure Ab., 2018, p. 115-129.

213) Du droit comparé à la dynamique des lois prohibitives, *TEORIA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA*, vol. 2/2, 2017, Rio de Janeiro, p. 120-144.

214) Code civil : "Le Code du siècle", in Christophe Charle, Daniel Roche (dir.), *L'Europe. Encyclopédie historique*, Arles, Actes Sud, 2018 p. 2133-2136.

215) Remarques sur l'histoire énigmatique de la formation des premières générations de juristes japonais, in Cécile Guérin-Bargues, Hajime Yamamoto (dir.), *Aux sources nouvelles du droit. Regards comparés franco-japonais*, Paris, Mare et Martin, 2018, p. 17-32.

216) Les Allemands et les Français font-ils la même science du droit avec une cartographie des disciplines différentes ? in Ségolène Barbou des Places, Frédéric Audren (dir.), *Qu'est-ce qu'une discipline juridique ? Fondation et recomposition des disciplines dans les facultés de droit*, Paris, LGDJ, 2018, p. 119-133.

217) L'épistémologie juridique de Max Weber, in Soulef Ayad-Begounioux (dir.), *Les Logiques du Droit*, Paris, Mare et Martin, 2018, p. 21-30.

218) L'Europe comme concept juridique ? *Noesis* 30/31, 2018, p. 281-294.

219) The triumph of judicial review : the evolution of post-revolutionary legal thought, in O. Morétau, A. Masferrer, K. A. Modéer (eds.), *Comparative Legal History*, London, Elgar Publishing, 2019, p. 261-283.

220) Article 231 of the Versailles Treaty and Reparations : The Reparation Commission as a Place for Dispute Settlement ? in Michel Erpelding, Burkhard Hess, Hélène Ruiz Fabri (Hrsg.), *Peace Through Law, The Versailles Peace Treaty and Dispute Settlement After World War I*, Nomos, 2019, p. 193-203.

221) Que faire avec l'histoire de la justice constitutionnelle ? in Olivier Cayla et Jean-Louis Halpérin (dir.), *Néo ou rétro constitutionnalismes ? Mises en perspective de la démocratie constitutionnelle contemporaine*, Paris, Mare et Martin, 2019, p. 103-168.

222) L'insegnamento del diritto romano nell'Francia del XVIII sec. : un declino ? in P. Bonin, N. Hakim, F. Nasti, A. Schiavone (dir.), *Pensiero giuridico occidentale e Giuristi Romani*, Torino, 2019, G. Giappichelli, p. 163-177.

223) La contribution d'André-Jean Arnaud à la réflexion sur les continuités et discontinuités dans l'histoire du droit, in W. Capeller, J. Commaille, L. Ortiz (dir.), *Repenser le droit, Hommage à André-Jean-Arnaud*, Paris, LGDJ, 2019, p. 183-192.

224) « Mapping the History of Codification », *Revista da Faculdade de direito, Universidade de Sao Paulo* 2017, vol. 112, p. 485-508.

225) Les réformes du droit privé français en 1918 et 1919 : tournant ou occasion manquée ? *Zeitschrift für Neuere Rechtsgeschichte* 2019, 1/2, p. 20-31.

226) A German Linkage Between Criminal Law and Law of Nations as Academic Disciplines, *Rechtsgeschichte* 27, 2019, p. 51-64.

227) Personal Laws : Undetermined Norms and Undetermined Concept, *Liverpool Law Review* 2019, vol. 40, issue 3, p. 253-270.

228) Le traité de Versailles comme monument juridique, *Revue de l'Histoire de Versailles et des Yvelines*, 2019, p. 33-49.

229) La justice rétributive de Kant à Kelsen, *Justice, justices. Etudes en hommage à Jean-Jacques Clère*, Dijon, EUD, 2019, p. 431-442.

- 230) Saleilles et Esmein : deux formes de pensée constitutionnelle, in Armel Le Divillec (dir.), *La notion de constitution dans la doctrine constitutionnelle de la Troisième République*, Paris, éditions Panthéon-Assas, 2020, p. 71-95.
- 231) A propos d'un arrêt de la Cour de cassation de 1825 : la codification napoléonienne et la Charte in *Des racines du Droit & des contentieux. Mélanges en l'honneur du professeur Jean-Louis Mestre*, Aix, L'Epitoge, 2020, p. 109-118
- 232) Perspectives historiques sur les diverses dimensions de la distinction du fait et du droit devant la Cour de cassation, *Tribonien* 2019, n° 3, p. 30-45
- 233) L'histoire du droit est-elle condamnée à la longue durée ? in Pierre Monnet, Thomas Maissen, Barbara Mittler (dir.), *Les usages de la temporalité dans les sciences sociales*, Bochum, Dr. Dieter Winkler, 2019, p. 77-84.
- 234) Quel statut des magistrats de la Révolution et de l'Empire, dans Olivier Descamps (dir.), *Le Statut du magistrat*, Paris, éd. Panthéon-Assas, 2020, p. 71-80.
- 235) avec Frédéric Audren, « De l'histoire de la culture juridique française à une approche culturelle du droit » dans Anne-Sophie Chambost (dir.), *Approches culturelles des savoirs juridiques*, Paris, Lextenso, 2020, p. 15-25.
- 236) « Propos introductifs », *La Revue des droits de l'homme* [En ligne], 18 | 2020, mis en ligne le 10 juin 2020, consulté le 11 juillet 2020. URL : <http://journals.openedition.org/revdh/9582> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/revdh.9582>
- 237) Une géographie comparée du droit sans ou avec les Etats ?, *Annales de géographie* 2020, n° 733-734, p. 67-86.
- 238) Comparer les facultés de droit : entre histoire juridique et histoire intellectuelle, dans Nicolas Delalande, Béatrice Joyeux-Prunel, Pierre Singaravélou, Marie-Bénédicte Vincent (dir.), *Dictionnaire historique de la comparaison*, éditions de la Sorbonne, 2020, p. 189-191.
- 239) Du statut au contrat. Le délitement du discours législatif sur l'université et la recherche, *Genèses* 2020/3, n° 120, p. 131-146
- 240) Oral Custom : At the Origin or at the Fringes of Law, in Edoardo Frezet, Mark Goetzmann, Luke Mason (eds.), *Spaces of Law and Custom*, London, Routledge, 2021, p. 69-83.
- 241) La protection du contractant vulnérable en droit français du code napoléon à aujourd'hui, *Revista de Faculdade de Direito. da Universidade da Lisboa* 2021/1, p. 375-404.
- 242) Legal Education in France Turns Its Attention to the Harvard Model, in Susan Bartie, David Sandomierski (eds.), *American Legal Education Abroad. Critical Histories*, New York University Press, 2021, p. 243-257.
- 243) L'intérim de la Présidence de la République : deux pratiques ou deux interprétations de l'article 7 la constitution de 1958 ? dans J. Boudon (dir.), *L'irréductible originalité des systèmes constitutionnels à la lumière des expériences française et japonaise*, Paris, Société de législation comparée, 2021, p. 345-351
- 244) The Status of the Free City of Danzig and of its Constitution (1919-1939). An Analysis of the Legal Debates in the Perspective of Kelsen's Ideas, *Materiali per una storia della cultura giuridica*, 2021/2, p. 461-48
- 245) Une histoire transnationale des imaginations nationales ? *Rechtsgeschichte* 29, 2021
- 246) De Bonn à Berlin, *Rechtsgeschichte* 29, 2021
- 247) Connecter les juristes à l'oeuvre de Norbert Elias, *Cités* 2021/4, n° 88, p. 107-1119.

h 8
248) La modernisation ou la réforme du droit en Europe au XVIII^e siècle dans une perspective d'histoire comparée, dans Claudia Lima Marques, Gusavo Cerqueira (dir.), *Comparaison et modernisation du droit à l'aube du XXI^e siècle*, Société de législation comparée, 2021, p. 51-70.

249) Quel est le pouvoir du juge sous la V^e République ? ; dans Hervé Gaymard et Arnaud Teyssier (dir.), *Demain la V^e République ?*, Perrin, 2022, p. 205-220.

250) Les circulations transnationales en matière d'enseignement du droit : une perspective globale, dans Raphaël Cahen, Jérôme de Brouwer, Frédéric Dhondt, Maxime Jottrand (dir.), *Les professeurs allemands en Belgique. Circulation des savoirs juridiques et enseignement du droit (1817-1914)*, ASP éditions, 2022, Bruxelles, p. 19-38.

251) La jurisprudence de la chambre civile, sa précocité et son enracinement, dans Jean Bartélemy, Philippe Galanopoulos, Xavier Prétot (dir.), *Deux siècles de jurisprudence. La Cour de cassation au service du droit et du justiciable*, Paris, Dalloz, 2022, p. 19-26.

Préfaces : - édition informatique des versions successives du Code (par A. Wijffels et J.-C. Farcy) - édition par les Journaux officiels de lettres de juristes sur le Code civil (A. Chauleur) - édition de la thèse de J.-Fr. Niort, *Homo civilis*.



**DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE – CIÊNCIAS
JURÍDICO-ECONÓMICAS ANO LETIVO 2022/2023**

**1.º CICLO
LICENCIATURA**

1.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

103 - Economia I – Dia A – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Fernando Araújo
	André Marçalo (2 subturmas) Filipe Fernandes (3 subturmas) Tiago Barbosa (2 subturma)
103 - Economia I – Dia B – 7 subturmas – S.1.	
Regente	Paula Vaz Freire
	Paula Machado Xavier (4 subturmas) Raquel Franco Moniz (1 subturmas) Tiago Barbosa (2 subturma)
103 - Economia I – Dia C - S.1. 8 subturmas – S.1.	
Regente	Paula Vaz Freire
	Diana Andrade (2 subturmas) Alexandra Marques (3 subturmas) Raquel Franco Moniz (2 subturma) Filipe Fernandes (1 subturmas)
103 - Economia I – Noite – 6 subturmas – S.1.	
Regente	Miguel Patrício
	Tânia Faria (3 subturmas, noite) André Barata (3 subturmas, noite)

Unidades curriculares opcionais

203 - Economia II – Dia A – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Fernando Araújo
	Sara Rodrigues (2 subturmas)
203 - Economia II – Dia B – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Paula Vaz Freire
	Raquel Franco (2 subturmas)
203 - Economia II – Dia C – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Paula Vaz Freire
	André Barata (2 subturmas)
203 - Economia II – Noite – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Miguel Patrício
	Tânia Faria (2 subturmas)

Filosofia do Direito – Dia – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Fernando Araújo
	Nuno Salpico (3 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

3.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

51 - Direito da União Europeia – Dia A – 9 subturmas – S.2.	
Regente	Eduardo Paz Ferreira
	André Marçalo (4 subturmas) Alexandra Marques (3 subturmas) Tiago Barbosa (2 subturmas)

210 - Finanças Públicas – Dia B – 8 subturmas – S.1	
Regente	Eduardo Paz Ferreira / Guilherme W. Oliveira Martins
	Alexandra Pessanha (3 subturmas) Patrícia Ponte Bastos (3 subturmas) António Leitão Amaro (2 subturmas)

210 - Finanças Públicas – Dia A – 9 subturmas – S.2.	
Regente	Eduardo Paz Ferreira / Guilherme W. Oliveira Martins
	Alexandra Pessanha (3 subturmas) Patrícia Ponte Bastos (3 subturmas) António Leitão Amaro (4 subturmas)
210 - Finanças Públicas – Noite – 5 subturmas – S.2.	
Regente	Guilherme W. Oliveira Martins
	Paulo Marques (2 subturmas) Daniel Bobos-Radu (3 subturmas)

4.º ano

Unidades curriculares opcionais

116 - Direito da Economia – Dia A – 2 subturma – S.1.	
Regente	Luís Morais
	Joana Beja Baptista (2 subturma)

116 - Direito da Economia – Dia B – 2 subturmas – S.1.	
Regente	José Renato Gonçalves
	Cláudia Martins (2 subturma)

116 - Direito da Economia – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Miguel Patrício
	Diogo Carvalhas (1 subturma)

116 - Economia Internacional – Dia A – 5 subturmas – S.1.	
Regente	Pedro Infante Mota
	Diogo Seixas (3 subturmas)*
	Nuno Salpico (2 subturma)

116 - Economia Internacional – Dia B – 2 subturmas – S.1.	
Regente	Pedro Infante Mota
	Eduardo Vieira Raposo (1 subturma <i>Ing</i>)
	Eduardo Vieira Raposo (1 subt)
	Diogo Carvalhas (1 subt)

116 - Economia Internacional – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Pedro Infante Mota
	Nuno Salpico (1 subturma)

* Substituição da Dr.^a Sara Rodrigues por licença de parentalidade



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

256 - Direito dos Mercados Financeiros – Dia A – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Luís Morais
	Joana Beja Baptista (1 subturma) Eduardo Vieira Raposo (1 subturma)

256 - Direito dos Mercados Financeiros – Dia B – 4 subturmas – S.2.	
Regente	Rute Saraiva
	Diana Andrade (3 subturmas) Joana Beja Baptista (1 subturma)

256 - Direito dos Mercados Financeiros – Noite – 1 subturma – S.2.	
Regente	Rute Saraiva
	Diana Andrade (1 subturma)

134 - Direito Internacional Económico – Dia A – 1 subturma – S.2.	
Regente	Pedro Infante Mota
	Diogo Carvalhas (1 subturma)

134 - Direito Internacional Económico – Dia B – 1 subturma – S.2. (inglês)	
Regente	Miguel Moura e Silva
	Diogo Carvalhas (1 subturma)

134 - Direito Internacional Económico – Noite – 1 subturma – S.2.	
Regente	Pedro Infante Mota
	Pedro Infante Mota (1 subturma)

4.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

115 - Direito Fiscal – Dia – 13 subturmas – S.1.	
Regente	Ana Paula Dourado
	Sónia Fernandes (4 subturmas) Daniela Tavares (4 subturmas) Rui Marques (5 subturmas)*

115 - Direito Fiscal – Noite – 4 subturmas – S.1.	
Regente	Paula Rosado Pereira
	Sónia Fernandes (1 subturmas) Paulo Marques (2 subturmas) Eduardo Vieira Raposo (1 subturma)

Unidades curriculares opcionais

260 - União Económica e Monetária – TA – 5 subturmas – S.1.	
Regente	José Renato Gonçalves
	Nazaré Costa Cabral (ing)
	Cláudia Martins (3 subturmas) Daniel Bobos-Radu (2 subturmas)

260 - União Económica e Monetária – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	José Renato Gonçalves
	Cláudia Martins (1 subturma)

264 - Direito Fiscal Internacional – TA – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Ana Paula Dourado
	Filipe Fernandes (2 subturmas) Daniela Tavares (1 subturmas)

260 - Direito Fiscal Internacional – TAN – 1 subturma – S.2.	
Regente	Paula Rosado Pereira
	Nuno Garcia (1 subturma)

* Substituição de Dr. Nuno Garcia, por doença



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

CURSO DE ESTUDOS EUROPEUS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Direito da União Europeia - S.1.	
Regente	Miguel Sousa Ferro
	Daniel Bobos-Radu (1 subturma)

Introdução à Economia – S.2	
Regente	Miguel Patrício
	Paula Machado Xavier (1 subturma)

Economia Internacional – S.1	
Regente	Pedro Infante Mota
	Diogo Carvalhas (1 subturma)

União Económica e Monetária – S.2	
Regente	José Renato Gonçalves
	Paula Machado Xavier (1 subturma)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM DIREITO E GESTÃO

Tributação de Empresas S.1
Carlos Lobo
Contratação S.1
-
Direito dos Mercados Financeiros S.1 *
Rute Saraiva
Direito da Concorrência S.1 *
Miguel Moura e Silva

* UCs optativas

Lecionação intensiva: 3 semanas
2 semanas c/ 20h (40h de lecionação)
Avaliação realizada na 3ª semana



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
1º ano / 1º semestre	
Direito e Economia	Miguel Patrício
Direito e Economia (inglês)	Paula Vaz Freire
Políticas Públicas	Guilherme W. Oliveira Martins
Contratação Pública e Concorrência	Miguel Sousa Ferro
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Miguel Patrício*
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Introdução ao Direito da Concorrência (Miguel Moura e Silva) Teoria Geral da Regulação Económica (Miguel Sousa Ferro) Regulação Financeira (Rute Saraiva)	

ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
1º ano / 2º semestre	
Economia Comportamental e Direito	Rute Saraiva
Finanças Locais e Regionais	Guilherme W. Oliveira Martins
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Miguel Patrício*
UCs de Opção	
Direito da Concorrência Avançado (Luís Morais) Regulação das Indústrias de Rede (Miguel Sousa Ferro) Contencioso Administrativo e Tributário (Paula Rosado Pereira) Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos.	

* Turma única comum à especialidade *Direito da Concorrência e da Regulação*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL
(turma de dia)

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL	
1º ano / 1º semestre	
Políticas Fiscais e Governação Global	Paula Rosado Pereira
Harmonização Fiscal Europeia	Gustavo Courinha
Convenções de Dupla Tributação	Paula Rosado Pereira
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (2 turmas)	Rute Saraiva
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Direito e Economia (Miguel Patrício) Políticas Públicas (Guilherme W. Oliveira Martins) Introdução ao Direito da Concorrência (Miguel Moura e Silva) Teoria Geral da Regulação Económica (Miguel Sousa Ferro) Regulação Financeira (Rute Saraiva) Contratação Pública e Concorrência (Miguel Sousa Ferro)	

DIREITO FINANCEIRO E FISCAL	
1º ano / 2º semestre	
Tributação das Empresas	Gustavo Courinha
Integração Fiscal Negativa na UE	Paula Rosado Pereira
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (2 turmas)	Rute Saraiva
UCs de Opção	
Finanças Locais e Regionais (Guilherme W. Oliveira Martins) Contencioso Administrativo e Tributário (Paula Rosado Pereira) Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos.	



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO*

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO	
1º ano / 1º semestre	
Introdução ao Direito da Concorrência	Miguel Moura e Silva
Teoria Geral da Regulação Económica	Miguel Sousa Ferro
Regulação Financeira	Rute Saraiva
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Miguel Patrício*
UCs de Opção	
Finanças Europeias (José Renato Gonçalves) Direito e Economia (Miguel Patrício) Políticas Públicas (Guilherme W. Oliveira Martins) Contratação Pública e Concorrência (Miguel Sousa Ferro)	

DIREITO DA CONCORRÊNCIA E DA REGULAÇÃO	
1º ano / 2º semestre	
Direito da Concorrência Avançado	Luís Morais
Regulação das Indústrias de Rede	Miguel Sousa Ferro
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Miguel Patrício*
UCs de Opção	
Economia Comportamental e Direito (Rute Saraiva) Finanças Locais e Regionais (Guilherme W. Oliveira Martins) Contencioso Administrativo e Tributário (Paula Rosado Pereira) Qualquer UC oferecida nas outras especialidades do ciclo de estudos	

Direito da Concorrência e da Regulação dos Mercados da Energia (Curso de Mestrado de Ciências Jurídico-Políticas) – Miguel Sousa Ferro

* Turma única comum à especialidade de *Economia e Políticas Públicas*



MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA

DIREITO E ECONOMIA

Análise Económica do Direito – Fernando Araújo / Paula Vaz Freire

Direito da Concorrência – Miguel Moura e Silva

Economia – Fernando Araújo

Direito da Regulação – Luís Morais

DIREITO FISCAL

Finanças Públicas – Eduardo Paz Ferreira / Guilherme W. Oliveira Martins

Direito Fiscal – Ana Paula Dourado

Direito Fiscal Europeu – Paula Rosado Pereira (S.1) Ana Paula Dourado (S.2)

Direito Fiscal Internacional – Paula Rosado Pereira

DIREITO FINANCEIRO E ECONÓMICO GLOBAL

Direito dos Mercados Financeiros – Luís Morais

Direito Internacional Económico e do Investimento – Pedro Infante Mota

Políticas Públicas e Governação – Eduardo Paz Ferreira / Nazaré Costa Cabral

Direito Económico e Monetário Europeu – José Renato Gonçalves



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

DOUTORAMENTO

DIREITO E ECONOMIA

Análise Económica do Direito – Fernando Araújo / Paula Vaz Freire

Direito da Concorrência – Miguel Moura e Silva

Economia – Fernando Araújo

Direito da Regulação – Luís Morais

DIREITO FISCAL

Finanças Públicas – Eduardo Paz Ferreira / Guilherme W. Oliveira Martins

Direito Fiscal – Ana Paula Dourado

Direito Fiscal Europeu – Paula Rosado Pereira (S.1) Ana Paula Dourado (S.2)

Direito Fiscal Internacional – Paula Rosado Pereira

DIREITO FINANCEIRO E ECONÓMICO GLOBAL

Direito dos Mercados Financeiros – Luís Morais

Direito Internacional Económico e do Investimento – Pedro Infante Mota

Políticas Públicas e Governação – Eduardo Paz Ferreira / Nazaré Costa Cabral

Direito Económico e Monetário Europeu – José Renato Gonçalves

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
59155	Beatriz Sousa Bartolomeu	Desinvestimento em Capital de Risco	Ana Paz Ferreira da Câmara Perestrelo de Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
50932	Inês Torres Pimenta	Agrupamentos de concorrentes: entre a promoção da concorrência e a colusão na contratação pública	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo / Nuno Cunha Rodrigues	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
58303	Sofia Conceição Roque Nobre	O impacto do aumento dos juros e da inflação no crédito à habitação	Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia / Miguel Patrício	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

CONSTITUIÇÃO DE JÚRI DE DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS

Nome	Título	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Maria de Fátima Magalhães da Rocha Data Entrega: 01-06-2022	Novas Tecnologias ao Serviço da Investigação Criminal – Ameaças à <i>Privacy</i>	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) José Damião da Cunha (UCP-Porto) Pedro Caeiro (UCoimbra)* Paulo de Sousa Mendes Miguel Moura e Silva Helena Morão Teresa Quintela de Brito	Prof(a). Doutor(a) José Damião da Cunha (UCP-Porto) António Almeida Costa (UPorto) Paulo de Sousa Mendes Miguel Moura e Silva Helena Morão Teresa Quintela de Brito

*Substituição de Membro do Júri.

4



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Henrique Braga Porpino N.º: 59807 Data Entrega: 01-06-2022	"Legalização Do Tráfico De Drogas E De Armas: Via Para A Diminuição Dos Seus Efeitos Na Economia, Na Saúde E Na Criminalidade?"	Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P.) Rui Soares Pereira (A)* Miguel Romão (V)	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P) Manuel Guedes Valente (A)* Miguel Romão (V)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Augusto Cesar Piaskoski N.º: 60538 Data Entrega: 19-07-2022	"A Prevenção Do Branqueamento De Capitais E A Atuação Das UIF: Aspectos Processuais Penais"	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes Coorientador Gustavo Henrique Badaró	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P.) Rui Soares Pereira (A)* A. Barreto Menezes Cordeiro (V)	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P) Paulo de Sousa Mendes (O) Miguel de Azevedo Moura (A)* A. Barreto Menezes Cordeiro (V)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Maria Luiza Mezzomo N.º: 59907 Data Entrega: 19-07-2022	"O Uso do Reconhecimento Facial na Investigação Criminal e na Segurança Pública"	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P) Rui Soares Pereira (A)* João Marques Martins (V)	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P) Filipa Urbano Calvão (A)* João Marques Martins (V)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Hugo Magalhães Gaioso N.º: 59954 Data Entrega: 21-07-2022	"O Papel da Jurisdição dos Crimes Militares"	Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P) Rui Soares Pereira (A)* Miguel Prata Roque (V)	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P) Joaquim Sabino Rogério (A)* Miguel Prata Roque (V)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Carlos Eduardo Vieira da Cunha N.º: 58868 Data Entrega: 22-07-2022	"Os modelos de Justiça e a legitimidade da Colaboração Premiada como instrumento de combate ao crime organizado"	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Eduardo Vera Cruz Pinto (P) Rui Soares Pereira (A)* João Marques Martins (V)	Prof(a). Doutor(a) Eduardo Vera Cruz Pinto (P) José Mouraz Lopes (A)* João Marques Martins (V)

*Substituição de Arguente.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Constituição de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL

Candidato	Título da Dissertação	Orientador	Júri/Função*
Nome: Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães N.º: 60450 Data de Entrega: 01-09-2021	"A violência doméstica nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: uma aproximação metodológica ao ensino superior policial em contexto multicultural"	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma	Prof(a). Doutor(a) Eduardo Vera Cruz Pinto(P) Inês Ferreira Leite (A)

*Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal).



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Constituição de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO FINANCEIRO E ECONÓMICO GLOBAL

Candidato	Título da Dissertação	Orientador	Júri/Função*
Nome: João Marcelo Peixoto N.º: 61261 Data Entrega: 31-10-2022	"Multilateralismo Fiscal e os Acordos Comerciais Regionais: Os Desafios Contemporâneos na Harmonização Jurídica entre Comércio, Investimento e Fiscalidade"	Prof. Doutor Pedro Infante Mota	Prof.^a Doutora Ana Paula Dourado (Presidente) Prof.^a Doutora Paula Rosado Pereira (Arguente) Prof. Doutor Pedro Infante Mota (Orientador) Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito

*Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal).




FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Jéssika Mayara de Oliveira Aguiar N.º: 58851 Data Entrega: 18-12-2020	"Criminal Compliance e Lavagem de Capitais: instrumento de prevenção e de prova penal"	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Fernando Araújo (P.) Inês Ferreira Leite (V) Rui Soares Pereira (A)*	Prof(a). Doutor(a) Fernando Araújo (P.) Inês Ferreira Leite (V) Alaor Leite (A)*

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Fabrício Pinto Weiblen N.º: 59845 Data Entrega: 16-09-2021	"Abertura Tecnológica dos Meios de Obtenção de Prova e o uso de Software Espião na Investigação Criminal"	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P.) Eduardo Vera-Cruz Pinto (V.) Rui Soares Pereira (A)*	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P.) Eduardo Vera-Cruz Pinto (V.) Alaor Leite (A)*



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Valéria João Custódio Murraças N.º: 52845 Data Entrega: 25-03-2022	"A destruição imediata dos suportes das escutas telefónicas sem conhecimento do arguido"	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Maria José Rangel Mesquita (P.) Rui Soares Pereira (A)*	Prof(a). Doutor(a) Maria José Rangel Mesquita (P.) Frederico Lacerda da Costa Pinto (A)*



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Cândida Alcântara Menúria N.º: 52878 Data Entrega: 28-03-2022	"Direito à não auto-incriminação e descriptação forçada de smartphone pelo suspeito ou arguido"	Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P.) Rui Soares Pereira (A)*	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P.) Pedro Garcia Marques (A)*



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Joana Fonseca Martins de Pinho N.º: 52715 Data Entrega: 29-03-2022	"Uso de Inteligência Artificial na Prevenção do Branqueamento de Capitais e Direitos Fundamentais"	Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P) Rui Soares Pereira (A)*	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P) Miguel de Azevedo Moura (A)*

*Substituição de Arguente.

Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 23 de novembro de 2022

- Pedido de alteração do tema da dissertação Mestrado Bolonha em Direito e Ciência Jurídica - Especialidade de Ciências Jurídico-Filosóficas

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema Aprovado	Novo Tema solicitado	Prof. Orientador Designado
Fernanda Hanemann Coimbra (n.º 59822)	15/10/2022	Liberalismo e Feminismo: uma discussão sobre justiça	A Participação Política das Mulheres no Contexto Brasileiro e Português: Uma análise do liberalismo igualitário de John Rawls a partir das teorias críticas de Martha Nussbaum e Seyla Benhabib	Prof.ª Doutora Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira

Pedido de alteração do tema da dissertação Mestrado Bolonha em Direito e Prática Jurídica - Especialidade de Direito Internacional e Relações Internacionais

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema Aprovado	Novo Tema solicitado	Prof. Orientador Designado
Wannessa Alves de Carvalho (n.º 63893)	17/10/2022	A relação do Direito do Mar com os Direitos Humanos e a aplicação das leis nos casos em que ocorrem violação dos direitos das pessoas físicas nos mares e oceanos	A proibição de afastamento de embarcações de migrantes no Mar na crise Migratória de 2015: um caso de estudo sobre a relação entre o Direito do Mar e os Direitos Humanos	Prof.ª Doutora Ana Rita Amaral Campos Gil

Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 23 de novembro de 2022

- Pedido de alteração do tema da dissertação Mestrado Bolonha em Direito e Ciência Jurídica - Especialidade de Direito Penal e Ciências Criminais

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema Aprovado	Novo Tema solicitado	Prof. Orientador Designado
Beatriz Moreira Leite Aina (n.º 59924)	23/10/2022	Inteligência Artificial aplicada ao Direito Processual Penal	Inteligência Artificial e Direito Penal: a caminho de uma responsabilidade penal dos sistemas autónomos?	Prof. Doutor Rui Filipe Soares Pereira

- Pedido de alteração do tema da dissertação Mestrado Bolonha em Direito e Ciência Jurídica - Especialidade de Ciências Jurídico-Ambientais

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema Aprovado	Novo Tema solicitado	Prof. Orientador Designado
Leonardo Carvalho Gusmão (n.º 63208)	26/10/2022	Recusa de acesso à informação ambiental e suas consequências para o direito de acesso à justiça ambiental – um paralelo entre os ordenamentos jurídicos brasileiro e europeu	Acesso dos particulares à justiça em matéria ambiental: um olhar sobre a legitimidade ativa e o interesse de agir nos direitos da União Europeia e do Brasil	Prof. Doutor Rui Manuel Tavares Lanceiro

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Gestão
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022
(Conselho Científico 23 de novembro 2022)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Professor(a) Doutor(a) CO-Orientador(a) Indicado(a)
65818	Arinelson Lisandro Pedro Fernandes	The Shareholder Structure and the Private Investment in Angola	Paulo de Sousa Mendes	Maria João Guedes
65514	Yağmur Tanyer	Legal structure of an M&A deal within international jurisdiction (Moldova and Nepal)	Pedro Madeira de Brito	

**Candidaturas à 2.ª fase do Doutoramento em Direito
Tese
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2019-2020
(Conselho Científico de 23 de novembro 2022)**

Número	Nome do(a) candidato(a)	Título da tese proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento Especialidade	Unidades Curriculares	Nota	Média final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação/Menção	Ano de conclusão	Título do(a) trabalho/dissertação
50764	Elias de Oliveira Tomé	O Princípio da Legalidade Fiscal na Ordem Jurídica Angolana: Análise e Contributos para a Compreensão e Perspetivas Concretizadoras Constitucionais (Formais e Materiais) e Reflexões Jurídico - Fiscais nos Países da CPLP	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito e Economia	Metodologia de Investigação Científica Avançada	14	14,90	Mestrado em Direito e Ciência Jurídica - Especialidade de Direito Fiscal	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	15 valores	2019	O Desenvolvimento Económico em África: Realizações e Constrangimentos
					Seminário de Investigação de Direito da Concorrência	14						
					Seminário de Investigação de Economia	15						
					Seminário de Investigação de Direito Fiscal	16						
55872	Simone Evaristo Marins	DERROTABILIDADE, REFUTABILIDADE E REVISIBILIDADE: CRITÉRIOS PARA A REPARTIÇÃO DO ÔNUS ARGUMENTATIVO E DA PROVA	Pedro Brito Veiga Moniz Lopes	Teoria do Direito	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	16,70	Mestrado em Direito - Perfil: Ciências Jurídico-Laborais	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	15 valores	2017	Conflito de normas na aplicação de Juros no Processo do Trabalho: Juros de mora - Art. 883 da CLT c/c Art. 39 da Lei 8.177/1991 x Boa- Fé Processual - Art. 5.º do CPC
					Seminário de Investigação de Filosofia do Direito	17						
					Seminário de Investigação de Teoria do Direito	17						
					Seminário de Investigação de Sociologia Jurídica	16						

Observações:

- Os candidatos entregaram o Projeto de Tese e respetiva Carta de Aceitação dos Professores Orientadores.
- A candidata Dra. Anjuli Tostes Faria Melo * (n.º 61757) possui licenciatura (ou equivalente legal em termos de grau) em direito com média igual ou superior a 17 valores cuja candidatura ao doutoramento mereceu parecer favorável da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

Versão do documento: 09-11-2022 MN

Candidaturas à 2.ª fase do Doutoramento em Direito
Tese
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2020-2021
(Conselho Científico de 23 de novembro 2022)

Número	Nome do(a) candidato(a)	Título da tese proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento Especialidade	Unidades Curriculares	Nota	Média final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação/ Menção	Ano de conclusão	Título do(a) trabalho/dissertação
63671	Alexandre Azambuja Cassepp*	HARD CASES ADMINISTRATIVOS: OS NÍVEIS DE PROTEÇÃO DO GESTOR PÚBLICO PELAS SUAS DECISÕES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	Carla Maria Fermento Amado Gomes	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	16,40	Bacharelado em Direito	Universidade de Santa Cruz do Sul (Brasil)	Média Geral: 8,90 (média convertida: 17,80 valores)	2003	n/a
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	15						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	17						
					Seminário de Investigação de Responsabilidade Civil Extracontratual	17						
63653	Caroline dos Reis Amaral	Parentalidade e conciliação da vida profissional e familiar como pressuposto da isonomia de gênero nas relações laborais	Maria Rosario Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Ciências Jurídico-Empresariais	Metodologia de Investigação Científica Avançada	15	14,40	Mestrado em Direito – Área de Concentração: Direito Civil	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)	Média Final: 9,77 (média convertida: 19,54)	2007	A Responsabilidade dos Pais em Face do Direito à Convivência dos Filhos
					Seminário de Investigação de Direito Comercial I	14						
					Seminário de Investigação de Direito do Trabalho	15						
					Seminário de Investigação de Direito Civil I	14						
63656	Fernanda Cardoso De Almeida Dias Da Rocha*	Os conceitos jurídicos indeterminados no regime de responsabilização por atos de improbidade administrativa no Brasil	David José Peixoto Duarte	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	16	16,30	Master Droit Economie Gestion, Mention Droit Public Parcours type Droit public fundamental	Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (França)	Mention "assez bien" (média convertida: 13 valores)	2017	La motivation des décisions juridictionnelles: une étude comparée entre la France et le Brésil
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	17						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	15						
					Seminário de Investigação de História da Justiça	17						
64152	Fernanda Dias Marra*	ANÁLISE ECONÓMICA DO EFEITO DA CLÁUSULA DE PREÇO ABERTO VIGENTE EM MERCADOS DE CONCORRÊNCIA IMPERFEITA: O CASO DO LEITE	Fernando José Borges Correia Araújo	Direito e Economia	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	17,30	Bacharelado em Direito	Centro Universitário do Distrito Federal (Brasil)	Coeficiente de rendimento de notas 8,31 (média convertida 16,62 ≈ 17 valores)	2005	A Extinção da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a Constituição de 1988
					Seminário de Investigação de Análise Económica do Direito	17						
					Seminário de Investigação de Economia	18						
					Seminário de Investigação de Finanças Públicas	17						
59370	Francisca Nassoma Cumandala Bentrál	Aquisição dos Direitos Reais na perspectiva do Direito Costumeiro Angolano	José Alberto Coelho Vieira	Ciências Jurídico-Civis	Metodologia de Investigação Científica Avançada	16	14,80	Mestrado em Direito e Prática Jurídica – Especialidade de Direito Civil	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	15 valores	2020	A Transferência dos Imóveis Para o Domínio Privado do Estado Após a Independência de Angola
					Seminário de Investigação de Direito Civil I	15						
					Seminário de Investigação de Direito Processual I	15						

**Candidaturas à 2.ª fase do Doutoramento em Direito
Tese
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2020-2021
(Conselho Científico de 23 de novembro 2022)**

Número	Nome do(a) candidato(a)	Título da tese proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento Especialidade	Unidades Curriculares	Nota	Média final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação/Menção	Ano de conclusão	Título do(a) trabalho/dissertação
					Seminário de Investigação de Direito Civil III	14						
60032	Ivanna dos Santos Gomes Ortiz Velázquez	O acesso ao espaço exterior à luz do Direito Internacional Público e do Direito Europeu	Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Ciências Jurídicas Internacionais e Europeias	Metodologia de Investigação Científica Avançada	14	14,60	Mestrado em Direito – Área de Concentração: Direito Internacional	Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)	Coeficiente geral de rendimento 9,7 (média convertida: 19,4 valores)	2006	A contribuição das Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas no desenvolvimento do Direito Internacional
					Seminário de Investigação de Direito Internacional Público	16						
					Seminário de Investigação de Direito Internacional Económico e do Investimento	14						
					Seminário de Investigação de História do Direito Internacional	14						
63657	João Pedro da Silva Paro***	O QUADRO NORMATIVO DE PROTEÇÃO AO DENUNCIANTE: Impactos legais de uma mudança de jogo na proteção jurídica global	Nuno Filipe Abrantes Leal da Cunha Rodrigues	Ciências Jurídicas Internacionais e Europeias	Metodologia de Investigação Científica Avançada	15	15,90	Mestrado em Ciências – Área de Concentração: Direito do Estado	Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Brasil)	Aprovado	2017	Panorama da atuação da Procuradoria Geral do Estado em relação aos processos judiciais sobre educação no Estado de São Paulo - 2004/2016
					Seminário de Investigação de Direito Económico e Monetário Europeu	17						
					Seminário de Investigação de Direito Internacional Económico e do Investimento	15						
					Seminário de Investigação de Economia	16						
37137	Maria Amélia Barradas Carlos**	As sociedades <i>holdings</i> portuguesas ainda são compatíveis com o Direito Europeu e com o Direito Fiscal Internacional?	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito Fiscal	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	16,70	Licenciatura em Direito (Pré-Bolonha – 5 anos)	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	15 valores	2003	n/a
					Seminário de Investigação de Direito Fiscal	17						
					Seminário de Investigação de Direito Fiscal Europeu	16						
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	17						

Candidaturas à 2.ª fase do Doutoramento em Direito
Tese
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2020-2021
(Conselho Científico de 23 de novembro 2022)

Número	Nome do(a) candidato(a)	Título da tese proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento Especialidade	Unidades Curriculares	Nota	Média final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação / Menção	Ano de conclusão	Título do(a) trabalho/dissertação
63660	Paulo Gustavo Lima e Silva Rodrigues	Cadeia de Custódia das Provas Penais Digitais	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Ciências Jurídico-Criminais	Metodologia de Investigação Científica Avançada	16	16,60	Mestrado em Direito Público – Área de Concentração: Fundamentos Constitucionais dos Direitos	Universidade Federal de Alagoas (Brasil)	Nota Final: 10.00 (média convertida: 20 valores)	2018	OS EFEITOS DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS NA DEFINIÇÃO DO MOMENTO INICIAL DE CUMPRIMENTO DAS PENAS IMPOSTAS PELO TRIBUNAL DO JÚRI
					Seminário de Investigação de Direito Penal I	16						
					Seminário de Investigação de Direito Processual Penal I	16						
					Seminário de Investigação de Criminologia	18						
55618	Rafael da Silva Gonçalves Fernandes	A TRANSEXUALIDADE (TRANSEXUALISMO) E O CRIME DE ABANDONO	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Ciências Jurídico-Criminais	Metodologia de Investigação Científica Avançada	14	15,50	Mestrado em Direito - Perfil: Ciências Jurídico-Criminais	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)	15 valores	2018	Intervenções Corporais e identificação Criminal
					Seminário de Investigação de Direito Penal I	15						
					Seminário de Investigação de Direito Processual Penal I	14						
					Seminário de Investigação de Criminologia	18						
60028	Saul Steil	Procriação Medicamente Assistida. O direito ao conhecimento da origem genética	Elsa Marina Rosa Dias de Oliveira	Ciências Jurídico-Civis	Metodologia de Investigação Científica Avançada	16	16,00	Mestrado em Ciência Jurídica – Área de Concentração: Fundamentos do Direito Positivo	Universidade do Vale do Itajaí (Brasil)	Média global: Conceito A	2005	A Sala Secreta do Tribunal do Júri ante o Sistema Normativo
					Seminário de Investigação de Direito Civil I	15						
					Seminário de Investigação de Direito Processual I	16						
					Seminário de Investigação de Sociologia Jurídica	17						

Candidaturas à 2.ª fase do Doutoramento em Direito
Tese
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2020-2021
(Conselho Científico de 23 de novembro 2022)

Número	Nome do(a) candidato(a)	Título da tese proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento Especialidade	Unidades Curriculares	Nota	Média final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação/ Menção	Ano de conclusão	Título do(a) trabalho/dissertação
43707	Simão Pedro Mendes Sousa	Os Serviços Públicos de Água: Entre a Privatização e a Remunicipalização dos Serviços	João Pedro Oliveira Miranda	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	17	17,00	Mestrado em Direito e Gestão	NOVA School of Business & Economics e Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (Portugal)	14 valores	2015	Contrato de Swap de Taxa de Juro: Dever de Informação e Efeitos da Violação do Dever
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	17						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	17						
					Seminário de Investigação de Direitos Fundamentais	17						

Observações:

- Os candidatos entregaram o Projeto de Tese e respetiva Carta de Aceitação dos Professores Orientadores.
- Os candidatos assinalados com * possuem licenciatura (ou equivalente legal em termos de grau) em direito com média igual ou superior a 17 valores cuja candidatura ao doutoramento mereceu parecer favorável da Comissão de Estudos Pós-Graduados.
- A candidatura ao doutoramento da Dra. Maria Amélia Barradas Carlos ** mereceu parecer favorável da Comissão de Estudos Pós-Graduados, atendendo ao seu percurso académico.
- Os candidatos assinalados com *** apresentaram pedido de elaboração de tese em inglês e juntaram parecer favorável dos orientadores.
- "n/a" - não se aplica

Versão do documento: 07-11-2022 MN




Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 23 de novembro de 2022

2.ª fase do Doutoramento – Tese – Doutorando com parte escolar concluída em 2019-2020

Pedido de coorientação, de alteração de título e de elaboração da tese em inglês

Data do pedido	Número do Aluno	Nome do Aluno	Ano letivo de conclusão da parte escolar	Título da Tese Aprovado	Título da Tese Solicitado	Professor Doutor Orientador Aprovado	Professor Doutor Coorientador Solicitado	Doutoramento	Idioma da tese pretendido
07-11-2022	55636	José Manuel Gonzaga Rosa	2019-2020	A Conformação da Regulação Financeira Internacional de Valores Mobiliários Monetários com o Direito Europeu. O Mercado Europeu de Papel Comercial	International financial regulation and european law: the euro area commercial paper market	Luís Domingos Silva Morais	Pierre-Henri Conac (Department of Law da University of Luxembourg)	Doutoramento em Direito: Especialidade de Direito Financeiro e Económico Global	Inglês

Observação:

- O doutorando apresentou pedido de coorientação, de alteração de título e de elaboração da tese em inglês e juntou os respetivos pareceres favoráveis do orientador e coorientador, assim como novo projeto com o título atualizado.

Versão do documento: 09-11-2022 MN



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Constituição de Júri de Pós-Doutoramento em Direito

Nome	Especialidade	Orientador(a)	Data de Entrega	Título	Júri
Cláudio Henrique de Castro	Ciências Histórico-Jurídicas	Eduardo Vera-Cruz Pinto	24/06/2022	A democracia direta por meio da democracia eletrônica	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem (Presidente) Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz (Orientador) Profª Doutora Susana Videira (Arguente) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito

RELATÓRIO DE ATIVIDADES



**GABINETE ERASMUS E DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

ANO LETIVO 2021/2022

ÍNDICE

Introdução	3
Programas e Redes	6
Protocolos e Parcerias.....	8
Mobilidade de Alunos	10
<i>Alunos Incoming</i>	<i>10</i>
<i>Comparação Incoming vs. Outgoing</i>	<i>21</i>
Mobilidades Docentes e Staff.....	22
<i>Docentes Incoming</i>	<i>22</i>
<i>Docentes Outgoing</i>	<i>24</i>
<i>Mobilidade de Staff</i>	<i>24</i>
International Credit Mobility (ICM).....	25
Mestrados Internacionais	26
<i>Mestrado em European Legal Practice</i>	<i>26</i>
PÓS-graduação Erasmus de Atualização em Direito Europeu, Global e Comparado	28
Cursos Intensivos	29
Rede ELPIS.....	36
Conclusão	37
Anexos	39

INTRODUÇÃO

O Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais (GERI) promove e gere, entre outras atribuições, os programas de mobilidade da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nomeadamente a mobilidade de alunos, docentes, investigadores e funcionários. No âmbito desta gestão, é atribuição do GERI não só prestar esclarecimentos sobre os programas em vigor, como também promover iniciativas informativas e de incentivo à mobilidade, quer para alunos *outgoing* que queiram realizar um período de mobilidade numa universidade parceira, quer para alunos *incoming* que queiram frequentar um semestre ou um ano letivo na FDUL.

Após o impacto das medidas de prevenção em vigor durante 2020/2021, o ano letivo 2021/2022 foi marcado pelo regresso às atividades letivas presenciais, o que significa que o modo de funcionamento do GERI retomou a normalidade, pese embora algumas das práticas adotadas durante o período de aulas online tenham sido mantidas, nomeadamente a marcação antecipada do check-in dos alunos *incoming* no início de cada semestre para evitar aglomerados, a manutenção de alguns cursos intensivos online, a continuidade da ELPIS v-Law Review e das ELPIS / US Transatlantic Online Lectures, que ganharam novas edições em ambos os semestres e pretendem tirar partido dos benefícios das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem.

Na sequência do regresso às atividades letivas presenciais e o levantamento das restrições em vigor na FDUL e na maioria dos países parceiros, o principal aspeto a referir em relação ao ano letivo 2021/2022, no que diz respeito às mobilidades, é o aumento significativo das mobilidades *incoming* e *outgoing*, destacando o aumento das mobilidades *outgoing* em relação aos anos letivos anteriores, não em termos de candidaturas submetidas, mas em mobilidades efetivas. As mobilidades *incoming* também aumentaram substancialmente, e vão ao encontro da tendência de subida que se vinha a verificar antes da pandemia Covid-19.

No que diz respeito às atividades letivas, é importante referir que a lecionação das disciplinas em Inglês e dos Cursos Intensivos regressaram ao ensino presencial, ainda que 6 cursos intensivos tenham sido lecionados online. Neste ponto, é importante destacar a criação de várias subturmas em Inglês, num total de 44 subturmas, num esforço coletivo de integração dos alunos *incoming*, assegurando assim uma distribuição equilibrada pelas várias subturmas de forma a não comprometer a qualidade do ensino e o aproveitamento académico destes alunos.

Neste ponto, é importante referir os cursos intensivos, criados originalmente como uma extensão do Programa Erasmus+ e integrados no Mestrado ELPIS, lecionados na sua maioria por docentes estrangeiros, em língua estrangeira, sobre temas específicos com uma vertente predominante de Direito Comparado, Europeu e Global. À semelhança das disciplinas em Inglês, os cursos intensivos foram lecionados presencialmente, com exceção de 6 cursos, que foram lecionados online, incluindo as ELPIS /US Transatlantic Online Legal Lectures. No ano letivo 2021/2022, os cursos intensivos contaram com a colaboração de 25 Professores estrangeiros convidados e 5 Professores da FDUL que prontamente se disponibilizaram para colaborar com o GERI para colmatar a diferença de cursos lecionados no 1.º e no 2.º semestre, dado que a maioria dos docentes convidados preferem visitar a FDUL no 2.º semestre.

Paralelamente, o GERI tem vindo a estabelecer, em linha com a política de internacionalização da Faculdade, protocolos com várias instituições de ensino superior, tanto europeias, no âmbito do Programa Erasmus+, como países fora da Europa, através de Protocolos de Intercâmbio. No âmbito do novo Programa Erasmus+ 2021/2027, todos os Acordos Interinstitucionais deveriam

ter sido renovados a partir do ano letivo 2019/2020, mas devido à pandemia COVID-19, este processo foi adiado e está neste momento a decorrer.

Neste sentido, a Comissão Europeia criou a plataforma EWP (Erasmus Without Paper), que tem por objetivo a criação de uma plataforma digital a nível europeu para a troca de dados entre Instituições de Ensino Superior sobre os alunos em mobilidade ao abrigo do programa Erasmus+, reduzindo assim o uso do papel e a troca de documentos via e-mail. É de referir que desde o início da pandemia, o GERI tem vindo a fazer um esforço no sentido de reduzir ao máximo o uso do papel e alguns dos procedimentos no âmbito do Programa Erasmus+ e/ou Protocolos de Intercâmbio, passaram a ser feitos exclusivamente de forma digital, como por exemplo, o envio e a assinatura de documentos recorrendo à assinatura digital (CMD).

Adicionalmente, este relatório pretende ainda dar conta das mobilidades docentes e staff ao abrigo do Programa Erasmus+, das atividades desenvolvidas no âmbito da REDE ELPIS, do Mestrado em European and Legal Practice, do curso de Pós-Graduação Erasmus de Atualização em Direito Europeu, Global e Comparado e dos Moot Courts desenvolvidos ao longo do ano letivo 2021/2022, dando um enfoque especial no regresso às atividades letivas presenciais na FDUL e nas Universidades parceiros, e de que forma isso influenciou as atribuições do Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Equipa

A orgânica do Gabinete é composta por um presidente, oito vice-presidentes, representantes dos vários grupos científicos, uma equipa de colaboradores caracterizada por um técnico-superior, um Assistente Técnico, quatro alunos-colaboradores e ainda um representante da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Presidente: Professor Doutor Vasco Pereira da Silva

Grupo de Ciências Jurídicas

Professor Doutor Tiago Soares da Fonseca
Professor Doutor José Ferreira Gomes

Grupo de Ciências Jurídicas-Económicas

Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues
Professor Doutor Rute Saraiva

Grupo de Ciências Jurídico-Políticas

Professor Doutor Rui Guerra da Fonseca
Professor Doutor Rui Lanceiro

Grupo de Ciências Histórica-Jurídicas

Professora Doutora Sílvia Alves
Professora Doutora Isabel Graes

Equipa de colaboradores:

Andreia Caeiro (Técnica Superior, 2020)

Miguel Pires (Assistente Técnico, 2021)

Anáisa Sorna (Fevereiro, 2020 – Setembro, 2021)

Asthyages Silva (Outubro, 2021 – Maio, 2022)

Enzo Wanderley (Junho, 2022)

Filipe Vigo (Fevereiro, 2020 – Setembro, 2022)

Leticia Santiago (Outubro, 2021 – Maio, 2022)

Matheus Calcagno (Dezembro, 2020 – Setembro, 2021)

Vivianne Carvalho (Junho, 2022)

Representante da Associação Acadêmica: Bruna Costa

PROGRAMAS E REDES

A internacionalização tem sido uma das principais prioridades da Faculdade de Direito da ULisboa, cuja importância se traduz não só nos diferentes programas de mobilidade, mas também na oferta formativa, permitindo assim que os alunos da Faculdade e os alunos visitantes de universidades parceiras tenham uma experiência académica enriquecedora e multicultural.

A fim de concretizar esse objetivo, a FDUL é membro de vários programas e redes, cujos objetivos se prendem com o intercâmbio de alunos, docentes e funcionários, a realização de encontros periódicos, o estabelecimento de parcerias, o desenvolvimento de projetos de investigação em conjunto e a atribuição de graus académicos conjuntos.

As redes internacionais de que a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é parte são as seguintes:

Rede ELPIS (European Legal Practice Integrated Studies Network)

Rede fundada pela Leibniz Universität Hannover, atualmente constituída por cerca de quatro dezenas de universidades europeias (assim como associadas, de outros continentes), tem como principais atividades: a promoção do intercâmbio de estudantes, docentes e funcionários, um Mestrado internacional, a organização de programas de estudos, cursos e publicações, assim como a promoção da investigação científica e pedagógica, em especial, nos domínios do Direito Europeu e do Direito Comparado. A Rede ELPIS divide-se atualmente em 3 programas, distintos, mas integrados, a saber: o ELPIS Network, o ELPIS Master e o ELPIS Research.

Na sequência da eleição do Professor Doutor Vasco Pereira da Silva, em 2015, para a liderança do grupo ELPIS, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa assegura a respetiva coordenação. Entre as alterações realizadas durante o presente mandato, foi criado o ELPIS-Research, que é um centro de investigação internacional.

Rede de Roterdão (Rotterdam Law Network)

Rede de intercâmbio e cooperação académica, fundada pela Erasmus Universiteit Rotterdam, atualmente composta por 30 universidades europeias, destina-se à promoção do intercâmbio de estudantes, docentes e funcionários.

A reunião anual de 2022 da Rotterdam Law Network, subordinada ao tema “**The methodology of law teaching in post-academic and war times in Europe**”, teve lugar na FDUL, entre os dias 7 e 8 de julho, contou com a participação de 21 membros da RLN, e foi organizada pelo GERI.

Asociación Sui Iuris

A Asociación Sui Iuris é uma associação de mais de 30 Faculdades e Escolas de Direito Ibero-Americanas, que tem como objetivo promover oportunidades de mobilidade de estudantes entre as universidades parceiras.

O Professor Doutor Vasco Pereira da Silva foi eleito Membro do Conselho de Direção do Sui Iuris na reunião do ano passado.

ELFA (European Law Faculties Association)

Associação representativa das Faculdades de Direito europeias, fundada em 1995, em Leuven, Bélgica. É atualmente constituída por mais de 180 Faculdades de Direito e pretende ser um fórum de discussão de matérias relativas à pedagogia do ensino do Direito. A rede é responsável pela publicação do "European Journal of Legal Education".

Rede EuropePolis

Rede de cooperação e promoção da investigação académica, fundada em março de 2011, pela Sapienza - Università di Roma, é composta por 19 universidades e centros europeus, com o objetivo de incentivar o ensino do Direito Europeu. A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é membro fundador desta rede.

Rede de Nanterre (Nanterre Network)

Rede de cooperação e promoção de investigação universitária nas ciências do Direito, coordenada pela Universidade de Université Paris-Ouest Nanterre (La Défense), da qual a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é membro desde maio de 2011.

Societas Iuris Publici Europaei e.V. (SIPE)

A Societas Iuris Publici Europaei e.V. (SIPE), fundada em Frankfurt am Main em 2001, reúne os Professores de Direito Público da Europa e visa discutir a problemática do Direito Público ao nível nacional, europeu e global.

A próxima reunião da SIPE irá realizar-se na FDUL em 2023.

PROTOCOLOS E PARCERIAS

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa oferece três tipos de programas de mobilidade, sendo que o GERI é responsável pela gestão dos Acordos Interinstitucionais no âmbito do Programa Erasmus+, dos protocolos assinados pelo Instituto de Direito Brasileiro e pela gestão de outros protocolos com instituições de ensino superior não inseridas em programas específicos.

O GERI é igualmente responsável pela gestão dos protocolos que regulamentam os dois mestrados internacionais: o Mestrado em *European Legal Practice* (ELPIS) e o Duplo Grau com a University of Loyola College of Law. Existe ainda o Programa Almeida Garrett, gerido pela Reitoria, cabendo ao GERI a responsabilidade de receber e validar as candidaturas, para enviar posteriormente ao Núcleo de Mobilidade da Reitoria e/ou às Universidades portuguesas que fazem parte do programa.

No fim do ano letivo de 2021/2022, o GERI encontrava-se a gerir 182 protocolos com instituições europeias, americanas, latino-americanas e asiáticas.¹

No que respeita à evolução dos parceiros, geridos pelo GERI, com os quais foram assinados protocolos, com mobilidade (Fig. 1), verificamos que não houve uma alteração geográfica significativa. É de ressaltar que a renovação dos Acordos Interinstitucionais no âmbito do novo Programa Erasmus+ 2021/2027 foi adiada devido à pandemia COVID-19 e muitas Universidades optaram por não assinar novos Acordos durante este período, preferindo aguardar pela entrada em vigor do sistema EWP (Erasmus Without Paper) e subsequente renovação digital dos AII já em vigor. Este processo está ainda a decorrer e a FDUL irá renovar todos os IIA em vigor e constantes no Anexo 1.

Foram assinados 11 novos acordos de mobilidade no âmbito do Programa Erasmus+ (Fig. 2), mas os países com maior número de parceiros mantiveram-se a Espanha e a Itália, seguidos da Alemanha, França e Itália.²

País	Acordos Interinstitucionais
Espanha	37
Itália	30
Alemanha	23
França	18
Polónia	12

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DE ACORDOS INTERINSTITUCIONAIS POR PAÍS

¹ A este número devem ser acrescentados os protocolos estabelecidos entre Instituto de Direito Brasileiro, Instituto de Cooperação Jurídica e Reitoria da ULisboa e universidades estrangeiras, ao abrigo das quais a FDUL também pode enviar e receber alunos em mobilidade.

² Anexo 1 – Lista de Protocolos em vigor e assinados 2021/2022.

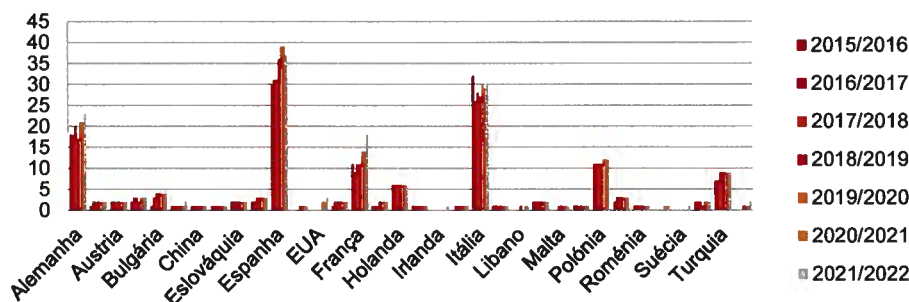


FIG. 1 EVOLUÇÃO DO N.º DE PROTOCOLOS ERASMUS+ POR PAÍS

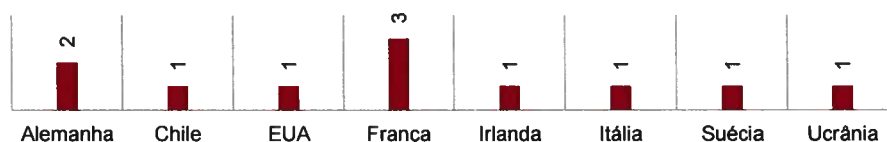


FIG. 2 PROTOCOLOS ASSINADOS EM 2021/2022, POR PAÍS

Importa destacar o Acordo Interinstitucional assinado com a National University Odesa Law Academy, num esforço concertado da FDUL em facilitar o acolhimento de estudantes, investigadores e docentes ucranianos refugiados da guerra na Ucrânia, de acordo com os critérios específicos da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-A/2022, de 1 de março. Ainda neste campo, o GERI lançou uma campanha na FDUL para a angariação de bens essenciais e procura de alojamento e cooperou na publicação de informação para estudantes ucranianos.

No ano letivo de 2021/2022, enviámos 205 alunos para 84 instituições parceiras e recebemos 293 alunos de 131 instituições. Em regra, o número de vagas é respeitado, embora o número de alunos *incoming* continue a ser superior ao número de alunos *outgoing*, havendo reciprocidade com 33% dos parceiros.³

³ Ver Anexo 15 – Alunos *incoming* e *outgoing*, por instituição parceira.

MOBILIDADE DE ALUNOS

Alunos Incoming

293 ALUNOS

131 INSTITUIÇÕES⁴

27 PAÍSES⁵

35 NACIONALIDADES⁶

Nos últimos anos, a mobilidade *incoming* tem vindo a aumentar progressivamente, como pode verificar-se na Fig 3. Podemos verificar que o número de mobilidades ao abrigo do Programa Erasmus+ aumentou significativamente em comparação ao ano letivo 2020/2021 e já se encontra dentro dos números habituais e vai de encontro ao aumento progressivo que vínhamos a observar antes da pandemia Covid-19. No entanto, as mobilidades no âmbito de Protocolos de Intercâmbio com países fora da União Europeia, diretamente afetados por restrições de viagem em vigor na altura, continua muito abaixo da média, ainda que tenha sido superior ao ano letivo anterior.

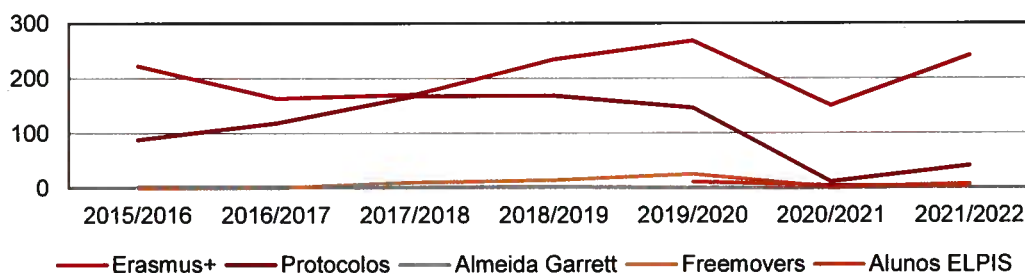


FIG. 3 EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INCOMING, POR PROGRAMA (2015-2021)

Mais uma vez, verifica-se que o número de candidatos ao Programa Erasmus+ ultrapassou o número de mobilidades por Protocolo de Intercâmbio, que diminuiu em relação aos anos anteriores, pelos motivos já referidos anteriormente. Os alunos *free movers*⁷ aumentaram face ao ano letivo anterior, mas continuam a não apresentar uma expressão significativa no contexto da mobilidade. O Programa Almeida Garrett, sendo um programa nacional, tem um fluxo de mobilidades bastante inferior e no ano letivo anterior houve apenas dois alunos *incoming*.

⁴ Anexo 2 – Alunos *incoming* inscritos por universidade de origem.

⁵ Anexo 3 – Alunos *incoming* por país de origem.

⁶ Anexo 4 – Alunos *incoming* por nacionalidade.

⁷ Alunos *free movers* são alunos que realizam uma mobilidade na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa sem estarem abrangidos por nenhum programa ou protocolo. Estes alunos, não estando enquadrados em nenhum programa de mobilidade, são recebidos na qualidade de aluno que realiza unidades curriculares isoladas.

No ano letivo 2021/2022, a FDUL recebeu 398 nomeações e foram submetidas 366 candidaturas:

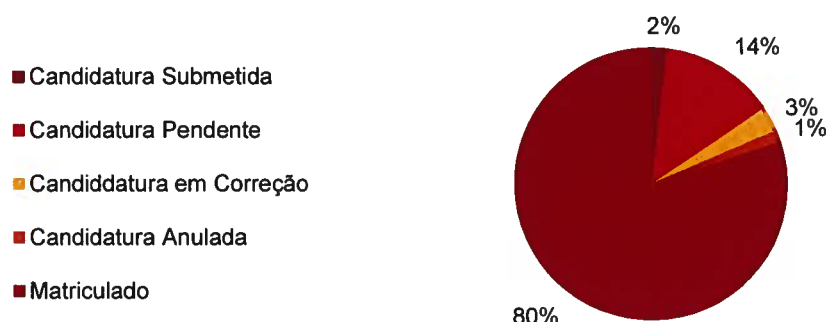


FIG. 4 CANDIDATURAS 2020/2021

Foram matriculados 293 alunos, o que significa que houve um aumento significativo de matrículas na ordem dos 77% em relação ao ano letivo anterior, sendo que recebemos uma média de 147 alunos por semestre, tendo havido 13 pedidos de prorrogação e 2 pedidos de redução.

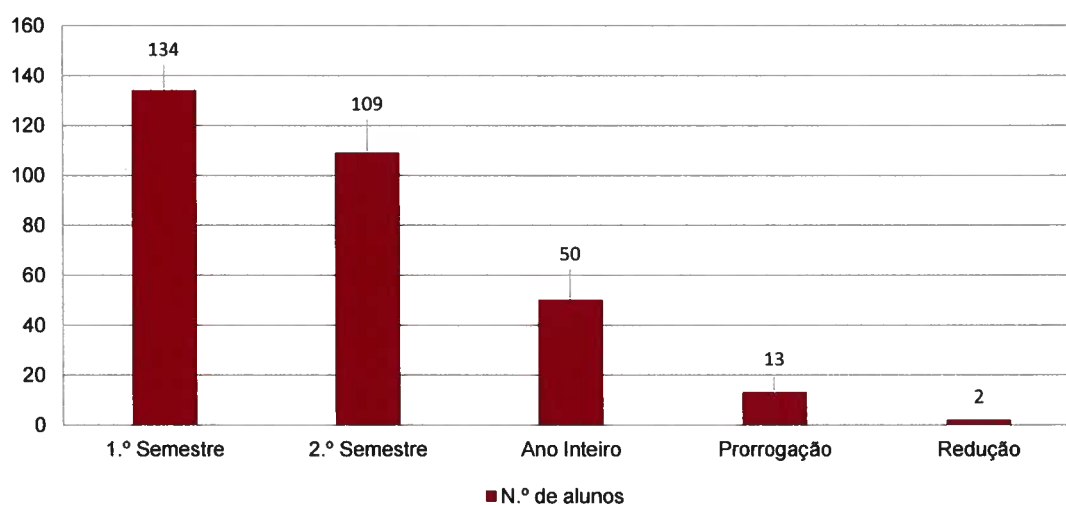


FIG. 5 DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS INCOMING POR SEMESTRE, EM 2020/2021

A Faculdade de Direito ULisboa recebeu em média 2,2 alunos por universidade parceira (Fig. 6) e uma média de 10,8 alunos por país de origem (Fig. 7).

Importa salientar que o levantamento de restrições de viagem, das medidas de prevenção e o regresso às atividades letivas presenciais contribuiu fortemente para o aumento do número de mobilidades, tendo havido ainda assim alunos que preferiram adiar a mobilidade para o ano letivo 2022/2023, o que se irá refletir de forma significativa no aumento de mobilidades no presente ano letivo.

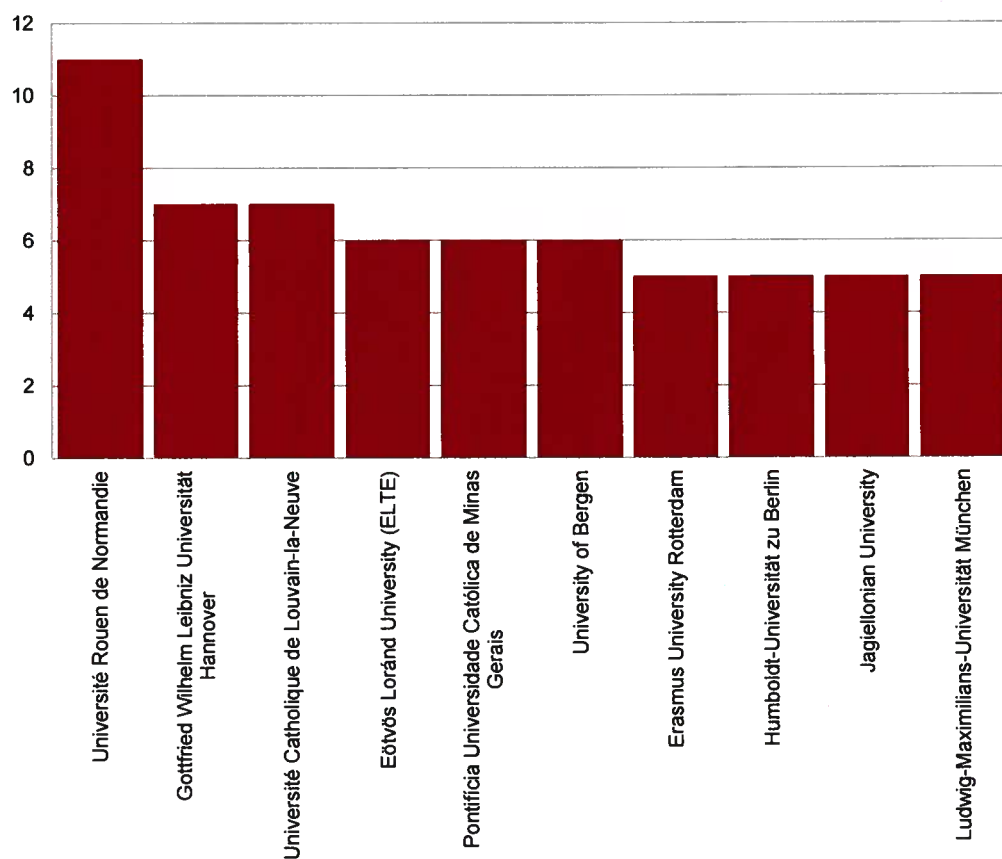


FIG. 6 UNIVERSIDADES COM MAIOR NÚMERO DE ALUNOS INCOMING

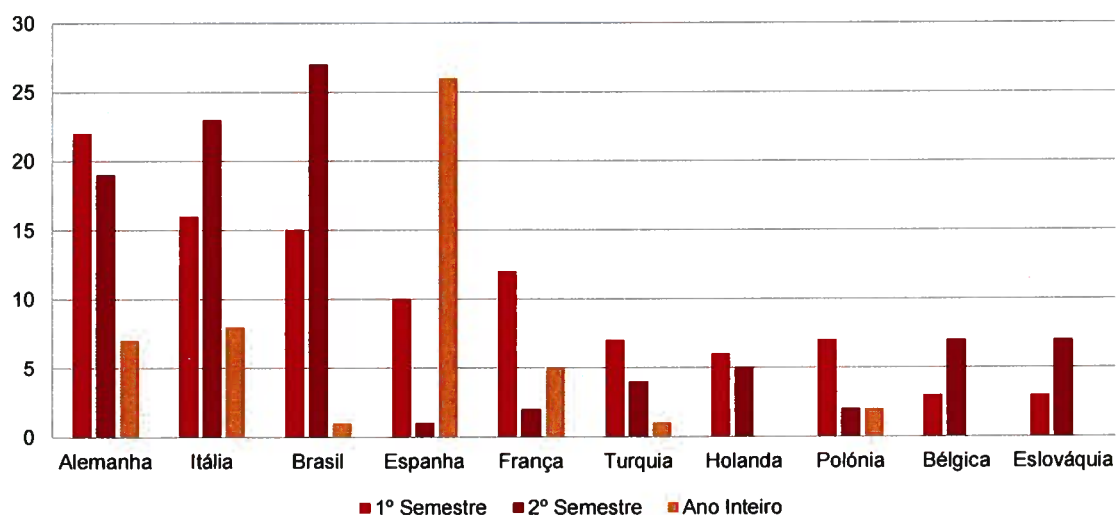


FIG. 7 PAÍSES COM MAIOR NÚMERO DE ALUNOS INCOMING

Demograficamente, a grande maioria dos alunos de mobilidade são do género feminino (Fig. 8) e maioritariamente entre os 21 e os 25 anos (Fig. 9).⁸

FIG. 8 DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS INCOMING POR GÉNERO

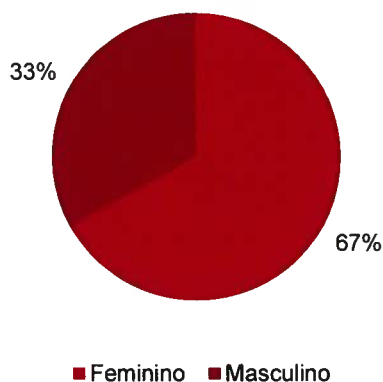
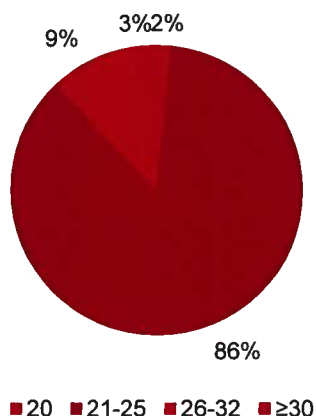


FIG. 9 DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS INCOMING POR IDADE



Os alunos *incoming* frequentaram, em 2021/2022, 82 disciplinas⁹ (mais 13 unidades curriculares do que no ano letivo anterior), numa média de 15,4 alunos *incoming* por unidade curricular.

As unidades curriculares que tiveram maior número de alunos *incoming* inscritos foram as seguintes:

Unidade Curricular	Total
Direito Comparado	84
Direito do Ambiente	83
História das Relações Internacionais	78
Direito da União Europeia	55
Direito Internacional Público II	55

⁸ Anexo 5 – Alunos *Incoming* por Género e Idade.

⁹ Anexo 6 – Alunos *incoming* inscritos por disciplina.

História do Pensamento Jurídico	53
Organizações Internacionais	52
Direito Internacional Público I	51
Direito e Economia	50
Contencioso da União Europeia	45
Direitos Fundamentais	45
Contratação Pública e Concorrência	35

TABELA 2. UNIDADES CURRICULARES

17% das unidades curriculares com alunos de mobilidade tiveram 20 ou mais alunos inscritos.

Na sua grande maioria, as disciplinas com mais alunos correspondem também a disciplinas com subturmas em Inglês. Todos os anos é oferecido um conjunto de unidades curriculares lecionadas em Inglês. Estas unidades curriculares, tanto na Licenciatura em Direito como no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, visam facilitar o processo de aprendizagem e ensino dos alunos que não dominam ainda o português. Os alunos que optam por se inscrever nestas disciplinas são na sua maioria de origem alemã, espanhola, francesa, italiana e polaca. Existem também muitos alunos brasileiros que optam por frequentar estas unidades curriculares como forma de valorizar a sua experiência no estrangeiro, mas devido à diminuição do número de mobilidades e restrições de viagens, não têm uma expressão significativa nas disciplinas em Inglês.

Em 2021/2022, nas 34 disciplinas em inglês¹⁰ foram lecionadas 44 subturmas: 25 no 1.º semestre e 19 no 2.º, o que representa um aumento significativo da oferta de disciplinas em Inglês em comparação com o ano letivo anterior e reflete o aumento do número de alunos *incoming*. As disciplinas com maior número de alunos inscritos são as seguintes:

Unidades Curriculares	Alunos
Direito do Ambiente	78
História das Relações Internacionais	68
Direito Comparado	64
Direito Internacional Público II	53
História Do Pensamento Jurídico	52
Organizações Internacionais	52
Direito e Economia	50
Direito da União Europeia	47
Direito Internacional Público I	39
Contratação Pública e Concorrência	35
Direito do Trabalho	35
Direitos Fundamentais	35

TABELA 3. UNIDADES CURRICULARES EM INGLÊS

¹⁰ Anexo 7 – Lista de unidades curriculares lecionadas em inglês.

Em termos de avaliação, a média geral dos alunos *incoming* é de 12,15 no total (11,62 – Licenciatura em Direito; 13,14 – MDPJ) ¹¹. Esta média aumenta ligeiramente se analisarmos apenas as disciplinas lecionadas em inglês, cuja média é 12,5 no total¹².

¹¹ Anexo 9 – Média de avaliação dos alunos *incoming* por disciplina.

¹² Anexo 10 – Média de avaliação dos alunos *incoming* por disciplina (turma) lecionada em Inglês.

Alunos Outgoing

205 ALUNOS

84 INSTITUIÇÕES¹³

21 PAÍSES¹⁴

No ano letivo 2021/2022, o número de candidaturas no âmbito da realização de um período de mobilidade ao abrigo do Programa Erasmus+ ou Protocolos de Intercâmbio diminuiu em comparação com o ano letivo 2020/2021, com um total de 437 candidaturas (para efeitos de análise não foram consideradas candidaturas duplicadas), distribuídas da seguinte forma:

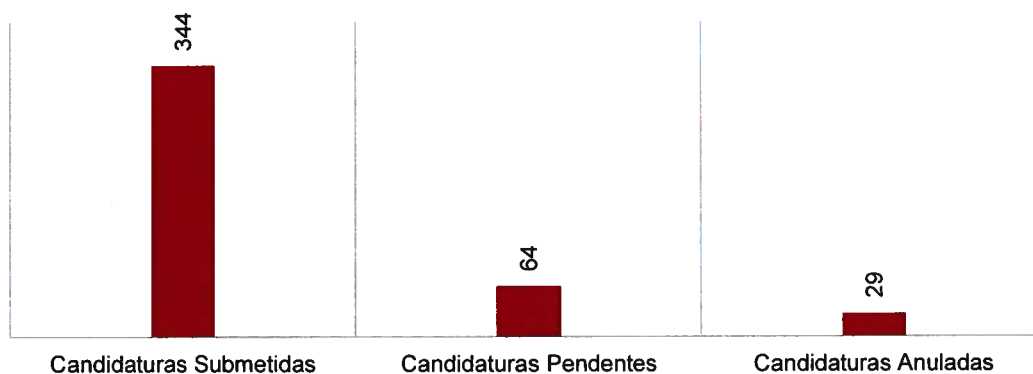


FIG. 10 NÚMERO DE CANDIDATURAS NO ANO LETIVO 2021/2022

Das 344 candidaturas submetidas, 6 alunos não foram colocados e 110 optaram por não avançar com a mobilidade. As restantes 228 candidaturas foram distribuídas da seguinte forma:

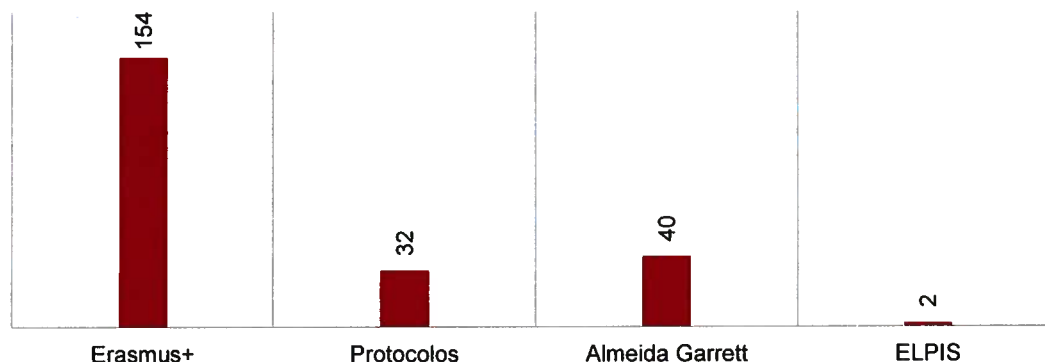


FIG. 11 DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATURAS NO ANO LETIVO 2021/2022

Apesar da diminuição do número de candidaturas submetidas, houve um aumento significativo do número de alunos que efetivamente avançaram com o período de mobilidade em comparação com o ano letivo 2020/2021 e até anos letivos anteriores, com um total de 205 fluxos de mobilidade, sendo que o maior número se verificou no Programa Erasmus+, com 174 mobilidades realizadas. As mobilidades ao abrigo de Protocolos de Intercâmbio continuam a ser reduzidas, sendo que apenas 10 realizaram o respetivo período de mobilidade. As desistências deveram-se essencialmente às restrições de viagem em vigor com alguns dos países com os

¹³ Anexo 11 – Alunos *outgoing* por universidade de destino.

¹⁴ Anexo 12 – Alunos *outgoing* por país de destino.

quais a FDUL tem parceiras estabelecidas. Alguns alunos optaram por alterar o destino e realizar um período de mobilidade ao abrigo do Programa Erasmus+.

Os 205 fluxos de mobilidades distribuíram-se da seguinte forma:

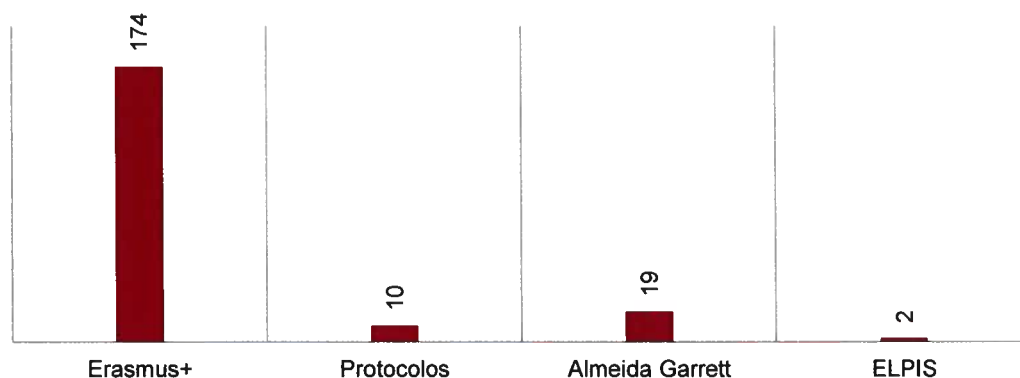


FIG. 12 NÚMERO DE MOBILIDADES NO ANO LETIVO 2021/2022

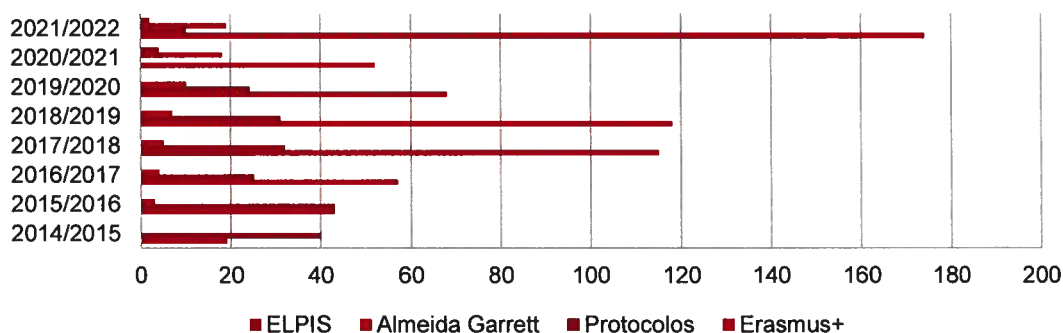


FIG. 13 EVOLUÇÃO DOS ALUNOS OUTGOING, POR PROGRAMA

É importante destacar que houve um aumento significativo de mobilidades ao abrigo do Programa Almeida Garrett em 2020/2021, tendência que também se verificou no ano letivo 2021/2022, com 40 candidaturas e 19 mobilidades efetivas. Este Programa tem vindo a ganhar cada vez mais destaque e o número de alunos interessados tem vindo a aumentar gradualmente.

Destacamos ainda as mobilidades realizadas no âmbito do Mestrado em European Legal Practice (2), no qual os alunos devem realizar um ou dois semestres numa das Universidades do consórcio ELPIS.

No ano letivo 2021/2022, a maioria das mobilidades tiveram lugar no 1.º semestre (Fig. 14) à semelhança do que se tem vindo a verificar nos últimos anos:

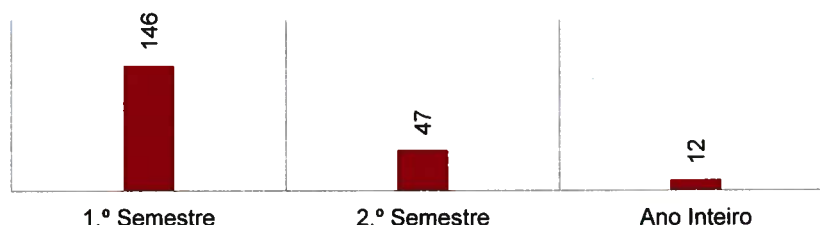


FIG. 14 DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS OUTGOING POR SEMESTRE, EM 2021/2022

Esta tendência verifica-se tanto nas mobilidades outgoing como mobilidades *incoming*.

A Faculdade de Direito enviou em média 2,4 alunos por universidade de destino e um número médio de 9,8 alunos por país de destino. Na Fig. 15 constam as 12 universidades que receberam mais alunos durante o ano letivo 2021/2022:

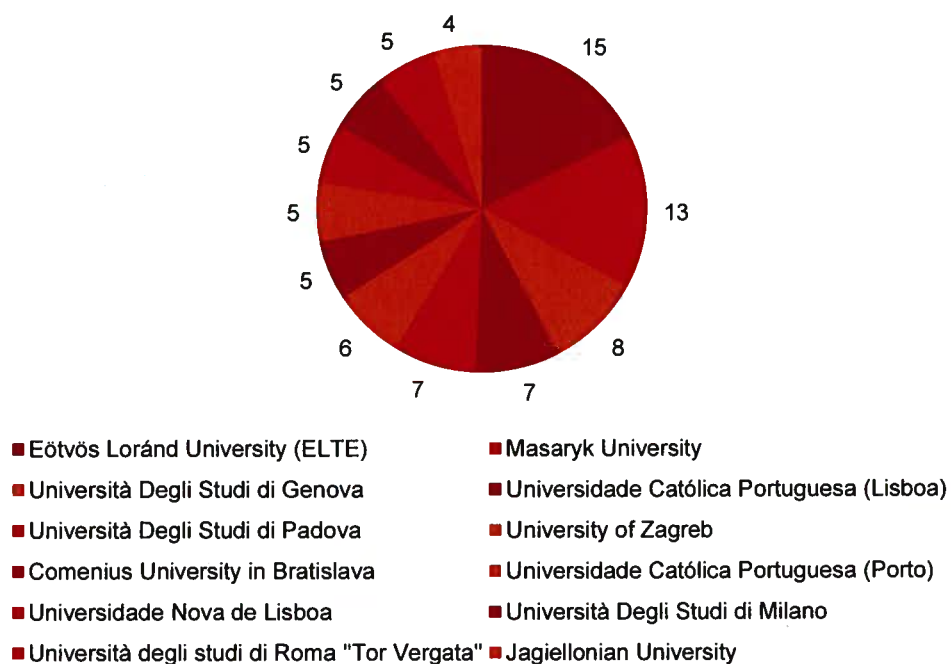


FIG. 15 UNIVERSIDADES COM MAIOR NÚMERO DE ALUNOS OUTGOING

Estes alunos são, na sua maioria, alunos da Licenciatura em Direito. Na generalidade, a mobilidade durante a Licenciatura em Direito (mobilidade estudos) é bastante superior à mobilidade nos demais ciclos de estudos (mobilidade estágio):

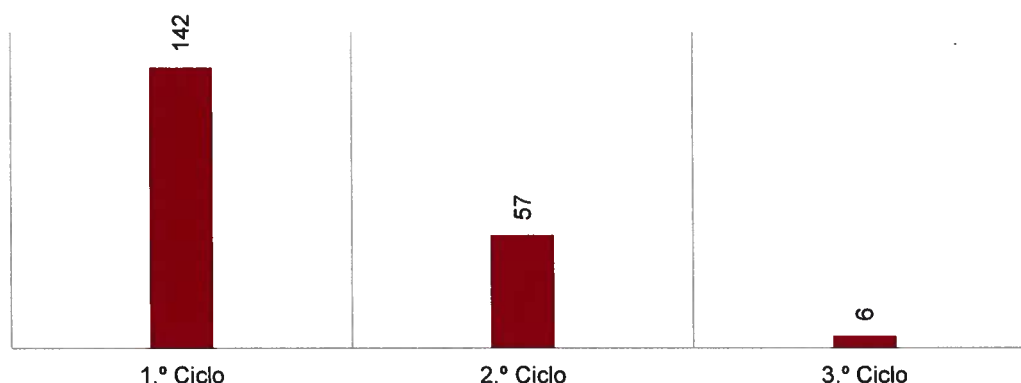


FIG. 16 DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS POR CICLOS DE ESTUDO

A maioria dos alunos (69%) que realizou um período de mobilidade numa Universidade parceira frequenta a Licenciatura em Direito (Fig. 16). Sendo um ciclo de estudos com uma duração de 4 anos curriculares (8 semestres), o aluno tem um maior intervalo de tempo para decidir se pretende realizar um período de mobilidade, não havendo qualquer tipo de restrição relativa ao semestre em que escolhe realizá-lo (podem candidatar-se todos os alunos que, à data de início do período de mobilidade tenham completado, pelo menos, o primeiro ano do ensino superior).

No caso dos alunos do MDPJ e MDCJ, só podem realizar um período de mobilidade no 1.º semestre do segundo ano do Mestrado, que corresponde à fase de preparação da Dissertação de Mestrado. As mobilidades estágio estão condicionadas à atribuição de um orientador na Universidade de destino para supervisionar o trabalho desenvolvido durante este período. Dado que algumas Universidades não asseguram tal orientação, há uma maior tendência para os alunos do 2.º ciclo desistirem do período de mobilidade. A mesma regra se aplica aos alunos do Doutoramento em Direito, que podem realizar mobilidades anuais, com exceção do ano correspondente à entrega da Dissertação.

Relativamente aos países de destino, há uma preferência dos alunos por Itália, Espanha, Portugal (Programa Almeida Garrett), França, Hungria seguidos da Alemanha, República Checa, Brasil, Bélgica e Polónia.

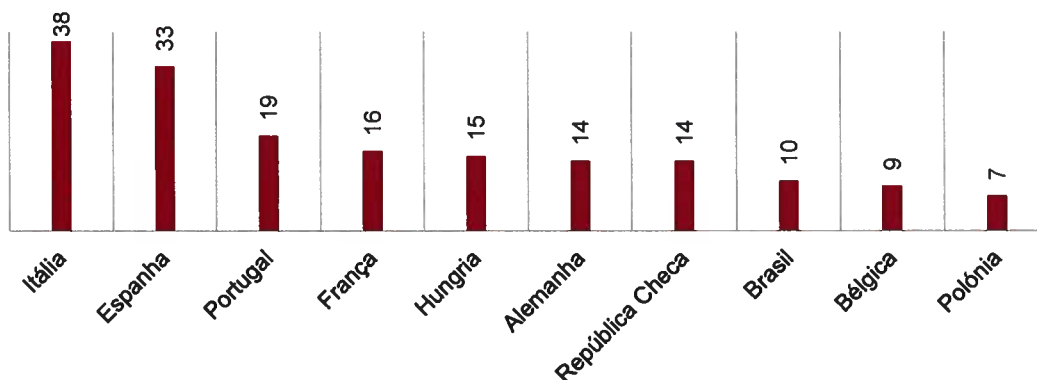


FIG. 17 DISTRIBUIÇÃO DE MOBILIDADES POR PAÍS

Demograficamente, a grande maioria dos alunos de mobilidade são do género feminino (Fig. 18) e maioritariamente entre os 20 e os 25 anos (Fig. 19).¹⁵

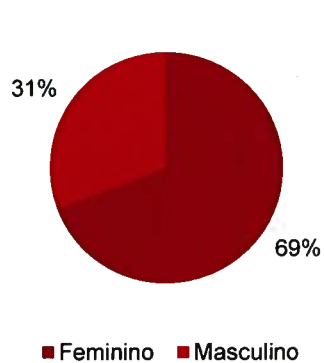


FIG. 18 DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS OUTGOING POR GÉNERO

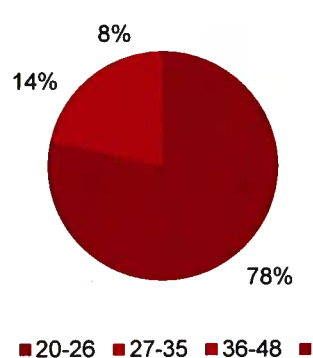


FIG. 19 DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS OUTGOING POR IDADE

¹⁵ Anexo 14 – Alunos *outgoing* por Género e Idade.

Comparação Incoming vs. Outgoing

Ainda que o número de mobilidades tenha recuperado face ao ano letivo 2020/2021, a FDUL continua a receber aproximadamente dois terços do total de fluxos de mobilidade pelo que nem sempre existe reciprocidade (Fig. 20), dado que recebemos mais alunos de instituições para as quais não enviamos¹⁶. No entanto, podemos verificar que essa diferença também diminuiu face ao ano letivo anterior. Ainda que haja uma diferença significativa entre o número de mobilidades *incoming* e *outgoing*, não é tão expressiva como em anos anteriores, sendo que recebemos 293 alunos e enviamos 205, havendo uma diferença de 88 alunos.

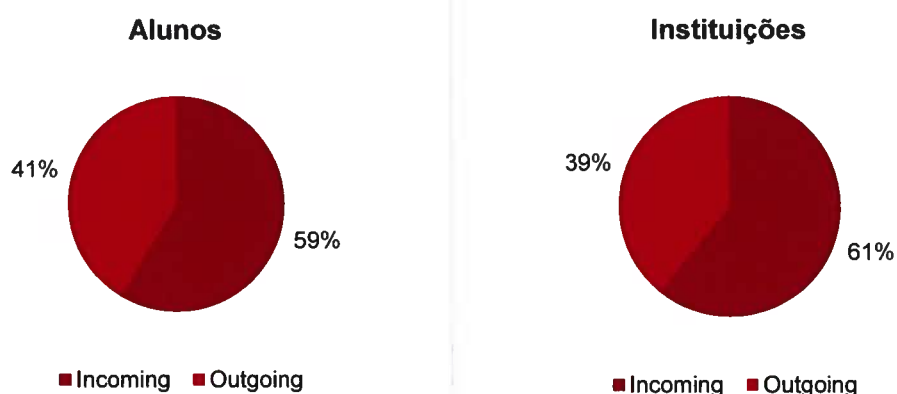


FIG. 20 ALUNOS INCOMING VS ALUNOS OUTGOING

Esta aproximação entre as mobilidades *incoming* e *outgoing* reflete-se num aumento de parceiros com reciprocidade (*i.e.*, enviarmos e recebermos alunos da mesma instituição) na ordem dos 33% (53 parceiros) em relação ao ano letivo 2020/2021 devido ao regresso às atividades letivas presenciais e levantamento de restrições de viagem.

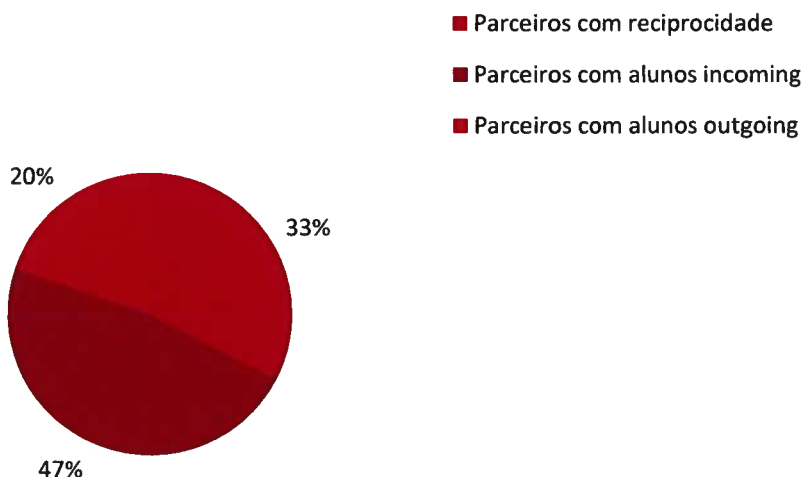


FIG. 21 RECIPROCIDADE POR INSTITUIÇÃO PARCEIRA

¹⁶ Anexo 15 – Alunos *incoming* e *outgoing*, por instituição parceira.

MOBILIDADE DE DOCENTES E STAFF

As mobilidades de docentes ao abrigo do Programa Erasmus+ são organizadas exclusivamente pelo Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais. Os dados apresentados não incluem informações do Instituto de Cooperação Jurídica, nem do Instituto do Direito Brasileiro, nem participações de docentes em conferências, seminários, congressos, ou manifestações similares.

A mobilidade de docentes para missões de ensino é um pilar fundamental na estratégia de internacionalização da FDUL, que beneficia não só o docente, mas também a Faculdade. A realização de um período de mobilidade neste âmbito proporciona aos docentes uma oportunidade de valorização pessoal e profissional, reforçando os laços entre as instituições de ensino superior de países diferentes, sendo também um instrumento de melhoria e de partilha de boas práticas, na medida em que promove o intercâmbio de conhecimentos e de experiências.

Uma missão de ensino ao abrigo do Programa Erasmus+ tem a duração mínima de 2 dias consecutivos e máxima de 2 meses e obriga à lecionação de 8 horas de aulas.

Docentes Incoming

A mobilidade de docentes, à semelhança do que aconteceu na mobilidade de alunos, foi fortemente afetada pela suspensão das atividades letivas presenciais e das restrições de viagens. No entanto, no ano letivo 2021/2022 assistimos a um aumento significativo do número de mobilidades *incoming*, sendo que recebemos 11 docentes ao abrigo do Programa Erasmus+, incluindo dois docentes que vieram lecionar cursos intensivos:

País	Universidade de Origem	Mobilidades
Espanha	Universidad de Cádiz	1
Espanha	Universidad de Pablo Olavide	1
Espanha	Universidad de Alicante	1
Espanha	Universidad de Santiago de Compostela	1
Grécia	Aristotle University of Thessaloniki	1
Hungria	Eötvös Loránd University	1
Letónia	University of Latvia	1
Otália	Università Degli Studi di Sassari	1
Polónia	University of Zielona Gora	1
Polónia	Warsaw School of Economics	1
Polónia	University of Lodz	1

TABELA 4. FLUXOS DE MOBILIDADE POR PERÍODO DE ESTUDOS

Relativamente aos Cursos Intensivos, lecionados por docentes convidados estrangeiros, no ano letivo foram convidados 25 docentes para lecionarem os referidos cursos, sendo que 2 lecionaram um curso ao abrigo do Programa Erasmus+ (um em cada semestre) e constam na Tabela 4.

Na Fig. 23 podemos verificar a origem dos docentes convidados para lecionar cursos intensivos:

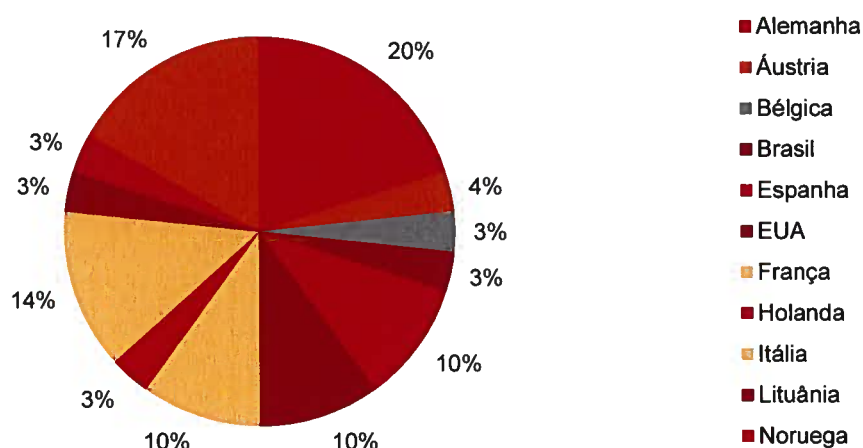


FIG. 22 PAÍS DE ORIGEM DOCENTES QUE LECCIONAM OS CURSOS INTENSIVOS

No que diz respeito às Universidades de origem dos docentes dos cursos intensivos que visitaram a FDUL, mas não vieram ao abrigo do Programa Erasmus+, distribuem-se da seguinte forma:

Universidade de Origem	Docente
Bucerius Law School	1
École Normal Supérieure	1
Erasmus University Rotterdam	1
Federal University of Applied Sciences for Public Administration	1
Ghent University	1
Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover	2
Loyola University College of Law (EUA)	2
Mykolas Romeris University	1
Sapienza Università di Roma	1
Universidad de Granada	1
Universidade Federal de Pernambuco	1

Università degli Studi di Kori di Enna	1
Università Degli Studi di Milano	1
Università di Catanzaro	1
Universität Konstanz	1
Universität Regensburg	1
Université de Montpellier	1
Université Rouen de Normandie	1
University of Bergen	1
University of Innsbruck	1
University of Louisville	1

TABELA 5. UNIVERSIDADES DE ORIGEM DOS DOCENTES QUE LECIONAM CURSOS INTENSIVOS

Docentes *Outgoing*

A mobilidade de docentes *outgoing* é pouco procurada pelos docentes da FDUL, o que decorre também do reduzido número de bolsas de ensino atribuídas à FDUL. A fraca expressão da mobilidade *outgoing* na FDUL resulta numa dispersão geográfica e institucional, que, embora fortaleça as relações interinstitucionais, não reflete a estratégia de internacionalização da Faculdade (Fig.21).

Em 2021/2022, e face aos motivos já expostos, não houve mobilidades STA *outgoing*, sendo que as bolsas atribuídas para este ano letivo foram transferidas para o ano letivo 2022/2023.

Mobilidade de *Staff*

No ano letivo 2021/2022 realizaram-se duas mobilidades *staff* para a Universidad de Murcia (Espanha) e espera-se que no ano letivo 2022/2023 este número venha a aumentar.

INTERNATIONAL CREDIT MOBILITY (ICM)

O Programa Erasmus+, através do International Credit Mobility (ICM), um subprograma criado em 2015, oferece oportunidades de mobilidade para estudantes, docentes e funcionários em instituições de ensino superior (IES) fora da Europa. Este programa proporciona também a mesma possibilidade para estudantes, docentes e funcionários de instituições de países parceiros (não europeus) de realizar um período de mobilidade em instituições de ensino superior detentoras da Carta Erasmus (Erasmus Charter for Higher Education – ECHE: documento que fornece o quadro geral de qualidade para as atividades de cooperação europeia e internacional que uma instituição de ensino superior pode realizar no âmbito do Programa Erasmus+) na Europa.

Cada Projeto ICM é desenvolvido com um conjunto de países e instituições específicas como parceiras, de acordo com a candidatura anual apresentada à Agência Nacional portuguesa.

Em 2022, as candidaturas ao Projeto ICM decorreram no início do ano e a FDUL candidatou-se em conjunto com as seguintes instituições:

País	Universidade Parceira
Argentina	Universidad de Buenos Aires
Brasil	Faculdade de Damas de Instrução Cristã
	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
EUA	University of Louisville
	Loyola University College of Law, New Orleans
	Lincoln Memorial University – Duncan School of Law
India	Symbiosis Law School
Israel	Bar-Ilan University
Vietname	Ho Chi Min City University

TABELA 6. CANDIDATURAS ICM

A escolha destas Universidades está diretamente ligada à estratégia de internacionalização da FDUL, que passa pela continuidade do apoio às estruturas internas de cooperação e relações internacionais, com especial ênfase dado às mobilidades para estudantes, oferecendo a possibilidade de realizarem um período de mobilidade numa universidade parceira e adquirirem formação especializada em Direito estrangeiro in loco. Neste sentido, pretende-se: a) promover a expansão das ações de internacionalização para novos espaços geográficos, aprofundando as relações já existentes com Universidades não europeias; b) o desenvolvimento de duplos graus; c) o aprofundamento de conhecimentos e investigação em matérias específicas, nas quais outras instituições de ensino superior têm linhas de investigação mais fortes; d) manter o ensino e aumentar o número de unidades curriculares lecionadas em língua inglesa; e) apoiar a realização de conferências internacionais e a presença de docentes e investigadores estrangeiros, diversificando a oferta de cursos intensivos de matérias jurídicas, lecionados numa língua estrangeira por docentes regulares e convidados de Universidades internacionais com as quais a FDUL mantém uma longa tradição de cooperação académica e de investigação.

De acordo com o feedback do Núcleo de Mobilidade da ULisboa, o serviço responsável pelo Projeto ICM, existe uma forte possibilidade de a candidatura com as Universidades dos EUA vir a ter financiamento, mas os resultados ainda não foram divulgados.

MESTRADOS INTERNACIONAIS

Mestrado em European Legal Practice

O Mestrado em *European Legal Practice* (ELPIS) foi criado no âmbito do programa Erasmus Mundus em 2004 e faz parte da oferta formativa da FDUL, tendo sido acreditado pela A3ES em 2019.

Este mestrado é uma oferta conjunta entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a Leibniz University Hannover (Alemanha), a University of Rouen (França) e a Mykolas Romeris University in Vilnius (Lituânia). Este mestrado foi criado no âmbito do programa Erasmus Mundus, pelas seguintes universidades: a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal), a Gottfried Leibniz Universität Hannover (Alemanha), a Université Rouen Normandie (França) e a Mykolas Romeris University in Vilnius (Lituânia). Este mestrado insere-se nas atividades do Consórcio ELPIS, que envolve cerca de Faculdades de Direito, em quase todos os Estados-Membros da União Europeia (UE) e países da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), que data de 1985. Estas quatro Universidades compõem o consórcio que atribui o grau de mestre.

O mestrado, sendo uma oferta conjunta, obriga a que os alunos passem pelo menos um semestre numa das instituições parceiras. Os participantes podem escolher qualquer uma das universidades parceiras para submeter a sua candidatura e escolher passar um ou dois semestres numa, ou duas, das restantes parceiras, sendo apenas obrigatório que o aluno realize o semestre de dissertação na universidade de origem (*i.e.*, onde submeteu a sua candidatura e foi aceite).

Em 2021/2022, candidataram-se 13 alunos ao Mestrado em European Legal Practice (Fig. 23), o que significa um aumento face a anos letivos anteriores e confirma o interesse crescente neste curso, que aliás se refletiu no elevado número de candidaturas e candidatos efetivamente matriculados no presente ano letivo e que será alvo de análise no próximo Relatório de Atividades:

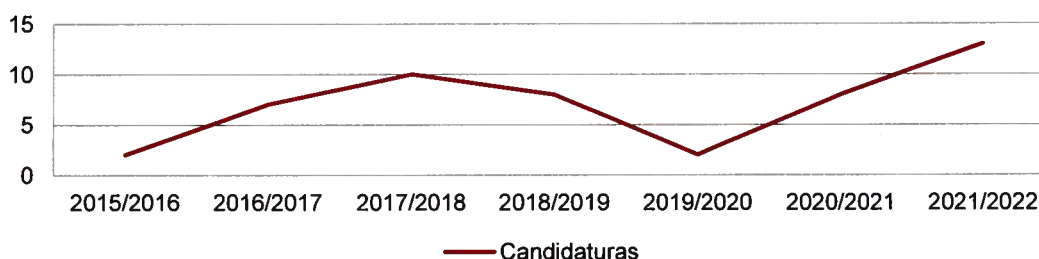


FIG. 23 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CANDIDATURAS AO MESTRADO EM EUROPEAN LEGAL PRACTICE

No entanto, de entre os 13 candidatos, 3 não foram colocados por não cumprirem os requisitos de admissão, 7 desistiram e 3 formalizaram a sua matrícula e encontram-se neste momento no 2.º ano e a realizar um período de mobilidade numa das Universidades referidas anteriormente.

Em 2021/2022, tanto o número de alunos ELPIS *outgoing* como *incoming* diminuiu para dois e três, respetivamente, o que contraria o aumento significativo generalizado de mobilidades ao abrigo do Programa Erasmus+ e/ou Protocolos de Intercâmbio (Fig. 24)

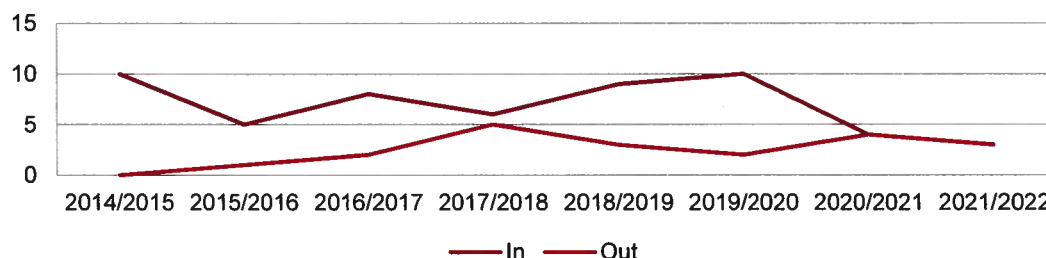


FIG. 24 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS EM MOBILIDADE DO MESTRADO CONJUNTO ELPIS

Dos 2 alunos da FDUL que realizaram o 2.º e o 3.º semestre numa das instituições do consórcio do Mestrado ELPIS, a Universidade seleccionada, e que por norma é a instituição parceira mais procurada, foi a *Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover*.

Importa referir que um dos alunos que realizou um período de mobilidade na *Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover* foi admitido em 2020/2021, mas optou por realizar nova mobilidade na mesma Universidade parceira. A segunda aluna foi admitida em 2021/2022 e optou por realizar o 2.º semestre na *Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover*. Os outros dois alunos admitidos optaram por realizar o período de mobilidade no 3.º semestre, estando neste momento a realizá-lo.

Por fim, foram ainda realizadas duas provas de defesa pública no âmbito do Mestrado em European Legal Practice, subordinadas aos temas "A História das Garantias Bancárias nos Contratos Internacionais - Aplicação nos contratos de empreitada global" e "Mudanças Climáticas enquanto fator de ameaça À Paz e à Segurança Internacional", com 14 e 17 valores, respetivamente.

PÓS-GRADUAÇÃO ERASMUS DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO EUROPEU, GLOBAL E COMPARADO

A Pós-graduação Erasmus de Atualização em Direito Europeu, Global e Comparado é uma oferta formativa especializada da Faculdade de Direito, com cariz internacional e lecionada em várias línguas.

O interesse manifestado por parte dos alunos e o crescente incentivo que tem vindo a ser dado à presença de professores e estudantes estrangeiros a nível dos cursos pós-graduados, levou à criação deste curso, que está assente na estratégia de internacionalização da Faculdade de Direito da ULisboa e beneficia da experiência da leção dos cursos intensivos, lecionados por docentes estrangeiros.

O plano de estudos da pós-graduação é composto pelo conjunto de Cursos Intensivos oferecidos pela Faculdade de Direito. Os alunos deverão obter um total de 60 ECTS:

- 42 ECTS, referentes aos Cursos Intensivos frequentados
- 18 ECTS, referentes a um trabalho escrito.

O trabalho escrito é elaborado individualmente e deve abordar qualquer um dos temas lecionados nos cursos intensivos frequentados.

No ano letivo 2021/2022, foram inscritas duas alunas que estão neste momento a frequentar os cursos intensivos e/ou a concluir o trabalho final que será avaliado brevemente.

Neste sentido, e porque a frequência deste curso não confere nenhum título aos alunos que a frequentam, é possível que venha a ser equacionada a hipótese de converter esta Pós-Graduação num Mestrado.

CURSOS INTENSIVOS

Dado o levantamento das restrições na sequência da pandemia COVID19-19, as atividades letivas presenciais foram retomadas e os cursos intensivos voltaram a ser lecionados presencialmente, com exceção dos cursos Right to Private and Family Life e História e Teoria do Crime no 1.º semestre, e Constitutional Justice in Europe e Asylum and Immigration Law and Policy of the European Union, no 2.º semestre, que foram lecionados online. O curso intensivo ELPIS / US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures (1.º e 2.º semester) também decorreu online.

No ano letivo 2021/2022 foram realizados 32 cursos intensivos, para os quais foram convidados 25 docentes estrangeiros, sendo que 2 lecionaram um curso ao abrigo do Programa Erasmus+ (um em cada semestre), 5 pertenciam à FDUL (4 no 1.º semestre e 1 no 2.º semestre) e 2 foram realizados no âmbito da iniciativa ELPIS/US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures (uma edição em cada semestre):

Curso Intensivo	Edição	Semestre	Docente	Universidade de Origem
Right to Private and Family Life	3. ^a	1.º	Dovilė Gailiūtė-Janušonė	Mykolas Romeris University
Redes sociales, compañías tecnológicas y democracia	3. ^a	1.º	Francisco Balaguer Callejón	Universidad de Granada
EU Consumer Law	3. ^a	1.º	Arndt Kühnnecke	Federal University of Applied Sciences for Public Administration
Power And Constitutional Law	1. ^a	1.º	Massimo Luciani	Sapienza Università di Roma
United States Constitutional Law: History, Theory and Practice	4. ^a	1.º	Dane S. Ciolino	Loyola University College of Law (EUA)
História e Teoria do Crime	8. ^a	1.º	Cláudio Brandão	Universidade Federal de Pernambuco
European Union Integration through Preliminary Ruling Procedures	3. ^a	1.º	Ana Soares Pinto	FDUL
Introduction to the History of Justice	3. ^a	1.º	Isabel Graes	FDUL
Comparative Legal History between Asia and Europe	1. ^a	1.º	Jean-Louis Halpérin	École Normal Supérieure
Introduction to Portuguese Law		1.º	João Tiago Silveira	FDUL
History of Migration Law	1. ^a	1.º	Ana Isabel Caldeira Fouto	FDUL

Legal Theory and Legal Ethics: the Dispute about the Good Lawyer	3. ^a	2. ^o	Massimo La Torre	Università di Catanzaro
Introduction to EU Energy Law	3. ^a	1. ^o	Ignacio Anchustegi	University of Bergen
Litigation in Economic International Law	8. ^a	1. ^o	Millán Requena Casanova	Universit� di Alicante
ELIS/US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures	3. ^a	1. ^o	Rede ELPIS	Rede ELPIS
The Law of Apps	3. ^o	2. ^o	Pedro Lomba	FDUL
Constitutional Justice in Europe	5. ^a	2. ^o	Rainer Arnold	Universität Regensburg
Asylum and Immigration Law and Policy of the European Union	6. ^a	2. ^o	Jaap W- de Zwaan	Erasmus University Rotterdam
The European Economic and Monetary Union (EEMU): Background, Structures, Evolution	4. ^a	2. ^o	Axel Kämmerer	Bucerius Law School
European Comparative Competition Law	8. ^a	2. ^o	Bernd Oppermann	<i>Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover</i>
Construction Contracts in the System of German Civil Law	4. ^a	2. ^o	Jochen Glockner	Universität Konstanz
La Crisis del Estado de Derecho	5. ^a	2. ^o	Fausto Vecchio	Universit� degli Studi di Kori di Enna
Globalisation and International Protection of Human Rights	8. ^a	2. ^o	Marine Toullier	Universit� Rouen de Normandie
Introduction to European Private Law	10. ^a	2. ^o	Andreas Schwartze	University of Innsbruck
Introduction to the Law of the United States	11. ^a	2. ^o	Patrick Hugg	Loyola University College of Law (EUA)
Historical Legal Iconology: Law and Image from the Middle Ages to the 21 st Century	1. ^a	2. ^o	Georges Martyn	Ghent University
Modelos Federais e Desafíos ao Estado Federal: o processo de secesi�o de cataluña no marco da união europeia	1. ^a	2. ^o	Vicente Sanjurjo	Universidad de Santiago de Compostela

Introduction to the North American Constitution	9. ^a	2. ^o	Russell Weaver	University of Louisville
European and International Energy Law	4. ^a	2. ^o	Claas Germelmann	<i>Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover</i>
EU Administrative Law and Administrative Procedure	2. ^a	2. ^o	Diana-Uriana Galetta	Università Degli Studi di Milano
Philosophy of Law	6. ^a	1. ^o	Alexandre Viala	Université Montpellier
ELIS/US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures	4. ^a	2. ^o	Rede ELPIS	Rede ELPIS

TABELA 7. CURSOS INTENSIVOS 2021/2022

No total foram lecionados 32 cursos intensivos durante o ano letivo 2021/2022:

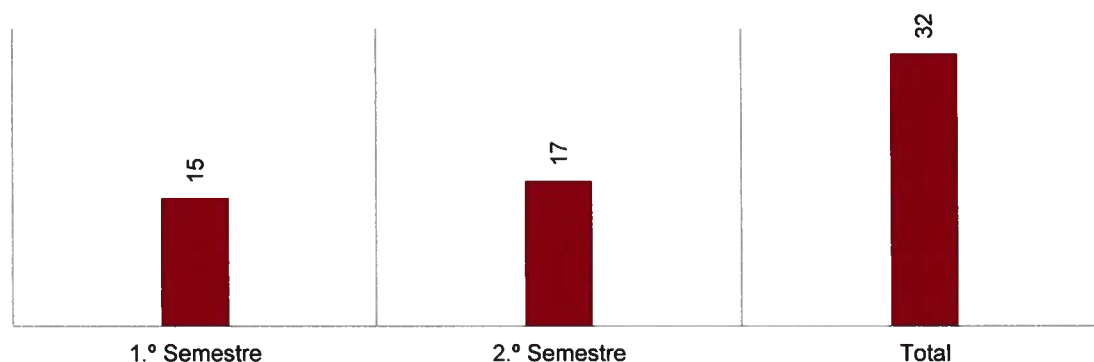


FIG. 25 CURSOS INTENSIVOS 2021/2022

Os cursos intensivos, sendo lecionados por docentes estrangeiros, são necessariamente lecionados numa língua estrangeira, sendo que a língua preferencial de leção é o inglês (88%).

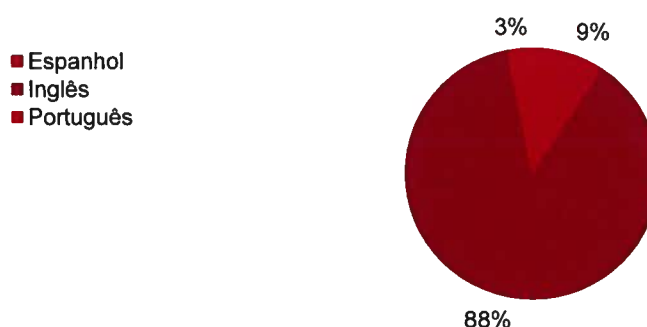


FIG. 26 LÍNGUAS EM QUE OS CURSOS SÃO LECIONADOS.

A origem dos docentes que lecionam os cursos é muito variada, não havendo predominância de um país específico; no entanto, podemos destacar a Alemanha, Portugal e Itália, seguidos de Espanha, França e EUA como os países de origem com mais docentes convidados (Fig. 27).

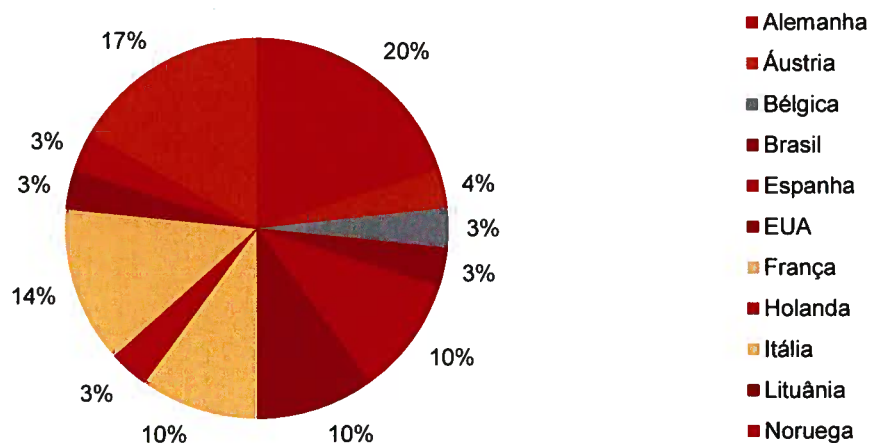


FIG. 27 PAÍS DE ORIGEM DOS DOCENTES QUE LECCIONAM OS CURSOS INTENSIVOS

Na sequência do levantamento das restrições e regresso às atividades letivas presenciais, o número de docentes portugueses diminuiu significativamente entre o ano letivo 2020/2021 (13) e o ano letivo 2021/2022 (5), confirmando-se ainda a tendência de os Professores convidados preferirem lecionar os Cursos Intensivos no 2.º semestre.

No ano letivo 2021/2022 inscreveram-se 998 alunos no curso 8000 – Cursos Intensivos, o que significa que houve um aumento em relação ao ano letivo 2020/2021, no qual se inscreveram 825 alunos. No entanto, apenas 536 efetivaram a inscrição num ou mais cursos, sendo que 462 não concluíram o processo de inscrição e 127 cancelaram a inscrição antes dos cursos iniciarem. No caso dos cursos nos quais houve desistências antes de começarem, foram contractados os alunos inscritos na lista de suplentes no sentido de averiguar se ainda queriam ser inscritos.

É importante ainda referir que os alunos em mobilidade também se podem inscrever nos cursos intensivos, resultando num total de 960¹⁷ alunos inscritos (Fig. 28), o que representa um diminuição global de 243 alunos em relação ao ano letivo 2020/2021, no qual se inscreveram 1203 alunos no total. Verificamos ainda que o número de alunos Erasmus inscritos aumentou face ao número de alunos da FDUL.

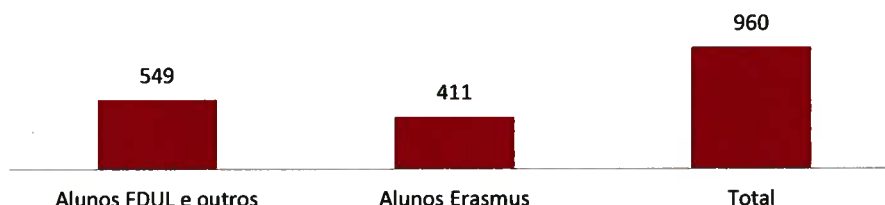


FIG. 28 NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS

¹⁷ Anexo 17 – Cursos Intensivos 2021/2022 – Inscritos por curso intensivo

De acordo com a Fig. 29, os cursos mantiveram em média uma turma de cerca de 29,9 alunos, sendo que o número de alunos inscritos foi bastante equilibrado entre o 1.º e o 2.º semestre.

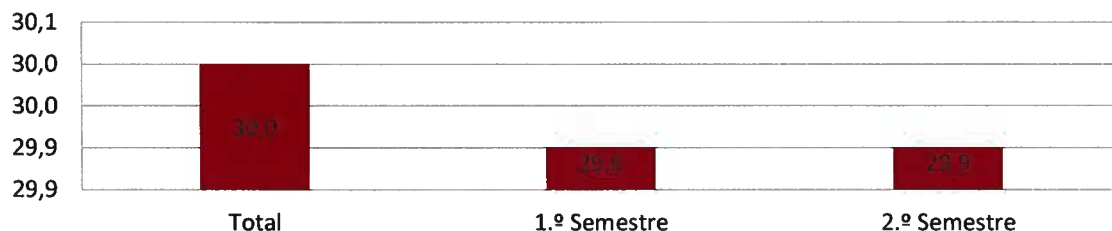


FIG. 29 NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS POR TURMA

De acordo com a Fig. 30, dos 960 alunos inscritos, verificamos que foram avaliados 807 alunos, com uma média final de 12,2¹⁸, sendo que 153 alunos não foram avaliados e 5 foram reprovados. Em relação ao ano letivo 2020/2021, houve menos alunos avaliados, não avaliados e menos reprovações, o que se explica pelo facto de haver menos alunos inscritos, ainda que proporcionalmente, a diferença em relação ao ano letivo anterior não seja significativa. Verificamos ainda que o número de cancelamentos e desistências diminuiu ligeiramente de 136 para 127¹⁹ (Fig. 31).



FIG. 30 ANÁLISE DA FREQUÊNCIA DOS CURSOS INTENSIVOS

■ Cancelamentos e Desistências
■ Não Avaliados

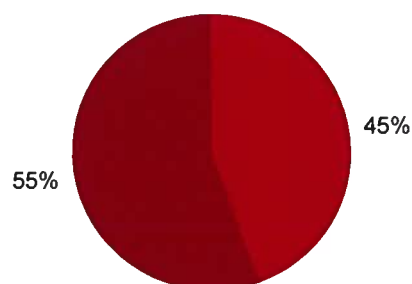


FIG. 31 CANCELAMENTOS, DESISTÊNCIAS E NÃO AVALIADOS

¹⁸ Anexo 17 - Cursos Intensivos 2021/2022 – Avaliações por curso intensivo

¹⁹ Anexo 17 – Cursos Intensivos 2021/2022 – Cancelamentos, desistência e não avaliados

No caso dos alunos da Licenciatura em Direito e do Mestrado em Direito e Prática Jurídica, a frequência de dois cursos intensivos permite solicitar a substituição de uma unidade curricular optativa. No ano letivo 2021/2022 foram submetidos 161 pedidos de substituição, menos 73 do que no ano letivo 2020/2021.

As unidades curriculares optativas mais substituídas foram as seguintes:

UC Optativa	Substituições
Direito dos Mercados Financeiros	18
Direito dos Contratos II	18
Economia Internacional	17
União Económica e Monetária	14
Direito Comercial III	11
Proteção Internacional dos Direitos do Homem	8
Direito Penal III	8
Direito Administrativo III	8
Direito do Ambiente	7
Justiça Constitucional	6
Direito Internacional Público II	8
Direito do Urbanismo	6
Direito da Economia	6
Direito Internacional Económico	5
Direito Internacional Privado II	5
Direito Fiscal Internacional	3
História das Ideias Políticas	2
Direito Marítimo	2
Direito Comparado	2
Contencioso da União Europeia	2
Ciência Política	2
História das Relações Internacionais	1
Direito Administrativo I	1

TABELA 8. SUBSTITUIÇÃO DE UNIDADES CURRICULARES POR CURSOS INTENSIVOS

Os cursos mais usados para solicitar a substituição de uma Unidade Curricular Optativa foram os seguintes:

Cursos Intensivos	Substituição de UC Optativa
História e Teoria do Crime	28
Construction Contracts in the System of German Civil Law	25
Redes Sociales, Compañías Tecnológicas y Democracia	22
Constitutional Justice In Europe	19
Introduction to the North-American Constitution	19
EU Consumer Law	16
La Crisis del Estado de Derecho	16
United States Constitutional Law: History, Theory and Practice	16
Right to Private and Family Life	15

Power and Constitutional Law	14
Legal Theory and Legal Ethics: The Dispute about the Good Lawyer	13
European Comparative Competition Law	12
Historical Legal Iconology Law and Image from the Middle Ages to the 21 st Century	12
Introduction To European Private Law	10
Modelos Federais e Desafios ao Estado Federal: o processo de secesión de cataluña no marco da unión europea	10

TABELA 9. CURSOS INTENSIVOS USADOS PARA SUBSTITUIR UMA UC OPTATIVA

REDE ELPIS

Na sequência da adoção de um modelo misto de aprendizagem e ensino, com atividades letivas presenciais online, da suspensão das atividades letivas presenciais e das restrições de viagem em vigor que marcaram o ano letivo 2020/2021, foi necessário procurar novas iniciativas pedagógicas com o objetivo de promover a colaboração, a participação e a integração das Universidades parceiras da FDUL e de estudantes estrangeiros e nacionais. Neste sentido foram criadas as seguintes iniciativas que se mantiveram no ano letivo 2021/2022.

INICIATIVAS NO ÂMBITO ACADÊMICO

- a) Realização das “ELPIS /US Transatlantic Online Legal Lectures”, que consistiram num conjunto de 18 video conferências (8 no 1.º semestre e 10 no 2.º). Tanto no 1.º como no 2.º semestre, estas sessões culminaram numa sessão na qual os alunos das três Faculdades (Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover, Lincoln Memorial University – Duncan School of Law e FDUL), apresentaram e discutiram aqueles que foram considerados os melhores trabalhos no âmbito do tema Direito Comparado (Portugal/EUA). Estes trabalhos foram posteriormente publicados no site da Rede ELPIS. No 2.º semestre, as sessões começaram a ser gravadas e estão também publicadas no site referido anteriormente e no canal YouTube.

INICIATIVAS NO ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO

- a) 2021: reunião anual da Rede ELPIS, que teve lugar online, entre os dias 10 e 11 de Novembro de 2022, e no âmbito da qual se realizou a conferência “Law Teaching and Learning”, em homenagem ao Professor Hilmar Fenge ([link](#));
- b) 2022: reunião anual da Rede ELPIS, que teve lugar na University of Fribourg, entre os dias 12 e 14 de Maio de 2022, e no âmbito da qual se realizou a conferência “Business as Usual? Law Teaching Methods Today” ([link](#));
- c) Continuidade da “ELPIS v-Law Review”, a primeira revista científica jurídica em formato de vídeo, que visa retratar a atividades do “ELPIS Research” que em conjunto com o “ELPIS Master”, integra a “ELPIS Network”, a maior rede de ensino e investigação na área de Direito, da qual a FDUL faz parte. Durante o ano letivo 2021/2022 foram lançados dois volumes:
- «20(2)1 Law in a Space Odyssey – Robots, Computers, Digitalization as the new challenges to the Law», que visa discutir o uso de máquinas e a sua relação com os indivíduos, a sociedade e a lei, dando destaque, não só à relevância e indispensabilidade de robots, dos computadores e da digitalização na atualidade, mas também aos seus riscos e limites no que diz respeito ao homem, à sociedade e ao poder público e público, que devem ser considerados e assegurados pela lei.
 - «Law Teaching and Learning», que visa discutir os diversos métodos de ensino e aprendizagem na área do Direito e de que forma evoluíram ao longo do tempo.

Ambos os volumes estão disponíveis para consulta no site da [Rede ELPIS](#) e do [Canal do YouTube](#), criado com o objetivo de dar maior alcance à ELPIS v-Law Review.

É importante referir que a atualização do site da [Rede ELPIS](#) e o [canal YouTube](#) é gerido exclusivamente pelo GERI.

CONCLUSÃO

À semelhança do ano letivo 2020/2021, o ano letivo 2021/2022 foi um ano bastante atípico e desafiante devido ao regresso das atividades letivas presenciais, manutenção de algumas atividades online e o levantamento das restrições, o que fez com que o número de mobilidades *incoming* e *outgoing* aumentasse significativamente, o que teve um profundo impacto na organização e gestão de trabalho do GERI.

No ano letivo 2021/2022, notou-se um aumento acentuado do número de mobilidades, tanto *incoming* como *outgoing*, com especial destaque para as mobilidades *outgoing*. No ano letivo 2020/2021, foram colocados 289 alunos, mas realizaram-se apenas 74 mobilidades, 46 no 1.º semestre, 22 no 2.º semestre e 6 *full year*. No ano letivo 2021/2022, pelo contrário, realizaram-se 146 mobilidades no 1.º semestre, 47 no 2.º semestre e 12 *full year*. Em relação às mobilidades *incoming*, num total de 398 nomeações, foram submetidas 366 candidaturas e matriculados 293 alunos, 134 no 1.º semestre, 109 no 2.º semestre e 50 *full year*, o que representa um aumento significativo em relação ao ano letivo 2020/2021, no qual recebemos 289 candidaturas e matriculámos 166 alunos. Na totalidade, a FDUL teve 498 mobilidades *incoming* e *outgoing*. Estes números vão de encontro à estratégia de internacionalização da FDUL, que, tal como foi referido anteriormente, passa pela continuidade do apoio às estruturas internas de cooperação e relações internacionais, com especial ênfase dado às mobilidades para estudantes.

Ainda neste campo, é importante destacar o desempenho do GERI no que diz respeito ao acompanhamento dos alunos, tanto *incoming* como *outgoing*. No que diz respeito aos alunos *incoming*, o acompanhamento é feito de forma virtual desde que os alunos são nomeados para a FDUL, através do envio de e-mails com todas as informações necessárias sobre a candidatura, oferta formativa, horários, alojamento, entre outros aspetos relevantes. Foram ainda feitos vários manuais e tutoriais para ajudar os alunos a compreender o modo de funcionamento da FDUL e respetivos procedimentos, incluindo um Welcome Kit digital, que é enviado para os alunos antes de viajarem para Lisboa, além do Welcome Kit físico que é dado no momento do check-in. Após o check-in, é organizada a Welcome Session, na qual participaram várias associações Erasmus+ de Lisboa, a PSP e a Study in Lisbon, que pertence à CML. Nesta sessão, o GERI é responsável por explicar aos alunos como funciona a escolha de horários e como é que se podem inscrever nas respetivas turmas e subturmas. Quanto às mobilidades *outgoing*, em anos anteriores realizava-se apenas uma Sessão de Esclarecimentos antes das candidaturas (que habitualmente decorrer em Dezembro de cada ano) ao abrigo do Programa Erasmus+ e Protocolos de Intercâmbio. Em 2021/2022, e dado que se trata de um processo com várias fases, o GERI optou por realizar duas sessões distintas: uma primeira sessão antes das candidaturas para dar informações sobre os programas e de que forma funcionam, como é que se podem candidatar, prazos e Bolsas Erasmus+; uma segunda sessão após a divulgação das colocações, para prestar informações detalhadas sobre os procedimentos a seguir após serem colocados nas respetivas Universidades de Destino. Desta forma, o GERI compromete-se a prestar todo o apoio necessário aos alunos. Este compromisso traduz-se num acompanhamento constante desde que os alunos são colocados até que terminam o período de mobilidade e será também um fator importante no aumento do número de mobilidades na sua totalidade.

É importante ainda salientar que o número de mobilidades para o ano letivo 2022/2023, tanto *outgoing* como *incoming*, aumentou significativamente, sendo que a expectativa é aproximar-nos ou ultrapassar os números verificados em anos letivos anteriores e retomar a tendência crescente do número de mobilidades na FDUL.

No que diz respeito aos cursos intensivos, concluímos que é uma oferta formativa bastante procurada, não só pelos alunos da FDUL, mas também pelos alunos Erasmus+. É importante referir que estes cursos são subordinados a matérias jurídicas específicas, lecionados em língua estrangeira por professores regulares e convidados de Universidades internacionais, e existe um cuidado por parte do GERI em diversificar e convidar docentes que venham lecionar temas relevantes que complementem o conhecimento que os alunos adquirem ao longo do semestre nas disciplinas regulares.

Adicionalmente, o GERI tem vindo a desenvolver atividades, tanto a nível da Rede ELPIS, como das outras redes das quais faz parte, do ICM e dos novos protocolos que assinou, que reforçam a estratégia de internacionalização da FDUL.

Neste sentido, o balanço do ano letivo 2021/2022 revelou-se bastante positivo, não só pelo regresso às atividades letivas presenciais e aumento das mobilidades *incoming* e *outgoing*, mas também pelo modo de funcionamento do GERI, que foi capaz de assegurar e concretizar todas as tarefas a que se propôs e manteve um nível de qualidade elevado e eficaz.

ANEXOS

Anexo 1 | Lista de Protocolos em vigor e assinados em 2021/2022

Pais	Nome da instituição
Alemanha	Bucerius Law School
Alemanha	Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover
Alemanha	Humboldt Universität zu Berlin
Alemanha	Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main (*)
Alemanha	Justus-Liebig-Universität Giessen
Alemanha	Leipzig University
Alemanha	Ludwig-Maximilians-Universität München
Alemanha	Martin-Luther Universität Halle-Wittenberg
Alemanha	Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität
Alemanha	Technische Universität Dresden
Alemanha	Universität Augsburg
Alemanha	Universität Bayreuth
Alemanha	Universität Hamburg
Alemanha	Universität Konstanz
Alemanha	Universität Mannheim
Alemanha	Universität Regensburg
Alemanha	Universität Zu Köln
Alemanha	University of Applied Sciences Hochschule Koblenz, RheinAhrCampus Remagen
Alemanha	University of Greifswald
Alemanha	Westfälische Wilhelms - Universität Münster
Alemanha	Universität Mannheim
Alemanha	Leuphana Universität Lüneburg (*)
Alemanha	Georg August University of Göttingen (*)
Argentina	Universidad de Buenos Aires- Facultad de Derecho
Argentina	Universidad de Mendoza
Áustria	Faculty of Law - University of Salzburg; Paris Lodron Universität Salzburg
Áustria	University of Innsbruck Faculty Law
Belgica	Ghent University
Bélgica	Université Catholique de Louvain - Faculté de droit et de criminologie
Bélgica	Universite Libre de Bruxelles
Bulgaria	Varna Free University "Chernorizets Hrabar"
Bulgária	Angel Kanchev - University Of Ruse
Bulgária	Sofia University St. Kliment Ohridski
Bulgária	University of National and World Economy
Chile	Pontificia Universidad Católica de Chile
Chile	Universidad Central de Chile (*)
China	Universidad de Macau
Croácia	University of Zagreb

Eslováquia	Comenius University in Bratislava
Eslováquia	Pan-European University
Eslovénia	<i>Nova Univerza European Faculty of Law</i>
Eslovénia	University of Maribor
Eslovénia	Univerza v Ljubljani
Espanha	Colégio Universitario de Estudios Fianceiros - CUNEF
Espanha	Universidad Autonoma de Madrid
Espanha	Universidad Carlos III de Madrid
Espanha	Universidad CEU Cardenal Herrera
Espanha	Universidad Complutense de Madrid
Espanha	Universidad de Alicante
Espanha	Universidad de Barcelona Faculty of Law
Espanha	Universidad de Burgos
Espanha	Universidad de Cadiz
Espanha	Universidad de Castilla - La Mancha
Espanha	Universidad de Córdoba
Espanha	Universidad de Extremadura
Espanha	Universidad de Extremadura
Espanha	Universidad de Granada
Espanha	Universidad de Huelva
Espanha	Universidad de Las Palmas de Gran Canaria
Espanha	Universidad de León
Espanha	Universidad de Málaga
Espanha	Universidad de Murcia
Espanha	Universidad de Navarra
Espanha	Universidad de Oviedo
Espanha	Universidad de Santiago de Compostela
Espanha	Universidad de Valladolid
Espanha	Universidad de Zaragoza
Espanha	Universidad del País Vasco/ Euskal Herriko Unibersitatea (UPV/EHU)
Espanha	Universidad Internacional de Andalucía
Espanha	Universidad Isabel I
Espanha	Universidad Miguel Hernandez de Elche
Espanha	Universidad Nacional de Educación a Distancia
Espanha	Universidad Pablo de Olavide
Espanha	Universidad Rey Juan Carlos
Espanha	Universidade da Coruña
Espanha	Universitat Autònoma de Barcelona
Espanha	Universitat de Girona
Espanha	Universitat de València
Espanha	Universitat Pompeu Fabra

Espanha	University of Salamanca
Estónia	University of Tartu
EUA	Loyola University New Orleans College of Law
EUA	University of Louisville
EUA	Lincoln Memorial University Duncan School of Law (*)
Finlândia	Tallin University / Tallinna Ülikool
Finlândia	University of Turku
França	Paris Descartes University
França	Université de Bordeaux
França	Université de Bourgogne
França	Université de Cergy-Pontoise
França	Université de Le Havre
França	Université de Rouen
França	Université de Strasbourg
França	Université Grenoble Alpes
França	Université Paris 13
França	Université Paris II Pantheon Assas (
França	Université Paris Ouest Nanterre La Défense
França	Université Paris-Est Créteil
França	Université Paris-Sud
França	Université Toulouse 1 Capitole
França	École Normale Supérieure (*)
França	Université de Pau et Des Pays de L'Adour (*)
França	Université de Lorraine (*)
França	Université de Strasbourg
Grécia	Aristotle University of Thessaloniki
Grécia	University of Macedonia
Holanda	Erasmus University Rotterdam
Holanda	Maastricht University
Holanda	Radboud University Nijmegen
Holanda	University of Amsterdam
Holanda	University of Groningen Faculty of Law
Holanda	Windesheim University of Applied Sciences
Hungria	Eötvös Loránd University (ELTE)
Irlanda	University College of Cork (*)
Israel	Bar-Ilan University
Itália	Sapienza - Università di Roma
Itália	Università degli Studi della Campania "Luigi Vanvitelli
Itália	Università degli Studi "G. d'Annunzio" Chieti-Pescara
Itália	Università degli Studi "Suor Orsola Benincasa"
Itália	Università degli Studi del Piemonte Orientale

Itália	Università Degli Studi di Bari Aldo Moro
Itália	Università degli studi di Cagliari
Itália	Università Degli Studi di Enna "Kore"
Itália	Università degli studi di Genova
Itália	Università Degli Studi di Macerata
Itália	Università degli Studi di Milano
Itália	Università degli Studi di Milano-Bicocca
Itália	Università degli studi di Napoli "L'Orientale"
Itália	Università degli Studi di Napoli "Parthenope"
Itália	Università degli Studi di Napoli Federico II
Itália	Università degli studi di Padova
Itália	Università degli Studi di Perugia
Itália	Università degli studi di Roma "Tor Vergata"
Itália	Università degli studi di Salerno
Itália	Università degli Studi di Sassari
Itália	Università degli Studi di Teramo
Itália	Università degli Studi di Trento
Itália	Università Degli Studi Magna Graecia di Catanzaro
Itália	Università degli Studi Roma Tre
Itália	Università di Messina
Itália	Università di Pisa
Itália	Università Europea
Itália	Università Mediterranea di Reggio Calabria
Itália	University of Catania
Itália	Università di Pavia (*)
Letônia	University of Latvia
Líbano	Modern University for Business and Science / Lebanon
Lituânia	Mykolas Romeris University
Lituânia	Vilnius Universitetas
Malta	University of Malta
Noruega	Universitetet of Bergen Faculty of Law
Polónia	Adam Mickiewicz University in Poznan
Polónia	Andrzej Frycz Modrzewski Krakow University
Polónia	Jagiellonian University
Polónia	Kozminski University
Polónia	SGH Warsaw School of Economics
Polónia	Spoleczna Akademia Nauk - University of Social Sciences
Polónia	The University of Szczecin
Polónia	University of Bialystok
Polónia	University of Lodz
Polónia	University of Rzeszów

Polónia	University of Warsaw
Polónia	University of Zielona Góra
República Checa	Charles University in Prague - Faculty of Law
República Checa	Masaryk University - Faculty of Law
República Checa	Univerzita Palackého v Olomouci
Roménia	University of Bucharest
Sérvia	University of Belgrade
Suécia	Stockholm University (*)
Suíça	University of Lucerne
Suíça	University of Fribourg
Turquia	Anadolou University
Turquia	Beykent University Istanbul
Turquia	ÇaG University
Turquia	Istambul Sabahattin zaim University
Turquia	Koç University
Turquia	MEF University of Law
Turquia	Okan University Law Faculty
Turquia	University of Galatasaray
Turquia	Yeditepe University - Faculty of Law
Ucrânia	Yaroslav Mudryi National Law University
Ucrânia	National University Odesa Law Academy (*)
Total	182

(*) Acordos Interinstitucionais assinados no ano letivo 2021/2022

Anexo 2 | Alunos *Incoming* inscritos por Universidade de Origem

Universidade de Origem	1.º Sem	2.º Sem	FY	Total
Université Rouen de Normandie	10	1		11
Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover	3	3	1	7
Université Catholique de Louvain-la-Neuve		7		7
Eötvös Loránd University (ELTE)	6			6
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	3	3		6
University of Bergen	6			6
Erasmus University Rotterdam	4	1		5
Humboldt-Universität zu Berlin	2		3	5
Jagiellonian University	3		2	5
Ludwig-Maximilians-Universität München		5		5
Università Degli Studi di Padova		5		5
Universität Zu Köln	4		1	5
University of Muenster	2	3		5
Centro Universitário Curitiba		4		4
Comenius University in Bratislava	1	3		4
Galatasaray University	4			4
Universidad Pablo de Olavide			4	4
Universidade Federal de Minas Gerais	4			4
Università Degli Studi della Campania "Luigi Vanvitelli"	1	1	2	4
Università Degli Studi di Bari Aldo Moro	3	1		4
Università Degli Studi di Milano-Bicocca	2	2		4
Università Degli Studi di Sassari	2		2	4
Alma Mater Studiorum - Università di Bologna	1	2		3
Çağ Üniversitesi	2	1		3
CUNEF	2		1	3
Faculdade de Direito de Franca	2	1		3
Martin-Luther- Universität Halle-Wittenberg	1	2		3
Mykolas Romeris University		3		3
Pan-European University	2	1		3
Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul		3		3
Universidad Autónoma de Madrid	1		2	3
Universidad de Oviedo	1		2	3
Universidade de Brasília	2	1		3
Universidade Presbiteriana Mackenzie		2	1	3
Universität Hamburg	2	1		3
Universität Leipzig	1	1	1	3
University of Macedonia		3		3
University of Maribor	3			3
University of Warsaw	1	2		3

University of Zagreb	1	2		3
Aristotle University of Thessaloniki		2		2
Bucerius Law School	2			2
Faculdade Multivix		2		2
Maastricht University	1	1		2
Nova Univerza European Faculty of Law	2			2
Radboud University		2		2
Rheinische Friedrich-Wilhelms-University Bonn	1		1	2
Ruhr-University Bochum	2			2
Universidad CEU Cardenal Herrera			2	2
Universidad de Burgos			2	2
Universidad de Malaga			2	2
Universidad de Santiago de Compostela			2	2
Universidade de Fortaleza	1	1		2
Universidade de Passo Fundo		2		2
Universidade de São Paulo		2		2
Universidade Federal do Ceará		2		2
Università Degli Studi di Catania	1	1		2
Università Degli Studi di Kore di Enna	2			2
Università Degli Studi di Messina			2	2
Università Degli Studi di Milano		2		2
Università degli Studi di Napoli "Parthenope"		2		2
Università Degli Studi di Roma Tre		2		2
Università Degli Studi di Salerno	1	1		2
Universitat de Barcelona	2			2
Universität Innsbruck	1	1		2
Universität Mannheim		2		2
Université de Bordeaux			2	2
Université de Montréal	1	1		2
Université Libre de Bruxelles	2			2
University of Amsterdam		2		2
University of Augsburg		2		2
University of Ljubljana	2			2
University of Malta	2			2
University of Salzburg	2			2
University of Warmia and Mazury in Olsztyn	2			2
Anadolu University	1			1
Centro Universitário de Bauru	1			1
Centro Universitário Maurício de Nassau	1			1
Ghent University	1			1
Hochschule Koblenz - RheinAhrCampus	1			1
Istanbul Sabahattin Zaim University		1		1
Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main		1		1

Kozminski University	1			1
MEF University		1		1
National University of Distance Education	1			1
Palacký Univerzity Olomouc	1			1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo		1		1
Sapienza Università di Roma			1	1
Technische Universität Dresden	1			1
Universidad Carlos III de Madrid			1	1
Universidad Complutense de Madrid			1	1
Universidad de Córdoba			1	1
Universidad de Granada			1	1
Universidad de Huelva	1			1
Universidad de Murcia			1	1
Universidad de Valladolid			1	1
Universidad de Zaragoza			1	1
Universidad Isabel I	1			1
Universidade Candido Mendes - UCAM		1		1
Universidade Católica de Pernambuco	1			1
Universidade Católica Portuguesa		1		1
Universidade do Porto	1			1
Universidade Federal de Pernambuco		1		1
Università Degli Studi "Magna Græcia" di Catanzaro		1		1
Università Degli Studi di Genova	1			1
Università Degli Studi di Macerata		1		1
Università Degli Studi di Napoli Federico II		1		1
Università Degli Studi di Perugia	1			1
Università Degli Studi di Roma "Tor Vergata"			1	1
Università Degli Studi di Trento		1		1
Università di Pisa	1			1
Universitat Autònoma de Barcelona		1		1
Universität Bayreuth	1			1
Universitat de Girona			1	1
Universitat de Valencia			1	1
Universität Freiburg		1		1
Universitat Pompeu Fabra	1			1
Université Cergy-Pontoise		1		1
Université Paris Nanterre			1	1
Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne	1			1
Université Paris-Saclay			1	1
Université Toulouse I Capitole	1			1
University of Konstanz	1			1
University of Latvia	1			1
University of Strasbourg			1	1

University of Tartu		1		1
University of Turku	1			1
Windesheim University of Applied Sciences	1			1
Yaroslav Mudryi National Law University	1			1
Yeditepe University			1	1
Total	134	109	50	293

Anexo 3 | Alunos *Incoming* por País de Origem

País	1.º Semestre	2.º Semestre	Full Year	Total
Alemanha	22	19	7	48
Itália	16	23	8	47
Brasil	15	27	1	43
Espanha	10	1	26	37
França	12	2	5	19
Turquia	7	4	1	12
Holanda	6	5		11
Polónia	7	2	2	11
Bélgica	3	7		10
Eslováquia	3	4		7
Eslovénia	7			7
Hungria	6			6
Noruega	6			6
Grécia		5		5
Áustria	3	1		4
Lituânia	1	3		4
Croácia	1	2		3
Canadá	1	1		2
Malta	2			2
Portugal	1	1		2
Estónia		1		1
Finlândia	1			1
Peru	1			1
República Checa	1			1
Síria	1			1
Suíça		1		1
Ucrânia	1			1
Total	134	109	50	293

Anexo 4 | Alunos *Incoming* por Nacionalidade

Nacionalidade	Alunos
Itália	46
Alemanha	45
Brasil	43
Espanha	35
França	14
Polónia	11
Turquia	11
Holanda	10
Bélgica	9
Eslováquia	7
Eslovénia	7
Hungria	7
Noruega	6
Grécia	5
Ucrânia	5
Áustria	4
Portugal	4
Croácia	3
Canadá	2
Estónia	2
Finlândia	2
Malta	2
Afeganistão	1
Bolívia	1
Cabo Verde	1
Indonésia	1
Irão	1
Letónia	1
Marrocos	1
Perú	1
República Checa	1
Rússia	1
Senegal	1
Síria	1
Suíça	1
Total	293

Anexo 5 | Alunos *Incoming* por Género e Idade

Género	1.º Semestre	2.º Semestre	Ano Inteiro	Total
Feminino	84	79	33	196
Masculino	50	30	17	97
Total	134	109	50	293

Idade	Total
20	5
21	32
22	74
23	88
24	39
25	20
26	11
27	4
29	7
29	5
30	1
31	2
32	2
33	1
34	2
Total Geral	293

Anexo 6 | Alunos *Incoming* inscritos por disciplina

Curso	Código	Unidade Curricular	Alunos
Licenciatura em Direito	103	Economia I	3
	107	Direito Constitucional I	1
	106	Direito Administrativo I	11
	206	Direito Administrativo II	20
	114	Direito Internacional Público I	51
	111	Direito das Obrigações I	12
	171	Direito dos Contratos I	3
	271	Direito dos Contratos II	5
	115	Direito Fiscal	13
	116	Direito da Economia	2
	117	Direito Comercial I	13
	119	Direito da Família	9
	121	História do Pensamento Jurídico	53
	127	Direito do Trabalho I	22
	129	Medicina Legal	9
	130	História das Relações Internacionais	78
	132	Direito Romano	8
	133	Direito Internacional Privado I	26
	134	Direito Internacional Económico	9
	138	Direitos Fundamentais	45
	143	Ciência Política	6
	147	Direito Comparado	84
	149	Direito Processual Civil III	1
	155	Economia Internacional	8
	157	Direito do Urbanismo	2
	202	História do Direito Português	2
	210	Finanças Públicas	2
	212	Direito Processual Civil II	8
	213	Direitos Reais	10
	217	Direito Comercial II - Sociedades Comerciais	17
	220	Direito das Sucessões	8
	227	Direito do Trabalho II	18
	228	Direito Processual Penal	15
	231	Filosofia do Direito	28
	233	Direito Internacional Privado II	14
	118	Direito Penal I	2
	239	Direito Penal II	4
	251	Direito da União Europeia	55
	252	Sociologia Do Direito	5

Curso	Código	Unidade Curricular	Alunos
	253	História das Ideias Políticas	17
	256	Direito dos Mercados Financeiros	5
	258	Justiça Constitucional	15
	260	União Económica e Monetária	28
	263	Contencioso da União Europeia	21
	264	Direito Fiscal Internacional	7
	268	Direito do Ambiente	83
	275	Direito Marítimo	2
	282	Contencioso Administrativo E Tributário	17
	306	Direito Administrativo III	1
	310	Proteção Internacional dos Direitos do Homem	6
	314	Direito Internacional Público II	55
	317	Direito Comercial III	6
	101	Introdução ao Estudo Do Direito I	1
	339	Direito Penal III	7
Mestrado em Direito e Prática Jurídica	3093	Direito dos Contratos III	1
	3068	Contencioso da União Europeia	24
	3001	Direito e Economia	50
	3003	Contratação Pública e Concorrência	35
	3008	Introdução ao Direito da Concorrência	12
	3016	Tributação das Empresas	22
	3033	Direito Internacional dos Direitos Humanos	4
	3050	Direito das Nações Unidas	30
	3053	Justiça Internacional	35
	3080	Contratos Internacionais	1
	3057	Organizações Internacionais	52
	3095	Direito da Família e das Sucessões	1
	3094	Direito da Responsabilidade Civil	4
	3069	Direito dos Menores	6
	3056	Direito da Responsabilidade Internacional	1
	3075	Direito da Arbitragem e da Mediação I	2
	3078	Direito do Trabalho III	1
	3039	Direito das Relações Jurídicas de Emprego Público	1
	3072	Direito das Sociedades Comerciais I	2
	3079	Direito das Sociedades Comerciais II	1
	3097	Direito de Personalidade	1
	3052	Direito Internacional do Mar	1
	3062	Direito Probatório	2
	3060	Direito Processual Civil Internacional I	1
	3013	Economia Comportamental e Direito	2
	3035	Governance Administrativa	1

Curso	Código	Unidade Curricular	Alunos
	3002	Políticas Públicas	17
	3010	Regulação Financeira	1
	3054	Relações Internacionais	1
Total			1265

Anexo 7 | Lista das unidades curriculares lecionadas em Inglês

Sem.	Ciclo	Ano	Unidade Curricular (PT)	Unidade Curricular (ENG)	Docente
1.º	Licenciatura em Direito	1.º	Direito Romano	Roman Law	Professora Ana Caldeira Fouto
		2.º	Direito Administrativo I	Administrative Law I	Professor Doutor Francisco Paes Marques
			Direito Comparado	Comparative Law	Professor Diogo Tapada dos Santos
			Direito Internacional Público I		Professora Doutora Heloísa Oliveira
					Professor Doutor Lourenço Vilhena de Freitas
			História do Pensamento Jurídico	History of Legal Philosophy	Professora Doutora Isabel Graes
					Professora Francisca Soromenho
			História das Relações Internacionais	History of International Relations	Professora Doutora Ana Caldeira Fouto
					Professora Francisca Soromenho
		3.º	Economia Internacional	International Economy	Professor Doutor Miguel Sousa Ferro
		4.º	Contencioso da União Europeia	European Union Procedural Law	Professor Doutor Rui Tavares Lanceiro
			Direito do Ambiente	Environmental Law	Professora Doutora Heloísa Oliveira
					Professor Hong Cheng Leong
			Direito do Trabalho I	Labour Law	Professor Doutor Guilherme Dray
			Direito Internacional Público II	International Public Law II	Professor Doutor Fernando Loureiro Bastos
					Professor Doutor Rui Guerra Fonseca
			União Económica e Monetária	Economic and Monetary Union	Professora Doutora Nazaré da Costa Cabral
			Contencioso Administrativo e Tributário	Administrative Justice	Professor Doutor Miguel Assis Raimundo

	MDPJ	1.º	Contratação Pública e Concorrência	Public Procurement and Competition	Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues
			Direito das Nações Unidas	United Nations Law	Professora Doutora Ana Soares Pinto
			Direito e Economia	Economy and Law	Professora Doutora Paula Vaz Freire
			Justiça Internacional	International Justice	Professora Margarida Salema Martins
			Introdução ao Direito da Concorrência	Introduction to Competition Law	Professor Doutor Miguel Moura e Silva
			Políticas Públicas	Public Policies	Professor Doutor Guilherme Oliveira Martins
2.º	Licenciatura em Direito	1.º	História das Ideias Políticas	History of Political Thought	Professora Ana Caldeira Fouto
		2.º	Direito Administrativo II	Administrative Law II	Professor Doutor Francisco Paes Marques
			Direito Comparado	Comparative Law	Professor Guilherme Dray
			Direito da União Europeia	European Union Law	Professora Doutora Heloísa Oliveira
		3.º	História das Relações Internacionais	History of International Relations	Professora Francisca Soromenho
			História do Pensamento Jurídico	History of Legal Philosophy	Professora Isabel Graes
			Direito Internacional Económico	International Economic Law	Professor Doutor Miguel Moura e Silva Professor Daniel Bobos-Radu
		4.º	Direito do Ambiente	Environmental Law	Professor Doutor José Duarte Coimbra
			Direitos Fundamentais	Fundamental Rights	Professor Doutor Domingos Farinho Professor Doutor João Tornada
			Direito do Trabalho II	Employment & Labour Law II	Professor Guilherme Dray
			Justiça Constitucional	Constitutional Justice	Professor Diogo Santana Lopes
	MDPJ	1.º	Contencioso da União Europeia	European Union Procedural Law	Professora Doutora Ana Soares Pinto

			Organizações Internacionais	International Organizations	Professora Doutora Margarida Salema
			Tributação de Empresas	Corporate Taxation	Professor Doutor Carlos Lobo

Anexo 8 | Número de alunos *incoming* por unidades curriculares lecionadas em inglês

Semestre	Curso	Código	Unidade Curricular	Alunos	
1.º Semestre	Licenciatura em Direito	132	Direito Romano	7	
		106	Direito Administrativo I	9	
		147	Direito Comparado	30	
		114	Direito Internacional Público I	39	
		130	História das Relações Internacionais	36	
		121	História Do Pensamento Jurídico	44	
		155	Economia Internacional	5	
		282	Contencioso Administrativo e Tributário	21	
		263	Contencioso da União Europeia	17	
		268	Direito do Ambiente	43	
		127	Direito do Trabalho I	35	
		314	Direito Internacional Público II	53	
		260	União Económica e Monetária	26	
		Mestrado em Direito e Prática Jurídica	3001	Direito e Economia	50
	3003		Contratação Pública e Concorrência	35	
	3008		Introdução ao Direito da Concorrência	10	
	3002		Políticas Públicas	17	
	3050		Direito das Nações Unidas	30	
	2.º Semestre	Licenciatura em Direito	253	História das Ideias Políticas	17
231			Filosofia do Direito	20	
206			Direito Administrativo II	9	
251			Direito da União Europeia	47	
147			Direito Comparado	34	
130			História das Relações Internacionais	32	
121			História Do Pensamento Jurídico	8	
134			Direito Internacional Económico	9	
138			Direitos Fundamentais	35	
268			Direito do Ambiente	35	
227			Direito do Trabalho II	15	
258			Justiça Constitucional	15	
Mestrado em Direito e Prática Jurídica			3057	Organizações Internacionais	52
			3068	Contencioso da União Europeia	24
		3016	Tributação das Empresas	22	
Total				916	

Anexo 9 | Média de avaliações dos alunos *incoming* por disciplina

Curso	Código	Unidade Curricular	Média
Licenciatura em Direito	103	Economia I	9
	107	Direito Constitucional I	10
	106	Direito Administrativo I	10,2
	206	Direito Administrativo II	12,9
	114	Direito Internacional Público I	10,8
	111	Direito das Obrigações I	8,9
	171	Direito dos Contratos I	12,3
	271	Direito dos Contratos II	11,4
	115	Direito Fiscal	8,1
	116	Direito da Economia	13,5
	117	Direito Comercial I	14,2
	119	Direito da Família	8,2
	121	História do Pensamento Jurídico	11,9
	127	Direito do Trabalho I	11,5
	129	Medicina Legal	12,1
	130	História das Relações Internacionais	13,1
	132	Direito Romano	11,4
	133	Direito Internacional Privado I	10
	134	Direito Internacional Económico	11,8
	138	Direitos Fundamentais	10,2
	143	Ciência Política	10,3
	147	Direito Comparado	12,2
	149	Direito Processual Civil III	14
	155	Economia Internacional	11,5
	157	Direito do Urbanismo	6,5
	202	História do Direito Português	14,5
	210	Finanças Públicas	13
	212	Direito Processual Civil II	13,8
	213	Direitos Reais	10,8
	217	Direito Comercial II - Sociedades Comerciais	13,5
	220	Direito das Sucessões	13,1
	227	Direito do Trabalho II	11,3
	228	Direito Processual Penal	12,1
	231	Filosofia Do Direito	13,1
	233	Direito Internacional Privado II	11,1
	118	Direito Penal I	13
	239	Direito Penal II	7
	251	Direito da União Europeia	8,9
	252	Sociologia Do Direito	11

Curso	Código	Unidade Curricular	Média
	253	História das Ideias Políticas	11,4
	256	Direito dos Mercados Financeiros	13,2
	258	Justiça Constitucional	13,1
	260	União Económica e Monetária	9,6
	263	Contencioso da União Europeia	12,1
	264	Direito Fiscal Internacional	14,9
	268	Direito do Ambiente	12,8
	275	Direito Marítimo	10
	282	Contencioso Administrativo E Tributário	13,4
	306	Direito Administrativo III	13
	310	Proteção Internacional dos Direitos do Homem	11,5
	314	Direito Internacional Público II	13,6
	317	Direito Comercial III	13,8
	101	Introdução ao Estudo Do Direito I	10
	339	Direito Penal III	13,1
Mestrado em Direito e Prática Jurídica	3093	Direito dos Contratos III	13
	3068	Contencioso da União Europeia	9,1
	3001	Direito e Economia	15,9
	3003	Contratação Pública e Concorrência	13
	3008	Introdução ao Direito da Concorrência	12,5
	3016	Tributação das Empresas	16
	3033	Direito Internacional dos Direitos Humanos	4,25
	3050	Direito das Nações Unidas	13,2
	3053	Justiça Internacional	14,6
	3080	Contratos Internacionais	15
	3057	Organizações Internacionais	14,1
	3095	Direito da Família e das Sucessões	15
	3094	Direito da Responsabilidade Civil	11,5
	3069	Direito dos Menores	14,7
	3056	Direito da Responsabilidade Internacional	16
	3075	Direito da Arbitragem e da Mediação I	13
	3078	Direito do Trabalho III	10
	3039	Direito das Relações Jurídicas de Emprego Público	17
	3072	Direito das Sociedades Comerciais I	13,5
	3079	Direito das Sociedades Comerciais II	16
	3097	Direito de Personalidade	15
	3052	Direito Internacional do Mar	16
	3062	Direito Probatório	10
	3060	Direito Processual Civil Internacional I	11
	3013	Economia Comportamental e Direito	16,5
	3035	Governance Administrativa	0

Curso	Código	Unidade Curricular	Média
	3002	Políticas Públicas	13,4
	3010	Regulação Financeira	18
	3054	Relações Internacionais	14
Total			12,15

Anexo 10 | Média de avaliações dos alunos *incoming* nas disciplinas lecionadas em inglês

Semestre	Curso	Código	Disciplina	Média
1.º Semestre	Licenciatura em Direito	132	Direito Romano	13
		106	Direito Administrativo I	9,7
		147	Direito Comparado	11,7
		114	Direito Internacional Público I	10,9
		130	História das Relações Internacionais	11,9
		121	História Do Pensamento Jurídico	11,9
		155	Economia Internacional	10,6
		282	Contencioso Administrativo e Tributário	14,4
		263	Contencioso da União Europeia	13,6
		268	Direito do Ambiente	12,9
		127	Direito do Trabalho I	12,1
		314	Direito Internacional Público II	13,8
		260	União Económica e Monetária	9,96
		Mestrado em Direito e Prática Jurídica	3001	Direito e Economia
	3003		Contratação Pública e Concorrência	13
	3008		Introdução ao Direito da Concorrência	12,3
	3002		Políticas Públicas	13,3
	2.º Semestre	Licenciatura em Direito	3050	Direito das Nações Unidas
3053			Justiça Internacional	14,6
253			História das Ideias Políticas	11,6
231			Filosofia do Direito	12,6
206			Direito Administrativo II	13,6
251			Direito da União Europeia	9,26
147			Direito Comparado	13
130			História das Relações Internacionais	14,3
121			História Do Pensamento Jurídico	12,9
134			Direito Internacional Económico	11,9
138			Direitos Fundamentais	10,4
268			Direito do Ambiente	12,6
227			Direito do Trabalho II	12,2
258			Justiça Constitucional	13,1
Mestrado em Direito e Prática Jurídica		3057	Organizações Internacionais	14,1
		3068	Contencioso da União Europeia	9,13
		3016	Tributação das Empresas	16
Total				12,5

Anexo 11 | Alunos *outgoing* por Universidades de destino

Universidades de Destino	1S	2S	FY	Total
Eötvös Loránd University (ELTE)	12	3		15
Masaryk University	13			13
Università Degli Studi di Genova	7		1	8
Universidade Católica Portuguesa (Lisboa)	4	3		7
Università Degli Studi di Padova	6	1		7
University of Zagreb	5	1		6
Comenius University in Bratislava	5			5
Universidade Católica Portuguesa (Porto)		4	1	5
Universidade Nova de Lisboa	3		2	5
Università Degli Studi di Milano	4	1		5
Università Degli Studi di Roma "Tor Vergata"	5			5
Jagiellonian University	4			4
Universidad Carlos III de Madrid	3	1		4
Université Libre de Bruxelles	1	3		4
Université Toulouse 1 Capitole	2	2		4
University of Maribor	4			4
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	3			3
Universidad Autonoma de Madrid	2	1		3
Universidad Complutense de Madrid	3			3
Universidad de Murcia	2	1		3
Universidad Internacional de Andalucía	3			3
Universidade Federal Fluminense	3			3
Università Degli Studi di Milano-Bicocca	3			3
Università Degli Studi di Trento	3			3
Universität Hamburg	2	1		3
Université Paris-Saclay	2	1		3
University of Amsterdam		3		3
Alma Mater Studiorum - Università di Bologna	2			2
Asociacion Boa Vida	2			2
Ghent University	1	1		2
Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover	1	1		2
Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main		2		2
Ludwig-Maximilians-Universität München	1	1		2
Universidad de Cadiz		2		2
Universidad de Salamanca	1		1	2
Universidad de Valladolid	1	1		2
Universidad Rey Juan Carlos	2			2
Universidade de Coimbra		2		2
Universidade Federal de Santa Catarina	2			2
Università Degli Studi di Roma Tre		1	1	2
Università di Pisa	1	1		2
Universität Konstanz	1	1		2
Université Catholique de Louvain	2			2
Université Panthéon-Assas Paris II	1		1	2
Université Sorbonne Paris Nord		2		2
University of Bucharest	2			2
University of Lodz	2			2
Univerza v Ljubljani	2			2

Universidades de Destino	1S	2S	FY	Total
Aristotle University of Thessaloniki			1	1
Charles University in Prague			1	1
Erasmus University Rotterdam		1		1
FGV – Rio de Janeiro	1			1
Freie Universität Berlin	1			1
Fridtjof Nansen Institute		1		1
Humboldt Universität zu Berlin		1		1
JCORP	1			1
Justus-Liebig-Universität Giessen	1			1
Katholieke Universiteit Leuven			1	1
Ministério dos Negócios Estrangeiros	1			1
Mykolas Romeris University	1			1
Sofia University St. Kliment Ohridski	1			1
Universidad de Granada	1			1
Universidad de Málaga	1			1
Universidad de Sevilla	1			1
Universidad del País Vasco/Euskal Herriko	1			1
Universidade Cândido Mendes	1			1
Università Degli Studi di Pavia			1	1
Universitat Autònoma de Barcelona	1			1
Universitat de Barcelona	1			1
Université Grenoble Alpes		1		1
Université Paris Cité		1		1
Université Paris Ouest Nanterre La Défense	1			1
Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne	1			1
Universitetet of Bergen	1			1
University of Innsbruck		1		1
University of Louisville			1	1
Uniwersytet Warmińsko-Mazurskie w Olsztynie	1			1
Total	146	47	12	205

Anexo 12 | Alunos *outgoing* por país de destino

País	1S	2S	FY	Total
Itália	31	4	3	38
Espanha	26	6	1	33
Portugal	7	9	3	19
França	8	7	1	16
Hungria	12	3		15
Alemanha	7	7		14
República Checa	13	1		14
Brasil	10			10
Bélgica	4	4	1	9
Polónia	7			7
Croácia	5	1		6
Eslovénia	6			6
Eslováquia	5			5
Holanda		4		4
Noruega	1	1		2
Roménia	2			2
Áustria		1		1
Bulgária	1			1
EUA			1	1
Grécia			1	1
Lituânia	1			1
Total Geral	146	48	11	205

Anexo 13 | Alunos *outgoing* por ciclo de estudos

Universidade	1.º	2.º	3.º	Total
Eötvös Loránd University (ELTE)	15			15
Masaryk University	13			13
Università Degli Studi di Genova	8			8
Universidade Católica Portuguesa (Lisboa)	7			7
Università Degli Studi di Padova	5	2		7
University of Zagreb	6			6
Comenius University in Bratislava	5			5
Universidade Católica Portuguesa (Porto)	5			5
Universidade Nova de Lisboa	5			5
Università Degli Studi di Milano	3	2		5
Università Degli Studi di Roma "Tor Vergata"	5			5
Jagiellonian University	4			4
Universidad Carlos III de Madrid	3		1	4
Université Libre de Bruxelles		4		4
Université Toulouse 1 Capitole		4		4
University of Maribor	4			4
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	3			3
Universidad Autonoma de Madrid		3		3
Universidad Complutense de Madrid	2	1		3
Universidad de Murcia	2	1		3
Universidad Internacional de Andalucía		3		3
Universidade Federal Fluminense	3			3
Università Degli Studi di Milano-Bicocca	3			3
Università Degli Studi di Trento	2	1		3
Universität Hamburg		3		3
Université Paris-Saclay		3		3
University of Amsterdam	3			3
Alma Mater Studiorum - Università di Bologna	2			2
Asociacion Boa Vida		2		2
Ghent University	1	1		2
Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover		2		2
Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main		2		2
Ludwig-Maximilians-Universität München		2		2
Universidad de Cadiz		2		2
Universidad de Salamanca		1	1	2
Universidad de Valladolid		2		2
Universidad Rey Juan Carlos	2			2
Universidade de Coimbra	2			2
Universidade Federal de Santa Catarina	2			2
Università Degli Studi di Roma Tre		1	1	2
Università di Pisa	1	1		2
Universität Konstanz		2		2
Université Catholique de Louvain	1	1		2
Université Panthéon-Assas Paris II	2			2
Université Sorbonne Paris Nord		2		2

Universidade	1.º	2.º	3.º	Total
University of Bucharest	2			2
University of Lodz	2			2
Univerza v Ljubljani	2			2
Aristotle University of Thessaloniki	1			1
Charles University in Prague	1			1
Erasmus University Rotterdam	1			1
FGV – Rio de Janeiro	1			1
Freie Universität Berlin	1			1
Fridtjof Nansen Institute		1		1
Humboldt Universität zu Berlin		1		1
JCORP		1		1
Justus-Liebig-Universität Giessen		1		1
Katholieke Universiteit Leuven			1	1
Ministério dos Negócios Estrangeiros	1			1
Mykolas Romeris University	1			1
Sofia University St. Kliment Ohridski	1			1
Universidad de Granada	1			1
Universidad de Málaga	1			1
Universidad de Sevilla		1		1
Universidad del País Vasco/Euskal Herriko			1	1
Universidade Cândido Mendes	1			1
Università Degli Studi di Pavia			1	1
Universitat Autònoma de Barcelona	1			1
Universitat de Barcelona	1			1
Université Grenoble Alpes	1			1
Université Paris Cité		1		1
Université Paris Ouest Nanterre La Défense		1		1
Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne	1			1
Universitetet of Bergen	1			1
University of Innsbruck	1			1
University of Louisville	1			1
Uniwersytet Warmińsko-Mazurskie w Olsztynie	1			1
Total	144	55	6	205

Anexo 14 | Alunos *outgoing* por Género e Idade

Género	1S	2S	FY	Total
Feminino	94	39	9	142
Masculino	52	8	3	63
Total	146	47	12	205

Idade	Total
20	1
21	18
22	88
23	32
24	2
25	5
26	15
27	7
28	5
29	5
30	3
31	1
33	1
34	2
35	4
36	2
37	2
38	1
40	1
41	1
42	2
43	3
45	2
46	1
48	1
Total Geral	205

Anexo 15 | Alunos *incoming* e *outgoing* por instituição parceira

Universidade de Origem	IN	OUT	Total
Eötvös Loránd University (ELTE)	6	15	21
Masaryk University		13	13
Università Degli Studi di Padova	5	7	12
Université Rouen de Normandie	11		11
Comenius University in Bratislava	4	5	9
Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover	7	2	9
Jagiellonian University	5	4	9
Università Degli Studi di Genova	1	8	9
Université Catholique de Louvain	7	2	9
University of Zagreb	3	6	9
Universidade Católica Portuguesa - Lisboa	1	7	8
Ludwig-Maximilians-Universität München	5	2	7
Università Degli Studi di Milano	2	5	7
Università Degli Studi di Milano-Bicocca	4	3	7
University of Maribor	3	4	7
Erasmus University Rotterdam	5	1	6
Humboldt-Universität zu Berlin	5	1	6
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	6		6
Universidad Autónoma de Madrid	3	3	6
Università degli studi di Roma "Tor Vergata"	1	5	6
Universität Hamburg	3	3	6
Université Libre de Bruxelles	2	4	6
University of Bergen	6		6
Alma Mater Studiorum - Università di Bologna	3	2	5
Universidad Carlos III de Madrid	1	4	5
Universidade Católica Portuguesa – Porto		5	5
Universidade Nova de Lisboa		5	5
Universität Zu Köln	5		5
Université Toulouse 1 Capitole	1	4	5
University of Amsterdam	2	3	5
University of Münster	5		5
Centro Universitário Curitiba	4		4
Galatasaray University	4		4
Mykolas Romeris University	3	1	4
Universidad Complutense de Madrid	1	3	4
Universidad de Murcia	1	3	4
Universidad Pablo de Olavide	4		4
Universidade Federal de Minas Gerais	4		4
Università Degli Studi della Campania "Luigi Vanvitelli"	4		4

Università Degli Studi di Bari Aldo Moro	4		4
Università Degli Studi di Roma Tre	2	2	4
Università Degli Studi di Sassari	4		4
Università Degli Studi di Trento	1	3	4
Université Paris-Saclay	1	3	4
University of Ljubljana	2	2	4
Aristotle University of Thessaloniki	2	1	3
Çağ Üniversitesi	3		3
CUNEF	3		3
Faculdade de Direito de Franca	3		3
Ghent University	1	2	3
Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main	1	2	3
Martin-Luther- Universität Halle-Wittenberg	3		3
Pan-European University	3		3
Pontificia Universidade Católica de Rio Grande do Sul	3		3
Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro		3	3
Universitat de Barcelona	2	1	3
Universidad de Málaga	2	1	3
Universidad de Oviedo	3		3
Universidad de Valladolid	1	2	3
Universidad Internacional de Andalucía		3	3
Universidade de Brasília	3		3
Universidade Federal Fluminense		3	3
Universidade Presbiteriana Mackenzie	3		3
Università di Pisa	1	2	3
Universität Innsbruck	2	1	3
Universität Konstanz	1	2	3
Universität Leipzig	3		3
University of Macedonia	3		3
University of Warsaw	3		3
Uniwersytet Warmińsko-Mazurskie w Olsztynie	2	1	3
Asociacion Boa Vida		2	2
Bucerius Law School	2		2
Faculdade Multivix	2		2
Maastricht University	2		2
Nova Univerza European Faculty of Law	2		2
Radboud University	2		2
Rheinische Friedrich-Wilhelms-University Bonn	2		2
Ruhr-University Bochum	2		2
Universidad de Burgos	2		2
Universidad de Cadiz		2	2
Universidad de Granada	1	1	2
Universidad de Salamanca		2	2

Universidad Rey Juan Carlos		2	2
Universidade Cândido Mendes	1	1	2
Universidad CEU Cardenal Herrera	2		2
Universidade de Coimbra		2	2
Universidade de Fortaleza	2		2
Universidade de Passo Fundo	2		2
Universidad de Santiago de Compostela	2		2
Universidade de São Paulo	2		2
Universidade Federal de Santa Catarina		2	2
Universidade Federal do Ceará	2		2
Università Degli Studi di Catania	2		2
Università Degli Studi di Messina	2		2
Università Degli Studi di Napoli "Parthenope"	2		2
Università Degli Studi di Salerno	2		2
Università Degli Studi di Kore di Enna	2		2
Universitat Autònoma de Barcelona	1	1	2
Universität Mannheim	2		2
Université de Bordeaux	2		2
Université de Montréal	2		2
Université Sorbonne Paris Nord		2	2
Université Paris II Panthéon-Assas		2	2
Université Paris Ouest Nanterre La Défense	1	1	2
Université Paris-Est Créteil Val-de-Marne	1	1	2
University of Augsburg	2		2
University of Bucharest		2	2
University of Lodz		2	2
University of Malta	2		2
University of Salzburg	2		2
Anadolu University	1		1
Centro Universitário de Bauru	1		1
Centro Universitário Maurício de Nassau	1		1
Charles University in Prague		1	1
FGV – Rio de Janeiro		1	1
Freie Universität Berlin		1	1
Fridtjof Nansen Institute		1	1
Hochschule Koblenz – RheinAhrCampus	1		1
Istanbul Sabahattin Zaim University	1		1
JCORP		1	1
Justus-Liebig-Universität Giessen		1	1
Kozminski University	1		1
Katholieke Universiteit Leuven		1	1
MEF University	1		1
Ministério dos Negócios Estrangeiros		1	1

National University of Distance Education	1		1
Palacký Univerzity Olomouc	1		1
Université Paris Cité		1	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1		1
Sapienza Università di Roma	1		1
Sofia University St. Kliment Ohridski		1	1
Technische Universität Dresden	1		1
Universidad de Córdoba	1		1
Universidad de Huelva	1		1
Universidad de Sevilla		1	1
Universidad de Zaragoza	1		1
Universidad del País Vasco/Euskal Herriko		1	1
Universidad Isabel I	1		1
Universidade Católica de Pernambuco	1		1
Universidade do Porto	1		1
Universidade Federal de Pernambuco	1		1
Università Degli Studi "Magna Græcia" di Catanzaro	1		1
Università Degli Studi di Macerata	1		1
Università Degli Studi di Napoli Federico II	1		1
Università Degli Studi di Pavia		1	1
Università Degli Studi di Perugia	1		1
Universität Bayreuth	1		1
Universitat de Girona	1		1
Universitat de Valencia	1		1
Universität Freiburg	1		1
Universitat Pompeu Fabra	1		1
Université Cergy-Pontoise	1		1
Université Grenoble Alpes		1	1
University of Bergen		1	1
University of Latvia	1		1
University of Louisville		1	1
University of Strasbourg	1		1
University of Tartu	1		1
University of Turku	1		1
Windesheim University of Applied Sciences	1		1
Yaroslav Mudryi National Law University	1		1
Yeditepe University	1		1
Total	293	205	498

Anexo 16 | Alunos *incoming* e *outgoing* por país

Pais	IN	OUT	Total
Itália	47	38	85
Espanha	37	33	70
Alemanha	48	14	62
Brasil	43	10	53
França	19	16	34
Hungria	6	15	21
Portugal	2	19	21
Bélgica	10	9	19
Polónia	11	7	18
Holanda	11	4	15
República Checa	1	14	15
Eslovénia	7	6	13
Turquia	12		12
Eslováquia	7	5	11
Croácia	3	6	9
Noruega	6	2	8
Áustria	4	1	6
Grécia	5	1	6
Lituânia	4	1	5
Canadá	2		2
Malta	2		2
Roménia		2	2
Bulgária		1	1
Estónia	1		1
EUA		1	1
Finlândia	1		1
Peru	1		1
Síria	1		1
Suíça	1		1
Ucrânia	1		1
Total	293	205	498

Anexo 17 | Cursos Intensivos 2021/2022

1. Inscritos por curso intensivo

Curso Intensivo	Alunos Matriculados		Total
	Alunos FDUL	Alunos Erasmus+	
Right to Private and Family Life	22	20	42
Redes Sociales, Compañías Tecnológicas y Democracia	29	6	35
EU Consumer Law	21	19	40
Power and Constitutional Law	23	16	39
United States Constitutional Law: History, Theory and Practice	21	17	38
História e Teoria do Crime	37	1	38
European Union Integration through Preliminary Ruling Procedures	9	11	20
Introduction to the History of Justice	5	16	21
Comparative Legal History between Asia and Europe	18	22	40
Introduction to Portuguese Law	0	9	9
History of Migration Law	1	8	9
Legal Theory and Legal Ethics: the Dispute about the Good Lawyer	20	13	33
Introduction to EU Energy Law	17	18	35
Litigation in Economic International Law	9	19	28
ELPIS/US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures (1.º Sem)	13	8	21
The Law of Apps	12	14	26
Constitutional Justice in Europe	24	16	40
Asylum and Immigration Law and Policy of the European Union	15	23	38
The European Economic and Monetary Union (EEMU): Background, Structures, Evolution	21	14	35
European Comparative Competition Law	17	17	34
Construction Contracts in the System of German Civil Law	32	7	39
La Crisis del Estado de Derecho	36	3	39

Globalisation and International Protection of Human Rights	23	17	40
Introduction to European Private Law	17	20	37
Introduction to the Law of the United States	19	19	38
Historical Legal Iconology: Law and Image from the Middle Ages to the 21 st Century	21	8	29
Modelos Federais e Desafios ao Estado Federal: o processo de secesión de cataluña no marco da unión europea	14	1	15
Introduction to the North American Constitution	22	17	39
European and International Energy Law	10	13	23
European Law and Administrative Procedure	5	10	15
Philosophy of Law	13	8	21
ELPIS/US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures (1.º Sem)	3	1	4
Total	549	411	960

2. Avaliações por curso intensivo

	N.º de Alunos Avaliados	N.º de Alunos Não Avaliados	N.º de Reprovações	Média
Right to Private and Family Life	41	1	0	13,7
Redes Sociales, Compañías Tecnológicas y Democracia	32	3	0	13,8
EU Consumer Law	39	1	0	15,5
Power and Constitutional Law	34	5	0	12,8
United States Constitutional Law: History, Theory and Practice	35	3	0	13,7
História e Teoria do Crime	34	4	0	14,3
European Union Integration through Preliminary Ruling Procedures	19	1	0	13,6
Introduction to the History of Justice	18	3	0	12,2
Comparative Legal History between Asia and Europe	25	15	2	7,9
Introduction to Portuguese Law	8	1	0	13,9
History of Migration Law	8	1	0	12,3
Legal Theory and Legal Ethics: the Dispute about the Good Lawyer	22	11	0	10,0
Introduction to EU Energy Law	28	7	0	11,1
Litigation in Economic International Law	25	3	0	13,2
ELPIS/US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures (1.º Sem)	11	10	0	8,7
The Law of Apps	21	5	0	11,5
Constitutional Justice in Europe	39	1	0	13,7
Asylum and Immigration Law and Policy of the European Union	32	6	0	10,7
The European Economic and Monetary Union (EEMU): Background, Structures, Evolution	27	8	3	9,2
European Comparative Competition Law	29	5	0	12,1
Construction Contracts in the System of German Civil Law	34	5	0	11,9
La Crisis del Estado de Derecho	31	8	0	13,4

Globalisation and International Protection of Human Rights	36	4	0	9,7
Introduction to European Private Law	34	3	0	12,6
Introduction to the Law of the United States	30	8	0	12,3
Historical Legal Iconology: Law and Image from the Middle Ages to the 21 st Century	27	2	0	12,6
Modelos Federais e Desafios ao Estado Federal: o processo de secesión de cataluña no marco da união europea	13	2	0	13,1
Introduction to the North American Constitution	27	12	0	10,6
European and International Energy Law	16	7	0	9,5
European Law and Administrative Procedure	14	1	0	13,8
Philosophy of Law	17	4	0	12,5
ELPIS/US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures	1	3	0	16
Total	807	153	5	12,2

3. Cancelamentos, Desistências e Não Avaliados

	Cancelamentos e Desistências	Não Avaliados
Right to Private and Family Life	0	1
Redes Sociais, Companhias Tecnológicas y Democracia	3	3
EU Consumer Law	3	1
Power and Constitutional Law	8	5
United States Constitutional Law: History, Theory and Practice	2	3
História e Teoria do Crime	2	4
European Union Integration through Preliminary Ruling Procedures	4	1
Introduction to the History of Justice	2	3
Comparative Legal History between Asia and Europe	1	15
Introduction to Portuguese Law	0	1
History of Migration Law	0	9
Legal Theory and Legal Ethics: the Dispute about the Good Lawyer	7	11
Introduction to EU Energy Law	2	7
Litigation in Economic International Law	3	3
ELPIS/US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures (1.º Sem)	0	10
The Law of Apps	4	5
Constitutional Justice in Europe	1	1
Asylum and Immigration Law and Policy of the European Union	6	6
The European Economic and Monetary Union (EEMU): Background, Structures, Evolution	10	5
European Comparative Competition Law	11	5
Construction Contracts in the System of German Civil Law	6	5
La Crisis del Estado de Derecho	2	8
Globalisation and International Protection of Human Rights	2	4
Introduction to European Private Law	9	3

Introduction to the Law of the United States	7	8
Historical Legal Iconology: Law and Image from the Middle Ages to the 21 st Century	3	2
Modelos Federais e Desafios ao Estado Federal: o processo de secesión de cataluña no marco da unión europea	4	2
Introduction to the North American Constitution	2	12
European and International Energy Law	14	7
European Law and Administrative Procedure	8	1
Philosophy of Law	1	4
ELPIS/US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures	0	3
Total	127	158

Anexo 18 | Cursos Intensivos 2020/2021 | Docentes e Programas

Curso Intensivo	Edição	Semestre	Docente	Universidade de Origem
Right to Private and Family Life	3. ^a	1.º	Dovilė Gailiūtė-Janušonė	Mykolas Romeris University
Redes sociales, compañías tecnológicas y democracia	3. ^a	1.º	Francisco Balaguer Callejón	Universidad de Granada
EU Consumer Law	3. ^a	1.º	Arndt Kühnnecke	Federal University of Applied Sciences for Public Administration
Power And Constitutional Law	1. ^a	1.º	Massimo Luciani	Sapienza Università di Roma
United States Constitutional Law: History, Theory and Practice	4. ^a	1.º	Dane S. Ciolino	Loyola University College of Law (EUA)
História e Teoria do Crime	8. ^a	1.º	Cláudio Brandão	Universidade Federal de Pernambuco
European Union Integration through Preliminary Ruling Procedures	3. ^a	1.º	Ana Soares Pinto	FDUL
Introduction to the History of Justice	3. ^a	1.º	Isabel Graes	FDUL
Comparative Legal History between Asia and Europe	1. ^a	1.º	Jean-Louis Halpérin	École Normal Supérieure
Introduction to Portuguese Law		1.º	João Tiago Silveira	FDUL
History of Migration Law	1. ^a	1.º	Ana Isabel Caldeira Fouto	FDUL
Legal Theory and Legal Ethics: the Dispute about the Good Lawyer	3. ^a	2.º	Massimo La Torre	Università di Catanzaro
Introduction to EU Energy Law	3. ^a	1.º	Ignacio Anchustegi	University of Bergen
Litigation in Economic International Law	8. ^a	1.º	Millán Requena Casanova	Universitat di Alicante
ELIS/US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures	3. ^a	1.º	Rede ELPIS	Rede ELPIS
The Law of Apps	3.º	2.º	Pedro Lomba	FDUL
Constitutional Justice in Europe	5. ^a	2.º	Rainer Arnold	Universität Regensburg
Asylum and Immigration Law and Policy of the European Union	6. ^a	2.º	Jaap W- de Zwaan	Erasmus University Rotterdam

The European Economic and Monetary Union (EEMU): Background, Structures, Evolution	4. ^a	2.º	Axel Kämmerer	Bucerius Law School
European Comparative Competition Law	8. ^a	2.º	Bernd Oppermann	<i>Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover</i>
Construction Contracts in the System of German Civil Law	4. ^a	2.º	Jochen Glockner	Universität Konstanz
La Crisis del Estado de Derecho	5. ^a	2.º	Fausto Vecchio	Università degli Studi di Kori di Enna
Globalisation and International Protection of Human Rights	8. ^a	2.º	Marine Toullier	Université Rouen de Normandie
Introduction to European Private Law	10. ^a	2.º	Andreas Schwartz	University of Innsbruck
Introduction to the Law of the United States	11. ^a	2.º	Patrick Hugg	Loyola University College of Law (EUA)
Historical Legal Iconology: Law and Image from the Middle Ages to the 21 st Century	1. ^a	2.º	Georges Martyn	Ghent University
Modelos Federais e Desafios ao Estado Federal: o processo de secesión de cataluña no marco da união europea	1. ^a	2.º	Vicente Sanjurjo	Universidad de Santiago de Compostela
Introduction to the North American Constitution	9. ^a	2.º	Russell Weaver	University of Louisville
European and International Energy Law	4. ^a	2.º	Claas Germelmann	<i>Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover</i>
EU Administrative Law and Administrative Procedure	2. ^a	2.º	Diana-Uriana Galetta	Università Degli Studi di Milano
Philosophy of Law	6. ^a	1.º	Alexandre Viala	Université Montpellier
ELIS/US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures	4. ^a	2.º	Rede ELPIS	Rede ELPIS

Right to Private and Family Life

Course objectives:

The course is aimed to disclose the content, main features and application of right to private and family life in the universal and regional human rights protection systems with the particular focus on the Europe region and the European Convention on Human Rights. The course is specifically designed to address the needs and interests of students of international studies, in particular, those engaged in the study of human rights protection. The course also includes the analysis of the most recent and most important case-law and the influence of COVID-19 pandemic and used measures to the right to private and family life.

Learning Outcomes:

On completion of the course the students will be able to:

- Compare the international human rights law system and regional human rights law systems;
- Evaluate the various mechanisms and procedures for the protection of the right to private and family life;
- Critically assess specific areas of right to private and family life with reference to relevant legal instruments and contemporary cases;
- Draft a legal document in the form of an application, reasoned opinion, declaration or resolution concerning right to private and family life.
- Acquire basic competency in legal writing and research.

Syllabus

1. Introduction to the right to private life.

- Legal regulation (ECHR, EU law, UN instruments, national legislation)
- Content
- Limitation clause
- State obligations
- Test for the examination of the case on right to private life
- Challenges and tendencies
- influence of COVID-19 pandemic and used measures to the right to private and family life

2. Various aspect of the right to private life

- Mental illness
- Health care and treatment
- Sexual orientation and sexual life
- gender identity
- Right to name
- Right to image
- And others

3. Right to family life

- Notion of “family”
- Family ties
- Couples

- Parents
- Children
- Immigration and expulsion
- 4. Right to respect for ones home**
 - Notion of "home"
 - Content
 - Forced evictions
 - Demolition of housing
 - Searches
 - Environmental issues
 - Right to respect for one home v. right to housing
- 5. Right to respect for correspondence**
 - concept of "correspondence"
 - censure of mail of prisoners
 - surveillance of telecommunications
 - correspondence at work place
- 6. Right to private life v. right to freedom of expression**

Literature

Roagna Ivana Protecting the right to respect for private and family life under the European Convention on Human Rights

<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168007ff56>

Methods

Lectures and practical seminars

Redes sociales, compañías tecnológicas y democracia

Francisco Balaguer Callejón. Catedrático de Derecho Constitucional de la Universidad de Granada y Catedrático Jean Monnet "ad personam" de Derecho Constitucional Europeo y Globalización.

Duración: 10 horas. Idioma: Español

Objetivos del curso:

En el curso se desarrollarán las cuestiones que se plantean actualmente en la relación entre redes sociales, compañías tecnológicas y democracia, así como las posibles actuaciones que puedan evitar las disfunciones que están provocando. En la relación entre redes sociales y democracia es necesario considerar un mediador fundamental como son las empresas tecnológicas que gestionan las redes. Las redes sociales no son un fenómeno natural que haya aparecido en los procesos sociales y políticos de manera espontánea. Son el resultado de opciones empresariales que han configurado un modelo de negocio que está basado en atraer la atención del público para optimizar los rendimientos publicitarios mediante la utilización continua de las redes. Este modelo de negocio está provocando problemas importantes en los procesos de comunicación política porque fomenta la fragmentación del espacio público y su radicalización con la finalidad de incrementar el uso de las redes y obtener así más beneficios. A esa finalidad económica se añade un interés político en generar inestabilidad, que debilita a las instituciones democráticas y dificulta el control que deberían realizar esas instituciones sobre las compañías tecnológicas.

Son muchos los ámbitos en los que las redes sociales están generando problemas desde el punto de vista constitucional y democrático. Desde los derechos fundamentales a los procesos electorales, pasando por la configuración misma del orden constitucional, en un contexto en el que las condiciones del espacio y el tiempo se han transformado como consecuencia de la globalización y del desarrollo tecnológico. Nuevas pautas culturales y nuevos paradigmas se están generando y su incidencia sobre el constitucionalismo es muy amplia. Algunos de los cambios que han traído las redes sociales pueden ser estructurales y se mantendrán previsiblemente en el futuro. Otros, sin embargo, pueden considerarse directamente vinculados a los intereses de las compañías tecnológicas y deberían ser objeto de revisión para evitar que conduzcan a una involución democrática. La intervención de los poderes públicos, estatales y supranacionales, es cada vez más necesaria para controlar a estas compañías.

Las medidas que se pueden tomar son muy diversas. Desde reforzar la protección de los derechos fundamentales hasta promover la educación digital de la ciudadanía, pasando por actuaciones destinadas a evitar que las compañías tecnológicas consoliden posiciones de monopolio, así como medidas fiscales y sancionadoras. De particular importancia es la regulación de los procesos electorales para evitar que se sigan produciendo interferencias a través de las noticias falsificadas y por medio de la propaganda subliminal personalizada. El horizonte se va moviendo, en todo caso, a medida que avanza el desarrollo tecnológico y que estas compañías diseñan nuevas estrategias. Por tanto, es necesario tener en cuenta que los riesgos no son solamente los que hoy conocemos sino que habrá que tener una actitud vigilante para evitar que se generen efectos disfuncionales en el futuro. En particular, la crisis sanitaria ha reforzado a las compañías tecnológicas frente a los Estados, dificultando todavía más su control.

Temario:

I.-El contexto de la globalización.

- 1.-La globalización en el siglo XXI.
- 2.-La aceleración del tiempo y la ampliación del espacio público.
- 3.-Agentes globales y Estado.
- 4.-La ruptura del paradigma constitucional del Estado nacional.
- 5.-La incidencia de la crisis sanitaria sobre el proceso de globalización

II.-Constitución, democracia y redes sociales.

- 1.-Constitución y redes sociales.
- 2.-Procesos democráticos y redes sociales.
- 3.-Los procesos comunicativos y la construcción del espacio público.
- 4.-El sustrato previo, globalización y crisis económica.
- 5.-La fragmentación y la radicalización del espacio público.

III.- Las compañías de internet y redes. Aspectos problemáticos.

- 1.-Incidencia sobre los derechos fundamentales.
- 2.-Tendencia al monopolio y afectación de la competencia.
- 3.-La presión sobre los medios de comunicación tradicionales.
- 4.-Noticias falsificadas y desinformación.
- 5.-Perfiles individuales y propaganda subliminal.

IV.-Posibles niveles de actuación.

- 1.-Compañías globales y poderes estatales.
- 2.-Agentes externos y grupos organizados internos.
- 3.-El nivel internacional o global.
- 4.-El nivel supranacional europeo.
- 5.-El nivel estatal.

V.-Posibles áreas de actuación

- 1.-Derechos fundamentales.
- 2.-Competencia, publicidad y medios de comunicación.
- 3.-Procesos electorales.
- 4.-Medidas fiscales.
- 5.-Sanciones.

Bibliografía Básica

Todas las referencias bibliográficas que se indican a continuación (y las que puedan recomendarse posteriormente porque estén disponibles al comienzo del curso) son de acceso gratuito a través de Internet. Además de las referencias doctrinales que siguen en portugués y español, se recomiendan como referencias específicas en inglés los siguientes documentos, igualmente de acceso libre en Internet: *Disinformation and 'fake news': Final Report*. Published on 18 February 2019 by authority of the House of Commons; *Unlocking digital competition. Report of the Digital Competition Expert Panel*, March 2019, Jason Furman and others y *The Cairncross Review. A sustainable future for journalism*, 12 February 2019.

-Balaguer Callejón, Francisco: “Redes sociais, companhias tecnológicas e democracia” *Revista Estudos Institucionais*, v. 6, n. 2, p. 579-599, maio/ago. 2020:
<https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/485>

-Balaguer Callejón, Francisco: “Direito Constitucional, Pandemia e Globalização”, *Prim@Facie*, no. 42, set.-dez. 2020: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/56459>

-Balaguer Callejón, Francisco “As duas grandes crises do constitucionalismo diante da globalização no século XXI”, *Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]*, 19 (3), 2018, pp. 681-702. <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/20205>

-Balaguer Callejón, Francisco: “Uma Interpretação Constitucional da Crise Econômica” *Revista Direito Público*, No 54 – Nov-Dez/2013:
<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2371/1235>

-Balaguer Callejón, Francisco “Crisis económica y crisis constitucional en Europa”, *Revista Española de Derecho Constitucional*, número 98, Mayo/Agosto 2013:
<http://www.cepc.gob.es/gl/publicaciones/revistas/revistas-electronicas?IDR=6&IDN=1306&IDA=36648>

-Balaguer Callejón, Francisco: “Constitución y Estado en el contexto de la integración supranacional y de la globalización” en Miguel Carbonell, Héctor Fix-Fierro Luis Raúl González Pérez y Diego Valadés (Coordinación), *Estado constitucional, Derechos humanos, Justicia y vida universitaria. Estudios en homenaje a Jorge Carpizo*, México, 2015:
<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/8/3825/11.pdf>

-D’Atena, Antonio, “La conflictividad axiológica de la democracia liberal y el desafío de Internet” *Revista de Derecho Constitucional Europeo*, n. 30, Julio-Diciembre de 2018:
https://www.ugr.es/~redce/REDCE30/articulos/01_DATENA.htm

-Frosini, Tommaso Edoardo, “Internet y democracia”, *Revista de Derecho Constitucional Europeo*, n. 30, Julio-Diciembre de 2018:
https://www.ugr.es/~redce/REDCE30/articulos/03_FROSINI.htm

-Häberle, Peter “El Constitucionalismo Universal Desde las Constituciones Parciales Nacionales e Internacionales. Siete Tesis”, *Revista Direito Público*, No 54 – Nov-Dez/2013:
<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2363/1219>

-Pereira Da Silva, Vasco, “Para un Derecho Administrativo sin Fronteras”, *Revista de Derecho Constitucional Europeo*, n. 30, Julio-Diciembre de 2018:
https://www.ugr.es/~redce/REDCE30/articulos/04_VASCO.htm

Prof. Dr. Dr. Arndt Künnecke
Federal University of Applied Sciences for Public Administration
Brühl / Germany

EU Consumer Law

Does consuming always make you happy? If yes, you are the lucky one. If not, this lecture will help you. As a consumer within the EU you have more rights, than you think.

Have you ever felt manipulated by advertising? Do you know that you have the right to withdrawal, or do you know how to protect yourself from the risks of e-commerce? Do the financial services that you get meet your expectations? Who is liable for the damages caused by defective products? What difficulties you may face if you buy something abroad?

If you are not sure about your rights as a consumer, this lecture provides you the legal background in order to find the right answers to your questions. Because as a consumer you need to be informed to make the right decision to buy and to know about your rights in case there is anything wrong with your purchased good or service.

In order to better prepare you for your future purchases and for any inconveniences with your purchased products or services, this lecture will introduce five main areas of EU consumer protection to you. You will learn the theoretical legal background and then be encouraged to find practical solutions for selected cases in each area. In short, this lecture will provide you with the theoretical knowledge and practical skills in the area of the protection of consumer rights, comprising both the internal and EU market.

Aim of the lecture: The aim of the lecture is to improve the students' academic and professional competences analyzing the problematic areas of consumer rights protection as well as providing relevant recommendations for their solution being of interest both for the academic community and individual consumers. According to this aim, five main areas of EU consumer protection will be theoretically introduced before the students will work on practical solutions for selected cases in each area. By these means, the students will be equipped with the theoretical knowledge and practical skills in the area of the protection of consumer rights, comprising both the internal and EU market.

Topics of the lecture:

- 1.) General principles of EU consumer law
- 2.) Protection of consumer goods and services
- 3.) Product liability
- 4.) Consumer protection in the area of e-commerce
- 5.) Cross-border consumer protection

MASSIMO LUCIANI
(University of Rome - La Sapienza)

Power and Constitutional Law

Program

- 1.- The concept of “power”.
- 2.- The misconceptions about the role of power in political communities.
- 3.- The legitimacy of power: the point of view of the constitutional law.
- 4.- Types of power (political, cultural, social, economic, etc.).
- 5.- Power, law and social order.
- 7.- A power divided cannot stand?
- 6.- How constitutional lawyers study the power.

UNITED STATES CONSTITUTIONAL LAW: HISTORY, THEORY, AND PRACTICE

LAW FACULTY OF LISBON UNIVERSITY
OCTOBER 11 TO OCTOBER 15, 2021
IN-CLASS
11:00 A.M. TO 1:00 P.M.

Prof. Dane S. Ciolino
Loyola University New Orleans

Email: dciolino@loyno.edu
M: 1-(504) 975-3263

I. General.

- A. *Course Description.* This course is an introduction to United States constitutional law history, theory, and practice. The course will address the history of the United States Constitution, the governmental structure that the Constitution creates, and the individual rights that it protects. In addition, the course will address the major approaches to interpreting the Constitution. Finally, the course will consider the history, theory and practice of litigating and adjudicating selected substantive Due Process rights, Equal Protection rights, and the Second Amendment right to bear arms.
- B. *Course Format.* Lectures will be conducted on-line using a Zoom link to be provided.
- C. *Required Materials.*
 - 1. *United States Constitution.* The instructor will distribute hard copies and PDF copies of the United States Constitution.
 - 2. *Decisions of the United States Supreme Court.* The instructor will distribute PDF copies of approximately ten reported decisions from the United States Supreme Court.
 - 3. *Excerpts from Books and Law Review Articles.* The instructor will distribute PDF copies of selected books and law review articles on constitutional history, theory, and interpretation.
- D. *Evaluation.* Each student's final grade will be based on a paper to be submitted via email approximately one month after the conclusion of all lectures.

- II. *Lectures.* Each class is described in the following table. The class is comprised of two, one-hour lectures each day from Monday through Friday. Students are encouraged to participate in class discussions and will be required to make brief presentations on assigned topics and cases on Thursday and Friday.

Lecture	Description
1.	INTRODUCTION. An introduction to the course. Constitutionalism in perspective. An overview of the history of the United States and the adoption of the United States Constitution.
2.	GOVERNMENTAL STRUCTURE. An overview of the governmental structure of the United States. States and federalism, the branches of the federal government, separation of powers, and checks and balances.
3.	INDIVIDUAL RIGHTS. An overview of the history and theory of individual rights. The Constitution's Bill of Rights. The First Amendment (establishment of religion; free exercise of religion; freedom of speech and assembly). The Second Amendment (the right to keep and bear arms). The Fifth Amendment (takings).
4.	INDIVIDUAL RIGHTS. Constitutional criminal procedure. The Fourth Amendment (searches and seizures). The Fifth Amendment (grand jury indictment; double jeopardy; self-incrimination; due process). The Sixth Amendment (speedy and public trial; trial by jury; confrontation; compulsory process; assistance of counsel). The Eighth Amendment (excessive fines; cruel and unusual punishment). The Ninth and Tenth Amendments.
5.	ENFORCING THE CONSTITUTION. Judicial review. Motions to suppress and the exclusionary rule. Civil-rights litigation.
6.	INTERPRETING THE CONSTITUTION. The problem of interpretation. The "Living Constitution." Textualism. Originalism. Other approaches to constitutional interpretation.
7.	THE CONSTITUTION IN ACTION. Racial discrimination (<i>Plessy v. Ferguson</i> ; <i>Brown v. Board of Education</i>). The right to keep and bear arms (<i>District of Columbia v. Heller</i>).
8.	THE CONSTITUTION IN ACTION. Privacy and abortion (<i>Griswold v. Connecticut</i> ; <i>Roe v. Wade</i> ; <i>Planned Parenthood v. Casey</i>).
9.	THE CONSTITUTION IN ACTION. Same-sex marriage (<i>Obergefell v. Hodges</i>).
10.	THE CONSTITUTION IN ACTION. Litigating and adjudicating the constitutionality of a hypothetical municipal ordinance.

Seminário:

História da Teoria do Crime: *da formação da dogmática ao direito constitucional penal*

Professor Doutor CLÁUDIO BRANDÃO

Programa:

Aula 1 – História e Trajetória do Direito Penal: *linhas mestras*.

- a) Sociedades simples e o seu Direito Penal: características e principais sanções.
- b) Direito Penal Romano.
- c) Direito Penal no Medievo. Características da alta e da baixa Idade Média. O sistema penal da inquisição. Glosadores e Comentaristas.
- d) Conclusão da aula: *Comentaristas e formação da primeira parte geral do direito penal. Elementos da trajetória penal e sua utilização hodierna.*

Aula 2 – História e Trajetória do Direito Penal: *iluminismo penal e construção conceitual da dogmática*.

- a) Características do Direito e do Direito Penal na Modernidade.
- b) O Iluminismo Penal: *postulados, princípios e formação política do princípio da legalidade*.
- c) Formação Jurídica do Princípio da Legalidade Penal.
- d) Construção da Nomenclatura da Teoria do Crime: *culpa, ilícito e tipo*.
- e) Conclusão da aula: *Consequências do iluminismo para o direito penal atual, sua face política e o papel do Princípio da Legalidade*.

Aula 3 – Tipicidade Penal e Antijuridicidade.

- a) A tipicidade como conceito equivalente ao crime e como elemento constitutivo do delito.
- b) A tipicidade como condição para os elementos da teoria do crime
- c) O tipo como continente da ação
- d) Tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade.
- e) Conclusão da aula: *Antinormatividade e bem jurídico*.

Aula 4 – Bem Jurídico.

- a) Nascedouro do conceito de bem jurídico: a tese de Johann Birnbaum sobre a necessidade da lesão de direitos.
- b) O bem jurídico no positivismo normativo de Binding.
- c) O bem jurídico no positivismo sociológico de von Liszt.
- d) A construção do bem jurídico a partir do neokantismo.
- e) Conclusão da aula: *A função do bem jurídico no direito penal atual*.

Aula 5 – Culpa. Aplicação Constitucional da Teoria do Crime.

- a) Trajetória da Culpa: *características do positivismo, do neokantismo e do finalismo*.
- b) Concepções Funcionalistas e Finalistas da Culpa.
- c) Método Constitucional de Aplicação da Teoria do Crime.
- d) Conclusão da aula: *Princípios e valores constitucionais e sua função na aplicação da teoria do crime*.

Bibliografia básica:

- ALVES, Sílvia. "A pena de morte no pensamento jurídico setecentista". *História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva* (BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nélson; FREITAS, Ricardo, coordenadores). São Paulo:Atlas. 2012.
- BRANDÃO, Cláudio. "Culpabilidade: sua análise na dogmática penal e no direito penal brasileiro". *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. Coimbra: Coimbra editora. A.15. N.2. Abril-junho, 2005.
- BRANDÃO, Cláudio. *Curso de Direito Penal*. Rio de Janeiro:Forense. 2008.
- BRANDÃO, Cláudio; SALDANHA, Nélson; FREITAS, Ricardo (coordenadores). *História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva*. São Paulo:Atlas. 2012.
- BRANDÃO, Cláudio. "Inconsciência de antijuridicidade – sua visão na dogmática penal e nos tribunais brasileiros". *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. Coimbra:Cimbra editora. A.XLI. N.1. 2000.
- BRANDÃO, Cláudio. "Interpretação constitucional do direito penal". *Portugal, Brasil e o Mundo do Direito*. (Vasco Pereira da Silva e Ingo Wolfgang Sarlett, organizadores). Coimbra:Almedina. 2009.
- BRANDÃO, Cláudio. *Tipicidade Penal: dos elementos da dogmática ao giro conceitual do método entimemático*. Coleção: O Tempo e a Norma. Coimbra: Almedina. 2012.
- PALMA, Maria Fernanda. *Direito Constitucional Penal*. Coimbra:Almedina. 2011.

Bibliografia complementar:

- BIRNBAUM, Johann Michael Franz. "Ueber das Erfordeniss einer Rechtsverletzung zum Begriffe der Verbrechen". *Archiv des Criminalrechts*. Halle:Schwetschte und Sohn. 1934.
- DIAS, Augusto Silva. *Delicta in se e delicta mere prohibita*. Coimbra:Coimbra editora. 2008.
- FEUERBACH, Paul Johann Anselm Ritter von. *Tratado de Derecho Penal*. Buenos Aires:Hammurabi. 1989.
- JESCHESCK, Hans-Heinrich. *Lehrbuch des Strafrechts*. Berlin:Duncker und Humblot. 1988.
- KAUFMANN, Arthur. *Schuld und Strafe*. Köln:Heymann. 1983.
- LISZT, Franz von. *Lehrbuch des Deutschen Strafrechts*. Berlin u. Leipzig:VWV. 1922.
- MENDES, Paulo de Sousa. *O torto intrinsecamente culposos como condição necessária da imputação da pena*. Coimbra:Coimbra. 2007
- MEGZER, Edmund. *Strafrecht*. Berlin u. München:Duncker u. Humblot. 1949
- MERKEL, Adolf. *Lerhburch des Deutschen Strafrechts*. Goldbach:Keip. 1996.
- MIR PUIG, Santiago. "Bien jurídico y bien jurídico penal como límites del *Ius puniendi*". *Estudios Penales y Criminologicos*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. Nº14. Jan-dez. 1991.
- MIR PUIG, Santiago. *Derecho Penal. Parte General*. Barcelona:Edição do Autor. 1998.
- MOMMSEN, Theodor. *Römisches Strafrechts*. Leipzig:Duncker & Humblot. 1899.
- PALMA, Maria Fernanda. *O princípio da desculpa em direito penal*. Coimbra:Almedina. 2005.
- PETROCELLI, Biagio. *Principi di Diritto Penale*.Napoli:Eugenio Joveni. 1950.
- POLAINO NAVARRETE, Miguel. *Derecho Penal. Modernas bases dogmaticas*. Buenos Aires:Grijley. 2004.
- POLAINO NAVARRETE, Miguel. *El injusto típico en la teoria del delito*. Corrientes:Mave. 2000.
- ROXIN, Claus. *Problemas fundamentais de direito penal*. Lisboa:Vega. 1993.
- ROXIN, Claus. *Strafrecht Allgemeiner Teil*. München: Beck. 2006.
- SABADELL, Ana Lucia. *Tormenta juris permissione*. Rio de Janeiro:Revan. 2006.
- TAVARES, Juarez. *Teoria do Injusto Penal*. Belo Horizonte:Del Rey. 2000.
- WELZEL, Hans. *Das Deutsche Strafrecht. Eine systematische Darstellung*. Berlin: De Gruyter. 1958.

WELZEL, Hans. *El nuevo sistema del derecho penal*. Montevideo:BdF. 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et alli*. *Derecho Penal. Parte General*. Buenos Aires:Ediar. 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Em torno de la cuestión penal*. Buenos Aires:BdeF. 2005

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Tratado de derecho penal*. T. III. Buenos Aires:Ediar. 1981.

**FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Intensive course

**EUROPEAN INTEGRATION
THROUGH PRELIMINARY RULING PROCEDURES
(course in English)**

Prof.^a Doutora Ana Soares Pinto

LECTURE 1: Introduction and general overview. Judicial organization: the CJEU. Role of national courts – national procedural autonomy. (18/10/2021: 11h-13h)

LECTURE 2: Preliminary rulings on interpretation and validity. Power and duty to request a preliminary ruling. Effects. Sanctions. (19/10/2021: 11h-13h)

LECTURE 3: Fundamental principles established by preliminary rulings case-law. The principle of primacy of EU law. (20/10/2021: 11h-13h)

LECTURE 4: The principle of direct effect. (21/10/2021: 11h-13h)

LECTURE 5: The principle of interpreting national law in conformity with European Union law. (22/10/2021: 11h-13h)

EVALUATION: paper on topics related to the course (deadline: 2/12/2021 - 23h59)
Submission to the Erasmus and International Relations Office

BIBLIOGRAPHY

ENGLISH:

- BARENTS, René, «EU procedural law and effective legal protection» – *Common Market Law Review*, vol. 51, n.º 5, 2014, pp. 1437–1461.
- BIRKINSHAW, Patrick J. / VARNEY, Mike (ed.) – *The European Union Legal Order after Lisbon*, Kluwer Law International, 2010.
- BROBERG, M. / FENGER, N. – *Preliminary References to the European Court of Justice*, 2 ed., Oxford University Press 2014.
- LENAERTS, Koen / MASELIS, Ignace / GUTMAN, Katheleen – *EU procedural law*, Oxford University Press, 2014.
- PEERS, Steve / COSTA, M. – «Judicial review of EU acts after the Treaty of Lisbon», *European Constitutional Law Review*, vol. 8(1), 2012, pp. 82-104.
- ROSAS, Alan / LEVITS, E. / BOT, Y., (ed.) – *The Court of Justice and the construction of Europe: analyses and perspectives on sixty years of case-law*, Asser Press, Springer, 2013.
- TURK, Alexander H. – *Judicial review in EU Law*, Edward Elgar Publishing, 2009.

FRENCH:

- LOTARSKI, Jaroslaw – *Droit du contentieux de l'Union européenne*, 5 ed., L.G.D.J., 2014.
- PRIOLLAUD, François-Xavier / SIRITZKY, David – *Le traité de Lisbonne: Commentaire, article para article, des nouveaux traits européens* (TUE et TFUE), La Documentation Française, Paris, 2008.
- SAURON, Jean-Luc / GASSO, Anna – *Droit Procédural européen – procédures devant la Cour de Justice, le Tribunal et la Cour Européenne des Droits de l'homme*, LEGITECH, 2021.
- SIMON, Denys (dir.) / SOULARD, Christophe / RIGAUX, Anne / MUNOZ, Rodolphe – *Contentieux de l'Union européenne /3 –renvoi préjudiciel, recours en manquement*, Lamy, 2011.
- VAN RAEPENBUSCH, Sean – *Les recours des particuliers devant le juge de l'Union européenne*, Bruylant, 2012.
- VAN RAEPENBUSCH, Sean – *Le contrôle juridictionnel dans l'Union européenne*, 3 ed., Bruylant, 2018.
- WATHELET, Melchior – *Contentieux européen*, 2 ed., Collection de la Faculté de Droit de l'Université de Liège, Larcier, 2014.

PORTUGUESE:

- ALVIM, Mariana de Sousa – *A tutela judicial provisória dos particulares no âmbito do Direito Comunitário*, Principia, 2008.
- AAVV – *Enciclopédia da União Europeia*. Petrony. 2018.
- CAMPOS, João Mota de / PEREIRA, António Pinto / Campos, J. L. Mota de – *Direito Processual da União Europeia*, 2.ª ed., Fundação Gulbenkian, 2014.
- CAMPOS, João Mota de / PEREIRA, António Pinto / Campos, J. L. Mota de – *Manual de direito europeu. O sistema institucional, a ordem jurídica e o ordenamento económico da União Europeia*. 7.ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.
- CANOTILHO, Mariana / FROUFE, Pedro / SILVEIRA, Alessandra – *Direito da União Europeia*, Almedina, 2016.
- COUTINHO, Francisco Pereira – *Os tribunais nacionais na ordem jurídica da União Europeia. O caso português*, Coimbra editora, 2013.

DUARTE, Maria Luísa

– *Contencioso Comunitário. Programa, conteúdos e métodos do ensino teórico e prático*, Principia, 2003.

– *União Europeia - estática e dinâmica da ordem jurídica eurocomunitária*, vol. I. Reimpressão. Coimbra: Almedina, 2017

DUARTE, Maria Luísa – *Direito do Contencioso da União Europeia*, AAFDL editora, 2017.

HENRIQUES, Miguel Gorjão – *Direito da União Europeia - História, Direito, Cidadania, Mercado Interno e Concorrência*. 9.^a edição. Coimbra: Almedina, 2019.

LOPES PORTO, Manuel / ANASTÁCIO, Gonçalo (coord.) – *Tratado de Lisboa anotado e comentado*, Almedina, 2012.

MACHADO, Jónatas – *Direito da União Europeia*. 3.^a edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2018.

MARTINS, Ana Maria Guerra – *Manual de Direito da União Europeia*, 2.^a ed., Almedina, reimpressão 2019.

MARTINS, Patrícia Fragoso

– *Direito Constitucional da União europeia: jurisprudência essencial*, Universidade Católica editora, 2017.

– *Administrações Públicas Nacionais e Direito da União Europeia - Questões e Jurisprudências Essenciais*. Universidade Católica Editora, 2018.

– *Tribunais Nacionais e Direito da União Europeia – Questões e jurisprudência essenciais*, Universidade Católica Editora, 2020.

MESQUITA, Maria José Rangel de – *Introdução ao Contencioso da União Europeia. Lições*, 3.^a ed., Almedina, 2019.

PAIS, Sofia – *Direito da União Europeia – legislação e jurisprudência fundamentais*, 3.^a edição, Quid juris, 2020.

PIÇARRA, Nuno – «Sobre a repartição da competência no Tribunal de Justiça da União Europeia», *Revista do Ministério Público*, vol. I, n.º 33, 2013, pp. 11-74.

SILVEIRA, Alessandra – *Princípios de direito da União Europeia. Doutrina e jurisprudência*. 2.^a edição. Lisboa: Quid Juris, 2011.

SILVEIRA, Alessandra / CANOTILHO, Mariana (coord.) – *Carta dos direitos fundamentais da União Europeia comentada*. Coimbra: Almedina, 2013.

MATERIALS

Court of Justice of the European Union: https://curia.europa.eu/jcms/jcms/j_6/en/

Case-law search form: <http://curia.europa.eu/juris/recherche.jsf?language=en>

Court of Justice – materials: https://curia.europa.eu/jcms/jcms/Jo2_7031/en/

General Court – materials: https://curia.europa.eu/jcms/jcms/Jo2_7040/en/

CASE-LAW

Case-law for each session will be made available in advance.

Introduction to the History of Justice

Professor: Isabel Graes

Syllabus:

Seminar description:

- I. Introduction : brief considerations about the History of justice and its importance
- II. Preparing the modern period: The Middle Age and its legacy
- III. The first judicial maps
- IV. The political power and the judiciary institutions
- V. The judiciary institutions
- VI. The positive law
- VII. The perfect judge and the good lawyer
- VIII. The instruments of justice

Learning outcomes:

The present seminar aims to provide a framework and an overview of the occidental judicial system during the modern Age, especially regarding the Portuguese example.

Teaching methodologies (including evaluation)

Methodology and assessment: The themes will be presented by the teacher and the students are prompted to intervene and participate.

The class requires active and regular participation and preparation for daily discussions. This includes attending each class on time, listening, contributing in class.

Grades will be based exclusively on class participation and a writing assignment that has to be emailed until the 30th November.

No exam will be required.

Optional Bibliography:

- ASCHERI, M., *Tribunali, giuristi e istituzioni dal medioevo all'età moderna*, Bologna, 1989;
- BENTON, Lauren & ROSS, Richard J., *Legal pluralism and empires, 1500-1850*, New York, New York Press, 2013;
- BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte e GAUDEMET, Jean, *Introduction historique au droit, XIII-XX siècles*, LGDJ, 2^a ed., Paris, 2003;
- BERNAL, José Sánchez-Arcilla, *El arbitrio judicial en el Antiguo Regimen (españa y Indias, siglos XVI-XVIII)*, Dykinson, S.L., Madrid, 2012;

Dykinson, 2004;

CABRERO, José Luís Bermejo, *Poder político y administración de justicia en la España de los Austrias*, Imprenta nacional del Boletín oficial del estado, Madrid, 2005;

CASTELLANO, Juan Luis, *Gobierno y poder en la España del siglo XVIII*, Universidad de Granada, Granada, 2006;

CLAVERO, Bartolomé, *La monarquía, el derecho y la justicia*, en *Instituciones de la España moderna*, Las jurisdicciones (coord. E. Martínez Ruiz y M. de Pazzis), Madrid, 1996;

GAUVARD, Claude, *Les juges devant le parlement de Paris aux XIV^e et XV^e siècles*, in *Juger les juges: Du moyen âge au conseil supérieur de la magistrature*, Association Française pour l'Histoire de la Justice, Paris, 2000;

Punir et réparer en justice du XV^e au XXI^e siècle, La documentation française, Paris, 2019;

HALPERIN, Jean Louis, *Forfaiture des juges et privation de l'office á la fin de l'Ancien Régime*, in *Juger les juges: Du moyen âge au conseil supérieur de la magistrature*, Association Française pour l'Histoire de la Justice, Paris, 2000;

Histoire des Droits en Europe de 1750 à nos jours, Paris, Flammarion, 2004;

Five Legal Revolutions since the 17th century. An Analysis of a Global Legal History, Springer, 2014;

HESPANHA, António Manuel, *Les magistratures populaires dans l'organisation judiciaire d'ancien régime au Portugal*, Sep. de: Diritto e potere nella storia europea, atti del quarto Congresso internazionale della Società Italiana del Diritto, in onore di Bruno Paradisi, Leo S. Olschki, Firenze, 1982;

HILAIRE, JEAN, *Histoire des institutions judiciaires*, Paris, Les Cours de droit, 1990-1991, 2 vols.;

KRYNEN, JACQUES, *L'élection des juges. Étude historique française et contemporaine*, Paris, PUF, 1999;

LEYTE, Guillaume, *Les origines médiévales du ministère public*, in Jean Marie Carbasse (dir.), *Histoire du Parquet*, PUF, Paris, 2000;

PADOA-SCHIOPPA, Antonio, *Justice et législation*, sous la direction d'Antonio Padoa-Schioppa, *Les origines de l'état moderne en Europe, XIII-XVIII siècles* et sous la direction générale de Wim Blockmans et Jean-Philippe Genet, PUF, Paris, 2000;

OLIVIER-MARTIN, François *Histoire du droit français des origines à la révolution*, éditions Domat Montchrétien, s/l, 1948, pp. 29-31, 54-59, 139-141, 186-193;

STOLLEIS, Michael, *Introducción al Derecho Público alemán (siglos XVI-XXI)*, Marcial Pons, Madrid, 2018;

SUEUR, Philippe *Histoire du droit public français, XV^e-XVIII^e siècle*, PUF, 2^a ed., 1993, II vol.;

TOMÁS Y VALIENTE, Francisco, *Gobierno e Instituciones en la España del antiguo Régimen*, Alianza editorial, Madrid, 1999;

WIEACKER, Franz, *A history of private law in Europe*, Clarendon Press, 1995.

Curso de Direito Português/Portuguese Law Course

University of Lisbon - School of Law

- 1. Introdução e caracterização geral do Direito Português/General introduction to Portuguese Law**
- 2. O Estado Português, princípios, organização política e tribunais/The Portuguese State, principles, political structure and courts**
- 3. O Direito da União Europeia e o Direito Português/European Union Law and Portuguese Law**
- 4. Direito Público/Public Law**
 - a. Direito Constitucional/Constitutional Law**
 - b. Direito Administrativo/Administrative Law**
- 5. Direito Civil/Civil Law**
 - a. Obrigações/Obligations and Contracts Law**
 - b. Responsabilidade Civil Extracontratual/Law of Torts**
 - c. Direitos Reais/Property Law**
 - d. Direito da Família/Family Law**
 - e. Direito Sucessório/Inheritance Law**
- 6. Direito empresarial/Commercial and Company Law**
 - a. Direito Societário/Corporate Law**
 - b. Contratos comerciais/Commercial Contracts**
 - c. Direito Financeiro/Banking and Finance Law**
- 7. Direito do Trabalho/Labour Law**
- 8. Direito Penal/Criminal Law**
- 9. Direito Fiscal/Tax Law**
- 10. Direito Processual/Courts' rules of procedure**

FACULDADE DE DIREITO – UNIVERSIDADE DE LISBOA

Intensive Course

2021 / 2022

1st Semester

History of Migration Law

Prof. Ana Caldeira Fouto

15/11 (16h00/18h00)

Jus migrationis – the modern definition of the “right to migrate” as a natural right

16/11 (16h00/18h00)

The *status* of migrants under classic international law

17/11 (16h00/18h00)

The historical evolution of migration law in the 20th century

18/11 (16h00/18h00)

The 21st century migrant crises – challenges and responses under contemporary international law

19/11 (16h00/18h00)

Evaluation (written essay)

University of Lisbon – Law School
Erasmus Intensive Courses
November 2021

**The Good Lawyer. Legal Ethics and the Concept of Law
A Comparative and Jurisprudential Introduction**

Lectures Module by Professor Massimo La Torre ("Magna Graecia" University of Catanzaro, Italy, and University of Tallinn, Estonia)

1. The Theatre of Legal Practice. The Stage, the Characters, the Audience
2. Civil Law and Common Law. Two Converging Traditions?
3. Natural Law and Legal Positivism. A Permanent Tension
4. Professional Morality. The Institutional Excuse
5. Which Concept of Law for Which Lawyer?

Recommended readings

- a. D. Thunder, "Can a Good Person Be a Lawyer?", *Notre Dame Journal of Law, Ethics & Public Policy*, Vol. 20, 2006
- b. St. Pepper, "The Lawyer's Amoral Ethical Role", *American Bar Foundation Research Journal*, 1986
- c. G.J. Postema, "Moral Responsibility in Professional Ethics", *New York University Law Review*, Vol. 55, 1980
- d. W. Bradley Wendell, "Legal Ethics and the Separation of Law and Morals", *Cornell Law Review*, Vol. 91, 2005-2006
- e. M. La Torre, "'Juristas Malos Cristianos'. Abogacia y etica juridica", *Derechos y libertades*, Vol. 8, 2003
- f. M. La Torre, *Il giudice, l'avvocato e il concetto di diritto*, Rubbettino, 2012
- g. A. Kronman, *The Lost Lawyer*, Harvard University Press, 1998
- h. *The Good Lawyer*, ed. by D. Luban, 1983
- i. *El buen jurista*, ed. by Cristina Garcia Pascual, Tirant lo Blanc, 2017
- j. Daniel Markovits, *A Modern Legal Ethics*, Princeton University Press, 2008
- k. W. Bradley Wendell, *Lawyers and Fidelity to Law*, Princeton University Press, 2010

Introduction to EU Energy Law

Intensive Erasmus+ Course
University of Lisbon

Lecturer: Ass. Prof. Ignacio Herrera Anchustegui, University of Bergen

Course summary:

This “Introduction to EU Energy Law” aims at giving you knowledge and understanding of the regulation of the production, distribution and marketing of energy in Europe. Few things are more necessary and yet complex as energy and its regulation. This is a topic of constant political, legal, technological and economic discussion. Countries around the world face complex decisions between securing accessible, affordable and reliable energy with the need to prevent climate change and protect the environment. Energy is in transformation and these changes are happening now.

The energy transformation is also taking over the legal world. Energy is more and more a central area of regulation. The European Union has large ambitions connected to energy and climate change and law is the vehicle to achieve it. We see this in the many regulatory instruments that are being incorporated into EU law and then transposed to the national systems. Two clear, recent and absolutely relevant examples are the Clean Energy Package of 2018-2019 and the Green Deal of the Commission.

Energy is changing and its regulation too. Now it is the time to learn about these changes and explore the possibilities for your future career in this fascinating, challenging, and fun field.

Course focus:

This course will focus on analyzing the most important developments in EU energy law following the very recent Clean Energy Package instruments and the European Green Deal. In our classes we will study the most relevant legal instruments developed by the EU legal systems and how they contribute to an effective, secure, sufficient and well-functioning energy market in line also with the need for sustainability.

During our lectures we will discuss the main legal principles, systems and instruments used to govern energy production, transportation and consumption. The class will explore these concepts from a market-oriented perspective so that we understand how energy is organized through the whole value chain and how it also interacts with your own needs as an energy user.

We will focus on the understanding of European energy (electricity) markets, the regulation of renewable sources and the rights and obligations of energy consumers. We will discuss EU law instead of national laws because they set the foundation and general framework for each of the EU member states. Further, some of them are directly applicable without the need for national transposition.

Some of the instruments which we will study are:

- The recast Renewable Energy Directive (EU) 2018/2001
- Regulation establishing a European Union Agency for the Cooperation of Energy Regulators (EU) 2019/942
- Regulation on the internal market for electricity (EU) 2019/943
- Directive on common rules for the internal market for electricity (EU) 2019/944
- Internal gas Directive 2019/692

Course lectures:

- Lecture 1: Introduction to energy law. Energy trilemma. Sovereignty over Energy resources. General EU energy law framework. Article 194 TFEU and competences. The EU energy regulator – the case of ACER.
- Lecture 2: Generation of energy: Energy market liberalization. Licensing systems, typical requirements. Public service obligations. Wholesale energy markets: power purchasing agreements, day-ahead and intraday markets. National regulatory authorities.
- Lecture 3: Transport systems for energy. Roles of network operators: TSOs and DSOs. Pipelines, grids, cross-border transmission. Third-party access and unbundling rules.
- Lecture 4: Electricity Retailing markets. Consumer rights and obligations. Energy poverty rules. Renewable energy rules and the European Green deal, pt. 1.
- Lecture 5: Renewable energy rules and the European Green deal, pt. 2. EU Energy Regulation & Competition and State aid Law.

Recommended readings:

- Kim Talus, Introduction to EU Energy Law (Oxford University Press 2016)
- Catherine Redgwell, International regulation of Energy activities, in M Roggenkamp, C Redgwell, A Rønne, and I del Guayo (Ed.), Energy Law in Europe; National and International Regulation, Third Edition 2016, Chapter 2.
- Hans Vedder, Anita Rønne, Martha Roggenkamp, and Ingio del Guayo, EU Energy Law, in M Roggenkamp, C Redgewell, A Rønne, and I del Guayo (Ed.), Energy Law in Europe; National and International Regulation, Third Edition 2016, Chapter 4
- Herrera Anchustegui I, 'Transmission Networks in Electricity Competition: Third-Party Access and Unbundling – a Transatlantic Perspective' in Ruiz Peris JJ and Cerdá Martínez-Pujalte CM (eds), Competencia en mercados con recursos esenciales compartidos: telecomunicaciones y energía (Aranzadi 2019). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3159458>
- EU Commission: Clean Energy Package
- Herrera Anchustegui, Ignacio and Formosa, Andreas, Regulation of Electricity Markets in Europe in Light of the Clean Energy Package: Prosumers and Demand Response (September 5, 2019). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3448434>
- Herrera Anchustegui, Ignacio and Bergqvist, Christian, The Role of State Aid Law in Energy (September 1, 2019). Handbook of Energy Law, Soliman Hunter, T, Herrera Anchustegui, I, Crossley, P, Álvarez, G (eds), Routledge, 2019 - Forthcoming. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3446687>
- Bergqvist, Christian and Herrera Anchustegui, Ignacio, Uses and Abuses of EU Competition Law in Energy (January 28, 2019). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3324189>

Dr. Millán Requena-Casanova.

***Professor in Public International Law and European Union Law. Jean Monnet
Professor of European Union. University of Alicante (Spain)***

SYLLABUS:

Course 2021/2022

Litigation in Economic International Law:

***Consent to International Commercial Arbitration & Investment Arbitration
(8th Edition)***

November 29th to December 2nd

From 11:00: AM to 13:30 PM.

Session 1: Consent in International Commercial Arbitration.

a) The arbitration agreement; b) The substantive elements of consent to international commercial arbitration (2 hrs).

Session 2: Scope and extension of Consent to International Commercial Arbitration.

a) Writing of Arbitration clauses; b) Choice-of-Law and procedural Issues; c) Problems of recognition and enforcement of awards (2 hrs).

Session 3: Consent in Investment Arbitration.

a) Conditions Prior to Consent to Arbitration; b) Requirement to exhaust local remedies (2 hrs).

Session 4: Ways of expressing Consent to Investment Arbitration.

a) The International Centre for Settlement of Investment Disputes (ICSID); b) Substantive and procedural issues: ICSID Convention; other arbitral fora (SCC, LCIA, ICC); c) Consent and Most-Favoured Nation Clauses (MFN-Clauses) (2 hrs).

Session 5: Consent and Arbitral Jurisdiction.

a) Consent to ICSID Arbitration: Conventional Practice. b) Investor-State dispute settlement mechanisms in European Union FTA's with third countries (CETA, Singapur, UK negotiations, MERCOSUR). (2 hrs).

ELPIS / US LAW SCHOOLS – TRANSATLANTIC LEGAL LECTURES

2021/22

1st Semester

Each lecture will start at*

7 p.m. Hannover/Granada time=6 p.m. Lisbon time

=1 p.m. in Knoxville, Villanova and Louisville

= 12 (noon) in New Orleans

= 11 p.m. in Pune

November 2nd, 2021	Professor Patrick R. Hugg (Loyola University New Orleans College of Law) Constitutional Judicial Legitimacy: Germany, Poland, and the United States
November 8th, 2021 (Monday)	Professor Vasco Pereira da Silva (University of Lisbon): Green Constitution - The Right to the Environment
November 30th, 2021	Professor Sydney Beckman (Lincoln Memorial University, Duncan School of Law) The Differences in Digital Privacy in the EU and the US Professor Willie Santana (Lincoln Memorial University, Duncan School of Law) Establishing a Canon for the New Insular Cases
December 6th, 2021 (Monday) (7 p.m. Pune 3 p.m. Hannover 2 p.m. Lisbon 9 a.m. Knoxville, Villanova, Louisville 8 a.m. New Orleans	Professor Shashikala Gurpur (Symbiosis Law School Pune) Business and Human Rights - Law and Policy Reflections from India
December 7th, 2021	Professor Arndt Künnecke (Federal University of Applied Sciences for Public Administration, Brühl) Updating EU Consumer Law - The new Directives on Sales of Goods and Digital Content
December 14th, 2021	Professor Diane Edelman (Villanova University, Charles Widger School of Law) Integrating International/Comparative Legal Issues into Legal Skills Classes: Their Importance in Everyday Law Practice
December 21st, 2021	Professor Russell L. Weaver (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law) Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy

* PLEASE NOTE EXCEPTI ON OF DECEMBER 6th.

January 25th, 2022	Students' Colloquium and Presentations
January 26th, 2022 (Wednesday)	Professor Francisco Balaguer Callejón (University of Granada) Constitutional interpretation and populism

Intensive Course

The Law of Apps: Regulatory Issues Between Tech and Law

Pedro Lomba

Description

Apps are everywhere. In smartphones, tablets, TV's, computers, watches, cars, IoT devices, etc. There are apps that run on specific operating systems (IOS, Androd), there area also web-based based apps, and even cloud-based apps.

Apps can be purchased either free or sold at a lower price than normal software. App stores have immensely developed the apps economy.

But apps are often more than forms of software or digital content. They have become, in some cases, platforms and they have been promoting the "platformization" of the Internet.

In this intensive course we will be dealing, partly from a public and tech law perspective, with several issues concerning the law of apps. The first part of the course will be dedicated to an introduction to the law of apps and to its main regulatory issues, in several areas of the law, including consumer, data protection and platform regulation. In the second part, we will focus on the T&C and privacy policies of concrete apps, in three different sectors: i) mobility apps; ii) medical apps; iii) housing apps

Syllabus

Session 1: Why a course on the Law of Apps? What is an App? Is there a Law of Apps?

Session 2: Apps and platforms: tackling the regulatory problems

Session 3: Contract law and consumer protection

Session 4: Intellectual property issues | payment systems

Session 5: Data protection

Materials

Students will be provided with scientific materials as well as copies of the agreements regulating the three apps that we will discuss in the course (Uber, Airbnb, Samsung Health)

Paper

Students will be asked to write a short paper (maximum 10 pp, Times New Roman 12, 1.5)

RAINER ARNOLD

Constitutional Justice (CJ) in Europe

21/03/2022 Monday :

Introduction: The notion of Constitutional Justice. The forms of CJ existing in Europe. CJ on a supranational level.

22/03/2022 Tuesday:

The Review of Legislation as the Core Element of CJ.

Historical Developments and Present Day Situation. Rule of Law in a modern perspective. The tension between sovereignty of Parliament and judicial review of legislation. Margin of appreciation of the legislator and constitutional review. The different approaches of UK, France and Germany. The developments of CJ in Central and Eastern Europe.

23/03/2022 Wednesday:

The Judicial Protection of Fundamental Rights – Further Competences of Constitutional Courts

The anthropocentric approach of modern Constitutions. The judicial means to protect Fundamental Rights. The characteristics of individual recourses to the Constitutional Courts for the protection of Fundamental Rights. The diverging systems of judicial protection in Europe. - Controversies of State institutions - federal and regional disputes

24/03/2022 Thursday:

Constitutional Courts, Court of Justice of the EU and European Court of Human Rights: Cooperation and Conflicts

25/03/2022 Friday:

Conclusion and Repetition

General Description of the Intensive Course

Constitutional justice is of main importance for the new constitutionalism in Europe. Constitutional courts interpret constitutions as “living instruments” often in a dynamic way and contribute essentially to the development of constitutional law concepts destined to moderate the political process and to protect the individual by fundamental rights. This active role of constitutional courts corresponds to the new understanding of Rule of Law.

The intensive course analyses the different models of constitutional justice in Europe, gives an insight into the various forms of actions and procedures and includes the international law impact on national constitutional jurisprudence.

Literature:

Constitutional Courts and Ordinary Courts: Cooperation or Conflict? Rainer Arnold, Herbert Roth (Eds.), XVIIth International Congress on European and Comparative Law, Universitätsverlag Regensburg, 2017, 380 p.

Wojciech Sadurski, Constitutional Justice, East and West: Democratic Legitimacy and Constitutional Courts in Post-Communist Europe in a Comparative Perspective, 2002

The Finalities of Constitutional Interpretation: Some Reflections, in: European Union's History, Culture and Citizenship, 10th edition, International Conference, Bucharest, C.H. Beck, 2017,p.39 – 48.

The Convergence of the Fundamental Rights Protection in Europe, R. Arnold (ed.),2016, 235 p.

Rule of Law, Human Rights and Judicial Control of Power. Some Reflections from National and International Law, Rainer Arnold/José Ignacio Martínez-Estay (Editors), Springer,2017, 446 p.

Prof Dr Jaap W. de Zwaan

em. Professor of the Law of the European Union

Erasmus University Rotterdam

The Netherlands

Email: dezwaan@law.eur.nl

Universidade de Lisboa, Intensive Course, 21-25 March 2022

Asylum and Immigration Law and Policy of the European Union

Lectures
Monday 21 March: Introduction
- The Migration problem
- The EU Area of Freedom, Security and Justice
- Legal Framework a. UN Convention of Geneva b. EU Treaties and secondary law c. Charter of Fundamental Rights of the EU
Tuesday 22 March: Movement of Persons/Schengen/Borders and Visa
- Internal Market a. Free movement of Persons: directive 2004/38 b. European Citizenship c. Internal market and Third Country Nationals
- Schengen cooperation
- Border control: internal and external borders
- Visa law and policy
- European Border and Coast Guard (Frontex)
Wednesday 23 March: EU Asylum Law and Policy
- Legal instruments a. Definition b. Responsible Member State ('Dublin') c. Procedures d. Reception e. Eurodac

f. Temporary Protection
- Principles: solidarity and burden sharing
- Relocation – Resettlement
- European Asylum Support Office (EASO)
- External relations a. Return and Readmission agreements b. Cooperation with UNHCR and IOM
Thursday 24 March: New Pact on Asylum and Migration
- Communication European Commission 23 September 2020 a. Overall principles: solidarity and responsibility b. Point of departure: most migrants have no right to stay in the EU c. Reception and handling of application for protection require ‘flexible’ solidarity from all Member States d. Cooperation with third countries
- The eleven implementing proposals
- Decision making process: state of play
- Future perspectives
Friday 25 March: Immigration Law and Policy
- Legal migration: instruments a. Long term residents b. Family reunification c. Work: Blue Card, Single Permit, seasonal workers, intra-corporate transfers, study and research
- Integration
- Combat of Illegal immigration
- External relations a. Return and Readmission agreements b. Cooperation with UNHCR and IOM
Q&A: Questions and Answers



Intensive Course 2021/2022
Professor Jörn Axel Kämmerer

The European Economic and Monetary Union (EEMU): Background, Structures, Evolution

Syllabus:

- (1) The Internal Market as a background: Free movement of capital, freedom of payment
- (2) The Treaty of Maastricht and the genesis of the EEMU
- (3) The monetary “wing” of the EEMU, its institutions (ECB, ESCB) and their commitment to price stability
- (4) The economic “wing” of the EEMU: fiscal guidelines for the Member States
- (5) Gaps in, and shortcomings of, the EEMU – Lessons told by the economic and fiscal crisis
- (6) Substantive and institutional reinforcement of the EEMU – Is the rule of law being sacrificed to saving the Union?
 - The Fiscal Compact
 - The Stability Mechanisms (EFSF, EFSM, ESM)
 - The Banking Union (SSM, SRM, EDIS)
 - The “Capital Markets Union” and the European System of Financial Supervision (ESFS)
 - The ECB’s new purchase programmes

COURSE SYLLABUS
European and Comparative Competition Law
The Law of Market Structure
Prof. Dr. Bernd Oppermann

1. Course Description

Basic understanding of law of market structure and of unfair competition law; introduction into European and national competition procedure including the leniency programs. Comparative research on European Competition Law.

2. Daily course outline

Class 1 Monday, March 28th, 2021

Topic A: personal introduction, general introduction (intro on the course structure, the use of course materials, course content).

Topic B: European competition law as a part of European law; European and national competition law – centralization and de-centralisation. International competition law. TEU and TFEU, competence, conferral, subsidiarity, proportionality, and other principles of European law and its relationship to national law of EU member states; the basic liberties of the EU market, competition and economic policy.

Topic C: Historical remarks and the sources of EU competition law.

Topic D: Economic and legal concepts of competition; market structure; competition theory; the challenges of new products or services on zero-price-markets. Relationship to the law of consumer protection, SME policy, and state aid.

Assigned reading: course script, introductory part, essay on the political content of competition law

Class 2 Tuesday, March 29th, 2021

Topic A: Competition law and cartel law: horizontal trade restraints, concerted practices. The structure of a European statute (Art. 101 TFEU) under the Lisbon Treaty. Leading cases. New challenges by joint ventures and ppp.

Topic B: Legal consequences of Art. 101 in administrative cartel law, criminal law, and private law (some basics in competition procedure).

Topic C: European cartel law: vertical trade restraints, distribution systems, licensing.

Topic D: Exemptions and block exemptions of Art. 101 (1) in European and national cartel law.

Assigned reading: course script, provisions of the Lisbon Treaty (TEU, TFEU), provisions of Reg. 1/2003, more cases on cartels, cases on vertical trade restraints

Class 3 Wednesday, March 30th, 2021

Topic A: The structure of general and specific exemptions of European cartel law.

Topic B: Examples on supply and distribution systems, licensing, franchising. Commission Regulation No. 330/2010. Car distribution and Reg. 461/2010.

Topic C: challenges of technical developments on internet markets and automated driving assistance.

Topic D: EU competition law and EU market law; basic liberties of the European market; the European jurisdiction on the prohibition of measures having equivalent effect (Cassis / Keck); case studies. Again: the manifold role of state power; state aid, state enterprises, ppp.

Assigned reading: course script, Reg. 330/2010, more cases on vertical trade restraints, cases on the Cassis jurisdiction

Class 4 Thursday, March 31st, 2021

Topic A: Antitrust law; merger and acquisition control in European competition law. History, systematics, principles. The SIEC test. Relationship to national law of concentration. Again joint ventures. Other details. Music marketing and navigation systems for examples.

Topic B: Introduction on Art. 102 and the concepts of market dominance. General clause and qualification.

Topic C: Leading cases on abuse market dominance. Finding a path through the case law.

Topic D: More details on market dominance case law; basic concepts; predatory pricing, rebates, market squeeze, the rise and fall of the "doctrine of essential facilities", and other examples of case law under Art. 102.

Assigned reading: course script, Reg. 139/2004, cases on concentration control; provisions of the Lisbon Treaty (TEU, TFEU) concerning the abuse of market dominance, the first three cases on abuse.

Class 5 Friday, April 1st, 2021

Topic A: Conceptual differences between Art. 102 and national law of EU member states. Market behaviour under cartel law and unfair competition law.

Topic B: Specific regard on abuse of dominant market power in respect of digital markets: recent European and national cases concerning Microsoft, Google, abuse of Android system, and Facebook.

Topic C: Technical developments in robotics, industry 4.0, and automated driving assistance: possible problems concerning the market structure.

Topic D: Fundamental procedural rights and substantial competition law.

Topic E: Outlook on competition procedure in Europe

Topic F: Leniency programs in Europe and worldwide

Assigned reading: course script, the cases on abuse of market dominance (Art. 102 TFEU); script provisions on cartel procedure.

Final written examination as assigned by the Faculty of Law

FDUL – Curso Intensivo 2021/2022

“Construction contracts in the system of German Civil law – Archetype or special case for the attribution of risks? An introduction with special regard to the new provisions in the German Civil Code governing construction contracts”

Prof. Dr. *Jochen Glöckner*, LL.M. (USA), University Konstanz, Chair for German and European Private and Business Law; Judge at the Higher Regional Court Karlsruhe

Syllabus

April 04	• Historical development from ancient Roman law to the recent amendments of the German Civil Code (GCC) • Construction contracts in legal practice: ◦ established types of construction contracts (secs. 650a, 650p, 650u GCC) ◦ “players” ◦ hardware of institutions: Construction law Senate at Supreme Court; new Construction law chambers and senates at Regional Courts and Courts-of-Appeals • Construction contracts and public policy issues • Protection of competition and consumers (secs. 650i-o GCC)
April 05	Qualification of construction contracts • Construction contracts as contracts for a work; special problems of architects’ contracts and developers’ contracts • main differences in comparison with sales contracts and service contracts • Structure of the new provisions in force since January 1st, 2018 • Overview of the new provisions in force since January 1st, 2018
April 06	The risk of completion – What does the contractor owe? • Interpretation of the contract; obligation to achieve result (sec. 631 GCC) • Scope of defence of impossibility, disproportionality (secs. 275 (2), 635 (3) GCC) • Role of the employer with regard to the contractor’s performance (sec. 645 GCC) • Remedies for material defects (sec. 634 – 639 GCC)
April 07	The risk arising from the lapse of time – Construction contracts as contracts with an extended period of performance: • Relationship between production and acceptance of work produced (secs. 640, 644, 650g GCC) • Flow of remuneration (sec. 641, 632a GCC) • Employer’s right to terminate (secs. 648, 648a, 650h GCC) • Employer’s right to amend the object of contract (sec. 650b-d GCC) • Contractor’s and employer’s securities (sec. 650e, 650f GCC)
April 08	The risk arising from the need of co-ordination – Construction contracts as contracts involving performances of multiple parties: • Types of relations (linear, parallel, circular) • Privity of contract and interdependent contracts; the need for co-ordination • Distinction between duty and mere obligo (secs. 642, 643 GCC) • Legal instruments of co-ordination (secs. 278, 421 ff., 650r GCC)

The lecture will be taught in English language. A full text version of the German Civil Code in English language is available (<https://www.gesetze-im-internet.de/englisch_bgb/englisch_bgb.pdf>), even if it only reflects the state of the law as of October 1st, 2013.

As for the recent amendments there is no (semi-)official translation available yet. For the courtesy of the participants I made up an excerpt of the German Civil Code relating to the subject-matter of the course containing also a translation of the new provisions.

Recommended preparatory reading:

- *Robbers*, An Introduction to German Law, 7th ed., 2019, parts A., D.I.-III.);
- *Schulte-Nölke*, The New German Law of Obligations: an Introduction, 2002, <<http://germanlawarchive.iuscomp.org/?p=357>>;
- *Zimmermann*, The New German Law of Obligations. Historical and Comparative Perspectives, 2005, available on Oxford Scholarship Online, DOI:10.1093/acprof:oso/9780199291373.001.0001;
- *Zimmermann*, The German Civil Code and the Development of Private Law in Germany, (2006) Oxford U Comparative L Forum 1, <<https://ouclf.law.ox.ac.uk/the-german-civil-code-and-the-development-of-private-law-in-germany/>>.

For more specific information it is recommended to use Dannemann/Schulze (eds.), German Civil Code Volume I = Bürgerliches Gesetzbuch (BGB), Books 1-3: §§ 1-1296, 2020.



SYLLABUS

Intensive course on La Crisis Del Estado de Derecho Professor Fausto Vecchio

- El artículo 3 TUE y los valores de la EU;
- La crisis constitucional húngara;
- La crisis constitucional polaca;
- Las reacciones de las instituciones europeas.



**GABINETE ERASMUS E DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ERASMUS AND INTERNATIONAL RELATIONS OFFICE**

Syllabus Intensive Course Prof. Dr. Marine Toullier

Globalisation and international protection of Human rights

Definition of globalisation: a multidimensional phenomenon. Study of the notion of globalisation from different perspective: sociological, economical, political, industrial and finally from a law perspective. It is revealing of new elements phenomenon: new markets, new actors, new rules, new instruments of faster and cheaper communication. Globalisation as a set of shocks, of challenges and of fears: Human, commercial, Industrial, financial, technological shocks.

Raise of new problems from globalisation: questions raised by globalisation, Relations between economy and Human rights; The Human Right's place in the globalisation phenomenon.

Globalisation and the notions of unity and diversity. Does globalisation constraint to standardisation or is there still place for the diversity? Should we aim to have the same rights all over the world ? Or is tolerance to what is different, a value superior than the aim of insuring the "minimum standard" of the ECHR for example to all human beings despite different cultures? Globalisation and the controversial universality of the rights.

Globalisation and international protection of human rights: failure of the institution of an effective international system of protection of human rights; Reasons of failure: universality confronted with pluralism of the cultures; the weakness of the international law: principle: the will of the state, the exception: the *jus cogens*.

Embryo of an international protection of human rights; The Charter of the United Nations; the Universal Declaration of Human Rights; The international Covenants (1966): their juridical strength, their content and their mechanism of control.

The embryo of international justice: Permanent Court of International Justice, International Court of justice, Special international criminal courts: criminal courts *ad hoc* (TPIY, TPIR) and internationalised courts: the Special Court for the Sierra Leone; the High Iraqi criminal court ; the extraordinary Chambers in the Cambodian jurisdictions ; the special court for the Lebanon.

Literature:

Doctrine on Globalisation:

-AUDRETSCH (David B.) & SANDERS (Mark), « Globalization and the Rise of the Entrepreneurial Economy », Working Papers 08-21, Utrecht School of Economics, 2008.

-LANE (Ph.), MILESI- FERETTI (G.-M.), "Financial globalization and exchange rates", *Dollars, Debt, and Deficits: Sixty Years after Bretton Woods* International Monetary Fund, 2005.

-LANE (Ph.), MILESI- FERETTI (G.M.), *The external wealth of nations, mark II: revised and extended estimates of foreign assets and liabilities, 1970–2004*, Journal of International Economics 73, 2007, p. 223–250.

-SCHOLTE (Jan Aart), Globalization: A Critical Introduction, Mac Millan Press LTD, 2000.

Univ.-Prof. Dr. Andreas Schwartz, LL.M. (EUI)
Department of Private Law Faculty of Law,
University of Innsbruck

Erasmus Intensive Course – Law Faculty of Lisbon University

Introduction to European Private Law - From national rules on Contract and Tort to supranational European Union Obligation Law

Course syllabus

Class 1

Introduction: Differences of national private laws in Europe / legal families /
Selected examples from Common Law and Civil Law; the problems of diverging legal
rules within the EU (hindrance to the internal market)

Class 2

Approximation of Private Law: Competences of the EU in general (types, exercise); competences
executed (to harmonise legal rules); instruments of EU-law (Directives; Regulations)

Class 3

Traditional European Contract Law: Harmonization by directives (Contracts, national and international
civil procedure, corporations, conflict of laws); Example: Unfair Contract Terms Directive 93/13/EEC /
Consumer Sales Directive

Class 4

A new Strategy: Development, format and functions of the (Draft) Common Frame of Reference/DCFR;
Structure and contents of the DCFR; the Four Basic Principles and the General Part of the DCFR;
Further concepts: Proposal of a Common European Sales Law (CESL) / Revival: Two new Directives (on
Contracts for Online and other Distance Sales of Goods EU 2019/771 and Contracts for the Supply of
Digital Content EU 2019/770)

Class 5

Unified EU Principles on Contracts and Tort: DCFR Book IV.A “Sales” and Proposal of Common
European Sales Law (CESL) compared to CISG; Principles of European Tort Law (PETL) vs. DCFR
Book VI “Noncontractual liability arising out of damage caused to another“

Reading List

Articles

Hesselink, The Common Frame of Reference as a Source of European Private Law,
83/4 Tulane Law Review (2008) https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1270

Johnston/Unberath, European private law by directives: Approach and challenges,
in: *Twigg-Flesner* (Ed), European Union Private Law (2010), Ch. 7

Manko, EU Competence in Private Law: The Treaty Framework for a European Private Law and
Challenges for Coherence, Brussels: European Parliamentary Research Service, 2015
https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2553945

Micklitz/Reich, The Commission Proposal for a “Regulation on a Common European Sales Law
(CESL)”
https://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/20485/LAW_2012_04_ERPL_03.pdf;sequence=3

Books (Additional Reading)

Antoniolli/Fiorentini (Eds), A factual assessment of the draft common frame of reference (2011)

Bussani/Werro (Eds), European Private Law: A Handbook Vol I (2009) / Vol. II (2014)

Bogdan / Maunsbach, EU Private International Law: An ECJ Casebook, 2nd ed. (2012)

Cafaggi / Muir-Watt (Eds.), Making European Private Law – Governance Design (2008)

Hartkamp/Hondius (Eds), Towards a European civil code, 4th ed. (2011)

Howells/Twigg-Flesner/Wilhelmsson, Rethinking EU Consumer Law (2018)

Koziol, Harmonisation and fundamental questions of European Tort Law (2017)

Micklitz/Cafaggi (Eds), European Private Law after the Common Frame of Reference (2010)

Moccia (Ed), The making of European private law: why, how, what, who (2013)

Larouche (Ed), Economic analysis of the DCFR - The work of the Economic Impact Group (2010)

Reich/Micklitz/Rott/Tonner, European Consumer Law, 2nd ed (2014)

Sagaert / Storme / Terry (Eds), The Draft Common Frame of Reference: national and comparative
perspectives (2013)

Schulze (Ed.), Common Frame of Reference and Existing EC Contract Law, 2nd ed. (2009)

Schulze / Schulte-Nölke (Eds.), European Private Law – Current Status and Perspective (2011)

Schulte-Nölke/Tichy (Eds), Perspectives for European Consumer Law - Towards a Directive on Consumer
Rights and Beyond (2010)

Sammur, Constructing Modern European Private Law: A Hybrid System (2016)

Twigg-Flesner (Ed), European Union Private Law (2010)

Vranken, Fundamentals of European Civil Law, 2nd ed. (2010)

Van Calster, European Private International Law (2021)

Seminar Syllabus

Introduction to the Law of the United States

Professor Patrick R. Hugg
Professor of Law Emeritus
Loyola University School of Law

**University of Lisbon
Faculty of Law**

September 13th – 17th, 2021
11 a.m. – 1 p.m.

SYLLABUS

Seminar Objectives: This seminar will introduce students to the basic structure and primary distinguishing features of the law and legal system of the United States of America. As the **Seminar Schedule** below illustrates, the seminar will explore the many non-European aspects of U.S. law and especially the common law tradition and the federal nature of governance between the central government in Washington D.C. and the fifty U.S. States. Students will examine the controversial differences in the common law and civil law traditions, as each system attempts to impose order and promote prosperity in its jurisdiction. In particular, students of this seminar will enjoy learning about and discussing the different U.S. methods for finding justice through adversarial trial processes in powerful courts, judicial law-making, the U.S. approach to protecting fundamental rights, and other current topics.

Because the U.S. legal system is often dramatically different from most European legal systems, the seminar will be presented in the lecture–discussion format, in hopes of promoting a lively interchange regarding the rationality and functionalism of the varying institutions, mechanisms, and rules of law. Some aspects of the U.S. legal system make little sense except in the context of their historical development. Some parts of the U.S. legal system work poorly; others work well. To offer the students a thoughtful and provocative learning experience, these very different and very non-European aspects of U.S. law will be explored.

Expected Student Learning Outcomes: First and foremost, students completing this seminar can expect to understand the unique nature of this polity called the United States. This is significant because the U.S. system is complex and in many ways different from the governments in continental Europe. Its organization and institutions do not compare well with counterparts in Europe. Second, students can expect to become familiar with the political and governmental functioning of the U.S., its processes, and vernacular. Finally, students can expect to gain an understanding of the revolutionary development of the U.S. as a significant evolution of legal systems and legal science in the late 18th century, and how that has succeeded, or not, to the present day.

Text and Other Resources: Selected seminar readings have been prepared and will be distributed prior to and during the course. For example, considerable text accompanies this Syllabus, including descriptions of the forms of modern democratic governance, and excerpts from the U.S. Constitution. Also electronically posted for student use is a Library of landmark U.S. Supreme Court and other judicial decisions (edited to make them shorter and easier to understand – students are not expected to read all of these decisions; they are made available in the interest of providing the seminar participants full measure of resources with which to understand U.S. law, as well as a resource for future research if interested.) Further, we will resort to other available electronic resources for current news illustrating U.S. law.

Seminar Schedule: The seminar will meet for five sessions, starting Monday, May 17 through Friday, May 21, 2021, in two hour seminar meetings from 4 p.m.-6 p.m., Lisbon time.

Daily Topical Schedule:

Monday, September 13 th	Historical Development of U.S. Law – the different national experience: Rugged Individualism; Legal Sources, Common Law, Presidential Democracy; Constitutional Law: Separation of Powers, Judicial Review, Fundamental Rights (esp. radical free speech, the death penalty, and gun rights),
Tuesday, September 14 th	The U.S. Judicial System – State and Federal Courts, the evolving US Supreme Court, Civil and Criminal Procedure, Trial Process, Plea Bargaining, the Jury
Wednesday, September 15 th	Private Law – Torts, Forms of Liability and Damages, Punitive Damages, Class Actions, Contingency Fees/Payment of Expenses
Thursday, September 16 th	Private Law, cont'd: Contracts, Offer & Acceptance, Consideration, the UCC; Property Law, Employment Law
Friday, September 17 th	The U.S. Law School Experience, Legal Professions: Professors, Lawyers and Judges; Public Service Lawyers

Class Attendance: Students are expected to attend all five of the seminar sessions. One absence may be excused by the Erasmus administration based on valid reason.

Course Format, Expectations, and Student Assessment: As noted above, the class will be presented in the lecture-discussion format, including the traditional Socratic and case methods. Our discussions will take us beyond the relevant descriptive information about U.S. law. Particular emphasis will be placed on inquiry into the coherence and philosophical underpinnings of the governmental and legal institutions, processes, and values advanced by the U.S. system. Students are encouraged to prepare for class by reading a few assigned materials prior to each class. Also, students will be asked to “team up” with a partner or two and prepare and “brief” one U.S. Supreme Court case for the class. (often students will prepare a brief PowerPoint presentation for this purpose). And generally in class, students are encouraged to participate in the class

discussions with informed questions and comments. Because class participation is valued as a teaching tool, it will be included in the final grades (see **Course Grading** below).

The course will conclude with the students writing a brief paper on a topic of their choice, in agreement with the Professor, relating to the seminar instruction and discussions. The paper will be evaluated for its analytical merit and substantive content, not its length. We are all too busy for that. The paper may not exceed five typewritten pages (font size 12).

Course Grading: Students' grades will be administered according to the traditional numerical system in place at the University of Lisbon Law Faculty. Final grades in the course will be computed on the following basis: class participation 10%, final paper 90%.

Office Hours: Because of the Covid prohibition for personal meetings, Prof. Hugg will be available for private conversations with students via ZOOM by appointment. Prof. Hugg may be contacted most easily via e-mail at hugg@loyno.edu. Students are encouraged to e-mail at any time to discuss the course, the paper, and any related topics of interest.

United States Early History Timeline

1430	<i>Portuguese start voyages down the west coast of Africa</i>
1492	Columbus arrives in Western Hemisphere
1607	First English settlement founded at Jamestown, Virginia
1619	First group of black slaves brought to Virginia First legislative assembly meets in Virginia
1620	Pilgrims establish second English colony in Plymouth, Massachusetts
1622	Indian attacks in Virginia
1629	Great Puritan migration to Massachusetts Bay
1636	Harvard College founded
1700	250,000 settlers in English colonies
1720s	Colonial economic life quickens
1756-1763	French and Indian War (France v. England in America)
1764-1765	Sugar Act and Stamp Act controversies
1770	Boston Massacre
1773	Boston Tea Party
1774	Coercive Acts, First Constitutional Congress convenes
1775	America Revolution begins with fighting at Lexington and Concord, Massachusetts
1776	Declaration Of Independence New (weak) federal government created based on the flawed Articles of Confederation (1st US attempt at a constitution)
1778	French join the U.S. war of independence against the English
1781	Battle of Yorktown, Virginia (last land battle - defeat of English)

1783	Peace Treaty signed in Paris, France
1784-1787	Northwest Ordinance
1787	Constitutional Convention convened to draft a new constitution to create a stronger, more effective federal government
1788	The U.S. Constitution ratified
1789	George Washington inaugurated as first President of the United States French Revolution begins
1790	U. S. Capitol placed on the Potomac River
1798	Kentucky and Virginia resolutions
1800	Thomas Jefferson elected 2nd President of the United States
1803	Louisiana Purchase
1812	War of 1812 with England
1820	Missouri Compromise
1823	Monroe Doctrine
1828	Andrew Jackson elected 7th President of the United States (beginning of radical "Jacksonian Democracy")
1830s	Railroad era begins
1835	Texas Revolution, Republic of Texas established
1840s	Manifest Destiny Telegraph and railroads create a communications revolution
1846	Mexican War begins
1848	U.S. wins and acquires California and territory of present-day Nevada, Utah, Arizona, New Mexico, and part of Colorado
1849	Gold discovered in California
1850	California admitted to union
1853	Gadsden Purchase
1860	Abraham Lincoln elected 16th President of the United States
1861	Confederate States of America formed Civil War begins at Fort Sumter , at Charleston, S. Carolina. South secedes from the U.S.
1862	Battle of Antietam Emancipation Proclamation issued (effective January 1, 1863)
1864	Sherman takes Atlanta (Sherman's "March to the Sea")
1865	Robert E. Lee surrenders at Appomattox Courthouse in Virginia Thirteenth Amendment to the Constitution abolishes slavery Lincoln assassinated Ku Klux Klan formed
1867	First Reconstruction Act launches radical reconstruction Alaska purchased
1868	Fourteenth Amendment guarantees Civil Rights
1870	Fifteenth Amendment forbids denial of vote on racial grounds
1870s	Terrorism against black people in the South
1876	End of Reconstruction
1879	Standard Oil Trust formed
1880s	Big Business emerges

1890	Sherman Anti-Trust Act
1890-1920	Fifteen million "new" immigrants arrive
1898	War with Spain Hawaii annexed
1899	Peace with Spain U.S. receives Philippines, Samoa, Guam, and Puerto Rico
1901	Theodore Roosevelt elected 26th President of the United States
1903	Wright Brothers first flight
1904-1914	Panama Canal built
1912	Woodrow Wilson elected 28th President of the United States
1914	World War I marks the rise of the U.S. as a global power
1929	Stock market crash precipitates the Great Depression (Oct. 29)
1932	Franklin Roosevelt is inaugurated as the 32nd president. New Deal recovery measures are enacted by Congress.
1941	Japan attacks Pearl Harbor; U.S. enters World War II.
1945	Roosevelt dies and is succeeded by his vice president, Harry Truman. Germany surrenders unconditionally (May 7). U.S. drops nuclear bombs on Hiroshima and Nagasaki, Japan (Aug. 6 and 9). Japan agrees to unconditional surrender (Aug. 14).
1950-53	Korean War
1959	Alaska and Hawaii become 49th and 50th U.S. States
1960	Lunch counter sit-ins begin the U.S. Civil Rights Movement
1961	Cold War heats up with construction of the Berlin Wall; U.S. increases involvement in Vietnam; U.S. breaks diplomatic relations with Cuba.
1963	JFK assassinated
1965	Vietnam War escalates; anti-war protests enlarge
1968	MLK assassinated, RFK assassinated, Nixon becomes President
1973	U.S. pulls out of Vietnam (defeated) and Watergate causes Nixon to resign
1981	Reagan becomes President, begins detente with USSR
1989	Berlin Wall opened
1991	Persian Gulf War: U.S. leads international coalition in military operation to drive Iraqis out of Kuwait (Jan. 16–Feb. 28); U.S. and Soviet Union sign START I treaty, agreeing to further reduce strategic nuclear arms.
1992	Following the breakup of the Soviet Union in Dec. 1991, President Bush and Russian president Boris Yeltsin formally declare end to the cold war
1998	House of Representatives votes to impeach President Clinton on charges of perjury and obstruction of justice (Dec. 19).
1999	Senate acquits Clinton of impeachment charges (Feb. 12). NATO wages air campaign against Yugoslavia over killing and deportation of ethnic Albanians in Kosovo (March–June).
2000	More than a month after the presidential election, the U.S. Supreme Court rules against a manual recount of ballots in certain Florida counties, which it contends would violate the Constitution's equal protection and due process guarantees. The decision provokes enormous controversy, with critics maintaining that the court has in effect determined the outcome of

	the election. Bush formally accepts the presidency, having won a slim majority in the electoral college but not a majority of the popular vote.
2001	9/11 attacks kill 3000 people; “war on terror” begins.
2005	Hurricane Katrina wreaks catastrophic damage on Mississippi and Louisiana; 80% of New Orleans is flooded (Aug. 29–30).
2008	U.S. (and global) economy collapses, with Lehman Brothers filing for bankruptcy, and mortgage giants Fannie Mae and Freddie Mac placed under government conservatorship. Barack Obama becomes the first African-American to be elected President.
2010	Congress passes and Pres. Obama signs Health Care Reform Act
	Deepwater Horizon Explosion in the Gulf of Mexico
2011	US Navy SEALs take down Osama Bin Laden
2012	Barack Obama re-elected US President
2015	Over 2/3 of people in developed world use smart phones
2016	"Disrupters" Amazon, Uber, Wikipedia, etc. revolutionize markets
	Donald Trump elected US President
2017	Trump Era Begins - US “Culture Wars” ensue
2019	Trump impeached – not convicted by Senate
2020	March, Covid pandemic shuts down US and most of world
	May 20, George Floyd killed by Minneapolis policeman
	Black Lives Matter protests erupt across US
	Nov. 3, Joseph Biden elected US President – Trump claims fraud
	Trump starts campaign to deny Biden election certification
2021	Jan. 6, Protesters storm US Capitol
	Jan. 13, Trump impeached 2d time – not convicted by Senate
	Jan. 20, Biden sworn in as US President
	April 20, jury finds police officer Chauvin guilty of 2d degree murder

Three Basic Types of Democracy

Any form of *democracy* tries in its own way to ascertain the *will of the people* and to bring public affairs into line with it. Theoretically this can be achieved by *direct* participation of all citizens (*Direct Democracy*) or by a body of elected representatives (*Representative Democracy*). Within the group of *Representative Democracies* the focus may be on a strong president (*Presidential Democracy*) as in the United States, or on a strong parliament (*Parliamentary Democracy*), as in Germany, Spain, and the U.K. Some countries have established a hybrid in which some authentic power is given to an elected President, while a Prime Minister accountable to the legislature administers the general operation of the government (*Semi-Presidential Democracy*), as in Portugal and France. Many variations operate today all over the world.

Direct Democracy	Presidential Democracy	Parliamentary Democracy
Example: <u>Switzerland</u>	Examples: USA	Examples: UK, Germany, Spain, Italy
Head of State Any member of government in turn (for one year), no practical importance	The President is head of state <i>and</i> leader of the government	Head of State is a different function than prime minister, it may be a monarch (queen/king) or an elected person
Government: members with equal rights, elected by the parliament, representing all major parties (not really unanimous, but extremely stable)	President elected by the people nominates the ministers [members of government]	Government elected by the parliament based on a majority, may be dismissed by the parliament (especially when based on a coalition of several parties)
Parliament elected for a fixed legislative period, no dissolution; changing coalitions, sometimes even extreme right and extreme left together against the center (though for different reasons)	Parliament elected for a fixed legislative period clear <i>institutional</i> separation of parliament and government (but the officials may cooperate as closely as in the other systems, if they like to do so)	Parliament elected for a legislative period, dissolution and early new elections possible if a clear majority cannot be established
Government members <i>need not be</i> members of parliament	Government members <i>need not be</i> members of parliament	Government members <i>must be</i> elected members of parliament
Strong position of the people (frequent referendums on single laws)	Strong position of the president (veto)	Strong position of the political parties
Laws are created in four steps: 1. Draft by the administration 2. Consultation of federal states, political parties, entrepreneurs, unions and other interested groups 3. Parliamentary debate and final version passed 4. Possibility of a referendum If a strong party or lobby threatens to call for a referendum, the parliament might be inclined to a compromise, the formal consultation process gives the public a clear view of the critical aspects and the pros and cons already at an early stage	Laws are debated and passed by the parliament; lobbyists do not have a formal right to be heard, but do exercise some influence on members of parliament in reality; the president may block a law by veto; as the president is elected as a personality (not only as a party leader) by the people (not by the parliament), he may or may not rely on a majority of the parliament (in practice there have been some periods with a president forced to cooperate with a majority of oppositional members of parliament)	Laws are proposed by the government (being the leaders of the coalition of parties) laws are debated and passed by parliament; lobbyists do not have a formal right to be heard, but do exercise some influence on members of parliament in reality; if there is a solid majority, compromises are sought within the coalition (and may sometimes represent tactics rather than conviction), the opposition may be ignored until the next elections but then laws may be revoked or changed by a new majority
The process of making laws is	A strong president may act immediately -	If there are many small

rather slow, which may be a handicap with more technically oriented laws (regulating questions of broad public interest but addressing a small number of professionals). Laws concerning everybody's everyday's actions, however, may get more attention and acceptance by the public and therefore be more effective due to the intense public debate.	but there is a certain risk that he rushes to conclusions he may hardly be willing to withdraw from even if they prove to be unwise from a later point of view.	parties in a country, the close dependence of the government on a parliamentary majority may undermine the stability of the government.
History shows that from time to time the Swiss people does correct decisions of parliament and government that give in too much to lobby pressure, so <i>Direct Democracy</i> seems to offer effective <i>checks and balances</i> . But sometimes it just takes a long time (decades, not years) until a new idea is finally broadly accepted.	The separation of powers - though it might seem very clear in theory - does not automatically provide more effective <i>checks and balances</i> between parliament and government than in a <i>Parliamentary Democracy</i> .	If there are only two relevant parties and one has a comfortable majority, the parliamentary system offers few effective <i>checks and balances</i> .

Conclusion

Though there are remarkable formal and institutional differences between the systems of *Direct*, *Presidential*, *Semi-Presidential*, and *Parliamentary Democracy*, there are more or less successful examples for any of these systems. Therefore the practical results - measurable by different factors such as national wealth (both mean income and distribution of wealth), accessibility and standards of education, life expectancy, infant mortality, corruption and so on - tend to depend less on the choice of one system or another but rather on what might be called an "established culture of democracy", consisting of both *know-how* (experience how the system once chosen works in practice) and *trust* that it works and it pays - for the society as a whole as well as for the individuals.

What is a Presidential Democracy?

A presidential democracy is a system of government in which the executive branch is **separate from** the legislature.

A **presidential system**, also called a **congressional system**, is a system of government where an executive branch exists and *presides* (hence the term) **separately from** the legislature, to which it is not accountable and which cannot in normal circumstances dismiss it.

It owes its origins to the medieval monarchies of France, England and Scotland in which executive authority was vested in the Crown, not in meetings of the estates of the realm (i.e. parliament): the Estates-General of France, the Parliament of England or the Estates of Scotland. **The concept of separate spheres of influence of the executive and legislature was copied in the Constitution of the United States, with the creation of the office of President of the United States.** Perhaps ironically, in England and Scotland (since 1707 as the Kingdom of Great Britain, and since 1801 as the United Kingdom) the power of a separate executive waned to a ceremonial role and a new executive, answerable to parliament, evolved while the power of the USA's separated executive increased. This has given rise to criticism of the United States presidency as an "**imperial presidency**" though some analysts dispute the existence of an absolute separation, referring to the concept of "separate institutions sharing power". Although not exclusive to republics, and applied in the case of absolute monarchies, the term is often associated with republican systems in the Americas.

The defining characteristic of a presidential government is how the executive is elected, but nearly all presidential systems share the following features:

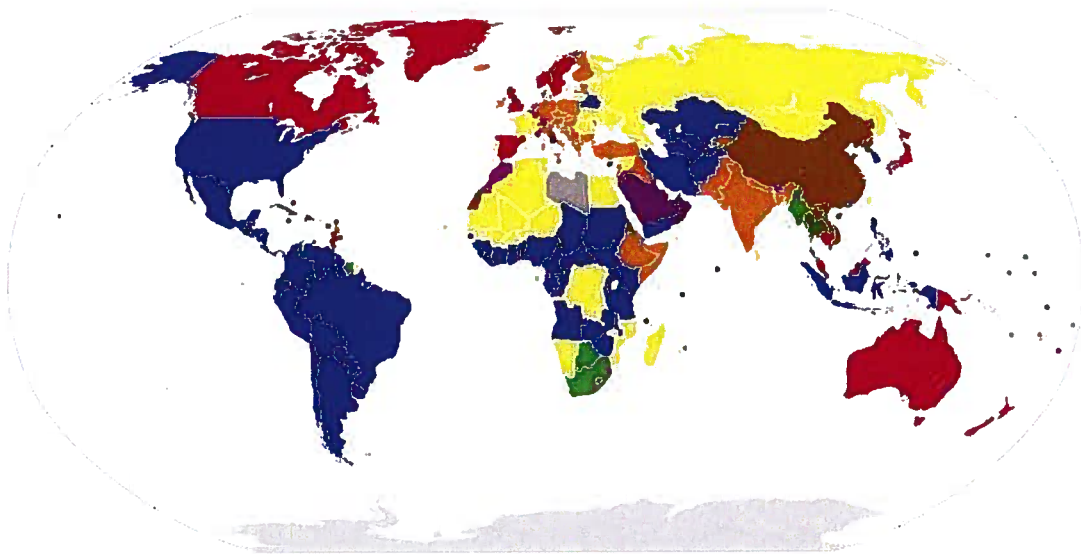
- The president is both head of state and head of government.
- The president may not have the ability to legislate directly. He is not a voting member, and may not be allowed to introduce bills. However, in systems such as that of the United States, the president has the power to veto acts of the legislature and, in turn, a supermajority of legislators may act to override the veto.

The president has a fixed term of office. Elections are held at scheduled times, and cannot be triggered by a vote of confidence or other such parliamentary procedures. However, many presidential systems incorporate provisions for the president's trial and subsequent removal from office by the legislature if he or she is found to have committed a crime.

- The executive branch is unipersonal. Members of the cabinet serve at the pleasure of the president and must carry out the policies of the executive and legislative branches. However, presidential systems frequently require legislative approval of presidential nominations to the cabinet as well as various governmental posts such as judges. A president generally has power to direct members of the cabinet, military or any officer or employee of the executive branch, but generally has no power to dismiss or give orders to judges.
- A power to pardon or commute sentences of convicted criminals is often exercised by heads of states in governments with a separation of power between legislative and executive branches of government.
- The term *presidential system* is often used in contrast to cabinet government which is usually a feature of parliamentarism.

A Semi-Presidential System is a system of government in which a president exists along with a prime minister and a cabinet, with the latter two being responsible to the legislature of a state. It differs from a parliamentary republic in that it has a popularly elected head of state, who is more than a purely ceremonial figurehead, and from the presidential system in that the cabinet, although named by the president, is responsible to the legislature, which may force the cabinet to resign through a motion of no confidence.

The global map below shows various systems of governance in operation today. Blue = presidential, yellow = semi-presidential, green = parliamentary system with an executive president chosen by the legislature, orange = parliamentary system with a ceremonial, non-executive president, where a separate head of government leads the executive.



The US system also features Montesquieu's separation of powers and "checks and balances."

The drafters of the U.S. Constitution, the so-called "Founding Fathers," and most especially James Madison, drew upon French philosopher Montesquieu's theory of the separation of powers when drafting the Constitution. Montesquieu argued that the best way to secure liberty and prevent a government from becoming corrupted was to divide the powers of government among different actors who would check each other.

For example, Montesquieu warned that "Were the executive power not to have a right of restraining the encroachments of the legislative body, the latter would become despotic; for as it might arrogate to itself what authority it pleased, it would soon destroy all the other powers."

Madison and the Founding Fathers took heed of Montesquieu's warning by establishing an independent executive (the President), legislative (the Congress), and judiciary (the Supreme Court) in the federal Constitution. Madison masterfully protected the separation of powers by establishing a thorough system of checks and balances as well.

Separation of Powers - As stated previously, the US Government is divided into three branches so that no one branch has all the power. Each branch has its own purpose: to make the laws, execute the laws, and interpret the laws.

Checks and Balances - In order to further protect the citizens, the constitution set up a system of checks and balances. Basically, each branch of government has a certain number of checks it can use to ensure the other branches do not become too powerful. For example, the president can veto legislation, the Supreme Court can declare acts of Congress unconstitutional, and the Senate must approve treaties and presidential appointments.

Checks and Balances of the Legislative Branch

The **Legislative Branch** is given the powers to make the laws. It has the following checks over the **Executive Branch**:

- May override presidential vetoes with a two-thirds vote
- Has the power over the purse strings to actually fund any executive actions
- May remove the president through impeachment
- Senate approves treaties
- Senate approves presidential appointments

The **Legislative Branch** has the following checks over the **Judicial Branch**:

- Creates lower courts
- May remove judges through impeachment
- Senate approves appointments of judges

Checks and Balances of the Executive Branch

The **Executive Branch** is given the power to carry out the laws. It has the following checks over the **Legislative Branch**:

- Veto power
- Ability to call special sessions of Congress
- Can recommend legislation
- Can appeal to the people concerning legislation and more

The **Executive Branch** has the following checks over the **Judicial Branch**:

- President appoints Supreme Court and other federal judges

Checks and Balances of the Judicial Branch

The **Judicial Branch** is given the power to interpret the laws. It has the following checks over the **Executive Branch**:

- Judges, once appointed for life, are free from controls from the executive branch
Courts can judge executive actions to be unconstitutional through the power of judicial review.

The **Judicial Branch** has the following checks over the **Legislative Branch**:

- Courts can judge legislative acts to be unconstitutional.

Judicial Review - This is a power that allows the Supreme Court to decide whether acts and laws are unconstitutional. This was established with Marbury v. Madison in 1803.

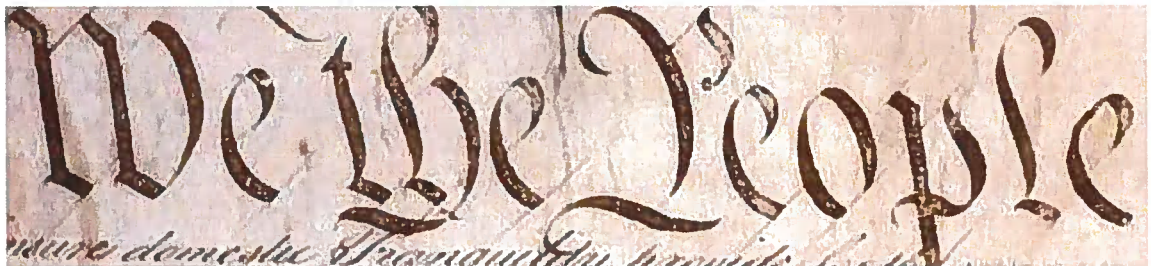
Federalism – the dual axis of state and national governments sharing power - One of the most complicated foundations of the US is the principle of federalism. This is the idea that the central government does not control all the power in the nation. States also have powers reserved to them. This division of powers does overlap and **sometimes leads to problems such as what happened with the response to Hurricane Katrina between the state and federal governments.**

Constitution of the United States

The following Introduction is taken from the official U.S. Constitution web site:

The Federal Convention convened in the State House (Independence Hall) in Philadelphia on May 14, 1787, to revise the Articles of Confederation. Because the delegations from only two states were at first present, the members adjourned from day to day until a quorum of seven states was obtained on May 25. Through discussion and debate it became clear by mid-June that, rather than amend the existing Articles, the Convention would draft an entirely new frame of government. All through the summer, in closed sessions, the delegates debated, and redrafted the articles of the new Constitution. Among the chief points at issue were how much power to allow the central government, how many representatives in Congress to allow each state, and how these representatives should be elected--directly by the people or by the state legislators. The work of many minds, the Constitution stands as a model of cooperative statesmanship and the art of compromise.

**The following excerpts from the U.S. Constitution
set forth the more relevant design features
of the system of U.S. governance.**



(Preamble)

We the People of the United States, in Order to form a more perfect Union, establish Justice, insure domestic Tranquility, provide for the common defence, promote the general Welfare, and secure the Blessings of Liberty to ourselves and our Posterity, do ordain and establish this Constitution for the United States of America.

Article I

Section 1

All legislative Powers herein granted shall be vested in a Congress of the United States, which shall consist of a Senate and House of Representatives.

Section 2

1: The House of Representatives shall be composed of Members chosen every second Year by the People of the several States, . . .

Section 3

1: The Senate of the United States shall be composed of two Senators from each State, . . . , for six Years; and each Senator shall have one Vote.

4: The Vice President of the United States shall be President of the Senate, but shall have no Vote, unless they be equally divided.

6: The Senate shall have the sole Power to try all Impeachments.

Section 7

1: All Bills for raising Revenue shall originate in the House of Representatives; . . .

2: Every Bill which shall have passed the House of Representatives and the Senate, shall, before it become a Law, be presented to the President of the United States; If he approve he shall sign it, but if not he shall return it, with his Objections to that House in which it shall have originated, who shall enter the Objections at large on their Journal, and proceed to reconsider it. If after such Reconsideration two thirds of that House shall agree to pass the Bill, it shall be sent, together with the Objections, to the other House, by which it shall likewise be reconsidered, and if approved by two thirds of that House, it shall become a Law If any Bill shall not be returned by the President within ten Days (Sundays excepted) after it shall have been presented to him, the Same shall be a Law, in like Manner as if he had signed it, unless the Congress by their Adjournment prevent its Return, in which Case it shall not be a Law.

Section 8

1: The Congress shall have Power To lay and collect Taxes, Duties, Imposts and Excises, to pay the Debts and provide for the common Defence and general Welfare of the United States; but all Duties, Imposts and Excises shall be uniform throughout the United States;

2: To borrow Money on the credit of the United States;

- 3: To regulate Commerce with foreign Nations, and among the several States, and with the Indian Tribes;
- 4: To establish an uniform Rule of Naturalization, and uniform Laws on the subject of Bankruptcies throughout the United States;
- 5: To coin Money, regulate the Value thereof, and of foreign Coin, and fix the Standard of Weights and Measures;
- 6: To provide for the Punishment of counterfeiting the Securities and current Coin of the United States;
- 7: To establish Post Offices and post Roads;
- 8: To promote the Progress of Science and useful Arts, by securing for limited Times to Authors and Inventors the exclusive Right to their respective Writings and Discoveries;
- 9: To constitute Tribunals inferior to the supreme Court;
- 10: To define and punish Piracies and Felonies committed on the high Seas, and Offences against the Law of Nations;
- 11: To declare War, grant Letters of Marque and Reprisal, and make Rules concerning Captures on Land and Water;
- 12: To raise and support Armies, but no Appropriation of Money to that Use shall be for a longer Term than two Years;
- 13: To provide and maintain a Navy;
- 18: To make all Laws which shall be necessary and proper for carrying into Execution the foregoing Powers, . . .

Section 9

- 2: The Privilege of the Writ of Habeas Corpus shall not be suspended, unless when in Cases of Rebellion or Invasion the public Safety may require it.
- 3: No Bill of Attainder or ex post facto Law shall be passed.

Section 10

- 1: No State shall enter into any Treaty, Alliance, or Confederation; grant Letters of Marque and Reprisal; coin Money; emit Bills of Credit; make any Thing but gold and silver Coin a Tender in Payment of Debts; pass any Bill of Attainder, ex post facto Law,

or Law impairing the Obligation of Contracts, or grant any Title of Nobility.

2: No State shall, without the Consent of the Congress, lay any Imposts or Duties on Imports or Exports, except what may be absolutely necessary for executing it's inspection Laws: and the net Produce of all Duties and Imposts, laid by any State on Imports or Exports, shall be for the Use of the Treasury of the United States; . . .

Article II

Section 1

1: The executive Power shall be vested in a President of the United States of America. He shall hold his Office during the Term of four Years, and, together with the Vice President, chosen for the same Term, . . .

Section 2

1: The President shall be Commander in Chief of the Army and Navy of the United States, and of the Militia of the several States, . . . and he shall have Power to grant Reprieves and Pardons for Offences against the United States, except in Cases of Impeachment.

2: He shall have Power, by and with the Advice and Consent of the Senate, to make Treaties, provided two thirds of the Senators present concur; and he shall nominate, and by and with the Advice and Consent of the Senate, shall appoint Ambassadors, other public Ministers and Consuls, Judges of the supreme Court, and all other Officers of the United States, . . .

3: The President shall have Power to fill up all Vacancies that may happen during the Recess of the Senate, by granting Commissions which shall expire at the End of their next Session.

Section 4

The President, Vice President and all civil Officers of the United States, shall be removed from Office on Impeachment for, and Conviction of, Treason, Bribery, or other high Crimes and Misdemeanors.

Article III

Section 1

The judicial Power of the United States, shall be vested in one supreme Court, and in such inferior Courts as the Congress may from time to time ordain and establish. The Judges, both of the supreme and inferior Courts, shall hold their Offices during good Behaviour, and shall, at stated Times, receive for their Services, a Compensation, which shall not be diminished during their Continuance in Office.

Section 2

1: The judicial Power shall extend to all Cases, in Law and Equity, arising under this Constitution, the Laws of the United States, and Treaties made, or which shall be made, under their Authority;--to all Cases affecting Ambassadors, other public Ministers and Consuls;--to all Cases of admiralty and maritime Jurisdiction;--to Controversies to which the United States shall be a Party;--to Controversies between two or more States; . . . -- between Citizens of different States, . . .

3: The Trial of all Crimes, except in Cases of Impeachment, shall be by Jury; and such Trial shall be held in the State where the said Crimes shall have been committed; . . .

Article IV

Section 1

Full Faith and Credit shall be given in each State to the public Acts, Records, and judicial Proceedings of every other State. . . .

Section 2

1: The Citizens of each State shall be entitled to all Privileges and Immunities of Citizens in the several States.

Article V

The Congress, whenever two thirds of both Houses shall deem it necessary, shall propose Amendments to this Constitution, or, on the Application of the Legislatures of two thirds of the several States, shall call a Convention for proposing Amendments, which, in either Case, shall be valid to all Intents and Purposes, as Part of this Constitution, when ratified by the Legislatures of three fourths of the several States, or by Conventions in three fourths thereof, as the one or the other Mode of Ratification may be proposed by the Congress; . . .

Article VI

2: This Constitution, and the Laws of the United States which shall be made in Pursuance thereof; and all Treaties made, or which shall be made, under the Authority of the United States, shall be the supreme Law of the Land; and the Judges in every State shall be bound thereby, . . .

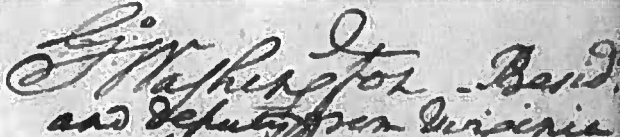
3: The Senators and Representatives before mentioned, and the Members of the several State Legislatures, and all executive and judicial Officers, both of the United States and of the several States, shall be bound by Oath or Affirmation, to support this Constitution; . .

done in Convention by
the Unanimous Consent
of the States present
the Seventeenth Day of
September in the Year of
our Lord one thousand
seven hundred and Eighty
seven and of the
Independence of the
United States of America
the Twelfth In
witness whereof We have
hereunto subscribed our
Names,

Attest William Jackson Secretary

G^o: Washington -Presid'. and deputy from

Virginia



George Washington -Presid.
and Deputy from Virginia

The First Ten Amendments (The Bill of Rights)

Article [I]

Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances.

Article [II]

A well regulated Militia, being necessary to the security of a free State, the right of the people to keep and bear Arms, shall not be infringed.

Article [III]

No Soldier shall, in time of peace be quartered in any house, without the consent of the Owner, nor in time of war, but in a manner to be prescribed by law.

Article [IV]

The right of the people to be secure in their persons, houses, papers, and effects, against unreasonable searches and seizures, shall not be violated, and no Warrants shall issue, but upon probable cause, supported by Oath or affirmation, and particularly describing the place to be searched, and the persons or things to be seized.

Article [V]

No person shall be held to answer for a capital, or otherwise infamous crime, unless on a presentment or indictment of a Grand Jury, except in cases arising in the land or naval forces, or in the Militia, when in actual service in time of War or public danger; nor shall any person be subject for the same offence to be twice put in jeopardy of life or limb; nor shall be compelled in any criminal case to be a witness against himself, nor be deprived of life, liberty, or property, without due process of law; nor shall private property be taken for public use, without just compensation.

Article [VI]

In all criminal prosecutions, the accused shall enjoy the right to a speedy and public trial, by an impartial jury of the State and district wherein the crime shall have been committed, which district shall have been previously ascertained by law, and to be informed of the nature and cause of the accusation; to be confronted with the witnesses against him; to have compulsory process for obtaining witnesses in his favor, and to have the Assistance of Counsel for his defence.

Article [VII]

In Suits at common law, where the value in controversy shall exceed twenty dollars, the right of trial by jury shall be preserved, and no fact tried by a jury, shall be otherwise re-examined in any Court of the United States, than according to the rules of the common law.

Article [VIII]

Excessive bail shall not be required, nor excessive fines imposed, nor cruel and unusual punishments inflicted.

Article [IX]

The enumeration in the Constitution of certain rights, shall not be construed to deny or disparage others retained by the people.

Article [X]

The powers not delegated to the United States by the Constitution, nor prohibited by it to the States, are reserved to the States respectively, or to the people.

Historical Legal Iconology: Law and Image from the Middle Ages to the 21st Century

'Law' and 'image(s)' interact in many ways. Traffic signs, for instance, are at the same time 'rules' and 'images'; legislation on the protection of minors prohibits and penalizes the exhibition of obscene art; artists risk to be held civilly liable when offending individuals or protected minorities by mocking them in cartoons, etc. There is actually a lot of 'law on art', and all of these rules can be seen as part and parcel of the vast research field of 'law and iconography', and 'law and art'. However, subject of the Lisbon lessons will not be 'law on art', but rather 'art on law'. This theme will be studied from a historical point of view. What will be focused on, is the representation of law, justice, legislation, and other legal concepts through time. As such, the research field of 'law and the image', just like 'law & literature', 'law & cinema', 'law & theatre'... belongs to the vast and booming scholar area of 'law and the humanities', studying legal phenomena from the point of view of other social and cultural sciences, in our case art history.

The following themes will be treated.

A first topic is the so-called 'verticality of the law': how art is used to legitimize judicial and legal power. Looking at the 'places of justice administration', starting under a tree in prehistoric times, passing by the medieval church entrances and the Renaissance painting of divine and historical *exempla iustitiae*, over the 'templar' architecture of nineteenth century palaces of justice, to the present day transparent office buildings of our contemporary courts, there is a connecting thread: worldly men (and recently women) deciding cases over their compatriots, try to legitimize their power by stressing the 'higher' origin of their competence.

Signs, symbols, gestures and tools: legally telling details in (religious and profane) art. Lady Justice's blindfold, sword and scales, an 'iconographic construction' of the Renaissance, are still understood today as symbols of justice and law. Many other symbols and signs, however, but also objects and (portrayed) gestures, in our contemporary eyes, do no longer spread the message they sent to spectators in earlier centuries. It is an interesting quest for jurists and legal historians to go and visit museums, using 'legal (historical) spectacles'. Artistic iconography was undoubtedly influenced by law. Left and right, for instance, have an important legal meaning; the overall (religious) influence of the antithesis 'good and bad' was paramount; colors of cloths can tell us about the goodness or badness of the persons wearing them; a branch of a tree can tell us that the man holding it is a judicial officer; the use of a glove can refer to marriage, etc. Very few paintings or other works of art explicitly deal with law and justice as such, but quite often, juridical elements are present, be it very often as hazardous details.

Jurists exalted and fooled: For centuries artistic creation was all about religion..., only the king and the higher nobility being able to command portraits. It is striking that jurists were the first non-nobles and non-religious to have their portraits painted. This tells a lot about the social positions jurists were able to rise to, being professors, councilors, judges and advocates. But pretty soon, the juridical guild was also criticized, in songs and stories, but also in pictorial art. We see them represented as vultures, foxes, wolves and monkeys. Especially their hunger for money is portrayed. Images indeed can be used to both exalt and fool the men of law.

Historical legal iconology: After having studied the forgoing examples, we will be able to define what historical legal iconography and iconology are, what methods they use, and which are the basis handbooks and tools available for study.

Evaluation will be done on the basis of a paper – historically, legally and artistically – commenting one or several works of art.

This intensive course will be taught in English and is supported by richly illustrated PowerPoint presentations.

Questions and answers will be in English, French or Portuguese.

Recommended literature:

- Stefan HUYGEBART, Georges MARTYN, Vanessa PAUMEN & Tine VAN POUCKE, *The Art of Law. Three Centuries of Justice Depicted*, [exh.cat. Groeningemuseum Bruges 28.10.2016-05.02.2017], Tielt, Lannoo, 2016, 205+3 p.
- Stefan HUYGEBART, Georges MARTYN, Vanessa PAUMEN, Eric BOUSMAR & Xavier ROUSSEAU (eds.), *The Art of Law. Artistic Representations and Iconography of Law and Justice in Context, from the Middle Ages to the First World War*, Cham, Springer International Publishing, 2018, xxiii+458 p.
- N. ILLMAN MEYERS, "Painting the law", *Cardozo arts and entertainment law journal*, 14, 1996, 397-406.
- Georges MARTYN, "Inspiring Images for Judges. Late Medieval Court Room Decorations in the Southern Netherlands", in A. KÉRCHY, A. KISS & G. SZÖNYI (eds.), *The Iconology of Law and Order (Legal and Cosmic)*, Szeged (Hungary), Jatepress, 2012, 41-53.
- A.L. NETTEL, "The power of image and the image of power: the case of law", *Word and Image*, 21, 2005, 527-539.

MODELOS FEDERAIS E DESAFÍOS AO ESTADO FEDERAL: O PROCESO DE SECESIÓN DE CATALUÑA NO MARCO DA UNIÓN EUROPEA

Vicente A. Sanjurjo Rivo. Prof. Dr. de Dereito Constitucional da Universidade de Santiago de Compostela.

Duración: 10 horas.

Idioma: español.

OBJECTIVOS DO CURSO:

Este curso pretende ofrecer unha formación básica con relación ao federalismo como forma de organización política. Na primeira parte do curso se abordarán as cuestións relacionadas coa teoría xeral do federalismo e mesmo tamén con aspectos históricos relativos á súa orixe e evolución posterior.

Baixo a forma federal se organizan unha grande diversidade de países que, a súa vez, gardan moitas diferenzas entre si dende o punto de vista demográfico, social, económico, cultural, xeopolítico ou de extensión territorial. Sen perder de vista esa gran heteroxeneidade dos países que se organizan de xeito federal, se analizan os elementos comúns a todos eles de orde institucional e funcional e as súas variantes, que a súa vez definen ao federalismo e ás súas distintas modalidades.

Dende o punto de vista metodolóxico, se analizarán ao longo do curso o modo en que eses distintos elementos teóricos e as súas distintas particularidades se plasman no funcionamento dos países que se organizan de xeito federal. Ao respecto, e ante a imposibilidade de abranguer todos os países de corte federal, se reducirá o campo de análise, e por razóns que se xustificarán ao longo do curso, a un grupo de países, sinaladamente, Estados Unidos, Australia, Brasil, México, Alemaña, Bélxica e España.

A globalización leva aparellada a formación e consolidación de organizacións de ámbito supraestatal que pretenden dar resposta aos novos retos que aquela presenta. Aínda que na súa orixe respondeu a outro tipo de necesidades, se analizará a Unión Europea como forma de organización federal difusa, e os problemas de integración que comporta para os países membros que comparten estruturas de tipo federal.

A pesar da súa expansión e do seu éxito como forma de organización política, o federalismo non está exento de riscos. Se estudarán algúns dos máis significativos, e entre eles e de forma moi sinalada, os desafíos nacionalistas á unidade federal. Neste senso, se fará unha pormenorizada análise do caso de Cataluña e o denominado problema catalán.

TEMARIO

I.- Teoría constitucional do federalismo

- 1.- A natureza do Estado federal
- 2.- Estado federal, confederación de Estados e Estado rexional
- 3.- A diversidade de Estados federais

II.- Orixe e expansión do federalismo

- 1.- A experiencia fundadora: os Estados Unidos de Norteamérica
- 2.- O federalismo unificador
- 3.- O federalismo descentralizador

III.- O Estado autonómico español: ¿unha modalidade de Estado federal?

- 1.- A construción do Estado autonómico español
- 2.- O Estado autonómico e os nacionalismos periféricos
- 3.- En particular, o caso catalán: o proceso soberanista
 - 3.1.- Antecedentes
 - 3.2.- A "consulta" de 9 de novembro de 2014
 - 3.3.- O proceso soberanista tras as eleccións do 27 de setembro de 2015
 - a) Declaración de inicio do proceso de independencia aprobada polo Parlamento de Cataluña, de 9 de novembro de 2015
 - b) O proceso de construción do Estado catalán
 - c) Convocatoria de referendo para 2017
 - i) A resposta do Tribunal Constitucional
 - *STC 51/2017, de 10 de maio. Recurso de inconstitucionalidade contra a Lei do Parlamento de Cataluña 4/2010, de 17 de marzo, de consultas populares por vía de referéndum.*
 - *STC 114/2017, de 17 de outubro. Recurso de inconstitucionalidade fronte a Lei 19/2017, de 6 de setembro, do referéndum de autodeterminación.*
 - *STC 124/2017, de 8 de novembro. Recurso de inconstitucionalidade respecto da Lei do Parlamento de Cataluña 20/2017, de 8 de setembro, de transitoriedade xurídica e fundacional da República. Nulidade de esta Lei autonómica que pretende «dar forma xurídica, de forma transitoria, aos elementos constitutivos básicos do novo estado» resultante da declaración unilateral de independencia polo Parlamento de Cataluña (STC 114/2017).*
 - ii) A resposta do Goberno: Aplicación do artigo 155 CE

BIBLIOGRAFÍA BÁSICA

- AJA, E., (2014): *Estado autonómico y reforma federal*. Madrid: Alianza Editorial.
- ALBERTINI, M. et al, (1979): *Il federalismo*. Bologna: Il Mulino.
- BEER, S., (1993): *To Make a Nation. The Rediscovery of American Federalism*. Cambridge-Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press.
- BIRD, R. A., (1986): *Federal Finance in Comparative Perspective*. Toronto: Canadian Tax Foundation.
- BLANCO VALDÉS, R. L., (2012): *Los rostros del federalismo*. Madrid: Alianza Editorial.
- BURGESS, M., (2006): *Comparative Federalism in Theory and Practice*. London: Routledge.
- CRUZ VILLALÓN, P., (1982): «La estructura del Estado o la curiosidad del jurista persa», *RDUCM*, núm. 4: 53-63.
- DUCHACEK, I., (1987): *Comparative Federalism*. Lanham: University Press of America.
- ELAZAR, D. J., (1994): *Federal Systems of the World. A Handbook of Federal, Confederal and Autonomy Arrangements*, 2.^a ed. London: Longman.
- FLÓREZ TURRADO, F. J., (2012): *¿Hacia un Estado autonómico desconstitucionalizado? El futuro del modelo territorial español en el marco de la integración europea*. Oñati: Instituto Vasco de Administración Pública.
- GRIFFITHS, A. Y NERENBERG, K. (eds.), (2002): *Handbook of Federal Countries*. Montreal-Kingston: McGill Queen`s University Press.
- HAMILTON, A; MADISON, J. y JAY, J., (1957): *El federalista*. México: FCE.
- RUBIO LLORENTE, F., (1993): *La forma del poder*. Madrid: CEC.
- TARLTON, CH. D., (1965): «Symmetry and Asymmetry as Elements of Federalism: a Theoretical Speculation», *The Journal of Politics*, 27 (4): 861-874.
- TUDELA ARANDA, J. y KNÜPLING, F. (eds.), (2010): *España y modelos de federalismo*. Madrid: Fundación Manuel Giménez Abad, Centro de Estudios Políticos y Consitucionales.
- WATTS, R. L., (2006): *Sistemas federales comparados*. Madrid: Marcial Pons.

INTRODUCTION TO THE AMERICAN CONSTITUTION
PROFESSOR WEAVER
MAY, 2022

Course Goals and Objectives: This course is designed to give students a comprehensive introduction to the U.S. constitutional system, as well as to the U.S. approach to “rights,” in particular the right to freedom of expression.

Topics to be Covered.

- I. The U.S. Declaration of Independence in historical perspective.
- II. The Events That Led to the Creation of the U.S. Constitution.
- III. The Structure of the Federal Government (separation of powers, checks and balances, judicial review, and the role of the courts).
- IV. The Relationship between the Federal Government and the States (the system of dual competencies, and the Supremacy Clause).
- V. The American Concept of Rights (the Bill of Rights) and Due Process (both procedural and substantive).
- VI. The American Approach to Freedom of Expression.
 1. Justifications and Philosophical Approach.
 2. Categorical Approach and Balancing (child pornography, obscenity & fighting words).
 3. American Exceptionalism (defamation, privacy, advocacy of illegal action, intentional infliction of emotional distress, content neutrality).
 4. Prohibition Against Prior Restraints.
 5. Public Forum Doctrine
 6. Evolving Standards Regarding Media and New Technologies (the press, radio, television, satellite and cable television).
 7. The Implications of the Internet for Democracy.
- VII. The Religion Clauses (the Establishment Clause and the Free Exercise Clause).

European and International Energy Law

Intensive Course (Junho 2022) – Syllabus

- I. Energy law and the transition of energy supply systems – the political and legal backgrounds
 1. The international law on climate change and its relevance for energy law
 2. Single market and environmental protection in the law of the European Union:
Reconciling conflicts in EU energy law
- II. International energy law: The current state of climate change law and its obligations for the international community
 1. The UN Framework Convention on Climate Change
 2. The Paris Agreement
- III. EU energy law: A major single market project
 1. The single market in energy: An EU target for more than 20 years
 - a. Primary law: Market freedoms and state aid law
 - b. Secondary legislation
 2. The Treaty of Lisbon and the introduction of Art. 194 TFEU
 3. The European Energy Union
 - a. Political goals
 - b. Legislative acts
 4. Energy law and the European Green Deal: Towards a “climate-neutral” energy system?

- IV. EU energy law and national energy supply: The reconstruction of the national energy law systems
 - 1. The challenges: security of supply, environmental protection, single market, affordability
 - 2. Main areas of conflict
 - a. The general structures of energy supply in the Member States
 - b. The integration of renewable energies and national support schemes
 - c. Grid extension and sustainability
 - d. Flexibility and IT-based solutions
- V. Investments in energy supply systems in times of transition
 - 1. The EU legal framework and the role of state aid law
 - 2. International energy investment law: The Energy Charter Treaty
 - 3. EU external relations in the field of energy law
- VI. Conclusions

Reading

Blumann (dir.), Vers une politique européenne de l'énergie, 2012

Cameron, Heffron, Legal Aspects of EU Energy Regulation: The Consolidation of Energy Law Across Europe, 2016

Johnston, Block, EU Energy Law, 2012

Leal-Arcas, Wouters (eds.), Research Handbook on EU Energy Law and Policy, 2017

Roggenkamp, Redgwell, Rønne (eds.), Energy Law in Europe: National, EU and International Regulation, 2016

Talus, Introduction to EU Energy Law, 2016

Talus (ed.), Research Handbook on International Energy Law, 2014

EU Administrative Law and Administrative Procedure

Prof. Diana-Urania Galetta
Università degli Studi di Milano

The course is divided into **five sessions (each of 2 hours)**, in which we will explore the following topics.

Students should download the materials indicated in the syllabus,

which will be read and discussed together in class.

The course will be taught in **English language**.

The professor speaks fluently Italian, English, French, German and Spanish.

1. General Introduction to the topic. The birth of European administrative law and the jurisprudence of the European Court of Justice

Two fundamental ECJ decisions will be studied and commented, which are still today the basis of European administrative law :

- a. The Judgment of the Court of 12 July 1957, *Dinecke Algera, Giacomo Cicconardi, Simone Couturaud, Ignazio Genuardi, Félicie Steichen v Common Assembly of the European Coal and Steel Community*, Joined Cases 7/56 and 3/57 to 7/57 ECLI:EU:C:1957:7 and the opinion of Advocate general Lagange of 14 June 1957

The texts are available in all EU languages at : [http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?pro=&lgrec=en&nat=or&oqp=&dates=&lg=&language=fr&jur=C%2CT%2CF&cit=none%252CC%252CCJ%252CR%252C2008E%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252Ctrue%252Cfalse%252Cfalse&num=7%252F56&td=%3BALI&pcs=Oor&avg=&page=1&mat=or&ige=&for=&cid=1103251](http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?pro=&lgrec=en&nat=or&oqp=&dates=&lg=&language=fr&jur=C%2CT%2CF&cit=none%252CC%252CCJ%252CR%252C2008E%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252Ctrue%252Cfalse%252Cfalse&num=7%252F56&td=%3BALI&pcs=Oor&avg=&page=1&mat=or&ige=&for=&cid=1103251)

- b. The Judgment of the Court of 13 June 1958, *Meroni & Co., Industrie Metallurgiche, società in accomandita semplice v High Authority of the European Coal and Steel Community*, Case 10-56., ECLI:ECLI:EU:C:1958:8 and the opinion of Advocate general Roemer of 19 mars 1958

The texts are available in all EU languages at :
<http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?pro=&lgrec=en&nat=or&oqp=&dates=&lg=&language=en&jur=C%2CT%2CF&cit=none%252CC%252CCJ%252CR%252C2008E%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252Ctrue%252Cfalse%252Cfalse&num=10%252F56&td=%3BALL&pccs=Qor&avg=&page=1&mat=or&jge=&for=&cid=807784>

2. EU centralised administration and EU shared administration.

The law of executive action of the EU institutions, bodies, offices and agencies and the law of implementation of EU policies by Member State's authorities.

- The *Oleificio Borelli* case will be examined in class as an example of the difficulties due to a lack of coordination of the legal frameworks for shared administration.

Judgment of the Court (Fifth Chamber) of 3 December 1992. Oleificio Borelli SpA v Commission of the European Communities. Action for the annulment of the Commission's decision refusing to grant aid from the EAGGF under Council Regulation (EEC) N° 355/77 - Withdrawal of approval by the Member State concerned - Claim for damages. Case C-97/91. , available at:

<http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?oqp=&for=&mat=or&lgrec=it&jge=&td=%3BALL&jur=C%2CT%2CF&num=C->

[97%252F91&page=1&dates=&pcs=Oor&lg=&pro=&nat=or&cit=none%252CC%252CCJ%252CR%252C2008E%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252Ctrue%252Cfalse%252Cfalse&language=en&avg=&cid=5903874](#)

- The *Berlusconi* case will also be examined in class, as it deals with the division of jurisdiction between EU Courts and courts of the Member States that results from the involvement of national authorities in the course of a procedure, such as that at issue in the main proceedings, which leads to the adoption of an EU act.

Judgment of the Court (Grand Chamber) of 19 December 2018, *Silvio Berlusconi and Finanziaria d'investimento Fininvest SpA (Fininvest) v Banca d'Italia and Istituto per la Vigilanza Sulle Assicurazioni (IVASS)*, available at:

<http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?language=en&num=C-219/17>

3. The principle of conferral and the limits to organisational and procedural autonomy of Member States.

According to Art. 5.1. TEU “*The limits of Union competences are governed by the principle of conferral*”. In the Treaties there is no legal basis for the adoption of EU Law on procedural and organisational matters. The problem of what “procedural and organisational autonomy” concretely is and why and in how far it really exists will be dealt with by analysing also the most relevant case law of the Court of Justice on the topic and especially:

- The *Rewe* case. Judgment of the Court of 16 December 1976. - Rewe-Zentralfinanz eG et Rewe-Zentral AG v Landwirtschaftskammer für das Saarland. Reference for a preliminary ruling: Bundesverwaltungsgericht, Germany. Case 33-76, available at:
<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:61976CJ0033&from=EN>
- The *Lucchini* case. Judgment of the Court (Grand Chamber) of 18 July 2007. Ministero dell'Industria, del Commercio e dell'Artigianato v Lucchini SpA. Reference for a preliminary ruling: Consiglio di Stato - Italy. Case C-119/05, available at:
<http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?oqp=&for=&mat=or&lgrec=it&jge=&td=%3BALL&jur=C%2CT%2CF&num=C-119%252F05&page=1&dates=&pcs=Oor&lg=&pro=&nat=or&cit=none%252CC%252CCJ%252CR%252C2008E%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252Ctrue%252Cfalse%252Cfalse&language=en&avg=&cid=7421805>
- The *Pizzarotti* case. Judgment of the Court (Second Chamber), 10 July 2014. Impresa Pizzarotti & C. SpA v Comune di Bari and Others. Request for a preliminary ruling from the Consiglio di Stato. Case C-213/13, available at:
<http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?oqp=&for=&mat=or&lgrec=it&jge=&td=%3BALL&jur=C%2CT%2CF&num=C-213%252F13&page=1&dates=&pcs=Oor&lg=&pro=&nat=or&cit=none%252CC%252CCJ%252CR%252C2008E%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252Ctrue%252Cfalse%252Cfalse&language=en&avg=&cid=7421805>

4. The Right to good administration.

Article 41 of the Charter of fundamental rights and correlated fundamental rights: contents, sources and developments.

- Students are advised to read Articles 41 and 51 of the Charter as well as the relevant official explanations (available at <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=OJ%3AC%3A2007%3A303%3ATOC> in all EU).
- As supplementary reading the following is recommended: The General Principles of EU Administrative Procedural Law – In - depth Analysis for the European Parliament’s Committee on legal affairs (available at http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/IDAN/2015/519224/IPOL_IDA%282015%29519224_EN.pdf)

5. Towards a codification of EU administrative procedure?

The initiatives of the European Parliament and the ReNEUAL Model Rules on EU Administrative Procedure will be examined.

Students can find the texts of the EU Parliament’s European Parliament resolution of 9 June 2016 for an open, efficient and independent European Union administration <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P8-TA-2016-0279+0+DOC+XML+V0//EN> in all EU languages,

As well as of the ReNEUAL Model rules in English and Spanish at <http://www.reneual.eu/>. Other language versions exist, but only published in printed version.

Professor Diana-Urania Galetta’s cv and publications list is to be found at:

https://work.unimi.it/chiedove/cv/ENG/dianaurania_galetta.pdf

https://work.unimi.it/chiedove/cv/dianaurania_galetta.pdf

PHILOSOPHIE DU DROIT

10H

Alexandre VIALA

Professeur à l'Université de Montpellier

La philosophie du droit est l'histoire d'une querelle entre deux visions du monde : l'une substantialiste et l'autre relativiste. Cette *summa divisio* connaît déjà sa première illustration littéraire dans un extrait de l'œuvre de Platon : l'*Euthyphron*. Dans ce dialogue écrit par l'illustre fondateur de l'Académie, Socrate demande à Euthyphron ceci :

« *Le saint est-il aimé des dieux parce qu'il est saint ou est-il saint parce qu'il est aimé des dieux ?* » (Platon, *L'Euthyphron ou de la piété, Œuvres complètes*, tome I, Gallimard, coll. La Pléiade, 1950, p. 351).

En fondant l'attrait des dieux pour le saint sur sa sainteté intrinsèque, la première alternative est de type substantialiste (essentialiste) car elle repose sur le présupposé de l'existence d'une sainteté en soi. Des comportements ou des actions seraient, par essence, frappés du sceau de la sainteté. En fondant au contraire la sainteté du saint sur l'amour qu'il suscite chez les dieux, la seconde alternative est de type relativiste car en faisant de leur opinion subjective la source de la sainteté, elle fait de celle-ci, qui n'existerait pas en soi, une question d'autorité et non de vérité. Là où le substantialisme voit des entités indivisibles (des substances) qui sont ce qu'elles sont indépendamment de toute construction, le relativisme ne considère que des entités divisibles et forgées par l'esprit.

Cette dichotomie divise depuis leurs lointaines origines les deux grands courants de la philosophie du droit. Certaines doctrines, qu'on retrouve principalement – mais pas seulement – au sein du courant jusnaturaliste, sont fondées sur la conviction selon laquelle la raison est capable de connaître ce qui est juste *par nature*. La vision substantialiste du droit qui les anime repose sur une méta-éthique cognitiviste.

D'autres au contraire, qu'on associe généralement au courant juspositiviste, ont une conception plus pessimiste de la raison et lui dénie l'aptitude à connaître ce qu'est, en soi, le droit juste. C'est qu'en effet, un tel pessimisme épistémologique repose sur l'idée que le droit ne serait pas le reflet de la raison mais plutôt la traduction des émotions du législateur ou du juge. Le relativisme axiologique qui les caractérise se fonde sur une méta-éthique émotiviste.

Le cours a pour objet de présenter ces deux visions irréconciliables du monde, dont la pensée juridique est depuis toujours – et pour toujours – marquée. L'évocation de quelques courants de la philosophie du droit permettra de prendre la mesure de cet antagonisme. Dire *l'essentiel de la philosophie du droit* implique inévitablement des choix et des sacrifices. Ce sont les courants qui jouissent de la plus grande audience dans le débat doctrinal français qui seront dès lors traités dans ce cours.

1 – Les philosophies du droit substantialistes

2 – Les philosophies du droit relativistes

The philosophy of law is the story of a quarrel between two visions of the world : one substantialist and the other relativist. This *summa divisio* already knows his first literary illustration in an text from Plato's work : the *Euthyphron*. In this dialogue written by the illustrious founder of the Academy, Socrates asks Euthyphron :

"Is the saint loved by the gods because he is holy or is he holy because he is loved by the gods ? (Plato, The Euthyphron or Piety, Complete Works, Volume I, Gallimard, Coll. La Pléiade, 1950, 351).

By basing the attraction of the gods for the saint on his intrinsic holiness, the first alternative is substantialist (essentialist) because it rests on the presupposition of the existence of holiness in itself. Behaviors or actions would, in essence, be sealed with sanctity. On the contrary, by basing the holiness of the saint on the love he arouses among the gods, the second alternative is of the relativistic type, because by making of their subjective opinion the source of holiness, it makes of it, which does not would not exist in itself, a question of authority and not of truth. Where substantialism sees indivisible entities (substances) which are what they are regardless of any construction, relativism only considers divisible and forged entities by the mind.

This dichotomy divides from their distant origins the two great currents of the philosophy of law. Certain doctrines, which are mainly, but not only, found in the *jusnaturalist* current, are based on the conviction that reason is capable of knowing what is right by nature. The substantialist vision of the law that animates them is based on a *cognitivist meta-ethics*.

Others, on the contrary, which are generally associated with the current *juspositivist*, have a more pessimistic conception of reason and deny it the ability to know what is, in itself, the right right. It is because such an epistemological pessimism rests on the idea that the law is not the reflection of reason but rather the translation of the emotions of the legislator or the judge. The *axiological relativism* that characterizes them is based on an *emotivist meta-ethics*.

The course aims to present these two irreconcilable visions of the world, whose legal thinking has always been - and forever - marked. The evocation of some currents of the philosophy of law will make it possible to take the measure of this antagonism. To say the essence of the philosophy of law inevitably implies choices and sacrifices. It is the currents that enjoy the greatest audience in the French doctrinal debate that will be treated in this course.

1 - Fundamentalist philosophies of law

2 - Relativistic philosophies law

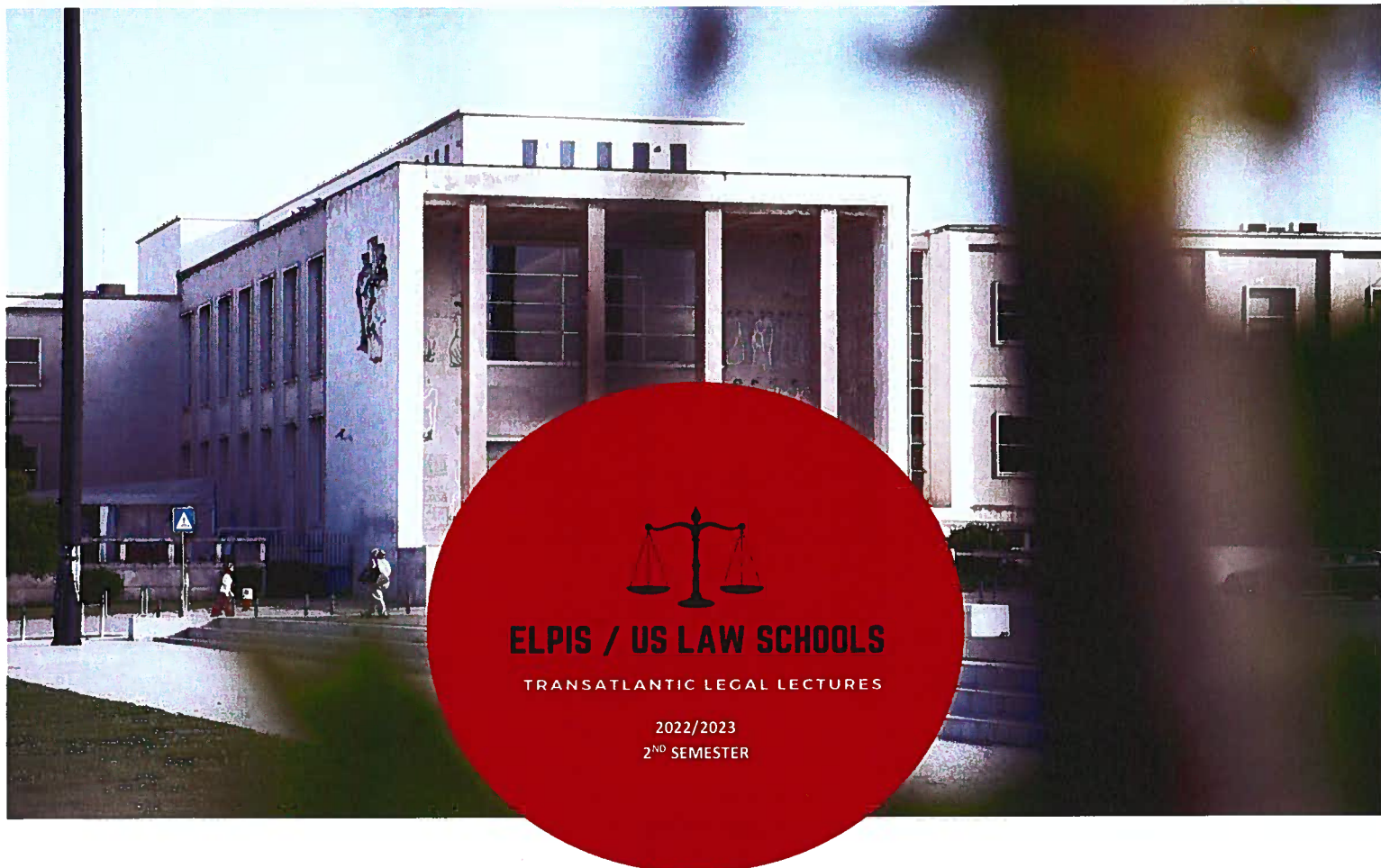
Bibliographie recommandée :

Ouvrages :

- Alexandre Viala, *Philosophie du droit*, Ellipses, coll. « Cours magistral », 2^{ème} éd. 2019.
- Alexandre Viala, *L'essentiel de la philosophie du droit*, Gualino-Lextenso, 2^{ème} éd., 2018.
- René Sève, *Philosophie et théorie du droit*, Dalloz, 2^{ème} éd., 2017.
- Michel Troper, *Philosophie du droit*, PUF-Que sais-je ?, 4^{ème} éd., 2015.
- Paul Amselek, *Cheminelements philosophiques dans le monde du droit et des règles en général*, Armand Colin, 2012.
- Paul Amselek (sous la dir. de), *Controverses autour de l'ontologie du droit*, PUF 1988.
- Simone Goyard-Fabre, *Les fondements de l'ordre juridique*, PUF 1992
- Michel Troper, *Pour une théorie juridique de l'Etat*, PUF-Léviathan, 1994
- Michel Troper, *La théorie du droit, le droit, l'Etat*, PUF-Léviathan, 2002
- Michel Troper, *Le droit et la nécessité*, PUF-Léviathan, 2011
- Pierre Bouretz (sous la dir. de), *La force du droit*, Ed. Esprit, 1991
- Michel Villey, *La formation de la pensée juridique moderne*, PUF-Léviathan, 2003
- Léon Duguit, *L'Etat, le droit objectif et la loi positive*, Dalloz (rééd.), 2003
- Raymond Carré de Malberg, *Contribution à la Théorie générale de l'Etat*, Dalloz (rééd.), 2003
- Hans Kelsen, *Théorie pure du droit*, trad. Ch. Eisenmann, 2^{ème} éd. (rééd. LGDJ-Bruylant, 1999)
- Carl Schmitt, *Théorie de la Constitution*, 1928, PUF-Léviathan (rééd), 1996
- Eric Millard et Olivier Jouanjan (sous la dir. de), *Les théories réalistes du droit*, Presses Universitaires de Strasbourg, 2000.
- Jean-Cassien Billier et Aglaé Maryioli, *Histoire de la philosophie du droit*, Armand Colin, 2001
- Rémy Libchaber, *L'ordre juridique et le discours du droit. Essai sur les limites de la connaissance du droit*, LGDJ, 2013.
- Lucien François, *Le cap des tempêtes. Essai de microscopie du droit*, Bruylant, 2012.
- Alain Saudan, *Fonder la loi*, Le Pommier, 2017.
- Sébastien Neuville, *Philosophie du droit*, LGDJ, 2019.

Revue :

- Archives de philosophie du droit
- Droits (Revue Française de théorie, de philosophie et de culture juridiques)
- Droit et philosophie (Annuaire de l'Institut Michel Villey)
- Droit et société
- Jurisprudence (Revue critique)
- Juspoliticum (Revue en ligne)
- Revue de la recherche juridique et de droit prospectif
- Revue interdisciplinaire d'études juridiques



The University of Lisbon Faculty of Law, in partnership with the Lincoln Memorial University – Duncan School of Law, and the Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover - Juristische Fakultät, is pleased to invite the entire academic community to attend the ELPIS / US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures of the 2nd semester of the academic year 2022/2023:

April 21st 5 pm	Professor Vasco Pereira da Silva University of Lisbon Faculty of Law (Portugal) The Recovery and Resilience Plans and the Emergence of War in Europe - What future for Europe Now?
April 28th 6 pm	Professor Mohamed Akram Faizer Lincoln Memorial University - Duncan School of Law (EUA) Revitalizing American Federalism by Way of the U.S. Constitution's Taxing and Spending Clause Professor Arléne Amarante Lincoln Memorial University, Duncan School of Law (EUA) Epistemic Injustice in Asylum Law
May 5th 6 pm	Professor Vonda M. Laughlin Lincoln Memorial University - Duncan School of Law (EUA) Obtaining Health Care in the U.S. as compared to Europe, Including Issues with Health Insurance and Medicare Benefits in the U.S. Professor Katie Tolliver Jones Lincoln Memorial University - Duncan School of Law (EUA) Working with Students with Dyslexia and ADHD
May 19th 10:30 am	Dr. Balázs Rigó Eötvös Loránd University (Hungary) What is Legal History? - Some Methodological Questions Between History and Jurisprudence
June 2nd 1:30 pm	Professor Diane Penneys Edelman Charles Widger School of Law – Villanova University (EUA) Bringing Legal Practice to Life - Hosting Guest Speakers and Alumni in the Classroom
June 16th 10:30 am	Professor Tran Viet Dung Ho Chi Minh City University (Vietnam) Vietnam's Experience with Development of International Investment Agreements and Investor-State Dispute Settlement
June 23rd 10:30 am	Professor Dovile Sagatiene Mykolas Romeris University (Lithuania) Soviet Genocide in Lithuania from Legal History Perspective
June 30th 10:30 am	Professor Massimo Luciani Sapienza Università de Roma (Italy) The State of Exception as a Legal Concept
July 14th 6 pm	Students' Colloquium and Presentations <i>Topics ad libitum</i>

ZOOM
<https://videoconf-colibri.zoom.us/j/5321319614>
532 131 9614

Assoc. Prof. dr. Dovile Gailiute-Janusone



dgailiute@mruni.eu



Experiences

ASSOC. PROF./LECTURER
Mykolas Romeris University

2007 - present

Lectures, seminars/tutorials (subjects: International Protection of Human Rights; Public International Law), supervision of bachelor and master thesis, research

VICE-DEAN FOR INTERNATIONAL RELATIONS AND STUDIES

2016 - present

Mykolas Romeris University

Coordination of students and staff mobility; coordination of joint/double degree programs; representation of the Law School in international legal networks, etc.



Education

PH.D. IN LAW

2009 - 2013

Mykolas Romeris University

Thesis: "Right to Adequate Housing"



Fields of interest, languages

Human Rights

English



Right to private life

Russian



Freedom of religion

Italian



Socio-economic rights

French



German



Achievements

12

PROJECTS

20

PUBLICATIONS

30

PRESENTATIONS

14

TEACHING YEARS



Hobbies





Personal Information

Francisco Balaguer Callejón. Spain: 16/12/1959.

Homepage: <http://www.ugr.es/%7Ejmonnet/balaguer/FBC.htm>

Education

1984 Ph. D. in Law. University of Granada: 29/9/1984. Supervisor: Juan José Ruiz-Rico López-Lendínez

Current Position

1991-present: Full Professor (Catedrático de Universidad). Law School, Granada University. Jean Monnet Professor of European Constitutional Law and Jean Monnet Professor *ad personam* of European Constitutional Law and Globalization

Previous positions/Invited guest positions

1985: Visiting Professor: Indiana University-Purdue University at Indianapolis Law School, USA.

1999 and 2006: Professore Visitatore, Università degli studi La Sapienza, Rome, Italy

2004: Jean Monnet Professor of European Constitutional Law

2009, 2018 and 2020: Professore Visitatore, Università degli Studi di Milano, Italy

2010: Jean Monnet Professor *ad personam* of European Constitutional Law and Globalization

2015: Professeur Invité, Université de Montpellier, France

2010-present, every year (except 2020): Professor Visitante, Universidade de Lisboa, Portugal

Publications

Author of more than 500 publications in 12 countries: Spain, France, Mexico, Italy, Peru, Portugal, Brazil, Belgium, Holland, Germany, United Kingdom and Switzerland.

Research evaluated with 6 research periods of six years, the maximum in Spanish Research System

Google Scholar Citations (June 2021): 2633, h-index 23, i10-index 66. More than 400 cited references: <https://scholar.google.com/citations?hl=en&user=teycpXUAAAAJ>

Fellowships and awards

1990 DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst): Regensburg (Germany) 2 months

1993 Ministry of Education and Science, Spain: Regensburg (Germany) 4 months

1993 Prize “Adolfo Posada”, CEC (Spanish Government, Ministry of Presidency) 1991-1992 for the book *Fuentes del Derecho* (Tecnos, Madrid, 2 volumes, 1991 and 1992).

2011 Doutor Honoris Causa (Ph.D. Honoris Causa) Federal University of Maranhão, S.Luis (Brazil)

Supervision of Doctoral Theses

I have supervised 24 Doctoral Theses of doctoral candidates from Spain, Portugal, Brazil and Italy. All of them received the honours of “Cum Laude”. Five of them received the Law School Prize at the University of Granada. One obtained the title “Doctor Europeo” and another of them the mention of “Doctorado Internacional”. Nine of them were directed in co-supervision with the University of Lisbon and several Universities of Italy. 8 were defended in Italy: La Sapienza (Rome, 2008, 2011 and 2015), University of Calabria (2011), Second University of Naples (Naples, 2009, 2010 and 2014) and Bari (University of Bari, 2012).

Teaching activities

1981-1989: Malaga University Law School (Spain)

1989-Present: Granada University Law School (Spain)

1993-Present: Coordinator of Doctoral Programmes and Official Masters. Law School of Granada University.

2006-2016: Coordinator of The Official Master and Doctoral Programme of European Constitutional Law at the Law Faculty in Granada with a mention of quality of the Spanish government.

Currently Coordinator of the Official Master on Fundamental Rights in national, supranational, and global perspective.

Doctoral courses and seminars taught in more than 80 Doctoral Programs at more than 20 different Universities in Spain and other countries.

Organisation of international conferences in the field of the applicant

Direction of more than 40 International Congresses and Seminars on Constitutional Law and European Law in Spain, France, Portugal, Italy and Brazil.

Institutional responsibilities

1996 to 2008 Director of the Department of Constitutional Law, University of Granada.

1994 to 2005 Counselor of the Consejo Consultivo de la Comunidad Autónoma de Andalucía.

2004 to present Director of the Law Journal *Revista de Derecho Constitucional Europeo* (Spain)

2015 to present Co-Director of the Law Journal *La Cittadinanza Europea*, Rome (Italy).

Reviewing Activities

Member of Editorial Boards and Committees of 59 Journals of Constitutional Law and Comparative Law as well as editorial councils in Italy (25) Brazil (14) Spain (14) Mexico (2) Peru (1) Portugal (1) Malta (1) & Russia (1).

Member of 69 Doctoral Theses Examining Boards in Spain and Italy (including EUI)

As evaluator: ANECA, ANEP, Fundación BBVA and other institutions in Spain.

Member of the jury of juridical prizes in different universities and institutions.

Memberships of scientific societies

Portugal: Member of the *Comissão de Acompanhamento del Centro de Investigação em Direito Público do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito (Lisbon University).*

Italy: Member of the *Collegio dei Docenti del Corso di Dottorato di Ricerca in Internazionalizzazione dei sistemi giuridici e diritti fondamentali* (Second University of Naples) and of the Scientific Committee *Centro di Ricerca sui Sistemi Costituzionali Comparati* (Genoa University)

Spain: I have been a member of the working group on the future of the European Union in the Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos, Madrid.

Germany: Member of the *Societas Iuris Publici Europaei* (SIPE, Georg-August-Universität)

European Union: I have been a member of the legal experts group of the European Union Agency for Fundamental Rights (FRALEX).

Invited presentations to internationally established conferences and/or international advanced schools

More than 500 Lectures, Courses and Seminars given in German, English, Italian, French, Portuguese and Spanish in 12 Countries (Belgium, Brazil, France, Germany, Italy, Mexico, Peru, Portugal, Spain, Hungary, Switzerland and United Kingdom). For instance, out of Spain: in London, Cambridge, Brussels, Bonn, Bayreuth, Hannover, Hamburg, Budapest, Rome, Lisbon, Montpellier, Lima, Mexico City, Brasília, São Paulo, Coimbra, Milan, La Rochelle, Regensburg, Porto Alegre, São Luis, João Pessoa, Siena, Catania, Palermo, Pisa, Ferrara, Naples, Baden-Baden, Genoa, Cosenza, Cagliari, Erlangen, Erfurt and Sankt-Gallen.

Research Projects that the applicant Principal Investigator has led

12 National and International Projects, including an “Integrated Action” between Spain and Germany (1993 and 1994) an “Integration Action” between Spain and Italy (2007), the Jean Monnet Chair *ad personam* of European Constitutional Law and Globalization 176234-LLP-2010-1-ES-AJM-CL (2010) and the Centre of Excellence on European Integration and Globalization (Ei&G) JM Centre of Excellence 542418-LLP-1-2013-1-ES-AJM-PO/2013-3027 (2013-2016).

Major collaborations

I am directing a network of young researchers from all over the world who have collaborated with my Jean Monnet Chairs and with the Centre of Excellence on European Integration and Globalization (Ei&G) that I have directed. I have supervised the Doctoral Theses from some of them. Several from those researchers have qualified as Associated Professors or Full Professors in several countries.

I have prepared legal studies and opinions for public institutions and private companies: Government of Spain, Council of State, Autonomous Communities and FRALEX, among others.

Representative monographs:

The following monograph has been published in Italian (Italy) in Portuguese (Brazil) and in Spanish (Mexico):

La proiezione della Costituzione sull'ordinamento giuridico, Cacucci Editore, Bari, (Italy) 2012, 110 pages. ISBN: 978-88-6611-211-2.

A Projeção da Constituição Sobre o Ordenamento Jurídico, Saraiva, São Paulo (Brazil) 2014, 120 pages. ISBN: 978-85-02-20926-8.

La proyección de la Constitución sobre el ordenamiento jurídico, Suprema Corte de Justicia de la Nación, Mexico D.F. (Mexico), 2015, 145 pages. I.S.B.N.: 978-607-468-632-6.

10 Representative publications from the last ten years (2011-2021):

Each one of the following publications has been published in several countries and languages, up to six different countries some of them. They have been published in six different languages: Spanish, German, English, French, Portuguese and Italian.

1. Brazil: "A interação entre democracia e direitos no constitucionalismo e sua projeção supranacional e global", *Direito Público*, 49, Jan-Fev/2013, 210-235. Also published in Mexico.
2. Spain: "Crisis económica y crisis constitucional en Europa", *Revista Española de Derecho Constitucional*, número 98, Mayo/Agosto 2013, 91-107. Also published in Portugal, France, Italy, Perú and Brazil, in different versions.
3. Germany: "European Identity, Citizenship and the Model of Integration", *Jahrbuch des öffentlichen Rechts der Gegenwart*, Mohr Siebeck, Tübingen, Bd. 62, 2014, 311-323. Also published in Belgium.
4. Italy: "Profili metodologici del Diritto Costituzionale europeo", *La cittadinanza europea*, n° 1/2015, 39-62. Also published in Portugal and France.
5. Portugal: "The dialectic relation between the national and the European constitutional identity in the framework of European Constitutional Law", *UNIO - EU Law Journal*. Vol. 3, No. 3, May 2017, pp 10-24: <https://revistas.uminho.pt/index.php/unio/article/view/314/317>. Also published in Portuguese and in Spain and Italy, in different versions.
6. France: "La fragmentation du pouvoir constituant" en *Le pouvoir constituant au XXI^e siècle*, Sous la direction scientifique de Francisco Balaguer Callejón, Stéphane Pinon et Alexandre Viala, Institut Universitaire Varenne, Paris, 2017. Also published in Germany, México and Spain.
7. UK: "Constitutional Courts under Pressure – New Challenges to Constitutional Adjudication. The Case of Spain", in *New Challenges to Constitutional Adjudication in Europe. A Comparative Perspective*. Edited by Zoltán Szente, Fruzsina Gárdos-Orosz, Routledge, London and New York, 2018, pp. 164-184. Also published in Italy.
8. Germany: "The Relevance of Subsidiarity to European Integration", en Jörn Axel Kämmerer, Markus Kotzur, Jacques Ziller (Ed.) *Integration und Desintegration in Europa*, Nomos Verlagsgesellschaft, Baden-Baden, 2019, pp. 137-156. Also published in Spain.
9. Italy: "Le due grandi crisi del costituzionalismo di fronte alla globalizzazione nel XXI secolo", en *Passato, presente e futuro del costituzionalismo e dell'Europa*, a cura di F. Lanchester, CEDAM, 2019, pp. 59-82. Also published in Spain and Brazil.
10. Germany: "Die Einwirkungen des Unionsrechts und der EMRK auf die nationalen Verfassungen. Der Fall Spanien", en *Verfassungsentwicklungen im Vergleich*. Herausgegeben von Hermann-Josef Blanke, Siegfried Magiera, Johann-Christian Pielow, Albrecht Weber, Duncker & Humblot, Berlin, 2021

Positions and Invited guest positions in the last ten years

2009, 2018 and 2020: Professore Visitatore, Università degli Studi di Milano, Italy

2010: Jean Monnet Professor *ad personam* of European Constitutional Law and Globalization

2015: Professeur Invité, Université de Montpellier, France

2010-present, every year (except 2020): Professor Visitante, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. Dr. Arndt Künnecke is Professor for Public Law and Politics at the Federal University of Applied Sciences for Public Administration in Brühl / Germany. From 2007-2017 he was working in Turkey as lecturer for law and political science at Okan University Istanbul and MEF University Istanbul. Besides, he also practiced as lawyer and freelance journalist for German media. Throughout his academic career he conducted extensive interdisciplinary research on comparative aspects in Turkish and European law and politics, minority rights, EU consumer law and European migration law and politics, and published several books and articles on these subjects.

During his three years at MEF University, where – as the world's first and only university – each course was given in compliance with the Flipped Classroom teaching approach, Prof. Künnecke produced professional and engaging pre-class videos to enhance learning experiences and improve results and he became one of Europe's leading experts in flipped teaching. In times of the need for distance teaching due the Covid-19 pandemic, he developed his own successful VWZ distance teaching approach combining the tools of explanatory Videos, constant and easy accessible communication via WhatsApp and regular virtual meetings on Zoom.

MASSIMO LUCIANI

CURRICULUM VITAE

Massimo Luciani è professore ordinario di Istituzioni di diritto pubblico nella Facoltà di Giurisprudenza dell'Università degli Studi di Roma, "La Sapienza". È stato Presidente dell'Associazione Italiana dei Costituzionalisti per il triennio 2015-2018. È avvocato, del Foro di Roma, abilitato al patrocinio innanzi le giurisdizioni superiori (esercita attività professionale, in particolare, ma non esclusivamente, nei settori del diritto costituzionale, del diritto regionale, del diritto amministrativo, del diritto previdenziale delle categorie libero-professionali).

Ha conseguito in data 8 aprile 1975 il diploma di laurea in Giurisprudenza presso l'Università degli Studi di Roma, "La Sapienza", con voti 110/110 e lode, discutendo una tesi di laurea in diritto costituzionale.

Ha iniziato l'attività didattica e di ricerca in data 21 maggio 1975 presso la Facoltà di Giurisprudenza dell'Università degli Studi di Roma, "La Sapienza", Cattedra di Diritto costituzionale I, in qualità di assistente incaricato supplente.

Ha abbandonato tale incarico in data 20 aprile 1976 per ottemperare agli obblighi di leva, assolti i quali ha proseguito presso l'insegnamento sopra indicato, ma senza la suddetta qualifica, l'attività di ricerca.

Dal 1° aprile 1979 al 15 novembre 1985 è stato assistente ordinario presso l'Istituto Universitario Navale di Napoli, Facoltà di Economia marittima, Cattedra di Istituzioni di diritto pubblico.

Dal 15 aprile 1985 al 31 ottobre 1985 e dal 1° marzo 1986 al 28 febbraio 1987 ha prestato servizio come assistente di studio presso la Corte costituzionale.

Dal 16 novembre 1985 al 1° luglio 1987 ha prestato servizio come professore associato di diritto costituzionale italiano e comparato presso la Facoltà di Scienze politiche dell'Università degli Studi di Perugia.

Dal 2 luglio 1987 al 31 ottobre 1990 ha prestato servizio come professore straordinario di diritto costituzionale presso la Facoltà di Giurisprudenza dell'Università degli Studi di Pavia.

Nell'Anno accademico 1987/1988 ha tenuto per supplenza il corso di diritto costituzionale presso la Facoltà di Giurisprudenza dell'Università degli Studi di Perugia.

Dal 1° novembre 1990 ha prestato servizio come professore ordinario di diritto costituzionale presso la Facoltà di Giurisprudenza dell'Università degli Studi di Perugia.

Dal 1° novembre 1994 al 31 ottobre 1996 ha prestato servizio come professore ordinario di Diritto parlamentare presso la Facoltà di Scienze politiche dell'Università degli Studi di Roma, "La Sapienza".

Dal 1° novembre 1996 (passato al SSD IUS 09) presta servizio come professore ordinario presso la Facoltà di Giurisprudenza dell'Università degli Studi di Roma "La Sapienza".

È risultato vincitore di un concorso per tesi di laurea bandito dal Ministero del bilancio e della programmazione economica (comunicazione in data 27 febbraio 1978).

È risultato vincitore di una borsa di studio bandita dal Centro di Studi americani e della relativa borsa di viaggio bandita dalla Commissione per gli scambi culturali tra l'Italia e gli Stati Uniti nel quadro del programma Fulbright-Hays, presentando un programma di ricerca da compiersi presso la Johns Hopkins University di Baltimora sul tema degli emergency powers del Presidente degli Stati Uniti (comunicazioni in data 16 marzo e 25 luglio 1978; di tali borse non ha peraltro fruito per ragioni personali).

È stato insignito del "Premio Sandulli" 2017.

È stato insignito, il 13 novembre 2018, del titolo di Dottore *honoris causa* dell'Università di Aix-Marseille.

Fa parte:

della direzione della Rivista "Politica del diritto";
della direzione della Rivista "Diritto e società";
del comitato di direzione della Rivista "Rivista di diritto sportivo";
del consiglio direttivo della Rivista "Democrazia e diritto";
del comitato scientifico della Rivista "Giurisprudenza costituzionale";
del comitato scientifico della Rivista "Teoria politica";
del comitato scientifico della "Rivista della Corte dei conti";
del comitato scientifico della "Rivista del Diritto della Sicurezza Sociale";
del comitato scientifico della Rivista "Nomos. Le attualità nel diritto";
del comitato scientifico della Rivista "Munus. Rivista giuridica dei servizi pubblici";
del comitato scientifico della Rivista "Libero osservatorio del diritto";
del comitato scientifico della Rivista "Corti Supreme a Salute";
del comitato scientifico della Rivista "La Previdenza Forense"

È stato componente della Commissione per le Autonomie istituita con Decreto del Ministro per gli Affari Regionali e le Autonomie del 3 dicembre 2019.

È componente del Comitato scientifico della Scuola di alta formazione della Corte dei conti "Francesco Staderini".

È componente della Commissione di garanzia della F.I.G.C.

È socio fondatore e componente del Comitato scientifico di Italiadecide - Associazione di ricerca per la qualità delle politiche pubbliche.

È stato editorialista del quotidiano "La Stampa".

È stato editorialista del quotidiano "l'Unità".

È stato componente della Commissione per le politiche di integrazione degli immigrati.

È stato componente della Commissione governativa per le riforme costituzionali, insediata nel 2013.

È stato componente della Commissione "incaricata di predisporre uno schema di progetto di riforma dell'ordinamento giudiziario", istituita con d. Min. giustizia del 12 agosto 2015.

È stato componente della Commissione paritetica per le norme di attuazione dello Statuto speciale della Regione Autonoma Friuli Venezia-Giulia, nominato con Decreto del Ministro per gli Affari Regionali e le Autonomie del 28 maggio 2019.

È stato Presidente della "Commissione per elaborare proposte di interventi per la riforma dell'ordinamento giudiziario", istituita con d. Min. giustizia del 26 marzo 2021.

È stato componente dell'Alta Corte di Giustizia Sportiva presso il C.O.N.I.

È stato (per il triennio 2008-2010) Presidente della "Associazione Gruppo di Pisa", per lo studio della giustizia costituzionale.

È membro:

della Associazione italiana dei costituzionalisti (della quale è stato Presidente nel triennio 2015-2018 e del cui Direttivo, in precedenza, è stato componente per il triennio 1994-1997);

della Association française des constitutionnalistes;

del Consiglio scientifico del Centro per la riforma dello Stato;

del Centre de Droit et de Politique Comparés Jean-Claude Escarras di Tolone (Membre d'honneur);

del Comitato scientifico di Astrid.

- Nel 2006 è stato nominato Professeur invité presso l'Università di Tolone.

- Nel 2006 è stato nominato, per un breve periodo di insegnamento, Titolare della cattedra delle Corts Valencianes sobre parlamentarismo.

- Nel 2014 è stato nominato Professeur invité presso l'Università di Lille.

- Nel 2019 ha tenuto il corso "Simboli politici e Costituzione" presso l'Università di Lisbona.

Ha organizzato numerosi Seminari di studio e Convegni scientifici. In particolare:

Nell'Anno accademico 1987/1988 ha organizzato presso l'Università di Pavia un Seminario di studio sul tema "Modelli stranieri e riforme istituzionali italiane" con l'intervento dei Proff. J.C. Escarras, C. Mezzanotte e D. Schefold. Le relazioni di J.C. Escarras e D. Schefold sono state pubblicate sulla Rivista "Politica del diritto".

Nell'Anno accademico 1988/1989 ha organizzato presso l'Università di Pavia un Seminario di studio sul tema: "Il sistema delle fonti e la legge n. 400 del 1988", con l'intervento dei Proff. A.A. Cervati e F. Sorrentino.

Nell'Anno accademico 1989/1990 ha organizzato presso l'Università di Pavia un ciclo di Seminari di studio sul tema: "Concezioni dei diritti fondamentali", con l'intervento dei Proff. A. Baldassarre, P. Barile, P. Grossi, A. Pace, G.U. Rescigno, G. Zagrebelsky.

Nell'Anno accademico 1989/1990 ha organizzato, unitamente al Prof. M. Volpi, un Convegno sul tema: "Referendum. Problemi teorici ed esperienze costituzionali", tenutosi presso l'Università degli Studi di Perugia dal 25 al 27 ottobre 1990. Gli atti del Convegno sono stati pubblicati per i tipi della Casa editrice Laterza.

Nell'Anno accademico 1991/1992 ha organizzato, unitamente ai Proff. A. Anzon, B. Caravita e M. Volpi, un Convegno, tenutosi in Perugia, sul tema: "La Corte costituzionale e gli altri poteri dello Stato". Gli Atti del Convegno sono stati pubblicati per i tipi della Casa editrice Giappichelli.

Nell'Anno accademico 1992/1993 ha organizzato un ciclo di conferenze dal titolo "Riflessioni sulla fine del secolo", tenute in Perugia dai Proff. G. Ferrara, G.E. Rusconi, P. Häberle, R. Dahl. Gli Atti sono stati pubblicati per i tipi della Casa editrice Laterza.

Nell'Anno accademico 1993/1994 ha organizzato, unitamente al Prof. M. Volpi, un Convegno, tenutosi in Perugia, sul tema: "I sistemi elettorali". Gli Atti del Convegno sono stati pubblicati per i tipi della Casa editrice Laterza.

Nell'Anno accademico 1994/1995 ha organizzato un Seminario, tenutosi a Roma presso il Goethe Institut, dal titolo "Democrazia e telematica".

Nell'Anno accademico 1995/1996 ha organizzato, unitamente al Prof. M. Volpi, un Convegno, tenutosi in Perugia, sul tema: "Il Presidente della Repubblica".

Nell'Anno accademico 1996/1997 ha organizzato, unitamente al Prof. M. Volpi, un Convegno, tenutosi in Perugia, sul tema: "I diritti sociali".

Nell'Anno accademico 2010/2011 ha organizzato, unitamente ai Proff. Paggi e Pivetti, un Convegno, tenutosi in Roma, sul tema "Sviluppo capitalistico e unità nazionale".

Nell'Anno accademico 2014/2015 ha organizzato un Convegno, tenutosi in Roma, sul tema "La questione dei beni comuni: la prospettiva costituzionale".

Ha pubblicato i lavori scientifici indicati nel separato “Elenco delle pubblicazioni”.

ELENCO DELLE PUBBLICAZIONI DI MASSIMO LUCIANI

A. Volumi

1. *L'iniziativa economica privata nella giurisprudenza costituzionale* (ed. provv.), Roma, Tipografia Carpentieri, 1981, pp. 71.
2. *La produzione economica privata nel sistema costituzionale*, Padova, Cedam, 1983, pp. VI, 260.
3. *Le decisioni processuali e la logica del giudizio costituzionale incidentale*, Padova, Cedam, 1984, pp. X, 296.
4. *Diritto pubblico* (con E. Roppo), Roma - Bari-Roma, Laterza, 3^aed., 1991 (Manuale per gli Istituti tecnici).
5. *Il voto e la democrazia*, Roma, Editori Riuniti, 1991, pp. XI, 174.
6. *Referendum* (curato con M. Volpi), Roma - Bari-Roma, Laterza, 1992.
7. *La Corte costituzionale e gli altri poteri dello Stato* (curato con A. Anzon, B. Caravita, M. Volpi), Torino, Giappichelli, 1993.
8. *La democrazia alla fine del secolo* (curato), Bari-Roma, Laterza, 1994.
9. *Riforme elettorali* (curato con M. Volpi), Bari-Roma, Laterza, 1995.
10. *Il Presidente della Repubblica* (curato con M. Volpi), Bologna, Il Mulino, 1997.
11. *Diritto pubblico*, Milano, Tramontana, 1999 (Manuale per gli Istituti tecnici).
12. *Articolo 75 - Il referendum abrogativo*, in *Commentario della Costituzione*, a cura di G. Branca e A. Pizzorusso, Bologna - Roma, Zanichelli - Il Foro Italiano, 2005, pp. XLIII - 745.
13. *Lo sguardo profondo. Leopardi, la politica, l'Italia*, Modena, Mucchi, 2017, pp. 131.
14. *Costituzione italiana: articolo 12*, Roma, Carocci, 2018, pp. 151.

B. Saggi, recensioni, note a sentenza etc.

1. *Carl Schmitt ed il concetto di "dittatura"*, in *Diritto e società*, Vol. III, n. 3/4 del 1975, pp. 545-559.
2. *La L. 132/1968 e gli organi di governo degli enti ospedalieri*, in *Giurisprudenza italiana* n. 10 del 1976, pp. 18-20.
3. *L'indagine sulla "giungla" retributiva*, in *Democrazia e diritto* n. 4 del 1977, pp. 807-812.
4. *Corte costituzionale e proprietà privata*, in *Giurisprudenza costituzionale* n. 8 del 1977, pp. 1345-1400.
5. *Giuristi e referendum*, in *Diritto e società* n. 1 del 1978, pp. 113-134.
6. *Sviluppo economico e poteri locali*, in *Diritto e società* n. 2 del 1978, pp. 391-394.
7. *Rassegna della dottrina*, in *Rivista giuridica dell'edilizia* nn. 2, 3-4, 5, 6 del 1975; 1, 3-4, 5 del 1976; 1-2, 3, 6 del 1977; 1-2, 4-5, 6 del 1978, pp. 164-167.
8. *A proposito del "diritto alla salute"*, in *Diritto e società* n. 2 del 1979, pp. 407-413.
9. *Vecchi e nuovi principi in materia di espropriazione e indennizzo*, in *Giurisprudenza costituzionale* n. 2-4 del 1980, pp. 40-47.
10. *Misura dell'indennizzo e "diritto" di edificare*, in *Diritto e società* n. 2 del 1980, pp. 299-313.
11. *Il diritto costituzionale alla salute*, in *Diritto e società* n. 4 del 1980, pp. 769-812.
12. *La normativa del 1976-1977 sui meccanismi automatici di adeguamento delle retribuzioni al costo della vita davanti alla Corte costituzionale*, in *Giurisprudenza costituzionale* n. 8-10 del 1980, pp. 1165-1195.
13. *La nuova giurisprudenza sul referendum. L'esempio della sentenza n. 22 del 1981*, in *Giurisprudenza costituzionale* n. 2-4 del 1981, pp. 449-461.
14. *Ancora su Corte costituzionale e referendum*, in *Giurisprudenza costituzionale* n. 2 del 1982, pp. 224-236.
15. *Oltre la "democrazia bloccata". Ipotesi sui meccanismi elettorali*, in *Democrazia e diritto* n. 6 del 1982 (con B. Caravita), pp. 91-127.
16. *La lezione di Franz Neumann*, in *Diritto e società* n. 2 del 1984, pp. 331-335.
17. *Nuovi diritti fondamentali e nuovi rapporti fra cittadino e pubblica amministrazione*, in *Rivista critica del diritto privato* n. 1 del 1985, pp. 21-47.

18. *La "costituzione dei diritti" e la "costituzione dei poteri". Noterelle brevi su un modello interpretativo ricorrente*, in *Scritti in onore di V. Crisafulli*, Padova, Cedam, 1985, vol. II, 497-508.
19. *L'ammissibilità del referendum sul "taglio" della scala mobile*, in *Rivista italiana di diritto del lavoro* n. 2 del 1985, 172-195.
20. *Jurisprudence récente sur le droit de propriété*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle* 1985, pp. 227-229.
21. *Les décisions ne statuant pas sur le fond rendues en 1985*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle* 1985, pp. 562-572.
22. *La jurisprudence en matière économique, sociale et du travail en 1985*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle* 1985, pp. 588-593.
23. *La ridefinizione del sistema delle fonti. Note e materiali*, in *Politica del diritto* n. 2 del 1986 (con B. Caravita), pp. 263-377.
24. *Le infermità mentali nella giurisprudenza costituzionale*, in *Politica del diritto* n. 3 del 1986, pp. 439-460.
25. *Questioni di tecnica legislativa regionale*, in *Le Regioni* n. 6 del 1986, pp. 1214-1227.
26. *Les décisions ne statuant pas sur le fond rendues par la Cour constitutionnelle en 1986*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle* 1986, pp. 528-534.
27. *La jurisprudence constitutionnelle italienne en 1986. Appréciation générale*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle* 1987, pp. 661-676.
28. *Nuovi rapporti fra Stato e Regioni: un altro passo della giurisprudenza costituzionale*, in *Le Regioni* n. 3 del 1987, pp. 385-406.
29. *I fatti e la Corte. Sugli accertamenti istruttori del giudice costituzionale nei giudizi sulle leggi*, in *Giurisprudenza costituzionale* n. 4 del 1987, pp. 1045-1071, e in AA.VV., *Strumenti e tecniche di giudizio della Corte costituzionale*, Milano, Giuffrè, 1988, pp. 521-556.
30. *La giurisprudenza costituzionale in materia tributaria nel 1986*, in *Corriere tributario* n. 15 del 1988, pp. III-XXIII.
31. *La giurisprudenza costituzionale in materia tributaria nel 1987. Prima parte*, in *Corriere tributario* n. 19 del 1988 pp. III-XXIII.
32. *La giurisprudenza costituzionale in materia tributaria nel 1987. Seconda parte*, in *Corriere tributario* n. 20 del 1988 pp. III-XXV.
33. *Una sentenza sui parchi nazionali e l'autonomia regionale*, in *Le Regioni* n. 2 del 1988, pp. 331-350.

34. *Piste da sci e beni paesistici*, in *Giurisprudenza costituzionale* n. 6 del 1988, pp. 3023-3025.
35. *Le prestazioni imposte al giudizio della Consulta*, in *Corriere tributario* n. 43 del 1988, pp. 3139-3140.
36. *Notes d'information à propos d'une nouvelle décision de la Cour constitutionnelle sur la radio-télévision*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle* 1988, pp. 483-487.
37. *Istituto per la ricostruzione industriale (IRI)*, in *Enciclopedia giuridica*, Roma 1988, vol. XVII, pp. 1-5.
38. *Ambiente e spazi di democrazia*, in AA.VV., *Partecipazione e nuovi poteri dei cittadini*, Supplemento a *Democrazia e diritto* n. 4/5 del 1989, pp. 117-127.
39. *Una prima lettura della sentenza sulla responsabilità civile dei magistrati*, in *Corriere tributario* n. 7 del 1989, pp. 369-372.
40. *Diventano pubbliche le udienze delle commissioni tributarie*, in *Corriere tributario* n. 12 del 1989, pp. 751-753.
41. *Ritardi e omissioni nei versamenti e nelle dichiarazioni: una "zona franca" per il legislatore?*, in *Corriere tributario* n. 22 del 1989, pp. 1454-1456.
42. *Nuovi dubbi sulla legittimità dell'esclusione della prova testimoniale*, in *Corriere tributario* n. 24 del 1989, pp. 1606-1608.
43. *La Corte costituzionale ritorna sulla pregiudiziale tributaria*, in *Corriere tributario* n. 26 del 1989, pp. 1749-1750.
44. *Indeducibilità delle somme pagate a titolo di imposta di successione*, in *Corriere tributario* n. 30 del 1989, pp. 2041-2042.
45. *La Corte costituzionale nella forma di governo italiana*, in AA.VV., *La Costituzione italiana quarant'anni dopo*, Milano, Giuffrè 1989, pp. 67-80.
46. *La modulazione degli effetti nel tempo delle sentenze di accoglimento: primi spunti per una discussione sulla Corte costituzionale degli anni '90*, in AA. VV., *Gli effetti temporali delle sentenze della Corte costituzionale anche in riferimento alle esperienze straniere*, Milano, Giuffrè, 1989, pp. 105-115.
47. *La libertà di informazione nella giurisprudenza costituzionale italiana*, in *Politica del diritto* n. 4 del 1989, pp. 605-637.
48. *Il canone di abbonamento radiotelevisivo*, in *Corriere tributario* n. 32 del 1989, pp. 2192-2193.
49. *La localizzazione delle centrali elettriche. Problemi giuspubblicistici*, in *Rivista giuridica dell'ambiente*, n. 2 del 1990, pp. 161-190.

50. *Limiti alla deducibilità delle spese di spedalità in una sentenza della Corte costituzionale*, in *Corriere tributario* n. 20 del 1990, pp. 2033-2038.
51. *Libertà di impresa (di assicurazione) e garanzia dei livelli occupazionali. Prime osservazioni alla sent. n. 316 del 1990 della Corte costituzionale*, in *Giurisprudenza costituzionale* n. 7-8 del 1990, pp. 289-293.
52. *Considerazioni sul tema*, in AA. VV., *Giudizio "a quo" e promovimento del processo costituzionale*, Milano, Giuffrè, 1990, pp. 3-28.
53. *Economia (nel diritto costituzionale)*, in *Digesto*, IV edizione, vol. V pubblicistico, Torino, UTET, 1991, pp. 373-398.
54. *Diritti costituzionali e diritti umani: una difficile sovrapposizione*, in *Diritti umani e civiltà giuridica*, Perugia 1991, pp. 101-108.
55. *Il potere di scelta degli elettori ed i nodi del sistema elettorale*, in AA. VV., *Le forme di governo nei moderni ordinamenti policentrici*, Milano 1991.
56. *Corte costituzionale e unità nel nome di valori*, in *La giustizia costituzionale a una svolta* (a cura di R. Romboli), Torino, Giappichelli, 1991, pp. 170-178.
57. *Commento al Messaggio del Presidente della Repubblica del 26 giugno 1991 concernente le riforme istituzionali e le procedure idonee a realizzarle*, in *Giurisprudenza costituzionale* n. 5 del 1991, pp. 3279-3292.
58. *Tutela dei diritti del malato: prospettive di riforme e compatibilità costituzionali*, in AA. VV., *I diritti del malato fra movimento e istituzioni. Una legge per la tutela effettiva*, Milano 1991.
59. *Antifascismo e nascita della Costituzione*, in *Politica del diritto* n. 2 del 1991, pp. 183-200.
60. *Salute. I) Diritto alla salute - Diritto costituzionale*, in *Enciclopedia giuridica*, vol. XXVII, Roma, Istituto dell'Enciclopedia italiana, 1991, pp. 1-14.
61. *Servitù militari*, in *Enciclopedia giuridica*, vol. XXVIII, Roma Istituto dell'Enciclopedia italiana, 1991, pp. 1-20.
62. *Il referendum impossibile*, in *Quaderni costituzionali* n. 3 del 1991, pp. 509-525.
63. *Giustizia costituzionale e ideale democratico*, in *Associazione per gli studi e le ricerche parlamentari*, quad. n. 2, Milano 1992, pp. 13-31.
64. *Cittadini e stranieri come titolari dei diritti fondamentali. L'esperienza italiana*, in *Rivista critica del diritto privato* n. 2 del 1992, pp. 203-236.
65. *Sistema elettorale e sistema politico*, in *Associazione per gli studi e le ricerche parlamentari*, Quaderno n. 3, Seminario 1992, pp. 35-47.
66. *La Costituzione italiana e gli ostacoli all'integrazione europea*, in *Politica del diritto* n. 4 del 1992. Una versione in lingua francese è pubblicata con il titolo *La*

Constitution italienne et les obstacles à l'integration européenne, in *Revue française de droit constitutionnel* n. 12 del 1992, pp. 557-589.

67. *La non manifesta infondatezza come caratteristica oggettiva della questione di costituzionalità*, in *Giurisprudenza costituzionale* n. 6 del 1992, pp. 3967-3978.
68. *I diritti fondamentali come limiti alla revisione costituzionale*, in *Libertà e giurisprudenza costituzionale* (a cura di V. Angiolini), Torino, Giappichelli, 1992, pp. 121-127.
69. *La revisione della Costituzione in Italia*, in AA. VV., *La révision de la Constitution*, Aix-en-Provence - Paris, Economica, 1992.
70. *Intervento al Seminario su La Questione elettorale*, in *Quaderni del Centro studi nuova ricerca*, n. 10.
71. *Art. 81 della Costituzione e decisioni della Corte costituzionale*, in AA. VV., *Le sentenze della Corte costituzionale e l'art. 81, u.c., della Costituzione*, Milano, Giuffrè, 1993, pp. 53-62.
72. *Avventura tra opposizione e sistema dei partiti*, in *Il Manifesto Mese* n.1 del 1993.
73. *Integrazione europea e questione democratica*, in *Menabò di Etica ed Economia*, n. 7 del 1993, p. 3.
74. *Relazione sull'Italia*, presentata al Convegno "Les Constitutions nationales à l'épreuve de l'Europe, svoltosi a Parigi il 10 e 11 giugno 1992; intervento raccolto negli omonimi Atti, ed. La documentation française, Paris, 1993.
75. *Sovracostituzionalità e diritto europeo*, in *Giustizia e Costituzione* n. 2/3/4 del 1994, pp. 41-48. Una versione in lingua francese è pubblicata con il titolo *Supraconstitutionnalité et droit européen*, in *Journées de la Société de législation comparée* 1993, pp. 353-368.
76. *Tramonto della sovranità e diritti fondamentali*, in *Critica marxista* n. 5 del 1993.
77. *Sui diritti sociali*, in *La tutela dei diritti fondamentali davanti alle Corti costituzionali* (a cura di R. Romboli), Torino, Giappichelli, 1994. Questo saggio è pubblicato anche in *Democrazia e diritto* n. 4-94/1-95, pp. 545-576 e negli *Scritti in onore di Manlio Mazzioti di Celso*, Padova, Cedam, 1995, pp. 97-134.
78. *Un regionalismo senza modello*, in *Le Regioni* n. 5 del 1994, pp. 1313-1336.
79. *Presentazione*, in *Politica del diritto* n. 2 del 1994, pp. 183-188.
80. *Federalismo no*, in *Il Manifesto Mese* n.1 del 1994.
81. *Legge e referendum abrogativo nel sistema istituzionale italiano: brevi cenni introduttivi*, in *Riv. giur. lav. prev. soc.* n. 4 del 1994, pp. 1-22.

82. *Lo spazio della ragionevolezza nel giudizio costituzionale*, in AA. VV., *Il principio di ragionevolezza nella giurisprudenza della Corte costituzionale*, Milano, Giuffrè, 1994, pp. 245-252.
83. *La parte ignorata della democrazia*, in *Critica marxista* n. 6 del 1994, pp. 12-15.
84. *Introduction à la Constitution italienne*, in *Recueil des Constitutions européennes*, a cura di F. Delpérée, M. Verdussen e K. Biver, Bruxelles, Bruylant, 1994.
85. *Riforme elettorali e disegno costituzionale*, in *Politica del diritto* n. 2 del 1995, pp. 183 sgg. Questo saggio è pubblicato anche in *Riforme elettorali* (a cura di M. Luciani e M. Volpi), Roma-Bari, Laterza, 1995, pp. 183-207.
86. *L'attività economica nella Costituzione fra libertà di iniziativa privata e tutela del lavoro*, Lezione tenuta il 20 gennaio 1993 nell'ambito di un ciclo di lezioni organizzato dal Consiglio regionale del Piemonte, e pubblicata a cura dello stesso nel 1995.
87. *Intervento*, in *Serie preoccupazioni e chiare proposte. Un convegno sulle riforme costituzionali*, ne *Il Passaggio*, n. 1/2 del 1995, pp. 13-22.
88. *Note sul rapporto fra Costituzioni nazionali e integrazione sovranazionale nella giurisprudenza dei tribunali europei* (con M. Cartabia), in *Diritto pubblico* n. 3 del 1995, pp. 651-659.
89. *Rapporti etico-sociali e Rapporti economici*, in *Stato della Costituzione* (a cura di G. Neppi Modona), Milano, Il Saggiatore, 1995 (1^a ed.; 2^a ed. 1998).
90. *L'elenco delle cose da non fare*, in *Idee*, n. 4 del 1995.
91. *Tre problemi tre soluzioni*, in *Critica liberale* n. 9 del 1995
92. *Quattordici argomenti contro l'invocazione del potere costituente*, in *Democrazia e diritto* n. 3-4 del 1995 (questo saggio è pubblicato anche, con l'aggiunta di una *Postilla*, in *Costituzione, e poi?*, a cura di G. Bronzini, Roma, Il Manifesto Libri, 1996), pp. 33-50.
93. *Per un efficace controllo di costituzionalità sulla decretazione d'urgenza*, in AA. VV., *I decreti-legge non convertiti*, Milano, Giuffrè, 1996, pp. 101-111.
94. *Popolo*, in *Quale Stato*, n. 2/3 del 1996, pp. 288-294.
95. *L'antisovrano e la crisi delle costituzioni*, in *Rivista di diritto costituzionale*, n. 1/1996, pp. 124-188.
96. *Una legislazione penale più coerente*, in *Giurisprudenza costituzionale* n. 1/1996, pp. 366-372.
97. *El Antisoberano, la crisis de las constituciones y el futuro de los derechos humanos*, in *Memoria del Primer Congreso internacional sobre justicia integraciòn y derechos humanos*, Montelimar, Nicaragua, 1996.

98. *Intervento*, ne *I cinquant'anni dell'UNESCO. Democrazia e informazione a servizio dell'umanità* (a cura di M. R. Saulle), Napoli 1997, pp. 30-36.
99. *Intervento*, in AA. VV., *Il metodo nella scienza del diritto costituzionale*, Padova, Cedam, 1997.
100. *Referendum e forma di governo*, in *Ass.ne studi ric. parl., Quad. n. 7*, Torino, Giappichelli, 1997, pp. 91-103.
101. *A mo'di conclusione: le prospettive del federalismo in Italia*, in *Quale, dei tanti federalismi?* (a cura di A. Pace), Padova, Cedam, 1997, pp. 215-261.
102. *Interventi*, in *Costituzione viva*, a cura di M. Del Gaudio, Donzelli, Roma 1997.
103. *Il significato dell'attuale passaggio costituzionale*, in *Cinquantenario della Repubblica italiana*, a cura di S. Labriola, Milano, Giuffrè, 1997, pp. 291-195.
104. *Conclusion générales*, in *Séminaire sur le fonctionnement démocratique des parlements - Compte rendu*, Strasbourg, Conseil de l'Europe, 1997, pp. 67-69.
105. *Intervento*, in *Le istituzioni del federalismo* n. 1/1997 (Atti del Seminario dal titolo "Per uno statuto costituzionale delle autonomie").
106. *Jean-Claude Escarras, juriste atypique*, in *Cahiers di C.D.P.C.*, vol. 7/1997 (con G. Zagrebelsky), pp. 11-16.
107. *Unità nazionale e principio autonomistico alle origini della Costituzione*, in *Le idee costituzionali della Resistenza*, Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri, 1997, pp. 73-87.
108. *Il significato dell'attuale passaggio costituzionale*, in *Cinquantenario della Repubblica italiana*, a cura di S. Labriola, Milano, Giuffrè, 1997.
109. *Recensione a M.P. Baccari, Cittadini, popoli e comunione nella legislazione dei secoli IV-VI*, Torino, Giappichelli, 1996, in *Rivista di diritto costituzionale* n. 2/1997.
110. *Intervento*, in *Donne e processi decisionali*, Centro per le pari opportunità - Regione dell'Umbria, Perugia, 1997, pp. 91-101.
111. *Intervento al Séminaire sur la démocratie participative en Europe centrale et orientale aujourd'hui : défis et perspectives*, Vilnius, 3-5 luglio 1997, ed. du Conseil d'Europe, 1998, pp. 43-46.
112. *Introduzione. Il Presidente della Repubblica: oltre la funzione di garanzia della Costituzione*, in AA. VV., *Il Presidente della Repubblica* (a cura di M. Luciani e M. Volpi), Bologna, Il Mulino, 1997.
113. *Il testo della Costituzione*, in *Alle origini della Costituzione*, a cura di S. Rodotà, Bologna, Il Mulino, 1998.

114. *Omogeneità e manipolatività delle richieste di referendum abrogativo tra libertà del voto e rispetto del principio rappresentativo*, ne *Il giudizio di ammissibilità del referendum abrogativo*, Milano, Giuffrè, 1998, pp. 75-89.
115. *Intervento*, in *Le riforme regolamentari di fine secolo (1886-1900)*, Camera dei deputati, 1998, pp. 21-29.
116. *Intervento*, in *Il federalismo fiscale. La Costituzione economica*, Milano, Giuffrè, 1998, pp. 54-58.
117. *Articoli 4, 29-34, 35-47*, in *Cultura costituzionale. Principi, regole, equilibri. Le ragioni della storia, i compiti di oggi*, a cura di G. Neppi Modona, Milano, Arnaldo Mondadori Scuola - Il Saggiatore, 1998.
118. *Autonomia delle Casse privatizzate: il quadro costituzionale e l'assetto legislativo*, in *Le Casse previdenziali private*, Stamperia Reale di Roma, Roma, 1998, pp. 23-40.
119. *Le aporie del federalismo*, in *La Costituzione tra revisione e cambiamento*, a cura di S. Rodotà, U. Allegretti, M. Dogliani, *Quaderni de Il Ponte*, Roma, 1998, 165-171.
120. *La manifesta inammissibilità di una questione relativa a disposizione già colpita da pronuncia di incostituzionalità (additiva)*, in *Giurisprudenza costituzionale* 1998, pp. 1153-1155.
121. *La constitutionnalisation du droit au juge en Italie*, in *Le droit au juge dans l'Union européenne*, a cura di J. Rideau, Paris, L.G.D.J., 1998, pp. 119-127.
122. *Recensione a L. Favoreu, Droit constitutionnel*, Paris, Dalloz, 1998, in *Rivista di diritto costituzionale*, 1998.
123. *Giurisdizione e legittimazione nello Stato costituzionale di diritto (ovvero: di un aspetto spesso dimenticato del rapporto fra giurisdizione e democrazia)*, in *Politica del diritto* 1998, nonché in *Studi in onore di Leopoldo Elia*, Vol. I, Milano, Giuffrè, 1999, pp. 873-891.
124. *Referendum und parlamentarische Regierungsform*, in *Die Union* n. 4/98, pp. 197-208.
125. *La crisi del diritto nazionale*, in *Diritto, Legge, Giustizia*, a cura di L. Violante, Vol. 14 degli *Annali della Storia d'Italia*, Torino Einaudi, 1998, pp. 1005-1029.
126. *L'Italie*, in *Le Traité d'Amsterdam face aux Constitutions nationales*, a cura di D. Maus e O. Passelecq, Paris, La documentation française, 1998, pp. 57-62.
127. *Problemi per l'anzianità*, in *La previdenza forense*, n. 1/1998.
128. *Intervento*, in *Indirizzo politico e Costituzione*, a cura di M. Aini, A. Ruggeri, G. Silvestri, L. Ventura, Milano, Giuffrè, 1998.

129. *Articolo 4 e Rapporti economici*, in *Cultura costituzionale*, a cura di G. Neppi Modona, Milano, Il Saggiatore, 1998.
130. *Cosa possono dare i diritti umani?*, in *Il presente e la storia*, n. 54 (1998), 7-13.
131. *L'autonomia normativa degli enti previdenziali privati*, in *Toga Picena*, n. 2/1998, e in *La previdenza forense*, n. 4/1998, pp. 15-26.
132. *Il diritto di voto agli immigrati: profili costituzionali*, in AA. VV., *Partecipazione e rappresentanza politica*, Atti del Convegno di Roma, 21 giugno 1999, a cura della Commissione per le Politiche di integrazione degli immigrati, pp. 25-28.
133. *Un proposito illegittimo e incostituzionale* (con F. Lubrano), in *La previdenza forense*, n. 1/1999, pp. 37-55.
134. *Le Regioni a statuto speciale nella trasformazione del regionalismo italiano (con alcune considerazioni sulle proposte di revisione dello statuto della Regione Trentino-Alto Adige)*, in *Rivista di diritto costituzionale*, 1999, 165-184.
135. *Il disperso ritrovato (fra le categorie del politico)*, in *Il presente e la storia*, n. 55 (1999).
136. *O Anti-Soberano, a Crise das Constituições e o Futuro dos Direitos Humanos*, in AA. VV., *Direito Constitucional. Estudos em Homenagem a Manoel Gonçalves Ferreira Filho*, Sao Paulo, Dialética, 1999, pp. 221-238 (versione in lingua portoghese del saggio sub n. 98).
137. *La costruzione giuridica della cittadinanza europea*, in *Metamorfosi della sovranità tra Stato nazionale e ordinamenti giuridici mondiali*, a cura di G. M. Cazzaniga, Pisa, Edizioni ETS, 1999, pp. 85-96.
138. *I controlli sugli enti previdenziali privati*, in *La previdenza forense*, n. 3/1999, pp. 58-63.
139. *Principio di solidarietà e riforma della professione di avvocato*, in *La Previdenza forense*, n. 4/1999.
140. *I diritti e i doveri fondamentali*, Intervento al Convegno "La Costituzione della Repubblica romana del 1849", svoltosi presso il Palazzo della Consulta il 22 dicembre 1999.
141. *La Costituzione nella società plurale*, Intervento al convegno "Migrazioni e società multiculturale. Le regole della convivenza", svoltosi a Napoli il 9 e 10 novembre 2000.
142. *Corte costituzionale e Presidente della Repubblica*, in *Foro italiano*, n. 19/ 2000, pp. 26-28.
143. *Una Costituzione senza popolo?*, in *Reset* n. 62 del 2000.

144. *La privatizzazione delle Casse dei liberi professionisti: luci e ombre*, in *Ragionieri e previdenza*, n. 7-8-9-/2000, pp. 9-13.
145. *La condizione giuridica degli immigrati in Europa*, Relazione al convegno "Migrazioni. Scenari per il XXI secolo", organizzato dall'Agenzia romana per il Giubileo, Roma 12-14 luglio 2000.
146. *Diritti sociali e integrazione europea*, in Associazione Italiana dei Costituzionalisti, *Annuario 1999 - La costituzione europea*, Padova, Cedam, 2000. Pubblicato anche in *Politica del diritto*, n. 3 del 2000, pp. 367-405.
147. *I problemi dell'autonomia*, ne *La previdenza forense*, n. 4 del 2000.
148. *Le prospettive del Federalismo*, paper della Fondazione Lelio e Lisli Basso – Issoco, s.d.
149. Relazione dal titolo "*Una scommessa per il futuro*", al Convegno CGIL del 27 marzo 2000, su "Leggi Bassanini: ostacoli e riforme".
150. *Una totalizzazione incostituzionale*, in *La previdenza forense* n.1 del 2001, pp. 49-56.
151. *Il "modello" della sentenza n. 1150 del 1988*, in *Immunità e giurisdizione nei conflitti di attribuzione*, Atti del Convegno tenutosi presso la Corte costituzionale il 31 marzo e 1 aprile 2000, editi per Giuffrè, Milano, 2001.
152. *Riforma delle Università e degli Ordini professionali: riflessi sugli Enti Previdenziali Privati*, in *Atti del 3° Convegno Nazionale dell'ENPAV*, "La previdenza dei veterinari tra continuità ed innovazioni", Roma, 2001 (con M. Pinnarò), pp. 35-36.
153. *Intervento alla Tavola rotonda su Euro e previdenza*, in *Euro 2000. Previdenza e libere professioni*, Milano- Roma, 2001.
154. *Legalità e legittimità nel processo di integrazione europea*, in *Una Costituzione senza Stato*, a cura di G. Bonacchi, Bologna, 2001, pp. 71-87.
155. *Proposte incostituzionali*, in *La previdenza forense*, ott.-dic. 2001.
156. *Il Parlamento negli anni Novanta*, in *Il Parlamento*, a cura di L. Violante, Vol. 17 degli *Annali della Storia d'Italia*, Torino, Einaudi, 2001, pp. 419-442.
157. *Intervento*, in *Culture nazionali e istituzioni politiche nazionali nell'epoca della globalizzazione*, a cura dell'Associazione dei Consiglieri della Camera dei Deputati, Roma, 2001.
158. *La protezione della maternità davanti alla Corte. Brevi note sulla sent. 405 del 2001*, in *Giurisprudenza costituzionale* n. 6 del 2001, pp. 3921-3923.
159. *Constitution et secret de la vie privée - Italie*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle*, vol. XVI (2000), Paris - Aix-en-Provence, Economica -

Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2001, pp. 301-314 (con G. Busia), pp. 301-314.

160. Recensione a C. SALAZAR, *Dal riconoscimento alla garanzia dei diritti sociali. Orientamenti e tecniche decisorie della Corte costituzionale a confronto*, in *Rivista di diritto costituzionale*, 2000, pp. 290-295.
161. *Il paradigma della rappresentanza di fronte alla crisi del rappresentato*, in AA. VV., *Percorsi e vicende attuali della rappresentanza e della responsabilità politica*, Milano, Giuffrè, 2001, pp. 109-117.
162. *Una lesione illegittima dell'autonomia delle Casse previdenziali privatizzate nella proposta di legge finanziaria*, ne *La Previdenza forense*, n. 4 del 2002, pp. 295-305.
163. *Il sistema delle fonti nel testo unico dell'edilizia*, in *La disciplina pubblica dell'attività edilizia e la sua codificazione*, a cura di E. Ferrari, Milano, Giuffrè, 2002, pp. 111-144.
164. *Federalismo*, in *Il Governo Berlusconi*, a cura di E. Tuccari, Roma-Bari, Laterza, 2002.
165. *Intervento* in AA. VV. *Atti del Convegno su Le Garanzie del maggioritario*, Roma, 2002, pp. 25-27.
166. *Autodisciplina e autonormazione*, in *Diritto dell'economia*, a cura di M. De Tilla, G. Alpa, S. Patti, Il Sole 24 Ore, 2002, pp. 383-389.
167. *Regioni e diritto del lavoro. Note preliminari*, in *Argomenti di diritto del lavoro*, n. 1/2002, nonché in *Dalla parte del lavoro* (Quaderni di "Eguaglianza & Libertà", Troina (EN), 2002, pp. 57-73.
168. *Le nuove competenze legislative delle Regioni a statuto ordinario. Prime osservazioni sui principali nodi problematici della l. cost. n. 3 del 2001*, in *Il lavoro nelle pubbliche amministrazioni*, n. 1 del 2002, pp. 7-21.
169. *Brevi cenni sulla cosiddetta "costituzione economica" europea e sul suo rapporto con la Costituzione italiana*, in *Le riforme istituzionali e la partecipazione dell'Italia all'Unione europea*, a cura di S. Panunzio e E. Sciso, Milano, Giuffrè, 2002, pp. 47-55.
170. *Intervento*, in *Culture e istituzioni politiche nazionali nell'epoca della globalizzazione*, a cura dell'Associazione dei Consiglieri della Camera dei Deputati, Roma, 2002.
171. *Leggi regionali e professioni*, in *La previdenza forense* n. 2 del 2002.
172. *Rilevanza e seguito delle decisioni*, in AA. VV., *Il giudizio sulle leggi e la sua "diffusione". Verso un controllo di costituzionalità di tipo diffuso?*, Torino, Giappichelli, 2002, pp. 739-743.

173. *Il lavoro autonomo della prostituta*, in *Quaderni costituzionali* n. 2 del 2002, pp. 391-402.
174. *Intervento*, in *Rapporto sull'istruzione universitaria in Italia. I costi e i rischi della riforma*, a cura di A. Monti, Milano, Franco Angeli, 2002.
175. *I diritti costituzionali tra Stato e Regioni (a proposito dell'art.117, comma 2, lett. m) della Costituzione)*, in *Sanità pubblica* 2002, pubblicato anche in *Politica del diritto*, n. 3 del 2002.
176. *I referendum regionali (a proposito della giurisprudenza costituzionale dell'ultimo lustro)*, ne *Le Regioni*, 2002, pp. 1381-1400.
177. *La subsidiarité et le rapport entre les ordres juridiques protecteurs des droits fondamentaux*, in *Le principe de subsidiarité*, a cura di F. Delpérée, Bruxelles - Paris, Bruylant - L.G.D.J., 2002, pp. 343-347.
178. *Cittadinanza europea e rappresentanza. Introduzione*, ne *I costituzionalisti e le riforme. Riflessioni sui mutamenti costituzionali nel processo d'integrazione europea*, a cura di S. P. Panunzio, Milano, Giuffrè, 2002.
179. *Intervento*, in AA.VV., *Pace, guerra, ordine internazionale. L'articolo 11 della Costituzione*, Roma, Spedalgraf, 2003.
180. *L'anti-souverain: mutation de la société internationale et décision économique nationale* (trad. fr. di Julien Giudicelli), in AA.VV., *Droit constitutionnel et mutations de la société internationale*, Tunis, AIDC, 2003, pp. 111-155.
181. *La Cassa Forense ha i poteri normativi anche per modificare le disposizioni sulla restituzione dei contributi*, in *La Previdenza forense*, 2003, n. 4, pp. 316-319.
182. *Brevi note sul diritto alla salute nella più recente giurisprudenza costituzionale*, in AA. VV., *Il diritto alla salute alle soglie del terzo millennio. Profili di ordine etico, giuridico ed economico*, a cura di L. Chieffi, Torino, Giappichelli, 2003, pp. 65-73.
183. *La funzione di garanzia "politica" del presidente della repubblica*, in *Lo stato della democrazia*, a cura di C. De Fiores, Milano, FrancoAngeli, 2003.
184. *I regolamenti regionali restano (per ora) ai Consigli*, in *Giurisprudenza costituzionale* n. 5 del 2003, pp. 2982-3006.
185. *Complessità della struttura istituzionale*, in *La Costituzione europea*, a cura di E. Paciotti, Roma, Meltemi, 2003, pp. 58-64.
186. *Peculiarità della previdenza dei liberi professionisti*, in AA.VV., *Quale modello previdenziale per una professione in evoluzione*, Rimini, Maggioli, 2003.
187. *Il sistema politico italiano (con F. RIGANO)*, in *Educare alla cittadinanza. Prospettive italiane ed europee*, a cura di F. Petrangeli, Roma, Biblink, 2003.

188. *Intervento* (quale discussant) in *Le garanzie di effettività dei diritti nei sistemi policentrici*, a cura di G. Berti e G.C. De Martin, Milano, Giuffrè, 2003, pp. 47-52.
189. *La Provincia nella prospettiva della riforma della Costituzione*, in *Toga Picena*, n. 2 del 2003, 1-11.
190. *L'autonomia legislativa*, in *Le Regioni*, n.2-3 del 2004.
191. *Préface* a P. RICHARD, *Introduction au droit italien: institutions juridictionnelles et droit procédural*, Paris, L'Harmattan, 2004, pp. 9-11.
192. *Suggerimenti anglosassoni e modelli continentali nel costituzionalismo italiano*, in *Diritto e culture della politica*, a cura di S. Rodotà, Roma, Carocci, 2004, pp. 58-60.
193. *Constitution et élection - Italie*, in *Annuaire International de Justice Constitutionnelle*, vol. XIX (2003), Aix-en-Provence, 2004 (con M. Togna), pp. 201-225.
194. *Intervento*, in *Riformare la Corte costituzionale?*, a cura di C. Rodotà, Roma, Biblink, 2004, pp. 55-59.
195. *Intervento*, in *Il Parlamento: 1993-2003*, Atti del Seminario del Senato 20 ottobre 2003, Roma, Senato della Repubblica, 2004, pp. 89-94.
196. *Principi costituzionali e legislazione sugli enti previdenziali privati*, in AA.VV., *Atti del 4° Convegno Nazionale dell'ENPAV*, Roma, 2004, pp. 101-111.
197. *Democrazia rappresentativa e democrazia partecipativa*, in AA. VV., *La sovranità popolare nel pensiero di Esposito, Crisafulli, Paladin*, a cura di L. Carlassare, Padova, Cedam, 2004, pp. 181-192.
198. *Sandulli costituzionalista*, in AA. VV., *Aldo M. Sandulli (1915-1984). Attualità del pensiero giuridico del Maestro*, Milano, Giuffrè, 2004, pp. 29-40, e in *Democrazia e diritto*, n. 1-2/2011, pp. 324-334.
199. *Introduzione*, in AA.VV., *Sull'attualità della Costituzione. Quindici domande ai Costituenti*, a cura di Gabriella Bonacchi, Giancarlo Monina, Federico Petrangeli, Roma, Manifestolibri, 2004, pp. 13-21.
200. *Risposta a Dieci domande sull'Europa*, in *Democrazia e diritto*, n. 4/2004, pp. 101-106.
201. *Intervento*, in C. Rodotà (a cura di), *Riformare la Costituzione?*, Roma, Biblink, 2004, pp. 55-59.
202. *Recensione* a G. De Vergottini, *Guerra e Costituzione. Nuovi conflitti e sfide alla democrazia*, Bologna, Il Mulino, 2004, in *Reset*, n. 89, maggio-giugno 2005, pp. 94-95.
203. *Ricordo di Louis Favoreu*, in *Rivista di diritto costituzionale*, 2004, pp. IX-X.

204. *Intervento*, al Seminario dell'Associazione Italiana dei Costituzionalisti sul Disegno di legge costituzionale contenente modifiche alla Parte II della Costituzione, Roma, Luiss Guido Carli - 16 maggio 2005, che può leggersi all'indirizzo http://www.associazionedeicostituzionalisti.it/materiali/convegni/20050516_roma/resoconto.html.
205. *La democrazia elettronica. Questioni preliminari*, in AA. VV. *Il diritto privato nella società moderna. Seminario in onore di Stefano Rodotà*, a cura di G. Alpa e V. Roppo, Napoli, Jovene, 2005, pp. 583-593.
206. *Su legalità costituzionale, legalità legale e unità dell'ordinamento*, in *Studi in onore di Gianni Ferrara*, Torino, Giappichelli, 2005, Vol. II, pp. 501-510.
207. *Relazione di sintesi*, in AA.VV., *Bio-tecnologie e valori costituzionali. Il contributo della giustizia costituzionale*, a cura di A. D'Aloia, Torino, Giappichelli, 2005, pp. 619-627.
208. *Rapport introductif*, in *La réforme de l'État*, a cura di J.-J. Pardini e C. Deves, Bruxelles, Bruylant, 2005, pp. 15-22.
209. *Le référendum et la représentation politique. Brèves notes pour une comparaison entre l'Italie et la France*, in *Liber Amicorum Jean-Claude Escarras*, a cura di M. Baudrez e T. Di Manno, Bruxelles, Bruylant, 2005, pp. 573-592.
210. *Gestire l'emergenza? Non è questione ordinaria* (Recensione a B. Ackerman, *La Costituzione di emergenza*, Meltemi, 2005), in *Reset*, n. 92, 2005, p. 91.
211. *La protection des droits fondamentaux entre droit interne et Convention européenne - Italie*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle*, vol. XX (2004), Paris - Aix-en-Provence, Economica - Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2005, pp. 266-271.
212. *La démocratie locale en droit comparé en Europe*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle*, vol. XXI (2005), Paris - Aix-en-Provence, Economica - Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2006, pp. 352-374.
213. *Danaro, politica e diritto*, in *Quaderni del Dottorato di ricerca in diritto ed economia* dell'Istituto Italiano di Scienze Umane e dell'Università degli Studi di Napoli Federico II, n. 3, Jovene, 2006, pp. nn. 1-40 e in *Rivista di diritto costituzionale*, 2006, pp. 3-26. Traduzione francese *Argent, politique et droit*, in *En hommage à Francis Delpérée. Itinéraires d'un constitutionnaliste*, Bruxelles - Paris, Bruylant - L.G.D.J., 2007, 917-930.
214. *Il rinvio presidenziale*, in AA.VV., *La legge di riforma dell'ordinamento giudiziario*, in *Foro italiano*, 2006, V, 1, Coll. 6-8 dell'estr.
215. *Prefazione* a A. ANDREONI, *Lavoro, diritti sociali e sviluppo economico. I percorsi costituzionali*, Torino, Giappichelli, 2006, pp. XVII-XVIII;

- parzialmente riprodotta, con il titolo *La storia come categoria analitica*, in *Rivista giuridica del lavoro e della previdenza sociale*, n. 3/2006, pp. 666-667.
216. *Esclusiva brevettuale e uso sociale delle nuove tecnologie*, in AA. VV., *Il gene invadente*, Milano, Baldini Castoldi Dalai, 2006, pp. 173-187.
 217. *Referendum nel diritto costituzionale*, in *Dizionario di diritto pubblico*, diretto da S. Cassese, Milano, Giuffrè, 2006, Vol. V, pp. 4955-4968.
 218. *Relazione* in AA.VV. *La farmacia dei servizi nel sistema socio-sanitario*, Bologna, Casma Tipolito, 2006, pp. 15-22.
 219. *Federalismo*, in *Enciclopedia Italiana*, Appendice VII, XXI Secolo, Roma, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 2006, Vol. II.
 220. *Prime osservazioni sulla contrapposizione tra costituzionalismo irenico e costituzionalismo polemico*, in *Le fonti del diritto, oggi. Giornate di studio in onore di Alessandro Pizzorusso*, Pavia, Plus, 2006, pp. 89-96.
 221. *Le note a sentenza e l'esperienza di "Giurisprudenza costituzionale". Prime riflessioni*, in AA. VV., *Corte costituzionale e processo costituzionale nell'esperienza della Rivista "Giurisprudenza costituzionale" per il cinquantesimo anniversario*, a cura di A. Pace, Milano, Giuffrè, 2006, pp. 445-450.
 222. *La rappresentanza politica nell'Unione*, in AA. VV., *Per un'Europa costituzionale*, Roma, Ediesse, 2006, pp. 103-110.
 223. *Parere sulla legittimità costituzionale del decreto legge Bersani*, in *Rassegna forense*, 2006, pp. 1381-1398.
 224. *Intervento su Forma di governo e organi di garanzia*, in AA.VV., *Per una nuova stagione delle riforme istituzionali* (Atti del seminario di studi, Firenze, Fondazione Spadolini Nuova Antologia, 25 settembre 2006), a cura di D. Nardella, Firenze, Polistampa, 2006, pp. 105-109.
 225. *La Corte costituzionale vista "di là dal banco"*, in *Giornale di storia costituzionale*, 2006, pp. 113-117.
 226. *Costituzionalismo irenico e costituzionalismo polemico*, in *Giurisprudenza costituzionale*, n. 2/2006, pp. 1643-1668, in AA.VV., *Renouveau du droit constitutionnel. Mélanges en l'honneur de Louis Favoreu*, Paris, Dalloz, 2007, pp. 795-820, e in *Anuário português de direito constitucional*, 2006, pp. 63-94.
 227. *Fonti del diritto*, ne *Il Diritto. Enciclopedia giuridica del Sole 24 Ore*, Milano, Il Sole 24 Ore, 2007, vol. VI, da 469 a 495.
 228. *Corte e avvocatura*, in *Foro it.*, 2006, V, pp. 333-335.
 229. *Il nuovo equilibrio dei poteri*, in *Quaderni del Dottorato di ricerca in Istituzioni e politiche comparate - Università degli Studi di Bari*, 2004, Torino, Giappichelli, 2007, pp. 81-88.

230. *Gli atti comunitari e i loro effetti sull'integrazione europea*, in AA. VV., *L'integrazione dei sistemi costituzionali europeo e nazionali*, Atti del XX Convegno annuale dell'Associazione italiana dei costituzionalisti, Padova, Cedam, 2007, pp. 227-251.
231. *Intervento al Seminario di Astrid Quale riforma elettorale serve al Paese?*, Roma, 28 maggio 2007, in <http://www.astrid-online.it>, pp. 1-4.
232. *Commemorazione di Sergio Panunzio*, in AA.VV., *Sergio Panunzio. Profilo intellettuale di un giurista*, Napoli, Jovene, 2007, pp. 617-621.
233. *Corte costituzionale, giudici comuni e ordinamento comunitario*, in AA.VV., *50 años de Corte Constitucional italiana 25 años de Tribunal Constitucional español*, s.l., Ministerio de Justicia, 2007, pp. 403-436 (con Fiammetta Salmoni).
234. *Il lavoro nella Costituzione*, in AA. VV., *La Costituzione della Repubblica italiana. Le radici, il cammino*, a cura di B. Pezzini e M. Baronchelli, Bergamo, Stefanoni, 2007, pp. 139-147.
235. *Autonomie régionale et locale et constitutions - Italie*, in *Annuaire International de Justice Constitutionnelle*, vol. XXII (2006), Paris - Aix-en-Provence, Economica - Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2007, pp. 229-284 (con P. Passaglia).
236. *Intervento al Seminario "Tecniche argomentative e diritti fondamentali"*, in AA.VV., *I costituzionalisti e la tutela dei diritti nelle Corti europee. I dibattiti nelle riunioni dell'Osservatorio costituzionale presso la LUISS "Guido Carli" dal 2003 al 2005*, a cura di S. P. Panunzio, Padova, Cedam, 2007, p. 664.
237. *Intervento*, in AA. VV., *La previdenza dei professionisti. Un modello di autonomia privata*, Fratelli Alinari, Firenze, 2007, pp. 78-79.
238. *Le funzioni sistemiche della Corte costituzionale, oggi, e l'interpretazione "conforme a"*, in *Il Foro amministrativo*, suppl. al n. 7-8/07, *Il ruolo del giudice. Le magistrature supreme*, a cura di M.A. Sandulli, pp. 87-101, nonché in *Studi in memoria di Giuseppe G. Floridia*, Napoli, Jovene, 2009, pp. 413-426.
239. *Il dissolvimento della retroattività. Una questione fondamentale del diritto intertemporale nella prospettiva delle vicende delle leggi di incentivazione economica*, in *Giurisprudenza Italiana*, 2007, pp. 1825-1840; 2089-2097 e in *L'economia e la legge*, a cura di G. Cocco, Milano, Giuffrè, 2007, pp. 1-76.
240. *Sulla titolarità sostanziale del potere di grazia del Presidente della Repubblica*, in *Corriere giuridico*, n. 2/2007, pp. 6-14.
241. *Interpretazione costituzionale e testo della Costituzione. Osservazioni liminari*, in AA. VV., *Interpretazione costituzionale*, a cura di G. Azzariti, Giappichelli, Torino, 2007, pp. 41-49.
242. *El papel social de los parlamentos respecto a la inmigración*, in AA.VV., *Inmigración y sociedad*, Valencia, Cortes Valencianas, 2007, pp. 133-142.

243. *I limiti assoluti alla revisione costituzionale relativi alla forma di governo*, in AA. VV., *La revisione costituzionale e i suoi limiti. Fra teoria costituzionale, diritto interno, esperienze straniere*, a cura di S. Gambino e G. D'Ignazio, Giuffrè, Milano, 2007, pp. 179-186.
244. *Constitution et liberté d'expression - Italie*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle*, Paris - Aix-en-Provence, Economica - Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2007, pp. 327 - 341 (con M. Manetti).
245. *Interventi*, in AA. VV., *I referendum elettorali*, Firenze, Passigli, 2007, pp. 61-71 e 229-232.
246. *Autonomia normativa ENPAV. Riforma delle norme regolamentari*, in AA. VV., *Risparmio ed investimento: una previdenza in più*, Roma, s.d. (ma 2007) (con M. Togna).
247. *Relazione di sintesi della sessione "Autonomia privata"*, in AA. VV., *I rapporti civilistici nell'interpretazione della Corte costituzionale. Atti del II Convegno Nazionale della Società Italiana degli Studiosi del Diritto Civile*, Tomo III, *Iniziativa economica e impresa*, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 2007, pp. 95-100.
248. *Generazioni future, distribuzione temporale della spesa pubblica e vincoli costituzionali*, Relazione al Convegno "Un diritto per il futuro. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale", Parma, 30 novembre - 2 dicembre 2006, in corso di pubblicazione nei relativi *Atti* e già pubblicato in *Diritto e società*, 2008, pp. 145-167.
249. *La concezione della partecipazione negli Statuti regionali*, in AA. VV., *Atti del Seminario "Partecipazione popolare. Istituti, strumenti, progetti"*, Perugia, Regione Umbria - Consiglio Regionale, 2008, pp. 23-32.
250. *Liberalizzazioni. Il quadro costituzionale nella prospettiva della giurisprudenza*, in AA.VV., *Diritto e libertà. Scritti in memoria di Matteo Dell'Olio*, Torino, Giappichelli, 2008, pp. 818-832, nonché in AA.VV., *Studi in tema di liberalizzazioni. Riflessi giuridici dell'evoluzione della disciplina*, a cura di E. Sticchi Damiani, Torino, Giappichelli, 2008, pp. 11-29.
251. *Alcuni interrogativi sul nuovo corso della giurisprudenza costituzionale in ordine ai rapporti fra diritto italiano e diritto internazionale*, in *Corriere giuridico*, n. 2/2008, pp. 201-205.
252. *Gli istituti di partecipazione popolare*, in AA.VV., *I nuovi Statuti delle Regioni ad autonomia ordinaria*, a cura di A. D'Atena, Milano, Giuffrè, 2008, pp. 165-177, e nel sito ISSIRFA, pp. 1-5.
253. *La problematica laicità italiana*, in *Democrazia e diritto*, n. 2 del 2008, pp. 105-133.
254. *La produzione della ricchezza nazionale*, in AA.VV., *Scritti in onore di Michele Scudiero*, Napoli, Jovene, 2008, Vol. III, pp. 1181-1204, in

- Costituzionalismo.it*, n. 1/2008, pp. 1-16, e in AA. VV., *La Costituzione ha 60 anni. La qualità della vita sessant'anni dopo*, Napoli, Editoriale Scientifica, 2008, pp. 243-270.
255. *Intervento*, in *Immunità costituzionali e crimini internazionali*, a cura di A. Bardusco - M. Cartabia - M. Frulli - G. E. Vigevari, Milano, Giuffrè, 2008, pp. 183-190.
 256. *Relazione di sintesi della III Sessione*, in *I principi generali del processo comune ed i loro adattamenti alle esperienze della giustizia costituzionale*, a cura di E. Bindi - M. Perini - A. Pisaneschi, Torino, Giappichelli, 2008, pp. 521-526.
 257. *Intervento* in AA. VV., *La RAI prossima futura: "chi la governa e chi la paga"*, a cura di F. Sircana, Milano, Bevivino, 2008, pp. 49-56.
 258. *Il referendum. Questioni teoriche e dell'esperienza italiana*, in *Revista catalana de dret públic*, 2008, pp. 157-182.
 259. *Costituzione, integrazione europea, globalizzazione*, in *Questione giustizia*, n. 6/2008, pp. 65-79.
 260. *La questione della partecipazione*, in AA. VV., *Percorsi culturali di Michele Scudiero. Presentazione degli Scritti in onore*, Napoli, Jovene, 2009, pp. 57-68.
 261. *L'interprétation conforme et le dialogue des juges*, in AA. VV., *Le dialogue des juges. Mélanges en l'honneur du président Genevois*, trad. fr. di Caterina Severino, Paris, Dalloz, 2009, pp. 695-707.
 262. *La riforma elettorale, il sistema tedesco e la legittimazione delle istituzioni democratiche*, in AA. VV., *Per una moderna democrazia europea. L'Italia e la sfida delle riforme istituzionali*, Firenze, Passigli, 2009, pp. 185-188.
 263. *Costituzione, integrazione europea, globalizzazione*, in AA. VV., *La Costituzione repubblicana. I principi, le libertà, le buone ragioni*, a cura di A. Caputo e L. Pepino, Milano, Angeli, 2009, pp. 65-79.
 264. *Integrazione europea, sovranità statale, sovranità popolare*, in *XXI Secolo. Norme e idee*, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, 2009, pp. 339-346.
 265. *L'emanazione presidenziale dei decreti-legge (spunti a partire dal caso E.)*, in *Astrid Rassegna*, www.astrid.eu, pp. 1-23 e in *Politica del diritto*, 2009, pp. 409-436.
 266. *I partiti, la politica nazionale, il sistema elettorale*, in *Astrid Rassegna*, www.astrid.eu, pp. 1-7.
 267. *L'evoluzione della giurisprudenza costituzionale in materia urbanistica e edilizia*, in *Rivista giuridica dell'edilizia*, 2009, pp. 15-23.
 268. *L'interprete della Costituzione di fronte al rapporto fatto-valore. Il testo costituzionale nella sua dimensione diacronica*, in *Diritto e società*, n. 1 del 2009, pp. 1-26, in *Revista General de Derecho Constitucional*, 10 (2010), pp. 1-

- 24, in *Constitutions*, n. 2 del 2011, pp. 147-165, e in *Rivista internazionale di filosofia del diritto*, Quaderno n. 8, *Ontologia e analisi del diritto. Scritti per Gaetano Carcaterra*, a cura di M. Cananzi e R. Righi, vol. II, Milano, Giuffrè, 2012, pp. 767-796.
269. *Positività, metapositività e parapositività dei diritti fondamentali*, in *Scritti in onore di Lorenza Carlassare*, vol. III, Napoli, Jovene, 2009, pp. 1055-1071.
270. *Juridiction et territoire, quelle légitimité pour une justice sans souverain?*, in AA. VV., *Droit constitutionnel & territoire*, Tunis, Académie Internationale de Droit Constitutionnel, 2009, pp. 401-417.
271. *L'Italie*, in AA. VV., *Contrôle de constitutionnalité par voie préjudicielle*, Aix-en-Provence, PUAM, 2009, pp. 137-148.
272. *Le contrôle de constitutionnalité des lois en Italie*, in *Cahiers du Conseil constitutionnel*, 2009, pp. 27-31.
273. *Intervento*, in AA. VV., *Sulla Costituzione*, Roma, Edizioni Riformiste, 2009, pp. 96-98.
274. *Governo (forme di)* in *Enciclopedia del diritto - Annali*, Vol. III, Milano, Giuffrè, 2009, pp. 538-596.
275. *Partecipazione popolare, progettazione ed esecuzione di grandi infrastrutture* (parr. 1 e 7), in AA. VV., *Rapporto 2009 di Italiadecide. Infrastrutture e territorio*, Bologna, Il Mulino, 2009, pp. 187-191 e 218-222.
276. *Il Bundesverfassungsgericht e le prospettive dell'integrazione europea*, in <http://www.astrid-online.it>, pp. 1-4 (2009).
277. *Diritto di sciopero, forma di Stato e forma di governo*, in *Argomenti di diritto del lavoro*, 2009, pp. 1-25; in AA.VV., *Diritto di sciopero e assetto costituzionale*, a cura di T.E. Frosini e M. Magnani, Milano, Giuffrè, 2010, pp. 11-38, e in AA. VV., *Studi in onore di Pierfrancesco Grossi*, a cura di A. D'Atena, Milano, Giuffrè, 2012, pp. 887-917.
278. *Le proposte di riforma del Consiglio superiore della magistratura in Italia*, in AA. VV., *Magistratura e Consiglio superiore in Francia e in Italia*, a cura di A.A. Cervati e M. Volpi, Torino, Giappichelli, 2010, pp. 113-120.
279. *Interventions*, alla Table Ronde su *Le juge constitutionnel et la proportionnalité*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle* 2009, Paris - Aix-en-Provence, Economica - Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2010, pp. 394 sg.; 419 sg.
280. *Intervento*, in AA.VV., *Lo statuto costituzionale del non cittadino*, Napoli, Jovene, 2010, pp. 421-424.
281. *Intervento*, in AA.VV., *Forma di governo, legge elettorale, riforma del bicameralismo paritario*, Roma, PD, 2010, pp. 227-231.

282. *Teoria e dommatica delle fonti in Alessandro Giuliani*, in *Aperta Contrada*, 8 ottobre 2010; in *Sociologia*, 2010, pp. 65-66, e in AA. VV., *Alessandro Giuliani: L'esperienza giuridica fra logica ed etica*, a cura di F. Cerrone e G. Repetto, Milano, Giuffrè, 2012, pp. 781-784.
283. *Rappresentanza politica e sistema rappresentativo*, in AA.VV., *Vivere la democrazia, costruire la sfera pubblica*, a cura di C. Papa, Roma, Ediesse, 2010, pp. 105-116.
284. *L'Italia ritrovata grazie ad un poeta? Politica e forme di governo nel pensiero di Giacomo Leopardi*, in www.associazionedeicostituzionalisti.it (2010), pp. 1-56 nonché in *Diritto pubblico*, n. 1-2/2010, pp. 55-140; *Studi in onore di Franco Modugno*, Napoli, Editoriale Scientifica, 2011, I, pp. 1977-2051; *Leopardi, gli italiani, l'Italia*, a cura di E. Montali, Roma, Ediesse, 2012, pp. 151-229.
285. *La Corte costituzionale nel pensiero di Carlo Mezzanotte*, in AA. VV., *La forza ragionevole del giurista. Atti della giornata in ricordo di Carlo Mezzanotte*, a cura di A. Baldassarre, Padova, Cedam, 2010, pp. 61-71.
286. *Radici e conseguenze della scelta costituzionale di fondare la Repubblica democratica sul lavoro*, in *Argomenti di diritto del lavoro*, 2010, pp. 628-652, e in *Studi in onore di Luigi Arcidiacono*, Torino, Giappichelli, 2010, Vol. V, pp. 2013-2040.
287. *Il "principio di sincerità" nella giurisprudenza costituzionale italiana*, in *Politica del diritto*, 2010, pp. 575-607, nonché in *Studi in onore di Alberto Romano*, Napoli, Editoriale Scientifica, 2011, pp. 1329-1360, e, in versione francese, *Le "principe de sincérité" dans la jurisprudence constitutionnelle italienne*, in AA. VV., *Sincérité et démocratie*, Presses Universitaires d'Aix-Marseille, Aix-en-Provence, 2011, pp. 281-327.
288. *Il partito politico, oggi*, in www.centroriformastato.org (21 marzo 2011), pp. 1-5 e in *Democrazia e diritto*, n. 3-4/2010, pp. 163-169.
289. *Il lavoro alla Consulta*, contributo a *Intellettuali e partiti politici nella storia della Repubblica*. Giornata di studio in onore di Ugo Spagnoli, Torino, 26 settembre 2009, in *Democrazia e diritto*, 2010, pp. 215-219.
290. *I diritti sociali*, in *Lezioni Magistrali di Diritto Costituzionale*, a cura di A. Vignudelli, Modena, Mucchi, 2011, pp. 149-157.
291. *Costituzione, istituzioni e processi di costruzione dell'unità nazionale*, in *Rivista AIC*, n. 2/2011, pp. 1-16, nonché in *Diritto e società*, 2011, pp. 49-71 e in AA. VV., *Un'altra Italia in un'altra Europa. Mercato e interesse nazionale*, a cura di L. Paggi, Roma, Carocci, 2011, pp. 229-250.
292. *Sovranità*, in *Italianieuropei*, n. 7/2011, pp. 164-165.
293. *Forma di Stato e forma di governo. Quale rapporto tra federalismo e democrazia?*, in AA. VV., *Quale federalismo?*, a cura di E. Vitale, Torino, Giappichelli, 2011, pp. 1-9.

294. *Costituzione, lavoro, giustizia sociale*, in AA. VV., *Giustizia e diritto nella scienza giuridica contemporanea*, a cura di A. Cantaro, Torino, Giappichelli, 2011, pp. 199-204.
295. *Intervento*, in AA. VV., *Il Presidente della Repubblica nell'evoluzione della forma di governo*, a cura di A. Baldassarre e G. Scaccia, Roma, Aracne, 2011, pp. 251-257.
296. *I livelli essenziali delle prestazioni in materia sanitaria tra Stato e Regioni*, in AA. VV., *Diritto alla salute tra uniformità e differenziazione. Modelli di organizzazione sanitaria a confronto*, a cura di E. Catelani, G. Cerrina Feroni, M. C. Grisolia, Torino, Giappichelli, 2011, pp. 9-33.
297. *Unità nazionale e struttura economica. La prospettiva della Costituzione repubblicana*, in *Rivista AIC*, 2011, nonché *Diritto e società*, n. 4/2011, pp. 636-719; AA. VV., *Costituzionalismo e Costituzione nella vicenda unitaria italiana*, *Annuario AIC* 2011, Napoli, Jovene, 2014, pp. 3-101.
298. *I sentieri incrociati dei giudizi di legittimità e ammissibilità delle richieste di referendum abrogativo*, in *Giurisprudenza costituzionale*, 2011, pp. 906-909.
299. *Atti normativi e rapporti fra Parlamento e Governo davanti alla Corte costituzionale*, in AA. VV., *Alle frontiere del diritto costituzionale. Scritti in onore di Valerio Onida*, Milano, Giuffrè, 2011, pp. 1151-1180.
300. *L'unità d'Italia e il ruolo delle istituzioni. La prospettiva del diritto costituzionale*, in *Annali dell'Istituto italiano per gli studi storici*, XXVI, Bologna, Il Mulino, 2011, pp. 71-84.
301. *Valutazione delle Riviste e ruolo dell'AIC*, in *Rivista AIC*, n. 1/2012.
302. *Funzioni e responsabilità della giurisdizione. Una vicenda italiana (e non solo)*, in *Rivista AIC*, n. 3/2012, pp. 1-22; *Giurisprudenza costituzionale*, n. 5/2012, pp. 3823-3857; AA. VV., *Costituzione, economia, globalizzazione. Liber amicorum in onore di Carlo Amirante*, Napoli, ESI, 2013, pp. 749-777.
303. *Costituzione, tributi e mercato*, in *ApertaContrada* (online) n. 7/2012, nonché, in *Rassegna Tributaria*, n. 4 del 2012, pp. 831-839, e in AA. VV., *L'evoluzione del sistema fiscale e il principio di capacità contributiva* (a cura di L. Salvini e G. Melis), Padova, Cedam, 2014, pp. 27-36.
304. *Diritto costituzionale e diritto civile*, in corso di pubblicazione.
305. *Le norme programmatiche e la sentenza n. 1 del 1956 della Corte costituzionale*, in AA. VV., *La magistratura ordinaria nella storia dell'Italia unita*, Torino, Giappichelli, 2012, pp. 75-85.
306. *Lo statuto della proprietà immobiliare tra normativa statale e leggi regionali*, in *Studi in onore di Aldo Loiodice*, Bari, Cacucci, 2012, pp. 757-771, e in AA. VV., *La proprietà immobiliare in Italia tra orientamenti europei, legislazione e giurisprudenza nazionale e pratiche urbanistiche locali*, a cura di R. Corrado, Roma, ITHUM, 2012, pp. 28-48.

307. *Dottrina del moto delle costituzioni e vicende della Costituzione repubblicana*, in *Rivista AIC*, n. 1/2013 (1° marzo 2013); in AA. VV., *Dalla Costituzione "inattuata" alla Costituzione "inattuale" Potere costituente e riforme costituzionali nell'Italia repubblicana*, n. 103 dei *Quaderni per la storia del pensiero giuridico moderno*, Milano, Giuffrè, 2013, pp. 31-72; in AA. VV., *Scritti in onore di Paolo Stella Richter*, Napoli, Editoriale Scientifica, 2013, Vol. II, pp. 775-811; in *derechoydebate.com*.
308. *Retroattività, giurisprudenza costituzionale, diritto privato*, in AA. VV., *Diritto intertemporale e rapporti civilistici*, Napoli, ESI, 2013, pp. 283-292.
309. *Costituzione, bilancio, diritti e doveri dei cittadini*, in *Astrid Rassegna*, n. 3/2013, pp. 1-47, nonché in AA. VV., *Scritti in onore di Antonio D'Atena*, Milano, Giuffrè, 2015, pp. 1673-1712.
310. *La gabbia del Presidente*, in *Rivista AIC*, n. 2/2013 (10 maggio 2013), pp. 1-10 e in *Giurisprudenza costituzionale*, n. 1/2013, pp. 513-530.
311. *La giustizia costituzionale*, in AA. VV., *Teoria e prassi della giustizia. Un dialogo tra Accademia, Magistratura e Avvocatura*, a cura di G. Alpa e A. Schiesaro, Napoli, Jovene, 2013, pp. 77-86.
312. *Libertà economica e utilità sociale (art. 41)*, in AA. VV., *Diritti e poteri*, a cura di M. Bovero e V. Pazé, Torino, Gruppo Abele, 2013, pp. 90-102.
313. *Intervento* in AA. VV., *Crisi della democrazia italiana. Riforma o innovazione?*, Soveria Mannelli, Rubbettino, 2013, pp. 74-77.
314. *Mythe et réalité du référendum*, in AA. VV., *Référendum et démocratie*, in *Cahiers du CDPC*, vol. 10-2013, pp. 23-125 (trad. francese del Cap. I del volume di cui al n. 12, modificato e adattato alle esigenze del lettore straniero).
315. *Sulla dottrina della democrazia in Benedetto XVI*, in AA. VV., *La legge di Re Salomone. Ragione e diritto nei discorsi di Benedetto XVI*, a cura di M. Cartabia e A. Simoncini, Milano, Rizzoli, 2013, pp. 98-115; trad. ingl. di M. Crema, *Concerning the Doctrine of Democracy in Benedict XVI*, in AA. VV., *Pope Benedict's XVI's Legal Thought. A Dialogue on the Foundation of Law*, a cura di M. Cartabia e A. Simoncini, New York, Cambridge University Press, 2015, pp. 187-204.
316. *La parabola della Presidenza della Repubblica*, in *Rivista AIC*, n. 1/2014, pp. 1-7 e in AA. VV., *Istituzioni e sistema politico in Italia: bilancio di un ventennio*, a cura di M. Volpi, Bologna, Il Mulino, 2015, pp. 121-135.
317. *La garanzia giuridica e la garanzia politica della Costituzione*, in *Ius Romanum Commune*, Pechino, Law Press, 2014 (in lingua cinese).
318. *Sul d.d.l. cost. recante "Disposizioni per il superamento del bicameralismo paritario, la riduzione del numero dei parlamentari, la soppressione del CNEL e la revisione del Titolo V della Parte seconda della Costituzione"*, in *Astrid Rassegna*, n. 6/2014, pp. 1-4.

319. *Intervento alla Tavola Rotonda "Geopolitica, Cultura e Professioni: l'italiano e le altre lingue" nell'ambito del Convegno sul tema "Il potere della lingua. Politica linguistica e valori costituzionali"* (Roma, 19 febbraio 2014 – Aula Magna CNR), in *Osservatorio costituzionale*, marzo 2014, pp. 5 sgg.
320. *La riforma del bicameralismo, oggi*, in *Rivista AIC*, n. 2/2014, pp. 1-12.
321. *La partecipazione politica e i migranti*, in AA. VV., *La Repubblica e le migrazioni*, a cura di L. Ronchetti, Milano, Giuffrè, 2014, pp. 77-85.
322. *La garanzia aristocratica della democrazia (a proposito della sent. Corte cost. n. 1 del 2014)*, in *Lo Stato*, n. 2/2014, pp. 187-196 ; versione francese *La garantie aristocratique de la démocratie: à propos de la sentence de la Cour constitutionnelle italienne sur la loi électorale*, in *Constitutions*, n. 3/2014, pp. 328-333.
323. *L'equilibrio di bilancio e i principi fondamentali: la prospettiva del controllo di costituzionalità*, in AA. VV., *Il principio dell'equilibrio di bilancio secondo la riforma costituzionale del 2012*, Milano, Giuffrè, 2014, pp. 1-49.
324. *Elementi aristocratici nelle costituzioni democratiche*, in AA. VV., *Democrazia inquieta. Popoli, religioni e partiti fra Oriente e Occidente*, a cura di P. Monti, Venezia, Marcianum Press, 2014, pp. 49-64.
325. *Garanzie ed efficienza nella tutela giurisdizionale*, in *Rivista AIC*, n. 4/2014, pp. 1-54, in *Astrid Rassegna*, n. 17/2014, pp. 1-63, e in *Diritto e società*, n. 3/2014, pp. 433-501.
326. *L'éclipse de la sécurité juridique*, in *Revue française de droit constitutionnel*, 2014, pp. 991-997.
327. *La c.d. Costituzione economica tra diritto europeo e diritto internazionale*, in AA. VV., a cura di G. F. Ferrari, *Giovanni Bogneri comparatista*, Milano, Il Sole 24 Ore, 2014, pp. 107-113.
328. *Il diritto può essere capace di bellezza?*, in AA. VV., *Il male di vivere e la fiducia in Dio*, a cura di O. Gianaroli, *Quaderni della Fondazione del Monte*, n. 19/2014, pp. 51-58.
329. *Le salmerie della scienza giuridica*, in *Rivista AIC*, n. 2/2015, pp. 1-7.
330. *L'illusion de la réduction du droit constitutionnel à une technique de protection des droits constitutionnels*, in *Revue belge de droit constitutionnel*, nn. 3.4/2014, pp. 377-382.
331. *Regola d'oro ed equilibrio di bilancio. Uno sguardo italiano*, in AA. VV., *La QPC: Vers une culture constitutionnelle partagée*, a cura di E. Cartier - L. Gay - A. Viala, Institut Universitaire Varenne, 2015, pp. 149-161.

332. *Presidente della Repubblica e funzione amministrativa*, in AA. VV., *Il magistero scientifico di Aldo M. Sandulli nel centenario della nascita*, a cura di M.A. Sandulli, Napoli, Editoriale Scientifica, 2015, pp. 53-66.
333. *Funzione di controllo e riforma del Senato*, in *Rivista AIC*, 2016, n. 1, pp. 1-5.
334. *La Costituzione nel sistema delle fonti del diritto*, Pechino, Angle publishing, 2015, pp. 354-367 (in lingua cinese).
335. *I controlimiti e l'eterogenesi dei fini*, in *Questione giustizia*, 2015, n. 1, pp. 84-93.
336. *Il brusco risveglio. I controlimiti e la fine mancata della storia costituzionale*, in *Rivista AIC*, 2016, n. 2, pp. 1-20, e in AA. VV., *I controlimiti. Primato delle norme europee e difesa dei principi costituzionali*. Atti del Convegno del Dottorato di ricerca "Diritto dell'Unione europea e ordinamenti nazionali" del Dipartimento di Giurisprudenza dell'Università di Ferrara, 7-8 aprile 2016, a cura di A. Bernardi, Napoli, Jovene, 2017, pp. 63-87.
337. *Intervista*, in AA. VV., *I rapporti tra la giurisdizione costituzionale e la dottrina*, a cura di P. Passaglia, Napoli, Editoriale Scientifica, 2015, pp. 258-260.
338. *Diritto costituzionale e diritto amministrativo. Brevi note*, in AA. VV., *Unità della scienza giuridica. Problemi e prospettive*, Editoriale Scientifica, 2016, pp. 105-115.
339. *Sul possibile funzionamento concreto del nuovo Senato*, in *Astrid Rassegna*, 2016, n. 12, pp. 1-7.
340. *Interpretazione conforme a costituzione*, in *Enciclopedia del diritto - Annali*, Vol. IX, Milano, Giuffrè, 2016, pp. 391-476.
341. *Diritti sociali e livelli essenziali delle prestazioni pubbliche nei sessant'anni della Corte costituzionale*, in *Rivista AIC*, 2016, n. 3, pp. 1-17, e in AA. VV., *Per i sessanta anni della Corte costituzionale. Convegno scientifico 19-20 maggio 2016*, Milano, Giuffrè, 2017, pp. 119-145.
342. *Giurisdizione ed economia: quattro bivi*, in *Munus*, 2016, n. 1, pp. 167-172.
343. *Constitutions et droits sociaux - Italie*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle* 2015, Paris - Aix-en-Provence, Economica - Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2016, pp. 337-346.
344. *La massima concentrazione del minimo potere. Governo e attività di governo nelle democrazie contemporanee*, in *Teoria politica*, 2015, n. 5, pp. 113-134.
345. *Introduzione*, in AA. VV., *Commentario alla riforma costituzionale del 2016*, a cura di F.S. Marini e G. Scaccia, Napoli, ESI, 2016, XV-XXIV.
346. *Intervento*, in AA. VV., *Il ruolo del Capo dello Stato nella giurisprudenza costituzionale*, a cura di L. Violini, Napoli, Editoriale Scientifica, 2015, pp. 73-77.

347. *Il costituzionalismo e l'economia del divampare dalla crisi a oggi*, in AA. VV., *La domanda inevasa. Dialogo tra economisti e giuristi sulle dottrine economiche che condizionano il sistema giuridico europeo*, a cura di L. Antonini, Bologna, Il Mulino, 2016, pp. 57-67.
348. *Ruolo della docenza universitaria*, in *Costituzionalismo.it*, 2016, n. 2, pp. 29-38.
349. *Italia: La Corte costituzionale*, in AA. VV., *Il ruolo delle Corti costituzionali in un sistema di governo multilivello*, a cura del Servizio Ricerca del Parlamento europeo – Unità Biblioteca di diritto comparato, Bruxelles, Unione Europea, 2016, pp. 1-30.
350. *I referendum*, in AA. VV., *La riforma della Costituzione. Una guida con le analisi di 15 costituzionalisti*, Milano, RCS MediaGroup S.p.a., 2016, pp. 233-248.
351. *Weber e il costituzionalismo italiano. Nuovi punti di intersezione?*, in *Rivista trimestrale di diritto pubblico*, 2016, n. 4, pp. 969-974.
352. *Le prestazioni di unità nella presidenza Napolitano*, in *Rivista trimestrale di diritto pubblico*, 2016, n. 4, pp. 983-988.
353. *Il Governo in cattedra*, in *Menabò dell'Associazione Etica ed Economia*, 2016, n. 54, pp. 1-4.
354. *La riforma dell'art. 81 della Costituzione*, in *Rivista della Corte dei conti*, 2016, n. 3-4, pp. 459-462.
355. *Il linguaggio dell'avvocato*, in *Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica*, 2016, n. 20, pp. 73-87.
356. *Quanto è mite il diritto mite di Gustavo Zagrebelsky?*, in AA. VV., *Il costituzionalista riluttante. Scritti per Gustavo Zagrebelsky*, Torino, Einaudi, 2016, pp. 36-44.
357. *Partiti e Stato: una crisi comune?*, in *Lo Stato presente*, sito web: <http://www.lostatopresente.eu/2017/01/partiti-e-stato-una-crisi-comune.html>, 2017, pp. 1-6.
358. *Una discussione sui beni comuni*, in *Diritto e Società*, n. 3/2016, pp. 375-380, e in AA. VV., *Acqua. Bene pubblico, risorsa non riproducibile, fattore di sviluppo*, a cura di S. Staiano, Napoli, Jovene, 2017, pp. 75-80.
359. *A lezione di storia*, in *Nomos. Le attualità nel diritto*, n. 1/2017, pp. 1-5, e in *Rivista AIC*, 2017, n. 1/2017, pp. 1-5.
360. *La legge di stabilità e l'art. 81 della Costituzione*, in AA. VV., *La legge di bilancio e di stabilità: le politiche economiche possibili fra diritto costituzionale e diritto europeo. Dibattito fra economisti e giuristi. Atti del Convegno*, a cura di G. Montedoro ed E. Reviglio, Roma, Dike, 2017, pp. 13-17.

361. *Débat sur le référendum*, con J.P. CHEVENEMENT, J.M. DENQUIN, a cura di A.M. Le Pourhiet, in *Constitutions. Revue de droit constitutionnel appliqué*, n. 3/2016, pp. 385-393.
362. Bis in idem : *la nuova sentenza della Corte costituzionale sulla legge elettorale politica*, in *Rivista AIC*, n. 1/2017, pp. 1-12.
363. *Un giroscopio costituzionale. Il Presidente della Repubblica dal mito alla realtà (passando per il testo della Costituzione)*, in *Rivista AIC*, n. 2/2017, pp. 1-24, in *Nomos. Le attualità nel diritto*, n. 1/2017, pp. 1-37, e in AA. VV., *Gli organi costituzionali di controllo nella storia costituzionale repubblicana*. Atti del Convegno in memoria di Giustino D'Orazio, Roma, Palazzo della Consulta, 20 febbraio 2017, a cura di F. Lanchester e R. D'Orazio, Milano, Wolters Kluwer – Cedam, 2018, 71-103.
364. *Intelligenti pauca. Il caso Taricco torna (catafratto) a Lussemburgo*, in *Osservatorio costituzionale*, n. 1/2017, pp. 1-11, e in A. BERNARDI, C. CUPELLI (a cura di), *Il caso Taricco e il dialogo tra le Corti. L'ordinanza 24/2017 della Corte costituzionale*, Napoli, Jovene, 2017, pp. 193-206, nonché in *Giurisprudenza costituzionale*, n. 1/2017, pp. 535-548.
365. *La riforma della Presidenza del Consiglio (e dei Ministeri)*, in *Diritto amministrativo*, n. 3/2016, pp. 253-272.
366. *Interventions, alla Table Ronde su Le Référendum*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle* 2016, Paris - Aix-en-Provence, Economica - Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2017, pp. 589-591; 611-615; 619-621; 649-652.
367. *Migrations internationales et justice constitutionnelle – Italie*, in *Annuaire international de justice constitutionnelle* 2016, Paris – Aix-en-Provence, Economica - Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2017, pp. 393-402.
368. *La giurisprudenza costituzionale nel tempo della crisi*, in M. D'AMICO, F. BIONDI (a cura di), *Diritti sociali e crisi economica*, Milano, FrancoAngeli, 2017, pp. 15-24.
369. *Le Parlement et le temps: le cas italien (con I. CIOLLI)*, in AA. VV., *Le Parlement et le temps. Approche comparée*. Atti del Convegno di Parigi, 7-8 dicembre 2016, a cura di G. Toulemonde ed E. Cartier, Paris, LGDJ, 2017, pp. 281-300.
370. *Italia*, in AA. VV., *I ricorsi individuali dinanzi alle più alte giurisdizioni. Una prospettiva di diritto comparato*, a cura del Servizio Ricerca del Parlamento europeo – Unità Biblioteca di diritto comparato, Bruxelles, Unione Europea, 2017, pp. 1-31.
371. *Il “giusto” processo amministrativo e la sentenza amministrativa “giusta”*. Relazione al Convegno “La sentenza amministrativa ingiusta ed i suoi rimedi”, Castello di Modanella, Serre di Rapolano (Siena), 19-20 maggio 2017, pubblicata sul Sito Istituzionale della Giustizia amministrativa (https://www.giustizia-amministrativa.it/cdsintra/wcm/idc/groups/public/documents/document/mday/nji4/~edisp/nsiga_4511408.doc) e in *Dir. proc. amm.*, n. 1/2018, pp. 36-66.

372. *La transplantation du mythe: regard constitutionnel italien d'hier et d'aujourd'hui*, in AA. VV., *La Constitution du 27 octobre 1946. Nouveaux regards sur les mythes d'une constitution "mal-aimée"*, a cura di E. Cartier e M. Verpeaux, Paris, Mare et Martin, 2017, pp. 123-138.
373. *La difficile linea di confine*. Intervento alla tavola rotonda a proposito del volume di Giuliano Amato, *Corte costituzionale e Corti europee. Fra diversità nazionali e visione comune*, con la collaborazione di Benedetta Barbisan, Bologna, Il Mulino, 2017, pp. 126, svolta a Roma, Sala delle Lauree della ex Facoltà di Scienze politiche, il 25 settembre 2017, in *Nomos*, n. 3/2017, pp. 16-20.
374. *Contributo*, in AA. VV., *Riflessioni sulla Costituzione. Docenti e costituzionalisti a confronto sui principi fondamentali della Repubblica*, Roma, ANPPIA, 2017, pp. 99-104.
375. *Pizzorusso e la giustizia costituzionale*, in AA. VV., *Ricordando Alessandro Pizzorusso ad un anno dalla sua scomparsa*, a cura di P. Carrozza, V. Messerini, R. Romboli, E. Rossi, A. Sperti, R. Tarchi, Torino, Giappichelli, 2017, pp. 165-173.
376. *I giuristi romani nella cultura giuridica italiana del XX secolo. Una discussione in forma di dialogo*, in AA. VV., *Giuristi romani e storiografia moderna. Dalla Palingenesia iuris civilis agli Scriptores iuris Romani*, a cura di A. Schiavone, Torino, Giappichelli, 2017, pp. 113-138 (con A. Di Porto e G. Alpa).
377. *Ermeneutica costituzionale e "massima attuazione della Costituzione"*, in AA. VV., *I rapporti civilistici nell'interpretazione della Corte costituzionale nel decennio 2006-2016*. Atti del 12° Convegno Nazionale della Società Italiana degli Studiosi del Diritto Civile, Grand Hotel Vesuvio – Napoli, 11-13 maggio 2017, a cura di P. Perlingieri e S. Giova, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 2018, pp. 37-61.
378. *Laterna Magika. I diritti "finanziariamente condizionati"*, in *Rivista della Corte dei conti*, n. 1-2/2018, pp. 643-660, e, con il titolo *I diritti "finanziariamente condizionati": profili di una categoria controversa*, in AA. VV., *La tutela degli interessi finanziari della collettività nel quadro della contabilità pubblica: principi, strumenti, limiti*. Atti del LXIII Convegno di Studi di Scienza dell'Amministrazione, Varenna-Villa Monastero, 21-23 settembre 2017, Milano, Giuffrè Francis Lefebvre, 2018, pp. 341-381.
379. *Table ronde «juge constitutionnel et interprétation des normes» : Italie*, in AA. VV., *Annuaire international de justice constitutionnelle 2017*, Paris – Aix-en-Provence, Economica - Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2018, 375-381.
380. *Les fondements théoriques de l'interprétation des normes par le juge constitutionnel: rapport de synthèse*, in AA. VV., *Annuaire international de justice constitutionnelle 2017*, Paris – Aix-en-Provence, Economica - Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2018, 495-501.

381. *La decisione giudiziaria robotica*, in *Nuovo Diritto Civile*, n. 1/2018, pp. 5-36 e in AA. VV., *Scritti in onore di Franco Pizzetti*, a cura di Cristina Bertolino, Tanja Cerruti, Marco Orofino e Annamaria Poggi, Napoli-Torino, Edizioni scientifiche italiane - Università degli Studi di Torino 2021, Vol. II, pp. 423-448.
382. *Bandiera e nazione. L'art. 12 della Costituzione*, in *Rassegna dell'Arma dei Carabinieri*, n. 2/2018, pp. 188-190.
383. *Il futuro dell'Europa. Note a margine*, Relazione conclusiva al Convegno "Passato, Presente, Futuro del costituzionalismo e dell'Europa", organizzato dalla Fondazione Paolo Galizia – Storia e Libertà nell'ambito del Master in Istituzioni Parlamentari "Mario Galizia" per consulenti d'Assemblea, Roma, Università degli Studi di Roma "La Sapienza", Aula degli Organi collegiali, 12 maggio 2018, ora in *Nomos*, n. 2/2018, pp. 1-10.
384. *Diritto penale e Costituzione*, in *Diritto penale contemporaneo*, 2018, pp. 1-11.
385. *Quale identità?*, in *Dialoghi con Guido Alpa. Un volume offerto in occasione del suo LXXI compleanno*, a cura di Giuseppe Conte, Andrea Fusaro, Alessandro Somma e Vincenzo Zeno-Zencovich, Roma, Roma Tre-Press, 2018, pp. 343-354.
386. *Italia*, in AA. VV., *Il diritto al rispetto della vita privata: le sfide digitali, una prospettiva di diritto comparato*, a cura del Servizio Ricerca del Parlamento europeo – Unità Biblioteca di diritto comparato, Bruxelles, Unione Europea, 2018, pp. 1-46.
387. *Partiti e forma di governo*. Relazione al Convegno "Dallo Stato partito allo Stato dei partiti: e ora?" tenutosi il giorno 29 novembre 2018 presso la Sala delle Lauree della Facoltà di Scienze politiche, sociologia e comunicazione dell'Università di Roma "La Sapienza", ora in *Nomos*, n. 3/2018, pp. 1-11.
388. *L'ordine costituzionale. Nozione e vicende*, in AA.vv., *L'ordine costituzionale come problema storico. Atti del Convegno della Società Italiana di Storia del Diritto, Parma, 15-16 dicembre 2011*, Torino, Giappichelli, 2016, pp. 59-75.
389. *Intervento alla Presentazione del volume di M. CARTABIA, L. VIOLANTE, Giustizia e mito. Con Edipo, Antigone e Creonte (il Mulino, Bologna, 2018)*, Facoltà di Giurisprudenza dell'Università degli Studi di Roma "La Sapienza", 27 settembre 2018, in *Rivista italiana per le scienze giuridiche*, n. 9/2018, pp. 237-258.
390. *Gli aiuti di Stato nella Costituzione Italiana e nell'ordinamento europeo*, in *Eurojus*, n. 3/2019, pp. 1-15.
391. *La Costituzione e le ragioni dell'Avvocatura*, in AA.VV., *L'Avvocato in Costituzione. Preludio di una rivoluzione da fare*, Roma, Edizioni Diritto e Ragione, 2019, pp. 43-52.
392. *Gli equilibri di bilancio in un ordinamento multilivello*, in AA. VV., *Sviluppo economico, vincoli finanziari e qualità dei servizi: strumenti e garanzie*. Atti del LXIV Convegno di Studi di Scienza dell'Amministrazione, Varenna-Villa

Monastero, 20-22 settembre 2018, Milano, Giuffrè Francis Lefebvre, 2019, pp. 39-69.

393. *Diritto giurisprudenziale, limiti dell'interpretazione e certezza del diritto*, in *Lo Stato*, n. 12/2019, pp. 345-367.
394. *Dal chaos all'ordine e ritorno*, in AA. VV., *Liber amicorum Angelo Davì. La vita giuridica internazionale nell'età della globalizzazione*, Napoli, Editoriale Scientifica, 2019, pp. 239-269, e in *Rivista di filosofia del diritto*, n. 2/2019, pp. 349-378.
395. *Note critiche sui disegni di legge per l'autorizzazione alla ratifica dei protocolli n. 15 e 16 della CEDU. Appunti per l'audizione innanzi la 2^a Commissione – Giustizia della Camera dei Deputati (26 novembre 2019)*, in *Sistema Penale*, 2019, pp. 1-10.
396. *Italia*, in AA. VV., *La libertà di espressione, una prospettiva di diritto comparato*, a cura del Servizio Ricerca del Parlamento europeo – Unità Biblioteca di diritto comparato, Bruxelles, Unione Europea, 2019, pp. 1-56.
397. *Table ronde «Egalité, genre et Constitution» : Italie*, in AA. VV., *Annuaire international de justice constitutionnelle 2018*, Paris – Aix-en-Provence, Economica - Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2019, pp. 327-347.
398. *L'errore di diritto e l'interpretazione della norma giuridica*, in *Questione Giustizia*, n. 2/2019, pp. 16-43.
399. *Bonapartismo, oggi?*, in *Teoria politica*, n. 9/2019, pp. 139-168.
400. *Un "taglio" non meditato*, in AA. VV., *Meno parlamentari, più democrazia?*, a cura di E. Rossi, Pisa University Press, Pisa, 2020, pp. 245-249.
401. *Le illusioni del neocostituzionalismo*, in S. CECCANTI, M. LUCIANI, *Due lezioni magistrali*, a cura di B. Bini, Viterbo, Sette Città, 2018, pp. 23-35.
402. *Ricordo di Paolo Barile*, in AA. VV., *Il potere e le libertà. Il percorso di un costituzionalista. Atti del convegno per il centenario della nascita di Paolo Barile*, a cura di S. Merlini, Firenze, Firenze University Press, 2019, pp. 7-8.
403. *La Corte dei conti nell'evoluzione della giurisprudenza costituzionale*, in *La Corte dei conti al servizio delle comunità: riflessioni e prospettive a 25 anni dall'adozione delle leggi 19 e 20 del 1994 – Atti Giornata di Studi Roma, 14 novembre 2019 – Aula SS.RR.*, pp. 97-115.
404. *Democrazie parlamentari alla prova, Introduzione alla Assemblea Generale del CESP - Centro Studi sul Parlamento*, Roma, 20 luglio 2020.
405. *Paolo Ridola e la forma di governo*, in *Rivista Italiana per le Scienze Giuridiche*, 2019, fasc. 10, pp. 583-585.

406. *Il sistema delle fonti del diritto alla prova dell'emergenza*, in *ConsultaOnline*, fasc. Liber amicorum per Pasquale Costanzo, nonché in *Rivista AIC*, n. 2/2020, pp. 109-141.
407. *L'incognita delle nuove Norme integrative*, in *Rivista AIC*, n. 2/2020, pp. 402-425, nonché in *Giur. cost.*, n. 2/2020, pp. 1029-1057.
408. *Intervento* in AA. VV., *Interventi di terzi e "amici curiae" nel giudizio di legittimità costituzionale delle leggi, anche alla luce dell'esperienza di altre Corti nazionali e sovranazionali*, pp. 133-136.
409. *Il sistema di elezione dei componenti togati del CSM*, Relazione al Convegno "Voltare pagina. La riforma del sistema elettorale del CSM", Roma, 23 giugno 2020, destinato alla raccolta di *Scritti in onore di Fulco Lanchester*.
410. *Italia*, in AA. VV., *I principi di eguaglianza e di non discriminazione, una prospettiva di diritto comparato*, a cura del Servizio Ricerca del Parlamento europeo – Unità Biblioteca di diritto comparato, Bruxelles, Unione Europea, 2020, pp. 1-55.
411. *L'état d'exception, nouveau régime de droit commun des droits et libertés ? Du terrorisme a l'urgence sanitaire – Rapport italien*, in AA. VV., *Annuaire international de justice constitutionnelle 2018*, Paris – Aix-en-Provence, Economica - Presses Universitaires d'Aix-Marseille, 2019, pp. 327-347.
412. *Paolo Ridola e la forma di governo*, in *Rivista italiana per le scienze giuridiche*, n. 10/2019, pp. 583-585.
413. *Certezza del diritto e clausole generali*, in *Questione giustizia*, n. 1/2020, pp. 67-72.
414. *Avvisi ai naviganti del Mar pandemico*, in *Questione giustizia*, n. 2/2020, pp. 6-10.
415. *La Costituzione alla prova della straordinarietà*, in AA. VV., *Il mondo dopo la fine del mondo*, Laterza, Roma-Bari 2020, pp. 281-288.
416. *Troppo o troppo poco: la difficile abrogazione popolare delle leggi elettorali*, in *Giurisprudenza costituzionale*, n. 1/2020, pp. 115-144.
417. *La città Capitale e la Costituzione*, in *Roma capitale - Discorsi e documenti parlamentari*, Roma, Italiadecide 2020, pp. 1-3.
418. *La modulation des effets dans le temps et le revirement de la jurisprudence*, in *Les cahiers du Conseil constitutionnel - Titre VII*, n. 5 - octobre 2020, pp. 168-180.
419. *Fobonomia*, in *Bilancio, comunità, persona*, n. 2/2020, pp. 8-13.
420. *Alfonso Di Giovine e la riserva di legge*, in *Per un costituzionalismo esigente. Scritti in onore di Alfonso Di Giovine*, FrancoAngeli, Milano 2020, pp. 175-182.

421. *Diritto giurisprudenziale versus diritto politico*, in AA.VV., *Ricordando Alessandro Pizzorusso. Il diritto giurisprudenziale*. Pisa, 16 dicembre 2019, Pisa University Press, Pisa 2020, pp. 67-72.
422. *Gli aiuti di Stato nella Costituzione italiana e nell'ordinamento europeo*, in *Gli aiuti di Stato : profili generali e problematiche energetiche* (a cura di E. Bruti Liberati, M. De Focatiis, A. Travi), CEDAM, 2021, pp. 1-10.
423. *Innovazione e tradizione nelle costituzioni del Novecento. Note preliminari*, in corso di pubblicazione in *Specula iuris*, n. 1/2021.
424. *Principio di legalità e Corte costituzionale. A proposito della sentenza n. 195 del 2019*, in AA. VV., *Le sanzioni: poteri, procedimenti e garanzie nel diritto pubblico* (a cura di A. Police e C. Cupelli), CEDAM, Milano 2021, pp. 3-18.
425. *Pubblico, privato, comune. A proposito del "Sistema istituzionale di diritto comune" di Gianpiero Paolo Cirillo*, pubblicato sul Sito Istituzionale <https://www.giustizia-amministrativa.it/web/guest/-/luciani-pubblico-privato-comune.-a-proposito-del-sistema-istituzionale-di-diritto-comune-di-gianpiero-paolo-cirillo>, 6 aprile 2021.
426. *Vincenzo Cerulli Irelli, la Costituzione, l'amministrazione*, in *L'amministrazione nell'assetto costituzionale dei poteri pubblici – Scritti per Vincenzo Cerulli Irelli*, Giappichelli, Torino 2021, pp. 144-148.
427. *Le Parlement italien dans la pandémie a eu du mal à maintenir sa centralité vis-à-vis du gouvernement et des régions*, in *L'impact de la crise sanitaire sur le fonctionnement des parlements en Europe* (con Ines Ciolli), Fondation Robert Schuman 2020.

DANE S. CIOLINO

LOYOLA UNIVERSITY NEW ORLEANS COLLEGE OF LAW
18 FARNHAM PL.
METAIRIE, LOUISIANA 70005

M: (504) 975-3263
DANE@DANECIOLINO.COM
WWW.DANECIOLINO.COM

EDUCATION

TULANE UNIVERSITY LAW SCHOOL, *New Orleans, Louisiana*
J.D., *magna cum laude*, 1988
Editor in Chief, *Tulane Law Review*
Order of the Coif
Winner, Maritime Law Center Writing Competition

RHODES COLLEGE, *Memphis, Tennessee*
B.A., *cum laude*, 1985
Recipient, Political Science Department Award
President, Sigma Alpha Epsilon Fraternity

EMPLOYMENT

LOYOLA UNIVERSITY NEW ORLEANS COLLEGE OF LAW
Alvin R. Christovich Distinguished Professor of Law, 2002-present
Professor of Law, 2002
Associate Professor of Law, 1998-2002 (Tenured 2001)
Assistant Professor of Law, 1997-1998
Visiting Assistant Professor of Law, 1995-1997
Adjunct Instructor of Law, 1992-1995

ETHICS REVIEW BOARD OF THE CITY OF NEW ORLEANS
Executive Administrator and General Counsel, 2018-present
General Counsel, 2015-2018

LOUISIANA ASSOCIATION OF DEFENSE COUNSEL
Acting Executive Director, 2015-2016
Associate Executive Director, 2009-2015, 2016-present

TULANE LAW SCHOOL
Visiting Professor of Law, 2005, 2002, 2017

STONE, PIGMAN, WALTHER & WITTMANN, LLC, *New Orleans, Louisiana*
Associate, 1991-1995
Areas of Practice: Commercial Litigation, Intellectual Property, Criminal Law

DANE S. CIOLINO

CRAVATH, SWAINE & MOORE, LLP, *New York, New York*
Associate, 1989-1991
Consultant, 2005-2006
Areas of Practice: Commercial Litigation, Intellectual Property

UNITED STATES DISTRICT COURT FOR THE EASTERN DISTRICT OF LOUISIANA
Law Clerk to Honorable Peter H. Beer, 1988-89

PUBLICATIONS

DANE S. CIOLINO, *LOUISIANA LEGAL ETHICS: STANDARDS AND COMMENTARY* (2019)

Dane S. Ciolino, *Cloud Computing for Criminal Lawyers: It's Not the Future Anymore*, THE CHAMPION, Vol. XL, No. 10, December 2016, at 22

DANE S. CIOLINO, BOBBY HARGES & WENDY SHEA, *LOUISIANA CRIMINAL LAW: CASES AND MATERIALS* (2013)

Louisiana Legal Ethics Weblog (<http://lalegaethics.org/>) (Dane S. Ciolino, ed. & admin.)

Dane S. Ciolino & Monica Hof Wallace, *Recodifying Emancipation: A Précis of the 2009 Revision of Louisiana Emancipation Law*, 56 LOYOLA L. REV. 135 (2010)

Dane S. Ciolino, *Managing the Perils of Lawyer Social Networking*, ABA SECTION OF LITIGATION, COMMITTEE ON ETHICS & PROFESSIONALISM, 2010 ANNUAL REVIEW (2010)

Sandra S. Varnado & Dane S. Ciolino, *Reconsidering Lawyers' Ethical Obligations in the Wake of a Disaster*, 19 THE PROFESSIONAL LAWYER 8 (2009)

DANE S. CIOLINO, *LOUISIANA PROFESSIONAL RESPONSIBILITY LAW & PRACTICE* (3d ed. 2007)

Dane S. Ciolino, *Lawyer Ethics Reform in Perspective: A Look at the Louisiana Rules of Professional Conduct Before and After Ethics 2000*, 65 LA. L. REV. 536 (2005)

Dane S. Ciolino, *Redefining Professionalism as Seeking*, 49 LOY. L. REV. 229 (2003)

Dane S. Ciolino & Erin A. Donelon, *Questioning Strict Liability in Copyright*, 54 RUTGERS L. REV. 351 (2002)

Dane S. Ciolino, *Why Copyrights Are Community Property (Sort Of): Through the Rodrigue v. Rodrigue Looking Glass*, 47 LOY. L. REV. 631 (2001)

Dane S. Ciolino, *Why Copyrights Are Not Community Property*, 60 LA. L. REV. 127 (1999)

Dane S. Ciolino, *Reconsidering Restitution in Copyright*, 48 EMORY L.J. 1 (1999)

Dane S. Ciolino, *Rethinking the Compatibility of Moral Rights and Fair Use*, 54 WASH. & LEE L. REV. 33 (1997)

Dane S. Ciolino, *The Mental Element of Louisiana Crimes: It Doesn't Matter What You Think*, 70 TUL. L. REV. 855 (1996)

Dane S. Ciolino, *Moral Rights and Real Obligations: A Property-Law Framework for the Protection of Authors' Moral Rights*, 69 TUL. L. REV. 935 (1995)

Dane S. Ciolino & Gary R. Roberts, *The Missing Direct-Tender Option in Federal Third-Party Practice: A Procedural and Jurisdictional Analysis*, 68 N.C.L. REV. 423 (1990)

Dane S. Ciolino, Casenote, *Lafleur v. John Deere Co.: Recovery of Nonpecuniary Damages in Redhibitory Actions*, 61 TUL. L. REV. 704 (1987)

TEACHING

Law School: Principal Courses

The Legal Profession (legal ethics), Trial & Appellate Advocacy, Evidence, Criminal Law & Procedure

Law School: Other Courses

Business Organizations I & II; Contracts I & II; Common Law Contracts for Civil Law Students; Comparative Law; Computer Law; Copyright Law; Criminal Law Clinic; Criminal Law Seminar; Constitutional Criminal Procedure; Civil Law of Persons; Civil Law of Community Property; Civil Law of Property; Introduction to Law and Legal Methods; Legal Ethics Seminar; International Copyright Law; Law & Poverty; Professional Seminar in Practical Lawyering; Professional Seminar in Storytelling; and, Introduction to United States Constitutional Law.

Bar Review

Instructor, BAR/BRI Bar Review Course (legal ethics and professional responsibility law), 2006-present

Instructor, BAR/BRI Louisiana Bar Review Course (criminal law, evidence and criminal procedure), 2005-present

Instructor, BAR/BRI Louisiana Bar Review Course (Louisiana property law, family law, community-property law), 1995-2005

Instructor, LSU Law Center Bar Review Course (Louisiana family law), 1999-2002

COMMUNITY SERVICE

Member, American Law Institute, 2003-present

Subject Matter Expert, National Conference of Bar Examiners, Multi-State Professional Responsibility Examination, 2018-present

Legal Analyst, Various National, State and Local Media, 1998-present

Instructor, Louisiana State Bar Association Diversionary Ethics School, 1999-present

Member, Louisiana State Bar Association Codes of Conduct Committee, 1998-present

Member, Federal Criminal Justice Act Panel, United States District Court for the Eastern District of Louisiana (panel of attorneys accepting appointments to represent indigent defendants in federal prosecutions), 1991-present

Reporter, United States District Court for the Eastern District of Louisiana Committee on Revising Attorney Disciplinary Procedures, 2009-2011

Lawyer Disciplinary Committee, United States District Court for the Eastern District of Louisiana

Chair, 2011-2016

Member, 2016-2017

Board Member, Louisiana Organization for Judicial Excellence, 2004-2008

Member, Ochsner Clinic Foundation, Bioethics Committee, 2009-2012

Member, Louisiana State Bar Association Professionalism Committee, 1997-2008

Member, Louisiana State Bar Association Board of Governors, 2007-2009

Board Member, Orleans Parish Indigent Defender Program, 2006-2007

Reporter, Louisiana State Bar Association Ethics 2000 Committee, 1999-2004

Reporter, Louisiana State Law Institute Emancipation Committee, 2004-2008

Reporter, Louisiana State Law Institute Tutorship Procedure Committee, 2000-2009

DANE S. CIOLINO

Reporter, Louisiana State Law Institute Interdiction Committee, 1996-2002

Member, Louisiana Supreme Court Committee on the Prevention of Lawyer Misconduct, 1999-2003

Member, Louisiana State Law Institute Criminal Law Committee, 2006-2011

Interim Host, *It's the Law*, Cox Cable Television New Orleans and Jefferson, December 1999-2000

Louisiana State Bar Association, Ethics Advisory Committee
Member, 2000-2003
Reporter, 1997-2000

Council Member, Louisiana State Law Institute, 1997-2000

Louisiana Attorney Disciplinary Board
Hearing Committee Member, 1998-1999
Hearing Committee Chairperson, 1999-2003

Louisiana Supreme Court Bar Admissions Advisory Committee
Member, 1997-1999
Chairperson, 1999-2001

Director, Pro Bono Criminal Law for Civil Lawyers (two-day CLE seminar training civil lawyers to undertake pro bono criminal cases), 1995-2002

Advisory Editor, *Tulane Law Review*, 1993-2009

Member, Board of Directors, Louisiana Capital Assistance Center (public-interest organization defending capital cases for indigent clients), 1996-2006

Appointed Counsel, Orleans Parish Criminal District Court (pro bono representation of indigent defendants in first- and second-degree murder prosecutions), 1991-2008

Evaluator, American Bar Association, Central European Law Initiative, March 1999 (evaluated code of legal ethics for the Republic of Armenia)

LOYOLA UNIVERSITY SERVICE

Faculty Advisor, *Loyola Law School Honor Board*, 2002-present

Chairperson, Petitions and Readmissions Committee, 2015-present

Clinic, Skills, and CLE Committee

Chairperson, 2016-2017

Member, 2017-present

Endowed Professorships Committee

Chairperson, 2014-2017

Member, 2002-present

Director, University of Vienna International Program, 2013-2017

Chairperson, Library and Technology Committee, 2013-2015

Director, International Programs, 2011-2012

Chairperson, International Programs Committee, 2011-2012

Member, Curriculum and Bar Examination Committee, 2011-2015

Faculty Advisor, *Loyola Law Review*, 1997-2003, 2006

Faculty Advisor, *Order of the Barristers*, 1998-2003

Faculty Advisor, *Loyola Intellectual Property Law Quarterly*, 1996-2002

Faculty Advisor, *Loyola ATLA Chapter*, 1997-2002

Law School Representative, Loyola University Senate, 1997-1999

Loyola Law School Dean Search Committee

Chairperson, 2001-2002

Member, 2000-2001

Chairperson, Loyola Law School Law Clinic Committee, 2005-2007

Chairperson, Loyola Law School Faculty Unification Committee, 2004

Chairperson, Loyola Law School Library Director Search Committee, 2000-2001

Member, Loyola University Distance Learning Committee, 2010-present

Member, Loyola Law School Technology Committee, 2010-2011

Member, Loyola Law School By-Laws Committee, 2000-2001

Member, Loyola Law School Pre-Admissions Committee, 1998-1999

Member, Loyola Law School Tenure Guidelines Committee, 1998-1999

Member, Loyola Law School Library Committee, 1997-1998

Member, Loyola Law School Skills Committee, 1997-1998

Member, Loyola Law School Curriculum Committee, 1996-1997

Member, Loyola Law School Admissions Committee, 1996-1997

Member, Loyola Law School Student Recruitment and Career Services Committee,
1995-1996

COMMUNITY HONORS

New Orleans Magazine Top Lawyers, 2012-present

Recipient, Camille Gravelle Pro Bono Award, Federal Bar Association, New Orleans
Chapter, 2007

Lawdragon 3000 (list of top American lawyers), 2006

Recipient, *Gambit Magazine*, Forty-Under-Forty Award, 2002

Recipient, Louisiana State Bar Association, President's Award, 2001

Recipient, *City Business Magazine*, Power Generation Award, 2000

Recipient, Gillis Long Poverty Law Center Public Service Award, 1997

EXPERT WITNESS TESTIMONY¹

1. *Active Solutions, L.L.C. v. Dell, Inc.*, No. 2007-3665, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
2. *Adler v. Doyle (In re Woven Treasures, L.L.C.)*, 69 180 M 01493 07, American Arbitration Association
3. *AmCareco, Inc. v. Lucksinger*, No. 499,737, Nineteenth Judicial District Court for the Parish of East Baton Rouge, State of Louisiana

¹All matters in which Dane S. Ciolino has provided a public expert report, affidavit, deposition testimony or trial testimony. Does not include private ethics advisory opinions.

4. *Adamson v. Bailey*, No. 493,309, First Judicial District Court, Parish of Caddo, State of Louisiana
5. *American Income Life Ins. Co. v. Nicholas Matthew Nitkowski et al.*, Civ. No. 05-2228(I-3), United States District Court Eastern District of Louisiana
6. *Antoine v. Anding*, No. 125,803-H, Sixteenth Judicial District Court, Parish of Iberia, State of Louisiana
7. *Asset Funding Group, L.L.C. v. Adams and Reese, L.L.P.*, Civ. No. 07-2965, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
8. *Baricuatro v. Industrial Personnel and Mgmt. Servs., Inc.*, Civ. No. 2:11-cv-02777-KDE-JCW, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
9. *Barton v. Butler*, No. 515,473, Nineteenth Judicial District Court for the Parish of East Baton Rouge, State of Louisiana
10. *BCM, LLC and Nawlins Cajun Foods, LLC v. Cheatwood*, No. 2009-2807, Fifteenth Judicial District Court, Parish of Lafayette, State of Louisiana
11. *Bd. of Supervisors of La. State Univ. Agricultural & Mechanical Coll. v. Gerson*, No. 2011-2614(I), Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
12. *Bd. of Supervisors of La. State Univ. Agricultural & Mechanical Coll. v. Southern Electronics Supply Co., Inc.*, No. 2011-1631(L), Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
13. *Bedford v. Magee*, No. 2000-14123, Twenty-Second Judicial District Court for the Parish of St. Tammany, State of Louisiana
14. *Belle Terre Lakes Home Owners Assoc. v. Patricia McGovern*, No. 41922, Fortieth Judicial District Court for the Parish of St. John the Baptist, State of Louisiana
15. *Bertucci v. Lafayette Ins. Co.*, No. 01-0608, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
16. *Beevers and Beevers, LLP v. Sirgo*, No. 624-259 "B," Twenty-Fourth Judicial District Court for the Parish of Jefferson, State of Louisiana
17. *Billeaudeau v. Opelousas Gen'l Hosp.*, No. 13-C-0097-C, Twenty-Seventh Judicial District Court for the Parish of St. Landry, State of Louisiana
18. *Bilyeu v. Johanson Berenson, LLP*, Civil Action No. 1:08CV2006, United States District Court for the Western District of Louisiana, Alexandria Division

19. *Boudoin v. St. John the Baptist Parish School Bd.*, No. 2004-08242, Office of Workers' Compensation, State of Louisiana
20. *Bowes v. Clean Scene Servs., L.L.C.*, No. 661-147, Twenty-Fourth Judicial District Court for the Parish of Jefferson, State of Louisiana
21. *Bruszewski v. Motley Rice, LLC*, Civ. Action No. 5:12-cv-00046-JMH, United States District Court for the Eastern District of Kentucky, Lexington Division
22. *Cameron Int'l Corp. v. Liberty Ins. Underwriters, Inc.*, 2:12-cv-00211 (E.D. La. filed Jan. 30, 2012)
23. *Campbell v. City of New Orleans*, No. 98-18633, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
24. *Caro Properties A., L.L.C. v. Person*, No. 09-13059 (J-5), Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
25. *CEF Funding, L.L.C. v. Sher Garner Cahill Richter Klein & Hilbert, L.L.C.*, No. 09-6623 (D-4), United States District Court for the Eastern District of Louisiana
26. *Chalmette Payment Processing, L.L.C. v. Munson*, Civ. No. 03-1060, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
27. *Chan's, Inc., d/b/a Mikimoto v. Henderson*, No. 2015-6555 (I-14), Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
28. *Chevron U.S.A., Inc. v. State of Louisiana, Louisiana State Mineral Bd. and Louisiana Dept. of Natural Resources*, No. 93,658, Seventeenth Judicial District Court for the Parish of Lafourche, State of Louisiana
29. *Childress v. Childress*, No. 488-388, Twenty-Fourth Judicial District Court for the Parish of Jefferson, State of Louisiana
30. *Conwill v. Greenberg Traurig, L.L.P.*, Civ. Action No. 11-938 (KDE), United States District Court for the Eastern District of Louisiana
31. *Crinel v. Roby*, No. 2015-5698 (F-7), Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
32. *Croft v. Liberty Mut. Ins. Co.*, Docket No. 581732, 19th Judicial District Court for the Parish of East Baton Rouge
33. *Crooks v. State of Louisiana, Through the Louisiana Department of Natural Resources*, No. 224,262, Ninth Judicial District Court for the Parish of Rapides, State of Louisiana

34. *Dan S. Collins, CPL & Associates v. Godchaux*, No. 84618, Fifteenth Judicial District Court for the Parish of Vermillion, State of Louisiana
35. *Dean v. St. Mary Emergency Group, LLC*, No. C-2015-5856-F, Fifteenth Judicial District Court for the Parish of Lafayette, State of Louisiana
36. *Dejean v. Koch*, No. C20093931, Superior Court of the State of Arizona, County of Pima, State of Arizona
37. *Deltide Fishing and Rental Tools, Inc. v. Keaty*, No. 680,838, Twenty-Fourth Judicial District Court for the Parish of Jefferson, State of Louisiana
38. *Denison Supply Group, LLC v. Michel*, No. 16-1971, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
39. *Domingue v. Salomon Smith Barney, Inc. & Coughlin*, No. 01-03076, NASD Dispute Resolution Arbitration, New Orleans, Louisiana
40. *Donnell v. Henderson, Reilly, Boudreaux & Schoonenberg, APLC*, No. 178902, Thirty-Second Judicial District Court for the Parish of Terrebonne, State of Louisiana
41. *Donovan Marine, Inc. v. Travelers Indemnity Co. of Illinois*, Civ. Action No. 09-4374 (S-3), United States District Court for the Eastern District of Louisiana, New Orleans, Louisiana
42. *Dougherty v. Haag*, No. 05-06993, Superior Court for the County of Orange, State of California
43. *Doyle v. ICNA*, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
44. *Dunahoe v. Rogers*, No. 85704(A), Tenth Judicial District Court for the Parish of Natchitoches, State of Louisiana
45. *Dysart & Tabary LLP v. Finckbeiner*, No. 15-0597 "A," Thirty-Fourth Judicial District Court for the Parish of St. Bernard, State of Louisiana
46. *East Jefferson General Hospital v. Stein*, No. A-081709-773, AHLA Arbitration Service, Parish of Jefferson, State of Louisiana
47. *Edmonds v. Williamson*, No. 2002-CV-42-R, Circuit Court of Kemper County, State of Mississippi
48. *Felham Enterprises (Cayman) Ltd. v. Certain Underwriters at Lloyd's, London Companies, Zurich American Ins. Co., Marine Office of Am. Corp. & Trinity Yachts, Inc.*, No. 02-3588, United States District Court for the Eastern District of Louisiana

49. *Foley & Lardner, LLP v. Kenneth G. Daniels, LLC*, Adv. No. 05-01003, United States Bankruptcy Court for the Middle District of Louisiana
50. *Forbes v. St. Martin*, Civ. Action No. C2401 01 1745(2), Chancery Court, First Judicial District Court, Harrison County, Mississippi
51. *Forbis v. Int'l Health Care Properties, X, Ltd.*, 97-CI-03198, Jefferson Circuit Court, State of Kentucky
52. *Franklin v. Regions Bank*, Civ. Action No. 5:16-CV-01152, United States District Court for the Western District of Louisiana
53. *Furie Petroleum Co., L.L.C. v. Tower Hill Energy Co., L.L.C.*, No. 09-927, United States District Court for the Western District of Louisiana, Shreveport Division
54. *Gaspard v. Provensal*, No. 2012-11939, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
55. *Gauthier, Houghtaling & Williams L.L.P. v. Safeguard Storage Properties LLC*, Civ. Action No. 08-0627 (H), Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
56. *GE Oil & Gas, Inc. v. Turbine Generation Servs., LLC*, No. 652296/2015, Supreme Court of the State of New York, County of New York, State of New York
57. *Gill v. Becnel*, No. G2001-1199 R/1, Chancery Court for the First Judicial District, Hinds County, State of Mississippi
58. *Glynn v. Sylvester*, No. 228080, Ninth Judicial District Court for the Parish of Rapides, State of Louisiana
59. *Greenspoon Marder, P.A. v. Andry Law Firm, LLC*, Civ. Action No. 2:13-cv-05509-MLCF-JCW, Section F, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
60. *Gulf Production Co., Inc. v. Hoover Oil Field Supply, Inc.*, No. 08-5016, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
61. *Gulfport Ob-Gyn, P.A. vs. Dukes, Dukes, Keating & Faneca, P.A.*, Civ. Action No. A2401-16-193, Circuit Court of Harrison County, First Judicial District, State of Mississippi
62. *Harry Bourg Corp. vs. Exxon Mobil Corp.*, No. 140,749 ("E"), Thirty-Second Judicial District Court for the Parish of Terrebonne, State of Louisiana
63. *Haynes v. Williamson*, No. 3:05cv186-HTW-JCS, United States District Court for the Southern District of Mississippi, Jackson Division

64. *Hazlett v. Wilson*, No. 2010-17707, Twenty-Second Judicial District Court for the Parish of St. Tammany, State of Louisiana
65. *Hebert v. Avery*, No. 2001-16561, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
66. *Hodges v. Reasonover*, No. 2011-3391(N), Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
67. *Hotel Investors, LLC v. State of Louisiana, Department of Transportation and Development*, No. 704-195 “M”, Twenty-Fourth Judicial District Court, Parish of Jefferson, State of Louisiana
68. *Humphrey v. L.C. Hearne*, No. 600,108 (C), First Judicial District Court for the Parish of Caddo, State of Louisiana
69. *Hunter & Blazier v. Logan*, No. 2007-1873, Fourteenth Judicial District Court, Parish of Calcasieu, State of Louisiana
70. *Hydroflame Production, L.L.C. v. Hydroflame Technologies, L.L.C.*, No. 2011-3095(K), Civil District Court, Parish of Orleans, State of Louisiana
71. *In re American International Refinery, Inc.*, No. 04-21331, United States Bankruptcy Court, Western District of Louisiana, Lake Charles Division
72. *In re E.H. Mitchell & Co., LLC*, Civ. Action No. 14-959 (H-5), United States District Court for the Eastern District of Louisiana
73. *In re LMCHH PCP, LLC*, No. 17-10353-JAB (“B”), United States Bankruptcy Court for the Eastern District of Louisiana
74. *In re Oil Spill by the Oil Rig “Deepwater Horizon” in the Gulf of Mexico on April 20, 2010*, MDL No. 2179, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
75. *In re The Matter of Taira Lynn Limited No. 7, LLC, as Owner of the M/V Ricky J. Leboeuf*, Civ. Action No. 2:16-cv-0367, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
76. *In re Thomas J. Hogan, Jr.*, No. 16-DB-055, Louisiana Attorney Disciplinary Board, State of Louisiana
77. *In re Impeachment of United States District Judge G. Thomas Porteous, Jr.*, The Senate of the United States (no docket number)
78. *In re Oestreicher*, No. 12-DB-083, Louisiana Attorney Disciplinary Board, State of Louisiana

79. *In re Petition to Accord Immigrant Classification to Timothy Gray Cameron, Esq., as an Alien of Extraordinary Ability*, United States Department of Homeland Security, United States Citizenship and Immigration Services
80. *In re Confidential Respondents*, 04-DB-005, Louisiana Attorney Disciplinary Board
81. *In re Succession of Marion Roberts*, No. 96-2904(F), Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
82. *In re Zyprexa Products Liability Litigation*, MDL No. 1596, United States District Court for the Eastern District of New York
83. *Jones v. Lagarde*, No. 2016-11075, Twenty-Second Judicial District Court for the Parish of St. Tammany, State of Louisiana
84. *La Casa Castro, S.A. de C.V. v. Greenberg Traurig, P.A., Roberto Martinez and Pedro J. Martinez-Fraga*, Civ. Action No. 09-6663(F-2), United States District Court for the Eastern District of Louisiana
85. *Landry v. Pediatric Services of America, Inc.*, No. 2016-2251 “G”, Fifteenth Judicial District Court for the Parish of Lafayette, State of Louisiana
86. *Lentz v. Schulze*, No. 2:16-CV-07299, United District Court for the Eastern District of Louisiana
87. *Leon v. Wilson*, No. 96-14608(F), Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
88. *Liberty Mutual Ins. Co. v. Jotun Paints, Inc. & Jotun, Inc.*, Civ. Action No. 07-3114, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
89. *Logan v. Hit or Miss, L.L.C.*, Civil Action No. 6:07-CV-1116 LO, United District Court for the Western District of Louisiana
90. *Louisiana Crisis Assistance Ctr. v. Marzano-Lesnevich*, Civ. Action No. 11-2102-SSV-SS, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
91. *Louisiana State Bar Association v. Carr and Associates, Inc.*, No. 2006-14440, Twenty-Second Judicial District Court for the Parish of St. Tammany, State of Louisiana
92. *Magnificent Eight, LLC v. First NBC Bank, Inc.*, Civ. Action No. 13-5713 c/w 13-5714, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
93. *Marshall v. Marshall (In re Peroxisome Trust)*, No. 2015-4582, Fourteenth Judicial District Court for the Parish of Calcasieu, State of Louisiana

94. *Mascorro v. Schulz*, No. 2014-12140, Twenty-Second Judicial District Court for the Parish of St. Tammany, State of Louisiana
95. *Maxim v. Progressive Security Ins. Co.*, No. 229-677-G, Ninth Judicial District Court for the Parish of Rapides, State of Louisiana
96. *Mire v. American Multi-Cinema, Inc.*, Civ. Action No. 14-cv-02582-MVL-DEK, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
97. *Molaison v. Lukinovich*, No. 623-026 (C), Twenty-Fourth Judicial District Court, Parish of Jefferson, State of Louisiana
98. *Montgomery v. St. Tammany Parish Gov't*, No. 2016-11530(J), Twenty-Second Judicial District Court for the Parish of St. Tammany, State of Louisiana
99. *NASDI, LLC v. Bertucci Contracting Co., LLC*, No. 719944(A), Twenty-Fourth Judicial District Court for the Parish of Jefferson, State of Louisiana
100. *Nolaluna, LLC v. Crosby*, No. 2017-04216(E), Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
101. *O'Connell v. Wyatt, Tarrant & Combs, LLP*, No. 12-CI-000863, Jefferson Circuit Court, State of Kentucky
102. *Ohmer v. Farm Bureau Ins. Co.*, No. 113555 "D", Seventeenth Judicial District Court for the Parish of Lafourche, State of Louisiana
103. *Oliver v. Orleans Parish School Board*, No. 2005-12244 (N), Civil District Court, Parish of Orleans, State of Louisiana
104. *Oreck Direct, LLC v. Dyson, Inc.*, Civ. Action No. 07-2744, United District Court for the Eastern District of Louisiana
105. *Ortiz v. MeadWestvaco Corp.*, No. 2009-0278, Thirty-Sixth Judicial District Court for the Parish of Beauregard, State of Louisiana
106. *PAI Engineering Piping Analysis, Inc. v deGravelles, Palmintier, Holthaus & Fruge, LLP*, No. 655,173(D), Nineteenth Judicial District Court, Parish of East Baton Rouge, State of Louisiana.
107. *Perrone v. Rogers*, No. 2014-10589-C, Twenty-Second Judicial District Court for the Parish of St. Tammany, State of Louisiana
108. *Pitre v. Continental Casualty Co.*, No. 615-979(J), Nineteenth Judicial District Court for the Parish of East Baton Rouge, State of Louisiana

109. *Pittle v. McGlynn*, No. 09-620-JJB-SCR, United States District Court for the Middle District of Louisiana
110. *Planet Beach Franchising Corp. v. Fisher & Zucker, L.L.C.*, Nos. 11-CV-915 & 11-CV-02146 (MLCF), United States District Court for the Eastern District of Louisiana
111. *Powko Industries, L.L.C. v. Folse*, No. 3:15-cv-0038-BAJ-SCR, United States District Court for the Middle District of Louisiana
112. *Provosty v. ARC Construction, LLC*, No. 08-3671 “J”, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
113. *Read v. Read*, No. 2000-15283(E), Twenty-Second Judicial District Court for the Parish of St. Tammany, State of Louisiana
114. *Reuther v. Smith*, No. 2001-18124, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
115. *Reynolds v. Voelkel*, Civ. Action No. :16-CV-06984-JCZ-KWR, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
116. *Robichaux v. Dow Chemical Co.*, No. 96-8461, Eighteenth Judicial District Court for the Parish of Iberville, State of Louisiana
117. *Schiff v. Pugh*, No. 2014-03864, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
118. *Scott v. The American Tobacco Co., Inc.*, No. 96-8461, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
119. *Sessions, Fishman, Nathan & Israel, L.L.P. v. Halpern*, No. 2010-533, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
120. *Sewell v. Sewerage & Water Bd. of New Orleans*, No. 2015-04501, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
121. *Shane v. Frost Brown Todd, LLC*, No. 08-CI-10428, Jefferson Circuit Court, Division Eight, State of Kentucky
122. *Shinn Enterprises, Inc. & GIS Sports of Nevada, Inc. v. Capella*, No. 2005-12352, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
123. *Sigma Delta, L.L.C. v. Eric R. George, M.D.*, Civ. No. 07-5427, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
124. *Smith v. Kaplan & Lukowski, LLP & Jay D. Lukowski* (pre-suit affidavit).

125. *Somerset Pacific, LLC v. Tudor Ins. Co.*, No. 17-7099 “H-3”, United States District Court for the Eastern District of Louisiana.
126. *Spahr v. Dallam*, No. 98-5840, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
127. *Southern Scrap Material Co., L.L.C. v. Fleming*, Civ. No. 01-2544, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
128. *St. Bernard Port, Harbor & Terminal Dist. v. Violet Dock Port, Inc., L.L.C.*, No. 116-860(E), Thirty-Fourth Judicial District Court for the Parish of St. Bernard, State of Louisiana
129. *St. Tammany Parish School Bd. v. Hartford Cas. Ins. Co.*, No. 2012-12891(C), Twenty-Second Judicial District Court for the Parish of St. Tammany, State of Louisiana
130. *Standfield v. St. Ann Lodging, LLC*, Civ. Action No. 18-CV-01555-SSV-MBN, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
131. *Stanley v. Trinchard*, Civ. No. 02-1235, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
132. *State of Louisiana v. Taryn Blume*, No. 522905, Criminal District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
133. *State of Louisiana v. Miqueghele Brown*, No. 533046, Criminal District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
134. *State of Louisiana ex rel. Dorsey v. Vannoy*, No. 251-406, First Judicial District Court for the Parish of Caddo, State of Louisiana
135. *State of Louisiana v. Danny Galindo*, No. 455-170 (F/L), Criminal District Court for the Parish of Orleans
136. *State of Louisiana v. Warren Harris*, No. 288-271 (C), Criminal District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
137. *State of Louisiana v. Khristopher Kyzar*, No. 11-05-0461, Nineteenth Judicial District Court for the Parish of East Baton Rouge, State of Louisiana
138. *State of Louisiana v. Ricky Langley*, No. 10258-02, Fourteenth Judicial District Court for the Parish of Calcasieu, State of Louisiana
139. *State of Louisiana v. Scott Lingle*, No. 288-356 (I), Criminal District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana

140. *State of Louisiana v. Robert "Bob" Odom*, No. 08-02-547, Nineteenth Judicial District Court for the Parish of East Baton Rouge, State of Louisiana
141. *State of Louisiana v. David Peralta*, No. 553759 "G", Twenty-Second Judicial District Court for the Parish of St. Tammany, State of Louisiana
142. *State of Louisiana v. Terryance Russel*, No. 375-503, Criminal District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
143. *State of Louisiana v. Robert Wilkins*, No. 04-19337, 14th Judicial District Court for the Parish of Calcasieu, State of Louisiana
144. *St. Blanc v. Stabile*, No. 67,871, Twenty-Ninth Judicial District Court for the Parish of St. Charles, Div. E, State of Louisiana
145. *Sturlese v. J.B. Jones, Jr.*, No. 10-16390, Thirty-Eighth Judicial District Court, Parish of Cameron, State of Louisiana
146. *Succession of Marguerite Nell Riggs Griffin*, No. 646-584, Twenty-Fourth Judicial District Court, Parish of Jefferson, State of Louisiana
147. *Tapp v. Leonard L. Levenson & Associates*, No. 2009-01787, Division D, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
148. *Temple v. Crescent City Gates Fund, L.P.*, No. 09-9508 (H-12), Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
149. *Territa v. Oliver*, No. 2:11-cv-01830, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
150. *Tessier v. Moffatt*, No. 98-CV-00116, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
151. *Tierney v. Butler*, No. 69-1777(E), Twenty-Ninth Judicial District Court for the Parish of St. Charles, State of Louisiana
152. *Travelers Prop. Casualty Co. of Am. v. Bossier*, Civ. Action No. 14:cv-02176, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
153. *United States v. Edwin Edwards*, Crim. No. 98-165-B-M2, United States District Court for the Middle District of Louisiana
154. *United States v. Jesse H. Roberts*, Crim. Action No. 15-cr-0020-JWD-SCR, United States District Court for the Middle District of Louisiana
155. *United States ex rel. William St. John LaCorte v. Merck & Co., Inc.*, No. 99-03807, United States District Court for the Eastern District of Louisiana

156. *United States ex rel. William St. John LaCorte v. Wyeth Pharmaceuticals, Inc.*, No. 06-CV-11724-DPW, United States District Court for the District of Massachusetts
157. *Usner v. Bagert*, No. 10-5479 (K-5), Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
158. *Usner v. Carol A. Newman, APLC*, No. 09-08223, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
159. *Verret v. State Farm Fire and Casualty Co.*, Civ. Action No. 2:13-cv-5596-LMAJCW, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
160. *Waggoner v. Williamson*, No. 03-KV-0151-J, Circuit Court of Adams County, State of Mississippi
161. *Walker v. AMID/Metro Partnership, LLC*, No. 2007-14794, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
162. *Walker v. Harris*, No. 53694, Div. 22, Nineteenth Judicial District Court for the Parish of East Baton Rouge, State of Louisiana
163. *Washington v. Williamson*, No. 251-05-112 CIV, Circuit Court of Hinds County, State of Mississippi
164. *Waste Management of Louisiana, L.L.C. v. Penn-America Insurance Co.*, No. 2006-2452, Fourteenth Judicial District Court for the Parish of Calcasieu, State of Louisiana
165. *Wicker v. Heinrich*, No. 2010-3647, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
166. *Williams v. The Administrators of the Tulane Educational Fund*, Civil Action No. 99-20650 c/w 06-1915, Civil District Court for the Parish of Orleans, State of Louisiana
167. *Williams v. Williamson*, No. 4:03-CV-88LN, United States District Court for the Southern District of Mississippi
168. *Wiener, Weiss & Madison, APLC v. Kantrow, Spaht, Weaver & Blitzer, APLC v. Fox*, No. 5:16-cv-850-SMH-KLH, United District Court for the Western District of Louisiana
169. *Wylie Corp. v. Baby Oil, Inc.*, No. 0169735 C, Thirty-Second Judicial District Court for the Parish of Terrebonne, State of Louisiana
170. *XL Specialty Insurance Co. v. Bollinger Shipyards, Inc.*, Civ. Action No. 12-2071, R-2, United States District Court for the Eastern District of Louisiana
171. *Zaunbrecher v. Garrity*, No. C-20130168 C, Fifteenth Judicial District Court for the Parish of Lafayette, State of Louisiana

OTHER

Personal

Age 55

Married to Wendy Dehan Ciolino

Children: Hale, Price & Camille

Bar Admissions

Supreme Court of the United States

State of Louisiana

State of New York

United States Court of Appeals for the Fifth Circuit Court

United States District Court for the Eastern District of Louisiana (New Orleans)

United States District Court for Western District of Louisiana (Shreveport)

United States District Court for the Southern District of New York (New York City)

Dated: Friday, June 7, 2019

Professor Doutor CLÁUDIO BRANDÃO

(*Curriculum vitae* – resumo)

1) Atividades docentes

- 1.1. Professor do Programa de Pós-graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da **Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**.
- 1.2. Professor Titular da Cátedra de Direito Penal da **Faculdade Damas da Instrução Cristã**.
- 1.3. Professor Titular da Cátedra de Direito Penal da Faculdade de Direito do Recife – **Universidade Federal de Pernambuco**.
- 1.4. Professor Visitante, ao abrigo do Gabinete Erasmus, da Faculdade de Direito da **Universidade de Lisboa**, desde 2010, lecionando o seminário *História da Teoria do Crime: da formação da dogmática ao direito constitucional penal*.
- 1.5. Professor Visitante da Facoltà di Giurisprudenza da **Università degli Studi di Roma – Tor Vergata**, desde 2019, lecionando o seminário *Filosofia del Diritto Penale*.

2) Atividades científicas

- 2.1. Editor-chefe da Revista Internacional *Humanities and Rights Global Network Journal*. ISSN 2675-1038.
- 2.2. Co-Diretor da Revista Portuguesa *Anuário de História do Direito* da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. ISSN 2184-7800.
- 2.3. Membro do Conselho Editorial da Revista Italiana *Diritti Fondamentali*, da Università degli Studi di Cassino. ISSN 2240-9823.
- 2.4. Editor-chefe da Revista Brasileira *Duc in Altum Cadernos de Direito*. ISSN 2179-507X
- 2.5. Editor-chefe da Revista Brasileira *Delictae – revista de estudos interdisciplinares sobre o delito*. ISSN 2526-5180.

3) Principais publicações nos anos de 2020 e 2021

- 3.1. BRANDÃO, C. (2021). “Vitória, Theory of Human Rights”. In: Sellers M., Kirste S. (eds) *Encyclopedia of the Philosophy of Law and Social Philosophy IVR*, Springer, Dordrecht. URL: https://doi.org/10.1007/978-94-007-6730-0_835-1

- 3.2. BRANDÃO, C. (2020). "Diritti umani e corruzione: l'interfaccia tra potere e sviluppo nella Convenzione interamericana contro la corruzione", *L'ircocervo*. 19(2): 60-69. URL: <http://www.lircocervo.it/index/?p=3097>
- 3.3. BRANDÃO, C.; FEITOSA, R. (2020). "Prison by human rights' lens and COVID 19 pandemic: the Brazilian crisis", *Humanities and Rights Global Network Journal*. 2(2): 147-163. URL: <https://doi.org/10.24861/2675-1038.v2i2.41>
- 3.4. BRANDÃO, C. (2020). "A crise da prisão em três centúrias: um estudo à luz do genesis dos Direitos Humanos", *Caderno de Relações Internacionais* 11(20): 05-16. URL: <http://dx.doi.org/10.22293/2179-1376.v11i20.1254>
- 3.5. BRANDÃO, C. (2020). *Teoria Jurídica do Crime*, 6ª Edição, D'Plácido, Belo Horizonte.
- 3.6. BRANDÃO, C. (2020). *Lições de História do Direito Canônico e História do Direito em Perspectiva*, 2ª Edição, D'Plácido, Belo Horizonte.

HALPÉRIN, Jean-Louis

Born on the 30th of October 1960 in Paris, French Nationality

Married, three children (1993, 1995 and 2002)

Actual position:

Professor (exceptional class) at the École Normale Supérieure (Paris)

Director of the “Unité mixte de recherche 7074 – Centre for Legal Theory and Analysis” (CNRS-University Paris X-ENS and EHESS)

Formation and degrees:

Baccalauréat, section C, mention “ très bien ”, 1977

Classed first for the competition to the entrance in the École Normale Supérieure (Ulm), 1979

Student in the E.N.S. from 1979 to 1982; Military duty in the French Navy, 1982-1983

Degrees in history: Bachelor of Arts (*Licence ès lettres*), University Paris IV, 1980; Master in history, mention “ très bien ”, University Paris IV, 1981 ; Degree of specialized studies “ *Histoire et civilisation de l’Antiquité* ” (Ancient History), University Paris IV, 1982 ; Degree of the *Ecole Pratique des Hautes Études*, IVth section, 1984; Degrees in Law: Bachelor in Law (*Licence en droit*), University Paris I, 1981; Master in public Law, University Paris II, 1982; Master in legal history, University Paris II, 1982; State Doctorate (Ph. D.), mention “ très honorable ”, University Paris II, 1985, thesis prize from University Paris II

Teaching functions : 1983-1986 Assistant at the University Paris II, 1986-1988 Lecturer (*Maître de conférences*) at the University Paris II; 1986-1989 Lecturer at the Institut d’Études Politiques, Paris, 1988 *Agrégé d’histoire du droit*, nominated professor at the University Lyon III 1988-1998, then professor at the University of Burgundy 1998-2003, dean of the Law Faculty 2000-2003, 1994 Elected junior member of the *Institut Universitaire de France*, **Law professor at the Ecole normale supérieure since september 2003, Elected senior member of the Institut Univesitaire de France (2013-2018)**

Representative publications in peer-reviewed journals In English: 1) The Concept of Law: A Western Transplant ?, *Theoretical Inquiries in Law*, 10/2, 2009, p. 333-354. 2) Western Legal Transplants in India, *Jindal Global Law Review*, 2010, vol. 2, p. 12-39. 3) Law in Books and Law in Action: the Problem of Legal Change, *Maine Law Review*, vol. 63, n° 3, Fall 2011, p. 45-76. 4) Transplants of European Normativity in India and in Japan: A Historical Comparison, *Rechtsgeschichte* 2014, 22, 150-157. 5) For a Renewed History of Lawyers, *American Journal of Legal History* 2016, 56, 53-59.

In French: 1) Le droit et ses histoires, *Droit et Société*, 2010, 75, p. 295-313. 2) Lex posterior derogat priori. Lex specialis derogat generali. Jalons pour une histoire des conflits de normes centrée sur ces deux solutions concurrentes, *Tijdschrift voor Rechtsgeschiedenis*, 2012, 80 (3/4), p. 353-397. 3) La détermination du champ juridique à la lumière de travaux récents en histoire du droit, *Droit et Société*, 2012/81, p. 405-423. 4) Changer de constitution et par la constitution : l’exemple historique des États fédérés d’Amérique jusqu’à la Première Guerre mondiale. , *Jus Politicum*, n° 9, février 2013, 34 p. 5) Les styles judiciaires, des traditions nationales ? *Droit et Société* 91, 2015, p. 491-504.

Research monographs since 2006 : 1) Avec Naoki Kanayama, *Droit japonais et droit français au miroir de la modernité*, Paris, Dalloz, 2007. 2) *Histoire du droit des biens*, Paris, Economica, 2008. 3) *Profils des mondialisations du droit*, Paris, Dalloz, 2009. 4) *Portraits du droit indien*, Paris, Dalloz, 2012. 5) Avec Frédéric Audren, *La culture juridique française. Entre mythes et réalités (XIX^e-XX^e siècles)*, Paris, ed. du CNRS, 2013. 6) *Five Legal Revolutions since the 17th century. An Analysis of a Global Legal History*, Springer, 2014. 7) *Histoire de l’état des juristes. Allemagne XIX^e-XX^e siècles*, Paris, Garnier, 2015.

Massimo La Torre is Professor of philosophy of law at the University of Catanzaro, Italy, and Visiting Professor of European law at the University of Tallinn, Estonia. He got a Doctorate of Laws at the European University Institute of Florence having previously studied law and political science at the University of Messina and at the School of Advanced International Studies of Johns Hopkins University, Bologna Center. He has practiced as a barrister and acted as secretary at the State Archives in Bologna. He has held professorial positions at the University of Bologna, at the European University Institute of Florence, at the University of Hull, at the University of Murcia, and at the Carlos III University of Madrid. He has been granted the Alexander von Humboldt Research Award. Among his publications there are: *Law as Institution* (Springer, Berlin 2102), *Legalizzare la tortura? Ascesa e declino dello Stato di diritto* (Il Mulino, Bologna 2013), *Contra la tradición. Perspectivas sobre la naturaleza del Derecho* (Universidad del Externado, Bogotá 2016), *Nostra legge è la libertà. Anarchismo dei Moderni* (DeriveApprodi, Roma 2017). A latest book of his is: *Il diritto contro se stesso* (Olschki, 2020)

Dr. Ignacio Herrera Anchustegui, LL.M

EDUCATION

Post graduate studies

- Oct 2012 – Nov 2016 University of Bergen, Faculty of Law (Bergen, Norway)
PhD in Competition Law, 2017. Dissertation published by Concurrences as “Buyer Power in EU Competition Law” (Paris, 2017). **Winner of the 2017 Concurrences PhD Award.**
- Sep 2010 – Sep 2012 University of Vienna, Faculty of Law (Vienna, Austria)
Masters of Laws in European and International Business Law (LL.M), with distinction.

Undergraduate studies

- Oct 2002 – Jul 2007 Catholic University Andrés Bello, Faculty of Law (Caracas, Venezuela)
First degree in Law (LL.B). *Summa Cum Laude*. Admitted to practice in Venezuela.

ACADEMIC WORK EXPERIENCE

University of Bergen, Faculty of Law

- Nov 2019 – **Associate Professor.** Leader of the project: “Governing Offshore Wind: Legal Challenges, Market Opportunities and Policy Perspectives (GOV-WIND)”.
- Feb 2017 – Oct 2019 **Researcher.** Research project entitled “Regulating energy markets, a perspective from EU/EEA Competition and Public Procurement Law”. Project financed by Statoil through the AkademiaAvtalen program.
Teaching duties and Master’s theses supervisor in the fields of EU/EEA Public Procurement, EU/EEA Competition Law, and Energy Law.
General Manager of the Bergen Center for Competition Law & Economics.
Winner of the Meltzer Award for Young Researchers, 2017.
Ranked in the top 2% of downloaded authors in SSRN.
- Oct 2012 – Nov 2016 **PhD fellow.** “Buyer Power in EU Competition Law”. Teaching duties in the fields of EU/EEA Public Procurement, EU/EEA Competition Law, and Energy Law.

PROFESSIONAL WORK EXPERIENCE

- Jan 2012 – Aug 2012 United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). Vienna, Austria.
Integrated Program Oversight Unit. Internship
- Apr 2008 – Apr 2010 Bolet & Terrero. Intellectual Property Law Firm. Caracas, Venezuela.
Attorney at law.

GUEST LECTURER AND RESEARCH VISITS

- Oct 2020 University of Lisbon, Faculty of Law. Guest lecturer and responsible of the course Introduction to EU Energy Law
- Oct-Dec 2019 Shanghai Jiao Tong University, KoGuan School of Law, Shanghai, China. Visiting scholar.
- Mar-Apr 2019 Tulane University, School of Law, New Orleans, USA. Visiting scholar.
- Oct 2018 Carlos III University. Faculty of Law. Madrid, Spain. Guest lecturer
- Apr – Jun 2018 Max Planck Institute for Research on Collective Goods. Bonn, Germany. Visiting scholar
- Mar 2018 - Present University of Aberdeen. Faculty of Law. Aberdeen, UK. Guest lecturer
- Nov – Dec 2017 Universidad Alcalá de Henares, Faculty of Law, Spain. Guest lecturer
- May 2017 University of Wisconsin, Law School, USA. Visiting scholar
- Mar -Jun 2017 Georgetown University, Georgetown Law Center, USA. Visiting scholar
- Feb – Mar 2016 University of Wisconsin, Law School, USA. PhD visiting research fellow
- Oct – Nov 2015 Centre for Competition Policy, University of East Anglia, UK. PhD visiting research fellow
- April 2015 EFTA Court, Luxembourg. PhD visiting research fellow

Nov 2014 – Jan 2015 University of Freiburg, Faculty of Law and the Walter Eucken Institut, Germany.
PhD visiting research fellow
Oct 2013 – Jan 2014 University of Leicester, Faculty of Law, UK. PhD visiting research fellow

AWARDS, GRANTS & SCHOLARSHIPS

Recipient of the **Strategic Programme for International Research and Education (SPIRE)** 2020 grant of the University of Bergen for an amount of €7,500.

Awarded the **2019 KoGuan Visiting Scholar** award by the KuGoan School of Law, Shanghai Jiao Tong University, to carry a comparative study of the Chinese regulation to buyer power and reside in Shanghai for 3 months.

Selected for the University of Bergen's **MOMENTUM Career Development Program for Young Researchers 2019-2020** period as one of fourteen participants. This program is designed to give talented postdocs and associate professors the opportunity to acquire and strengthen their professional skills whilst offering a forum to reflect on the opportunities and challenges working in academia present. Participation at the program is also rewarded with a €10,000 grant.

Recipient of the **Strategic Programme for International Research and Education (SPIRE)** 2019 grant of the University of Bergen for an amount of €3,500.

Recipient of the **E.ON Stipendienfonds** grant 2018 to carry out a visit to the Max Planck Institute for Research on Collective Goods, Bonn. Germany.

Recipient of the **Strategic Programme for International Research and Education (SPIRE)** 2018 grant of the University of Bergen for an amount of €10,000.

Winner of the **“2017 Meltzer Prize for Young Researchers”** at the University of Bergen, Norway, awarded by the Meltzer Research Fund. This yearly award recognizes the academic excellent of the research carried out by the two most talented young scholars under the age of 35 at the University of Bergen, which counts with approximately 2,500 faculty staff. The prize covers researchers pertaining to all academic disciplines.

Winner of the **“2017 Concurrences PhD Award”** to the best thesis best PhD dissertation in the field of competition law or economics of the year. The dissertation was published by Concurrences as “Buyer Power in EU Competition Law.”

Recipient of the **“International Scholar-in-Residence Scholarship”** granted by the Section of Antitrust Law of the American Bar Association, 2016-2017. This scholarship amounted to \$10,000.

Recipient of a personal grant of 2,500,000 Norwegian Kroner (approximately \$300,000) by the Steering Committee of the **AkademiaAvtalen** 2016 (collaboration between Statoil and the University of Bergen) for a post-doctoral project entitled **“Regulating energy markets, a perspective from EEA/EU Competition and Public Procurement Law”**.

Recipient of the project grant awarded by the **Meltzer Research Fund** for the years 2013, 2014, 2015 and 2016 for outstanding PhD candidates at the University of Bergen.

Recipient of the **“Juris Vitols Academic Excellence Award”**, Catholic University Andrés Bello, 2008.

Recipient of the **Award Ucabista Integral** for the years 2005, 2006 and 2007, Catholic University Andrés Bello.

PUBLICATIONS

Research Monographs

Buyer Power in EU Competition Law. Herrera Anchustegui, Ignacio. Institut de droit de la concurrence/Concurrences. 652 pages. ISBN: 978-1-939007-24-7. (2017). *Winner of the 2017 Concurrences Award to the best PhD thesis in Competition Law & Economics.* **Book review:** Kazuhiko Fuchikawa, Book Review: Buyer Power in EU Competition Law, by Ignacio Herrera Anchustegui. (Institute of Competition Law. 2017), World Competition, Volume 41, Issue 3 (2018) pp. 489 – 490.

Edited Books & Journals' Special Issues as Editor

Routledge Handbook of Energy Law. Hunter, Tina Soliman; Herrera Anchustegui, Ignacio; Crossley, Penelope; Álvarez, Gloria (Routledge, 2020). 650 pages. **Book review:** Marcin Kraśniewski, Tina Hunter,

Ignacio Herrera, Penelope Crossley, Gloria Alvarez (red.), *Podręcznik prawa energetycznego, internetowy Kwartalnik Antymonopolowy i Regulacyjny* (2020).

On-Topic Special Issue: Unfair Trading in the Food Supply Chain. Edited by: Herrera Anchustegui, Ignacio; Gjendemsjø, Ronny. *Concurrences* (Review N. 3, September 2019 – published in the 2019-2020 Issue “Best of Concurrences”).

Journal Contributions

Is Hywind Tampen’s State Aid Approval a Kickstart for the Norwegian Offshore Wind Industry?, Herrera Anchustegui, Ignacio. *European State Aid Law Quarterly*. Vol 19/2 (2020). 7 pages.

Regulating the food supply chain in Europe and the Unfair Trading Practices Directive, Gjendemsjø, Ronny; Herrera Anchustegui, Ignacio. *Revue Européenne de Droit de la Consommation*, Vol 2020 (2), p. 165-188.

Unfair trading practices in the food supply chain - On-Topic Special Issue, Editorial. Herrera Anchustegui, Ignacio; Gjendemsjø, Ronny. *Concurrences* (Review N. 3, September 2019 – published in the 2019-2020 Issue “Best of Concurrences”). 5 pages.

Wyłączenia stosowania dyrektywy w sprawie udzielania zamówień przez podmioty działające w sektorach gospodarki wodnej, energetyki, transportu i usług pocztowych – przegląd prawa i orzecznictwa unijnego w zarysie / Exemption from the Utilities Directive in Energy – brief overview of EU law and case law. Herrera Anchustegui, Ignacio; Kraśniewski, Marcin. *Internetowy Kwartalnik Antymonopolowy i Regulacyjny* 2019; Volume 5.(8) p. 149-157.

‘Oil as Currency: Venezuela’s Petro, a New ‘Oil Pattern’? Herrera Anchustegui, Ignacio; Hunter, Tina Soliman, *Oil, Gas & Energy Law (OGEL)*, Vol 2019(2), p. 1-20.

Evaluating the Commission’s Proposal for a Directive on Unfair Trading Practices. Competition in Fairness? Herrera Anchustegui, Ignacio; Gjendemsjø, Ronny. *European Competition and Regulatory Law Review (CoRe)*, Vol. 2, No. 4 (2018). Pages 1-10.

Buyer Power in Merger Control: A Case Law Overview. Herrera Anchustegui, Ignacio. *e-Competitions Special Issue on Buyer Powers & Mergers* (February 2018). No. 86095.

Buyer Power in Cartel and Dominance cases: A Case Law Overview. Herrera Anchustegui, Ignacio. *e-Competitions Special Issue on Buyer Powers & Mergers* (April 2018). No. 86351.

Buyer Power in the Big Data and Algorithm Driven World: The Uber & Lyft Example. Herrera Anchustegui, Ignacio; Nowag, Julian. *Antitrust Chronicle*. Summer 2017 Vol 1, p. 31-36. (2017). *Shortlisted for the Antitrust Writing Awards 2018 in the General Antitrust category.*

Joint Bidding and Object Restrictions of Competition: The EFTA Court's Take in the ‘Taxi Case’. Herrera Anchustegui, Ignacio, *European Competition and Regulatory Law Review (CoRe)*, Vol. 1, No. 2, p. 174-179. (2017).

Revisiting the concept of undertaking from a public procurement law perspective — a discussion on EasyPay and Finance Engineering. Sánchez Graells, Albert and Herrera Anchustegui, Ignacio. *European Competition Law Review*. Vol. 37, No. 3, p. 93-98. (2016).

Centralising Public Procurement and Competitiveness in Directive 2014/24. Herrera Anchustegui, Ignacio. *European Law Reporter*, Issue 4, 2015, p. 119-132.

Competition Law through an Ordoliberal Lens. Herrera Anchustegui, Ignacio. *Oslo Law Review*. Vol. 2, No.2. (2015). *This article has been referred by the President of the UK Supreme Court Lord Neuberger in his speech “The Implementation of Competition Law in Hong Kong and the Role of Judges”* <https://www.supremecourt.uk/docs/speech-160913.pdf>.

EFTA Court Case E-24/13 Casino Admiral AG v Wolfgang Egger: the obligation of transparency and consequences of its breach when awarding service concessions. Herrera Anchustegui, Ignacio. *Public Procurement Law Review*. 24(1), 2015. Pg. NA1-9.

Book Contributions

Extraterritorial Effects of EU Law Over Gas Pipelines: The Case of Gazprom and Nord Stream 2. Herrera Anchustegui, Ignacio; Rodrigues, Nuno Cunha, in Rodrigues, Nuno Cunha (ed) *“Extraterritoriality of EU Economic Law”* (Springer, 2021 *forthcoming*), 32 pages.

Is EU Competition Law a Hindrance for Aggregated Demand Response? Herrera Anchustegui, Ignacio in Perales Visca, María del Pilar; Robles Martín Laborda, Antonio (eds) *"The digital economy: regulatory, contractual and competition aspects"* (Tirant Lo Blanch, 2021), p. 299-346.

Distributive justice, community benefits and renewable energy: the case of offshore wind projects. Herrera Anchustegui, Ignacio, in Fleming, Ruven; Huhta, Kaisa; Reins, Leonie (eds) *"Sustainable Energy Democracy and the Law"* (Brill Publishers, 2021), 26 pages.

Introduction to the Routledge Handbook of Energy Law. Hunter, Tina Soliman; Herrera Anchustegui, Ignacio, in Hunter, Tina Soliman; Herrera Anchustegui, Ignacio; Crossley, Penelope; Álvarez, Gloria (eds), *"Routledge Handbook of Energy Law"* (Routledge, 2020), p. 3-13.

Uses and abuses of EU competition law in Energy. Bergqvist, Christian and Herrera Anchustegui, Ignacio, in Hunter, Tina Soliman; Herrera Anchustegui, Ignacio; Crossley, Penelope; Álvarez, Gloria (eds), *"Routledge Handbook of Energy Law"* (Routledge, 2020), p. 107-122.

The role of state aid law in energy. Herrera Anchustegui, Ignacio and Bergqvist, Christian, in Hunter, Tina Soliman; Herrera Anchustegui, Ignacio; Crossley, Penelope; Álvarez, Gloria (eds), *"Routledge Handbook of Energy Law"* (Routledge, 2020), p. 123-139.

Regulation of electricity markets in Europe in light of the Clean Energy Package: prosumers and demand response. Herrera Anchustegui, Ignacio and Formosa, Andreas, in Hunter, Tina Soliman; Herrera Anchustegui, Ignacio; Crossley, Penelope; Álvarez, Gloria (eds), *"Routledge Handbook of Energy Law"* (Routledge, 2020), p. 90- 106.

Shale gas regulation in Mexico and Colombia: an uncertain future. Hunter, Tina Soliman and Herrera Anchustegui, Ignacio, in Hunter, Tina Soliman; Herrera Anchustegui, Ignacio; Crossley, Penelope; Álvarez, Gloria (eds), *"Routledge Handbook of Energy Law"* (Routledge, 2020), p. 291-309.

Transmission Networks in Electricity Competition: Third-Party Access and Unbundling – a Transatlantic Perspective (Acceso a las Redes de Transmisión de Electricidad y Separación Efectiva: Una Perspectiva Transatlántica). Herrera Anchustegui, Ignacio; in Ruiz Peris, Juan Ignacio, Cerdá Martínez-Pujalte, Carmen (ed) *"Competencia en mercados con recursos esenciales compartidos: telecomunicaciones y energía"* (Thomson-Aranzadi, 2019). 37 pages.

Buyer Power in Agreements and Abuse of Market Power Cases. Herrera Anchustegui, Ignacio, in Jenny, Frédéric; Charbit, Nicolas (eds), *"2020 Competition Case Law Digest - A Synthesis of EU, US and National Leading Cases"*, (Instute de Droit de la Concurrence – Concurrences, 2020), p. 53-66.

Meanings of energy poverty in the South American context: a regional overview. Montoya, Milton Fernando; Herrera Anchustegui, Ignacio et alia, in Del Guayo, Íñigo; Godden, Lee; Zillman, Donald D; Montoya, Milton Fernando; González, José Juan (eds), *"Energy Justice and Energy Law"* (Oxford University Press, 2020).

The Scope for National Regulation of Unfair Trading Practices. Gjendemsjø, R.; Herrera Anchustegui, I, in Gjertsen, Johan; Konow, Berte-Elen (eds.) *"Festskrift til Det juridiske fakultet, Universitet i Bergen"* (Fagbokforlaget, 2019). 23 pages.

Collaborative cross-border centralized public procurement: Where are we and where are we going to? Herrera Anchustegui, Ignacio, in Assis Raimundo, Miguel (ed), *"Centralização e Agregação de Compras Públicas- Reflexões Sobre uma Tendência Actual da Contratação Pública"* (Livraria Almedina, 2019). 35 pages.

Service Concessions. Directive 2014/23 on the award of concession contracts. A comparative study of its transposition into Norwegian law. Herrera Anchustegui, Ignacio; Midtun, Linda; Strømsnes, Kristian, in Lazo-Vitoria, Ximena (ed), *"Service Concessions. Directive 2014/23 on the award of concession contracts. A comparative study of its transposition into national law"* (Thomson-Aranzadi, 2018). 30 pages. Translated and published into Spanish as: **Concesiones de Servicios. Directiva 2014/23 Relativa a la Adjudicación de Contratos de Concesión. Un Estudio Comparativo sobre su Transposición al Derecho Noruego.** Herrera Anchustegui, Ignacio; Midtun, Linda; Strømsnes, Kristian, in Gimeno Feliu, José María; de Guerrero Manso, María del Carmen (eds), *"Observatorio de los Contratos Públicos 2018"* (Thomson-Aranzadi, 2019). 45 pages.

Impact of Public Procurement Aggregation on Competition: Risks, Rationale and Justification for the Rules in Directive 2014/24. Sanchez-Graells, Albert and Herrera Anchustegui, Ignacio, in Valcárcel Fernández P (eds), *"Compra conjunta y demanda agregada en la contratación del sector público Un análisis"*

jurídico y económico” (Thomson-Aranzadi, 2016), p. 129-163. *This book chapter has been referred to by the European Commission in a Policy Paper.*

Buyer power exploitation: Unfair Purchasing Practices. Herrera Anchustegui, Ignacio, in Cachafeiro García, Fernando; García Pérez, Rafael; López Suárez, Marcos (eds), “*Derecho de la Competencia y Gran Distribución*” (Thomson-Aranzadi, 2016). 73 pages.

The Social Market Economy and the European Union. Herrera Anchustegui, Ignacio, in Anischuk NVK, Mykhailo (ed), “*Історико-правовий вимір інтеграційного процесу у новий та новітній час*” (Historical and Legal Views on the Integration Process During the Modern and Contemporary Era), (Odessa Law Academy, Ukraine 2016), p. 74-79.

Division into Lots and Demand Aggregation – Extremes Looking for the Correct Balance? Herrera Anchustegui, Ignacio, in GS Ølykke & A Sánchez-Graells (eds), “*Reformation or Deformation of the EU Public Procurement Rules in 2014*”, (Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2016), p. 125-145.

Reports and PhD thesis

Utredning av muligheten for å etablere en inngrepshjemmel mot ensidige handlinger i verdikjeden for mat som ikke rammes av konkurranseloven § 11 / Unilateral Behaviors Below Dominance and Unfair Purchasing Practices: A Comparative Perspective. Gjendemsjø, Ronny; Herrera Anchustegui, Ignacio. Report entrusted by the Nærings- og Fiskeridepartementet, Oslo, 68 pages (2017).

Buyer Power in EU Competition Law. Herrera Anchustegui, Ignacio. Thesis for the degree of philosophiae doctor (PhD). University of Bergen, Faculty of Law. Bergen, Norway, 603 pages (2017).

Book Reviews

Herrera Anchustegui, Ignacio, Book review of “**Legal Foundations of EU Economic Governance**”, by A. Estella (Cambridge: Cambridge University Press, 2018, ISBN 9781107141018). *Journal of Common Market Studies* (2019); Volume 57(5) p. 1204-1205.

Herrera Anchustegui, Ignacio, Book review of “**Aims and Values in Competition Law**”. Caroline Heide-Jørgensen; Christian Bergqvist; Ulla Neergaard; Sune Troels Poulsen (eds), (DJØF Publishing, Copenhagen, 2013)”. *Competition Law Review* (2015); Volume 11, Issue 2, p. 1-4.

Herrera Anchustegui, Ignacio, Book review of “**Public Procurement and the EU Competition Rules (2nd Edition)**”. Albert Sánchez Graells (Hart Publishing 2015)”. *European Competition Law Review* (2015); Vol. 37, No. 2, p. 84-87.

Selected Popular Science and Media Publications

"La små bedrifter få konkurrere på like vilkår", Arve, Malin; Herrera Anchustegui, Ignacio. *Bergens Tidende*. 9 September 2019.

"Strømbrudd i ACER-debatten", Røed, Øyvind; Herrera Anchustegui, Ignacio. *Energi og Klima: Norsk klimastiftelses nettmagasin*, p. 1-4. 21 March, 2018.

"Hva er egentlig ACER - Eksperten gir deg svar", Herrera Anchustegui, Ignacio. *Dagsavisen*. 20 March, 2018.

"DIA/EROSKI y las alianzas compradoras, segunda parte: La Resolución de la CNMC", Herrera Anchustegui, Ignacio. Guest entry in the blog *Competencia y Regulación* of Prof. Antonio Robles Martín-Laborda. December 2016.

"Issues with the centralisation of procurement", Herrera Anchustegui, Ignacio. Interview in the *Public Procurement Podcast Series* by Pedro Telles, Senior Lecturer in Law at Swansea University and sponsored by the British Academy for the Humanities and Social Sciences. November 2016.

"Sobre el abuso de dependencia económica y los códigos de conducta: El caso Tesco (plazos de pago y slotting allowances)", Herrera Anchustegui, Ignacio. Guest entry in the blog *Competencia y Regulación* of Prof. Antonio Robles Martín-Laborda. February 2016.

"Unfair purchasing practices and the Groceries Code of Conduct: the Tesco Investigation", Herrera Anchustegui, Ignacio. Guest entry in the *Competition Policy Blog* of the Centre for Competition Policy (University of East Anglia). February 2016.

"Sobre el abuso de dependencia económica en la cadena alimentaria: el asunto EDEKA" (On abuse of economic dependence in food retailing: the EDEKA case). Guest entry in the blog Competencia y Regulación of Prof. Antonio Robles Martín-Laborda. December 2015.

SCIENTIFIC & REFEREE AFFILIATIONS

General Manager and Associated Researcher to the Bergen Center for Competition Law and Economics (BECCLE), Norway.

Associated Member of the Bergen Offshore Wind Centre (BOW), Bergen, Norway.

Associated Member of the Aberdeen University Centre for Energy Law, Scotland, UK.

Member of the European Environmental Law Forum.

Member of the Scientific Advisory Committee and **Peer Reviewer** for the European Competition and Regulatory Law Review – CoRe (Lexxion, Berlin).

Peer Reviewer for the Journal of Antitrust Enforcement (Oxford University Press).

CONFERENCE/SEMINAR PARTICIPATIONS AS SPEAKER

2020 **From Enso/Stora to Uber/Lyft: Uses and Abuses of Buyer Power.** Autoridade da Concorrência Seminar Series, Portuguese Competition Authority. Lisbon, Portugal [17 Jun]

Offentlig støtte og finansiering av norsk havvind. Webinar om finansiering av norsk havvind. University of Bergen. Bergen, Norway [22 Apr]

The Norwegian Offshore Wind Paradox. Aberdeen University Centre for Energy Law Seminar Series, Aberdeen, UK [3 Mar]

Governing Offshore Wind: Legal Challenges, Market Opportunities and Policy Perspectives (GOV-WIND). Aberdeen University Centre for Energy Law Seminar Series, Aberdeen, UK [2 Mar]

The Norwegian Offshore Wind Paradox: Legal Framework. Energy Transitions 2020 Conference, University of Eastern Finland, Joensuu, Finland [27 Feb]

Law & Economics panel: Divesting and the oil fund: The Norwegian Paradox and Competition Concerns. Conference: Investing in our future, divesting from our past. Klimafestivalen 2020. Bergen, Norway. [16 Jan].

Center for Sustainable Legal Orders and the Political Economy: Eit forskningsinitiativ. Fakultetsseminar - Det juridiske fakultet UiB. Bergen, Norway [6 Jan]

2019 **Ordoliberalism and Competition Law.** KoGuan School of Law Seminar Series, Shanghai Jiao Tong University. Shanghai, China. [12 Dec].

Buyer Power in EU Competition Law. KoGuan School of Law Seminar Series, Shanghai Jiao Tong University. Shanghai, China. [28 Nov].

Demand Response: Technological Changes and The Rules of the Clean Energy Package. International Congress: The Digital Economy Regulatory Contractual and Competition Aspects. University Carlos III of Madrid, Spain. [15 Nov].

Faculty of Law and Bergen Offshore Wind Centre - DeWindSea & Gov-Wind Projects. Schütz, Sigrid Eskeland; Herrera Anchustegui, Ignacio. Science Meets Industry. Bergen, Norway [12 Sep].

The Venezuelan Political and petroleum Crisis – recoverable? Aberdeen University Centre for Energy Law Seminar Series. University of Aberdeen, UK. [14 Aug].

Utilities Procurement and Sufficient Exposure to Competition: The Energy Case. International Seminar on Utilities Procurement. University of Bergen, Faculty of Law. Norway. [27 Jun].

The Dis-Application of the Public Utilities Directive to Energy Operators due to Sufficient Competition. Academic Conference "Security and regulation of the energy market", Faculty of Law and Administration of the University of Lodz, Poland. [23 May].

An Introduction to the Competitiveness and Regulation of Offshore Wind Electricity. The Competitiveness and Regulation of Offshore Wind Electricity, Seminar. University of Bergen, Faculty of Law. Bergen, Norway. [20 May].

Competencia, Interés General y Mala Regulación (Competition, General Interest and Bad Regulation). Masterclass Seminar Series. Faculty of Law, University of Deusto. Bilbao, Spain [10 May].

Derecho de la Competencia, Economía y Prueba. University of the Basque Country. Donostia/San Sebastian, Spain. [8 May].

Regulating Unfair Trading Practices in EU Law. Bergen Center for Competition Law and Economics (BECCLE) Annual Conference 2019, Bergen, Norway. [25 Apr].

Investing in European Energy Markets and State aid rules. School of Law, Tulane University, New Orleans, USA. [3 Apr].

Capacity Remuneration Mechanisms in EU Law. Aberdeen University Centre for Energy Law Seminar Series. University of Aberdeen, UK. [7 Feb].

What to do with Zero Rating? Yearly Conference Academic Nordic Network of Competition Law. Reykjavik University, Iceland [31 Jan – 1 Feb].

- 2018 **Centralized (Joint) Procurement: Fostering competitiveness?** EPCO Public Procurement Conference. Luxembourg Central Bank. Luxembourg [12 Dec].
- Internet of Things and Demand Response in Electricity Markets.** Internationalization Days of Administrative Law (Jornadas de Internacionalización de Derecho Administrativo). Universidad de Vigo, Spain [29 Oct].
- Ayudas Estatales y Mecanismos de Remuneración de Capacidad (State aid and capacity remuneration mechanisms).** Seminarios Fundación FIDE. Madrid, Spain [25 Oct].
- Centralized Purchasing: Between Competition and Procurement.** Conference of Centralization of Public Purchases. University of Lisbon, Portugal [Oct 2].
- Demand Response: Legal Challenges.** Competition from Bottom to Top: New Trends in Electricity Markets, BECCLE and UiB Energy Lab Seminar. Bergen, Norway [24 Sep].
- Zero rating, a competition and legal perspective.** Max Planck Institute for Research on Collective Goods Seminar Series. Bonn, Germany. [5 Jun].
- Is the growth of buyer power a competition problem?** Konferanse i konkurranserett. Konkurransetilsynet. Bergen, Norway. [29 May].
- Reflecting upon the 'As Efficient Competitor Test'.** XXX CLaSF Workshop. University of Graz, Austria. [19 Apr].
- Net Neutrality and Zero Rating: Competition Issues?** Seminar in commemoration of Prof. Gabrielsen's 60th Birthday, Institute of Economics, UiB. Bergen, Norway. [6 Apr].
- 2017 **Poder de compra y defensa de la competencia: análisis jurídico-económico.** Seminarios Fundación FIDE. Madrid, Spain [17 Dec].
- Buyer power, joint purchasing and unfair purchasing.** Det årlige konkurranserettsskuset. Sandefjord, Norway [21-22 Sep].
- Unbundling in electricity transmission and distribution in the EU.** Public Service Commission of the District of Columbia. Washington D.C., USA [15 Jun].
- Third Party Access and Transmission Unbundling: A Transatlantic Perspective.** Maryland Public Service Commission. Baltimore, USA [12 Jun].
- Third Party Access and Transmission Unbundling: A Transatlantic Perspective.** Global Legal Studies Seminar Series. School of Law, University of Wisconsin. Madison, USA [25 May].
- Buyer Power in Competition Law.** Chicago-Kent College of Law, Illinois Institute of Technology. Chicago, USA [18 Apr].
- Competition Law and Ordoliberalism.** Oñati International Institute for the Sociology of Law. Oñati, Basque Country, Spain [Jan 17].
- 2016 **Buyer Power in EU Competition Law.** BECCLE Seminar Series, Bergen Center for Competition Law & Economics. Bergen, Norway [Dec 19].
- What is Buyer Power all about in EU Competition Law?** Nordic Academic Meeting of Competition Law, 2016. Stockholm School of Economics, Stockholm, Sweden [Oct 3-4].
- Unfair Purchasing Practices.** CLEEN 2016 Workshop, Max Planck Institute / CLEEN Network. Bonn, Germany [May 24-25].

Poder de Compra en el Derecho Comunitario de la Competencia. II Jornada de la Red Académica del Derecho de la Competencia, Red Académica del Derecho de la Competencia. University of Valladolid, Faculty of Law, Spain [17-18 May].

Exclusionary Buyer Power. II BECCLE Competition Policy Conference, Bergen Center for Competition Law & Economics, Bergen, Norway [21 Apr].

Exclusionary Buyer Power, a comparative perspective. Global Legal Studies Seminar, University of Wisconsin, School of Law, Madison, USA [Mar 14].

Unfair Purchasing Practices in EU Competition Law. Mitchell | Hamline School of Law, Faculty Colloquium Committee. Minneapolis, USA [Mar 2].

Exclusionary Buyer Power. University of Minnesota Law School, Minneapolis, USA [Mar 1].

2015 The Competition Principle in the Utilities Directive. Nordic Public Procurement Forum 2015. Copenhagen, Denmark [Nov 24-27].

Ups and Downs of Buying Big. Kofas Fagkonferanse 2015. Bergen, Norway [Oct 13].

Centralizing Public Procurement Purchases in Directive 2014/24. UACES 45th Annual Conference. University of Deusto, Bilbao, Spain [Sep 6-9].

Buyer Market Power Assessment. 9th CLEEN Workshop 2015. University of Tilburg, The Netherlands [May 28-29].

Market Definition in Buyer Markets. I BECCLE Competition Policy Conference, Bergen, Norway [Apr 22-23].

Buyer power in EU and EEA Law. EFTA Court, Luxembourg [Apr 20].

Buyer Power through an Ordoliberal Lens. Walter Eucken Institute Seminar. Freiburg, Germany [Jan 19].

2014 Public Procurement Law at the University of Bergen. Kofas Fagkonferanse 2014. Bergen, Norway [Oct 30].

Buyer power in EU competition law: An economically informed legal analysis. 8th CLEEN Workshop 2014. Centre for Competition Policy, University of East Anglia, UK [Jun 10-11].

2013 The Regulation of Monopsony and Buyer Power of Contracting Authorities subject to EU Public Procurement Law. Nordic Competition Law Meeting 2013. University of Helsinki. Helsinki, Finland [Oct 3-4].

LANGUAGES

1. Spanish: Native language.
2. English: Fluent user.
3. German: B2/2. Intermediate/advance writing and speaking skills.
4. Norwegian: B1/2. Intermediate writing and speaking skills.
5. French: Basic writing and speaking skills.
6. Italian: Basic writing and speaking skills.

Dr. Millán Requena Casanova.
CV ABBREVIATED

Updated at 12 July, 2019

□ **Position:** Professor in Public International Law and European Union Law at the UNIVERSITY OF ALICANTE (SPAIN). Since 1996 to present.

□ Professor **Jean Monnet of the European Union**. Director of 3 Jean Monnet Modules of the European Commission, granted consecutively, namely: 1. "*Immigration Policies and Third Country Nationals Rights in the European Union*" (2011-2014); 2. "*Equal Treatment and Non-Discrimination Law in the European Union*" (2014-2017); 3. "*Migrant's Rights, EU Borders and Internal Security of Citizens: EU Values and Global Challenges*" (2017-2020).

□ From 2013 to the present, he is a "guest speaker" at the University of Lisbon, giving an *intensive course* in the field of international commercial arbitration and investor-State arbitration.

□ Specialist in *International Commercial Arbitration and Investor-State Arbitration* by the American University, Washington College of Law-Center of International Commercial Arbitration (Washington D.C.), 2014.

□ He is the author of more than 35 specialized publications in the field of the following topics: Investor-State arbitration, pacific settlement of international disputes, prohibition of racial discrimination in European Union, prohibition of discrimination based on age in the European Union, gender equality issues, immigration, asylum and border control policies of the EU, minorities protection in the EU.

□ He has carried out advisory activities as a *Local Expert* of the World Bank in the preparation of the Report "*Facilitating Business in Agriculture. 2017*"; and in the Report title "*Enabling the Business of Agriculture 2016: Comparing regulatory good practices*".

□ He has researched in prestigious academic institutions, among others: European University Institute (Florence); United Nations Library (Geneva); Dipartimento di Teoria dello Stato - Università La Sapienza (Rome); Institute of Higher International and Development Studies (Geneva); European Parliament (September, 2018).

□ Professor of the LL.M. Program on *International Protection of Human Rights* (University of Alcalá), from 2014 to the present; professor of the LL.M. Program on *Environmental Law and Sustainability* of the University of Alicante, from 2007 to the present; Professor of the *Master's Degree in Advocacy* (UMH de Elche), from 2013 to the present.

□ He has been Academic Secretary of the Faculty of Law at the University of Alicante (2012-2016). Currently, he is Academic Secretary of the Department of Public International Law and Criminal Law of the UA (2016- ...).

- **Recent publications:**

1. **REQUENA CASANOVA, M.**, Investment arbitrations against Spain for cuts to renewable energies: change of trend in the arbitration saga or end of stage after the *Achmea* judgement?, *Revista Aranzadi de Derecho Ambiental*, nº 42 (2019), pp. 1-26.

2. **REQUENA CASANOVA, M.**, "The Complex Relationship between Competition Law and Investment Arbitration after *Achmea*: The *Novenergía v. Spain* Case", *European Yearbook of International Economic Law*, (2019), (forthcoming).

3. **REQUENA CASANOVA, M.**, "Dispute Settlement Clauses in Model Bits: Traditional Clauses and New Trends", in *New Trends in International Economic Law - From Relativism to Cooperation*, C. JIMÉNEZ PIERNAS (ed)/A. M. ARONOVITZ (ass.ed), Publications of the Swiss Institute of Comparative Law, Geneva/Zurich 2018, Schulthess Éditions Romandes, pp. 31-69.

4. **REQUENA CASANOVA, M.**, "Libre circulación de los matrimonios del mismo sexo celebrados en el territorio de la Unión Europea: consecuencias del asunto *Coman y otros*", *Revista de Derecho Comunitario Europeo*, n. 62, enero-abril (2019), pp. 41-79. ISSN: 1138-4026. DOI: <https://doi.org/10.18042/cepc/rdce.62.02>.

5. **REQUENA CASANOVA, M.**, "Minority Treaties Protection in the Interwar Period: its Contribution to Maintain the European order after 1945", in *Europe a Century after the End of the First World War (1918-2018)*, Editura Academiei Române (Romanian Academy Publishing), 2018, pp. 347-365.

6. **REQUENA CASANOVA, M.**, "La aplicación de la Agenda Mujeres, Paz y Seguridad en los procesos de Paz: La participación de las mujeres en la

prevención y resolución de conflictos", *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*, Vol. 34 (2017), pp. 1-37.

7. **REQUENA CASANOVA, M.**, "El régimen de promoción de las energías renovables español pasa su primer examen internacional: El Caso *Charanne y Construction Investments c. España* (Jurisdicción)", *Revista Española de Derecho Internacional*, Vol. 68 (2016), n. 2, julio-diciembre, pp. 359-367.

8. **REQUENA CASANOVA, M.**, "La recepción de la jurisprudencia de la CIJ en las decisiones de los Tribunales del CIADI: especial referencia a las cuestiones de jurisdicción", *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*, Vol. 30 (2015), pp. 1-33.

9. **REQUENA CASANOVA, M.**, "La solución de controversias en los modelos de APPRI: Cláusulas tradicionales y nuevas tendencias", *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*, Vol. 24 (2012), pp.1-35. ISSN: 1697-5197.

10. **REQUENA CASANOVA, M.**, "Principio de no discriminación y límites de edad en el acceso al empleo público: del Asunto *Wolf* a la Sentencia TJUE *Vital Pérez c. Ayuntamiento de Oviedo*", *Revista General de Derecho Europeo*, núm. 38 (2016), pp. 239-254.

11. **REQUENA CASANOVA, M.**, "La discriminación por razón de la edad en la Unión Europea: la expansión del principio de no discriminación a través de la jurisprudencia", *Revista General de Derecho Europeo*, núm. 31, Octubre (2013), pp. 1-30.

Rainer Arnold, Dr.Dr.h.c.mult., Professor at the University of Regensburg, in 1979 appointed holder of the Chair of Public Law, in 1999 nominated holder of the Jean Monnet Chair of EU Law and in 2008 holder of the Jean Monnet Chair ad personam „Legal Relations of the EU with Central, Eastern and Southeastern Europe“. Nominated in 2000 hostující professor at the Charles University Prague. Corresponding Member of the Academy of Sciences of Bologna, Membre titulaire de l'Académie internationale de droit comparé, Fellow of the European Law Institute, in 2008 Fernand Braudel Fellow at the European University Institute, Fiesole/Florence, former Visiting Professor at Universities in Europe (Paris I (Panthéon-Sorbonne), Paris II (Panthéon-Assas), Strasbourg, Toulouse, Rome La Sapienza, Bologna, and other) and in Latin America.

Prof Dr Jaap DE ZWAAN

Jaap de Zwaan is emeritus Professor of European Union Law at Erasmus University Rotterdam and former Director of the Netherlands Institute of International Relations, Clingendael. His professional career has essentially been devoted to the domain of European integration, in several capacities, such as member of the bar, diplomat, university professor and director of a think tank. De Zwaan has participated in negotiations at European Union level with regard to, for example, treaty making, the accession of new member states and harmonization of national legislations. He also was agent of the Dutch Government in numerous legal proceedings before the Court of Justice in Luxembourg. His main domains of EU interest are related to respectively the constitutional debate, the internal market cooperation, the area of freedom, security and justice (notably EU asylum and immigration law and policy), and the external relations of the EU.

Prof. Dr. Jörn Axel Kämmerer

Jörn Axel Kämmerer has been a Professor (chair holder) at Bucerius Law School since 2000. He was a Guest Professor at Université Paris I (Panthéon-Sorbonne) from 2005 to 2007 (part-time) and at Seoul National University, Republic of Korea, in 2007 and 2017. He studied law at Tübingen University, Germany, and Université d'Aix-en-Provence/Marseille III, France. Appointed Doctor of law in 1993 with a thesis on the the Antarctic System after the Madrid Protocol, he received his "venia legendi" (*Habilitation*) in Public Law, European Law and Public International Law in 2000 by Tübingen Law Faculty. His research focuses, *inter alia*, on market regulation, privatization as well as law and finance in both German public law and EU law. A Director of the Institute on Company and Capital Markets Law (ICCML/IUKR) at Bucerius, he was appointed member of an advisory committee to the German Ministry of Finance on financial markets regulation in 2011. He is the author of a textbook on Constitutional Law and has made contributions to renowned legal commentaries. With two colleagues he conducted an interdisciplinary research project on colonialism and the evolution of Public International Law (with financial assistance by the *Deutsche Forschungsgemeinschaft*). In 2016 he was elected Secretary-General of the Societas Iuris Publici Europaei (SIPE). Jörn Axel Kämmerer teaches mostly in German and English and has given lectures or lecture series at academic institutions of various countries, including Australia, Brazil, Canada, China, Israel, Japan, New Zealand, Singapore, and South Africa.

Prof. Dr. Bernd Oppermann LL.M. (UCLA)
Dr. h.c. (Univ. Rouen), Hon. Prof. (UMCS Lublin)

Bertramstr. 4
D – 30165 Hanover
Tel. +49 173 7741 889

June 2021

CV

29. 02. 1956 Date of birth (Buedingen, Hesse, Germany)

Summary

More than 33 years' experience in teaching, research and practice in law; 17 years' experience in European and international network management. Currently Chair for German, European and International Private Law and Commercial Law at Law of Faculty, Leibniz University Hanover, Germany.

Education

1971 – 1980 Engineering high school at Hanau, Germany; studies in law, physics and philosophy at J.W.Goethe-University, Frankfurt/Main, Germany; grantee of German National Fellowship Foundation

1981 First state examination in law, Frankfurt/Main, Germany

1981 – 1982 Graduate studies at University of California Los Angeles, School of Law, USA; Master of Laws (LL.M.); assistant of Prof. George Fletcher, UCLA

1983 – 1985 Clerkship, Court of Appeals, Frankfurt/Main, Germany

1985 Ph.D. (Dr. jur.) at J.W.Goethe-University, Frankfurt/Main, Germany (adv. Prof. Dr. Dieter Simon, MPI Frankfurt)

1986 Second state examination in law.

Employment

1982 Patent and copyright law firm Spensley, Horn, Jubas & Lubitz, Beverly Hills, CA, USA

1983 – 1985 Clerkship, Court of Appeals, Frankfurt/Main, Germany

1986 – 1987 Ministry for Cultural Affairs Rhine-Palladium, Mainz, Germany

1987 – 1992 Juniorprofessor Hamburg U., Faculty of Law, Hamburg, Germany

1992 Habilitation at Hamburg U, *venia legendi* for private law, civil procedure, business law, and legal theory (adv. Prof. Dr. Rainer Walz)

since 1992 Professor at Leibniz University Hanover, Germany

1993 – 1994 Teaching at Europe University Viadrina, Frankfurt/Oder, Germany

since 1994 *Chair for German, European and International Private Law and Commercial Law, Faculty of Law, Leibniz University Hanover, Germany*

1999 - 2016 Chairman for the international programmes of ELPIS (MLE/CLE/LL.M. Eur. joint degree) at LUH and for the ELPIS network of European law faculties (for details vf. www.ELPIS.eu)

2000 – 2004 Dean and Vice Dean at Faculty of Law, Leibniz University Hanover

2002	for 6 months guest lecturer and research at Chulalongkorn University Bangkok, Thailand
2003 – 2006	Scientific coordinator of TEMPUS project "reform of Russian legal education", four pilot projects in the Ural region at Tjumen, Ekaterinenburg, Perm und Ishevsk, Russia.
2004 – 2014	Erasmus Mundus coordinator (EU) for the programme "European Legal Practice LL.M. Eur. joint degree" (France/Germany/Portugal)
2017 - 2021	Dean, Faculty of Law, Leibniz University Hanover
2021 – 2023	Senator, Academic Senat, Leibniz University Hanover; Vice Dean

International Teaching/Accreditation/Research

Japan (Keio U and Yokohama City U 1994), Poland (Center for New Europe, U Krakow 1996, 1998; Marie-Curie Sklodowskiej U Lublin 1994, 2001 – 2003, 2010, 2020); Scotland, UK (Strathclyde U Glasgow 1996, Durham 2011); Greece (Aristoteles U Thessaloniki 1998); Turkey (Bilgi U Istanbul 1998; political delegation from Lower Saxony at Istanbul, Izmir and Ankara 2010, Selcuk U Konya 2015); Russia (State U Perm 2001, Law Academy Ekaterinenburg 2004, HSE Moskow 2019); Portugal (Catholic U of Portugal, Lisbon 2001 – 2009; U of Lissabon 2010 – 2019, 2021); Thailand (Chulalongkorn U Bangkok 2002, 2007 – 2014); China (Northwest U Xi'an 2005, Jiao Tong U Shanghai 2007), Brasil (UNIPLAC Brasilia 2006, DAMAS U Recife 2019), India (SYMBIOSIS U Poona 2008 – 2011, NLU New Delhi 2017); Indonesia (Bandung Univ. 2012, Gadjah Mada U, Yogyakarta 2013); Malaysia (UiTM Shah Alam 2016); France (U Le Havre 2017); USA (Louisville U, Kentucky 2021/22).

Other Activities

Coordinating scholar for the German National Fellowship Foundation (1997 – 2021); rapporteur for the European Council, meeting in Waszawa 2000; Adv. commission on the reform of legal education of Lower Saxony 2001/2; chairman Hanoverian Learned Society for Legal Studies 2004 – 2012; Board of Center for East-West Contacts, Lueneburg 2007 – 2013. Adv. Council Faculty of Law, U Lisbon, Portugal; ext. member of the registry of the Aristotle U of Thessaloniki, Greece; g. Ed. Law Journal of Mykolas Romeris U Vilnius, Lithuania; g. Ed. Law Journal of SYMBIOSIS U, Punay, India; Adv. Board Law Review UiTM, Shah Alam, Malaysia (2014 - 2017), program accreditations in Germany and Russia (2016 - 2020).

Honors

Award on activity in the European Mundus program by DAAD at Berlin Academy of Science, 2009.

Hon. Professor Marii Curie Sklodowskiej University (UMCS), Lublin, Poland, October 23rd, 2010

Docteur honoris causa, University of Rouen, France, June 28th, 2013

Scholar of Global Initiative of Academic Networks (GIAN) by Min. of Human Resouce Development of India, September 2017.

Reg. Arbitrator at Thai Arbitration Institut, Bangkok, 2020.

Curriculum Vitae

* 1964

- | | |
|------------------------|--|
| 1985 - 1990 | Law studies at the Albert-Ludwigs-Universität Freiburg i.Br. and Università degli Studi di Pàdova/Italy. |
| Oct. 1990 - May 1993 | Law Clerk ("Rechtsreferendar") at the Landgericht Freiburg. |
| Aug. 1993 - May 1994 | Master-Program at the College of Law of the State University of Iowa in Iowa City ("LL.M."). |
| 1996 | Graduated Dr. iur. at the Albert-Ludwigs-Universität Freiburg i.Br. based on a thesis on Joint and Several Liability for non-identical obligations |
| Oct. 1995 - May 1996 | Attorney-at-law admitted to the bar of Cologne. |
| June 1996 - April 1997 | Assistant at the Universität Konstanz, Special Research Group on „Internationalisation of the Economy“. |
| May 1997 – April 2003 | Assistant at the Universität St. Gallen HSG, Institute of European law. Habilitation at the Universität St. Gallen HSG with a thesis on European Unfair Competition law. |
| 2004 | Appointment to the Chair for German and European Private and Business Law at the University of Konstanz |
| since 2005 | Judge at the Court of Appeals Karlsruhe |
| 2006 – 2008 | Dean of the Faculty of Law at the University of Konstanz |
| since 2007 | Director of the Institute for Construction Law Freiburg e.V. (Institut für Baurecht Freiburg e.V.) |
| 2010 – 2013 | Member of the expert group on the reform of construction contract law installed by the Federal Ministry of Justice and Consumer Protection |
| 2014 – 2019 | Member of the expert group on the reform of developers' law installed by the Federal Ministry of Justice and Consumer Protection |

Curriculum studiorum del Professor Fausto Vecchio

Attuale qualifica:

Dal 1 aprile 2018 Professore associato di Diritto pubblico comparato presso l'Università Kore di Enna

Abilitazioni acquisite:

Dal 22 marzo 2018 abilitato come Professore ordinario per il settore 12E2

Dal 4 febbraio 2014 abilitato come Professore associato per il settore 12C1

Dal 2 dicembre 2014 abilitato come Professore associato per il settore 12E2

Precedenti posizioni accademiche:

Dal 4 aprile 2014 Professore associato di Diritto costituzionale presso l'Università Kore di Enna

Dal 1 ottobre 2011 al 3 aprile 2014 Assistant Professor di Diritto internazionale presso l'Università Kore di Enna

Dal 3 agosto 2009 al 30 settembre 2011 Assegnista di ricerca in Diritto costituzionale presso il Dipartimento di Studi politici dell'Università di Catania

Principali titoli di studio:

Dottorato di Ricerca in “Derecho constitucional europeo” rilasciato dall'Università di Granada (Sobresaliente con Matricula de honor)

Dottorato in “Ciências Jurídico-Políticas” rilasciato dall'Università di Lisbona (Sobresaliente con Matricula de honor)

Dottorato in “Profili della cittadinanza nella costruzione dell'Europa” rilasciato dall'Università di Catania

Master in “Derecho constitucional europeo” rilasciato dall'Università di Granada (Matricula de honor per la dissertazione finale)

Laurea in Giurisprudenza conseguita presso l'Università di Catania (votazione finale 110/110 e lode)

Altri attestati di rilievo internazionale:

Summer School in “International human rights law and personal data protection” organizzata dall'International Institute of Human Rights ‘René Cassin’ di Strasburgo

Certificato di partecipazione all'“University Human Rights Teaching Course” rilasciato dall'International Center for University Human Rights Teaching dell'Università di Strasburgo

Summer School in “Derecho e Instituciones de la Unión Europea” organizzata dall'Universidad Complutense di Madrid

Competenze linguistiche:

Attestato di conoscenza della lingua inglese IELTS 5.0 rilasciato dal British Council di Napoli

Attestato di conoscenza della lingua inglese GESE ESOL Grade 8 (liv. B2) rilasciato dal Trinity college di Londra

Attestato di conoscenza della lingua spagnola (liv. B2.2) rilasciato dall'Università di Granada

Attestato di conoscenza della lingua portoghese (liv. B1) rilasciato dall'Università di Lisbona

Pubblicazioni:

Monografie:

1. F. Vecchio, *L'Europa e la pena di morte*, CEDAM, 2017, disponibile in https://www.academia.edu/45425014/L'Europa_e_la_pena_di_morte
2. F. Vecchio, *Primacía del derecho europeo y salvaguarda de las identidades constitucionales*, BOE, 2015, disponibile in https://www.academia.edu/27171929/Primac%C3%ACa_del_derecho_europeo_y_salvaguarda_de_las_identidades_constitucionales
3. F. Vecchio, *La sussidiarietà nell'ordinamento europeo. Profili attuali e prospettive future*, Bonanno, 2014
4. F. Vecchio, *Teorie costituzionali alla prova. La nuova Costituzione ungherese come metafora della crisi del costituzionalismo europeo*, CEDAM, 2013, disponibile in [https://www.academia.edu/27173823/Teorie costituzionali alla prova La nuova Costituzione ungherese come metafora della crisi del costituzionalismo europeo](https://www.academia.edu/27173823/Teorie_costituzionali_alla_prova_La_nuova_Costituzione_ungherese_come_metafora_della_crisi_del_costituzionalismo_europeo)
5. F. Vecchio, *Primazia del diritto europeo e salvaguardia delle identità costituzionali*, Giappichelli, 2012, disponibile in [https://www.academia.edu/27175659/Primazia del diritto europeo e salvaguardia delle identit%C3%A0 costituzionali](https://www.academia.edu/27175659/Primazia_del_diritto_europeo_e_salvaguardia_delle_identit%C3%A0_costituzionali)

Articoli in riviste:

2021:

6. F. Vecchio, *Il lato oscuro della forza: corporativismo giudiziario, stato costituzionale e costituzionalismo*, in *Rivista della Cooperazione giuridica internazionale*, 2021, 2, (in press)
7. F. Vecchio, *Pericolo populista e riforme della giustizia. A proposito di alcune insoddisfacenti proposte di riforma dell'obbligatorietà dell'azione penale*, in *Rivista AIC*, 2021, 1, p. 65 – 97, disponibile in <https://www.rivistaaic.it/it/rivista/ultimi-contributi-pubblicati/fausto-vecchio/pericolo-populista-e->

[riforme-della-giustizia-a-proposito-di-alcune-insoddisfacenti-proposte-di-riforma-dell-obbligatorietà-dell-azione-penale](#)

2020:

8. F. Vecchio, *O Estado constitucional em perigo: crise da representação e instituições judiciais sob ataque*, in *Direito Público*, 2020, 17 (91) p. 9 – 27, disponibile in <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4026>

2017:

9. F. Vecchio, *Profili di costituzionalità della nuova regolazione della responsabilità medica: dal rischio di una medicina difensiva a quello di una medicina corporativa?*, in *Osservatorio sulle fonti*, 2017, 3, 1 – 17, disponibile in <https://www.osservatoriosullefonti.it/archivi/archivio-saggi/speciali/speciale-crisi-della-rappresentanza-e-nuove-dinamiche-della-regolazione-le-prospettive-della-democrazia-pluralista-in-europa-fasc-3-2017/1151-profili-di-costituzionalita-della-nuova-regolazione-della-responsabilita-medica-dal-rischio-di-una-medicina-difensiva-a-quello-di-una-medicina-corporativa>
10. F. Vecchio, *Funzionalismo contestualizzato e circolazione dei modelli giuridici in Europa: uno scenario epistemologicamente possibile*, in *Federalismi.it*, 2017, 23, p. 2 – 24, disponibile in <https://federalismi.it/AppOpenFilePDF.cfm?artid=35226&dpath=document&dfile=28112017004315.pdf&content=Primo%2Bpiano%2B%2D%2Bfunzionalismo%2Bcontestualizzato%2Be%2Bcircolazione%2Bdei%2Bmodelli%2Bgiuridici%2Bin%2BEuropa%2B%2D%2Bstato%2B%2D%2Bdottrina%2B%2D%2B>

2016:

11. F. Vecchio, *Le intercettazioni da remoto e i diversi modelli di bilanciamento tra esigenze investigative e diritto alla riservatezza e all'integrità dei sistemi informatici*, in *La Cittadinanza Europea*, 2016, 1, p. 107 – 124, disponibile in https://www.academia.edu/28472429/Le_intercettazioni_da_remoto_e_i_diversi_modelli_di_bilanciamento_tra_esigenze_investigative_e_diritto_alla_riservatezza_e_all_integrit%C3%A0_dei_sistemi_informatici
12. F. Vecchio, *Redistribuzione economica, deficit democratico e Sonderweg in Europa: spunti di riflessione dal modello istituzionale belga*, in *Koreuropa*, 2016, 9, p. 125 – 156, disponibile in https://unikore.it/media/k2/attachments/9_Edizione_.pdf
13. F. Vecchio, *La libertà di espressione dopo la vicenda Perinçek c. Svizzera: il nuovo atteggiamento della Corte europea in materia di criminalizzazione del negazionismo e i rischi residui di una storia imposta per via legislativa*, in *Rivista della cooperazione giuridica internazionale*, 2016, 52, p. 58 – 67, in https://www.academia.edu/28426699/La_libert%C3%A0_di_espressione_dopo_la_vicenda_Perin%C3%A7ek_c_Svizzera_il_nuovo_atteggiamento_della_Corte_europea_in_materia_di_criminalizzazione_del_negazionismo_e_i_rischi_residui_di_una_storia_imposta_per_via_legislativa

2015:

14. F. Vecchio, *Crisis económica y tendencias evolutivas de la administración pública en Europa*, in *Revista de derecho constitucional europeo*, 2015, 23, p. 17 - 31, disponibile in http://www.ugr.es/~redce/REDCE23/PDFs/ReDCE_23.pdf

15. F. Vecchio, *Il populismo ungherese tra economia e costituzione*, in *Cultura giuridica e diritto vivente*, 2015, Special issue, p. 133 – 140, disponibile in <http://ojs.uniurb.it/index.php/cgdv/article/view/455/438>

2014:

16. F. Vecchio, *Questione di toni*, in *Rivista della cooperazione giuridica internazionale*, 2014, 48, p. 53-55, disponibile in https://www.academia.edu/28426240/Questione_di_toni
17. F. Vecchio, *L'ingloriosa fine della direttiva Data retention, la ritrovata vocazione costituzionale della Corte di giustizia e il destino dell'art. 132 del Codice della privacy*, in *Koreuropa*, 2014, 4, p. 212 – 220, disponibile in https://unikore.it/media/k2/attachments/Numero_4.pdf
18. F. Vecchio, *Libertà di espressione e diritto all'onore in internet secondo la sentenza Delfi AS contro Estonia della Corte europea dei diritti dell'uomo*, in *Diritto dell'informatica e dell'informazione*, 2014, 1, p. 43 – 56, disponibile in https://www.academia.edu/27392126/Libert%C3%A0_di_espressione_e_diritto_all_onore_in_internet_secondo_la_sentenza_Delfi_AS_contro_Estonia_della_Corte_europea_dei_diritti_dell_uomo
19. F. Vecchio, *La pagliuzza nell'occhio della Banca centrale europea e la trave nell'occhio del Bundesverfassungsgericht*, in *Koreuropa*, 2014, 5, p. 105 – 112, disponibile in https://www.academia.edu/27392126/Libert%C3%A0_di_espressione_e_diritto_all_onore_in_internet_secondo_la_sentenza_Delfi_AS_contro_Estonia_della_Corte_europea_dei_diritti_dell_uomo
20. F. Vecchio, *Le prospettive di riforma della Convenzione europea dei diritti umani tra limiti tecnici e 'cortocircuiti' ideologici*, in *Diritto pubblico comparato europeo*, 2014, 1, 99 – 104, disponibile in https://www.academia.edu/27430623/Le_prospettive_di_riforma_della_Convenzione_europea_dei_diritti_umani_tra_limiti_tecnici_e_cortocircuiti_ideologici

2013:

21. F. Vecchio, *Le prospettive di riforma della Convenzione europea dei diritti umani tra limiti tecnici e 'cortocircuiti' ideologici*, in Osservatorio AIC, 2013, p. 1 – 8 disponibile in <https://www.osservatorioaic.it/images/rivista/pdf/Vecchio.pdf>
22. F. Vecchio, *I casi Melloni e Akerberg: il sistema multilivello di protezione dei diritti fondamentali*, in *Quaderni costituzionali*, 2013, 2, p. 454 – 456, disponibile in https://www.academia.edu/27138316/I_casi_Melloni_e_Akerberg_il_sistema_multilivello_di_protezione_dei_diritti_fondamentali
23. F. Vecchio, *L'insostenibile leggerezza metodologica della sentenza Malatto tra bilanciamenti fittizi e impoverimento costituzionale reale*, in *Rivista della cooperazione giuridica internazionale*, 2013, 45, p. 72 – 82, disponibile in https://www.academia.edu/28427938/L_insostenibile_leggerezza_metodologica_della_sentenza_Malatto_tra_bilanciamenti_fittizi_e_impoverimento_costituzionale_reale
24. F. Vecchio, *I nuovi passi del "cammino comunitario" del Conseil Constitutionnel francese e le responsabilità del giudice costituzionale*, in *Rivista della cooperazione giuridica internazionale*, 2013, 44, p. 84 – 90, disponibile in https://www.academia.edu/28427281/I_nuovi_passi_del_cammino_comunitario_del_Conseil_Constitutionnel_francese_e_le_responsabilit%C3%A0_del_giudice_costituzionale
25. F. Vecchio, *Oltre il Lissabon urteil: la saga delle "pensioni slovacche" e l'applicazione dell'ultra vires review secondo il giudice costituzionale ceco*, in *Rivista della cooperazione giuridica internazionale*, 2013, 43, p. 73 – 76, disponibile in

[https://www.academia.edu/28426935/Oltre il Lissabon urteil la saga delle pensioni slovacche e l'applicazione dell'ultra vires review secondo il giudice costituzionale ceco](https://www.academia.edu/28426935/Oltre_il_Lissabon_urteil_la_saga_delle_pensioni_slovacche_e_l_applicazione_dell_ultra_vires_review_secondo_il_giudice_costituzionale_ceco)

26. F. Vecchio, *Oltre il Lissabon urteil: la saga delle "pensioni slovacche" e l'applicazione dell'ultra vires review secondo il giudice costituzionale ceco*, in www.europeanrights.eu, disponibile in http://www.europeanrights.eu/public/commenti/Commento_Vecchio.pdf

2012:

27. F. Vecchio, *La decisione SK 45/09 del giudice costituzionale polacco: ritorno a Solange II o nuova ridefinizione degli equilibri tra gli ordinamenti?*, in *Quaderni costituzionali*, 2012, 2, p. 441 – 443, disponibile in [https://www.academia.edu/27429786/La decisione SK 45 09 del giudice costituzionale polacco ritorno a Solange II o nuova ridefinizione degli equilibri tra gli ordinamenti](https://www.academia.edu/27429786/La_decisione_SK_45_09_del_giudice_costituzionale_polacco_ritorno_a_Solange_II_o_nuova_ridefinizione_degli_equilibri_tra_gli_ordinamenti)
28. F. Vecchio, *Primazia do direito europeu e contralimites como técnicas para a relação entre ordenamentos*, in *Direito Público*, 2012, 9, p. 217 – 232, disponibile in <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2120/1113>
29. F. Vecchio, *O Princípio da Subsidiariedade no Tratado Constitucional: Procedimentalização versus Justiciabilidade*, in *Direito Público*, 2012, 2, p. 190 – 202, disponibile in <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2073/1093>
30. F. Vecchio, *Il caso Ruiz Zambrano tra cittadinanza europea, discriminazioni a rovescio e nuove possibilità di applicazione della Carta dei diritti fondamentali dell'Unione*, in *Estudos Eleitorais*, 2012, 1, p. 100 - 104, disponibile in <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/1582>
31. F. Vecchio, *Il caso Honeywell del Bundesverfassungsgericht: un'occasione persa per far chiarezza sui rapporti tra gli ordinamenti?*, in *Rivista della cooperazione giuridica internazionale*, 2012, 41, p. 43 – 59, disponibile in [https://www.academia.edu/28343607/Il caso Honeywell del Bundesverfassungsgericht un occasione persa per far chiarezza sui rapporti tra gli ordinamenti](https://www.academia.edu/28343607/Il_caso_Honeywell_del_Bundesverfassungsgericht_un_occasione_persa_per_far_chiarezza_sui_rapporti_tra_gli_ordinamenti)
32. F. Vecchio, *Primato del diritto europeo e controlimiti come tecniche di relazione tra gli ordinamenti*, in *Mediterranean Journal of Human Rights*, 2012, p. 317 – 356, disponibile in [https://www.academia.edu/3873733/Primato del diritto europeo e controlimiti come tecniche di relazione tra gli ordinamenti](https://www.academia.edu/3873733/Primato_del_diritto_europeo_e_controlimiti_come_tecniche_di_relazione_tra_gli_ordinamenti)
33. F. Vecchio, *Más allá de "Lissabon urteil": la saga de las "jubilaciones eslovacas" y la aplicación del "ultra vires review" según el juez constitucional checo*, in *Revista de derecho constitucional europeo*, 2012, 18, p. 395 – 400, disponibile in http://www.ugr.es/~redce/REDCE18pdf/14_vecchio.pdf
34. F. Vecchio, *Il paradossale successo della teoria dei controlimiti e l'espansione delle competenze dei giudici costituzionali*, in *Rivista della cooperazione giuridica internazionale*, 2012, 41, 99-110 in [https://www.academia.edu/28342523/Il paradossale successo della teoria dei controlimiti e l'espansione delle competenze dei giudici costituzionali](https://www.academia.edu/28342523/Il_paradossale_successo_della_teoría_dei_controlimiti_e_l_espansione_delle_competenze_dei_giudici_costituzionali)
35. F. Vecchio, *Primacía del derecho europeo y contralímites como técnicas para la relación entre los ordenamientos*, in *Revista de derecho constitucional europeo*, 2012, 17, p. 67 – 101, disponibile in http://www.ugr.es/~redce/REDCE17pdf/02_vecchio.pdf

2011:

36. F. Vecchio, *En las fronteras de la integración multinivel: el Tratado de Lisboa y las hipótesis del «doble carácter prejudicial»*, in *Revista de la Facultad de Derecho de la Universidad de Granada*, 2010 - 2011, 13 – 14, p. 47 – 60, disponibile in [https://www.academia.edu/27138322/En las fronteras de la integraci%C3%B3n multinivel el tratado de Lisboa y las hip%C3%B3tesis del doble car%C3%A1cter prejudicial](https://www.academia.edu/27138322/En_las_fronteras_de_la_integraci%C3%B3n_multinivel_el_tratado_de_Lisboa_y_las_hip%C3%B3tesis_del_doble_car%C3%A1cter_prejudicial)

37. F. Vecchio, *Un nuevo capítulo en la "saga" del "Data retention": el Tribunal Constitucional de la República Checa declara la inconstitucionalidad de los actos de transposición de la Directiva 2006/24/CE*, in *Revista de derecho constitucional europeo*, 2011, 16, p. 513 - 518, disponibile in <http://www.ugr.es/~redce/REDCE16/articulos/12bisFVecchio.htm>
38. F. Vecchio, *El procedimiento de codecision y el principio de subsidiariedad: un 'cortocircuito' democrático?*, in *Revista Historia: Debates e tendencias*, 2011, 11, p. 11 - 21, disponibile in <https://www.sumarios.org/artigo/el-procedimiento-de-codecisi%C3%B3n-y-el-principio-de-subsidiariedad-%C2%BFun-%E2%80%9Ccortocircuito%E2%80%9D>
39. F. Vecchio, *The fundamental rights between the European Court of Justice and the new powers of the French 'Conseil Constitutionnel'*, in *Mediterranean Journal of Human Rights*, 2011, 15, p. 189 - 213, disponibile in https://www.academia.edu/3872790/The_fundamental_rights_between_the_European_Court_of_Justice_and_the_new_powers_of_the_French_Conseil_Constitutionnel
40. F. Vecchio, *Il caso Ruiz Zambrano tra cittadinanza europea, discriminazioni a rovescio e nuove possibilità di applicazione della Carta dei diritti fondamentali dell'Unione*, in *Diritto pubblico comparato europeo*, 2011, 3, p. 1249 - 1251, disponibile in https://www.academia.edu/27369231/Il_caso_Ruiz_Zambrano_tra_cittadinanza_europea_discriminazioni_a_rovescio_e_nuove_possibilit%C3%A0_di_applicazione_della_Carta_dei_diritti_fondamentali_dellUnione
41. F. Vecchio, *Il caso Ruiz Zambrano tra cittadinanza europea, discriminazioni a rovescio e nuove possibilità di applicazione della Carta dei diritti fondamentali dell'Unione*, in *www.europeanrights.eu*, disponibile in <http://www.europeanrights.eu/index.php?funzione=S&op=5&id=739>
42. F. Vecchio, *Il sistema multilivello di tutela dei diritti fondamentali alla luce del caso Chartry della Corte di giustizia*, in *Quaderni costituzionali*, 2011, p. 687 - 690, disponibile in https://www.academia.edu/27428173/Il_caso_Chartry_e_il_sistema_di_tutela_multilivello_dei_diritti_fondamentali
43. F. Vecchio, *La clausola di salvaguardia delle identità costituzionali, le occasioni perdute e lo "spettro" di Viking e Lavall*, in *www.europeanrights.eu*, disponibile in <http://www.europeanrights.eu/index.php?funzione=S&op=5&id=740>

2010:

44. F. Vecchio, *Costituzionalismo multilivello e unità interpretativa dell'ordinamento giuridico*, in *Rassegna parlamentare*, 2010, 4, p. 863 - 883, disponibile in https://www.academia.edu/1885589/Costituzionalismo_multilivello_e_unit%C3%A0_interpretativa_dellordinamento_giuridico
45. F. Vecchio, *Il Trattato di Lisbona e le ipotesi di «doppia pregiudizialità»: differenti prospettive di tutela e pericoli di pronunce incoerenti*, in *Giustizia amministrativa*, 2010, 2, p. 63 - 71
46. F. Vecchio, *Il Trattato di Lisbona e le ipotesi di «doppia pregiudizialità»: differenti prospettive di tutela e pericoli di pronunce incoerenti*, in *www.giustamm.it*
47. F. Vecchio, *La decisione 2010 - 205 DC del Conseil constitutionnel francese e la decisione C - 188/10 della Corte di Giustizia: il superamento della dottrina Simmenthal e le possibili ricadute sul sistema italiano*, in *www.giustamm.it*
48. F. Vecchio, *La partecipazione delle assemblee parlamentari regionali nella fase ascendente di formazione del diritto comunitario: spunti di riflessione dal modello spagnolo*, in *Quaderni regionali*, 2010, 2, p. 649 - 662, disponibile in https://www.academia.edu/3874370/La_partecipazione_delle_assemblee_parlamentari_regionali_nel

la fase ascendente di formazione del diritto comunitario spunti di riflessione dal modello spagnolo

49. F. Vecchio, *Los ordenamientos constitucionales de Hungría, Polonia y Eslovenia*, in *Revista de derecho constitucional europeo*, 2010, 14, p. 60 – 105, disponibile in http://www.ugr.es/~redce/REDCE14pdf/05_VECCHIO.pdf
50. F. Vecchio, *Competenza e gerarchia nella sentenza Lisbona del Tribunale federale tedesco: verso un diritto costituzionale asimmetrico*, in *Quaderni europei*, 2010, 21, p. 81 - 92, disponibile in http://www.cde.unict.it/sites/default/files/21_2010.pdf
51. F. Vecchio, *Il giudice ordinario italiano e la tutela multilivello dei diritti fondamentali dopo il Trattato di Lisbona*, in www.giustamm.it.
52. F. Vecchio, *Codecisione e principio di sussidiarietà: un 'cortocircuito' democratico?*, in *Giustizia amministrativa*, 2010, 1, p. 62 - 68
53. F. Vecchio, *Codecisione e principio di sussidiarietà: un 'cortocircuito' democratico?*, in www.giustamm.it
54. F. Vecchio, *Dopo Viking, Laval e Rüffert: verso una nuova composizione tra libertà economiche europee e diritti sociali fondamentali?*, in www.europeanrights.eu, disponibile in <http://www.europeanrights.eu/index.php?funzione=S&op=5&id=480>

2009:

55. F. Vecchio, *Corte di giustizia europea e tribunali costituzionali nazionali secondo la prospettiva della Corte costituzionale ceca*, in www.europeanrights.eu, disponibile in <http://www.europeanrights.eu/index.php?funzione=S&op=5&id=430>
56. F. Vecchio, *Corte di giustizia europea e tribunali costituzionali nazionali secondo la prospettiva della Corte costituzionale ceca*, in www.diritto.it, disponibile in https://www.diritto.it/system/docs/29864/original/Corte_di_giustizia_europea_e_tribunali_costituzionali_nazionali_secondo_la_prospettiva_della_Corte_costituzion.pdf
57. F. Vecchio, *Competenza e gerarchia nella sentenza Lisbona del Tribunale federale tedesco: verso un latodiritto costituzionale asimmetrico?*, in www.forumcostituzionale.it/wordpress/, disponibile in https://www.forumcostituzionale.it/wordpress/images/stories/pdf/documenti_forum/paper/0158_vecchio.pdf
58. F. Vecchio, *Declinazioni costituzionali del principio di sussidiarietà*, in www.forumcostituzionale.it/wordpress/, disponibile in https://www.forumcostituzionale.it/wordpress/images/stories/pdf/nuovi%20pdf/Paper/0033_vecchio.pdf
59. F. Vecchio, *Il principio di sussidiarietà nel Trattato Costituzionale: giustiziabilità vs. procedimentalizzazione*, in www.forumcostituzionale.it/wordpress/, disponibile in https://www.forumcostituzionale.it/wordpress/images/stories/pdf/nuovi%20pdf/Paper/0044_vecchio.pdf
60. F. Vecchio, *Mandato di arresto europeo e problemi di tutela dei diritti fondamentali*, in www.diritto.it disponibile in https://www.diritto.it/system/docs/30239/original/Mandato_di_arresto_europeo_e_problemi_di_tutela_dei_diritti_fondamentali.pdf
61. F. Vecchio, *Competenza e gerarchia nella sentenza Lisbona del Tribunale federale tedesco: verso un diritto costituzionale asimmetrico?*, in www.diritto.it, disponibile in https://www.diritto.it/pdf_archive/28623.pdf
62. F. Vecchio, *La sentenza 199/2009 del Tribunal Constitucional spagnolo e l'inversione dell'interpretazione conforme come nuovo strumento del costituzionalismo asimmetrico europeo*, in

[www.diritto.it](https://www.diritto.it/la-sentenza-1992009-del-tribunal-constitucional-espanol-e-l-inversione-dell-interpretazione-conforme-come-nuovo-strumento-del-costituzionalismo-asimmetrico-europeo/), disponibile in <https://www.diritto.it/la-sentenza-1992009-del-tribunal-constitucional-espanol-e-l-inversione-dell-interpretazione-conforme-come-nuovo-strumento-del-costituzionalismo-asimmetrico-europeo/>

Capitoli di libro:

2020:

63. F. Vecchio, *El Estado Constitucional en peligro: Crisis de la representación e instituciones judiciales bajo ataque*, in P. Häberle – F. Balaguer Callejón – I. Sarlet – C. L. Strapazzon – A. Aguilar Calahorra, *Derechos fundamentales, desarrollo y crisis del constitucionalismo multinivel. Libro homenaje a Jörg Luther*, Civitas Aranzadi, 2020, p. 677 - 693, disponibile in https://www.academia.edu/45441150/El_Estado_Constitucional_en_peligro_Crisis_de_la_representaci%C3%B3n_e_instituciones_judiciales_bajo_ataque
64. F. Vecchio, *O Estado constitucional em perigo: crise da representação e instituições judiciais sob ataque*, in P. Häberle – F. Balaguer Callejón – I. Sarlet – C. L. Strapazzon – A. Aguilar Calahorra, *Direitos fundamentais, desenvolvimento e crise do constitucionalismo multinível*, Editora Fundação Fênix, 2020, p. 659 - 675, disponibile in https://www.academia.edu/45442258/O_ESTADO_CONSTITUCIONAL_EM_PERIGO_CRISE_DA_REPRESENTA%C3%87%C3%83O_E_INSTITUI%C3%87%C3%95ES_JUDICIAIS_SOB_ATAQUE

2019:

65. F. Vecchio, *Diritti e libertà fondamentali*, T. E. Frosini, *Manuale di diritto pubblico comparato*, il Mulino, 2019, p. 207 - 235.
66. F. Vecchio, *Lo Stato costituzionale in pericolo: crisi della rappresentanza e istituzioni giudiziarie sotto attacco*, in M. Blancato - G. Di Rosa, *La sovranità in Europa*, Quad. di Notabilis, 2019, p. 31 - 50, disponibile in https://www.academia.edu/45441084/Lo_Stato_costituzionale_in_pericolo_crisi_della_rappresentanza_e_istituzioni_giudiziarie_sotto_attacco

2018:

67. F. Vecchio, *La conservazione degli equilibri in materia di asilo tra poca attenzione alla forma in materia di assetto delle fonti del diritto ed eccesso di formalismo in materia di definizione del principio di solidarietà*, in S. Mazzone, *Narrare le migrazioni tra diritto, politica, economia*, Bonanno, 2018, p. 491 - 498, disponibile in https://www.academia.edu/45177578/La_conservazione_degli_equilibri_in_materia_di_asilo_tra_poca_attezzione_alla_forma_in_materia_di_assetto_delle_fonti_del_diritto_ed_eccesso_di_formalismo_in_materia_di_definizione_del_principio_di_solidariet%C3%A0
68. A. Pérez Miras - E.C. Raffiotta - G.M. Teruel Lozano - F. Vecchio, *Sovranità e rappresentanza: il costituzionalismo nell'era della globalizzazione*, in A. Pérez Miras - E.C. Raffiotta - G.M. Teruel Lozano - F. Vecchio, *Sovranità e rappresentanza stato, autonomie territoriali e processi di integrazione sopranazionale*, Edizioni scientifiche, 2018, p. XIII - XIV, disponibile in https://www.academia.edu/45441067/Sovranit%C3%A0_e_rappresentanza_il_costituzionalismo_nell_era_della_globalizzazione

2017:

69. F. Vecchio, *Regione Sicilia e integrazione sovranazionale: una proposta per superare le lacune europee dello Statuto siciliano*, in A. Ruggeri – G. D'Amico – L. D'Andrea – G. Moschella, *Per un nuovo Statuto della Regione siciliana*, Giappichelli, 2017, 181 – 192, disponibile in https://www.academia.edu/45441035/Regione_Sicilia_e_integrazione_sovranazionale_una_proposta_per_superare_le_lacune_europee_dello_Statuto_siciliano
70. F. Vecchio, *Redistribuzione economica, deficit democratico e Sonderweg in Europa: spunti di riflessione dal modello istituzionale belga*, in F. Balaguer Callejón, *La reforma de la gobernanza económica de la Unión europea y el progreso de la integración política*, Aranzadi, 2017, p. 371 - 400 disponibile in https://www.academia.edu/45441042/Redistribuzione_economica_deficit_democratico_e_Sonderweg_in_Europa_spunti_di_riflessione_dal_modello_istituzionale_belga

2016:

71. F. Vecchio, *La crisi costituzionale polacca, la «bielorussizzazione» dell'Europa orientale e il processo di disintegrazione europea*, in E. Raffiotta - G. Teruel Lozano - A. Perez Miras, *Constitucion y integración*, Madrid, Dykinson, 2016, p. 297 - 310, disponibile in https://www.academia.edu/28473814/La_crisi_costituzionale_polacca_la_bielorussizzazione_dell_Europa_orientale_e_il_processo_di_disintegrazione_europea

2015:

72. F. Vecchio, *Libertà di espressione, tutela della privacy e protezione dei dati personali nel dialogo tra Corte europea e Corte inter-americana dei diritti dell'uomo*, in V. Pereira da Silva – F. Balaguer Callejón, *O constitucionalismo do séc. XXI na sua dimensão estadual, supranacional e global*, Lisbona, Instituto de Ciências jurídico-políticas, 2015, p. 166 - 176, disponibile in https://www.academia.edu/27438199/Libert%C3%A0_di_espressione_tutela_della_privacy_e_protezione_dei_dati_personali_nel_dialogo_tra_Corte_europea_e_Corte_inter_americana_dei_diritti_dell_uomo
73. F. Vecchio, *Quo vadis Europa? La degenerazione populistica ungherese tra crisi economica e crisi costituzionale*, in A. Pérez Miras - G.M. Teruel Lozano - E. Raffiotta, *Desafios del constitucionalismo ante la integración europea*, Murcia, EDITUM, 2015, p. 69 - 83, disponibile in https://www.academia.edu/27439189/Quo_vadis_Europa_La_degenerazione_populistica_ungherese_tra_crisi_economica_e_crisi_costituzionale
74. F. Vecchio, *Crisi economica e tendenze evolutive nella pubblica amministrazione in Europa*, in F. Balaguer Callejón – M. Azpitarte Sánchez – E. Guillén López – J. F. Sánchez Barillao, *The dimension of the public administration in the context of globalization*, Thomson Reuters Aranzadi, 2015, p. 577 – 591, disponibile in https://www.academia.edu/27439586/Crisi_economica_e_tendenze_evolutive_nella_pubblica_amministrazione_in_Europa
75. F. Vecchio, *La paille dans l'oeil de la Banque Centrale Européenne et la poutre dans l'oeil de la Bundesverfassungsgericht*, in F. Balaguer Callejón - S. Pinon – A. Viala, *Le Droit constitutionnel Européen à l'épreuve de la crise économique et démocratique de l'Europe*, Institut Universitaire Varenne, 2015, p. 235 - 238, disponibile in https://www.academia.edu/27440191/La_paille_dans_l_oeil_de_la_Banque_Centrale_Europ%C3%A9enne_et_la_poutre_dans_l_oeil_de_la_Bundesverfassungsgericht
76. F. Vecchio, *Quo vadis Europa? La degenerazione populistica ungherese tra crisi economica e crisi costituzionale*, in F. Balaguer Callejón – M. Azpitarte Sánchez – E. Guillén López – J. F. Sánchez Barillao, *The impact of the economic crisis on the EU institutions and member states*, Thomson

Reuters Aranzadi, 2015, p. 379 – 388, disponibile in https://www.academia.edu/27337370/Quo_vadis_Europa_La_degenerazione_populistica_ungherese_tra_crisi_economica_e_crisi_costituzionale

2013:

77. F. Vecchio, *The Romanian mess, Europe and the risks of authoritarian involutions*, in C. Benlloch Domènech - Pérez Zafrilla – J. Sarrión Esteve, *Current social and legal challenges for a changing Europe*, Comares, 2013, p. 118 – 131, disponibile in https://www.academia.edu/27138328/The_romanian_mess_Europe_and_the_risks_of_authoritarian_involutions
78. F. Vecchio, *Profili di incostituzionalità della Direttiva Data Retention*, in A. Pérez Miras - G.M. Teruel Lozano - E. Raffiotta, *Desafíos Para Los Derechos De La Persona Ante El Siglo XXI*, Aranzadi, 2013, p. 209 – 218, disponibile in https://www.academia.edu/27440807/Profili_di_incostituzionalit%C3%A0_della_Direttiva_Data_Retention
79. F. Vecchio, *La clausola di salvaguardia delle identità costituzionali, le occasioni perdute e lo "spettro" di Viking e Lavall*, in AA. VV. *Studi in onore di Augusto Sinagra*, IV, Aracne, 2013, p. 543 - 558, disponibile in https://www.academia.edu/27441321/La_clausola_di_salvaguardia_delle_identit%C3%A0_costituzionali_le_occasioni_perdute_e_lo_spettro_di_Viking_e_Lavall
80. F. Vecchio, *Nuove organizzazioni internazionali*, in D. Cuccu - A. Paparusso, *Atti delle Cattedre "Luigi Sturzo" 2009 – 2010 – 2011*, Roma, Istituto di sociologia Luigi Sturzo, 2013, p. 49 - 54, disponibile in https://www.academia.edu/27442552/Nuove_organizzazioni_internazionali

2012:

81. F. Vecchio, *Premessa*, in B. Andò – F. Vecchio, *Costituzione, globalizzazione e tradizione giuridica europea*, CEDAM, 2012, p. IX – X, disponibile in <https://www.academia.edu/27138330/Premessa>
82. F. Vecchio, *Lo strano caso della nuova Costituzione ungherese e la necessità di ripensare l'architettura istituzionale europea*, in B. Andò – F. Vecchio, *Costituzione, globalizzazione e tradizione giuridica europea*, CEDAM, 2012, p. 161 - 181, disponibile in https://www.academia.edu/27138321/Lo_strano_caso_della_nuova_Costituzione_ungherese_e_la_necessit%C3%A0_di_ripensare_larchitettura_istituzionale_europea
83. F. Vecchio, *La Primavera araba e l'Europa*, in A. Cantaro, *Declino europeo, crisi globale e rivolte arabe*, Giappichelli, 2012, p. 264 - 273, disponibile in https://www.academia.edu/27138331/La_Primavera_araba_e_lEuropa

2011:

84. F. Vecchio, *Diritto e giustizia nell'ordinamento multilivello europeo. Spunti di riflessione dalla sentenza 199/2009 del Tribunal Constitucional spagnolo*, in A. Cantaro, *Giustizia e Diritto nella scienza giuridica contemporanea*, Giappichelli, 2011, p. 107 – 120, disponibile in https://www.academia.edu/3873818/Diritto_e_giustizia_nellordinamento_multilivello_europeo

2010:

85. F. Vecchio, *Dopo Viking, Laval e Rüffert: verso una nuova composizione tra libertà economiche europee e diritti sociali fondamentali?*, in F. Basile - M. Pilato, *Per costruire l'unità. Studi sull'Italia*

e l'integrazione europea di fronte alla nuova governance mondiale in occasione del 150 anniversario dell'unità di Italia, Cacucci, 2010, p. 399 - 413, disponibile in https://www.academia.edu/3873556/Dopo_Viking_Lavall_e_Ruffert_verso_una_nuova_composizione_tra_libert%C3%A0_economiche_europee_e_diritti_sociali_fondamentali

86. F. Vecchio, *Primato condizionato e asimmetria*, in A. Cantaro, *Il costituzionalismo asimmetrico dell'Unione. L'integrazione dopo il Trattato europeo di Lisbona*, Giappichelli, 2010, p. 40 - 50, disponibile in https://www.academia.edu/3874654/Primato_condizionato_e_asimmetria
87. F. Vecchio, *La sussidiarietà nell'ordinamento europeo*, in P. Barcellona. *La società europea*, Giappichelli, 2010, p. 458 - 476, disponibile in https://www.academia.edu/27442806/La_sussidiariet%C3%A0_nellordinamento_europeo

2009:

88. F. Vecchio, *Sussidiarietà e supremazia nel Sonderweg europeo: spunti di riflessione dal modello tedesco*, in F. Sciacca, *La dimensione istituzionale europea*, Le lettere, 2009, p. 179 - 185, disponibile in https://www.academia.edu/3874280/Sussidiariet%C3%A0_e_supremazia_nel_Sonderweg_europeo_spunti_di_riflessione_dal_modello_tedesco

2008:

89. F. Vecchio, *Caffeuropo, il coinvolgimento della cittadinanza attiva*, in G. Grasso Leanza – F. Vecchio *Europa. Prospettive giuridico-politiche*, Bonanno, 2008, p. 23 - 35, disponibile in https://www.academia.edu/3874802/Caffeuropo_il_coinvolgimento_della_cittadinanza_attiva
90. F. Vecchio, *Il principio di sussidiarietà nel Trattato Costituzionale: giustiziabilità vs. procedimentalizzazione*, in E. Castorina, *Profili attuali e prospettive di diritto costituzionale*, Giappichelli, 2008, p. 170 - 181, disponibile in https://www.academia.edu/27370436/Il_principio_di_sussidiariet%C3%A0_nel_Trattato_Costituzionale_giustiziabilit%C3%A0_vs_procedimentalizzazione
91. F. Vecchio, *Declinazioni costituzionali del principio di sussidiarietà*, in C. Magnani, *Beni pubblici e servizi sociali in tempo di sussidiarietà*, Giappichelli, 2008, p. 173 - 199, disponibile in https://www.academia.edu/3873967/Declinazioni_costituzionali_del_principio_di_sussidiariet%C3%A0

Curatele:

92. A. Pérez Miras - E.C. Raffiotta - G.M. Teruel Lozano - F. Vecchio, *Sovranità e rappresentanza stato, autonomie territoriali e processi di integrazione sopranazionale*, Edizioni scientifiche, 2018, , disponibile in <https://www.editorialescientifica.com/shop/e-book/sovrانيت%C3%A0-e-rappresentanza-detail.html>
93. A. Pérez Miras - E.C. Raffiotta - G.M. Teruel Lozano - F. Vecchio, *Sovranità e rappresentanza. Giustizia costituzionale e nuove forme di partecipazione politica*, Edizioni scientifiche, 2018, disponibile in <https://www.editorialescientifica.com/shop/e-book/sovrانيت%C3%A0-e-rappresentanza-vol-ii-detail.html>
94. B. Andò – F. Vecchio, *Costituzione, globalizzazione e tradizione giuridica europea*, CEDAM, 2012
95. G. Grasso Leanza – F. Vecchio, *Europa. Prospettive giuridico-politiche*, Bonanno, 2008

Attività didattica:

Anno accademico 2020/2021 (6 CFU) Diritto pubblico comparato per il Corso di laurea in Scienze strategiche e della sicurezza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2020/2021 (6 CFU) Diritto comparato per il Corso di laurea in Giurisprudenza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2019/2020 (6 CFU) Diritto comparato per il Corso di laurea in Giurisprudenza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2019/2020 (8 CFU) Diritto pubblico comparato per il Corso di laurea in Giurisprudenza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2019/2020 (6 CFU) Diritto pubblico comparato per il Corso di laurea in Scienze strategiche e della sicurezza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2018/2019 (6 CFU) Diritto comparato per il Corso di laurea in Giurisprudenza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2018/2019 (8 CFU) Diritto pubblico comparato per il Corso di laurea in Giurisprudenza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2018/2019 (9 CFU) Diritto pubblico comparato per il Corso di laurea in Scienze strategiche e della sicurezza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2017/2018 (6 CFU) Diritto comparato per il Corso di laurea in Giurisprudenza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2017/2018 (8 CFU) Diritto pubblico comparato per il Corso di laurea in Giurisprudenza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2017/2018 (9 CFU) Diritto pubblico comparato per il Corso di laurea in Scienze strategiche e della sicurezza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2016/2017 (4 ore) Nozioni di Diritto Privato, Contratti Internazionali, e Controversie internazionali per il Master universitario di I livello UKE-UNISOM in "Diritto e pratica doganale, controllo e valutazione delle merci, commercio internazionale", organizzato dall'Università Kore di Enna

Anno accademico 2016/2017 (9 CFU) Tutela dei beni pubblici, dell'ambiente e del territorio per il Corso di laurea in "Tutela dei beni pubblici, dell'ambiente e del territorio" dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2016/2017 (9 CFU) Diritto costituzionale per il Corso di laurea in Scienze strategiche e della sicurezza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2015/2016 (9 CFU) Insegnamento di Mercato, libertà economiche e diritti sociali per il corso di Dottorato in Scienze economiche, aziendali e giuridiche dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2015/2016 (6 CFU) Insegnamento di Diritto pubblico per il Corso di Laurea in Servizio sociale dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2015/2016 (9 CFU) Insegnamento di Diritto costituzionale per il Corso di Laurea in Scienze strategiche e della sicurezza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2015/2016 (9 CFU) Insegnamento di Diritto pubblico comparato per il Corso di Laurea in Servizio Sociale dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2014/2015 (6 CFU) Insegnamento di Diritto pubblico per il Corso di Laurea in Servizio sociale dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2014/2015 (3 CFU) Insegnamento di Diritto Internazionale dei conflitti armati e Diritto dell'Unione europea per il Corso di Laurea in Scienze della Difesa e della Sicurezza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2013/2014 (3 CFU) Insegnamento di Diritto Internazionale dei conflitti armati e Diritto dell'Unione europea per il Corso di Laurea in Scienze della Difesa e della Sicurezza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2013/2014 (3 CFU) Insegnamento di Diritti umani e bioetica per il Corso di Laurea in Giurisprudenza dell'Università Kore di Enna

Titolare di un contratto di insegnamento di diritto costituzionale per il Corso di Alta specializzazione in "Public energy manager" organizzato dal CERISDI (2013/2014)

Anno accademico 2012/2013 (3 CFU) Insegnamento di Diritto Internazionale dei conflitti armati e Diritto dell'Unione europea per il Corso di Laurea in Scienze della Difesa e della Sicurezza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2012/2013 (3 CFU) Insegnamento di Diritti umani e Bioetica per il Corso di Laurea dell'Università Kore di Enna

Titolare di un contratto di insegnamento di diritto costituzionale per il Corso di Alta specializzazione in "Health Management e Politiche Pubbliche" organizzato dal CERISDI (2012/2013)

Anno accademico 2011/2012 (3 CFU) Insegnamento di Diritto Internazionale dei conflitti armati e Diritto dell'Unione europea per il Corso di Laurea in Scienze della Difesa e della Sicurezza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2011/2012 (3 CFU) Insegnamento di Diritto pubblico comparato per il Corso di Laurea in Giurisprudenza dell'Università Kore di Enna

Anno accademico 2010/2011 (20 ore) Insegnamento di diritto pubblico e delle autonomie locali per il Corso di Laurea in Sociologia e servizio sociale dell'Università di Urbino

Titolare di un contratto di insegnamento di diritto dell'Unione europea per il Corso per "Mediatore familiare" organizzato dallo IAL-CISL di Catania (2009/2010)

Anno accademico 2009/2010 (2 CFU) Insegnamento di diritto costituzionale italiano e comparato per il Corso di Laurea in l'Università di Catania

Attività didattica all'estero:

Aprile 2021 Insegnamento di *European Constitutional Law* al *Curso intensivo* dell'Universidade de Lisboa

Aprile 2020 Insegnamento di *European Constitutional Law* al *Curso intensivo* dell'Universidade de Lisboa

Aprile 2019 Insegnamento di *European Constitutional Law* al *Curso intensivo* dell'Universidade de Lisboa

Aprile 2018 Insegnamento di *European Constitutional Law* al *Curso intensivo* dell'Universidade de Lisboa

Aprile 2017 Insegnamento di *European Constitutional Law* al *Curso intensivo* dell'Universidade de Lisboa

Maggio 2016 Insegnamento al Corso di Laurea di Giurisprudenza dell'Università di Granada

Aprile 2016 Insegnamento di *European Constitutional Law* al *Curso intensivo* dell'Universidade de Lisboa

Dicembre 2012 Insegnamento al Master Oficial in Derecho constitucional europeo (Universidad de Granada)

Periodi certificati di ricerca all'estero:

2 Maggio 2016 – 6 Giugno 2016 Università di Granada

14 Settembre 2015 – 1 Novembre 2015 Università di Montpellier

15 Giugno 2014 – 1 Luglio 2014 Parlamento di Malta

9 Febbraio 2014 – 22 Febbraio 2014 Università di Granada

14 Gennaio 2012 – 13 febbraio 2012 Università di Granada

20 febbraio 2011 – 30 settembre 2011 Università di Lisbona

1 novembre 2009 - 19 febbraio 2011 Università di Granada

21 giugno 2009 – 3 luglio 2009 Università di Bilbao

Premi internazionali:

Elfa Awards 2012, attribuito dall'European Law Faculty Association come secondo classificato per la miglior tesi di dottorato in diritto europeo

Relazioni svolte a convegni e seminari:

2017:

- 1 16 Novembre 2017 (Universidade de Sao Luis de Maranhao) "As instituições do sistema de justiça no contexto da globalização"
- 2 14 Novembre 2017 (Instituto Direito Publico, Brasilia) "Democracia, Direitos Fundamentais e Globalização"
- 3 23 ottobre 2017 (Università Kore di Enna) "Il sistema delle Authorities e le nuove forme di regolazione del mercato in Europa"
- 4 11 maggio 2017 (Università di Granada) "Los nuevos desafíos del constitucionalismo contemporáneo"
- 5 3 aprile 2017 (Università di Catania) "Crisi della rappresentanza e nuove dinamiche della regolazione"
- 6 17 Marzo 2017 (Università di Messina) "Per un nuovo Statuto della Regione Siciliana"
- 7 24 Febbraio 2017 (Università di Catania) "L'Autorità nazionale anticorruzione. Attività regolatoria, Soft law, Stato di diritto"

2016:

- 8 7 Dicembre 2016 (Università di Catania) "Sovranità e rappresentanza: il costituzionalismo nell'era della globalizzazione"
- 9 21 ottobre 2016 (Università di Lecce) "La comparazione giuridica e i suoi metodi: approcci ed esperienze"
- 10 14 ottobre 2016 (Università di Catania) "L'orizzonte giuridico dell'Internet. Giornata di studi in memoria di Vittorio Frosini"
- 11 13 ottobre 2016 (Università Kore di Enna) "Sovranità digitale e mercato unico europeo"
- 12 5 maggio 2016 (Universidad de Granada) "El futuro de Europa: gobernanza económica e integración política"
- 13 1 aprile 2016 (Università di Catania) "Riflessioni sul metodo. Il diritto positivo tra forma giuridica e teorie della costituzione materiale"
- 14 11 marzo 2016 (Università di Catania) "Cittadinanza europea e democrazia in Europa. Crisi, rappresentanza e partecipazione"

2015:

- 15 10 dicembre 2015 (Universidad de Granada) "La reforma de la gobernanza económica de la Unión Europea y el progreso de la integración política"
- 16 25 maggio 2015 (Università Kore di Enna) "Società dell'informazione, nuovi diritti e crescita economica"
- 17 13 maggio 2015 (Università di Roma La Sapienza), "Parlamenti nazionali e Unione europea nella governance multilivello"
- 18 11 Febbraio 2015 (Universidad de Granada), "La dimensión del Estado y de las Administraciones Públicas en perspectiva comparada"
- 19 6 Febbraio 2015 (Università di Catania), "Perspectivas nacionales y supranacionales del Derecho constitucional en el contexto de la globalización"

2014:

- 20 2 Dicembre 2014 (Università Kore di Enna) “No Justice Without Life”
- 21 26 Novembre 2014 (Universidad Comillas de Madrid) “Desafíos del constitucionalismo ante la integración Europea”
- 22 10 Ottobre 2014 (Università di Urbino) “Quo Vadis Europa?”
- 23 13 Maggio 2014 (Universidade de Lisboa) “O constitucionalismo do séc. XXI na sua dimensão estadual, supranacional e global
- 24 1 Aprile 2014, (Università Kore di Enna) “Oltre il deficit democratico: il diritto di voto fra democrazia partecipativa e democrazia rappresentativa”
- 25 12 Febbraio 2014 (Universidad de Granada) “La dimensión de la Administración Pública en el contexto de la globalización”

2013:

- 26 12 Dicembre 2013 (Università di Montpellier) “Le Droit constitutionnel européen à l’épreuve de la crise économique et démocratique de l’Europe”
- 27 10 Dicembre 2013 (Università Kore di Enna) “Dove vanno le Primavere arabe?”
- 28 27 Giugno 2013 (Universidad de Valencia) “Current challenges for a changing Europe”
- 29 17 Maggio 2013 (Universidad de Sao Luis de Maranhao) “Transformación del estado, integración supranacional, federalismo y protección multinível de los derechos fundamentales”
- 30 17 Aprile 2013 (Università Kore di Enna) “Cittadinanza europea e tutela dei diritti fondamentali”
- 31 11 Aprile 2013 (Università di Cosenza) “Transizioni e democrazia nei paesi del mediterraneo e del vicino oriente”

2012:

- 32 22 settembre 2012 (Osservatorio dell’Ordine nazionale forense per i diritti umani nei paesi del Mediterraneo) “Immigrati: dall’accoglienza alla tutela. Le forme di tutela degli immigrati nel diritto interno ed internazionale”
- 33 10 maggio 2012 (Università Kore di Enna) “Diritti fondamentali e cooperazione euromediterranea nel quadro della Primavera araba”
- 34 3 maggio 2012 (Università di Bologna) “Le nuove esigenze di tutela dei diritti della persona”
- 35 18 aprile 2012 (Universidad de Granada) “Primavera Árabe, Unión Europea y contexto global”
- 36 13 aprile 2012 (Università Kore di Enna) “Elementi di diritto costituzionale europeo”
- 37 12 marzo 2012 (Università Kore di Enna) “Alla ricerca della dimensione sociale europea”

2011:

- 38 1 dicembre 2011 (Università Kore di Enna) “Costituzione, globalizzazione e tradizione giuridica europea”
- 39 29 novembre 2011 (Università di Catania) “Líneas temáticas de desarrollo del Derecho Constitucional Europeo”
- 40 23 novembre 2011 (Universidad de Sao Paulo) “Lo strano caso della Costituzione ungherese e la necessità di ripensare l’architettura istituzionale europea”
- 41 22 novembre 2011 (Federación de Industrias de São Paulo) “Lo strano caso della Costituzione ungherese e la necessità di ripensare l’architettura istituzionale europea”
- 42 21 novembre 2011 (Istituto de Direito Publico de Brasilia) “Sistemas Federativos e Globalização”

- 43 16 novembre 2011 (Universidade de Sao Luis de Maranhao) “Constituição e Federalismo no Mundo Globalizado”
- 44 26 ottobre 2011 (Università di Urbino) “Crisi globale, declino europeo e rivolte mediterranee”
- 45 1 ottobre 2011 (Università Kore di Enna) “Sovranità e diritti fondamentali”

2010:

- 46 15 settembre 2010 (Universidad de Granada) “La interacción constitucional entre Unión Europea y Estados miembros como factor de desarrollo del Derecho Constitucional Europeo”
- 47 29 maggio 2010 (Associazione italiana di diritto comparato) “Privato, pubblico, globale nelle prospettive del diritto pubblico comparato”
- 48 25 marzo 2010 (Università di Urbino) “Giustizia e diritto nella scienza giuridica contemporanea”
- 49 20 ottobre 2010 (Istituto di sociologia Luigi Sturzo) “Globalizzazione e relazioni internazionali”

2009:

- 50 23 aprile 2009 (Università di Urbino) “L’integrazione europea dopo Lisbona”
- 51 1 ottobre 2009 (Università di Catania) “Primato invertito, sussidiarietà e asimmetria nel Trattato di Lisbona”
- 52 21 ottobre 2009 (Istituto di sociologia Luigi Sturzo, Caltagirone) “Nuove organizzazioni internazionali”

2007:

- 53 16 maggio 2007 (Università di Catania) “La società europea”

2006:

- 54 9 novembre 2006 (Università di Urbino) “Declinazioni costituzionali del principio di sussidiarietà”

Attività editoriale:

Membro del Comitato scientifico della rivista *Teoria e prassi del diritto*

Membro della Direzione di *Diritti regionali*

Membro del Comitato scientifico della *Revista de Derecho Constitucional Europeo*

Membro del Comitato di redazione della rivista *Osservatorio sulle fonti*

Membro del Comitato di redazione della *Rivista della Cooperazione giuridica internazionale*

Membro del Comitato di redazione della rivista *KorEuropa*

Membro del Comitato di redazione della *Revista do Curso de Direito da UFMA*

Partecipazione a progetti di ricerca finanziati

Progetto di Ricerca di Interesse Nazionale 2017 “Framing and Diagnosing the Constitutional Degradation: A Comparative Perspective”

Progetto di Ricerca di Interesse Nazionale 2015 “Soggetto di diritto e vulnerabilità: modelli istituzionali e concetti giuridici in trasformazione”

Progetto della Rete italiana dei centri di documentazione europea per l’anno 2017 “60 anni di Unione europea: sfide e prospettive per l’Europa di oggi e di domani”

Progetto della Rete italiana dei centri di documentazione europea per l’anno 2016 “Un mercato unico digitale per l’Europa”

Progetto della Rete italiana dei centri di documentazione europea per l’anno 2015 “Il nostro mondo, la nostra dignità, il nostro futuro”

Progetto della Rete italiana dei centri di documentazione europea per l’anno 2014 “Il mio voto in Europa: la scelta per il mio futuro”

Progetto della Rete italiana dei centri di documentazione europea per l’anno 2013 “Diritti fondamentali e cittadinanza europea”

Progetto di ricerca di interesse nazionale 2010 – 2011 “Parlamenti nazionali e Unione europea nella governance multilivello”

Altre informazioni:

Componente del Collegio di dottorato in Scienze economiche, aziendali e giuridiche dell’Università Kore di Enna

Responsabile accademico del Centro di Documentazione Europea dell’Università Kore di Enna

Affiliato al Centre d’études et de recherches comparatives constitutionnelles et politiques dell’Università di Montpellier

Componente del Comitato scientifico del Seminario italo – spagnolo di diritto costituzionale

Collaboratore della Cattedra Jean Monnet ad personam tenuta dal prof. Francisco Balaguer Callejon

Collaboratore del Centro di Eccellenza Jean Monnet dell’Università di Granada

Collaboratore della Fondazione Peter Haberle



Marine TOULLIER

French Nationality.

E-mail : marine.toullier@univ-rouen.fr

Tél/Fax : (00 33) 2 32 76 98 20

Professional activity

Management

2013 (5 years) **Director of Master « International and European Law ».**

2007 (11 years) **Director of the International Relations** of the Law Faculty (University of Rouen): Management of the relations with the partners universities in Europe and in the world; establishing exchange strategies (both professors/students); activate partnerships, as co-awarding with French speaking countries (Vietnam, Canada, Africa) ; personal management (pedagogical and logistic) of each student going abroad and coming from abroad; leading the service of the International Relations in coordination with administrative services of the University.

Director of the Master “LL. M European Legal Practice”. Choice of the subjects taught, of the external interveners; coordination with the European Union and the Erasmus Mundus Consortium (Hanover, Lisbon, Vilnius): selection of excellent students from all over the world, together with our embassies and Campus France; personal management of each student coming or going abroad.

Teaching

In France

2005 (13 years) **Senior Lecturer** at Rouen University.

Major subjects taught: International and European Fundamental Rights and Freedoms (Seminar Master 2nd year), European Protection of Human Rights (Master 1st year), European Union Litigation and European Convention on Human Rights litigation (Master 1st year), Legal Methodology (Master 1st year), Fundamental rights and freedoms (Bachelor).

2004-2003 **Capavocat school:** personal coaching to students for entrance examination to the Parisian Bar.

1998-1996 **Paris I Pantheon-Sorbonne University** as Teaching and Research assistant.

(2 years) Teach to students a reasoning structure, a method of comprehension and argumentation from jurisdictional culture and specific knowledge in Constitutional Law.

Lectures abroad

2018 Nov **Leibniz Universität Hannover, Germany**, 2 courses in English "International protection of Human rights"; Practical workshop: European Court of Human Rights case law study.

2018 April **Facoltà di Giurisprudenza dell'Università di Federico II, Naples, Italy**. Practical seminars of resolution of European Cour of Human Rights law cases through role plays: barrister of the parties, European judge).

2018 March **Faculdade de Direito de Lisboa, Lisbon, Portugal**, teaching in English an intensive course on « Globalisation and International protection of Human Rights » (10 hours on a week basis), experience renewed since 2009 + 2010-2015 “Regional Fundamental Rights Protection: American, African and European systems », (10 hours on a week basis).

2017 July **Facoltà di Giurisprudenza dell'Università di Sassari (and in Nuoro Seat), Sardinia, Italy**. Co-organiser of the Summer school on Human rights + Lectures in Italian, English, French.

2017 April **Facoltà di Giurisprudenza dell'Università di Sassari, Sardinia, Italy**, one month contract as “visiting professor”. Lectures in Italian: European convention on Human rights, European Union Law, Human rights Law.

Lectures given in that University and these subjects in the Erasmus framework since 2009.

Nuoro Seat of Sassari University: Conferences on the “violence to women”, given for students and training for lawyers since 2014.

- 2016 July **Leibniz Universität Hannover, Germany**, 3 courses in English: "Effectiveness of the lessons learned from WW2 by the ECourHR: the example of the control over states' derogation in time of emergency" ; "Human rights' place in globalisation" ; "International protection of Human rights". “The paradox of the right to life: the most important right with a relative protection in the ECHR”, Intervention in the congress organised in the occasion of the Erasmus Mundus diploma awarding ceremony 2009-2010.
- 2016 July **Mykolo Romerio Universiteto, Vilnius, Lithuania**, teaching in English, managing the French delegation and participation to the organisation of the « International Human Rights law summer study » (2 weeks) ; experience renewed since July 2009.
- 2014 (1 month) Scholar of **Erasmus Mundus' Program Battuta**, teaching EU Law, European Law, international, European and French Human rights law, Research methodology, Globalisation, Fez, Morocco.
- 2012 June **Università Roma 3, Italy**, teaching in Italian to PHD students on “I diritti della CEDU nella dottrina e la giurisprudenza francese”.
- 2010 April **Università La Sapienza, Rome, Italy**, teaching in Italian to PHD students on « I diritti della CEDU nella dottrina e la giurisprudenza francese ».
Università Roma 3, Italy, teaching in Italian to PHD students on « I diritti della CEDU nella dottrina e la giurisprudenza francese » and at the Master students on « Protezione dei diritti in Europa » ;
- 2009 July **Universidade Católica Portuguesa Lisbon, Portugal**, teaching in English (one week) Summer Academy on « Trafficking in Humans Beings » and "Legal issues on globalisation". Experience renewed since 2007.
- 2009 June **Università Roma 3, Italy**, teaching in Italian to Master students on “La responsabilità da danno ambientale”.
- 2008 (4 months) Scholar of **Erasmus Mundus' Program**, teaching in English EU Law, European Law and Environmental Law at Symbiosis Law College, Pune, **India**.
- 2007 May **Università Roma 3, Italy**, teaching in Italian to Master students on « Dell'Europa del diritto all'Europa dei diritti ».
- 1999-1995 **Urbino's University and Teramo's University (Italy): Teaching** in Italian on French constitutional's justice and Human Rights Law.

Lawyer

- 2002 (6 months) **Barrister's office** generalist in Paris
 Researches, redaction of writ of summons, conclusions, consultations, clients' reception, court proceedings
Court of justice (Tribunal d'Instance) of Antony
 Following police audiences (Petty offences), civil audiences and private sitting
- 1999-1995 (4 years) **Jurist/researcher** – Department of Comparative Law of the Italian Constitutional Court, Rome (Italy)
 Within the framework of integration of French Law in mechanisms of Italian jurisdictional decisions, analyse the interpretation of legal texts by judges and conditions of their application.
- 1995 (6 months) **Internship – French Constitutional Council's legal department (Paris)**
 Work on case law, doctrine and law's analysis to elaborate a Constitutional Council's international position on freedom of thinking.

1995-1994 Scholarship from the Italian Ministry of Foreign affairs
(1 year) Researches in Italian law for the Italian C.N.R. (National centre for researches).

Languages

Italian : Bilingual
English : Speaking: Excellent ; Writing, Reading, Understanding : Good.
French : Mother tongue

Education

- 2003 **European Thesis Prize by European public law Centre**, (Athens) (recompense one of the best law thesis in Europe)
- 2002 **French Thesis prize “Paul Deschanel” from French Chancellery** (rewarding one of the best law thesis in France)
- 2002 “ *Certificat d'aptitude à la profession d'avocat* ” (C.A.P.A.) to enter the **Parisian bar**.
- 2001 **PHD in Comparative Law - University Paris I Pantheon-Sorbonne**
Theme: "Resolving conflicts between fundamental Rights in Constitutional comparative Franco-Italian Law" grade: **very honourable and congratulations unanimous jury, allowed to be published and nominated for an award of PhD** (best grade).
- 1992 **Master 2 Post graduate diploma (D.E.A.) of Public Comparative law of the European states- University Paris I Pantheon-Sorbonne** (grade: Good-enough).
- 1991 **Master 2 Post graduate diploma (D.E.A.) Philosophy of Law - University Paris II Pantheon-Assas** (grade: **Good**)
- 1991 **Master 2 Post graduate diploma (D.E.A.) of Doctrines and political philosophy Policies - University Paris I Pantheon-Sorbonne** (grade: Good-enough).
- 1990 **Master 1 (“Maîtrise”) of Public Comparative law within the framework Erasmus European programme – University Paris II Pantheon-Assas and Bologna (Italy)**

Data processing

Good skills applications such as in Word, Excel, PowerPoint, Access, Outlook.

Publications/Congresses

- 2018 May Conference at Facultad de derecho, Universidad de Zaragoza, Spain on « the right of housing as a Human right ».
- 2018 March “Les valeurs par qui le scandale arrive...”, sous-titre: L’Union européenne, une communauté fondée effectivement sur des valeurs communes ?, Anthemis s.a. et Éditions Nemesis a.s.b.l., Brussels, Belgium, 2018, p. 101.
- 2017 “Effectiveness of the lessons learned from WW2 by the European Court of Human Rights: the example of the control over states’ derogation in time of emergency”, *Journal of International Jurisprudence*, 2017, Volume 3, Issue 1, p. 8-24.
- 2016 Jan. Conference in Rouen University: “control over the state of emergency by the European Court of Human rights, sufficient bulwark against abuses?
- 2016 Dec. Conference in Prague in October 2016 “Should Hungary be sanctioned for violating EU’s values?”.
- 2014 Dec. Conference at Le Havre University: « Globalisation and Fundamental Rights».
- 2004 **Article** in French: « Le juge administratif suprême face à l’équilibre des formes de commerce », à la Revue *A.J.D.A.*, n°15/2004, 19 April 2004, p. 801-810.
- 2003 **Article** in French: « Le refoulement des étrangers à la frontière : quoi de neuf ? », *Les Petites affiches*, 23 August 2005.

- 2001 **Thesis** in French in comparative law – University Paris I Panthéon-Sorbonne.
"La résolution des conflits entre droits fondamentaux en droit constitutionnel comparé franco-italien", 666 p.
- 1999 **Intervention in Italian at Falcone's association conference on "fair trial in France"**, Palermo.
- 1998 **Intervention in Italian at Italian Senate on "Sexual exploiting and minors' work : French experience"**, published in *Rivista dei diritti dell'uomo*, 1998, p. 28-52
- 1991 Participation to **redaction of French national report** at Xth Conference of the European Constitutional courts on **freedom of thinking and freedom of speech**.

Researches

- 1992 **Thesis** for the **Master** Public Comparative law of the European states - University Paris I
Subject : "linguistic minorities' law in Italy" (15,5/20), director F. Moderne
- 1991 **Thesis** for the **Master** Law philosophy - University Paris II
Subject : "Law and history in Giambattista Vico" (17,5/20), director S. Rials
- 1992 **Thesis** for the **Master** Political Sciences - University Paris I
Subject : "Poetic politic of Vico" (16/20), director Ph. Raynaud

Translations

- 1997 Translation of the G. Vassalli's work (president emeritus of the Italian Constitutional court), « State of penal trial in Italy », Librairie de l'Université, 1997, Chêne Bourg, 392p.
- 1991 Translation of the national Italian report - international comparative law association's conference, Athens, 1994 : "Fortune of goods and allowance for board in the divorce by mutual consent", Milano, Giuffrè, p. 73-100

Interests

Lessons and training on brain functioning: to improve it. Travelling : to be in a new environment and understand better the world. Practice sport, especially Breton's dances: to feel well balanced and pleasure. Participate to cultural events: to transcend reality and help me changing it.

CURRICULUM VITAE

1. **FAMILY NAME** : SCHWARTZE
2. **FIRST NAME** : Univ.-Prof. Dr. Andreas
3. **DATE OF BIRTH** : 27th of April 1956
4. **NATIONALITY** : German
5. **CIVIL STATUS** : married / two children
6. **EDUCATION**

Institution	University of Hannover
Date	1997
Degree / Diploma obtained	Habilitation - <i>venia legendi</i> : Civil Law, Civil Procedure, German and European Business Law, Comparative Law and Private International Law

Institution	University of Hannover
Date	1990
Degree / Diploma obtained	Doctorate (<i>summa cum laude</i>)

Institution	European University Institute, Florence, Italy
Date	1990
Degree / Diploma obtained	LL.M. (Master of Legal Studies in Comparative, European and International Law)

Institution	Judicial Authorities of Lower Saxony / University of Hannover
Date	1976 - 1982
Degree / Diploma obtained	State Examination

7. LANGUAGE SKILLS (5 is the highest)

Language	Reading	Speaking	Writing
German	Mother tongue		
English	5	4	4
Italian	4	2	3
French	2	1	1

8. MEMBERSHIP IN PROFESSIONAL BODIES:

- Since 2002: Founding Member of the “Gesellschaft Recht und Ökonomik”
- Since 2000: Founding Member of the “Society of European Contract Law – Secola”
- Since 3/2012: Fellow European Law Institute
- until 2010: Member of the Council for Foreign Activities of Innsbruck University

9. OTHER SKILLS:

- Experience as a practicing lawyer (1982 – 1984);
- Co-coordinator of the ERASMUS-Program at Hannover Law Faculty (1991 – 1997)

10. PRESENT POSITION:

Professor, Chair of European Private Law, Comparative Law and Private International Law, University of Innsbruck (A) – Head of the Department of Private Law

11. PROFESSIONAL EXPERIENCE RECORD

Date	Since 2002
Location	Innsbruck (A)
Company	University of Innsbruck, Law Faculty
Position	University Professor
Description	Chair of European Private Law, Comparative Law and Private International Law - Director of the Department of European, International and Comparative Private Law

Date	2001 / 2002
Location	Rostock (D)
Company	University of Rostock, Law Faculty
Position	Guest Professor (with offer for a chair)
Description	Chair of Civil Law, Commercial Law and Company Law

Date	2000 / 2001
Location	Wuppertal (D)
Company	Bergische Universität
Position	University Professor
Description	Professorship for Private and Business Law

Date	1999 / 2000
Location	Magdeburg (D)
Company	University of Magdeburg
Position	Guest Professor (with offer of a chair)
Description	Professorship for Private and Business Law

Date	1997 / 1999
Location	Frankfurt (Oder) (D)
Company	European University Viadrina
Position	Guest Professor
Description	Professorship for Civil Law

Date	1984 -1997
Location	Hannover (D)
Company	University of Hannover
Position	Assistant / since 1991 Assistant Professor
Description	Research and teaching in civil, commercial, company and private international law

12. KEY QUALIFICATIONS: Teaching and Research in Law

13. FOREIGN EXPERIENCES:

- Teaching and research visits in

Copenhagen, EUI Florence, Athens / Thessaloniki, Southampton, Cardiff, Dublin, Kiev, Strasbourg, Padua, Rotterdam, Pamplona, Rovaniemi, New York, San Antonio / TX, Santiago de Compostela, Istanbul, Zagreb, Minneapolis / MN, Trieste, Lissabon, Brno, Bratislava, New Orleans / LA, Groningen, Kyoto / Tokyo

RESUME

PATRICK RYAN HUGG, J.D., LL.M.

Professor of Law Emeritus
Loyola University College of Law
7213 St. Charles Avenue
New Orleans, LA 70118
Telephone (mobile): 504-220-2938
Email: hugg@loyno.edu

EDUCATION

LL.M.	Tulane University School of Law, 1981 <i>With Distinction</i>
J.D.	University of Louisville, 1978
A.B.	Spring Hill College, 1970

ACADEMIC EXPERIENCE

Teaching and Administration

Law Professor, Loyola University School of Law
1986 – 2016 (30 years), currently Emeritus Professor.

Awarded McAulay Distinguished Professorship, 2000-2016.

Associate Dean, 1990 – 1995.

Director of Loyola Law School International Programs, 1999 – 2013.

Director of Loyola's Summer Legal Studies Program at the University of Vienna, 1994 – 2015.

Chair, International Committee, Southeast Association of Law Schools, 2010 – 2012, 2014 – 2015, 2019 - present.

Courses Taught Include:

International Law, Law of the European Union, International Trade, Common Law Contracts, International Business Transactions, Law of the World Trade Organization, Appellate Advocacy, Introduction to United States Law, Federal Courts, and co-taught Comparative Legal Systems: Austria, Germany, and the U.S (with Prof. H. Hausmaninger).

University Award for Outstanding Research, 2003.

Publications

Book:

A Guide to European Union Commercial Practice, Oceania Publishers (now Oxford University Press), 2003.

Law Review & Journal Articles:

Evolving Constitutional Pluralism in Europe: The Conversation Continues?, Liber Amicorum, A Scott without Borders 97-120, Brussels, September 2015.

The 2014 European Parliament Elections and the Transatlantic Trade and Investment Partnership: Economics and Politics Collide, 24 Journal of Transnational Law & Policy 117 (2015)(with Sheila Wilkinson).

International Experiential Learning with Targeted Field Studies, in 21 Yüzyılda Hukuk Eğitimi (21st Century Legal Education) 239-269 (2014).

Portugal, Europe, and Globalization from the Perspective of Private Law – a Transatlantic Perspective, in Portugal, Europe and the Gloablization of the Law, 28-44 (2013).

Experiential Teaching -- On Steroids: Unexpected Pedagogical Discoveries, with Kathryn Lorio, 15 Loyola University College of Law Journal of Public Interest Law, 195 (2013).

Redefining the European Union's Position in the Emerging Multipolar World: Strong Global Leadership Potential, Restrained by Asymmetry of Power and Dissonant Voices, 20 Tulane J. Int'l & Comp. Law, 145 (2011).

Accession Aspirations Degenerate: A New Chapter for Turkey and the EU, 9 Washington University Global Studies Law Review, 225 (2010).

Symposium Introduction: Emerging Technology and Law in Europe, Loyola University New Orleans College of Law, Law & Technology Annual, 133 (2010).

The New EU Services Directive: Metaphor for Europe Today, Model for Expanding International Harmonization Tomorrow, International Law and Trade 220 (2007).

Cyprus in Europe; Seizing the Momentum of Nice, 34 Vanderbilt Journal of Transnational Law 1293 (2001).

Turkey in Europe; Reconsidering the Luxembourg Exclusion, 23 Fordham Int'l L. 606 (2000).

Transnational Convergence: European Union and American Federalism, 32 Cornell Int'l L. Rev. 43 (1998).

Participant and Co-author of the ABA Central and Eastern European Law Initiative's 2001, Advisory Comment on a comprehensive new Civil Service law for the emerging democratic government in Slovakia.

Participant and Co-author of the ABA Central and Eastern European Law Initiative's 1999, Advisory Comment on a comprehensive new Civil Service law for the emerging democratic government in Albania.

Comparative Models for Legal Education in the United States: Improved Admissions Standards and Professional Training Centers, 30 Valparaiso University Law Review 51 (1995).

Book Review, The Justice From Beacon Hill: The Life and Times of Oliver Wendell Holmes, 38 Loyola Law Review 557 (1992).

A Hybrid Theory of Education Reform, co-authored by Dr. Lou Miron, 36 Loyola Law Review 937 (1991).

Federalism's Full Circle - Relief from Education Discrimination, 35 Loyola Law Review 13 (1989).

Judicial Style: An Exemplar, 33 Loyola Law Review 865 (1987).

International Courses and Presentations:

Guest Professor, University of Silesia Law Faculty, Katowice, Poland, Fall Semester 2018, taught International Trade Law and Introduction to US Law.

Guest Professor, Yeditepe University Law Faculty, Istanbul, Turkey, January – June, 2017, taught Common Law Contracts, International Business Transactions, & Law of the World Trade Organization.

University of Vienna Law Faculty, Director and course instructor for four week intensive course: Comparative Legal Systems, Austria, Germany, and the United States, with Professor Herbert Hausmaninger, 1994 -2015.

University of Vienna Law Faculty, Guest Professor for two seminars, Introduction to United States law; Fall semesters 1995, 2010.

University of Lisbon Law Faculty, Guest Professor, Erasmus intensive course: Introduction to United States Law, 2011- present.

Eötvös Loránd University, Budapest, Hungary, Director and course instructor for the 4 week Moscow-Budapest Summer Program, taught seminar: Current Issues in the European Union.

University of Kirkuk (Iraq) Law Faculty, Invited Speaker, Faculty Colloquium Presentation: Legal Education in the United States, 2010, sponsored by U.S. State Department.

Vytautas Magnus University law faculty, Kaunas, Lithuania, intensive International Trade course, May 2015.

Speaker at the annual meeting of the European Law Faculties Association five times, in Madrid, Spain (2013), Strasbourg, France (2014) Istanbul, Turkey (2015), Groningen, Netherlands (2016) and Turin, Italy (2019).

Speaker, Program in European Private Law for Postgraduates, Constitutional Pluralism in the European Union, University of Silesia in Katowice, Poland, 2015, and in 2017, and co-founder of that university's post-graduate School of U.S. law at that Polish university.

Speaker at Conference on Legal Education in the 21st Century, in Istanbul and Ankara, Experiential Learning on Steroids, Turkey, 2014.

Speaker, Conference for the Celebration of the Centenary of the Law Faculty of the University of Lisbon, Portugal. Topic: Portugal, Europe, and Globalization from the Perspective of Private Law – a Transatlantic Perspective, 2103.

Speaker, Eastern Mediterranean University, Famagusta, Northern Cyprus, “The Reconciliation of Cyprus”, 2005; “U.S. Legal Education in Crisis”, 2014.

Pro Bono Work and Bar Association Service

World Trade Center, New Orleans, Government Affairs Committee 2011 – 2016.

Louisiana Supreme Court, Judicial Campaign Oversight Committee, 2009 – present.

Louisiana Supreme Court, Bar Admissions Committee on Equivalency, 2001 – 2011.

Member, Board of Governors, Louisiana Civil Service League, 2000 – 2016.

Chair, Education Committee, Louisiana Bar Foundation, 2001 – 2005.

Chair, Board of Directors (1999 – 2000) and Executive Committee Member, New Orleans Pro Bono Project, 1995 – 2000.

President, Trinity Mediation Services 1995-96 (founding year) (now Community Mediation Services) and Member Board of Directors from 1995 – 1999.

Academic Fellow, Louisiana Bar Foundation, 1997 – 2011.

Georges Martyn studied Law (1984-89) and Medieval Studies (1989-91) in Leuven (Belgium) and obtained a PhD degree in Law at the Catholic University of Leuven in 1996, with a dissertation on private law legislation in the early-modern Netherlands. He has been *advocaat* (barrister/lawyer) between 1992 and 2008 at the bar of Kortrijk, is now honorary member of the Ghent bar, and is a substitute justice of the peace in Kortrijk since 1999. He is full professor at the Faculty of Law and Criminology of Ghent University, teaching 'History of Public Law', 'General Introduction to Belgian Law' and 'Law & the Humanities'. His publications deal with the history of private and criminal law and legal institutions in the Netherlands in the Early Modern Era, the reception of Roman law, the legal professions, the evolution of the sources of the law in the nineteenth and twentieth centuries and legal iconography and iconology. He is a member of the Belgian Royal Commission for the Edition of the Old Law, member of the board of editors of the Belgian-Dutch legal history review *Pro Memorie* and of *Human(ities &) Rights Global Network Journal*, and co-editor of the series *Studies in the History of Law and Justice*.

CURRICULUM VITAE
(Vicente A. Sanjurjo Rivo)

1.- TÍTULOS ACADÉMICOS

Licenciado en Derecho por la Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela, habiendo realizado los estudios entre los cursos 1989-90 y 1993-1994. Título expedido el 29 de julio de 1994.

Graduado en Derecho por la Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela, a través de la lectura de la memoria de licenciatura el 23 de octubre de 1996, habiendo obtenido la máxima calificación por unanimidad de los miembros del Tribunal.

Doctor en Derecho por la Universidad de Santiago de Compostela tras haber realizado el acto de defensa de la tesis doctoral, bajo la modalidad de doctorado europeo, el 20 de diciembre de 2002, habiendo obtenido la calificación de Sobresaliente cum laude por unanimidad de los miembros del Tribunal. Fecha de expedición del título: 11 de febrero de 2003.

Licenciado en Ciencias Políticas y de la Administración por la Universidad de Santiago de Compostela. Certificación del título expedido el 19 de febrero de 2003.

Diplomado en Docencia Universitaria (13-10-2008) tras acreditar la realización de más de 100 horas de actividades incorporadas al Programa de Formación e Innovación Docente de la USC organizado por el Instituto de Ciencias de la Educación (ICE).

2.- PUBLICACIONES (libros)

a) Individuales

Descentralización territorial y bicameralismo: un estudio comparado de las experiencias constituyentes española e italiana, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, Universidade de Santiago de Compostela (edición en formato CD-ROM), Santiago de Compostela, 2002 (ISBN: 84-9750-166-7).

Senado y modelo territorial, Temas del Senado, Secretaría General del Senado, Dirección de Estudios y Documentación, Departamento de Publicaciones, Madrid, 2004 (ISBN: 84-88802-98-6).

Principio de laicidad y símbolos religiosos. El valor del crucifijo, Bosch Editor, Barcelona, 2017 (ISBN:9788494763908).

b) Colectivos

Roberto L. Blanco Valdés y Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Dov'è la democrazia? Il principio democratico fra ordinamento costituzionale spagnolo ed ordinamento europeo (riflessioni)», en *Il Diritto costituzionale comune europeo. Principi e diritti fondamentali*, coordinado por Michele Scudiero, vol. II, t. I, Jovene Editore, Napoli, 2002, pp. 1-30, (ISBN: 88-243-1446-5).

Roberto L. Blanco Valdés y Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Per comprendere la transizione politica spagnola (un contributo)», en *Costituzionalismo europeo e transizioni democratiche*, coordinado por Silvio Gambino, Giuffrè Editore, Milano, 2003, pp. 447-465, (ISBN: 88-14-10492-1).

José Julio Fernández Rodríguez y Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Las competencias de la comunidad autónoma de Galicia: perspectivas de reforma», en *Repensando o autogoberno: Estudos sobre a reforma do estatuto de Galicia*, coordinado por Xosé Antón Sarmiento Méndez, Servizo de Publicacións da Universidade de Vigo, Vigo, 2005, pp. 181-216, (ISBN: 84-8158-288-3).

Vicente A. Sanjurjo Rivo, «¿Por qué es difícil reformar nuestro Senado?», en *El Estado Autonómico in fieri. La Reforma de los Estatutos de Autonomía*, coordinado por Manuel José Terol Becerra, Instituto Andaluz de Administración Pública, Sevilla, 2005, pp. 347-365, (ISBN: 84-8333-282-5).

José Julio Fernández Rodríguez y Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Acceder o no acceder: ésa es la cuestión», en *Administración electrónica (La ley 11/2007, de 22 de junio, de acceso electrónico de los ciudadanos a los Servicios Públicos y los retos jurídicos del e-gobierno en España)*, Lorenzo Cotino Hueso y Julián Valero Torrijos (coords.), Tirant lo Blanch, Valencia, 2010, pp. 263-289, (ISBN: 978-84-9876-997-5).

Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Constitutional law», en *Bilingual legal dictionary (english-spanish)*, Miguel Abel Souto (coordinator); Luis Iglesias Rábade (Linguistic supervisor), Universidad de Santiago de Compostela, Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico, Santiago de Compostela, 2011, pp. 58-73, (ISBN: 978-84-9887-820-2). (Disponible también en <http://hdl.handle.net/10347/3599>).

Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Constitutional law», en *Multilingual legal dictionary (english-spanish-galician)*, Miguel Abel Souto (coordinator); Luis Iglesias Rábade (Linguistic supervisor), Meubook, Santiago de Compostela, 2012, pp. 17-22, (ISBN: 978-84-15141-69-3).

Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Docencia del futuro, recursos del pasado, y resultados de siempre, o de cuando Bolonia llegó a Santiago», en *El Espacio Europeo de Educación Superior y la educación por competencias*, Pedro Membiela, Natalia Casado y M.^ª Isabel Cebreiros (eds.), Educación Editora, Ourense, 2012, pp. 89-94, (ISBN: 978-84-15524-01-4). También en formato eBook, (ISBN-13: 978-84-15524-06-9).

Vicente A. Sanjurjo Rivo, Begoña López Portas y Ana Gude Fernández, «El estudio del Derecho constitucional: un análisis comparativo entre la licenciatura y el grado», en *FECIES 2012*, Loreto Del Río Bermúdez e Inmaculada Teva Álvarez (comps.), Asociación Española de Psicología Conductual (AEPC), Granada, 2012, pp. 1623-1629, (ISBN-13: 978-84-695-6734-0).

Ana Gude Fernández, Begoña López Portas, Vicente A. Sanjurjo Rivo, «La LO 1/2004, de 28 de diciembre, de medidas de protección integral contra la violencia de género: algunas consideraciones desde el punto de vista jurídico-constitucional», en *La violencia de género. Aspectos médico-legales y jurídico-penales*, María Sol Rodríguez Calvo y Fernando Vázquez-Portomeñe Seijas (dirs.); Gumersindo Guinarte Cabada y José Ignacio Muñoz Barús (coords.), 1ª edic., Tirant lo Blanch, Valencia, 2013, pp. 185-213. (ISBN: 978-84-9033-887-2); (ISBN13:9788490338865).

Vicente A. Sanjurjo Rivo, «La utilización de los medios de comunicación como herramienta docente en la enseñanza del derecho constitucional», en *Experiencias e innovación docente en el contexto actual de la docencia universitaria*, Pedro Membiela, Natalia Casado y M.^ª Isabel Cebreiros (eds.), Educación Editora, Ourense, 2014, pp. 191-195, (ISBN: 978-84-15524-14-4). También en formato eBook, (ISBN-13: 978-84-15524-15-1).

AAVV, *Vocabulario de Criminología (gallego-español-inglés)*, Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico de la USC, Santiago de Compostela, 2015, (233 p.) (ISBN: 978-84-16533-45-9).

Ana Gude Fernández y Vicente A. Sanjurjo Rivo, «Los delitos de violencia de género y su marco constitucional», en *Violencia contra la mujer. Manual de Derecho Penal y Procesal Penal. Adaptado a la Ley 1/2015, de reforma del Código Penal*, Fernando Vázquez-Portomeñe Seijas (dir. y coord.), Tirant lo Blanch, Valencia, 2015, pp. 21-39.

Ana Gude Fernández, Vicente A. Sanjurjo Rivo, Begoña López Portas, «Mujer y acción legislativa en la España democrática», en *Construyendo la igualdad: la feminización del derecho privado. Carmona III*, Torres García, T.F. (dir.), Infante Ruiz, F.J., Otero Crespo, M., Rodríguez González, A. (coords.), Tirant lo Blanch, Valencia, 2017, pp. 811-830.

Vicente A. Sanjurjo Rivo, «El Senado en busca de sentido constitucional», en *Las Cortes Generales*, Alejandro Villanueva Turnes (coord.), Universitas, Madrid, 2019, pp. 75-100. (ISBN 978-84-7991-501-8).

3.- PUBLICACIONES (artículos)

«Federalismo y procedimiento legislativo en Alemania: el peculiar caso del *Bundesrat*», en *Revista de las Cortes Generales*, núm. 40 (1997), pp. 9-37 (ISSN: 0213-0130).

«La Cámara de los Lores: “La persistencia del Antiguo Régimen”», en *Dereito, Revista Xurídica da Universidade de Santiago de Compostela*, vol. 6, núm. 1/1997, pp. 197-218 (ISSN: 1132-9947).

«El Parlamento italiano: ¿bicameralismo perfecto o bicameralismo ilusorio?», en *Revista Huarte de San Juan de la Facultad de Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Pública de Navarra*, núms.3-4/1996-1997, pp. 75-108 (ISSN: 1134-8267).

«Ausencia de modelo territorial y segundas cámaras: los casos de España e Italia», en *Boletín de la Facultad de Derecho de la UNED (Segunda Época)*, núm. 22 (2003), pp. 27-53 (ISSN: 1133-1259).

«Interacción entre Política y Derecho en la configuración de las segundas cámaras española e italiana», en *Revista de Derecho de la Universidad Católica del Norte (Chile)*, vol. 11, núm. 1/2004, pp. 113-132 (ISSN: 0717-5345).

«Diritto costituzionale e storia del diritto: il Senato nel processo costituente spagnolo ed in quello italiano», en *Politica del diritto*, vol. XXXV, núm. 2/2004, pp. 323-346 (ISBN 88-15-10042-3).

«Nuevas instituciones estatutarias ante una eventual reforma del Estatuto de Autonomía de Galicia», en *Dereito, Revista Xurídica da Universidade de Santiago de Compostela*, vol. 17, núm. 2/2008, pp. 171-185 (ISSN 1132-9947).

«La detención de menores inmigrantes no acompañados en la experiencia de los Estados Unidos», en *Revista Española de Derecho Constitucional*, núm. 93 (2011), pp. 107-156 (ISSN: 0211-5743).

«El proceso de Bolonia: mito y realidad», en *Revista Jurídica de Investigación e Innovación Educativa (REJIE)*, núm. 5 (2012), pp. 121-146. (ISSN: 1989-8754). Disponible en <http://www.eumed.net/rev/rejie>

«El nuevo Espacio Europeo de Educación Superior: desafíos e incertidumbres», en *Revista de Derecho UNED (RDUNED)*, núm. 10 (2012), pp. 585-609. (ISSN: 1886-9912).

«Estado constitucional y derecho a la libertad religiosa: especial atención a la manifestación de símbolos religiosos en el ámbito educativo», en *Dereito: Revista Xuridica da Universidade de Santiago de Compostela*, vol. 22, núm. Extra (2013), pp. 653-672 (ISSN 1132-9947).

«Una experiencia docente basada en el trabajo cooperativo y noticias de prensa para la enseñanza/aprendizaje del derecho constitucional en grupos reducidos», en *Revista Innovación Docente en Derecho y Empresa*, núm. 2 (2014), pp. 237-246. (ISSN: 2340-0374).

«El via crucis de los menores inmigrantes no acompañados en los Estados Unidos: breve recorrido histórico de su regulación jurídica», en *Revista de Derecho y Ciencia Política. UNMSM*, vol. 71, núm. 1, (2014), pp. 189-242 (ISSN 0034-7949).

«Dos visiones enfrentadas: estado constitucional y multiculturalismo comunitarista con relación al ejercicio del derecho a la libertad religiosa. Algunos supuestos», en *Revista Derecho Público Iberoamericano*, núm. 7 (2015), pp. 61-81.

«Financiación de partidos políticos y transparencia: crónica de una resistencia», en *Estudios penales y criminológicos*, núm. Extra 38 (2018), pp. 443-477.

«O Senado no permanente punto de mira e a súa posible reforma», en *Administración & cidadanía: revista da Escola Galega de Administración Pública*, vol. 14, núm. 1 (2019), pp. 55-74.

4.- ESTANCIAS DE INVESTIGACIÓN

Estancia de investigación realizada en el Departamento de *Organizzazione Aziendale e Amministrazione Pubblica* de la *Università degli Studi della Calabria* (Italia) en el período comprendido entre el 17 de agosto y el 18 de noviembre de 1998.

Estancia de investigación realizada en el *Institut für Öffentliches Recht* de la *Albert-Ludwigs-Universität Freiburg* (Alemania) durante el período comprendido entre el 4 de octubre y el 24 de noviembre de 2004.

Estancia de investigación realizada en el *Institut für Öffentliches Recht* de la *Albert-Ludwigs-Universität Freiburg* (Alemania) durante el período comprendido entre el 26 de septiembre y el 29 de octubre de 2005.

Estancia de investigación realizada en la Universidad de Oxford, *The Queen's College* (Reino Unido) durante el período comprendido entre el 18 de noviembre y el 23 de diciembre de 2006.

Estancia de investigación realizada en el Real Colegio Complutense de la Universidad de Harvard (Cambridge, Estados Unidos) durante el período comprendido entre el 19 de noviembre y el 22 de diciembre de 2007.

Estancia de investigación realizada en la *London School of Economics and Political Science* (Londres, Reino Unido) durante el período comprendido entre el 17 de noviembre y el 19 de diciembre de 2008.

Estancia de investigación realizada en el *Institute of Advanced Legal Studies* de la Universidad de Londres (Londres, Reino Unido) durante el período comprendido entre el 17 de noviembre y el 19 de diciembre de 2008.

Estancia de investigación realizada en el *Center for Constitutional Studies and Democratic Development (CCSDD)*, centro interuniversitario de la Facultad de Derecho de la Universidad de Bolonia (Italia) y del *Bologna Center* de la *Johns Hopkins University*, durante el período comprendido entre el 16 de noviembre y el 18 de diciembre de 2009.

Estancia de investigación realizada en el *Dipartimento de Scienze Giuridiche "A. Cicu"* de la Universidad de Bolonia (Italia) durante el período comprendido entre el 16 de noviembre y el 18 de diciembre de 2009.

Estancia de investigación realizada en el *Institut für Öffentliches Recht* de la *Albert-Ludwigs-Universität Freiburg* (Alemania) durante el período comprendido entre el 11 de octubre y el 12 de noviembre de 2010.

Russell L. Weaver
3014 Shallcross Way
Louisville, KY 40222
(502) 852-6559 (W)

TEACHING EXPERIENCE

Current Position: Professor of Law and Distinguished University Scholar, Louis D. Brandeis School of Law, University of Louisville (1999-present) (at the University of Louisville since 1982). Associate Dean for Faculty Research & Development (2012-2013).

Courses Taught: Administrative Law; Advanced Constitutional Law; Constitutional Law I & II; Comparative Constitutional Law; Criminal Law; Criminal Procedure I & II; First Amendment; Negotiations; Remedies; & Trial Practice.

U.S. Visitorships: Judge Spurgeon Bell Distinguished Visiting Professor, S. Texas College of Law (1998-99); Herbert Herff Chair of Excellence, Cecil C. Humphreys School of Law, University of Memphis (1992).

Awards: Distinguished University Scholar (University of Louisville) (1999-present); President's Award (University of Louisville) for Outstanding Research, Scholarship and Creative Activity in the Career Achievement category (2002); President's Award (University of Louisville) for Distinguished Service (1998); President's Award (University of Louisville) for Outstanding Research, Scholarship and Creative Activity in the Social Sciences (1993); Louis D. Brandeis School of Law awards for scholarship (1992, 1993, 2001, 2002, 2017 & 2018), teaching (1995), & service (1998); Brown, Todd & Heyburn Fellow (1995-97 & 1998-99); Honorary Associate, Macquarie University School of Law (Sydney, Australia. 1998).

EDUCATION

Legal

Degree: J.D., *cum laude*, University of Missouri, 1978.

Honors and Activities: Order of the Coif; Missouri Law Review; Judge Roy Harper Prize; Omar E. Robinson & Edward Jayne scholarships; & various American Jurisprudence prizes.

Undergraduate

Degree: B.A., University of Missouri, 1974.

Honors and Activities: University of Missouri Speech and Debate Team; speech and

forensics scholarships.

PUBLICATIONS (*selected*)

2020: Russell L. Weaver, *Social Media Platforms and Democratic Discourse*, 23 LEWIS & CLARK L. REV. 1385-1416 (2020).

Russell L. Weaver, *Privacy: The Trans-Atlantic Divide*, MISS. L.J. (2020) (in press).

Russell L. Weaver, *Free Speech in an Internet Era*, 58 LOUISVILLE L. REV. ____ (2020) (in press).

Russell L. Weaver, *Rulemaking in an Internet Era: Dealing with Bots, Trolls & "Form Letters,"* GEORGE MASON L. REV. (2020) (in press).

Russell L. Weaver, *Nationwide Injunctions*, F.I.U. L. REV. (2020) (in press).

Russell L. Weaver, *Introduction: Remedies Discussion Forum*, F.I.U. L. REV. (2020) (in press).

RUSSELL L. WEAVER, MARK D. COLE, STEVEN I. FRIEDLAND, DUNCAN FAIRGRIEVE, ANDRAS KOLTAY & ARNAUD RAYNOUARD, *FREE SPEECH, PRIVACY AND MEDIA: COMPARATIVE PERSPECTIVES* xi-xvi & 1-228 (Carolina Academic Press 2020).

Russell L. Weaver, *Gatekeepers in the Internet Era*, in RUSSELL L. WEAVER, MARK D. COLE, STEVEN I. FRIEDLAND, DUNCAN FAIRGRIEVE, ANDRAS KOLTAY & ARNAUD RAYNOUARD, *FREE SPEECH, PRIVACY AND MEDIA: COMPARATIVE PERSPECTIVES* xi-119-141 (Carolina Academic Press 2020).

Russell L. Weaver & Andras Koltay, *Fake News and Democratic Discourse*, in RUSSELL L. WEAVER, MARK D. COLE, STEVEN I. FRIEDLAND, DUNCAN FAIRGRIEVE, ANDRAS KOLTAY & ARNAUD RAYNOUARD, *FREE SPEECH, PRIVACY AND MEDIA: COMPARATIVE PERSPECTIVES* 143-164 (Carolina Academic Press 2020).

Russell L. Weaver, Duncan Fairgrieve & Andras Koltay, *Privacy: A Post-Snowden Analysis*, in RUSSELL L. WEAVER, MARK D. COLE, STEVEN I. FRIEDLAND, DUNCAN FAIRGRIEVE, ANDRAS KOLTAY & ARNAUD RAYNOUARD, *FREE SPEECH, PRIVACY AND MEDIA: COMPARATIVE PERSPECTIVES* 207-228 (Carolina Academic Press 2019).

Russell L. Weaver & Steven I. Friedland, *Introduction*, in RUSSELL L. WEAVER, MARK D. COLE, STEVEN I. FRIEDLAND, DUNCAN FAIRGRIEVE, ANDRAS KOLTAY & ARNAUD RAYNOUARD, *FREE SPEECH, PRIVACY AND MEDIA: COMPARATIVE*

PERSPECTIVES xi-xvi (Carolina Academic Press 2020).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, LAETITIA TRANCHANT, & GUILHEM GIL (EDS.), TWENTY-FIRST CENTURY REMEDIES: COMPARATIVE PERSPECTIVES 1-242 (Carolina Academic Press 2020).

Russell L. Weaver & Andras Koltay, *Remedies for False Speech*, in RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, LAETITIA TRANCHANT, & GUILHEM GIL (EDS.), TWENTY-FIRST CENTURY REMEDIES: COMPARATIVE PERSPECTIVES 197-217 (Carolina Academic Press 2019).

Russell L. Weaver, *Remedies for Fake News*, in RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, LAETITIA TRANCHANT, & GUILHEM GIL (EDS.), TWENTY-FIRST CENTURY REMEDIES: COMPARATIVE PERSPECTIVES 219-242 (Carolina Academic Press 2019).

Russell L. Weaver & Steven I. Friedland, *Introduction*, in RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, LAETITIA TRANCHANT, & GUILHEM GIL (EDS.), TWENTY-FIRST CENTURY REMEDIES: COMPARATIVE PERSPECTIVES xi-xiv (Carolina Academic Press 2019).

RUSSELL L. WEAVER, THE FIRST AMENDMENT: CASES, PROBLEMS & MATERIALS (6th ed., Carolina Academic Press, 2020) (approximately 20% of this book involved new material and I worked on all of it) (in press)

RUSSELL L. WEAVER, UNDERSTANDING THE FIRST AMENDMENT (7th ed., Carolina Academic Press, 2020) (approximately 20% of this book involved new material) (in press).

RUSSELL L. WEAVER, DAVID F. PARTLETT, MICHAEL B. KELLY & W. JONATHAN CARDI, REMEDIES: A CONTEMPORARY APPROACH 1-1143 (5th ed. 2020).

2019: RUSSELL L. WEAVER, FROM GUTENBERG TO THE INTERNET: FREE SPEECH, ADVANCING TECHNOLOGY AND THE IMPLICATIONS FOR DEMOCRACY 1-295 (Carolina Academic Press, 2nd ed., 2019).

Russell L. Weaver, *Keynote Address: Fake News - Reflections From History*, 25 Southwestern J. Int'l L. 1-8 (2019).

RUSSELL L. WEAVER, SZOLÁS-ES VALLÁSSZABADSÁG AZ AMERIKAI EGYESÜLT ÁLLAMOKBAN 1-520 (2019).

Russell L. Weaver, *The Fourth Amendment: History, Purposes & Remedies*, 52

TEXAS TECH L. REV. 127-147 (2019) (published as part of the Texas Tech L. Review's annual criminal law/criminal procedure symposium).

RUSSELL L. WEAVER, DUNCAN FAIRGRIEVE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), COMPARATIVE PERSPECTIVES ON ADMINISTRATIVE LAW, ADMINISTRATIVE STRUCTURES AND ADMINISTRATIVE DECISIONMAKING i-xiv & 1-137 (Carolina Academic Press 2019).

Russell L. Weaver, *Chevron Under Siege in the Trump Era: Does It Matter?*, in RUSSELL L. WEAVER, DUNCAN FAIRGRIEVE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), COMPARATIVE PERSPECTIVES ON ADMINISTRATIVE LAW, ADMINISTRATIVE STRUCTURES AND ADMINISTRATIVE DECISIONMAKING 115-137 (Carolina Academic Press 2019).

Russell L. Weaver & Duncan Fairgrieve, *Introduction*, in RUSSELL L. WEAVER, DUNCAN FAIRGRIEVE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), COMPARATIVE PERSPECTIVES ON ADMINISTRATIVE LAW, ADMINISTRATIVE STRUCTURES AND ADMINISTRATIVE DECISIONMAKING xi-xiv (Carolina Academic Press 2019).

RUSSELL L. WEAVER, JANE REICHEL & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), COMPARATIVE PERSPECTIVES ON PRIVACY IN AN INTERNET ERA I-XVII & 1-200 (Carolina Academic Press 2019).

Russell L. Weaver, *Privacy and Free Expression*, in RUSSELL L. WEAVER, JANE REICHEL & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), COMPARATIVE PERSPECTIVES ON PRIVACY IN AN INTERNET ERA 181-198 (Carolina Academic Press 2019).

Russell L. Weaver & Jane Reichel, *Introduction*, in RUSSELL L. WEAVER, JANE REICHEL & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), COMPARATIVE PERSPECTIVES ON PRIVACY IN AN INTERNET ERA xiii-xvii (Carolina Academic Press 2019).

RUSSELL L. WEAVER, ANDRÁS KOLTAY, MARK D. COLE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), FREE SPEECH AND MEDIA LAW IN THE TWENTY-FIRST CENTURY V-XV & 1-228 (Carolina Academic Press 2019).

Russell L. Weaver, *The Philosophical Foundations of Free Expression*, in RUSSELL L. WEAVER, ANDRÁS KOLTAY, MARK D. COLE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), FREE SPEECH AND MEDIA LAW IN THE TWENTY-FIRST CENTURY 183-204 (Carolina Academic Press 2019).

Russell L. Weaver & András Koltay, *Introduction*, in RUSSELL L. WEAVER, ANDRÁS KOLTAY, MARK D. COLE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), FREE SPEECH AND MEDIA LAW IN THE TWENTY-FIRST CENTURY xi-xv (Carolina Academic Press 2019).

- WILLIAM FUNK, SIDNEY SHAPIRO, & RUSSELL L. WEAVER, *ADMINISTRATIVE LAW AND PRACTICE: A CONTEMPORARY APPROACH* 1-883 (5th ed., Thomson/West 2018).
- RUSSELL L. WEAVER, JOHN M. BURKOFF & CATHERINE HANCOCK, 2019 SUPPLEMENT TO *CRIMINAL PROCEDURE: A CONTEMPORARY APPROACH* 1-100 (West Academic 2019).
- RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK & JOHN KNECHTLE, 2019 SUPPLEMENT TO *THE FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS* 1-105 (West Academic 2019).
- RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, BRYAN FAIR, JOHN KNECHTLE & RICHARD ROSEN, 2019 SUPPLEMENT TO *CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS* 1-198 (Aspen 2019).
- 2018:** Russell L. Weaver & Gail Richmond, *The Southeastern Association of Law Schools: A Historical Perspective*, 86 U.M.K.C. L. REV. 599-624 (2018).
- Russell L. Weaver, *Political Campaigns in an Internet Era*, IMODEV (2018).
<http://ojs.imodev.org/index.php/RIDDN/article/view/258/418>
- Russell L. Weaver, *Bright Line & Prophylactic Rules: Reflections From Miranda*, 50 TEX. TECH U. L. REV. 33-49 (2018) (published as part of the Texas Tech U. School of Law's annual criminal law symposium).
- Russell L. Weaver & Gail Richmond, *The Southeastern Association of Law Schools: A Historical Perspective*, 86 U.M.K.C. L. REV. 599-624 (2018).
- WILLIAM FUNK, SIDNEY SHAPIRO & RUSSELL L. WEAVER, *ADMINISTRATIVE LAW: A CONTEMPORARY APPROACH* (West Academic, 5th ed. 2018).
- RUSSELL L. WEAVER, JOHN M. BURKOFF & CATHERINE HANCOCK, *CRIMINAL PROCEDURE: A CONTEMPORARY APPROACH* (West Academic, 2d ed., 2018).
- RUSSELL L. WEAVER, JOHN M. BURKOFF & CATHERINE HANCOCK, *CRIMINAL LAW: A CONTEMPORARY APPROACH* (West Academic, 3rd ed., 2018).
- RUSSELL L. WEAVER, JOHN M. BURKOFF, CATHERINE HANCOCK & STEVEN I. FRIEDLAND, *PRINCIPLES OF CRIMINAL PROCEDURE* (West Academic, 6th ed., 2018).
- 2017:** Russell L. Weaver, *Blasphemy Prohibitions and Prosecutions: A U.S. Perspective*, in ANDRAS KOLTAY & JEROEN TEMPERMAN, *BLASPHEMY AND FREEDOM OF EXPRESSION: COMPARATIVE, THEORETICAL AND HISTORICAL REFLECTIONS AFTER*

THE CHARLIE HEBDO MASSACRE 534 (Cambridge U. Press 2017).

Russell L. Weaver & Laurence Boissier, *Gouvernement et transparence à l'ère du numérique: une perspective États-Uni*, in WILLIAM GILLES & IRENE BOUHADANA, REVUE INTERNATIONALE DE DROIT DES DONNÉES ET DU NUMÉRIQUE (VOL. 3) 59-72 (IMODEV 2017).

<http://ojs.imodev.org/index.php/RIDDN/article/view/139/182>

RUSSELL L. WEAVER, MARK D. COLE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), COMPARATIVE PERSPECTIVES ON FREE EXPRESSION, GLOBAL PAPER SERIES (VOL. II) (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver & Steven I. Friedland, *Introduction: Comparative Perspectives on Free Expression*, in RUSSELL L. WEAVER, MARK D. COLE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), COMPARATIVE PERSPECTIVES ON FREE EXPRESSION, GLOBAL PAPER SERIES (VOL. II) xiii-xix (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver, *The Criminalization of Speech: Comparative Perspectives*, in RUSSELL L. WEAVER, MARK D. COLE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), COMPARATIVE PERSPECTIVES ON FREE EXPRESSION, GLOBAL PAPER SERIES (VOL. II) 141-158 (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver, *Striking the Balance Between Free Speech, Defamation and Reputation*, in RUSSELL L. WEAVER, MARK D. COLE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), COMPARATIVE PERSPECTIVES ON FREE EXPRESSION, GLOBAL PAPER SERIES (VOL. II) 237-252 (Carolina Academic Press 2017).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, ARNAUD RAYNOUARD & DUNCAN FAIRGRIEVE (EDS.), CYBERSURVEILLANCE IN A POST-SNOWDEN WORLD: BALANCING THE FIGHT AGAINST TERRORISM & FUNDAMENTAL RIGHTS, GLOBAL PAPER SERIES (VOL. VI) (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver, Andras Koltay, Duncan Fairgrieve & Steven I. Friedland, *Cybersurveillance: American, Hungarian and British Perspectives*, in RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, ARNAUD RAYNOUARD & DUNCAN FAIRGRIEVE (EDS.), CYBERSURVEILLANCE IN A POST-SNOWDEN WORLD: BALANCING THE FIGHT AGAINST TERRORISM & FUNDAMENTAL RIGHTS, GLOBAL PAPER SERIES (VOL. VI) 25-50 (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver, Duncan Fairgrieve & Steven I. Friedland, *Introduction: Cybersurveillance Discussion Forum – Balancing the Fight Against Terrorism & Fundamental Rights*, in RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, ARNAUD RAYNOUARD & DUNCAN FAIRGRIEVE (EDS.), CYBERSURVEILLANCE IN A POST-SNOWDEN WORLD: BALANCING THE FIGHT AGAINST TERRORISM & FUNDAMENTAL

RIGHTS, GLOBAL PAPER SERIES (VOL. VI) xi-xvi (Carolina Academic Press 2017).

FRANÇOIS LICHÈRE & RUSSELL L. WEAVER (EDS.), REMEDIES & PROPERTY (VOL. III) (Press University Aix Marseille 2017).

Russell L. Weaver, *Perspectives on Property Remedies*, in FRANÇOIS LICHÈRE AND RUSSELL L. WEAVER (EDS.), REMEDIES AND PROPERTY (VOL. 3) 119-127 (Press University Aix-Marseille 2017).

Russell L. Weaver, *Introduction*, in FRANÇOIS LICHÈRE AND RUSSELL L. WEAVER (EDS.), REMEDIES AND PROPERTY (VOL. 3) 7-9 (Press University Aix-Marseille 2017).

Russell L. Weaver, *Governmental Transparency and Openness in a Digital Era: Transparency, Privacy and Democracy*, in ANNA-SARA LIND, JANE REICHEL & INGER OSTEDAHL (EDS.), TRANSPARENCY IN THE FUTURE: SWEDISH OPENNESS 250 YEARS 159-176 (2017).

Russell L. Weaver, *Free Speech and Transparency in the Digital Era*, in WILLIAM GILLES & IRENE BOUHADANA (EDS.), PRINCIPES ET APPROCHES COMPARÉE DES GOUVERNEMENTS OUVERTS, REVUE INTERNATIONALE DES GOUVERNEMENTS OUVERTS (VOL. 4) 35-48 (IMODEV 2017).
<http://ojs.imodev.org/index.php/RIDDN/article/view/180/293>

Russell L. Weaver, *Transparency, Privacy and Democracy in a Digital Era*, in WILLIAM GILLES & IRENE BOUHADANA (EDS.), PRINCIPES ET APPROCHES COMPARÉE DES GOUVERNEMENTS OUVERTS, REVUE INTERNATIONALE DES GOUVERNEMENTS OUVERTS (VOL. 3) 49-64 (IMODEV 2017).
<http://ojs.imodev.org/index.php/RIGO/article/view/190>

RUSSELL L. WEAVER, HERWIG C.H. HOFFMAN, CHENG-YI HUANG, & STEVEN I. FRIEDLAND ED., COMPARATIVE PERSPECTIVES ON ADMINISTRATIVE PROCEDURE, GLOBAL PAPERS SERIES (VOL. III) (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver, Herwig H.C. Hoffman & Cheng-Yi Huang, *Introduction*, in RUSSELL L. WEAVER, HERWIG C.H. HOFFMAN, CHENG-YI HUANG, & STEVEN I. FRIEDLAND, ED., COMPARATIVE PERSPECTIVES ON ADMINISTRATIVE PROCEDURE, GLOBAL PAPERS SERIES (VOL. III) 3-8 (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver, *Administrative Searches and the Need for Reform*, in RUSSELL L. WEAVER, HERWIG C.H. HOFFMAN, CHENG-YI HUANG, & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), COMPARATIVE PERSPECTIVES ON ADMINISTRATIVE PROCEDURE, GLOBAL PAPERS SERIES (VOL. III) 197-212 (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver, *The Proliferation of Administrative Searches in the Modern Administrative State*, in RUSSELL L. WEAVER, HERWIG C.H. HOFFMAN, CHENG-YI HUANG, & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), *COMPARATIVE PERSPECTIVES ON ADMINISTRATIVE PROCEDURE*, GLOBAL PAPERS SERIES (VOL. III) 255-270 (Carolina Academic Press 2017).

RUSSELL L. WEAVER, ARNAUD RAYNOUARD, DUNCAN FAIRGRIEVE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), *COMPARATIVE PERSPECTIVES ON REMEDIES: VIEWS FROM FOUR CONTINENTS*, GLOBAL PAPERS SERIES (VOL. V) (Carolina Academic Press 2017).

Duncan Fairgrieve, Arnaud Raynouard & Russell L. Weaver, *Remedies: Comparative Law Perspectives*, in RUSSELL L. WEAVER, ARNAUD RAYNOUARD, DUNCAN FAIRGRIEVE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), *COMPARATIVE PERSPECTIVES ON REMEDIES: VIEWS FROM FOUR CONTINENTS* (VOL. V) 211-231 (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver & Steven I. Friedland, *Introduction: Comparative Perspectives on Remedies: Views From Four Continents*, in RUSSELL L. WEAVER, ARNAUD RAYNOUARD, DUNCAN FAIRGRIEVE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), *COMPARATIVE PERSPECTIVES ON REMEDIES: VIEWS FROM FOUR CONTINENTS* (VOL. V) xiii-xvii (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver, *Free Speech Remedies: Comparative Perspectives*, in RUSSELL L. WEAVER, ARNAUD RAYNOUARD, DUNCAN FAIRGRIEVE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), *COMPARATIVE PERSPECTIVES ON REMEDIES: VIEWS FROM FOUR CONTINENTS* (VOL. V) 285-300 (Carolina Academic Press 2017).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, WILLIAM GILLES & IRENE BOUHADANA (EDS.), *PRIVACY IN A DIGITAL AGE: PERSPECTIVES FROM TWO CONTINENTS*, GLOBAL PAPER SERIES (VOL. IV) (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver, Duncan Fairgrieve & Steven I. Friedland, *Introduction: Privacy in a Digital Age*, in RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, WILLIAM GILLES & IRENE BOUHADANA (EDS.), *PRIVACY IN A DIGITAL AGE: PERSPECTIVES FROM TWO CONTINENTS*, GLOBAL PAPER SERIES (VOL. IV) xi-xv (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver, Steven I. Friedland & Lia Epperson, *Privacy in a Digital Age*, in RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, & IRENE BOUHADANA (EDS.), *PRIVACY IN A DIGITAL AGE: PERSPECTIVES FROM TWO CONTINENTS*, GLOBAL PAPER SERIES (VOL. IV) 141-157 (Carolina Academic Press 2017).

RUSSELL L. WEAVER & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), *RECENT DEVELOPMENTS IN*

ADMINISTRATIVE LAW & ALTERNATIVE DISPUTE RESOLUTION, GLOBAL PAPERS SERIES (VOL. I) (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver & Steven I. Friedland, *Introduction: Eighth Administrative Law Discussion Forum*, in RUSSELL L. WEAVER & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), RECENT DEVELOPMENTS IN ADMINISTRATIVE LAW & ALTERNATIVE DISPUTE RESOLUTION, GLOBAL PAPERS SERIES (VOL. I) xi-xiii (Carolina Academic Press 2017).

Russell L. Weaver, *Governmental Transparency and the War on Terror*, in RUSSELL L. WEAVER & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), RECENT DEVELOPMENTS IN ADMINISTRATIVE LAW & ALTERNATIVE DISPUTE RESOLUTION, GLOBAL PAPERS SERIES (VOL. I) 161-171 (Carolina Academic Press 2017).

RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK & JOHN KNECHTLE, THE FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis, 5th ed., 2017).

RUSSELL L. WEAVER, UNDERSTANDING THE FIRST AMENDMENT (LexisNexis, 6th ed., 2017).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, BRYAN FAIR, JOHN KNECHTLE & RICHARD ROSEN, CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (4th ed., Aspen, 2017).

RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK & JOHN KNECHTLE, 2017 SUPPLEMENT TO THE FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis, 5th ed., 2017).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, BRIAN FAIR, JOHN KNECHTLE & RICHARD ROSEN, 2017 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (4th ed., Aspen, 2017).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN BURKOFF, CATHERINE HANCOCK, STEVEN I. FRIEDLAND, JANET C. HOFFEL & STEVEN SINGER, 2017 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: A CONTEMPORARY APPROACH (West Academic 2017).

2016: Russell L. Weaver, *Defamation and Democracy*, in ANDREW KENYON (EDS.), COMPARATIVE DEFAMATION AND PRIVACY LAW SPEECH 82-95 (Oxford U. Press 2016) (this paper was published as part of the University of Melbourne's symposium on defamation and privacy).

RUSSELL L. WEAVER, MARK D. COLE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), COMPARATIVE PERSPECTIVES ON FREE EXPRESSION, DEFAMATION & CRIMINAL

LAW (Carolina Academic Press 2016).

Russell L. Weaver, *Citizen Participation in an Internet Era*, in WILLIAM GILLES & IRENE BOUHADANA, REVUE INTERNATIONALE DES GOUVERNEMENTS OUVERTS (Vol. 3) 15-28 (2016).

<http://ojs.imodev.org/index.php/RIGO/article/view/134/165>

Russell L. Weaver, *Free Speech and "True Threats" in a Digital Era*, in RUSSELL L. WEAVER, MARK D. COLE & STEVEN I. FRIEDLAND (EDS.), COMPARATIVE PERSPECTIVES ON FREE EXPRESSION, DEFAMATION & CRIMINAL LAW 127-137 (Carolina Academic Press 2016).

Russell L. Weaver, *Preface*, in IRENE BOUHADANA, WILLIAM GILLES & IRIS NGUYEN-DUY (EDS.), PARLIAMENTS IN THE OPEN GOVERNMENT ERA 3-5 (2016).

Russell L. Weaver, *Congress and Transparency*, in IRENE BOUHADANA, WILLIAM GILLES & IRIS NGUYEN-DUY (EDS.), PARLIAMENTS IN THE OPEN GOVERNMENT ERA 93-102 (2016).

Russell L. Weaver, *Environmental Transparency in a Digital Era*, in IRÈNE BOUHADANA, WILLIAM GILLES, RICHARD CALLAND & PATRICIA JONASON (EDS.), THE IMPACT OF TRANSPARENCY IN INTERNATIONAL CLIMATE ISSUES 85-97 (2016).

<http://ojs.imodev.org/index.php/RIDDN/article/view/152/224>

RUSSELL L. WEAVER, DAVID F. PARTLETT, MICHAEL B. KELLY & W. JONATHAN CARDI, REMEDIES: A CONTEMPORARY APPROACH (West Academic, 4th ed., 2016).

RUSSELL L. WEAVER, EDWARD C. MARTIN, ANDREW R. KLEIN, PAUL J. ZWIER II, & JOHN H. BAUMAN, MASTERING TORT LAW (LexisNexis, 2nd ed., 2016).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN M. BURKOFF, CATHERINE HANCOCK, JANET C. HOFFEL, STEPHEN SINGER & STEVEN I. FRIEDLAND, PRINCIPLES OF CRIMINAL PROCEDURE (West Academic, 5th ed., 2016).

RUSSELL L. WEAVER, MICHAEL B. KELLY & EAINÉ SHOBEN, PRINCIPLES OF REMEDIES (West Academic, 3rd ed., 2016).

RUSSELL L. WEAVER, DAVID F. PARTLETT, MICHAEL B. KELLY & W. JONATHAN CARDI, TEACHER'S MANUAL FOR REMEDIES: A CONTEMPORARY APPROACH (West Academic, 4th ed., 2016).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, BRIAN FAIR, JOHN KNECHTLE & RICHARD ROSEN, 2016 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL

LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen Pub. 2016).

RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK & JOHN KNECHTLE, 2016
SUPPLEMENT TO THE FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS
(LexisNexis 2016).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN BURKOFF, CATHERINE HANCOCK, STEVEN I.
FRIEDLAND, JANET C. HOFFEL & STEVEN SINGER, 2016 SUPPLEMENT TO
CRIMINAL PROCEDURE: A CONTEMPORARY APPROACH (West Academic 2016).

2015: Russell L. Weaver, “*Advice and Consent*” in *Historical Context*, 64 DUKE L.J.
1717 (2015) (published as part of Duke’s annual Administrative Law
Symposium).

Russell L. Weaver, *Governmental Cyber-Surveillance in a Democratic Society*, 72
WASHINGTON & LEE L. REV. 1207 (2015) (published as part of the Washington &
Lee L. Rev.’s cybersurveillance symposium).

Russell L. Weaver, *The Internet & Democracy*, in ANDRÁS KOLTAY,
COMPARATIVE PERSPECTIVES ON THE FUNDAMENTAL FREEDOM OF EXPRESSION
253-268 (2015).

Russell L. Weaver, *Free Speech and Democracy in an Internet Era*, in ANNA-
SARA LIND, JANE REICHEL & INGER OSTERDAHL, INFORMATION AND LAW IN
TRANSITION – FREEDOM OF SPEECH, THE INTERNET, PRIVACY AND DEMOCRACY IN
THE 21ST CENTURY 24 (Liber 2015).

Russell L. Weaver, *The Fourth Amendment and Technologically Based
Surveillance*, 48 TEXAS TECH. L. REV. 231-244 (2015).

IRENE BOUDAHANA, WILLIAM GILLES & RUSSELL L. WEAVER, GOVERNMENTAL
TRANSPARENCY IN THE OPEN GOVERNMENT ERA (IMODEV 2015).

Russell L. Weaver, *Governmental Transparency, Privacy and the Snowden Affair*,
in IRENE BOUDAHANA, WILLIAM GILLES & RUSSELL L. WEAVER,
GOVERNMENTAL TRANSPARENCY IN THE OPEN GOVERNMENT ERA 235-255
(IMODEV 2015).

RUSSELL L. WEAVER & FRANÇOIS LICHÈRE, REMEDIES AND PROPERTY (Vol. 2)
(Presses Universitaires d’Aix-Marseille 2015).

Russell L. Weaver, Guilhem Gil & François Lichère, *Remedies in the Eminent
Domain Context: French & American Perspectives*, in RUSSELL L. WEAVER &

FRANÇOIS LICHÈRE (EDS.), *REMEDIES AND PROPERTY* (Vol. 2) 147-153 (Presses Université Aix-Marseille 2015).

Russell L. Weaver, *Introduction: Third Property Remedies Discussion Forum*, in RUSSELL L. WEAVER & FRANÇOIS LICHÈRE, *REMEDIES AND PROPERTY* (Vol. 2) 7-9 (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2010).

Russell L. Weaver, *Renovating Administrative Procedure: Administrative Searches and the Need for Reform*, in Chengyi, *Papers From the Administrative Discussion Forum* (2015).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN BURKOFF, CATHERINE HANCOCK, STEVEN I. FRIEDLAND, JANET C. HOEFFEL & STEVEN SINGER, *CRIMINAL PROCEDURE: A CONTEMPORARY APPROACH* (West, 2015).

2014: Russell L. Weaver, *The Press and Freedom of Expression*, in ANDRAS KOLTAY (EDS.), *MEDIA FREEDOM AND REGULATION IN THE NEW MEDIA WORLD* 29-44 (2014).

Clive Walker & Russell L. Weaver, *Libelocracy*, 41 J. MALAYSIAN & COMPARATIVE LAW 69-79 (2014).

Russell L. Weaver, *President Obama's Open Government Initiative*, in WILLIAM GILLES & IRENE BOUHADANA, *REVUE INTERNATIONALE DES GOUVERNEMENT OUVERTS: OPEN GOVERNMENT: A COMPARATIVE APPROACH* (VOL. 1) 1-10 (2014).
<http://ojs.imodev.org/index.php/RIGO/article/view/210>

Russell L. Weaver & Steven I. Friedland, *Driving While "Intexticated": Texting, Driving & Punishment*, 47 TEX. TECH L. REV. 101-111 (2014) (published as part of Texas Tech University's annual criminal law/criminal procedure symposium).

Russell L. Weaver & Steven I. Friedland, *Privacy and the Fourth Amendment*, in DIETER DÖRR & RUSSELL L. WEAVER (EDS.), *PERSPECTIVES ON PRIVACY: INCREASING REGULATION IN THE USA, CANADA, AUSTRALIA & EUROPEAN COUNTRIES* 1-17 (DeGruyter Press 2014).

DIETER DÖRR & RUSSELL L. WEAVER (EDS.), *PERSPECTIVES ON PRIVACY: INCREASING REGULATION IN THE USA, CANADA, AUSTRALIA & EUROPEAN COUNTRIES* (DeGruyter Press 2014).

Russell L. Weaver, *Structural Decrees & Unintended Consequences: The Louisville Desegregation Decree*, 38 U.W. AUSTRALIA L. REV. 156-166 (2014).

- WILLIAM FUNK, SIDNEY SHAPIRO, & RUSSELL L. WEAVER, *ADMINISTRATIVE LAW AND PRACTICE: PROBLEMS AND CASES* (West Academic, 5th ed., 2014).
- RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY & JOHN KNECHTLE, *THE FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS* (4th ed. 2014).
- RUSSELL L. WEAVER, DAVID F. PARTLETT, MICHAEL B. KELLY & W. JONATHAN CARDI, *REMEDIES: CASES, PRACTICAL PROBLEMS & EXERCISES* (West, 3rd ed., 2014).
- RUSSELL L. WEAVER, *UNDERSTANDING THE FIRST AMENDMENT* (LexisNexis, 5th ed., 2014).
- RUSSELL L. WEAVER, JOHN BURKOFF, & CATHERINE HANCOCK, *CRIMINAL LAW: A CONTEMPORARY APPROACH* (West Academic, 2nd ed., 2014).
- RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, & RICHARD ROSEN, *INSIDE CONSTITUTIONAL LAW: WHAT MATTERS & WHY* (Aspen, 2d ed., 2014).
- RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, BRIAN FAIR, JOHN KNECHTLE & RICHARD ROSEN, *2014 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS* (3rd ed., Aspen 2014).
- RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY & JOHN KNECHTLE, *2014 SUPPLEMENT TO THE FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS* (LexisNexis, 4th ed., 2014).
- RUSSELL L. WEAVER, JOHN BURKOFF, DONALD E. LIVELY, CATHERINE HANCOCK, JANET C. HOFFEL, STEVEN I. FRIEDLAND & STEVEN SINGER, *2014 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES* (5th ed., Thomson/West 2014).
- 2013:** RUSSELL L. WEAVER, *FROM GUTENBERG TO THE INTERNET: FREE SPEECH, ADVANCING TECHNOLOGY & THE IMPLICATIONS FOR DEMOCRACY* (Carolina Academic Press 2013).
- Russell L. Weaver, *Administrative Searches, Technology & Personal Privacy*, 22 WM. & MARY BILL RT. J. 571 (2013).
- Russell L. Weaver, Duncan Fairgrieve & François Lichère, *The Creation of Transnational Structures Governing Internet Communication*, 78 Mo. L. Rev. 527

(2013).

Russell L. Weaver, *Privacy in an Age of Advancing Technology*, 82 Miss. L.J. 975-996 (2013).

Russell L. Weaver & François Lichere, *The Remedy of Certiorari: French and U.S. Perspectives*, 42 STETSON L. REV. 615 (2013).

Russell L. Weaver, *Enforcement of British Libel Judgments: An American Perspective*, in DAVID CAPPER (ED.), MODERN DEFAMATION LAW: BALANCING REPUTATION AND FREE EXPRESSION 93-114 (Queen's U. Press 2013).

Russell L. Weaver & David F. Partlett, *Teaching Remedies as a Capstone Course*, 57 ST. LOUIS U. L. REV. 609-630 (2013) (this article was published as part of an invited symposium on teaching remedies).

Russell L. Weaver, *NSA Revelations Worth Risk: Debate on Freedoms is One We Must Have*, *The Courier-Journal*, Forum Section (July 4, 2013).

RUSSELL L. WEAVER & FRANÇOIS LICHÈRE (EDS.), REMEDIES AND PROPERTY 1-142 (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2013).

Russell L. Weaver & François Lichere, *Introduction: Seventh Remedies Discussion Forum*, in RUSSELL L. WEAVER & FRANÇOIS LICHÈRE (EDS.), REMEDIES AND PROPERTY 7-8 (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2013).

PASCAL MBONGO & RUSSELL L. WEAVER (EDS.), LE DROIT AMÉRICAIN DANS LA PENSÉE JURIDIQUE FRANÇAISE CONTEMPORAINE: ENTRE AMÉRICAINOPHOBIE ET AMÉRICAINOPHILIE (Institut Universitaire Varenne Collection Colloques & Essais 2013).

Russell L. Weaver, *l'Exceptionnalisme Américain en Matière de Liberté d'Expression*, in PASCAL MBONGO & RUSSELL L. WEAVER (EDS.), LE DROIT AMÉRICAIN DANS LA PENSÉE JURIDIQUE FRANÇAISE CONTEMPORAINE: ENTRE AMÉRICAINOPHOBIE ET AMÉRICAINOPHILIE 267-288 (Institut Universitaire Varenne Collection Colloques & Essais 2013).

Russell L. Weaver & Christina E. Wells, *l'Enseignement du Droit aux États-Unis: Tensions et Effets de la Crise Financière*, in PASCAL MBONGO & RUSSELL L. WEAVER (EDS.), LE DROIT AMÉRICAIN DANS LA PENSÉE JURIDIQUE FRANÇAISE CONTEMPORAINE: ENTRE AMÉRICAINOPHOBIE ET AMÉRICAINOPHILIE 343-358 (Institut Universitaire Varenne Collection Colloques & Essais 2013).

CLIVE WALKER & RUSSELL L. WEAVER (EDS.), FREE SPEECH AND MEDIA IN AN

INTERNET ERA: PAPERS FROM THE FREE SPEECH DISCUSSION FORUM (Carolina Press 2013).

Russell L. Weaver, Clive Walker & Geoffrey J.G. Bennett, *Can Newspapers Survive in an Internet Era?*, published in RUSSELL L. WEAVER (EDS.), FREE SPEECH AND MEDIA IN AN INTERNET ERA 3-27 (Carolina Press 2013) (published as part of a symposium that resulted from the Free Speech Discussion Forum).

Russell L. Weaver, Guilhem Gil, Didier Porrachia & François Lichère, *The Law of Private Nuisance: French and American Perspectives*, published in FRANÇOIS LICHÈRE & RUSSELL L. WEAVER, PROPERTY REMEDIES DISCUSSION FORUM 9-42 (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2013) (this publication involves the papers from the Property Remedies Discussion Forum).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN BURKOFF, DONALD E. LIVELY, CATHERINE HANCOCK, JANET C. HOFFEL, STEVEN I. FRIEDLAND & STEVEN SINGER, CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (5th ed., Thomson/West 2013).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN BURKOFF, DONALD E. LIVELY, CATHERINE HANCOCK, JANET C. HOFFEL, STEVEN I. FRIEDLAND & STEVEN SINGER, CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES: INVESTIGATIVE PROCESSES (5th ed., Thomson/West 2013).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN BURKOFF, DONALD E. LIVELY, CATHERINE HANCOCK, JANET C. HOFFEL, STEVEN I. FRIEDLAND & STEVEN SINGER, CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES: ADJUDICATIVE PROCESSES (5th ed., Thomson/West 2013).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, BRIAN FAIR, JOHN KNECHTLE & RICHARD ROSEN, CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (3rd ed., Aspen, 2013).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN BAUMAN, J. CROSS, ANDREW KLEIN, EDWARD MARTIN & PAUL J. ZWIER II: TORTS: CASES, MATERIALS, PROBLEMS & EXERCISES (4th ed., Lexis Nexis, 2013).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, BRIAN FAIR & RICHARD ROSEN, 2013 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2013).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, BRIAN FAIR & RICHARD ROSEN, 2013 SUPPLEMENT TO FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis 2013).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, RONALD BACIGAL, JOHN BURKOFF, DONALD E. LIVELY, & CATHERINE HANCOCK, 2013 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2013).

2012: Russell L. Weaver, *British Defamation Reform: An American Perspective*, 63 N. IRELAND L.Q. 97-117 (2012) (published as part of the Queens University (Belfast, N. Ireland symposium on defamation).

DIETER DÖRR & RUSSELL L. WEAVER (EDS.), THE RIGHT TO PRIVACY IN LIGHT OF MEDIA CONVERGENCE: PERSPECTIVES FROM THREE CONTINENTS (De Gruyter 2012).

Russell L. Weaver, David F. Partlett & Mark D. Cole, *Protecting Privacy in a Digital Age*, published in DIETER DÖRR & RUSSELL L. WEAVER (EDS.), THE RIGHT TO PRIVACY IN LIGHT OF MEDIA CONVERGENCE: PERSPECTIVES FROM THREE CONTINENTS 1-30 (De Gruyter 2012).

Russell L. Weaver, *Gutenberg and Mass Communication*, published in DIETER DÖRR & UDO FINK, BRANDEIS MEETS GUTENBERG GERMAN-AMERICAN CONVERSATIONS ON LAW 1991-2011: ÖFFENTLICHES UND INTERNATIONALES RECHT BAND (Peter Lang 2012) (to be published as part of the celebration of the Mainz-Louisville faculty exchange relationship).

Russell L. Weaver, Eckart Klein, Dieter Dörr & Udo Fink, *Foreword: Honoring and Remembering the Johannes Gutenberg Faculty of Law -University of Louisville Louis D. Brandeis School of Law Exchange Relationship*, published in DIETER DÖRR & UDO FINK, BRANDEIS MEETS GUTENBERG GERMAN-AMERICAN CONVERSATIONS ON LAW 1991-2011: ÖFFENTLICHES UND INTERNATIONALES RECHT BAND ____ (Peter Lang 2012) (to be published as part of the celebration of the Mainz-Louisville faculty exchange relationship).

RUSSELL L. WEAVER & DONALD E. LIVELY, UNDERSTANDING THE FIRST AMENDMENT (4th ed., LexisNexis 2012).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, JOHN BURKOFF, & CATHERINE HANCOCK, CONCISE HORNBOOK SERIES: PRINCIPLES OF CRIMINAL PROCEDURE (4th ed., Thomson/West 2012).

Russell L. Weaver, *The Fourth Amendment, Privacy & Advancing Technology*, 39 SEARCH & SEIZURE L. REPORT 1-8 (June, 2012).

Russell L. Weaver, *Democracy in an Internet Era*, Aix Law Club Newsletter (June, 2012).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY, & W. SCOTT, 2012 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2012).

RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY & JOHN KNECHTLE, 2012 SUPPLEMENT TO FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis 2012).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, RONALD BACIGAL, JOHN BURKOFF, DONALD E. LIVELY, & CATHERINE HANCOCK, 2012 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2012).

2011: Russell L. Weaver, THE JAMES OTIS LECTURE: *The Fourth Amendment, Privacy and Advancing Technology*, 80 MISS. L.J. 1131-1227 (2011).

David F. Partlett & Russell L. Weaver, *BP Oil Spill: Compensation, Agency Costs and Restitution*, 68 Washington & Lee University Law Review 1341 (2011) (published as part of the Washington & Lee University Law Review's symposium on restitution).

Russell L. Weaver, *The Internet, Free Speech and Crime*, 44 Texas Tech L. Rev. 197-220 (2011) (published as part of the Texas Tech Law Review's criminal law symposium).

Russell L. Weaver, *Brandenburg & Incitement in a Digital Era*, 80 MISS. L.J. 1263-1288 (2011).

Russell L. Weaver & François Lichère, *Independent Executive Agencies in the French and U.S. Constitutional Systems*, published in RUSSELL L. WEAVER & FRANÇOIS LICHÈRE (EDS.), AIX GLOBAL ISSUES IN ADMINISTRATIVE LAW (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2011).

Russell L. Weaver & François Lichère, *Introduction: Aix Global Issues in Administrative Law Forum*, published in RUSSELL L. WEAVER & FRANÇOIS LICHÈRE (EDS.), AIX GLOBAL ISSUES IN ADMINISTRATIVE LAW 8-11 (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2011).

Russell L. Weaver, *The Roberts Court and Campaign Finance: "Umpire" or "Pro-Business Activism,"* 40 STETSON L. REV. 839-859 (2011) (published as part of the Constitutional Law Discussion Forum papers).

Russell L. Weaver, Denis Lemieux & Laverne Jacobs, *Introduction to the Special Issue of the Windsor Yearbook of Access to Justice: Transnational and*

Comparative Administrative Law: Papers from the Sixth Administrative Law Discussion Forum, Québec City, 28 Windsor Yearbook of Access to Justice v-ix (2011).

RUSSELL L. WEAVER & FRANÇOIS, REMEDIES AND ECONOMICS (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2011).

Russell L. Weaver & François Lichere, *Introduction: Remedies Discussion Forum*, in RUSSELL L. WEAVER & FRANÇOIS, REMEDIES AND ECONOMICS (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2011).

Russell L. Weaver & L. Jellum, *Neither Fish Nor Fowl: Administrative Judges in the Modern Administrative State*, 28 Windsor Yearbook of Access to Justice 243-259 (2011) (published as part of the Administrative Law Discussion Forum).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, BRIAN FAIR, JOHN KNECHTLE & RICHARD ROSEN, CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (2d ed., Aspen 2011).

RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY & JOHN KNECHTLE, THE FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (3rd ed., LexisNexis 2011).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, BRIAN FAIR, JOHN KNECHTLE & RICHARD ROSEN, CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (2d ed., Aspen 2011).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN BURKOFF, & CATHERINE HANCOCK, CRIMINAL LAW: A CONTEMPORARY APPROACH (West 2011).

HERWIG C.H. HOFFMAN & RUSSELL L. WEAVER (EDS), TRANSATLANTIC PERSPECTIVES ON ADMINISTRATIVE LAW (Bruylant 2011).

Herwig C.H. Hoffman & Russell L. Weaver, *Transatlantic Perspectives on Administrative Law – Introduction*, in HERWIG C.H. HOFFMAN & RUSSELL L. WEAVER (EDS), TRANSATLANTIC PERSPECTIVES ON ADMINISTRATIVE LAW 1-3 (Bruylant 2011).

Russell L. Weaver, Udo Fink & François Lichere, *Protecting Consumers in an Era of World Trade*, in HERWIG C.H. HOFFMAN & RUSSELL L. WEAVER (EDS), TRANSATLANTIC PERSPECTIVES ON ADMINISTRATIVE LAW (Bruylant 2011).

RUSSELL L. WEAVER & FRANÇOIS LICHÈRE (EDS.), AIX GLOBAL ISSUES IN ADMINISTRATIVE LAW (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2011).

Russell L. Weaver, *Gutenberg and Mass Communication*, published in DIETERDÖRR & UDO FINK, *BRANDEIS MEETS GUTENBERG GERMAN-AMERICAN CONVERSATIONS ON LAW 1991-2011: ÖFFENTLICHES UND INTERNATIONALES RECHT BAND ____* (Peter Lang 2012) (published as part of the celebration of the Mainz-Louisville faculty exchange relationship).

Russell L. Weaver, Eckart Klein, Dieter Dörr & Udo Fink, *Foreword: Honoring and Remembering the Johannes Gutenberg Faculty of Law -University of Louisville Louis D. Brandeis School of Law Exchange Relationship*, published in DIETER DÖRR & UDO FINK, *BRANDEIS MEETS GUTENBERG GERMAN-AMERICAN CONVERSATIONS ON LAW 1991-2011: ÖFFENTLICHES UND INTERNATIONALES RECHT BAND ____* (Peter Lang 2012) (to be published as part of the celebration of the Mainz-Louisville faculty exchange relationship).

Russell L. Weaver, *Democracy in an Internet Era*, Aix Law Club Newsletter (2012).

RUSSELL L. WEAVER, MICHAEL KELLY & ELAINE SHOBEN, *PRINCIPLES OF REMEDIES* (2d ed., Thomson/West 2011).

JOHN BURKOFF & RUSSELL L. WEAVER, *INSIDE CRIMINAL LAW: WHAT MATTERS & WHY* (2d ed., Wolters Kluwer 2011).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY, & W. SCOTT, *2011 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS* (Aspen 2011).

RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY & JOHN KNECHTLE, *2011 SUPPLEMENT TO FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS* (LexisNexis 2011).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, RONALD BACIGAL, JOHN BURKOFF, DONALD E. LIVELY, & CATHERINE HANCOCK, *2011 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES* (Thomson/West 2011).

2010: WILLIAM FUNK, SIDNEY SHAPIRO, & RUSSELL L. WEAVER, *ADMINISTRATIVE LAW AND PRACTICE: PROBLEMS AND CASES* (4th ed., Thomson/West 2010).

RUSSELL L. WEAVER & FRANÇOIS LICHÈRE (EDS.), *RECOGNITION AND ENFORCEMENT OF JUDGMENTS: COMPARATIVE AND INTERNATIONAL PERSPECTIVES* (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2010).

Russell L. Weaver, *Free Speech, Democracy and Enforcement of Foreign Defamation Judgments*, in RUSSELL L. WEAVER & FRANÇOIS LICHÈRE (EDS.),

RECOGNITION & ENFORCEMENT OF JUDGMENTS 268-317 (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2010).

Russell L. Weaver & François Lichere, *Introduction: Remedies Discussion Forum*, in RUSSELL L. WEAVER & FRANÇOIS LICHÈRE (EDS.), RECOGNITION & ENFORCEMENT OF JUDGMENTS 8-12 (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2010).

Russell L. Weaver & David F. Partlett, *The Globalization of Defamation*, reprinted in JEFF BERRYMAN & RICK BIGWOOD, THE LAW OF REMEDIES: NEW DIRECTIONS IN THE COMMON LAW 669-694 (2010).

Russell L. Weaver & François Lichere, *Introduction: Remedies Discussion Forum*, published as part of RUSSELL L. WEAVER & FRANÇOIS LICHÈRE (EDS.), RECOGNITION & ENFORCEMENT OF JUDGMENTS 8-13 (Presses Universitaires d'Aix-Marseille 2010) (published as part of the Remedies Discussion Forum symposium).

Russell L. Weaver, *Attack Ads Pose Perils*, *Courier-Journal*, Forum Page, A-15 (Nov. 5, 2010).

Russell L. Weaver, *Democracy, Freedom of Speech and PolitiFact*, *Courier-Journal*, Forum Page (Oct. 15, 2010).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, RONALD BACIGAL, JOHN BURKOFF, DONALD E. LIVELY, CATHERINE HANCOCK & JANET C. HOEFFEL, CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (4th ed., Thomson/West 2010).

RUSSELL L. WEAVER, DAVID F. PARTLETT, MICHAEL KELLY & J. CARDI, REMEDIES: CASES, PRACTICAL PROBLEMS & EXERCISES (2d ed., Thomson/West 2010).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK & DONALD E. LIVELY, ACING CONSTITUTIONAL LAW (Aspen 2010).

RUSSELL L. WEAVER & WILLIAM ARAIZA, THE FIRST AMENDMENT: QUESTIONS & ANSWERS (LexisNexis 2010).

RUSSELL L. WEAVER & KAREN JORDAN, QUESTIONS & ANSWERS: ADMINISTRATIVE LAW (2d ed., Lexis Nexis 2010).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY, & W. SCOTT, 2010 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2010).

RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY & JOHN KNECHTLE, 2010 SUPPLEMENT TO FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis 2010).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, RONALD BACIGAL, JOHN BURKOFF, DONALD E. LIVELY, & CATHERINE HANCOCK, 2010 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2010).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, JOHN BURKOFF & CATHERINE HANCOCK, 2010 SUPPLEMENT TO CRIMINAL LAW: CASES, PROBLEMS AND EXERCISES (Thomson/West 2010).

2009: Russell L. Weaver, N. Delpierre & L. Boissier, *Governmentally Imposed Truth: An Examination of France's Holocaust Denial Law*, 41 TEXAS TECH. U. L. REV. 495-517 (2009).

Russell L. Weaver, Udo Fink & François Lichere, *Protecting Consumers in an Era of World Trade*, 61 AD. L. REV. 105-114 (2009).

Russell L. Weaver, H. Hoffman, M. Asimow & François Lichere, *Introduction: Administrative Law Discussion Forum*, 61 AD. L. REV. 1-3 (2009).

Russell L. Weaver, *Reliability, Justice and Confessions: The Essential Paradox*, 85 CHI.-KENT L. REV. 179-188 (2009).

Russell L. Weaver, *Frambach v. Dunihue: The Most Underrated Decision*, 42 LOYOLA L. REV. 237 (2009).

Russell L. Weaver, *Introduction: Fifth Remedies Discussion Forum*, 42 LOYOLA L. REV. 1 (2009).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, JOHN BURKOFF, & CATHERINE HANCOCK, CRIMINAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (3d ed., Thomson/West 2009).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN BAUMAN, J. CROSS, ANDREW KLEIN, EDWARD MARTIN & PAUL J. ZWIER II: TORTS: CASES, MATERIALS, PROBLEMS & EXERCISES (3d ed., Lexis Nexis 2009).

RUSSELL L. WEAVER & DONALD E. LIVELY, UNDERSTANDING THE FIRST AMENDMENT (2d ed., LexisNexis 2009).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY & W. SCOTT, INSIDE CONSTITUTIONAL LAW: WHAT MATTERS & WHY

(Aspen 2009).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN BAUMAN, J. CROSS, ANDREW KLEIN, EDWARD MARTIN & PAUL J. ZWIER II: MASTERING TORTS (Carolina Press 2009).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY, & W. SCOTT, 2009 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2009).

RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY & JOHN KNECHTLE, 2009 SUPPLEMENT TO FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis 2009).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, RONALD BACIGAL, JOHN BURKOFF, DONALD E. LIVELY, & CATHERINE HANCOCK, 2009 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2009).

2008: RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK, D., JOHN KNECHTLE & DONALD E. LIVELY, FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS AND PROBLEMS (LexisNexis 2008).

Russell L. Weaver & David F. Partlett, *Remedies as a Capstone Course*, 27 REV. OF LITIGATION 269 (2008) (published as part of a symposium related to the AALS Workshop on Remedies that was held at the 2007 AALS Annual Meeting).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, JOHN BURKOFF, & CATHERINE HANCOCK, CONCISE HORNBOOK SERIES: PRINCIPLES OF CRIMINAL PROCEDURE (3d ed., Thomson/West 2008).

JOHN BURKOFF & RUSSELL L. WEAVER, INSIDE CRIMINAL LAW: WHAT MATTERS & WHY (Aspen 2008).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY, & W. SCOTT, 2008 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2008).

RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY & JOHN KNECHTLE, 2008 SUPPLEMENT TO FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis 2008).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, RONALD BACIGAL, JOHN BURKOFF, DONALD E. LIVELY, & CATHERINE HANCOCK, 2008 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2008).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, JOHN BURKOFF & CATHERINE HANCOCK, 2008 SUPPLEMENT TO CRIMINAL LAW: CASES, PROBLEMS AND EXERCISES (Thomson/West 2008).

2007: RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, RONALD BACIGAL, JOHN BURKOFF, DONALD E. LIVELY, CATHERINE HANCOCK & JANET C. HOEFFEL, CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2007).

Russell L. Weaver, *Miranda at Forty*, 44 SAN DIEGO L. REV. 423 (2007) (published as part of the Criminal Procedure Discussion Forum).

Russell L. Weaver, *The Myth of "Consent,"* 39 TEX. T. L. REV. 1195 (2007) (published as part of Texas Tech's criminal procedure symposium at which I gave a speech in April, 2007).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, JOHN BURKOFF, & CATHERINE HANCOCK, CONCISE HORNBOOK SERIES: PRINCIPLES OF CRIMINAL PROCEDURE (Thomson/West 2007).

RUSSELL L. WEAVER, MICHAEL KELLY & ELAINE SHOBEN, PRINCIPLES OF REMEDIES (Thomson/West 2007).

WILLIAM FUNK, SIDNEY SHAPIRO, & RUSSELL L. WEAVER, SELECTED FEDERAL AND STATE ADMINISTRATIVE AND REGULATORY LAWS (Thomson/West 2007).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY, & W. SCOTT, 2007 SUPPLEMENT TO CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2007).

RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY & JOHN KNECHTLE, 2007 SUPPLEMENT TO FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (LexisNexis 2007).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, RONALD BACIGAL, JOHN BURKOFF, DONALD E. LIVELY, & CATHERINE HANCOCK, 2007 SUPPLEMENT TO CRIMINAL PROCEDURE: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (Thomson/West 2007).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, JOHN BURKOFF & CATHERINE HANCOCK, 2007 SUPPLEMENT TO CRIMINAL LAW: CASES, PROBLEMS AND EXERCISES (Thomson/West 2007).

2006: RUSSELL L. WEAVER, ANDREW KENYON, DAVID F. PARTLETT & CLIVE WALKER, THE RIGHT TO SPEAK ILL: DEFAMATION, REPUTATION & FREE SPEECH (Carolina Press 2006).

Russell L. Weaver, *Should Hate Speech be Criminalized?*, 3 REVUE INTERNATIONALE DE LANGUES JURIDIQUES ET DE DROIT COMPARE 42-49 (2006) .

Russell L. Weaver, *Criminal Defense Representation in the United States: Promises and Paradoxes*, 3 REVUE INTERNATIONALE DE LANGUES JURIDIQUES ET DE DROIT COMPARE 50-57 (2006) .

Russell L. Weaver, *Speech & Technology*, 110 PENN. ST. U. L. REV. 703 (2006).

Russell L. Weaver & David F. Partlett, *Introduction*, 50 N.Y.L.S. L. REV. 1-8 (2006).

Russell L. Weaver & David F. Partlett, *Defamation, Free Speech & Democratic Governance*, 50 N.Y.L.S. L. REV. 57 (2006).

Russell L. Weaver & L. Jellum, *Chenery II and the Development of Federal Administrative Law*, 58 *Ad. L. Rev.* 815 (2006) (published as part of the Administrative Law Discussion Forum symposium).

David F. Partlett & Russell L. Weaver, *Neutral Rules and Free Speech*, 39 AKRON L. REV. 1183 (2006) (published as part of the Remedies Discussion Forum symposium).

RUSSELL L. WEAVER, STEVEN I. FRIEDLAND, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY, & W. SCOTT, CONSTITUTIONAL LAW: CASES, MATERIALS & PROBLEMS (Aspen 2006).

RUSSELL L. WEAVER, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY & JOHN KNECHTLE, THE FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS AND PROBLEMS (LexisNexis 2006).

DONALD E. LIVELY & RUSSELL L. WEAVER, LANDMARK SUPREME COURT CASES: 1974-2005 (Greenwood Pub. Group 2006).

WILLIAM FUNK, SIDNEY SHAPIRO, & RUSSELL L. WEAVER, ADMINISTRATIVE LAW AND PRACTICE: PROBLEMS AND CASES (3d ed., Thomson/West 2006).

2005: Russell L. Weaver, Andrew Kenyon, David F. Partlett & Clive Walker, *Defamation Law & Free Speech: Reynolds v. Times Newspapers and the English Media*, 37 VAND. J. TRANS-NAT'L LAW 1255 (2005).

Russell L. Weaver, *Investigation & Discretion: The Terry Revolution at Forty (almost)*, 109 PENN. ST. U. L. REV. 1205 (2005) (published as part of the Criminal Procedure Discussion Forum symposium).

- RUSSELL L. WEAVER, JOHN BURKOFF & CATHERINE HANCOCK, *CRIMINAL LAW: CASES, PROBLEMS AND EXERCISES* (2d ed., Thomson/West 2005).
- RUSSELL L. WEAVER, JOHN BAUMAN, J. CROSS, ANDREW KLEIN, EDWARD MARTIN & PAUL J. ZWIER II: *TORTS: CASES, MATERIALS, PROBLEMS & EXERCISES* (2d ed., Lexis Nexis 2005).
- Russell L. Weaver, *The Establishment Clause of the United States Constitution*, published in P. RADAN, D. MEYERSON & R. ATHERTON, *LAW AND RELIGION* (Routledge 2005).
- Russell L. Weaver, *The Free Exercise Clause of the United States Constitution*, published in P. RADAN, D. MEYERSON & R. ATHERTON, *LAW AND RELIGION* (Routledge 2005).
- Russell L. Weaver, *The Marketplace of Ideas*, published in DAVID SCHULTZ & JOHN VILE, II *ENCYCLOPEDIA OF CIVIL RIGHTS* 592-93 (2005).
- 2004:** Russell L. Weaver & David F. Partlett, *Defamation, the Media & Free Speech: Australia's Experiment with Expanded Qualified Privilege*, 36 *GEO. WASH. INT'L. L. REV.* 377 (2004).
- Russell L. Weaver, *The Rise and Decline of Structural Remedies*, 41 *SAN DIEGO L. REV.* 1607 (2004) (published as part of the Remedies Discussion Forum symposium).
- Russell L. Weaver, *An APA Provision on Non-Legislative Rules?*, 56 *AD. L. REV.* 1 (2004) (published as part of the Administrative Law Discussion Forum symposium).
- Russell L. Weaver, *The Perils of Being Poor: Indigent Defense and Effective Assistance*, 42 *BRANDEIS L.J.* 435 (2004) (published as part of the Criminal Procedure Discussion Forum symposium).
- Russell L. Weaver, *School Busing, Segregation & Structural Injunctions* (U. Grenoble Press 2004) (symposium in honor of Professor Jean-Philippe Colson of the University of Montpellier Faculty of Law).
- Russell L. Weaver, *The Governor's Spending Plan: A Constitutional "Affront,"* *Courier-Journal*, Forum Section (July 1, 2004).
- Russell L. Weaver, *Speech & Technology*, 110 *PENN. ST. U. L. REV.* 703 (2006).
- Russell L. Weaver & David F. Partlett, *Defamation, Free Speech & Democratic*

Governance, 10 N.Y.L.S. L. REV. 57 (2006) (published as part of the Defamation Discussion Forum symposium).

Russell L. Weaver, Leslie W. Abramson, John Burkoff & Catherine Hancock, *Principles of Criminal Procedure* (West 2004).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, RONALD BACIGAL, JOHN BURKOFF, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY, *CRIMINAL PROCEDURE: CASES, MATERIALS, PROBLEMS & EXERCISES* (West, 2nd ed., 2004).

RUSSELL L. WEAVER, DAVID F. PARTLETT, DONALD E. LIVELY & MICHAEL KELLY, *REMEDIES: CASES, PRACTICAL PROBLEMS & EXERCISES* (West 2004).

2003: Russell L. Weaver, *Like a Ghoul in a Late Night Horror Movie*, 41 BRANDEIS L.J. 587 (2003) (published as part of the First Amendment Discussion Forum symposium).

David F. Partlett & Russell L. Weaver, *Restitution: Ancient Wisdom*, 36 LOY. L.J. 975 (2003) (published as part of the Remedies Discussion Forum symposium).

RUSSELL L. WEAVER & DONALD E. LIVELY, *UNDERSTANDING THE FIRST AMENDMENT* (LexisNexis 2003).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN BURKOFF & CATHERINE HANCOCK, *CRIMINAL LAW: CASES, PROBLEMS AND EXERCISES* (West 2003).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN BAUMAN, J. CROSS, ANDREW KLEIN, EDWARD MARTIN & PAUL J. ZWIER II, *TORTS: CASES, MATERIALS, PROBLEMS & EXERCISES* (Anderson 2003).

2002: Russell L. Weaver, *Heroic Law Teachers: Dean Leonard Gering*, 52 J. LEGAL EDUC. 466 (2002).

Russell L. Weaver, *The Emperor has No Clothes: Christensen, Mead and Dual Deference Standards*, 54 AD. L. REV. 173 (2002).

Russell L. Weaver, *The Undervalued Non-Legislative Rule*, 54 AD. L. REV. 871 (2002) (written for the Administrative Law Discussion Forum).

RUSSELL L. WEAVER & A. HELLMAN, *THE FIRST AMENDMENT: CASES, MATERIALS & PROBLEMS* (LexisNexis 2002).

JOHN KNECHTLE & RUSSELL L. WEAVER, *Belarus*, published in, *LEGAL SYSTEMS OF THE WORLD* (2002).

2001: David F. Partlett & Russell L. Weaver, *Filling Cavities*, 39 BRANDEIS L.J. 677 (2001) (published as part of the Remedies Discussion forum).

RUSSELL L. WEAVER, LESLIE W. ABRAMSON, RONALD BACIGAL, JOHN BURKOFF, CATHERINE HANCOCK, DONALD E. LIVELY, CRIMINAL PROCEDURE: CASES, MATERIALS, PROBLEMS & EXERCISES (West 2001).

WILLIAM FUNK, SIDNEY SHAPIRO, & RUSSELL L. WEAVER, ADMINISTRATIVE LAW AND PRACTICE: PROBLEMS AND CASES (West, 2d ed., 2001).

2000: DONALD E. LIVELY, P. HADDON, D. ROBERTS & RUSSELL L. WEAVER, CONSTITUTIONAL LAW: CASES, HISTORY & DIALOGUES (2d ed., Anderson 2000).

Russell L. Weaver, *Defamation Law in Turmoil: The Challenges Presented by the Internet*, 2000 J. INFORMATION, L. & TECHNOLOGY.

Russell L. Weaver, *Justice and the Sleeping Lawyer*, *Courier-Journal*, Forum Section (Nov. 11, 2000).

Clive Walker & Russell L. Weaver, *The United Kingdom Bill of Rights 1998: The Modernisation of Rights in the Old World*, 33 U. MICH. J. OF L. REFORM (2000).

Russell L. Weaver, *Should Judges Attend Privately Funded Programs?*, *Courier Journal* Forum Section (Oct. 21, 2000).

Russell L. Weaver, *Free Speech, Crime & the Challenge of Advancing Technology*, 14 INT'L REV. OF LAW, COMPUTERS & TECHNOLOGY 25 (2000) (also published in CD Rom form by the British & Irish Legal Technology Education Association).

Russell L. Weaver, *Does "Practicality" Have a Place in the "Canon of Constitutional Law?"*, 17 CONSTITUTIONAL COMMENTARY 341 (2000) (written for, and published as part of, Georgetown University's Constitutional Law Discussion Forum).

1999: Russell L. Weaver, *Striking a Balance: Hate Speech, Freedom of Expression and Non-Discrimination*, 37 ARCHIV DES VOLKERRECHTS 471 (1999).

Russell L. Weaver, *Human Liberty and Freedom of Speech*, 37 ARCHIV DES VOLKERRECHTS 472 (1999).

Russell L. Weaver, *Content Regulation of the Internet* (published as part of the proceedings of the First Asia-Pacific Conference on Cyber-Law) (1999).

Russell L. Weaver, *Free Speech Doctrine in Turmoil: Defamation and the Internet* (published as part of the proceedings of the First Asia-Pacific Conference on Cyber-Law) (1999).

- 1998:** Russell L. Weaver & K. Boehringer, *Implied Rights and the Australian Constitution: A Modified New York Times, Inc. v. Sullivan Goes Down Under*, 8 SETON HALL CONST. L. J. 101 (1998).

RUSSELL L. WEAVER, JOHN BURKOFF, CATHERINE HANCOCK, A. REED & P. SEAGO, READINGS IN CRIMINAL LAW (Anderson 1998).

- 1997:** RUSSELL L. WEAVER, K. STRACHAN, DAVID F. PARTLETT, DONALD E. LIVELY & W. LAWRENCE, MODERN REMEDIES: CASES, PROBLEMS & EXERCISES (West 1997).

Russell L. Weaver, *Hate Speech*, 7 DAITO HOGAKU 291 (1997).

WILLIAM FUNK, SIDNEY SHAPIRO, & RUSSELL L. WEAVER, ADMINISTRATIVE LAW AND PRACTICE: PROBLEMS AND CASES (West 1997).

DONALD E. LIVELY, B. MORANT, A. HAMMOND & RUSSELL L. WEAVER, COMMUNICATIONS LAW: MEDIA, ENTERTAINMENT & REGULATION (Anderson 1997).

M. GLENNON, DONALD E. LIVELY, RUSSELL L. WEAVER, D. ROBERTS & P. HADDON, THE CONSTITUTIONAL LAW ANTHOLOGY (Anderson 1997).

- 1996:** DONALD E. LIVELY, P. HADDON, D. ROBERTS & RUSSELL L. WEAVER, CONSTITUTIONAL LAW: CASES, HISTORY & DIALOGUES (Anderson 1996).

Russell L. Weaver, *Lopez and the Federalization of Criminal Law*, 98 WEST. V. L. REV. 815 (1996).

Russell L. Weaver, *Appellate Structures in Executive Departments and Agencies*, 48 ADMIN. L. REV. 251 (1996).

Russell L. Weaver, *The Developing Law of Libel in Central and Eastern Europe*, 1 COMMUNICATIONS LAW 11 (1996) (with John Knechtle).

Russell L. Weaver, *ALJ Support Systems: Staff Attorneys and Decision Writers*, 15 J. NAT'L ASS'N OF ALJS 89 (1996) (written for the Administrative Conference of the United States).

- 1995:** Russell L. Weaver, *Management of ALJ Offices in Executive Departments and*

- Agencies*, 47 ADMIN. L. REV. 303 (1995) (written for the Administrative Conference of the United States).
- 1994: Clive Walker & Russell L. Weaver, *The Downing Street Declaration*, 8 EMORY I.L.R. 817 (1994).
- Organization of Adjudicative Offices in Executive Branch Agencies* (1994) (written for the Administrative Conference of the United States).
- Russell L. Weaver & John Knechtle, *Constitution Drafting in the Former Soviet Union: The Kyrgyzstan and Belarus Constitutions*, 12 WISC. I.L.R. 29 (1994).
- DONALD E. LIVELY, D. ROBERTS & RUSSELL L. WEAVER, *THE FIRST AMENDMENT ANTHOLOGY* (Anderson 1994).
- 1993: Russell L. Weaver, *A Comment on the Draft Constitution of Belarus*, 3 DAITO HOGAKU 203 (1993) (based on a lecture presented at Daito Bunka University, Tokyo, Japan in May, 1993).
- Russell L. Weaver, *Some Realism About Chevron*, 58 MO. L. REV. 129 (1993).
- Russell L. Weaver & Geoffrey J.G. Bennett, *Is the New York Times "Actual Malice" Standard Really Necessary? A Comparative Perspective*, 53 LA. L. REV. 1153 (1993).
- Russell L. Weaver & Geoffrey J.G. Bennett, *Defamation and Editorial Decisionmaking*, 14 MEDIA LAW 2 (1993).
- 1992: Russell L. Weaver, *Chevron: Martin, Anthony and Format Requirements*, 40 KAN. L. REV. 587 (1992).
- Russell L. Weaver & Eckart Klein, *Stoffpräsentation? Zu den Lehrmethoden an Amerikanischen und Deutschen Rechtsfakultäten*, 33 JURISTISCHE SCHULUNG 272 (1992).
- Russell L. Weaver, *A Foolish Consistency Is the Hobgoblin of Little Minds*, 44 BAYLOR L. REV. 529 (1992).
- Russell L. Weaver & Geoffrey J.G. Bennett, *Broadcasting Bans: A Transatlantic Perspective*, 13 MEDIA LAW 179 (1992).
- Russell L. Weaver, *Evaluating Regulatory Interpretations*, 80 KY. L.J. 987 (1992).

1991: *Judicial Deference to Regulatory Interpretations: Inter-Agency Conflicts*, 43 ALA. L. REV. 35 (1991).

Russell L. Weaver, *Langdell's Legacy: Living With the Case Method*, 36 VILL. L. REV. 517 (1991).

Russell L. Weaver, *Challenging Regulatory Interpretations*, 23 ARIZ. ST. L. REV. 109 (1991).

Russell L. Weaver, *Some Reflections on the Case Method*, 11 LEGAL STUDIES 155 (1991).

1989: Russell L. Weaver, *The N. Ireland Media Ban: Some Reflections on Judicial Review*, 22 VAND. J. OF TRANSNAT'L LAW 1119 (1989).

Russell L. Weaver & J. Jones, *The Deliberative Process Privilege*, 54 MO. L. REV. 281 (1989).

1988: Russell L. Weaver, *Chenery II: A Forty-Year Retrospective*, 40 AD. L. REV. 161 (1988).

1986: Russell L. Weaver, *Retroactive Regulatory Interpretations: An Analysis of Judicial Responses*, 61 NOTRE DAME L. REV. 167 (1986).

1984: Russell L. Weaver, *Judicial Interpretation of Administrative Regulations: The Deference Rule*, 45 U. PITT. L. REV. 587 (1984).

Russell L. Weaver, *Judicial Interpretation of Administrative Regulations: An Overview*, 53 U. CINN. L. REV. 681 (1984) (reprinted in volume 3 of West's Federal Practice Manual).

Russell L. Weaver, *Contemporaneous Construction Discovery: Its Use and Abuse*, 20 WAKE FOREST L. REV. 367 (1984).

STUDENT PUBLICATIONS

Comment, *The Law of Private Nuisance in Missouri*, 44 MO. L. REV. 20 (1979);

Note, *Quasi-in-Rem Jurisdiction and the International Shoe Minimum Contacts Doctrine*, 42 MO. L. REV. 415 (1977);

Note, *Towards Resolving 42 U.S.C. § 1981 with the Right of Privacy and the Right to Associate*, 42 MO. L. REV. 312 (1977).

SPEECHES (and other presentations)

2020: *The Advice and Consent Clause*, Elon University School of Law (Greensboro, N. Carolina, Jan. 17, 2020).

2019: *Artificial Intelligence & Free Speech*, U. Paris I (Sorbonne) Symposium on Open Government and Digital Issues (Paris, France, Nov. 5, 2019).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, University of Missouri School of Law (Columbia, Missouri, September 23, 2019).

Democracy in an Internet Era, Southeastern Association of Law Schools Annual Meeting (Boca Raton, Florida, Aug. 28, 2019).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, U. Stockholm (Stockholm, Sweden, June 19, 2019).

Trans-Atlantic Data Flows, Cyber Security and Privacy Protection, European Law Faculties Association Annual Meeting (Turin, Italy, Apr. 12, 2019).

Defamation: A Half-Century of Change (More or Less), Comparative Defamation and Privacy Law Conference, University of Leeds Faculty of Law (Leeds, England, Apr. 8, 2019).

Social Media Platforms and Democratic Discourse, “Festschrift” in Honor of Professor William Funk, Lewis & Clark Law School (Portland, OR, Apr. 5, 2019).

Transparency, Privacy and Body Cameras, 2019 Technology, Media and Privacy Conference, University of Florida, Frederic G. Levin College of Law (Gainesville, FL, Apr. 4, 2019).

The Fourth Amendment: History, Purposes and Remedies, Texas Tech University School of Law’s Criminal Law Symposium (Lubbock, Texas, Mar. 30, 2019).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology & the Implications for Democracy, Kagawa University (Takamatsu, Japan, Mar. 27, 2019).

The Citizens United Decision, Pepperdine University College of Law (Malibu, California, Jan. 14, 2019).

2018: *Transparency and National Security*, University of Paris I (Sorbonne) (Paris, France, Nov. 13, 2018).

Cybersurveillance in a Post-Snowden Era, University of Milan Faculty of Law (Milan, Italy, Oct. 18, 2018).

"Fake News" in a Digital Era, Southeastern Association of Law Schools Annual Meeting (Boca Raton, FL, Aug. 5, 2018).

Privacy and National Security at the University of Florida Levin College of Law's Technology, Media and Privacy Conference (Gainesville, FL, Apr. 20, 2018).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, Charles Pazmany University Faculty of Law (Budapest, Hungary, Mar. 13, 2018).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, University of North Carolina School of Law (Chapel Hill, N.C., Mar. 1, 2018).

Freedom of Speech and "Fake News," Southwestern University Law School's Law Review Symposium (Los Angeles, CA, Jan. 26, 2018).

Reflections on the Masterpiece Cake Case, Pepperdine University School of Law (Malibu Beach, CA, Jan. 25, 2018).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, Kagawa U. Faculty of Law (Takamatsu, Japan, Jan. 16, 2018).

2017: *The Internet and Democracy: Digital Tools in Political Campaigns*, University of Paris I (Sorbonne) (Paris, France, Nov. 13, 2017).

The Impact of Technology on Presidential Campaigns, Southeastern Association of Law Schools Annual Meeting (Boca Raton, Florida, July 31, 2017).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech and Advancing Technology, Goethe University Faculty of Law (Frankfurt, Germany, July 10, 2017).

Privacy and Free Expression, Uppsala University Faculty of Law (Uppsala, Sweden, June 27, 2017).

The Philosophical Foundations of Free Expression, Charles Pazmany University Faculty of Law (Budapest, Hungary, June 8, 2017).

- The Internet & the U.S. Presidential Election*, U. Aix-Marseille Faculty of Law (Aix en Provence, France, Apr. 11, 2017).
- From Gutenberg to the Internet: Free Speech and Advancing Technology*, Pepperdine University School of Law (Malibu Beach, California, Feb. 7, 2017).
- From Gutenberg to the Internet: Free Speech and Advancing Technology*, University of San Diego School of Law (San Diego, California, Feb. 6, 2017).
- Comparative Perspectives on Holocaust Denial*, Southern Illinois University School of Law (Carbondale, Illinois, Jan. 24, 2017).
- From Gutenberg to the Internet: Free Speech and Advancing Technology*, Savannah Law School (Savannah, Georgia, Jan. 30, 2017).
- From Gutenberg to the Internet: Free Speech and Advancing Technology*, Johannes Gutenberg University, (Mainz, Germany, Jan. 28, 2017).
- 2016:** *Privacy and Freedom of Expression*, Academic Days on Open Government Issues, University of Paris I (Pantheon - Sorbonne) (Paris, France, Dec. 5, 2016).
- Historical Perspectives on the U.S. Constitution*, Filson Historical Society (Louisville, KY, Nov. 4, 2016).
- Surveillance and Privacy in a Free Society*, University of Louisville's Federalist Society's Symposium on NSA Surveillance (Louisville, KY, Nov. 4, 2016).
- Governmental Transparency and Openness in a Digital Era: Transparency, Privacy and Democracy*, Uppsala University's Transparency in the Future: Swedish Openness 250 Years Conference (Uppsala, Sweden, Oct. 25, 2016).
- Media in a Digital Age*, Southeastern Association of Law Schools (Amelia Island, FL, Aug. 31, 2016).
- Perspectives on Property Remedies*, University of Aix-Marseille's conference on property remedies (Aix, France, June 29, 2016).
- Comparative Perspectives on Cybersurveillance*, Université Paris Dauphine PSL Research University's conference on cybersurveillance (Paris, France, June 16, 2016).
- Hate Speech: French and American Perspectives*, Hungarian Academy of Sciences (Budapest, Hungary, Apr. 28, 2016).

Comparative Perspectives on Hate Speech, Charles Pazmany University (Budapest, Hungary, Apr. 27, 2016).

ADR in the Administrative Context, Université Paris - Dauphine (Paris, France, Mar. 11, 2016).

Citizen Participation and Governmental Transparency, University of Paris I symposium entitled International Symposium on Citizen Participation and Collaboration in Promoting Open Government (Paris, France, Mar. 8, 2016).

Cybersurveillance in a Free Society, Elon University School of Law's Law Review Symposium entitled *Body Cameras, Big Data and Privacy: 21st Century Technology, Cybersecurity & the Fourth Amendment* (Greensboro, N.C., Mar. 4, 2016).

Gouvernement et Transparence, XIII^e Colloque International sur le droit et la gouvernance de la société de l'information le droit d'accès à l'information à l'ère du numérique, University of Paris I (Sorbonne) Faculty of Law (Paris, France, Feb. 2, 2016).

The U.S. Legal Education System, Kagawa University Faculty of Law (Jan. 27, 2016).

2015: *The Internet and the Environment*, The Impact of Transparency in International Climate Issues, University of Paris I (Pantheon Sorbonne) (Dec. 8, 2015, Paris, France).

Politics and the U.S. Supreme Court, Université Paris Dauphine PSL Research University (Paris, France, Nov. 24, 2015).

Governmental Cybersurveillance in a Free Society, 10th Future Security Conference (Berlin, Germany, September 17, 2015).

The Philosophical Underpinnings of Free Expression, Southeastern Association of Law Schools' Annual Meeting (Boca Raton, FL, July 27, 2015).

The Internet and Democracy, The Institute for Media Studies (Media Council of Hungary) and Media Studies Research Group (Hungarian Academy of Sciences), symposium on Media Freedom and Regulation in the New Media World (Apr. 24, 2015, Budapest, Hungary).

Governmental Cybersurveillance, Texas Tech University Law Review's Criminal Law Symposium (Apr. 17, 2015, Lubbock, Texas).

Governmental Cybersurveillance, U. Aix-Marseille Faculty of Law (Apr. 7, 2015, Aix, France).

The Religion Clauses of the First Amendment, St. Thomas University School of Law (Mar. 31, 2015, Miami, Florida).

Snowden, Transparency, and the U.S. Cybersurveillance Program, University of Paris I's (Sorbonne) symposium on "Freedom of Information, and Governmental Transparency, in the Open Government Era" symposium (March 11, 2015, Paris, France).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, Elon University School of Law (Feb. 16, 2015, Greensboro, N.C.).

"Advice and Consent" in Historical Perspective, Duke L.J.'s Administrative Law "Is the Appointments Process Broken? Insights From Practice, Process & Theory" Symposium (Feb. , Durham, N.C.).

Governmental Cybersurveillance in a Free Society, Washington & Lee University Law Review's "Cybersurveillance in the Post-Snowden Age" symposium (Jan. 24, 2015, Lexington, VA).

Governmental Cybersurveillance in a Free Society, Washington & Lee University American Public Law Process Program (Jan. 22, 2014, Lexington, VA)

Congress and Transparency, University of Oslo's "Parliaments in the Era of Open Government" symposium (Jan. 15, 2014, Oslo, Norway).

2014: *From Gutenberg to the Internet*, Université Paris Dauphine Faculty of Law (Paris, France, Dec. 3, 2014).

U.S. Public Nuisance Law, Université Aix-Marseille Faculty of Law (Aix, France, Nov. 12 2014).

Free Speech and Democracy in an Internet Era, University of Uppsala Faculty of Law's "Free Speech, the Internet, Privacy and Democracy" symposium (Uppsala, Sweden, Sept. 23, 2014).

N.Y. Times v. Sullivan at Fifty, Southeastern Association of Law Schools' Annual Meeting (Boca Raton, FL, Aug. 1, 2014).

Eminent Domain: French and American Perspectives, Université Aix-Marseille Faculty of Law (Aix, France, June 19, 2014).

Renovating Administrative Procedure: Administrative Searches and the Need for Reform, Institutum Iurisprudentiae, Academica Sinica Faculty of Law (Taipei, Taiwan, June 10, 2014).

The Intersection Between Speech and Crime, Luxembourg University Faculty of Law (Luxembourg, May 21, 2014).

The Constitutional Obligation to Comply with Treaties, Mainz Media Institute's Annual Symposium (Mainz, Germany, May 9, 2014).

Defamation and Democracy, University of Melbourne School of Law's symposium on Defamation and Privacy (Apr. 23, 2014, Melbourne, Australia).

Driving While Intoxicated, Texas Tech University's Eighth Annual Law Review Symposium (Lubbock, TX, Apr. 5, 2014).

The Clash Between the Free Exercise Clause and Gay-Lesbian Rights, Pepperdine University School of Law (Malibu, CA, Apr. 2, 2014).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, University of Mississippi College of Law (Oxford, MI, Feb. 17, 2014).

Transparency, Privacy and the Snowden Revelations, University of Paris I (Sorbonne) (Paris, France Feb. 12, 2014).

Hate Speech: The Dieudonné Case, University of Paris IX (Paris Dauphine) (Paris, France, February 10, 2014).

2013: *From Gutenberg to the Internet*, Perm State University (Perm, Russia, Oct. 19, 2013).

U.S. Administrative Law, Perm State University Faculty of Law Symposium (Perm, Russia, Oct. 18, 2013).

Snowden, the NSA and Governmental Surveillance, Florida Coastal School of Law (Jacksonville, FL, Sept. 10, 2013).

Media Convergence, Southeastern Association of Law Schools Annual Meeting (Palm Beach, FL, Aug. 4, 2013).

The Anti-Islamic Videos: The Government's Ability to Control Hate Speech, Mainz Media Institute's Annual Forum (Mainz, Germany, Apr. 26, 2013).

Administrative Searches, Technology & Personal Privacy, College of William & Mary, Marshall-Wythe School of Law, Administrative Law Symposium in Honor of Charles Koch (Williamsburg, VA, Mar. 15, 2012).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, Pepperdine University School of Law (Malibu, California, Feb. 28, 2013).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, Georgia State University College of Law (Atlanta, Georgia, Jan. 16, 2013).

2012: *The Supreme Court's Affordable Care Act Decision*, Texas Tech University School of Law (Lubbock, Texas, November 8, 2012).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, Faulkner University School of Law (Montgomery, Alabama, Nov. 5, 2012).

Holocaust Denial: French and American Perspectives, U. Aix-Marseille (Aix, France, Oct. 11, 2012).

The Conflict Between "Human Dignity" and Freedom of Expression, Southeastern Association of Law School's Annual Meeting (Amelia Island, Florida, July 29, 2012).

Is American Law "Unique?" A Transatlantic Perspective, delivered at the conference on American Contemporary Law: Identity, Mutations & Debates (Paris, France, June 1, 2012).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, U. Paris I (Sorbonne) (Paris, France, May 31, 2012).

Private and Governmental Threats to Internet Freedom, Mainz Media Institute's Annual Forum (Mainz, Germany, Apr. 26, 2012).

The Establishment Clause and Vouchers, Duquesne University School of Law (Pittsburgh, Pennsylvania, Apr. 16, 2012).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, Elon University School of Law (Charlotte, N. Carolina, Feb. 28, 2012).

The Fourth Amendment & Privacy, Texas Tech University School of Law

(Lubbock, Texas, Feb. 27, 2012).

The Law of Private Nuisance in the United States, University of Aix-Marseille Faculty of Law (Aix, France, Feb. 20, 2012).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, Aix Law Club (Aix, France, Feb. 20, 2012).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, Regent University School of Law (Norfolk, Virginia, Jan. 28, 2012).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, University of Kentucky College of Law (Lexington, Kentucky, Jan. 18, 2012).

2011: *Constitutional Perspectives on the Global Economic Crisis*, University of Montpellier I, Faculty of Law (Montpellier, France, November 24, 2011).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology & the Implications for Democracy, University of Missouri School of Law (Columbia, Missouri, November 18, 2011).

The Underpinnings of Free Expression, Southeastern Association of Law Schools' Annual Meeting (Hilton Head Island, South Carolina, July 24, 2011).

Free Speech in a Period of Excess, at the "Excess in Society & Culture" conference (Poitiers, France, May 20, 2011).

WikiLeaks and Freedom of Expression, Mainz Media Center's annual media law symposium (Mainz, Germany, Apr. 29, 2011).

Free Speech, the Internet and the Criminal Law, Texas Tech University Law Review Symposium (Lubbock, Texas, Apr. 8, 2011).

Freedom of Expression and Speech Repression, Istanbul Bar Association (Istanbul, Turkey, Mar. 29, 2011).

BP Oil Spill: Compensation, Agency Costs and Restitution, Washington & Lee University Law Review's symposium on restitution (Lexington, Virginia, Feb. 25, 2011).

Free Speech, Civility & Tort Liability, Charleston Law Review Symposium on Free Speech & Civil Discourse in the 21st Century (Charleston, S. Carolina, Feb.

18, 2011).

Administrative Agencies and Political Accountability, University of Montpellier Faculty of Law (Montpellier, France, Feb. 4, 2011).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, University of Montpellier I Faculty of Law (Montpellier, France, Feb. 3, 2011).

2010: *From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy*, Texas Tech University School of Law (Lubbock, Texas, Nov. 5, 2010).

From Gutenberg to the Internet: Free Speech, Advancing Technology and the Implications for Democracy, University of Louisville McConnell Center/Federalist Society Forum (Louisville, Kentucky, Sept. 14, 2010).

Media Convergence, Southeastern Association of Law Schools Annual Meeting (Palm Beach, Florida, July 29, 2010).

The Internet, The Decline of Traditional Media, and the Implications for Democracy, University Aix-Marseilles III (Aix, France, Feb. 12, 2010).

Madoff, Ponzi Schemes and Remedies, Association of American Law Schools Annual Meeting (New Orleans, Louisiana, Jan. 8, 2010).

Comparative Research, Association of American Law Schools Annual Meeting (New Orleans, Louisiana, Jan. 7, 2010).

Free Speech, The Internet & Democracy, Federalist Society's Annual Meeting (New Orleans, Louisiana, Jan. 7, 2010).

2009: *Negotiation Techniques in American Culture*, University Paul Valery (Montpellier, France, Nov. 13, 2009).

The Internet, Free Speech and Democracy, University of Louisville's McConnell Center (Louisville, Kentucky, Oct. 28, 2009).

The Fourth Amendment, Technology and Privacy, The James Otis Lecture, University of Mississippi School of Law (Oxford, Mississippi, Sept., 2009).

The Internet, Free Speech and Democracy, Southeastern Association of Law Schools' Annual Meeting (Palm Beach, Florida, Aug. 2, 2009).

The Internet, Free Speech and Democracy, presented to a visiting group of journalists and lawyers from the Republic of Georgia (Louisville, Kentucky, June 26, 2009).

The Internet, Free Speech and Democracy, Mainz Media Institute's annual symposium (Mainz, Germany, Apr. 3, 2009).

Hate Speech, Pace University School of Law (White Plains, New York, Mar. 4, 2009).

Holocaust Denial, University of Louisville Federalist Society symposium (Louisville, Kentucky, Feb. 20, 2009).

Free Speech, Democracy and Technology, University of Louisville Law Review's free speech symposium (Louisville, Kentucky, Feb. 20, 2009).

2008: *Teaching Constitutional Law*, Southeastern Association of Law Schools' Annual Meeting (Palm Beach, Florida, July 31, 2008).

Holocaust Denial, Mainz Media Center's annual symposium (Mainz, Germany, Mar. 28, 2008).

Hate Speech, University of Kentucky College of Law (Lexington, Kentucky, Feb. 19, 2008).

Holocaust Denial, University of Kansas School of Law (Lawrence, Kansas, Jan. 24, 2008).

The Promises and Perils of Comparative Research, Association of American Law Schools' Annual Meeting (New York City, New York, Jan. 3, 2008).

2007: *The Perils of Pragmatism: The Legacy of Justice Sandra Day O'Connor*, University of Louisville's Constitution Day webcast (Louisville, Kentucky, Sept. 17, 2007).

Hate Speech, Southeastern Association of Law Schools' Annual Meeting (Palm Beach, Florida, July 30, 2007).

WFPL "State of Affairs" program on the JCPS desegregation case (Louisville, Kentucky, July 3, 2007).

Free Speech in Times of War or Emergency, Mainz Media Institute's annual symposium (Mainz, Germany, Apr. 20, 2006).

Bolero and Structural Injunctions, Association of American Law Schools' Annual Meeting (Washington, D.C., Jan. 5, 2007).

International Student Exchanges, Association of American Law Schools' Annual Meeting (Washington, D.C., Jan. 5, 2007).

There Must be 50 Ways to Teach Remedies, Association of American Law Schools' Annual Meeting (Washington, D.C., Jan. 3, 2007).

2006: *Negotiations in the United States* presented at the University of Montpellier III (Montpellier, France, Nov. 13, 2006).

The Religion Clauses of the United States Constitution presented to a visiting delegation from Tajekistan (Louisville, Kentucky, Oct. 13, 2006).

The Danish Cartoons, University of Louisville Federalist Society symposium (Louisville, Kentucky, Sept. 12, 2006).

WFPL "State of Affairs" program on the "The Roberts Court" (Louisville, Kentucky, Sept. 1, 2006).

Defamation and Free Speech, Southeastern Association of Law Schools' Annual Meeting (Palm Beach, Florida, July 17, 2006).

The Danish Cartoons, Mainz Media Institute's annual symposium (Mainz, Germany, Apr. 27, 2006).

Defamation and Free Speech, Flinders University Faculty of Law (Adelaide, Australia, Mar. 5, 2006).

Free Speech and the Challenge of Advancing Technology, University of Montpellier I Faculty of Law (Montpellier, France, Feb. 9, 2006).

Religion in the Public Square: Faith in Government and Politics in America Today, Temple Beth-El (St. Petersburg, Florida, Jan. 10, 2006).

2005: *Free Speech, Defamation and the Political Process*, University of Louisville McConnell Center/Federalist Society symposium (Louisville, Kentucky, Sept. 9, 2005).

WFPL "State of Affairs" program on *Free Speech and Defamation* (Louisville, Kentucky, Sept. 8, 2005).

Reflections on the Confirmation Process, Southeastern Association of Law

Schools Annual Meeting (Hilton Head Island, South Carolina, July 18, 2005).

Defamation Standards - How to Balance Freedom of the Press and Protection of Personal Reputation, Mainz Media Law Institute's annual symposium (Mainz, Germany, Apr. 15, 2005).

Drafting Casebook Proposals, Barry University School of Law (Orlando, Florida, Feb. 18, 2005).

WFPL "State of Affairs" program on the death penalty (Louisville, Kentucky, Jan. 13, 2005).

2004: WFPL "State of Affairs" program on the United States Supreme Court (Louisville, Kentucky, Dec. 15, 2004).

WFPL "State of Affairs" program on *Free Speech, the Internet and the Challenge of Advancing Technology* (Louisville, Kentucky, Sept. 9, 2004).

Free Speech, the Internet and the Challenge of Advancing Technology, University of Louisville Federalist Society (Louisville, Kentucky, Sept. 9, 2004).

The Jurisprudence of Justice Sandra Day O'Connor, Southeastern Association of Law Schools Annual Meeting (Kiawah Island, South Carolina, July 31, 2004).

Free Speech, the Internet and the Challenge of Advancing Technology, Mainz Media Law Institute annual symposium (Mainz, Germany, Apr. 24, 2004).

Free Speech in a Democratic Society, University of Louisville's Day of Dialogue on Hate in America (Louisville, Kentucky, Mar. 31, 2004).

Constitution Drafting, University of Montpellier I Faculty of Law (Montpellier, France, Mar. 16, 2004).

2003: *Hate Speech*, University of Louisville's McConnell Center/ Federalist Society's Hate Speech Forum (Louisville, Kentucky, Sept. 10, 2003).

Defamation: A Comparative Perspective, Southeastern Association of Law Schools' Annual Meeting (Amelia Island, Florida, July 25, 2003).

Hate Speech, University of Leeds Faculty of Law's forum on hate speech (Leeds, England, Apr. 14, 2003).

Hate Speech, Mainz Media Institute's annual symposium (Mainz, Germany, Apr. 11, 2003).

Comparative Perspectives on Defamation, University of Sydney Faculty of Law (Sydney, Australia, Mar. 18, 2003).

Hate Speech, University of Western Sydney School of Law (Sydney, Australia, Mar. 14, 2003).

Hate Speech, Macquarie University Division of Law (Sydney, Australia, Mar. 12, 2003).

Hate Speech, University of Montpellier I Faculty of Law (Montpellier, France, Feb. 3, 2003).

2002: *Hate Speech*, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools' Annual Meeting (Kiawah Island, South Carolina, July 30, 2002).

Defamation and Property, Law and Society Annual Meeting (Vancouver, British Columbia, Canada, May 30, 2002).

Problem Based Teaching, Kentucky Council on Postsecondary Education, Innovations in Teaching and Learning conference entitled "Meeting 21st Century Challenges" (Louisville, Kentucky, May 21, 2002).

Implied Rights in Australia, Socio-Legal Studies Association Annual Meeting (Aberystwyth, Wales, Apr. 4, 2002).

Writing Casebook Proposals, Florida Coastal School of Law (Jacksonville, Florida, Feb. 20, 2002).

2001: *A History of the Southeastern Conference of the Association of American Law Schools*, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools Annual Meeting (Hilton Head Island, South Carolina, July 15, 2001).

Constitution Drafting, Socio-Legal Studies Association Annual Meeting (Bristol, England, Apr. 6, 2001).

Defamation and the Internet, Federalist Society Faculty Conference (San Francisco, Calif., Jan. 4, 2001).

2000: *Campaign Finance Reform*, Kentucky Educational Television's "Kentucky Tonight" (Lexington, Kentucky, May 8, 2000).

New York Times Co. v. Sullivan: A Forty Year Retrospective, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools (Captiva Island, Florida, Aug. 3, 2000).

Judicial Implications: Comparative Perspectives, SLSA 2000 Conference (Queens University, Belfast, N. Ireland, Apr. 27, 2000).

Judicial Implications, University of Leeds (Leeds, England, Apr. 17, 2000).

Defamation and the Internet, British-Irish Legal Education Technology Association (Coventry, England, Apr. 13, 2000).

1999: *Content Regulation of the Internet*, First Asia-Pacific Conference on Cyber Law (Putrajaya, Malaysia, Nov. 9, 1999).

Free Speech Doctrine in Turmoil: Defamation and the Internet, First Asia-Pacific Conference on Cyber Law (Putrajaya, Malaysia, Nov. 9, 1999).

Globalization, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools (Hilton Head Island, South Carolina, July 20, 1999).

The President's Power to Wage War, Cadi Ayyad University Faculty of Law (Marrakesh, Morocco, Mar. 16, 1999).

Free Speech, Crime & Advancing Technology, British & Irish Legal Technology Education Association (York, England, Mar. 30, 1999).

N.Y. Times Co. v. Sullivan: Four Decades Later From a Comparative Perspective, S. Texas College of Law (affiliated with Texas A & M University) (Houston, Texas, Feb. 11, 1999).

1997: *Administrative Regulation of Business in the U.S.*, delivered to a visiting delegation of Moldovan judges (Louisville International Cultural Center, Louisville, Kentucky, May 12, 1997).

Defamation and Reporting, University of Leeds Faculty of Law (Leeds, England, Apr. 15, 1997).

1996: *Hate Speech*, Daito Bunka University (Higasi-Matsuyama, Japan, Dec. 3, 1996).

Affirmative Action in the United States, Johannes Gutenberg-Universität's *Should Women be Treated as Minorities?* conference (Mainz, Germany, June 25, 1996).

Constitution Drafting in the Former Soviet Union, Johannes Gutenberg-Universität (Mainz, Germany, June 19, 1996).

The MacCrate Report's Impact on U.S. Legal Education, University of Sydney Faculty of Law (Sydney, Australia, Mar. 14, 1996).

- Chevron and Deference*, University of Sydney Faculty of Law (Sydney, Australia, Mar. 11, 1996).
- Defamation: The Impact of Libel Law on Reporting*, Australian National University Faculty of Law (Canberra, Australia, Mar. 8, 1996).
- The American Constitutional System*, University of Montpellier I Faculty of Law (Montpellier, France, Mar. 6, 1996).
- The Republican Revolution in the United States*, University of Montpellier I Faculty of Law (Montpellier, France, Mar. 5, 1996).
- 1995:** *Constitution Drafting*, Charles University (Prague, Czech Republic, May 13, 1995).
- 1994:** *Defamation in Transition*, University of Tasmania School of Law (Tasmania, Australia, Mar. 17, 1994).
- Is the New York Times Actual Malice Standard Really Necessary?*, Macquarie University Faculty of Law's "Defamation in Transition: International Comparisons in a Globalising Era" Conference (Sydney, Australia, Mar. 12, 1994).
- Chevron and Format Requirements*, Association of American Law Schools' Annual Meeting (Orlando, Florida, Jan. 9, 1994).
- 1993:** *Constitution Drafting in the Former Soviet Union*, University of Mainz's Constitution Drafting symposium (Mainz, Germany, June 28, 1993).
- The Belarus and Kyrgyzstan Constitutions*, Daito Bunka University Faculty of Law (Tokyo, Japan, May 18, 1993).
- 1992:** *Affirmative Action in the United States*, Université de Paris - Sud (Paris, France, May 12, 1992).
- Current Trends in Legal Education*, Memphis State University Law Alumni Association (Memphis, Tennessee, Feb. 27, 1992).
- 1991:** *Should Private Clubs Be Allowed to Discriminate?*, Louisville Forum (Louisville, Kentucky, Oct. 9, 1991).
- The University of Louisville School of Law's Pro Bono Service Requirement*, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools' Annual Meeting (The Homestead, Virginia, Aug. 16, 1991).

Censorship and the Gulf War, Université Paul Valéry's symposium on the Gulf War (Montpellier, France, May 14, 1991).

The Northern Ireland Broadcasting Ban, Université Paul Valéry (Montpellier, France, May, 15, 1991).

Fetal Rights, University of Louisville symposium on privacy and fetal rights (Louisville, Kentucky, Mar. 13, 1991).

1990: *The Case Method*, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools' Annual Meeting (Nashville, Tennessee, Aug. 18, 1990).

The Case Method, Ohio Northern University College of Law (Ada, Ohio, Sept. 25, 1990).

ORGANIZATION OF DISCUSSION FORA

2017: *Privacy Discussion Forum* (Uppsala University Faculty of Law, Uppsala, Sweden, June 26-27, 2017).

Administrative Law Discussion Forum (Université Paris Dauphine Faculty of Law, Paris, France, June 21-22, 2017).

Free Speech Discussion Forum (Charles Pazmany University Faculty of Law, Budapest, Hungary, June 7-8, 2017).

2016: *Property Remedies Discussion Forum* (U. Aix-Marseille Faculty of Law, Aix en Provence, France, June 28-29, 2016).

Cybersurveillance Discussion Forum (Université Paris Dauphine Faculty of Law, Paris, France, June 15-16, 2016).

Administrative Law Discussion Forum (Luxembourg, June 6, 2016)

2015: *Free Speech Discussion Forum* (University of Louisville School of Law, Louisville, Kentucky, Dec. 2-3, 2015).

Criminal Procedure Discussion Forum (University of Louisville School of Law, Louisville, Kentucky, Dec. 1-2, 2015).

Administrative Law Discussion Forum (University of Luxembourg Faculty of Law, Luxembourg, July 1-2, 2015).

Property Remedies Discussion Forum (University of Aix-Marseille Faculty of

- Law, Aix, France, June 28-29, 2016).
- Privacy Discussion Forum* (University of Paris 1 (Sorbonne), Paris, France, June 27-28, 2015).
- 2014:** *Property Remedies Discussion Forum*, University of Aix-Marseille Faculty of Law (Aix, France, June 18-19, 2014).
- Administrative Law Discussion Forum* (Institutum Jurisprudentiae, Academia Sinica, Taipei, Taiwan, June 10-11, 2014).
- Defamation Discussion Forum (Luxembourg University Faculty of Law, Luxembourg, May 21, 2014).
- Free Speech Discussion Forum (Notre Dame London Law Centre, London, England, May 19-20, 2014).
- 2013:** Remedies Discussion Forum (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law, Louisville, Kentucky, Dec. 6, 2013)
- Administrative Law Discussion Forum (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law, Louisville, Kentucky, Dec. 5, 2013)
- Privacy Discussion Forum (Johannes Gutenberg University Faculty of Law, Mainz, Germany, June 17-18, 2013)
- Remedies Discussion Forum (Monash University Faculty of Law (Prato Center), Prato, Italy, June 10-11, 2013)
- Free Speech Discussion Forum (Luxembourg University Faculty of Law, Luxembourg, May 22-23, 2013)
- 2012:** *Property Remedies Discussion Forum* (Aix, France (University Paul Cezanne - Aix-Marseilles III Faculty of Law), June 20-21, 2012).
- First Amendment Discussion Forum* (London, England (Notre Dame London Law Centre), June 12-13, 2012).
- Administrative Law Discussion Forum* (Luxembourg (Luxembourg University Faculty of Law), June 5-6, 2012).
- Criminal Procedure Discussion Forum* (Istanbul, Turkey (Yeditepe University Faculty of Law), May 22-23, 2012).

2011: *Privacy Discussion Forum* (Johannes Gutenberg University Faculty of Law, Mainz, Germany, June 23-24, 2011).

Remedies Discussion Forum (Aix, France (University Paul Cezanne - Aix-Marseilles III Faculty of Law), June 8-9, 2011).

2010: *Constitutional Law Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Dec. 15-16, 2010).

Global Administrative Law Forum (Aix, France (University Paul Cezanne - Aix-Marseilles III Faculty of Law), June 23-24, 2010).

Criminal Procedure Discussion Forum (Aix, France (University Paul Cezanne - Aix-Marseille III Faculty of Law), June 23-24, 2010).

Administrative Law Discussion Forum (Quebec City, Canada (Laval University Faculty of Law), May 25-26, 2010).

2009: *Remedies Discussion Forum* (Aix, France (University Paul Cezanne - Aix-Marseilles III Faculty of Law), June 4-6, 2009).

First Amendment Discussion Forum (Luxembourg (Luxembourg University Faculty of Law), May 20-22, 2009).

2008: *Criminal Procedure Discussion Forum* (Atlanta, Georgia (Emory University School of Law), Dec. 8-9, 2008).

Administrative Law Discussion Forum (Montpellier, France (University of Montpellier I Faculty of Law), May 25-26, 2008).

2007: *Remedies Discussion Forum* (Atlanta, Georgia (Emory University School of Law), May 29-30, 2007).

2006: *Criminal Procedure Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Dec. 13-14, 2006).

Administrative Law Discussion Forum (Lexington, Virginia (Washington & Lee University School of Law), May 17-18, 2006).

2005: *Remedies Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Nov. 18-19, 2005).

Defamation and Privacy Discussion Forum (Mainz, Germany (Johannes Gutenberg University Faculty of Law), June 8-9, 2005).

First Amendment Discussion Forum (Leeds, England (University of Leeds Faculty of Law), June 1-2, 2005).

2004: *Criminal Procedure Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Nov. 12-13, 2004).

Remedies Discussion Forum (Lexington, Virginia (Washington & Lee University School of Law), Nov. 7-8, 2004).

Administrative Law Discussion Forum (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), May 18-19, 2004).

2003: *Remedies Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Nov. 7-8, 2003).

Criminal Procedure Discussion Forum (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), May 16-17, 2003).

2002: *First Amendment Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Nov. 16-17, 2002).

Remedies Discussion Forum (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Apr. 26-27, 2002).

2001: *Administrative Law Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Nov. 16-17, 2001).

2000: *Remedies Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Apr., 2000).

1999: *Administrative Law Discussion Forum* (Louisville, Kentucky (University of Louisville, Louis D. Brandeis School of Law), Nov. 16-17, 1999).

CALI

Served as a “Remedies Fellow” for the Center for Computer Assisted Legal Education (CALI), and have authored various lessons for CALI (as part of the fellowship and afterwards).

SERVICE

Law School:

- Associate Dean for Faculty Research & Development (2012-2013)
- Personnel Committee (1990-present)
- Curriculum Committee (Chair, 2003, Member 2003-09, & 2012-2016)

- Distance Learning Committee (Chair, 2003-06)
- International Committee (1989-98 & 2006-07, Chair, 1990-95 & 1996-98 & 2013-2015)
- Faculty Recruitment Committee (1983-87 & 1991-93 & 2007-present, & Chair, 1986-87 & 1992-93)
- Dean Search Committee (2015)
- Decanal Review Committee (1987)
- Faculty Development Committee (1990-94)
- Faculty Representative to the AALS House of Delegates (1991-92)
- Advocacy Committee (1990-93, & Chair, 1991-92)
- Distinguished Teaching Committee (1989-90 & 1991-92, & Chair, 1989-90)
- Distinguished Service Committee (1991-92)
- Computer Committee (1989-90)
- Library Committee (1982-84 & 1989-90, Chair, 1983-84)
- Continuing Legal Education Committee (1984-85)
- Financial Aid Committee (1989-90)
- Order of the Coif Committee (1983-86 & 1993-94)
- Student Grievance Committee (1989-90)
- Advocacy Committee (1990-91, & Chair, 1989-90)

University:

- Vice President for Research's Advisory Council (2002-2013)
- Provost's Advisory Committee for the International Center (1994-2005)
- Faculty Grievance Committee (1990-2002 & 2004-06)
- Distinguished Teaching Committee (1989-90 & 2004)
- Distinguished Research Committee (1993-95)
- Southern Association of Colleges and Schools Accreditation Review Committee (1987-88)

Community and Professional:

- Scholar-in-Residence, Washington & Lee University (Jan. 22-23, 2015).
- Expert Witness, United Nations Office on Drugs & Crime (Vienna, Austria, April, 2013).
- Executive Director & Board of Directors, Southeastern Association of Law Schools (SEALS) (2004-present)
- Chair, Scholarship Award Committee, ABA Administrative Law Section (2008-2016)
- Editorial Board, Journal of Education and the Law (a British journal)(1993-present)
- Executive Committee, AALS Remedies Section (2002-06)
- Chair, AALS Remedies Section (2005)
- Legal Panel, American Civil Liberties Union of Kentucky (ACLU of Ky.) (1984-2002)
- President, Southeastern Conference of the Association of American Law Schools

(SEAALS) (1998-99)
 -Treasurer, SEALS (1994-2004)
 -Program Chair, SEALS (1993-present)
 -Secretary, SEALS (1994-95)
 -Board of Directors, Coalition Against Rape and Sexual Assault (1986-2001)
 -Consultant, Central and East European Law Initiative (CEELI) (1991-1993)
 -Co-Chair, Montpellier Committee, Sister Cities of Louisville (1997-2000)
 -Executive Committee, Association of American Law School's (AALS) Criminal Justice Section (1983-1990, & 1992-1999)
 -Vice Chair, International Trade Regulation, ABA's Section of Administrative Law and Regulatory Practice (1994-98)
 -Comments submitted on the Republic of Georgia's draft anti-terrorism law (1999).
 -Comments submitted to the Russian Constitutional Commission (with Dr. Paul Weber) (1993)
 -Consultant, Administrative Conference of the United States (1992-94)
 -Consultant, Belarus Constitutional Commission (legal specialist for CEELI, Minsk, Belarus, 4/3/93-4/19/93)
 -Consultant, Kyrgyzstan Constitutional Commission (acting as a legal specialist for CEELI, Bishkek, Kyrgyzstan, 10/16/92-11/2/92)
 -Consultant, Cheechi & Co. (law reform in the former Soviet Union)(1993-98);
 -Chair, AALS Criminal Justice Section (1988)
 -AALS' Planning Committee for the New Law Teacher's Workshop (1991-1993);
 -Board of Directors, ACLU of Ky. (1988 & 1990-96)
 -Chair, Louisville Bar Association's (LBA) International Law Committee (1991);
 -LBA Professional Responsibility Committee (1984-85)
 -LBA Dispute Resolution Committee (1984-85)

FOREIGN VISITORSHIPS

2018: Visiting Professor, Sorbonne University Abu Dhabi (Abu Dhabi, United Arab Emirates, November, 2018).

Visiting Professor, University of Lisbon Faculty of Law (Lisbon, Portugal, April, 2018).

Visiting Professor, Charles Pazmany University Faculty of Law (Budapest, Hungary, March, 2018).

Visiting Professor, University of Luxembourg Faculty of Law (Luxembourg, March, 2018).

2017: Invited Professor, University of Montpellier Faculty of Law (Montpellier, France, Dec., 2017).

Visiting Professor, Goethe University Faculty of Law (Frankfurt, Germany, July, 2017).

Visiting Professor, Charles Pazmany University Faculty of Law (Budapest, Hungary, April, 2017).

Visiting Professor, University of Lisbon Faculty of Law (Lisbon, Portugal, March, 2017).

Visiting Professor, University of Luxembourg Faculty of Law (Luxembourg, February, 2017).

Visiting Professor, Johannes Gutenberg University (Mainz, Germany, January, 2017).

2016: Invited Professor, University of Paris 1 (Pantheon Sorbonne) (Paris, France, April 2016).

Visiting Professor, University of Lisbon Faculty of Law (Lisbon, Portugal, May, 2016).

2015: Visiting Professor, University of Lisbon Faculty of Law (Lisbon, Portugal, Apr., 2015).

Invited Professor, Université Paris Dauphine PSL Research University (Paris, France, November, 2015).

2014: Visiting Professor, U. Paris I Faculty of Law (Sorbonne) (Paris, France, Dec. 2014).

Invited Professor, U. Aix-Marseille Faculty of Law (Aix, France, Nov. 2014).

Visiting Professor, University of Lisbon (Lisbon, Portugal, Apr., 2014).

Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, May, 2014).

2013: Visiting Professor, Johannes Gutenberg University Faculty of Law (Mainz, Germany, July, 2013).

Visiting Professor University of Lisbon (Lisbon, Portugal, Apr. 2013).

Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr. 2013).

2012: U. Aix-Marseille Faculty of Law (Aix, France, Oct., 2012).

Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2012).

2011: Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2011).

Parsons Fellow, Sydney University (Sydney, Australia, Mar., 2011).

Invited Professor, University of Montpellier Faculty of Law (Montpellier, France, Feb., 2011).

2010: Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, July, 2010).

Visiting Professor, Johannes Gutenberg University Faculty of Law (Mainz, Germany, Mar., 2010).

Invited Professor, University Paul Cezanne - Aix-Marseille III (Aix, France, Feb., 2010).

2009: Visiting Professor, University of Osnabruck Faculty of Law (Osnabruck, Germany, Dec., 2009).

Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2008).

2008: Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2007).

2007: Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2007).

2006: Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2006).

2005: Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2005).

2004: Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2004).

2003: Visiting Professor, Johannes Gutenberg University's Mainz Media Law Institute (Mainz, Germany, Apr., 2003).

- Visiting Fellow, Centre for Media Law & Communication, Melbourne University Law School (Melbourne, Australia, Mar., 24-29, 2003).
- Parsons Fellow, Sydney University School of Law (Sydney, Australia, Mar., 2003).
- Visiting Professor, Macquarie University Division of Law (Sydney, Australia, Mar., 2003).
- Visiting Professor, University of Western Sydney School of Law (Sydney, Australia, Mar. 13-20, 2003).
- Invited Professor, University of Montpellier, Faculty of Law (Montpellier, France, Jan.-Feb., 2003).
- 2000:** Visiting Professor, University of Leeds, Leeds, England (Apr., 2000).
- 1999:** Visiting Professor, University of Turku, Faculty of Law, Turku Finland (May, 1999).
- Visiting Professor, Cadi Ayyad University (Marrakesh, Morocco (Mar. 11-22, 1999).
- 1996:** Visiting Professor, Daito Bunka University, Tokyo, Japan (Nov. 25-Dec. 10, 1996).
- Visiting Professor, Johannes Gutenberg-Universität, Mainz, Germany (June, 1996).
- Invited Professor, University of Montpellier, Montpellier, France (Apr., 1996).
- Parsons Fellow, University of Sydney, Sydney, Australia (Mar. 11-15, 1996).
- Visiting Fellow, Australian National University, Canberra, Australia (Mar. 5-9, 1996).
- 1995:** Visiting Professor, Université de Paris - Sud, Paris, France (May 1995).
- 1994:** Visiting Professor, Macquarie University Faculty of Law, Sydney, Australia (Feb.-Mar., 1994).
- 1993:** Visiting Professor, Daito Bunka University, Tokyo, Japan (May 1993).
- 1992:** Visiting Professor, City University, London, England (June 1992).

Visiting Professor, Université de Paris-Sud, Paris, France (May 1992).

1991: Visiting Professor, Université Paul Valéry, Montpellier, France (May 1991).

1988: Visiting Lecturer, University of Leeds, Leeds, England (1988-89).

PRACTICE EXPERIENCE

U.S. Department of Energy, Washington, D.C. (4/80-7/82)

Regulatory Litigation Section of the Office of General Counsel. Litigation practice before the U.S. District Courts and Courts of Appeal, as well as before the Federal Energy Regulatory Commission.

Watson, Ess, Marshall & Enggas, Kansas City, MO (5/78-4/80)

Responsibilities generally litigation oriented, but included some work for the real estate, labor, corporate, and tax sections of the firm.

BAR MEMBERSHIPS

Missouri Bar (1978-present)

REFERENCES

Available on request.

Claas Friedrich Germelmann was born in Berlin, Germany. He studied law at the Freie Universität Berlin from 1998 to 2003, specialising in European Union and public international law. After his first state examination, he took part in the LL.M. programme at the University of Cambridge being a member of Queens' College. From 2004 to 2006, he returned to Berlin for his professional training (*Referendariat*) at the Higher Regional Court of the *Land* of Berlin (*Kammergericht*). From 2003 to 2006, he was a research assistant and assistant lecturer at the Freie Universität Berlin. From 2006 to 2008, he did his doctorate at the Freie Universität Berlin under the supervision of Professor Dr. Helmut Lecheler and was awarded the Dr. iur. His PhD thesis deals with the principle of *res judicata* in European Union law based on a comparative study of the corresponding German, English and French principles.

In 2008, Claas Friedrich Germelmann took up the post of a research fellow and assistant professor at the University of Bayreuth with teaching responsibilities in European Union law, public international law and German constitutional law. From 2008 to 2012, he worked on his *Habilitation*, the German qualification for a teaching career in higher education, which was supervised by Professor Dr. Jörg Gundel. In 2012, Claas Friedrich Germelmann was awarded the *venia legendi* (formal authorisation to teach in university education) for German constitutional and administrative law, European law, public international law and comparative law. In his *Habilitation* thesis, he deals with German cultural law from a constitutional and administrative law perspective. From 2012 to 2014, he served as a substitute professor at different German universities.

In 2014, he was appointed full professor of public law and European law at the Leibniz Universität Hannover. Since 2014, he has also been the managing director of the Institute of International Law at the University of Hannover. Since 2017, he has been responsible for the international relations and the external exchange programmes of the Law Faculty, particularly for the LL.M. programme "European Legal Practise (LL.M. Joint Degree)". He is also the representative of Hanover in the international ELPIS network.

Claas Friedrich Germelmann's research interests lie in the fields of German constitutional law with questions of federalism and cultural law, in the area of European Union law with its relationship to the legal orders of the member states, as well as in public international law, specifically international trade and investment law. He furthermore specialises in German, European and international energy law. He is currently teaching European Union law, energy and regulatory law, international trade and investment law, and has published extensively in these fields.



Diana-Urania GALETTA

Department of Italian and supranational public law - University of Milan

CURRENT PROFESSIONAL POSITION

Full-time **Full Professor of Administrative Law** at the Faculty of Law of the University of Milan

Courses: Administrative Law; European Administrative Law; The Role of Public Administration in Enhancing Sustainable Development (in the LL.M. in Sustainable Development); Administrative Law in the era of Digitalization (in the Ph.D.)

VISITING PROFESSORSHIPS

- "Faculdade de Direito de la Universidade de Lisboa"(Portugal) - intensive 10-hour course in "European Administrative Law and Administrative Procedure"(February 2020)
- "Faculté de Droit de l'Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne"(France) - Seminars in Ph.D. and Master II courses (January 2020)
- Law School of the University of Sydney (Australia) - (July-September 2019)
- Faculty of Law of the University of Konstanz (Germany) - cycles of lectures (24 hours each) on Italian public law (June 2017; August 2014; August 2013)
- Faculty of Law of the University of Huelva (Spain) - cycle of lectures (8 hours in total) on Italian public law (April 2014)

CURRENT INSTITUTIONAL POSITIONS

- **Coordinator of the "Law Reviews" Working Group** of the Italian Agency for Evaluation of Universities and Scientific Research (ANVUR) (from 24.09.2020)
- **Scientific coordinator** of the Interdisciplinary Research Center on Public Administration Law (CERIDAP) - (from 10.01.2020)
- **Head of the scientific and research Cooperation Agreement** between the Adriano Olivetti Foundation and the University of Milan, via the Interdisciplinary Research Center on Public Administration Law (CERIDAP) of the University of Milan (from 01.07.2020)
- **Coordinator of the Ph.D.** in Public, International and European Law of the University of Milan (from 01.10.2015)
- Head of the Cooperation Agreement signed in June 2011 between the University of Milan and the State University "Universidade Federal Fluminense" of Niteroi (Brazil), Nucleus of Sciences of the Judiciary (Nupej) (as from 2011)

PREVIOUS INSTITUTIONAL POSITIONS

- **Deputy Director** of the Department of Italian and Supranational Public Law of the University of Milan (01.10.2015-30.09.2020)
- President of the Joint Teacher-Student Commission within the Interdepartmental Academic Board for the Master's Degree in Sustainable Development (01.10.2015-30.09.2020)
- Member of the Steering Committee and head of the legal curriculum in the "Walter Tobagi School of Journalism" in Milan, organised by the Council of the National Order of Journalists in agreement with the University of Milan (a.y. 2013-2019)
- Member of the GEV (Group of Evaluation's Experts) of Area 12 (Legal Area) for the Evaluation of the Quality of Universities' Scientific Research (VQR) 2011-2014 (01.09.2015-31.03.2017)
- Member of the research group on evaluation in the legal area (GRAVAG), established within the Italian Agency for the Evaluation of Universities and Scientific Research (ANVUR) (a.y. 2014-2015)
- Member of the Disciplinary Commission for Full Professors, appointed by the Rector of the University of Milan, following a resolution of the Academic Senate (a.y. 2013-2016)
- President of the master's degree course in Public Administration and Public Policy (APP) of the University of Milan, Faculty of Political Sciences (a.y. 2009-2011)

OTHER (MOST RELEVANT) APPOINTMENTS - EU/INTERNATIONAL LEVEL

- **Participation in the "Experts Legal Roundtable"** at the European Central Bank. 23 February 2021 (online, Webex Platform)
- **Adviser to the European Parliament's Committee on Legal Affairs (JURI)**, in support of the work of the Working Group on European Administrative Law, responsible for drawing up the document "Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council on the administrative procedures of the institutions, bodies, offices and agencies of the European Union"(2015-2016)
- **Public Hearing at the European Parliament** on "The consequences of the judgment of 5 May 2020 of the Second Senate of the German Constitutional Court (Bverfg)". 14 July 2020 - 09.30 - 11.00 - room: ASP (Altiero Spinelli building) 1G-3 + Interactio
- **Member of the "Expert Group** to advise on the future design and implementation of Art 185 initiatives", appointed by the European Commission's Research and Innovation DG (2017)
- Member of the Board of Professors in the Specialist Degree Program "Administrative Justice/ PPGJA"(Professional Master's Degree) organised by the "Universidade Federal Fluminense"(UFF) of Niteroi (Brazil), Nucleus of Sciences of the Judiciary (Nupej), in collaboration with the Federal Justice Council of Brazil - <http://www.nupej.uff.br/laurea-magistrale> (a.a. 2013-2018)

OTHER (MOST RELEVANT) APPOINTMENTS – NATIONAL LEVEL

- Member of the Scientific Coordination Committee of the *Rivista Italiana di Diritto Pubblico Comunitario* (RIDPC) - <http://www.giuffre.it> (rivista di fascia A) - (2009-2017)
- Member of the Board of Professors of the Ph.D. consortium in "Administrative Law" (belonging to the Ph.D. School in Legal Sciences of the University of Milan) - (a.a. 2002-2013)
- Member of the Board of Professors of the Ph.D. in "Institutions of Regional Administrations and Policies" (IAPR) - <http://www-2.unipv.it/iapr/> - (a.a. 2007-2012)
- Teaching activity in the Master in Law and Administrative Procedure (MDPA) organised by Just Legal Service (JSL) in Milan (2004-2009)
- Member of the Editorial Committee of the *Rivista Italiana di Diritto Pubblico Comunitario* (RIDPC) - (1991-2008)
- Coordinator (together with Prof. Gianfranco Carlei) of the second edition of the *"Trattato di Diritto Amministrativo europeo"* (European Administrative Law Treaty), edited by M.P. Chiti and G. Greco, Giuffrè, Milano, 2007 (6 volumes) - (2004-2007)
- Legal advisor to the Department of Culture, Identity and Autonomy of the Lombardy Region (2000-2002)
- Professor of "Urban Planning Law" at the Notary School of Lombardy "Federico Guasti" (1997-1999)
- Teaching activities for the subject "Elements of Italian administrative law", within the Postgraduate Course "expert legal translators", organised by the University Institute of Modern Languages (IULM) - (a.a. 1997-1998)
- Responsible for the scientific coordination of training and refresher courses for Town Clerks at the Centre for Research and Training for Public Administration of the Carlo Cattaneo University of Castellanza (VA) - (a.a. 1993-1994)
- Co-director of the column monitoring the EEC judges case-law of the *"Rivista Italiana di Diritto Pubblico Comunitario"* (1992-1994)
- Teaching position (Lehrauftrag) at the University of Osnabrück (FRT) - (a.a. 1992-1993)
- Teaching assistant to the Public Law Chair of the Luigi Bocconi University of Milan (a.y. 1991-1992)

EDITOR AND ADVISORY BOARDS' MEMBERSHIP

A) EDITOR/EDITOR IN CHIEF

- **Publisher and Editor-in-chief** of the online Journal **CERIDAP** (ISSN 2723-9195), <https://ceridap.eu/>, included in the List of the Editors-in-chief annexed to the Register of Journalists of Lombardy as from 16 June 2020
- **Director of the Editorial Series "CERIDAP Series"**, published by Editoriale Scientifica Srl (Naples) - (as from 2020)
- **Director (together with G. della Cananea and G. Ziller)** of the Editorial Series *"Procedimenti europei – European Procedures"*, published by G. Giappichelli Editore (Turin) - (from 2017)
- **Member of the Board of Editors** of the Law Journal *"Federalismi.it"* - <http://www.federalismi.it/> (as from 2017)
- **Member of the Board of Editors** of the Law Journal *"Rivista Italiana di Diritto Pubblico Comunitario"* - (as from 2018)
- **Member of the Board of Directors** of the *"Coll ge doctoral franco-allemand en droit public comparé européen"* (Paris - Speyer - Strasbourg - Freiburg - Milan), funded by the Franco-German University of Saarbrücken (from 2017)

B) ADVISORY BOARDS

- Member of the **Scientific Committee** of the Law Journal *"Nuove Autonomie"* (as from 2021)
- Member of the **Steering Committee** of the Law Journal *"IUS PUBLICUM Network Review"* (as from 2020)
- Member of the **Scientific Committee** of the *"European Review of Digital Administration & Law"* - (as from 2020)
- Member of the **Scientific Committee** of the Law Journal *"European Public Law"* (as from 2018)
- Member of the **Scientific Committee** of the Law Journal *"AmbienteDiritto.it"* - <https://www.ambientediritto.it/> - (as from 2018)
- Member of the **Scientific Committee** of the Law Journal *"Ciberspazio e Diritto"* - <https://www.mucchieditore.it/images/IndiciRiviste/Indice122018CD.pdf> - (as from 2018)
- Member of the **Scientific Committee** of the *"Metropolitan Cities Observatory"* for the Law Journal: *Federalismi.it* (www.federalismi.it) - (2014-2017)
- Member of the **Scientific Council** of ICONA (Interdepartmental Center of the University of Milan for innovation and organizational change in public administration) - (as from 2014)
- Member of the **Scientific Council** of the Institute for Public Administration Science (ISAP) - (Three years 2002-2004)

SCIENTIFIC ASSOCIATIONS AND RESEARCH GROUPS – MEMBERSHIPS

- Member of the *Societas Juris Publici Europei* (SIPE) <http://www.uni-potsdam.de/sipe-office/> (as from 2004)
- Member of the Italian Association of Administrative Law Professors (AIPDA) - <http://www.diritto-amministrativo.org/> (as from 2006)
- Member of the international research group *"Dornburg Research Group"* - <http://www.rewi.uni-jena.de/English-skin-txt.html> (as from 2007)
- Member of the international research group *"Euro-American project"* - *Código modelo de jurisdi  o administrativa* - <http://www.proppi.uff.br/portagair/projeto/projeto-euro-americano-c%C3%B3digo-modelo-de-jurisd%C3%A7%C3%A3o-administrativa> (as from 2008)
- Member of the *"Steering Committee"* and *"Team Leader"* of the international research group: *"Research Network on EU Administrative Law"* (ReNEUAL) - <http://www.reneual.eu> (as from 2009)
- Member of the National Association of German Lawyers (Vereinigung der Deutschen Staatsrechtslehrer "VDSRL") - www.staatsrechtslehrer.de - (as from 2011)
- Member of the Italian Association of European Union Law Scholars (AISDUE) - <https://www.aisdue.eu/> - (as from 2018)
- Member of the international research group *"Smart cities & Digital Administration - Law and Governance"* - <http://smart-cities.website/> (as from 2018)

REFeree ACTIVITIES

- Member of the MIUR Board of Reviewers. Reviews of several COFIN and FIRB projects
- Evaluator for "Assessment of Research Quality"(VQR) by the Italian Agency for the Evaluation of Universities and Scientific Research (ANVUR)
- Evaluator of research projects for the Austrian Science Fund (FWF) Elise-Richter-Program (<http://www.fwf.ac.at/en/projects/richter.html>)
- Evaluator of post-doc research projects for the Research Foundation Flanders (Fonds Wetenschappelijk Onderzoek Vlaanderen, FWO <http://www.fwo.be/>)
- Evaluator of research projects for the Region Puglia, concerning the research program "FutureInResearch"2013.
- **Referee activities for the following Law Journals:**
 - Diritto Amministrativo
 - Diritto e Società
 - Diritto, immigrazione e cittadinanza
 - European Public Law (Kluwer)
 - Federalismi.it
 - Foro amministrativo/Consiglio di Stato
 - Foro amministrativo/TAR
 - Il Diritto dell'Economia
 - IUS PUBLICUM Network Review (<http://www.ius-publicum.com/>)
 - Journal of Law and the Biosciences
 - Maastricht Journal of European and Comparative Law
 - Review of European Administrative Law
 - Revista Digital de Derecho Administrativo, dell'Universidad Externado de Colombia

PARTICIPATION TO INTERNATIONAL SELECTION COMMITTEES

- Member of the Selection Committee appointed in **March 2015** by the Spanish Association for the Study of European Law, for the evaluation of the candidacies for the award of the first edition of the "Eduardo García de Enterría Award for European Legal Studies"([http:// www. aedeur.es/index.php/actividades/67-premio-estudios-juridicos-europeos-eduardo-garcia-de-enterria](http://www.aedeur.es/index.php/actividades/67-premio-estudios-juridicos-europeos-eduardo-garcia-de-enterria)) - only foreign member
- Member of the Selection Committee appointed in **July 2018** for the selection of one Full Professor in Administrative Law at the Universidad Pompeu Fabra, Barcelona (Spain)
- Member of the Selection Committee appointed in **December 2020** for the selection of the Dean of the Master of Law and Business (MLB) Program of the Bucerius Law School (Hamburg/Germany)
- President of the Selection Committee appointed in **January 2021** for the selection of one Associate Professor in Administrative Law at the Universidad Pompeu Fabra, Barcelona (Spain)

EDUCATION AND TRAINING

- Degree cum laude in Political Sciences obtained from "Università degli Studi di Milan"(1990)
- LL.M. ("Magistra Legum"degree) cum laude obtained from "Osnabrück University"(RFT) (1993)
- Law degree cum laude obtained from "Università degli Studi di Milano"(1998)

SCHOLARSHIPS, AWARDS, AND RESEARCH GRANTS

- 2018: first prize in the "Altiero Spinelli Prize for Outreach: spreading knowledge about Europe"2017, for the collective work concerning the codification of administrative procedures published by ReNEUAL.
- 2012: Research scholarship granted by the German Foundation "Von Humboldt-Stiftung"– Program: "Humboldt Wiederaufnahme"
- 1999-2000: Annual Research Scholarship granted by the German Foundation "Von Humboldt-Stiftung"
- 1995-1996: Grant awarded as first in the ranking for postgraduate studies abroad by "Università degli Studi di Milan"during the calendar years 1995-96 – Sector: Law.

RESEARCH STAYS

- June-July 1991: Research Stay at the University of Osnabrück - Faculty of Law - Chair of Prof. Dr. Albrecht Weber - Public Law.
- May 1992: Research Stay at the University of Freiburg - Faculty of Law - Chair of Prof. Dr. Jürgen Schwarze - Public and European Community Law.
- November 1997: Research Stay at the University of Osnabrück in the context of the Socrates exchange project as representative for the Faculty of Political Science of the University of Milan.
- October 1998: Research Stay at the Legal Center for European and International Collaboration in Cologne - Section for public and constitutional law in Europe headed by Prof. Dr. Klaus Stern.
- 01.05.1999-31.04.2000: Research Stay at the Legal Center for European and International Collaboration in Cologne, financed with an annual scholarship of the German Foundation "Von Humboldt-Stiftung".
- May 2001: Research Stay at the Ludwig Maximilian University of Monaco - Faculty of Law.
- July 2007: Visiting Fellow at the European University Institute (IUE) of Fiesole (<http://www.eui.eu/Documents/Research/EUIPublications/EUIPresidentReport/AR2007.pdf>, p.35)
- 01.07.2012-30.09.2012: Research Stay at the Universities of Konstanz and Köln, financed by a research grant from the German "Von

Humboldt-Stiftung"Foundation, "Humboldt Wiederaufnahme"program

LANGUAGE SKILLS: Italian (mother tongue), French, English, German (excellent, spoken and written), Spanish (good, spoken, and written), Portuguese (beginner)

Mother tongue Other languages	ITALIAN				
	UNDERSTANDING		SPEAKING		WRITING
	Listening	Reading	Spoken interaction	Spoken production	
ENGLISH	C2	C2	C1	C1	C1
GERMAN	C2	C2	C1	C1	C1
	Kleines Deutsches Sprachdiplom				
FRENCH	C2	C2	C1	C1	C1
Test de connaissance du français (TCF) issued by Alliance française » ; Diplômes d'Etudes Françaises - Niveau supérieur					
SPANISH	C1	C1	B2	B2	B2
PORTUGUESE	A2	B1	A1	A1	A1

ADDITIONAL INFORMATION See Annexes

ANNEXES

- Annex 1 COMPLETE LIST OF PUBLICATIONS
- Annex 2 List of funded research programs
- Annex 3 List of conference papers, Seminars, round tables

Personal information I authorize the handling of personal information in this curriculum, according to D.Lgs n. 196/03 and following modifications and Regulations EU 679/2016 (General Regulations concerning Data Protection or GRDP) and art. 7 of University Regulations concerning the protection of personal information.

I authorize, according to D.Lgs 14/03/2013 n. 33 concerning transparency, in case of conferment of the position and the fellowship, the publication of this curriculum in the web site of Università degli Studi di Milan in the section "Amministrazione trasparente", "Consulenti e collaboratori".

Data, 10.05.2021

Firma



ANNEX 1 - COMPLETE LIST OF PUBLICATIONS

1990

1. Diana-Urania Galetta, *L'efficacia vincolante della zonizzazione contenuta negli strumenti urbanistici e l'atteggiamento giurisprudenziale emergente: problemi e contraddizioni* (nota a Consiglio di Stato, sez. VI, sentenza 16.10.1989, n. 642), in *Rivista giuridica di urbanistica*, 1990/3-4, pp. 437-444

1992

2. Diana-Urania Galetta, *La valutazione d'impatto ambientale alla luce dell'esperienza tedesca: confronti e proposte*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1992/3, pp. 827-851

1993

3. Diana-Urania Galetta, *Il principio di proporzionalità nella giurisprudenza comunitaria* (nota a Corte di giustizia delle Comunità europee, Corte plenaria, sentenza 18.05.1993, in causa C-126/91), in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1993/4 pp. 837-851

1994

4. Diana-Urania Galetta, *Discrezionalità amministrativa e principio di proporzionalità* (nota a Consiglio di Stato, sez. V, sentenza 18.02.1992, n. 132), in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1994/1, pp. 142-155

1995

5. Diana-Urania Galetta, *La revoca delle prestazioni previdenziali*, in *L'Amministrazione italiana*, 1995/2, pp. 277-301

1997

6. Diana-Urania Galetta, *Dall'obbligo di trasposizione delle direttive all'obbligo di rispetto del principio di proporzionalità* (nota a Corte di giustizia delle Comunità europee, Prima sezione, sentenza 12.09.1996, in cause riun. C-58/95, C-85/95, C-112/95 e.a.), in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1997/1, pp. 89-100

7. Diana-Urania Galetta, *Infermità per causa di servizio e fumo passivo sul luogo di lavoro: novità in tema di riconoscimento del nesso eziologico ed onere della prova?* (nota a T.A.R. Lazio, sez. III-bis, sentenza 28.03.1997, n. 723), in *Giustizia civile*, 1997/9, pp. 2329-2336

1998

8. Guido Greco, Diana-Urania Galetta, *Trasporti terrestri e relativo servizio pubblico*, in AA.VV. (a cura di M.P. Chiti e G. Greco), *Trattato di diritto amministrativo europeo*, Giuffrè, Milano, 1998, p.te speciale, tomo II, pp. 1243-1272; 1279-1281 (Greco = 1272-1279)

9. Diana-Urania Galetta, Detlev Kröger, *Giustiziabilità del principio di sussidiarietà nell'ordinamento costituzionale tedesco e concetto di "necessarietà" ai sensi del principio di proporzionalità tedesco e comunitario*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1998/5, pp. 921-930 (Kröger = 905-921)

10. Diana-Urania Galetta, *Principio di proporzionalità e sindacato del giudice amministrativo*, in AA.VV. (a cura di V. Parisio), *Potere discrezionale e controllo giudiziario*, Giuffrè, Milano, 1998, pp. 219-229

11. Diana-Urania Galetta, *Principio di proporzionalità e sindacato giurisdizionale nel diritto amministrativo*, Giuffrè, Milano, 1998, pp. XVII-273

12. Diana-Urania Galetta, *El principio de proporcionalidad en el Derecho comunitario*, in *Cuadernos de Derecho Publico*, 1998/5, pp. 75-118

13. Diana-Urania Galetta, *El principio de proporcionalidad en el Derecho Público italiano*, in *Cuadernos de Derecho Publico*, 1998/5, pp. 299-329

14. Diana-Urania Galetta, Arjen Westerdijk, *L'amministrazione provinciale nei Paesi Bassi: quadro generale*, in AA.VV., *Autonomie Locali in Germania e in Italia*, Facoltà di Scienze Politiche - Dipartimento giuridico-politico - Incontri di studio, Giuffrè, Milano, 1998, pp. 131-144

1999

15. Diana-Urania Galetta, *Il principio di proporzionalità nella Convenzione europea dei diritti dell'uomo, fra principio di necessità e dottrina del margine di apprezzamento statale: riflessioni generali su contenuti e rilevanza effettiva del principio*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1999/3-4, pp. 743-771

16. Diana-Urania Galetta, *Giustizia amministrativa italiana e diritto comunitario: problemi e prospettive di sviluppo nell'ottica di una giustizia amministrativa europea*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1999/5, pp. 1003-1030

2000

17. Diana-Urania Galetta, *Il procedimento amministrativo in Germania fra previsioni in tema di partecipazione dei soggetti coinvolti e misure di accelerazione della sequenza procedimentale*, in AA.VV. (a cura di M.A. Sandulli), *Il procedimento amministrativo fra semplificazione e partecipazione: modelli europei a confronto*, Giuffrè, Milano, 2000, pp. 39-127

18. Diana-Urania Galetta, *La riforma del commercio (il D.lgs. 114/1998)*, in AA.VV. (a cura di V. Italia, E. De Marco, P. Bilancia), *Riforme e regolamenti degli enti locali*, Giuffrè, Milano, 2000, pp. 221-235

19. Diana-Urania Galetta, *Una sentenza storica sul principio di proporzionalità con talune ombre in ordine al rinvio pregiudiziale alla Corte di giustizia* (nota a Consiglio di Stato, sez. VI, sentenza 01.04.2000, n. 1885), in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2000/2, pp. 396-414

2001

20. Diana-Urania Galetta, *Norme italiane sulla ripartizione del traffico aereo nel sistema aeroportuale di Milano, principio di proporzionalità e ripartizione di competenze fra organi (brevi riflessioni in margine alla sentenza della Corte di giustizia 18 gennaio 2001, in causa C-361/98)*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2001/1, pp. 152-159

21. Diana-Urania Galetta, *Wechselwirkungen zwischen nationalem Verwaltungsrecht und europäischem Gemeinschaftsrecht - aus italienischer Perspektive*, in AA.VV. (a cura di S. Magiera e K.P. Sommermann), *Verwaltung in der Europäischen Union*, Europa-Forum Speyer (10-12.04.2000), Duncker & Humblot, Berlin, 2001, pp. 63-93 (*Reciproche influenze fra diritto amministrativo nazionale e diritto comunitario - nella prospettiva italiana*)

22. Diana-Urania Galetta, *La cooperazione fra polizie e il Sistema Informativo Schengen per una sicurezza e una giustizia europee*, in AA.VV. (a cura di M.G. Losano), *La legge italiana sulla privacy. Un bilancio dei primi cinque anni*, Laterza, Bari, 2001, pp. 177-253
(tradotto in rumeno a cura di Alina Lazăr e Mihail-Constantin Eremia, casa ed. All Beck, Bucarest, 2004, pp. 211-297)

23. Diana-Urania Galetta, *La previsione di cui all'articolo 3, comma 1, cpv. 1, della legge di revisione del titolo V della costituzione come definitivo superamento della teoria dualista degli ordinamenti*, in AA.VV., *Problemi del federalismo*, Facoltà di Scienze Politiche - Dipartimento giuridico-politico - Incontri di studio, Giuffrè, Milano, 2001, pp. 293-310.

2002

24. Diana-Urania Galetta, *La politica comunitaria dei trasporti*, in *Quaderni della Rivista giuridica della circolazione e dei trasporti*, Quaderno n. 2002/1, pp. 1-163

25. Diana-Urania Galetta, *The system of scientific research and the university system in Italy*, in Pavičić (a cura di), *Science and Higher Education Regulations in Central and South-Eastern European Countries*, Alexander von Humboldt Foundation – Croatian Humboldt-Club, Zagreb, 2002, p. 56-65; 112-115; 123; 143-145

26. Diana-Urania Galetta, *Stern und das Europäische Verfassungs- und Verwaltungsrecht. Laudatio zum 70. Geburtstag Professors Klaus Stern*, pubblicato nel volume di AA.VV. edito a cura della "Verein zur Förderung der Rechtswissenschaft", Köln, 2002, pp. 15-24
(*Stern e il diritto costituzionale e amministrativo europeo. Laudatio per il 70 compleanno del Professor Klaus Stern*)

27. Diana-Urania Galetta, *Recenti novità in tema di illegittimità del provvedimento amministrativo affetto da c.d. vizi formali (riflessioni in margine alla sentenza del TAR Lazio, n. 398/2002)*, in *Il Foro amministrativo - TAR*, 2002/2, pp. 512-524

28. Diana-Urania Galetta, *La legge tedesca sul procedimento amministrativo. Traduzione con testo a fronte e commento introduttivo*, Giuffrè, Milano, 2002, pp. XX-119

2003

29. Diana-Urania Galetta, *Le norme di disciplina dei c.d. "vizi formali" del provvedimento contenute nel d.d.l. n. AS-1281, di modifica della legge 241/90: spunti critici*, in *Il Foro amministrativo - TAR*, 2003/5, pp. 1813-1824

30. Diana-Urania Galetta, *Violazione di norme sul procedimento amministrativo e annullabilità del provvedimento*, Giuffrè, Milano, 2003, pp. XVIII-301

2004

31. Diana-Urania Galetta, *Vizi procedurali e vizi sostanziali al vaglio della Corte di giustizia (che non si pronuncia sulla questione)*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2004/1, pp. 317-324

32. Diana-Urania Galetta, Daniel Segre, *Verso la nuova normativa tedesca*, in *Fondazione ISMU, Nono rapporto italiano sulle migrazioni - 2003*, Franco Angeli, Milano, 2004, pp. 241-243; 249-251 (Segre = pp. 244-249)

33. Diana-Urania Galetta, *Giudice amministrativo e vizi formali*, in AA.VV. (a cura di V. Parisio), *Vizi formali, procedimento e processo amministrativo*, Giuffrè, Milano, 2004, pp. 77-99

34. Diana-Urania Galetta, *La monografia di Aldo M. Sandulli sul procedimento amministrativo e, in particolare, le sue riflessioni in ordine al tema della sanabilità dei "difetti derivanti dall'irregolare svolgimento del procedimento"*, in A. M. Sandulli (1915-1984). *Attualità del pensiero giuridico del Maestro*, Giuffrè, Milano, 2004, pp. 223-228

35. Diana-Urania Galetta, *Der Vertrag über eine Verfassung für die Europäische Union aus italienischer Perspektive: Anmerkungen aus politischer und rechtswissenschaftlicher Sicht*, in *Die öffentliche Verwaltung*, 2004/19, pp. 828-834

2005

36. Diana-Urania Galetta, *Das Recht auf gute Verwaltung in der Europäischen Charta der Grundrechte und in der Rechtsprechung der EG-Gerichte*, in K. Stern, P. Tettinger (a cura di), *Die Europäische Grundrechte-Charta im wertender Verfassungsvergleich*, Berliner Wissenschafts-Verlag, Berlin, 2005, pp. 207-232 (*Il diritto ad una buona amministrazione nella Carta europea dei diritti e nella giurisprudenza dei tribunali comunitari*)

37. Diana-Urania Galetta, *Autotutela decisoria e diritto comunitario*, in AA.VV. (a cura di G. Falcon), *Il diritto amministrativo dei Paesi europei tra omogeneizzazione e diversità culturali*, Cedam, Padova, 2005, pp. 39-63
e in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2005/1, pp. 35-59 (classe A)

38. Diana-Urania Galetta, *Notazioni critiche sul nuovo art. 21-octies della legge n. 241/90*, in *Giustizia amministrativa* (www.giustamm.it), 2005/2, pp. 1-10

39. Diana-Urania Galetta, *"Garanzia linguistica" e diritto amministrativo europeo: fra diritto ad una buona amministrazione e problemi di "cattiva traduzione"*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2005/2, pp. 321-340 (classe A)

40. Diana-Urania Galetta, *L'art. 21-octies della novellata legge sul procedimento amministrativo nelle prime applicazioni giurisprudenziali: un'interpretazione riduttiva delle garanzie procedurali contraria alla Costituzione e al diritto comunitario*, in AA.VV. (a cura di M.A. Sandulli), *Riforma della L. 241/1990 e processo amministrativo*, *Quaderni de Il Foro amministrativo - TAR*, quaderno n. 2 (reperibile anche come supplemento al fascicolo 5-6/2005), Giuffrè, Milano, 2005, pp. 89-110
e in *GiustAmm* (<http://www.giustamm.it>), 2006/9

41. Diana-Urania Galetta, *Il diritto ad una buona amministrazione europea come fonte di essenziali garanzie procedurali nei confronti della Pubblica Amministrazione*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2005/3, pp. 819-857 (classe A)

42. Diana-Urania Galetta, *La violazione del principio dell'anonimato nei pubblici concorsi come illegittimità procedimentale che non può essere sanzionata con l'annullamento: verso "l'irrelevanza" dello Stato di diritto?*, in *Giustizia civile*, 2005/7-8, pp. 265-268 (classe A)

43. Diana-Urania Galetta, *Il principio di proporzionalità comunitario e il suo effetto di "spill over" negli ordinamenti nazionali*, in *Nuove autonomie*, 2005, pp. 541-557 (classe A)

44. Diana-Urania Galetta, *The Obligation for National Administrative Bodies to Review their Final Administrative Decisions*, in J. Ziller (a cura di), *What's New in European Administrative Law? - Quoi de Neuf en Droit Administratif européen? - Transcription of the Statements and Discussions of the Round Table held at the EUI on 10 December 2004 - Transcription des exposés et discussions de la Table ronde organisée à l'EUI le 10 Décembre 2004*, Florence: EUI Working papers Law n° 2005/10. (<http://www.iue.it/LAW/Publications.shtml>), pp. 11-13

2006

45. Diana-Urania Galetta, *I procedimenti di riesame*, in V. Cerulli Irelli (a cura di), *La disciplina generale dell'azione amministrativa*, Jovene, Napoli, 2006, pp. 393-408

46. Diana-Urania Galetta, *Trasparenza e Governance amministrativa nel diritto europeo*, in M.P. Chiti/G. Palma (a cura di), *I principi generali dell'azione amministrativa. Atti del convegno di Napoli 3 febbraio 2006*, Jovene, Napoli, 2006, pp. 163-185
e in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2006/2, pp. 265-283 (classe A)

47. Diana-Urania Galetta, *"Garantía lingüística" y Derecho administrativo europeo: entre el derecho a una buena administración y los problemas de mala traducción*, in *"El Derecho en red"*. Estudios en Homenaje al profesor Mario G. Losano, Editorial Dykinson, Madrid, 2006, pp. 281-301

48. Diana-Urania Galetta, Bernd Grzeszick, *Kommentar zu Art. 41 Grundrechtecharta*, in K. Stern/P. Tettinger (a cura di), *Europäische Grundrechtecharta, Kölner Gemeinschafts-Kommentar*, Karl Heymanns Verlag, Köln, 2006, pp. 661-680 (*Commento all'art. 41 della Carta dei Diritti dell'UE*)

49. Diana-Urania Galetta, *Transparency and Administrative Governance in European Law*, in M.P. Chiti (a cura di), *General Principles of Administrative Action*, Bononia University Press, Bologna, 2006, pp. 153-181

50. Diana-Urania Galetta, *La proporzionalità quale principio generale dell'ordinamento* (nota a Cons. Stato, sez. V, 14 aprile 2006, n. 2087), in *Giornale di diritto amministrativo*, 2006/10, pp. 1106-1111 (classe A)

2007

51. Diana-Urania Galetta, *Forme di gestione dei servizi pubblici locali ed in house providing nella recente giurisprudenza comunitaria e nazionale*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2007/1, pp. 17-50 (classe A)

52. Diana-Urania Galetta, *Inhalt und Bedeutung des europäischen Rechts auf gute Verwaltung*, in *Europarecht*, 2007/1, pp. 57-81 (classe A)

53. Diana-Urania Galetta, *Principio di proporzionalità e giudice amministrativo nazionale* (nota a TAR Lazio, sez. III, sentenza 25 gennaio 2007, n. 563), in *Il Foro amministrativo - TAR*, 2007/2, pp. 603-607

54. Diana-Urania Galetta, *Provvedimenti irregolari, regola del "raggiungimento dello scopo", carenza dell'interesse a ricorrere e art. 21-octies L. 241/90: l'opinione della sesta sezione del Consiglio di Stato* (nota a Cons. Stato, sez. VI, sentenza 16 maggio 2006, n. 2763), in *Giustizia civile*, 2007/5, pp. 1288-1299 (classe A)

55. Diana-Urania Galetta, Jacques Ziller, *Il regime linguistico della Comunità*, in M.P. Chiti e G. Greco (diretto da), *Trattato di diritto amministrativo europeo* (coordinato da G.F. Carlei e D.U. Galetta), Giuffrè, Milano, seconda edizione, 2007, p.te generale, tomo II, pp. 1067-1113 (cap. 1, 3, 4 e 6 D.U. Galetta; cap. 2, 5, 7 e 8 J. Ziller)

56. Diana-Urania Galetta, Duccio M. Traina, *Trasporti marittimi e porti*, in M.P. Chiti e G. Greco (diretto da), *Trattato di diritto amministrativo europeo* (coordinato da G.F. Carlei e D.U. Galetta), Giuffrè, Milano, seconda edizione, 2007, p.te speciale, tomo IV, pp. 2111-2172 (cap. 1-4 D.U. Galetta; cap. 5 D.M. Traina)

57. Diana-Urania Galetta, Massimo Giavazzi, *Trasporti terrestri*, in M.P. Chiti e G. Greco (diretto da), *Trattato di diritto amministrativo europeo* (coordinato da G.F. Carlei e D.U. Galetta), Giuffrè, Milano, seconda edizione, 2007, p.te speciale, tomo IV, pp. 2173-2235 (cap. 1-3 D.U. Galetta; cap. 4-5 M. Giavazzi)

58. Diana-Urania Galetta, *La Constitution européenne, entre nécessités à satisfaire et incapacité politique à la faire sortir de l'impasse*, in Th. von Danwitz, J. Rossetto (a cura di), *Europa in der Krise? Perspektiven der Europäischen Integration*, Konrad-Adenauer-Stiftung, Berlin, 2007, pp. 35-53

59. Diana-Urania Galetta, *Le Principe de proportionnalité*, in J.B. Auby/J. Dutheil de la Rochère (a cura di), *Droit Administratif Européen*, Bruylant, Bruxelles, 2007, pp. 357-376

2008

60. Diana-Urania Galetta, Gabriele Bottino, *Materiali per un corso di Diritto amministrativo europeo. Argomenti scelti*, Giappichelli, Torino, 2008, pp. 1-307

61. Diana-Urania Galetta, *Le garanzie procedurali dopo la L. 15/2005: considerazioni sulla compatibilità comunitaria dell'art. 21-octies L. 241/90, anche alla luce della previsione ex art. 41 CED*, in L. Perfetti (a cura di), *Le riforme della L. 7 agosto 1990, n. 241 tra garanzia della legalità ed amministrazione di risultato*, CEDAM, Padova, 2008, pp. 319-335

62. Diana-Urania Galetta, *Punti di vista italiani. Intervento*, in G. Falcon (a cura di), *Il procedimento amministrativo nei diritti europei e nel diritto comunitario*, Atti del Seminario di Trento, 8-9 giugno 2007, CEDAM, Padova, 2008, pp. 305-311

63. Diana-Urania Galetta, *Der Vertrauensschutz aus der Perspektive des italienischen Verwaltungsrechts (im Vergleich mit der deutschen und der gemeinschaftsrechtlichen Perspektive)*, in J. Schwarze (a cura di), *Bestand und Perspektiven des Europäischen Verwaltungsrechts. Rechtsvergleichende Analysen*, Nomos Verlag, Baden-Baden, 2008, pp. 203-221
e in J. Schwarze (a cura di), *L'état actuel et les perspectives du droit administratif européen. Analyses de droit comparé*, Bruylant, Bruxelles, 2010, pp. 215-234

64. Diana-Urania Galetta, *Autorità di vigilanza, disciplina procedimentale e ruolo del giudice: le indicazioni contenute nel testo unico sulla tutela del risparmio e nel disegno di legge di riforma delle autorità amministrative indipendenti*, in *Il Diritto dell'Economia*, 2008/1, pp. 63-76 (classe A)

65. Diana-Urania Galetta, *La tutela dell'affidamento nella prospettiva del diritto amministrativo italiano, tedesco e comunitario: un'analisi comparata*, in *Diritto Amministrativo*, 2008/4, pp. 757-789 (classe A)

2009

66. Diana-Urania Galetta, Marco Antonioli, Alberto Di Pietro, *I procedimenti per l'adozione di atti regolamentari e generali*, in F. Galgano e F. Roversi Monaco (diretto da), *Le nuove regole del mercato finanziario - Trattato di diritto commerciale e di diritto pubblico dell'economia*, vol. 52, CEDAM, Padova, 2009, pp. 433-463 (cap. 1 e 7-9 D.U. Galetta; cap. 2-6 e 12 M. Antonioli; cap. 10-11 A. Di Pietro)

67. Diana-Urania Galetta, *The European Asylum policy: towards a Common European Asylum System*, in P. Cruz Villalon/H. Bauer/J. Iliopoulos-Strangas (a cura di), *The new Europeans - Migration and Integration in Europe*, Atti del 5° congresso annuale della Societas Iuris Publici Europaei (SIPE), Sevilla, 5-8 giugno 2008, Ant. N. Sakkoulas, Nomos Verlagsgesellschaft, Bruylant, 2009, pp. 311-329
e in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2008/5, pp. 1339-1352 (classe A)

68. Diana-Urania Galetta, *L'autonomia procedurale degli Stati membri dell'Unione Europea: Paradise Lost? Studio sulla c.d. autonomia procedurale: ovvero sulla competenza procedurale funzionalizzata*, Giappichelli, Torino, 2009, pp. XIV-172 (con prefazione di Jürgen Schwarze)

69. Diana-Urania Galetta, *Legittimo affidamento e leggi finanziarie, alla luce dell'esperienza comparata e comunitaria: riflessioni critiche e proposte per un nuovo approccio in materia di tutela del legittimo affidamento nei confronti dell'attività del legislatore*, in Associazione Italiana dei Professori di Diritto Amministrativo (AIPDA), *Annuario 2008 - Il diritto amministrativo alla prova delle leggi finanziarie*. Atti del Convegno annuale, Lecce, 26-27 settembre 2008, Editoriale Scientifica, Napoli, 2009, pp. 83-116
e in *Il Foro amministrativo - TAR*, 2008/6, pp. 1899-1925

70. Diana-Urania Galetta, *L'influence du droit communautaire sur le droit administratif italien: un cadre général*, in J. Dutheil de la Rochère (a cura di), *L'exécution du droit de l'Union, entre mécanismes communautaires et droits nationaux*, Bruylant, Bruxelles, 2009, pp. 175-187
e in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2007/6, pp. 1473-1483 (classe A)

71. Diana-Urania Galetta, *Riflessioni sulla più recente giurisprudenza comunitaria in materia di giudicato nazionale (ovvero sull'autonomia procedurale come competenza procedurale funzionalizzata)*, in *Il Diritto dell'Unione europea*, 2009/4, pp. 961-984 (classe A)

2010

72. Diana-Urania Galetta, *Abilitazione all'esercizio della professione forense: la norma che rende improcedibile l'appello (a seguito di nuova correzione degli scritti e superamento della prova orale) supera il vaglio di ragionevolezza della Corte Costituzionale. Ma siamo sicuri che essa sia anche "proporzionale"?* (nota a Corte Costituzionale, sentenza 09.04.2009, n. 108), in *Giurisprudenza italiana*, 2010, pp. 36-38 (classe A)

73. Diana-Urania Galetta, *The European Asylum Policy: Myth and Reality*, in P. Birkinshaw/M. Varney (eds.), *The European Union Legal Order after Lisbon*, Kluwer Law International BV, The Netherlands, 2010, pp. 213-227

74. Diana-Urania Galetta, *Procedural Autonomy of EU Member States: Paradise Lost? A Study on the "Functionalized Procedural Competence" of EU Member States*, Springer, Heidelberg-Dordrecht-London-New York, 2010, pp. XVI-145 (with a foreword by Prof. Jürgen Schwarze) ISBN 978-3-642-12547-8 (e book) - ISBN 978-3-642-12546-1 (print book) - (DOI): 10.1007/978-3-642-12547-8

The book has been reviewed in

1. *Il Diritto dell'Unione Europea*, 4/2009 (Luigi Daniele)
2. *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, 2/2010 (Giulio Vesperini)
3. *Rivista Italiana di Diritto Pubblico Comunitario*, 1/2011 (Enzo Cannizzaro)
4. *Europarecht*, 2/2011 (Armin Hatje)
5. *Italian Journal of Public Law*, vol. 3, 2/2011 (Giacinto Della Cananea)
6. C. Blumann et F. Picod (dir.), *Annuaire Annuaire de droit de l'Union européenne 2011* (Roberto Mastroianni);
7. *Common Market Law Review*, vol. 48, 2011 (Herwig H.C. Hofmann)
8. *Deutsches Verwaltungsblatt* 8/2011 (Albrecht Weber)
9. Claude Blumann
10. *Die Verwaltung*, Volume 46, Issue 4, December 2013 (Jens-Peter Schneider)

ii. "From its online publication on June 12, 2010, there has been a total of a total of 1,832 chapter downloads" (from: Book Performance Report 2016)

75. Diana-Urania Galetta, *Coamministrazione, reti di amministrazioni, Verwaltungsverbund: modelli organizzativi nuovi o alternative semantiche alla nozione di "cooperazione amministrativa" dell'art. 10 TCE, per definire il fenomeno dell'amministrazione intrecciata?*, in A. Contieri/F. Francario/M. Immordino/A. Zito (a cura di), *L'interesse pubblico tra politica e amministrazione*, Editoriale Scientifica, Napoli, 2010, vol. I, pp. 191-202
e in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2009/6, pp. 1689-1698 (classe A)

76. Diana-Urania Galetta, *Diritto ad una buona amministrazione e ruolo del nostro giudice amministrativo dopo l'entrata in vigore del Trattato di Lisbona*, in *Diritto Amministrativo*, 2010/3, pp. 601-638 (classe A)

77. Diana-Urania Galetta, *Il sistema di controllo e verifica dei premi per bovini maschi fra regolamenti UE, prassi nazionali e principio di proporzionalità: brevi riflessioni in margine alla sentenza Pontini (C-375/08)*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2010/5, pp. 1339-1346 (classe A)

78. Diana-Urania Galetta, *Le rapport entre Constitution italienne et normes externes et la question des soi-disant « contre-limites »*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2010/6, pp. 1633-1641 (classe A)

79. Diana-Urania Galetta, *Legislative Regulation of Administrative Procedures: The Role of the State and Länder in Germany*, in *Italian Journal of Public Law* (<http://www.ijpl.eu/>), 2010/2 (classe A)

2011

80. Diana-Urania Galetta, *Il principio di proporzionalità*, in M.A. Sandulli (a cura di), *Codice dell'azione amministrativa*, (con il coordinamento di D.U. Galetta e M. Gigante), Collana "Le Fonti del Diritto Italiano", Giuffrè, Milano, 2011, pp. 110-130

81. Diana-Urania Galetta, *Autonomia procedurale e dialogo costruttivo fra giudici alla luce della sentenza Melki*, in *Il Diritto dell'Unione europea*, 2011/1, pp. 221-242 (classe A)

82. Diana-Urania Galetta, *Das Verwaltungsverfahrensgesetz im europäischen Kontext: Der Fall Italiens*, in H. Hill/K.-P. Sommermann/U. Stelkens/J. Ziekow (a cura di), *35 Jahre Verwaltungsverfahrensgesetz – Bilanz und Perspektiven*, Duncker & Humblot, Berlin 2011, pp. 155-170

83. Diana-Urania Galetta, *Il procedimento amministrativo nella scienza del diritto amministrativo in Italia, dalle origini ad oggi: linee generali di sviluppo e critica di alcune recenti « involuzioni »*, in *Il Foro amministrativo - TAR*, 2011/11, pp. 3779-3790

84. Diana-Urania Galetta, *La giurisprudenza della Corte di giustizia in materia di autonomia procedurale degli Stati membri dell'Unione europea (Report annuale – 2011) – The Jurisprudence of the European Court of Justice on the Procedural Autonomy of EU Member States (Annual Report – 2011)*, in *IUS Publicum Network Review* (http://www.ius-publicum.com/repository/uploads/22_02_2012_12_08_Galetta_IT.pdf; http://www.ius-publicum.com/repository/uploads/22_02_2012_12_08_Galetta_UK.pdf), pp. 1-37

2012

85. in M.R. Spasiano, D. Corletto, M. Gola, D.U. Galetta, A. Police, C. Cacciavillani, (a cura di), *La Pubblica Amministrazione e il suo diritto*, Monduzzi Editoriale, Bologna, 2012:

a. pp. 61-72 (par. 1.5. L'influenza del diritto dell'Unione europea)

b. pp. 215-271 (par. 4.1. Il procedimento amministrativo: ambito di applicazione, struttura e principi; par. 4.2. Il procedimento amministrativo: le fasi; par. 4.3. L'accesso ai documenti amministrativi)

c. pp. 319-334 (par. 4.8. I provvedimenti amministrativi di secondo grado)

86. Diana-Urania Galetta, *La Ley Italiana 241/90 de Procedimiento Administrativo*, in P. Aberastury/ H-J. Blanke (a cura di), *Tendencias actuales del procedimiento administrativo en Latino América y Europa*, Editorial Universitaria de Buenos Aires (EUDEBA), Buenos Aires e Fundación Konrad Adenauer, Oficina México, México, 2012, pp. 231-268 (disponibile in: <http://www.kas.de/rspla/es/publications/34506/>)

87. Diana-Urania Galetta, *Il principio di proporzionalità*, in M. Renna, F. Saitta (a cura di), *Studi sui principi del diritto amministrativo*, Giuffrè, Milano, 2012, pp. 389-412

88. Diana-Urania Galetta, *Recht auf eine gute Verwaltung und Fehlerfolgenlehre nach dem Inkrafttreten des Lissabonner Vertrages: Der Fall Deutschlands und Italiens*, in M. Sachs/H. Siekmann (a cura di), *Der grundrechtsgeprägte Verfassungsstaat. Festschrift für Klaus Stern zum 80. Geburtstag*, Verlag Duncker & Humblot, Berlin, 2012, pp. 1051-1062

89. Diana-Urania Galetta, *Die "Nebeneffekte" unionsrechtlicher Vorschriften in Bereichen, in denen keine normative Kompetenz der EU besteht. Eine der aktuellsten Fragen zum Verhältnis von nationalem Recht und Europarecht*, in J. Schwarze (a cura di), *Das Verhältnis von nationalem Recht und Europarecht im Wandel der Zeit*, Nomos Verlag, Baden-Baden, 2012, pp. 179-188

90. Diana-Urania Galetta, *Begriff und Grenzen der Verfahrenautonomie der Mitgliedstaaten der Europäischen Union*, in J. Schwarze (a cura di), *Der Rechtsschutz vor dem Gerichtshof der EU nach dem Vertrag von Lissabon - Europarecht - Beiheft 1/2012*, Nomos Verlag, Baden-Baden, 2012, pp. 37-47

91. Diana-Urania Galetta, *Il diritto di asilo in Italia e nell'Unione europea oggi: fra impegno a sviluppare una politica comune europea, tendenza all'"esternalizzazione" e politiche nazionali di gestione della c.d. "emergenza immigrazione"*, e in F. Mangarò/A. Romano Tassone/F. Saitta (a cura di), *I diritti dopo il Trattato di Lisbona*, Rubbettino, Soveria Mannelli, 2012, pp. 111-129
e in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2010/6, pp. 1449-1470 (classe A)

92. Diana-Urania Galetta, *Principio di proporzionalità (dir. amm.)*, in *Portale Treccani*, sezione diritto, <http://dx.medra.org/10.7394/DOL-18>
<<http://dx.medra.org/10.7394/DOL-18>

2013

93. Diana-Urania Galetta, *Rinvio pregiudiziale alla Corte di giustizia UE ed obbligo di interpretazione conforme del diritto nazionale: una rilettura nell'ottica del rapporto di cooperazione (leale) fra giudici*, in P.L. Portaluri (a cura di), *L'Europa del diritto: i giudici e gli ordinamenti. Atti del Convegno di Lecce del 27-28 aprile 2012*, Edizioni Scientifiche Italiane, Napoli, 2013, pp. 121-139
e in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2012/2, pp. 431-444 (classe A)

94. Diana-Urania Galetta, *Autonomia universitaria e processi di internazionalizzazione degli Atenei dopo la legge n. 240 del 2010: una "anglicizzazione" necessaria? Riflessioni critiche dalla prospettiva del diritto (amministrativo)*, in *GiustAmm* (<http://www.giustamm.it/>), Febbraio/Marzo 2013, pp. 1-10

95. Diana-Urania Galetta, *O procedimento administrativo na ciência do direito administrativo italiano: linhas gerais do desenvolvimento e crítica a algumas recentes "involuções"*, in *Revista de Processo*, 2013 (vol. 218), pp. 259-273 (classe A)

96. Diana-Urania Galetta, *Riflessioni sull'ambito di applicazione dell'art. 41 della Carta dei diritti UE sul diritto ad una buona amministrazione, anche alla luce di alcune recenti pronunce della Corte di giustizia*, in *Il Diritto dell'Unione europea*, 2013/1, pp. 133-143 (classe A)

97. Diana-Urania Galetta, *Le champ d'application de l'article 41 de la Charte des droits fondamentaux de l'Union européenne sur le droit à une bonne administration, à propos des arrêts Cicala et M.*, in *Revue trimestrielle de droit européen*, 2013/1, pp. 77-85 (classe A)

98. Diana-Urania Galetta, *Il diritto ad una buona amministrazione fra diritto UE e diritto nazionale e le novità dopo l'entrata in vigore del Trattato di Lisbona*, in S. Civitarese Matteucci/F. Guarriello/P. Puoti (a cura di), *Diritti fondamentali e politiche dell'Unione europea dopo Lisbona*, Maggioli Editore, Collana Orizzonti del diritto pubblico, Rimini, 2013, pp. 71-95

99. S. Battini, E. Chiti, D.U. Galetta, B.G. Mattarella, C. Franchini, G. della Cananea, M. P. Chiti (a cura di M.P. Chiti), *Diritto amministrativo europeo*, Giuffrè, Milano, 2013, pp. XVI-596

e redazione del capitolo: *Le fonti (del diritto amministrativo europeo)*, pp. 89-141

100. Diana-Urania Galetta, *Niente di nuovo sul rinvio pregiudiziale: la Corte di giustizia ribadisce la sua consolidata giurisprudenza in materia e respinge il quesito ipotetico del Consiglio di Stato in tema di responsabilità*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2013/3-4, pp. 824-834 (classe A)

101. Diana-Urania Galetta, *La tutela dei diritti fondamentali (in generale, e dei diritti sociali in particolare) nel diritto UE dopo l'entrata in vigore del Trattato di Lisbona*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2013/5-6, pp. 1175-1188 (classe A)

102. Diana-Urania Galetta, *La Unión Europea en el marco constitucional de los Estados Miembros: el caso de Italia*, in *FORO. Revista de Ciencias Jurídicas y Sociales, Nueva Época*, vol. 16, 2013/2, pp. 287-297

2014

103. Diana-Urania Galetta, *Le Principe de proportionnalité*, in J.B. Auby/J. Dutheil de la Rochère (a cura di), *Droit Administratif Européen*, 2^a édition, Bruylant, Bruxelles, 2014, pp. 501-525

104. Diana-Urania Galetta, Herwig C.H. Hofmann, Jens-Peter Schneider, *Information Exchange in the European Administrative Union: an Introduction*, in *European Public Law*, 2014/1, pp. 65-70 (classe A)

105. Diana-Urania Galetta, *Informal information processing in dispute resolution networks: informality versus the protection of individual's rights?*, in *European Public Law*, 2014/1, pp. 71-88 (Available at SSRN: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2441123) (classe A)

106. Diana-Urania Galetta (a cura di), *Diritto amministrativo nell'Unione europea: argomenti e materiali*, Giappichelli, Torino, 2014, pp. XXIII-605

e redazione di:

- Introduzione: pp. 1-5;
- Cap. 1, *Le fonti del diritto amministrativo* (pp. 9-106) con saggio introduttivo dal titolo: *L'impatto del diritto UE sul sistema delle fonti del diritto amministrativo*, pp. 9-23

107. Diana-Urania Galetta, *Alcuni recenti sviluppi del diritto amministrativo italiano (fra riforme costituzionali e sviluppi della società civile)*, in *GiustAmm* (<http://www.giustamm.it>), Giugno 2014, pp. 1-6

108. Diana-Urania Galetta, *European Court of Justice and preliminary reference procedure today: national judges, please behave!*, in U. Becker, A. Hatje, M. Potacs, N. Wunderlich (a cura di), *Verfassung und Verwaltung in Europa. Festschrift für Jürgen Schwarze zum 70. Geburtstag*, Nomos Verlag, Baden-Baden, 2014, pp. 674-691 (Available at SSRN: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2500746)

109. Diana-Urania Galetta, *La influencia del Derecho de la Unión europea sobre el sistema nacional de fuentes del Derecho y el problema de la relación entre el Tribunal de Justicia de la UE y el Tribunal constitucional italiano*, in A. Montaña Plata, A.F. Ospina Garzón (a cura di), *La constitucionalización del Derecho Administrativo*, Editorial Universidad Externado de Colombia, Bogotá, 2014, pp. 595-611

110. P. Aberastury, H-J. Blanke, G. Bottino, D. Capitani, J-M. Casal Hernández, **D.U. Galetta**, R. García Macho, L. Greco, L. Ossio Bustillos, G. Pellissier, R. Perlingeiro, C. Sarría Olcos, K-P. Sommermann *Euro-American Model Code of Administrative Jurisdiction* (a cura di R. Perlingeiro e K-P. Sommermann), Editora da Universidade Federal Fluminense, Niterói (Brasil), 2014, vol. 1 (English, French, German, Italian, Portuguese and Spanish Versions) pp. 1-138 (Available at SSRN: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2441582)

111. Diana-Urania Galetta, *Transparency and Access to Public Sector Information In Italy: a Proper Revolution?*, in *Italian Journal of Public Law*, vol. 6, 2/2014, pp. 212-240 (http://www.ijpl.eu/assets/files/pdf/2015_volume_2/IJPL_volume2_2014.pdf) - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea

2015

112. Diana-Urania Galetta, Martin Ibler, *Decisioni amministrative "multipolari" e problematiche connesse: la libertà di informazione e il diritto alla riservatezza in una prospettiva di diritto comparato (Italia- Germania)*, in *Federalismi.it* (<http://www.federalismi.it>), Numero 9 - 06 maggio 2015, pp. 1-29 (sez. II D.U. Galetta) (classe A) - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea

113. Diana-Urania Galetta, *ReNEUAL Wzorcowe reguły postępowania administracyjnego UE oraz Księga VI-Administracyjne zarządzanie informacjami (ReNEUAL Model Rules on EU Administrative Procedure and Book VI on Administrative Information Management)*, in *Jawność i jej ograniczenia*. Red. nauk. Grażyna Szpor T. VII Postępowanie administracyjne pod red. Czesława Martysza. Wyd. C.H.Beck, Warszawa, 2015 (in Grażyna Szpor, a cura di, *Openness and*

its limits, Vol. VII, *Administrative Procedures*). Ed Czesław Martysz. C.H. Beck, Warsaw, 2015, pp. 153-166 - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea

114. Diana-Urania Galetta, *European Union Law in the Jurisprudence of Italian High Courts: is the counter-limits doctrine a dog that barks but does not bite?*, in *European Public Law*, 2015/4, pp. 747-764 (Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3014614>) (classe A)
- tradotto in greco (moderno) e pubblicato anche in TO SYNTAGMA (ToΣ) 1/2016, pp. 171-194

115. D.U. Galetta, H. C. H. Hofmann, O. Mir Puigpelat, J. Ziller, *The General Principles of EU Administrative Procedural Law. An in-depth Analysis*, in *Rivista Italiana di Diritto Pubblico Comunitario*, 2015/5, pp. 1421-1437 - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea (classe A)

116. Diana-Urania Galetta, capitoli su "Le fonti europee (Diritto dell'Unione europea e CEDU)" e su "I principi di proporzionalità e di ragionevolezza" in M.A. Sandulli (a cura di), *Principi e regole dell'azione amministrativa*, Giuffrè, Milano, 2015, pp. 9-30 e pp. 69-88

117. Diana-Urania Galetta, *Transparency and access to public sector administrative information in Italian administrative law and in relationship to EU law*, G. Szpor, A. Gryszczyńska (Eds.), *Access to spatial data and its limitations. Legal aspects*, Zagreb, 2015, Croatia (Published by: Croatian Information Technology Society - GIS Forum, Naukowe Centrum Prawno-Informatyczne - ISBN: 9789536129522), pp. 18 - 39 - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea

2016

118. Diana-Urania Galetta, *General Principles of EU Law as Evidence of the Development of a Common European Legal Thinking: the Example of the Proportionality Principle (from the Italian Perspective)*, in H.-J. Blanke, P. Cruz Villalón, T. Klein, J. Ziller (a cura di), *Common European Legal Thinking. Essays in Honour of Albrecht Weber*, Springer, Heidelberg-Dordrecht-London-New York, 2016, ISBN 978-3-319-19300-7 (e-book), ISBN 978-3-319-19299-4 (paperback) - pp. 221-242 - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea (Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3014607>)

119. Diana-Urania Galetta, *The European Union in the Constitutional Framework of Member States: The Italian Case*, in R. Arnold (ed.), *Limitations of National Sovereignty through European Integration*, Springer, Heidelberg-Dordrecht-London-New York, 2016, ISBN 978-94-017-7471-0 (e-book), ISBN 978-94-017-7469-7 (paperback), pp. 87-97

120. Giacinto della Cananea, **Diana-Urania Galetta** e. a. (a cura di), *Codice ReNEUAL del procedimento amministrativo dell'Unione Europea*, Editoriale Scientifica, Napoli, 2016, ISBN 9788863428445, pp. IX-L; LXIII-255 - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea

V. anche le pubblicazioni relative al Codice ReNEUAL di cui sono co-autrice in: francese, inglese, polacco, rumeno, spagnolo, tedesco, al seguente link: <http://reneual.eu/index.php/projects-and-publications/reneual-1-0>

121. Diana-Urania Galetta, *Accesso civico e trasparenza della Pubblica Amministrazione alla luce delle (previste) modifiche alle disposizioni del D. Lgs. n. 33/2013*, in *Federalismi.it* (<http://www.federalismi.it>), Numero 5/2016 - 2 Marzo 2016, pp. 1-19 - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea (classe A)

122. Diana-Urania Galetta, *Le traitement contentieux des irrégularités procédurales en droit comparé*, in J.-B. Auby (a cura di), *Droit comparé de la procédure administrative - Comparative Law of Administrative Procedure*, Bruylant, Bruxelles, 2016, ISBN 9782802744085, pp. 845-869 - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea

123. Diana-Urania Galetta, *Decision-Making and Information Management*, in M. Ruffert (Ed.), *The Model Rules on EU Administrative Procedures: Adjudication*, Europa Law Publishing, Groningen, 2016, ISBN 9789089521859 (paperback), ISBN 9789089521866 (e-book), pp. 185-193 - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea

124. D.U. Galetta, H. C. H. Hofmann, O. Mir Puigpelat, J. Ziller, *Context and legal elements of a proposal for a Regulation on the administrative procedure of the European Union's institutions, bodies, offices and agencies*, in *Rivista Italiana di Diritto Pubblico Comunitario*, 2016/1, pp. 313-360 - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea (classe A)

125. Diana-Urania Galetta, Bernd Grzeszick, *Kommentar zu Art. 41 Grundrechtecharta*, in K. Stern/M. Sachs (a cura di), *Europäische Grundrechtecharta, Kölner Gemeinschafts-Kommentar*, C.H. BECK ISBN 978-3-406-68036-6, Köln, 2016, 2ª edizione, pp. 618-645 (*Commento all'art. 41 della Carta dei Diritti dell'UE*)

126. Diana-Urania Galetta, *Il dibattito sulla valutazione nell'area giuridica, fra problemi reali e falsi miti*, in *Notizie di Politeia*, XXXII, 123, 2016. ISSN 1128-2401, pp. 78-89. (classe A)

127. Diana-Urania Galetta, Gherardo Carullo, *Gestione dei servizi pubblici locali e in house providing: novità, auspici e scenari futuri in una prospettiva di de-frammentazione del sistema*, in M. Cafagno, F. Manganaro (a cura di), *Ricerche sui Centocinquanta anni delle Leggi di unificazione amministrativa - L'intervento pubblico nell'economia*, Firenze University Press, Firenze, 2016, pp. 349-372 (http://www.fupress.com/archivio/pdf/3252_11928.pdf) e in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2016/1, pp. 371-393 (classe A)

128. Diana-Urania Galetta, *The Italian Freedom of Information Act 2016 (why transparency-on-request is a better solution)*, in *Italian Journal of Public Law*, vol. 8, 2/2016, pp. 268-290 (http://www.ijpl.eu/assets/files/pdf/2016_volume_2/IJPL_volume2_2016.pdf) - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea - Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3014629>

129. Diana-Urania Galetta, P. Provenzano, *Le nuove regole della semplificazione amministrativa*, in M.A. Sandulli (a cura di), *La legge 241/90 nei decreti attuativi della "Riforma Madia". Le nuove regole della semplificazione amministrativa* (speciale l'Amministrativista.it), Giuffrè, Milano, 2016, pp. 7-38

2017

130. Diana-Urania Galetta, Voce: *Trasparenza e accesso agli atti*, in *Treccani. Il Libro dell'anno del diritto 2017*, Istituto della Enciclopedia Italiana, Roma, 2017, sez. 3 (Diritto Amministrativo), p. 177-182

131. Diana-Urania Galetta, *Internazionalizzazione degli Atenei e tutela dei principi costituzionali del primato della lingua italiana, della parità nell'accesso all'istruzione universitaria e della libertà d'insegnamento: alla ricerca del punto di equilibrio (commento a Corte Cost., sentenza 2017/42)*, in *GiustAmm* (<http://www.giustamm.it>), Marzo 2017, pp. 1-13

132. Diana-Urania Galetta, *La trasparenza, per un nuovo rapporto tra cittadino e Pubblica Amministrazione: un'analisi storico-evolutiva in una prospettiva di diritto comparato ed europeo*, in Atti del 62° convegno di Studi Amministrativi di Varenna (22-24 settembre 2016, Villa Monastero, Varenna), Milano, Giuffrè, 2017, pp. 465-518
e in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2016/5, pp. 1019-1065 (classe A) - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea

133. Diana-Urania Galetta, *Il principio di proporzionalità*, in M.A. Sandulli (a cura di), *Codice dell'azione amministrativa*, Collana "Le Fonti del Diritto Italiano", Giuffrè, Milano, 2017 (2ª edizione), pp. 149-173.

134. Diana-Urania Galetta, *La trasparenza, per un nuovo rapporto tra cittadino e Pubblica Amministrazione: un'analisi storico-evolutiva in una prospettiva di diritto comparato ed europeo*, in Atti del 62° convegno di Studi Amministrativi di Varenna (22-24 settembre 2016, Villa Monastero, Varenna), Milano, Giuffrè, 2017, pp. 465-518
e in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2016/5, pp. 1019-1065 (classe A) - pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea

135. Cristina Fraenkel-Haeberle, **Diana-Urania Galetta**, Karl-Peter Sommermann (a cura di), *Europäisierung und Internationalisierung der nationalen Verwaltungen im Vergleich. Deutsch-italienische Analysen*. Schriften zum Europäischen Recht, Band 178, Duncker & Humblot, Berlin, 2017, pp. 1-179

e redazione del capitolo conclusivo:

• Diana-Urania Galetta, *Obblighi di rispetto del diritto UE e convergenze fra diritti amministrativi nazionali. Qualche riflessione conclusiva*, pp. 163-171

136. Diana-Urania Galetta, *Esigenze di internazionalizzazione e principi costituzionali del primato della lingua italiana, della parità nell'accesso all'istruzione universitaria e della libertà d'insegnamento: la Corte costituzionale indica la via per un corretto bilanciamento da parte degli Atenei*, in *Giurisprudenza Costituzionale*, 2017/1, pp. 401-414 (classe A)

137. Diana-Urania Galetta, *Trasparenza e contrasto della corruzione nella pubblica amministrazione: verso un moderno panottico di Bentham?* in Associazione Italiana dei Professori di Diritto Amministrativo (AIPDA), *Annuario 2016 - Antidoti alla cattiva amministrazione: una sfida per le riforme*. Atti del Convegno annuale, Roma, 7-8 ottobre 2016, Editoriale Scientifica, Napoli, 2017, pp. 57-83
e in *Diritto e Società*, 2017/1, pp. 43-68 (classe A)
pubblicazione PRIN 2012 (2012SAM3KM) sulla codificazione dei procedimenti dell'Unione europea

138. Diana-Urania Galetta, capitoli su "Le fonti europee (Diritto dell'Unione europea e CEDU)" e su "I principi di proporzionalità e di ragionevolezza" in M.A. Sandulli (a cura di), *Principi e regole dell'azione amministrativa*, Giuffrè, Milano, 2ª edizione, 2017, pp. 9-30 e pp. 83-102

139. Guido Greco (insieme a) M. Cafagno, **D.U. Galetta**, M. Ramajoli, M. Sica, *Argomenti di Diritto Amministrativo*, vol. I, p.te generale, Lezioni, Giuffrè, Milano, 3ª edizione, 2017, pp. 1-486

140. Diana-Urania Galetta, *Nicola Bassi e il Diritto Globale*, in *Rivista della Regolazione dei Mercati*, 2017/2, pp. 257-262 (classe A)

2018

141. Diana-Urania Galetta, *Internazionalizzazione degli Atenei e corsi di studio in lingua straniera: fra conseguenze "a sistema" del contenzioso sui corsi "solo in inglese" al Politecnico di Milano e possibili scenari futuri*, in *Federalismi.it* (<http://www.federalismi.it>), Numero 4/2018 - 14 febbraio 2018, pp. 1-16 (classe A)

142. Diana-Urania Galetta, *Accesso (civico) generalizzato ed esigenze di tutela dei dati personali ad un anno dall'entrata in vigore del Decreto FOIA: la trasparenza de "le vite degli altri"?*, in *Federalismi.it* (<http://www.federalismi.it>), Numero 10/2018, 9 maggio 2018, pp. 1-27 (classe A)

143. S. Battini, E. Chiti, **D.U. Galetta**, B.G. Mattarella, C. Franchini, G. della Cananea, M. P. Chiti (a cura di M.P. Chiti), *Diritto amministrativo europeo*, Giuffrè, Milano, 2ª edizione, 2018, pp. XII-587

e redazione del capitolo: *Le fonti (del diritto amministrativo europeo)*, pp. 91-143

144. Diana-Urania Galetta, *Transparencia y buen gobierno. Evaluación y propuestas a partir de la experiencia en la Unión europea e Italia*, in *Dilemata - Revista Internacional de Éticas Aplicadas*, N° 27, Maggio 2018, pp. 131-148

145. Diana-Urania Galetta, *Access to administrative documents and to public sector information in Italy*, in R. Perlingeiro, H-J. Blanke (a cura di), *The Right of Access to Public Information. An International Comparative Legal Survey*, Springer, Heidelberg-Dordrecht-London-New York, 2018, ISBN 978-3-662-55552-1, pp. 343-367

146. Diana-Urania Galetta, *Le Model Rules di ReNEUAL e gli aspetti più innovativi della collaborazione fra amministrazioni nell'UE: procedimento amministrativo, scambio dei dati e gestione delle banche dati*, in *Rivista Italiana di Diritto Pubblico Comunitario*, 2018/2, pp. 347-366 (classe A)

147. Diana-Urania Galetta, *La vicenda dei corsi "solo in inglese" al Politecnico di Milano, fra problematiche giuridiche e problematiche socio-economiche*, in *Notizie di Politeia*, XXXIV, 131, 2018. ISSN 1128-2401, pp. 6-18 (in *Forum internazionalizzazione degli atenei e politica linguistica: riflessioni sulle implicazioni dell'uso dell'inglese nella didattica universitaria*, a cura di Diana-Urania Galetta (con Presentazione, pp. 3-5) (classe A)

148. Diana-Urania Galetta, Jacques Ziller (Eds.), *Information and Communication Technologies Challenging Public Law, beyond Data Protection*, Atti del 12° congresso annuale della Societas Iuris Publici Europaei (SIPE), Nomos Verlagsgesellschaft, 2018, pp. 5-212

e redazione del contributo: *Information and Communication Technology and Public Administration: through the Looking-Glass*, pp. 119-129

149. Diana-Urania Galetta, *Digitalización y transparencia: ¿un "responsable de la transparencia" y su "asistente digital" como herramientas del buen gobierno del futuro?*, in *Revista Jurídica de Buenos Aires*, nr. 96/2018 I, pp. 159-180 (http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/rev_juridica/pub_rj2018.php)

150. Diana-Urania Galetta, *La Pubblica Amministrazione nell'era delle ICT: sportello digitale unico e Intelligenza Artificiale al servizio della trasparenza e dei cittadini?*, in *Cyberspazio e Diritto*, 2018/3, pp. 319-336 (https://www.mucchieditore.it/index.php?option=com_virtuemart&view=productdetails&virtuemart_product_id=2741)

2019

151. Cristina Fraenkel-Haeberle, Diana-Urania Galetta, *Verwaltungsgerichtsbarkeit in Italien*, in A. von Bogdandy, J. Pauzaitė-Kulvinskienė, P.M. Huber (a cura di), *Ius Publicum Europaeum*, vol. VIII, *Rechtsschutz gegen die Verwaltung*, C.F. Müller, Heidelberg, 2019, pp. 269-343 (par. IV e V D.U. Galetta)

152. Diana-Urania Galetta, Juan Gustavo Corvalán, *Intelligenza Artificiale per una Pubblica Amministrazione 4.0? Potenzialità, rischi e sfide della rivoluzione tecnologica in atto*, in *Federalismi.it* (<http://www.federalismi.it>), fasc. 3/2019, 6 febbraio 2019, pp. 1-23 (classe A)

153. Diana-Urania Galetta, *Public Administration in the Era of Database and Information Exchange Networks: Empowering Administrative Power or Just Better Serving the Citizens?*, in *European Public Law*, Vol 25(2), 2019, pp. 171-182 (classe A)

154. Diana-Urania Galetta, *Open-Government, open-data e Azione Amministrativa*, in *Le Istituzioni del Federalismo*, 2019/3, pp. 663-683 (classe A)

155. Diana-Urania Galetta, *Il diritto ad una buona amministrazione nei procedimenti amministrativi oggi (anche alla luce delle discussioni sull'ambito di applicazione dell'art. 41 della Carta dei diritti UE)*, in M.C. Pierro (a cura di), *Il diritto a una buona amministrazione nei procedimenti tributari*, Giuffrè Francis Lefebvre, Milano, 2019, pp. 1-32

e in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2019/2, pp. 165-200 (classe A)

156. Diana-Urania Galetta, *Le Projet ReNEUAL. Histoire d'une collaboration scientifique réussie et d'une idée encore à réaliser: la codification de la procédure administrative de l'Union européenne*, in M. Blanquet, G. Kalfèche (a cura di), *La codification de la procédure administrative non contentieuse de l'Union européenne*, Cahiers Jean Monnet, Editions des Presses de l'Université, Toulouse, 2019, pp. 139-148

157. Diana-Urania Galetta, *Il principio di proporzionalità fra diritto nazionale e diritto europeo (e con uno sguardo anche al di là dei confini dell'Unione Europea)*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2019/6, pp. 903-927 (classe A)
e in *Atti del Convegno "Itinerari della Giustizia amministrativa e del suo giudice. Per i 130 anni dall'istituzione della Quarta Sezione del Consiglio di Stato"*. Roma, Palazzo Spada, 20 novembre 2019, in <https://www.giustizia-amministrativa.it>

2020

158. Diana-Urania Galetta (a cura di), *Diritto amministrativo nell'Unione europea: argomenti (e materiali)*, Giappichelli, Torino, 2020, pp. XIX-286, ISBN 9788892132924

e redazione di:

• Introduzione: pp. XIII-XIX

• Cap. 1, L'impatto del diritto UE sul sistema delle fonti del diritto amministrativo, pp. 1-22

159. Diana-Urania Galetta, *Karlsruhe über alles? Il ragionamento sul principio di proporzionalità nella pronuncia del 5 maggio 2020 del BVerfG tedesco e le sue conseguenze*, in *Federalismi.it* (<http://www.federalismi.it>), fasc. 14/2020 (6 maggio 2020), pp. 166-178 (classe A)

160. Diana-Urania Galetta, *Karlsruhe über alles? The reasoning on the principle of proportionality in the judgment of 5 May 2020 of the German BVerfG and its consequences*, in *CERIDAP*, 2/2020, <https://ceridap.eu> (8 maggio 2020)

161. Diana-Urania Galetta, Paolo Provenzano, *La disciplina italiana del whistleblowing come strumento di prevenzione della corruzione e dell'illegalità nella pubblica amministrazione: luci e (soprattutto) ombre*, in S. Zorzetto, A. Della Bella (a cura di), *Whistleblowing e prevenzione dell'illegalità*, Giuffrè Francis Lefebvre, Milano, 2020 (paragrafi 1, 6, 7 e 8 di Diana-Urania Galetta), pp. 285-310
e in *Federalismi.it*, fasc. 18/2020 (10 giugno 2020), p. 112-133 (classe A)

162. Diana-Urania Galetta, Jacques Ziller, *¿Karlsruhe über alles? La insoportable pesadez del juez constitucional alemán (sobre la sentencia del zweiter senat del tribunal constitucional federal alemán del 5 de mayo de 2020 relativa al programa PSPP del banco central europeo)*, in *Revista Española de Derecho Europeo*, Núm. 73-74, Enero – Junio 2020, pp. 179-212 - DOI: 10.37417/REDE/num73-74_2020_390

163. Diana-Urania Galetta, Jacques Ziller, *Karlsruhe über alles? Riflessioni a margine di una pronuncia "assolutamente non comprensibile" e "arbitraria" (commento a BVerfG 05.05.2020, 2 BvR 859/15, Weiss)*, in *Rivista Italiana di Diritto Pubblico Comunitario*, 2020/4, pp. 301-345 (classe A)

164. Diana-Urania Galetta, *Algoritmi, procedimento amministrativo e garanzie: brevi riflessioni, anche alla luce degli ultimi arresti giurisprudenziali in materia*, in *Scritti per Franco Gaetano Scoca*, Editoriale Scientifica, Napoli, 2020, vol. III, pp. 2205-2220 (ISBN 978-88-9391-964-7)
e in *Rivista Italiana di Diritto Pubblico Comunitario*, 2020/4, pp. 501-516 (classe A)

165. Roberto Cavallo Perin, Diana-Urania Galetta (a cura di), *Il Diritto dell'Amministrazione Pubblica digitale*, Giappichelli, Torino, 2020, pp. LVI-377, ISBN/EAN 978-88-921-3643-4

e redazione di:

• Cap. III, Digitalizzazione e diritto ad una buona amministrazione (Il procedimento amministrativo, fra diritto UE e tecnologie ICT), pp. 85-117

166.Diana-Urania Galetta, Jacques Ziller, *L'indépendance des juges et le droit de l'union européenne du point de vue de l'autonomie institutionnelle (et procédurale) des Etats membres*, in F. Peraldi Leneuf (Dir.), *Les Valeurs de l'Union européenne* (IREDIES, Cahiers européens, nr. 13), Pedone, Paris, 2020, pp. 67-79 (sez. I e II di D.U. Galetta; introduzione e sez. III di J. Ziller), ISBN : 978-2-233-00951-7

167.Diana-Urania Galetta, Gherardo Carullo, *L'app Immuni quale requisito per lo svolgimento di attività a rischio (di diffusione del contagio)? Una proposta per incentivare l'uso delle ICT nella lotta alla pandemia*, in CERIDAP, 4/2020, <https://ceridap.eu> (28 novembre 2020)

2021

168.Diana-Urania Galetta, Jacques Ziller, *Les violations flagrantes et délibérées du droit de l'Union par l'arrêt « inintelligible » et « arbitraire » du Bundesverfassungsgericht dans l'affaire Weiss*, in *Revue trimestrielle de droit européen*, 1/2021, pp. 855-887 (classe A)

169.Diana-Urania Galetta, *Die Einwirkung vom EU Recht auf die italienische Verfassung*, in H-J. Blanke/S. Magiera/J-C. Pielow/A. Weber (a cura di), *Verfassungsentwicklungen im Vergleich. Italien 1947 – Deutschland 1949 – Spanien 1978*, Duncker & Humblot, Berlin, 2021, pp. 198-210.

170.Diana-Urania Galetta, Jacques Ziller, *The Bundesverfassungsgericht's Glaring and Deliberate Breaches of EU Law Based on "Unintelligible" and "Arbitrary" Grounds*, in *European Public Law*, Vol 27/1, 2021, pp. 63-102 (classe A)

NOTES - EDITORIAL NOTES - REPORTS - REVIEWS - TRANSLATIONS

- ❖ Stesura di note redazionali nell'ambito della rubrica "Sentenze dei giudici comunitari" della *Rivista italiana di Diritto Pubblico Comunitario* (a partire dal fascicolo 1991/1)
- ❖ Nota redazionale al progetto di comunicazione interpretativa della Commissione su "Le concessioni nel diritto comunitario degli appalti pubblici", in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1999/2, p. 667-669
- ❖ Resoconto del Convegno su "La libera circolazione dei lavoratori: trent'anni di applicazione del diritto comunitario", in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1997/6, pp. 1353-1355
- ❖ *Basic English for all? No grazie! Come e perché il TAR Lombardia ha bloccato la fuga in avanti del Politecnico di Milano*. Breve nota a TAR Lombardia, sez. III, sentenza 23 May 2013, n. 1348, in *Giustamm* (<https://www.giustamm.it>), n. 6-2013
- ❖ Breve nota dal titolo: *The choice of teaching "only in English" in an Italian public University is a sign of intellectual subjection and is contrary to the proportionality principle (An Answer to G. della Cananea)*, in *Giustamm* (<http://www.giustamm.it>), Ottobre 2013, pp. 1-4 e in *Italian Journal of Public Law*, 2/2013, p. 316 ss.
- ❖ Intervista (insieme a G. Bottino) dal titolo: *La Pubblica Amministrazione è davvero necessaria?*, in S. Levi (Eds.), *Reinventare il pubblico*, Pearson Italia, Milano-Torino, 2014, pp. 183-206
- ❖ Prefazione a Paolo Provenzano, *I vizi nella forma e nel procedimento amministrativo. Fra diritto interno e diritto dell'Unione europea*, Giuffrè, Milano, 2015, pp. XV-XX
- Recensione a: Th. Kaufmann, *Das italienische Kartellgesetz vom 1990 und sein Verhältnis zum europäischen Recht der Wettbewerbsbeschränkungen*, Frankfurt, 1993, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1993/4, pp. 1023-1024
- Recensione a: F. Pocar/C. Secchi, *Il Trattato di Maastricht sull'Unione europea*, Milano, 1992, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1993/4, p. 1024
- Recensione a: U. Draetta, *Elementi di diritto comunitario*, Milano, 1994, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1994/1, p. 288
- Recensione a: E. Eichenhofer, *Reform des Europäischen koordinierenden Sozialrechts*, Köln e.a., in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1994/1, p. 289
- Recensione a: G. Tesaurò, *Diritto comunitario*, Padova, 1995, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1996/1, p. 213
- Recensione a: A. Santa Maria, *Diritto commerciale comunitario*, Milano, 1995, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1996/1, p. 213-215
- Recensione a: B. Nascimbene, *Da Schengen a Maastricht*, Milano, 1995, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1996/1, pp. 215-216
- Recensione a: L. Daniele, *Il diritto materiale della Comunità europea*, Milano, 1995, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1996/3-4, p. 863
- Recensione a: U. Draetta, *Elementi di diritto comunitario. Parte speciale*, Milano, 1995, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1996/3-4, pp. 863-864
- Recensione a: M. Stecanella/E. Robaldo, *La legge quadro in materia di lavori pubblici*, Milano, 1995, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1996/3-4, p. 864-865
- Recensione a: S. Cognetti, "Quantità" e "qualità" della partecipazione. *Tutela procedimentale e legittimazione processuale*, Milano, 2000, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2000/3-4, p. 982
- Recensione a: E. Schmidt-Aßmann, *Das allgemeine Verwaltungsrecht als Ordnungsidea*, Heidelberg, 1998, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2000/3-4, p. 981
- Recensione a: B. Nascimbene, *Expulsion and Detention of Aliens in the European Union Countries*, Milano, 2001, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2002/6, pp. 1485-1486
- Recensione a: M. Occhiena, *Situazioni giuridiche e procedimento amministrativo*, Milano, 2002, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2003/1, pp. 289-290
- Recensione a: P. De Carli, *Sussidiarietà e governo economico*, Milano, 2002, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2003/3-4, pp. 971-972
- Recensione a: B. Nascimbene, *Diritto degli stranieri*, Padova, 2004, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2005/1, pp. 343-344
- Recensione a: J. Schwarze, *Europäisches Verwaltungsrecht. Entstehung und Entwicklung im Rahmen der Europäischen Gemeinschaft*, Nomos Verlag, Baden-Baden, 2005, pp. XLIV-1500 (seconda edizione ampliata), in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2005/6, pp. 1989-1991
- Recensione a: S. Civitarese Matteucci, *La forma presa sul serio. Formalismo pratico, azione amministrativa ed illegalità utile*, Torino, Giappichelli, 2006, in *Rivista trimestrale di diritto pubblico*, 2007/1, pp. 267-270
- Recensione a: J. Schwarze, *Europäisches Wirtschaftsrecht. Grundlagen, Gestaltungsformen, Grenzen*, Nomos Verlag, Baden-Baden, 2007, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2008/1, pp. 419-421
- Recensione a: L. Saltari, *Amministrazioni nazionali in funzione comunitaria*, Milano, Giuffrè, 2007, in *Rivista trimestrale di diritto pubblico*, 2008/3, pp. 883-886
- Recensione a: Ornella Porchia, *Principi dell'ordinamento europeo. La cooperazione pluridirezionale*, Bologna, Zanichelli, 2008, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2009/6, pp. 1699-1700
- Recensione a: Jürgen Schwarze, *Zukunftsaussichten für das Europäische Öffentliche Recht*, Nomos Verlag, Baden-Baden, 2010, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2010/3-4, pp. 1096-1098
- Recensione a: A. von Bogdandy/J. Bast (eds.), *Principles of European Constitutional law*, Hart Publishing and Verlag CH Beck, Oxford and München, 2010, in *European Public Law*, 2011/4, pp. 777-783
- Recensione a: H.C.H. Hofmann/A. H. Türk (eds.), *Legal Challenges in EU Administrative Law. Towards an Integrated Administration*, Edward Elgar Publishing, Cheltenham e.a., 2009
- in *European Public Law*, 2011
- e in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2010/5, pp. 1396-1399
- Recensione a: J. Bast, *Aufenthaltsrecht und Migrationssteuerung*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2011, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2012/6, pp. 1289-1291
- Recensione a: J. Schwarze, *Europarecht. Strukturen, Dimensionen und Wandlungen des Rechts der Europäischen Union. Ausgewählte Beiträge*, Nomos Verlag, Baden-Baden, 2012, 1151 pp., in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2012/6, pp. 1293-1295
- Recensione a: E. Giardino, *La Plurilateralità della funzione amministrativa*, Torino, Giappichelli, 2012, 500 pp., in *Rivista trimestrale di diritto pubblico*, 2015/2.

TRADUZIONI

- Albrecht Weber, *Il diritto amministrativo procedimentale nell'ordinamento della Comunità europea*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1992/2, pp. 393-412
- Albrecht Weber, *La trasposizione delle direttive in materia ambientale nel diritto tedesco*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1992/3, pp. 918-921
- Eckart Klein, *L'influenza del diritto comunitario sul diritto amministrativo degli Stati membri*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1993/4, pp. 683-704
- Albrecht Weber, *Federalismo e regionalismo nell'Unione europea*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1993/4, pp. 705-722
- Albrecht Weber, *Il trattato di Maastricht sul banco di prova delle Corti costituzionali europee*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1995/6, pp. 1215-1237
- Albrecht Weber, *Sviluppi nel diritto amministrativo europeo*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1998/3-4, pp. 589-609
- Albrecht Weber, *Possibilità e limiti dell'armonizzazione europea del diritto d'asilo prima e dopo Amsterdam*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 1998/5, pp. 1003-1019
- Albrecht Weber, *Le basi del diritto procedimentale amministrativo nell'ordinamento tedesco*, in AA.VV. (a cura di M.A. Sandulli), *Il procedimento amministrativo fra semplificazione e partecipazione: modelli europei a confronto*, Giuffrè, Milano, 2000, pp. 33-38
- Klaus Stern, *Procedimento amministrativo e tutela giurisdizionale in Germania - Separazione e intersezione*, in AA.VV. (a cura di M.A. Sandulli), *Il procedimento amministrativo in Europa. Atti del Convegno di Milano*, Giuffrè, Milano, 2000, pp. 9-27
- Jürgen Schwarze, *I principi dello stato di diritto per l'azione amministrativa nella "vecchia" e nella "nuova" Unione europea*, in *Rivista italiana di diritto pubblico comunitario*, 2004/6, pp. 1279-1307
- Martin Ibler, *Decisioni amministrative "multipolari" e problematiche connesse: la libertà di informazione e il diritto alla riservatezza in una prospettiva di diritto comparato (Italia-Germania)*, in *Federalismi.it* (<http://www.federalismi.it>), Numero 9 - 06 May 2015, (sez. I)

ANNEX 2 - RESEARCH PROGRAMS

- 1991-1992: Participation in a research project on Public Administration funded by CNR (Italian National Research Center) with a contribution on "General principles of administrative procedure"
- 1992-1993: Participation in a research project on social security funded by CNR with a contribution on "Revocation of social security services "
- Master Degree dissertation on "Proportionality principle in the German, European and Italian legislations", included in the library of the Law School of the Osnabrück University (as from July 1993).
- 1997-1999: Participation in the comparative research program on "The administrative procedure discipline in Europe between participation and simplification", organised by Prof. M.A. Sandulli within the framework of the research activities of the Administrative Law section of the Faculty of Political Science of "Università degli Studi di Milan"
- 1999-2001: Participation in a research program financed with 40% of MURST funds (funded by the Ministry of University and of scientific research) and directed by Prof. Mario G. Losano, with a contribution on "Privacy legislation, immigration legislation and the Schengen agreements: integration and contrast points "
- 2000: Scientific coordinator of a research project financed with 60% of MURST funds on "The administrative procedure as influenced by the European Community law in the German and Italian legislations"
- 2001: Scientific coordinator of a research project financed with FIRST funds on "Faults of the administrative procedure as a ground for annulment of the administrative action: The emerging trends".
- 2002: Scientific coordinator of a research project financed with FIRST funds on "Subject of the administrative ruling and the new role of the administrative judge after the introduction of law 205/2000"
- 2002-2004: Head of the Research Unit of the University of Milan for a national research project financed with 40% of MURST funds (funded by the Ministry of University and of scientific research) and coordinated at national level by Prof. Giampaolo Rossi. Topic of the research unit: "Limited Public Companies and Public law".
- 2003: Scientific coordinator of a research project financed with FIRST funds of "Università degli Studi di Milan" on "Public Administration between the new trend of privatisation and the need to preserve the public interests"
- 2004: Scientific coordinator of a research project financed with FIRST funds of "Università degli Studi di Milan" on "Administrative 'self-remedy' between national and community law"
- 2005: Scientific coordinator of a research project financed with FIRST funds of "Università degli Studi di Milan" on "The reform of the Italian law on administrative procedure"
- 2005-2007: Head of the Research Unit of the University of Milan for a national research project financed with 40% of MURST funds (funded by the Ministry of University and of scientific research) and coordinated at national level by Prof. Fabio Roversi Monaco. Topic of the research unit: "EU regulatory and administrative integration in the field of credit and savings protection – From "indirect administration" to "co-administration" through to the recent trends aimed at creating new subjects and joint ownership of performed functions".
- 2006: Scientific coordinator of a research project financed with FIRST funds of "Università degli Studi di Milan" on "Administrative activity and jurisdictional control: control processes and instruments, between national legislations and EU law".
- 2007: Scientific coordinator of a research project financed with FIRST funds of "Università degli Studi di Milan" on "EU administrative integration and procedural autonomy of the Member States".
- 2008: Scientific coordinator of a research project financed with FIRST funds of "Università degli Studi di Milan" on "Protection of legitimate expectations, between national legislation and EU law".
- 2009: Scientific coordinator of a research project financed with PUR funds of "Università degli Studi di Milan" on "Immigration and asylum, between rights and legislation".
- 2014-2017: Head of the Research Unit of the University of Milan for a research project PRIN (Projects of Scientific Research of Relevant National Interest) funded by the Ministry of University and of scientific research, directed at the national level, Prof. Jacques Ziller. Topic of the research unit: Reinforced administrative cooperation and general rules of administrative Procedure of the European Union
- 2015-2017: Participation in the research project funded by the Spanish "Ministerio de Economía y Competitividad" on: "personas y responsabilidad criminal Jurídicas: imputación (atribución, limitación, exclusión) y coautoría with personas físicas"- REFERENCIA: DER2014-58217-R, coordinated by Prof. Dr. Joan J. Queralt University of Barcelona (Spain)

ANNEX 3 - CONFERENCE PAPERS, SEMINARS, ROUND TABLES

1997-2001

Paper presented at the Conference organised by the Association of Germans, Italians and French Administrative Judges (AGATIF) and by the University of Brescia on the topic "Potere discrezionale e controllo giudiziario", Brescia, 24 e 25 October 1997.

Title: *Principio di proporzionalità e sindacato del giudice amministrativo.*

Paper presented at the Conference organised by the Association of Germans, Italians and French Administrative Judges (AGATIF) at the Academy of German administrative judges of Wustrau (Germany), on the topic "Le strutture della tutela amministrativa in Europa", Wustrau, 5- 9 July 1999.

Title: *Giustizia amministrativa italiana e diritto comunitario.*

Paper presented at the Conference organised by Deutsche Hochschule für Verwaltungswissenschaften – Speyer on the occasion of the first "Europa-Forum Speyer - Verwaltung in der Europäischen Union", Speyer, 10-12 April 2000.

Title: *Wechselwirkungen zwischen nationalem Verwaltungsrecht und europäischem Gemeinschaftsrecht - aus italienischer Perspektive.*

2002

Paper presented at the Conference organised by University of Zagreb on the topic "Science and Higher Education Regulations in Central and South-Eastern European Countries", Zagreb, 24 e 25 May 2002.

Title: *The System of Scientific Research and the University System in Italy.*

Paper presented at the Conference organised by University of Cologne "Laudatio anlässlich des 70. Geburtstags von Klaus Stern", Cologne, 14 June 2002.

Title: *Stern und das Europäische Verfassungs- und Verwaltungsrecht.*

2003

Paper presented at the Conference organised by the University of Cassino on the topic "La riforma dell'azione amministrativa", Cassino, 19 June 2003.

Title: *Vizi formali e vizi sostanziali.*

Paper presented at the Conference organised by the Association of Germans, Italians and French Administrative Judges (AGATIF) e by the University of Brescia on the topic "Vizi formali, procedimento e processo amministrativo", Brescia, 23 October 2003.

Title: *Giudice amministrativo e vizi formali.*

2004

Paper presented at the Conference organised by Deutsche Hochschule für Verwaltungswissenschaften - Speyer), 5th "Europa-Forum Speyer - Verwaltung in der Europäischen Union", Speyer, 30 March – 1st April 2004.

Title: *Der Vertrag über eine Verfassung für die Europäische Union aus italienischer Sicht.*

Paper presented at the Conference organised by the University of Trento on the topic "Il Diritto Amministrativo dei Paesi europei fra omogeneizzazione e diversità culturali", Trento, 24-25 June 2004.

Title: *Autotutela decisoria e diritto comunitario.*

Paper presented at the Conference organised by the University of Cologne at the Italian headquarters of "Konrad Adenauer Stiftung"(Cadenabbia - Como) on the topic "Individualgrundrechtsschutz in Europa", Cadenabbia, 27- 30 June 2004.

Title: *Das Recht auf gute Verwaltung.*

Paper presented at the Round Table organised by Prof. Jacques Ziller at European University Institute (EUI) of Fiesole on the topic: "What's New in European Administrative Law? – Quoi de Neuf en Droit Administratif européen?", Fiesole, 10 December 2004

Title: *The Obligation for National Administrative Bodies to Review their Final Administrative Decisions*

2005

Paper presented at the Conference organised by Università degli Studi G. D'Annunzio di Chieti e Pescara on the topic "Statuto dell'azione amministrativa e regimi di invalidità: linee evolutive generali e tradizioni settoriali", Pescara, 24 June 2005

Title: *Vizi formali e procedimento*

Paper presented at the Conference organised by Local Police of Cinisello Balsamo on the topic "La riforma della L. 241/90 sul procedimento amministrativo e le recenti modifiche alle norme sulla circolazione stradale", Cinisello Balsamo (Milan), 30 September 2005

Title: *La riforma della L. 241/90 sul procedimento amministrativo: principali novità e problematiche emergenti*

Paper to summarize the work of the panel "Forme di partecipazione degli enti locali substatali all'integrazione sopranazionale", University of Milan, on the topic "Federalismi e integrazioni sopranazionali. Unione europea e Mercosur a confronto", Milan, 15 December 2005

2006

Paper presented at the Conference organised by Università degli Studi Federico II di Napoli on the topic "I principi generali dell'azione amministrativa", Napoli, 3 febbraio 2006

Title: *Trasparenza e governance amministrativa nel diritto europeo*

Paper presented at the Conference organised by the University of Freiburg, Institut für Öffentliches Recht, Abt. Europa- und Völkerrecht with 'Europa-Institut di Freiburg', on the topic "Das Recht auf eine gute Verwaltung", Freiburg (Germania), 3 May 2006

Title: *Inhalt und Bedeutung des Rechtes auf eine gute Verwaltung*

Paper presented at the Conference organised by University of Regensburg, Lehrstuhl für Öffentliches Recht e Jean-Monnet-Lehrstuhl für Europarecht, on the topic "Verfassungsrechtliche Aspekte von Pfeiler III der Europäischen Union", Regensburg, 23-24 June 2006

Title: *Polizeiliche Zusammenarbeit in Europa: die Suche nach einer schwierigen Balance zwischen Erfordernissen eines effizienten Datenaustausches und wirksamer Schutz der Rechte der Einzelnen am Beispiel von Enfpol*

Paper presented at the Conference organised by Prof. Thomas Von Danwitz, University of Köln at "Konrad Adenauer Stiftung" (Cadenabbia - Como) on the topic "Perspektive der Europäischen Integration: Erweiterung, soziale und wirtschaftliche Ausrichtung, rechtliche Vertiefung". Cadenabbia, Villa la Collina, 28 September – 1 October 2006.

Title: *La Constitution européenne, entre nécessités à satisfaire et incapacité politique à la faire sortir de l'impasse*

2007

Paper presented at the Conference organised by SPISA and IISA on the topic "La disciplina dei servizi pubblici locali: novità recenti ed ulteriori prospettive di riforma", Bologna, 27 January 2007

Title: *L'evoluzione della giurisprudenza comunitaria e nazionale*

Organization, scientific coordination and Paper presented at the Conference organised by University of Milan, Corso di laurea in Scienze dell'Amministrazione on the topic "Pubblico impiego e strumenti di controllo", Milan, 17 May 2007

Title: *Accountability e trasparenza fra diritto interno e diritto comunitario*

Paper presented at the Conference organised by University of Freiburg, Europa-Institut e Lehrstuhl für Öffentliches Recht, Abt. Europa- und Völkerrecht, on the topic "Bestand und Entwicklung des europäischen Verwaltungsrechts", Freiburg im. Br., 4-5 July 2007

Title: *Der Vertrauensschutz aus der Perspektive des italienischen Verwaltungsrechts (im Vergleich mit der deutschen und der gemeinschaftsrechtlichen Perspektive)*

Paper presented at the Conference organised by la Scuola Eugubina di Pubblica Amministrazione (SEPA) con University of Perugia on the topic "La buona amministrazione tra affermazioni di principio e diritti fondamentali", Gubbio, 19-20 October 2007

Title: *Buona amministrazione e procedimento amministrativo, fra diritto interno e diritto comunitario*

Paper presented at the Conference organised by Université Panthéon-Assas (Paris II), Centre de Droit européen, on the topic "L'exécution du droit de l'Union, entre mécanismes communautaires et droits nationaux", Paris 30 November – 1 December 2007

Title: *L'influence du droit communautaire sur le droit administratif italien: un cadre général*

2008

Organization, scientific coordination and Paper presented at the Conference organised by University of Milan, Dipartimento giuridico-politico on the topic "Tutela del risparmio e diritto comunitario", Milan, 18 January 2008

Title: *Autorità di vigilanza, disciplina procedimentale e ruolo del giudice, fra diritto interno e diritto comunitario*

Paper presented at the Conference organised by the National Bar Council, Complesso monumentale di Santo Spirito in Sassia, Rome, 3-5 April 2008

Title: *Contratti ad evidenza pubblica, annullamento dell'aggiudicazione e sorte del contratto*

Paper presented at the Conference organised by "Deutsche Hochschule für Verwaltungswissenschaften – Speyer" in "8 Europa-Forum Speyer - Verwaltung in der Europäischen Union", Speyer, 16-18 April 2008.

Title: *Gute Verwaltung in der Europäischen Union*

Paper presented at the Conference organised by Societas Iuris Publici Europaei (SIPE) – 5th Annual Congress - on the topic "Los nuevos europeos. Migración e integración en Europa", Sevilla, 5-8 June 2008

Title: *The common European Asylum policy: towards a common European Asylum System?*

Paper presented at the Conference: "Annual Congress of the Italian Association of Administrative Law Professors (AIPDA)", at University of Lecce, on the topic "Il diritto amministrativo alla prova delle leggi finanziarie", Lecce, 25-26 September 2008

Title: *Legittimo affidamento e leggi finanziarie, alla luce dell'esperienza comparata e comunitaria*

2009

Paper presented at the Conference organised by University of Palermo on the topic "Interesse pubblico e disegno organizzativo delle pubbliche amministrazioni", Palermo, 20-21 February 2009

Title: *La coamministrazione*

Coordinator of the First Session of the Conference: "3. Europa-Gespräche Cadenabbia : Aktuelle Herausforderungen der europäischen Integration: die Zukunft des Lissabonner Vertrages, das Entstehen einer europäischen Gesellschaftspolitik und die Perspektiven des Grundrechtsschutzes in der EU" organised by Prof. Thomas Von Danwitz (ECJ judge) at "Konrad Adenauer Stiftung" (Cadenabbia - Como). Cadenabbia, Villa la Collina, 15-17 May 2009

Paper presented at the Conference organised by University of Hull (GB), Institute of European Public Law, on the topic "The End of the Post 1992 European Order?", Hull 25-26 June 2009

Title: *The European Asylum Policy between myth and reality*

2010

Paper presented at the Conference organised by University of Napoli on the topic "Twenty years after: the Italian law of administrative procedures", Napoli, 23 April 2010

Title: *Administrative procedure in Germany: the "Verwaltungsverfahrensgesetz" of the Bund and the "Verwaltungsverfahrensgesetze" of the Länder. A comparison with the situation in Italy*

Paper presented at the Conference organised by "Università degli Studi G. D'Annunzio Chieti-Pescara" and Italian Association of European lawyers (AGE) on the topic "Diritti fondamentali e politiche dell'UE dopo Lisbona", Pescara, 6-7 May 2010

Title: *L'art. 41 della Carta europea dei diritti e il diritto ad una buona amministrazione dopo l'entrata in vigore del Trattato di Lisbona*

Paper presented at the Conference organised by Università di Osnabrück (Germany), European Legal Study Institute (ELSI), on the topic "*The limits of transfer of sovereignty from the National and the European perspective*", Osnabrück 25-26 June 2010

Title: *"Le rapport entre constitution italienne et normes externes et la question des soi-disant « contre-limites »"*

Paper presented at the Conference: **Laudatio** in honour of Prof. Dr. Albrecht Weber, organised by University of Osnabrück (Germany), European Legal Study Institute (ELSI), Osnabrück, 25 June 2010.

Title: *Albrecht Weber: der Mensch und der Wissenschaftler*

Paper presented at the Conference organised by Ph.D. School of Università di Catania, Catanzaro, Messina, Napoli Due, Palermo, Reggio Calabria, Malta, Saragoza, on the topic "*I diritti dopo il Trattato di Lisbona*", Hotel Villaggio Guglielmo - Copanello (CZ), 2-3 July 2010

Title: *Il diritto di asilo*

Paper presented at the Conference organised by Dipartimento di Studi Sociali e Politici of University of Milan and Association Antigone on the topic "*Proteggere i diritti e prevenire la tortura: l'Europa delle migrazioni tra privazione della libertà e respingimenti*", Milan, 28 October 2010

Title: *Diritto d'asilo e pratica dei respingimenti, fra diritto nazionale e diritto dell'Unione europea*

2011

Paper presented at the Conference organised by Deutsche Hochschule für Verwaltungswissenschaften - Speyer on the topic "*35 Jahre Verwaltungsverfahrensgesetz – Bilanz und Perspektiven*", Speyer, 9-11 February 2011

Title: *Das Verwaltungsverfahrensgesetz im europäischen Kontext: der Fall Italiens*

Paper presented at the Conference organised by University of Rome III on the topic "*La Direttiva Servizi e il d.lgs. 59/2010: effetti sul diritto amministrativo nazionale "Interesse pubblico e disegno organizzativo delle pubbliche amministrazioni"*", Rome, 7 March 2011

Title: *Direttiva servizi e cooperazione amministrativa*

Paper presented at the Conference organised by University of Freiburg, Europa-Institut and Lehrstuhl für Öffentliches Recht, Abt. Europa- und Völkerrecht, on the topic "*Das Verhältnis vom nationalem Recht und Europarecht im Wandel der Zeit*", Freiburg im. Br., 12-14 May 2011

Title: *Die "Nebeneffekte" von unionsrechtlichen Vorschriften in Bereichen wo es keine normative Kompetenz der EU besteht: Eine der aktuellsten Fragen bezüglich des Verhältnis vom nationalem Recht und Europarecht*

Series of Lectures on the Administrative Process presented in the context of the training Program for federal judges organised at the State University "Universidade Federal Fluminense" of Niteroi (Brasile) in the context of the Cooperation Agreement between the University of Milan and the Universidade Federal Fluminense in Niteroi (Brazil), Nucleus of Sciences of the judiciary (Nupej) – Niteroi, 11-15 July 2011

Paper presented at the Conference organised by Università di Trier, „Gesellschaft für Rechtsvergleichung“, on the topic "*Rechtliche Grenzen der Freiheit und Rechtsschutz*". Trier, 15-17 September 2011

Title: *die Verfahrensautonomie der Mitgliedstaaten*

Paper presented at the Conference: "*IV^e Rencontres franco-italiennes de Droit administratif*" organised by University of Toulouse I. Toulouse, 2-3 December 2011

Title: *Il procedimento amministrativo nella scienza del diritto amministrativo in Italia*

2012

Paper presented at the Conference organised by European Ombudsman and "Research Network on EU Administrative Law"(ReNEUAL) on the topic "*Towards an EU administrative procedure law?*". EU Parliament, Bruxelles, 15-16 March 2012

Title: *Information Management in "informal" EU Networks of Co-operation*

Paper presented at the Conference organised by the Regional Administrative Court of Lecce on the topic "*L'Europa del diritto: i giudici e gli ordinamenti*". Lecce, 27-28 April 2012

Title: *Il rapporto fra giudici: il rinvio pregiudiziale*

Conclusive report presented at the Conference: "*4. Europa-Gespräche Cadenabbia: Von der Krise zum Neuaufbruch – Welche Zukunft gibt es für Europa?*" organised by Prof. Thomas Von Danwitz, at "Konrad Adenauer Stiftung"(Cadenabbia - Como). Cadenabbia, Villa la Collina, 18-20 May 2012

Coordinator and introductory paper presented at the Conference organised by University of Milan on "*Atti amministrativi e tutela della concorrenza. Il potere di legittimazione a ricorrere dell'AGCM nell'art. 21 bis legge n. 287/90*". Milan, Napoleonic hall of Palazzo Greppi, 27 September 2012

2013

Paper to present the book of Stefano Rodotà (Emeritus Professor of Civil Law, University of Rome, La Sapienza) on the topic "*Il diritto di avere diritti*", organised at University of Milan on the topic "*diritti fondamentali di cittadinanza nella network society*". Milan, Hall of graduations of the Faculty of Political Sciences, Via Conservatorio, 5 February 2013

Paper presented at the Conference: "*La lingua della scienza e dell'arte*" organised by "Comitato Lingua Madre" at Società Umanitaria di Milan, su "*Lingua Cultura Libertà*". Milan, Società Umanitaria, Salone degli affreschi, Via San Barnaba 48, 20 February 2013

Organization, scientific coordination and Paper presented at the Conference: "*Giudizio amministrativo e ruolo del giudice in una prospettiva comparata*", at University of Milan. Milan, Napoleonic hall of Palazzo Greppi, Via Sant'Antonio 10, 25 March 2013

Coordinator and introductory paper presented at the Conference: "*Les législations de police sanitaire harmonisées au niveau européen. Cas de l'ESB e de la fièvre aphteuse*" within the Conference organised by "Association des Conseils d'Etat e des Juridictions administratives suprêmes de l'Union européenne", in

cooperation with ReNEUAL, EFSA e DG SANCO of EU Commission on "*Sécurité alimentaire: articulation des compétences européennes et nationales, et contrôle juridictionnel des décisions prises en cette matière*". Parma, EFSA, 22 April 2013

Paper presented at the Conference: "*La Unión Europea en el marco constitucional de los Estados Miembros*" organised by Jean Monnet chair of Dpto. de Derecho Administrativo de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense de Madrid (Prof. Ricardo Alonso García). Madrid, 24 April 2013

Title: *La Unión Europea en el marco constitucional de los Estados Miembros: el caso de Italia*

Coordinator and introductory paper presented at the Conference (organised together with Prof. David Capitant, Université Paris 1-Panthéon-Sorbonne): "8ème Rencontres franco-allemandes de jeunes chercheurs en droit public comparé - 8. Deutsch-Französisches DoktorandenSeminar zur Rechtsvergleichung im öffentlichen Recht". Villa Vigoni, Lovenjo di Menaggio, 13-15 June 2013

Paper to present the work of "Working Group 4 on Information Management" at the Conference organised at University of Luxemburg, Faculté de droit, d'économie e de finance and "Research Network on European Administrative Law" (ReNEUAL), on "*Administrative Procedural Law in the EU*". Lussemburgo, 27-28 June 2013

2014

Paper presented at the Conference: "*Integrazione europea, servizi pubblici e diritti fondamentali*". Catania, Dipartimento di Giurisprudenza (Villa Cerami), 31 January 2014

Title: *La tutela dei diritti fondamentali nel diritto dell'Unione europea dopo l'entrata in vigore della Carta dei diritti*

Paper presented at the Conference organised by European Ombudsman and "Research Network on EU Administrative Law" (ReNEUAL) on the topic "*EU Administrative procedures. Presenting and discussing the ReNEUAL draft model rules*". EU Parliament, Bruxelles, 19-20 May 2014

Title: *Shared information and mutual assistance (ReNEUAL Books V and VI) – together with J-P. Schneider, Università di Freiburg in Br.*

Paper presented at the Conference: "*5ème Rencontres franco-italiennes de Droit administratif*" organised by University of Brescia. Brescia, 23-24 May 2014

Title: *Les actualités dans le droit administratif italien*

Paper presented as Discussant at the Conference organised by University of Trento on the topic "*Verso nuovi rimedi amministrativi? Modelli giustiziali a confronto*", Trento, 6 June 2014.

Title: *Il ripensamento del ricorso amministrativo in Germania*

Series of Lectures on "Princípios Fundamentais e Regras Gerais da Jurisdição Administrativa", presented in the context of the training Program for federal judges organised at the State University "Universidade Federal Fluminense" of Niterói (Brasile) in the context of the Cooperation Agreement between the University of Milan and the Universidade Federal Fluminense in Niterói (Brazil), Nucleus of Sciences of the judiciary (Nupej) - Niterói, 28-31 July 2014

Paper presented at the Conference organised by "Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região – EMARF" (Brasile) on the topic "*Princípios Gerais do Procedimento Administrativo*", Rio De Janeiro, 1 August 2014.

Title: *O princípio da proporcionalidade*

Paper presented at the Conference organised by Universidad Externado de Colombia, Bogotá (Colombia), Facultad de Derecho, Departamento de Derecho Administrativo, on the topic "*La constitucionalización del derecho administrativo*", Bogotá, 3-5 September 2014.

Title: *La convencionalización del Derecho administrativo*

Paper presented at the Conference organised by Università Cardinal Stefan Wyszyński of Warsaw on "*Transparency and its Limitations in a Democratic Country*", Warsaw, 20 October 2014

Title: *Draft Model Rules on EU Administrative Procedures: Book VI of ReNEUAL, its background and its Model Rules on Information Management.*

Paper presented at the Seminars organised by the European School of Advanced Fiscal Studies on "*Il diritto a una buona amministrazione profili amministrativi e tributari*", Bologna, 28 October 2014

Title: *Le garanzie previste dall'art. 41 della Carta dei diritti UE: profili generali*

Coordinator and Paper presented at the Conference: "*Verso la codificazione del procedimento amministrativo dell'unione europea: problemi e prospettive*", at "Università degli Studi di Milano". Crociera Alta (of the Law School), via Festa del Perdono, 7. Milan, 7 November 2014.

Title: *The "Research Network on EU Administrative Law" e il codice ReNEUAL sul Procedimento Amministrativo dell'Unione europea*

Paper presented at the Conference: Wissenschaftliche Gesellschaft für Europarecht, XXIII. Wissenschaftliches Kolloquium, on the topic "*Europäisches Unionsrecht in der Rechtsprechung nationaler Obergerichte*". Berlin, 27-28 November 2014.

Title: *European Union Law in the Jurisprudence of Italian High Courts*

Paper presented at the Conference organised by National School of Administration on the topic "*Verso una codificazione dei procedimenti amministrativi dell'Unione europea?*". Rome, 1st December 2014

Title: *Presentazione dei Libri V e VI delle Model Rules*

2015

Paper presented at the Conference: Round Table on "*El Código ReNEUAL de procedimiento administrativo de la Unión Europea*", in Jornada "*El Código ReNEUAL de procedimiento administrativo de la Unión Europea*". Universitat de Barcelona. Barcellona, 30 January 2015.

Coordinator and Paper presented at the Conference: "*La 'Informationsverwaltung', fra diritto tedesco, diritto italiano e diritto dell'Unione Europea*", at "Università degli Studi di Milano". Crociera Alta (of the Law School), Milan, 19 February 2015.

Title: *Tutela della riservatezza e principio di trasparenza dell'attività della pubblica amministrazione nel sistema italiano*

Paper presented at the Conference: *"The Model Rules on EU Administrative Procedures: Adjudication"*, organised by "Dornburg Research Group of New Administrative Law - Groupe de recherche de Dornburg pour le nouveau droit administratif - Fifth Workshop 2015, at Università degli Studi di Rome, Tor Vergata. Rome, 22-23 April 2015.

Title: *ReNEUAL Book VI on Administrative Information Management*

Paper presented at the Conference: *"Ricerche sui Centocinquanta anni delle Leggi di unificazione amministrativa - L'intervento pubblico nell'economia"*, at Università degli Studi di Rome III. Rome, 11 June 2015.

Title: *Gestione dei servizi pubblici locali e in house providing*

Coordinator and Paper presented at the Conference: *"Administrative Procedure in the European Union: a Comparative Analysis"* at "Università degli Studi di Milan", Facoltà di giurisprudenza, biblioteca della sezione di Diritto amministrativo - via Festa del Perdono 7, Milan, 9 July 2015

Paper presented at the Conference: *"Der ReNEUAL-Musterentwurf für ein Europäisches Verwaltungsverfahren in der Diskussion"* organised at the German „Bundesverwaltungsgericht“ in Leipzig. Leipzig, 5-6 November 2015

Coordinator and Paper presented at the Conference: *"L'amministrazione digitale nell'Unione Europea: prospettive di sviluppo e problematiche connesse"* at "Università degli Studi di Milan". Crociera Alta (of the Law School), Milan, 18 December 2015

2016

Coordinator and Paper presented at the Conference: *"Il diritto italiano in Europa"* at "Università degli Studi di Milan". Crociera Alta (of the Law School), Milan, 15 January 2016

Title: *Il Diritto UE, fra comparazione giuridica, multilinguismo e ruolo dei giuristi nazionali*

Coordinator and Paper presented at the Conference: *"Il giudice e l'economia"* at "Università degli Studi di Milan". Crociera Alta (of the Law School), Milan, 20 January 2016

Paper presented at the Conference: *"La valutazione della ricerca nelle scienze sociali, economiche e giuridiche"*, at "Università degli Studi di Milan", Hall of graduations of the Faculty of Political Sciences, Economiche e Sociali, Via Conservatorio 7, 4 febbraio 2016

Title: *Il dibattito sulla valutazione nell'area giuridica*

Paper presented at the Conference: *"La riforma della pubblica amministrazione e i decreti di attuazione della legge 124/2015 (legge madia)"*, at "Università degli Studi di Milan". Napoleonic hall of Palazzo Greppi, 26 February 2016

Title: *La trasparenza della Pubblica Amministrazione oggi, alla luce delle previste modifiche alle disposizioni del Decreto Legislativo 33/2013*

Paper presented at the Conference: *"Europeanisation of Administrative Law And Codification Of Administrative Procedure - ReNEUAL Conference 2016"* at Babes-Bolyai University, Center for Good Governance Studies, Cluj Napoca (Romania), 13-14 May 2016

Title: *Decision making and Information Management in an intertwined EU administration*

Paper presented at the Conference *"I dialoghi tra le Corti"*, at Università degli Studi di Siena, 19 May 2016

Title: *Dialogo tra le Corti e processo amministrativo*

Paper presented at the Conference *"Codice ReNEUAL del procedimento amministrativo dell'Unione Europea"* at Università degli Studi di Torino, Biblioteca Europea Gianni Merlini, 4 July 2016

Title: *I Libri V e VI delle Model Rules nel contesto generale della codificazione ReNEUAL*

Paper presented at the Conference *"2016 Annual Conference of Southeastern Association of Law Schools, within the Panel "Administrative Law Discussion Forum"*, Amelia Island, 3-9 August 2016

Title: *The Italian Freedom of Information Act 2016 (why transparency-on-request is a better solution)*

Paper presented at the Conference *"62° Convegno di Studi Amministrativi di Varenna - L'Italia che cambia: dalla riforma dei contratti pubblici alla riforma della Pubblica Amministrazione"*, at Villa Monastero, Varenna, 22-24 September 2016

Title: *La trasparenza, per un nuovo rapporto tra cittadino e Pubblica Amministrazione*

Paper presented at the Conference: *"Annual Congress of the Italian Association of Administrative Law Professors (AIPDA)"*, at University of Rome III, on the topic *"Il diritto amministrativo alla prova delle leggi finanziarie"*, Lecce, 25-26 September 2008

Title: *La trasparenza, per un nuovo rapporto tra cittadino e Pubblica Amministrazione*

Coordinator (together with the "Deutsches Institut für öffentliche Verwaltung Speyer") **and Paper** presented at the Conference: *"Deutsch-Italienisches Kolloquium - Denationalisierung der öffentlichen Verwaltung: Europäisierung und Internationalisierung der öffentlichen Verwaltung im Vergleich"*, Villa Vigoni, Lovenio di Menaggio, 26-28 September 2016

Title: *Die Rolle der Verwaltungskultur für eine effektive Implementierung des Unionsrechts*

Paper presented at the Conference: *"Convegno nazionale dell'Associazione Italiana dei Professori di Diritto Amministrativo (AIPDA)"* at University of Rome III, on the topic *"Antidoti alla cattiva amministrazione: una sfida per le riforme"*, Rome, 7-8 October 2016 -

Title: *Trasparenza e contrasto della corruzione nella pubblica amministrazione, fra realtà e falsi miti*

Paper presented at the Conference: *"Diritto europeo e diritto nazionale 25 anni dopo"*, on the occasion of the 25th anniversary of the *"Rivista italiana di diritto pubblico comunitario"*, at "Università degli Studi di Milan", Crociera Alta (of the Law School), Milan, 11 November 2016

Title: *L'attività e il procedimento*

Paper presented at the Conference: "DIGITEC 2016: Digital Future", Panel on "Open data and digitalisation for public administrations", organised by EU Parliament DG ITEC, in cooperation with the EU Commission. Square, Brussels, 29 November 2016

Title: *The role of ICT in the public sector. Digitisation of single Public Administrations or digitisation of single procedures?*

Chair and Introduction to the Conference: "Legal BIM. Modellazione Informativa e Nuovi Modelli Contrattuali", at "Università degli Studi di Milan", Milan, Napoleonic hall of Palazzo Greppi, 5 December 2016

2017

Organization, scientific coordination and Paper presented at the Seminar: "Shared Administration and Digitalization of National and EU Public Administration: Potential, Risks and Challenges of The "Digital Revolution" at "Università degli Studi di Milan", Milan, 13 January 2017

Discussant at the Workshop: "Il dibattito recente sulla valutazione della ricerca nelle scienze sociali, economiche e giuridiche alla luce del lavoro dei GEV 12, 13 e 14 nella recente VQR". A discussion of the semi-monographic edition of Politeia (2016, n. 123). Rome, headquarters of the Italian Agency for the Evaluation of Universities and Scientific Research, 24 January, 2017

Chair and Introduction to the Seminar "Giudici europei: Giudici costituzionali? Riflessioni sui nuovi volti della giustizia costituzionale", at "Università degli Studi di Milan", Biblioteca di Politeia, via Festa del Perdono 7. Milan, 3 May 2017.

Paper presented at the Conference: "Codice dei contratti: correttivo o consolidamento?", at "Università degli studi di Roma Tor Vergata", Aula Magna della Facoltà di Economia. Rome, 11 May 2017.

Title: *Il soccorso istruttorio prima e dopo il correttivo*

Coordinator and Paper presented at the Conference: 12. Tagung/12th Congress/12ème Congrès of *Societas Iuris Publici Europaei*, on the topic: "Das öffentliche Recht vor den Herausforderungen der Informations- und Kommunikationstechnologien jenseits des Datenschutzes - Information and Communication Technologies Challenging Public Law, Beyond Data Protection - Le droit public au défi des technologies de l'information et de la communication, au-delà de la protection des données", organised Under the High Patronage of the European Parliament at "Università degli Studi di Milan" Crociera Alta di Giurisprudenza, Via Festa del Perdono 7. Milan, 25-27 May 2017.

Title: *Information and Communication Technology and Public Administration: Through the Looking Glass*

Presentation of the book by Giacinto della Cananea "Due Process of Law beyond the State (Oxford University Press, 2016)", at "Università degli Studi di Firenze", Dipartimento di scienze giuridiche, Via delle Pandette, 33. Florence, 29 May 2017.

Organization, scientific coordination and Paper presented at the Seminar organised with Juan Gustavo Corvalan (Fiscal adjunto en lo contencioso administrativo y tributario of the City of Buenos Aires) on: "Internet e il governo elettronico; Intelligenza artificiale e algoritmi di controllo intelligenti", at "Università degli Studi di Milan", Facoltà di giurisprudenza, biblioteca della sezione di Diritto amministrativo - via Festa del Perdono 7. Milan, 9 June 2017.

Chair of the Panel on "Courts, the rule of law and Europe's changing administration", at ICON-S Annual Meeting on "Courts, Power, Public Law", University of Copenhagen, Copenhagen, 5-7 July, 2017.

Paper presented at the Conference: "IV Congreso Internacional del avance del Gobierno Abierto - II Congreso de Buen gobierno y transparencia de la Comunidad Valenciana", organised by Universidad de Valencia with Red Derecho TICs at Departamento de Derecho constitucional y Ciencia política y de la Administración of Universidad de Valencia, 6-7 September 2017.

Title: *Transparencia y buen gobierno. Evaluación y propuestas a partir de la experiencia en la Unión europea e Italia*

Paper presented at the Conference: "Summer Colloquium - Conflicts, Comparative Reasoning and Legal Transplants: Towards a Common Constitutional Law?", at: Law Faculty, University of Coimbra, Coimbra, 28 August – 2 September 2017

Title: *The counter-limits doctrine or the limits of the global constitutional polity*

Paper presented at the Conference: "Radici storiche e innovazione nel diritto amministrativo degli ultimi venti anni. Riflessioni sul pensiero scientifico di Nicola Bassi", at Dipartimento di Giurisprudenza dell'Università di Milan-Bicocca, Milan, 6 November 2017

Title: *Il diritto globale*

Paper (Conferencia Magistral) presented at the Conference: "Gobernanza Inteligente e Innovación Inclusiva", panel on "Gobernanza y tecnologías de la información y de la comunicación (TIC)", organised by Ministerio Público Fiscal de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires at Facultad de Derecho, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 22-24 November 2017

Title: *Digitalización y transparencia*

2018

Chair and Introduction to the Round Table in the context of the conference organised at the University of Milan, Faculty of Political, Economic and Social Sciences "E-Democracy e trasformazione digitale: sfide prospettive e competenze. Milan, Sala Lauree SPES, Via Conservatorio, 7 Via Conservatorio, 7 - 12 February 2018

Chair and Introduction to the Conference "La Brexit: andamento dei negoziati e impatto potenziale sulle pubbliche amministrazioni e professioni legali nell'Europa 27 e in Italia", organised in collaboration with the Information Office of the EU Parliament in Milan and with the Jean Monnet module "Understanding the European Public Administration: New Challenges" of Università degli Studi di Pavia at the Information Office of the EU Parliament in Milan, Palazzo delle Stelline, Corso Magenta n. 59. Milan, 27 March 2018.

Organization, scientific coordination and Paper presented at Conference "L'italiano alla prova dell'internazionalizzazione", organised at the University of Milan. Milan, Napoleonic hall of Palazzo Greppi, 4 April 2018.

Title: *La vicenda dei corsi "solo in inglese" al Politecnico di Milan, fra problematiche giuridiche e problematiche socio-economiche*

Paper presented at the Seminar: "*Trasparenza amministrativa e accesso alle informazioni*", in the context of the "Sassari Seminars on Administrative Law. Second cycle", organised at the Department of Law of the University of Sassari. Sassari, 20 April 2018

Title: *L'accesso civico generalizzato: luci ed ombre dell'istituto ad un anno dall'entrata in vigore del decreto FOIA*

Paper presented at the Conference: "*Verso la codificazione del procedimento amministrativo dell'unione europea? Le "Model Rules" di ReNEUAL*", organised by the Italian Council of State at Palazzo Spada – Pompey's Hall, P.zza Capo di Ferro 13, Roma. Roma, 7 May 2018

Title: *Le "Model Rules" e gli aspetti più innovativi della collaborazione fra amministrazioni: scambio dei dati e gestione delle banche dati*

Papers presented in the context of the Judicial Training on Administrative Law and Procedure, organised by *European Judicial Training Network - Réseau Européen de Formation Judiciaire* at National Institute of Magistracy (NIM), Bd. Regina Elisabeta, nr. 53, Bucharest, Romania. Bucharest, 14 May 2018.

Title of paper no. 1: *Basic Principles of Administrative Procedural Law as developed by the Jurisdiction of ECJ in comparison to the planned European Administrative Procedural Law*

Title of paper no. 2: *The principle of Autonomy of MS in National Judicial Procedure and the Principle of Effectiveness of Judicial Protection in ECJ case law*

Paper presented at the Conference: "*Information Sharing and European Agencies: Novel Frontiers*" organised by *European University Institute - Robert Schuman Centre for Advanced Studies*, Villa Schifanoia, Florence/Fiesole, 24 May 2018

Title: *Information Sharing and the Internal Market Information System (IMI): Empowering Administrative Cooperation at What Price?*

Introduction to the Seminar: "*Digitalizzazione della pubblica amministrazione: presentazione del progetto Prometea*" organised at the Regional Administrative Court of Lombardy, Via Filippo Corridoni 39. Milan, 30 May 2018

Organization, scientific coordination and Paper presented at the Conference: "*Digitalizzazione della pubblica amministrazione: problemi attuali e prospettive future - Digitalization of Public Administration: Current Problems and Future Prospects - Digitalización de la administración pública: problemas actuales y perspectivas*", organised at the University of Milan, Crociera Alta di Giurisprudenza, Via Festa del Perdono 7. Milan, 31 May 2018.

Title: *Digitalizzazione, Procedimento e Processo: potenzialità e rischi nel cammino verso la Pubblica Amministrazione 4.0*

Paper presented at the conference: "*Privacy and Governmental Forum on Transparency*", organised at the Université Paris-Dauphine, Paris, 25-26 June 2018

Title: *Public Administration in the Age of Database and Information Exchange Networks: Empowering Administrative Power or Just Better Serving the Citizens?*

Paper presented at the conference: "*Lingua, Diritto e Cultura*" organised by the Italian Zentrum of the Freie Universität Berlin, at the Freie Universität Berlin, Berlin, 10 July 2018

Title: *Esigenze di internazionalizzazione versus esigenze di protezione della lingua nazionale?*

Paper presented at the Ph.D.-School Seminar: "*L'informatizzazione dell'amministrazione per l'economia digitale: tra massimizzazione informativa, tutela dei diritti e problemi di efficienza*", Bologna, 21 September 2018

Title: *L'impatto della digitalizzazione dell'attività amministrativa e i nuovi modelli di rapporto PA-cittadino-Utente*

Introductory Paper to the Workshop «Nuove prospettive dell'amministrazione digitale: open data e algoritmi / Nouvelles perspectives de l'administration numérique: open data et algorithmes/ New Perspectives of Digital Administration: OpenData and Algorithms », presso l'aula Baratto, Università Cà Foscari, Venice, 12 October 2018

Title: *"Open-Data" e Azione Amministrativa - Relazione Introduttiva*

Organization and scientific coordination of the "1st Edition of the Seminars of the Ph.D. School in Public, International and European Union law. Big data and Public Law: New Challenges beyond Data Protection, 15-17 October 2018, Palazzo Feltrinelli, piazza Vittorio Veneto, Gargnano sul Garda

Short Lecture at the „8. Bonner Humboldt-Preisträger-Forum „Zwischen Handwerk und Bekenntnis, Empirie und Normativität: Selbstbestimmung der internationalen Rechtswissenschaft“. Hotel Bristol, Bonn, 17-21 ottobre 2018

Title: *Mehrsprachigkeit oder Einsprachigkeit in der Europäischen Union der Zukunft? Ein Plädoyer für die Aufrechterhaltung und Schutz der Mehrsprachigkeit in der Europäischen Union*

Paper presented at the at the Ph.D.-School Seminar: "*New Tendencies of Administrative Law*", Università degli Studi di Torino. Torino, Campus Luigi Einaudi, 5 November 2018

Title: *Digitalising Public Administration: problems and prospects*

Paper presented at the Seminar of the "Grupo de Investigación del Observatorio de la Evolución de las Instituciones"(OBSEI) at Universitat Pompeu Fabra of Barcelona. Barcelona, 28 November 2018

Title: *Digitalización y transparencia*

2019

Paper presented at the "*Workshop E-Democracy*", at the European University Institute (IUE) in Fiesole. Fiesole, 25 January 2019

Title: *Transparency, Openness and Citizens' Participation*

Paper presented at the Seminar: "*Administrative transparency and protection of the lives of others*" at Università degli Studi Roma Tre – Dipartimento di Giurisprudenza. Rome, 2 April 2019

Title: *La trasparenza amministrativa in Italia: luci e ombre*

Paper presented at the conference: "*Verfassungsentwicklungen im Vergleich. Italien 1947 – Deutschland 1949 – Spanien 1978*" at Akademie der Konrad-Adenauer-Stiftung. Berlin, 4-5 April 2019

Title: *Die Einwirkungen vom Europarecht auf die Italienische Verfassung*

Introduction to the „EJTN Administrative Law Training: Administrative Law Procedures in Europe", organised by European Judicial Training Network - Réseau

Européen de Formation Judiciaire at Institute de Formation Judiciaire (IFJ) de Bruxelles. Brussels 9-10 April 2019

Title: *Error of law and flawed administrative acts: the case of administrative procedural law (a comparative and EU law perspective)*

Chair and Introduction to the Conference: "*State and Administration faced with the ICT revolution: participation, rights and new actors*", at "Università degli Studi di Milano", Crociera Alta (of the Law School), Via Festa del Perdono 7. Milan, 7 May 2019.

Chair of the third session on "*Interoperability of databases and administrative function*" of the Conference: "*Public administration with Big Data*" organised at Università degli Studi di Torino, together with AIPDA. Turin, 20-21 May 2019.

Chair and Introduction to the Conference: "*Le trasformazioni del diritto europeo: un concetto ripensato e alla ricerca del diritto comparato*", organised at "Università degli Studi di Milano". Crociera Alta (of the Law Faculty), Via Festa del Perdono 7. Milan, 4 June 2019.

Paper presented at the conference: "*ReNEUAL 2.0 – Presenting and Discussing new ReNEUAL projects*", Freiburg University, Haus zur lieben Hand, Löwenstraße 16. Freiburg im. Br., 6-7 June 2019

Title: *Digitalized Public Administration in the EU (ReNEUAL working group 2.2)*

Paper presented at the conference: "*La codification de la procédure administrative non contentieuse de l'Union européenne*", at University of Toulouse 1, Capitole. Toulouse, 20-21 June 2019

Title: *Le projet ReNEUAL*

Paper presented at the Conference: "*Proportionality in Europe and Australia*", at Sydney Law School, Sydney (Australia), 8 August 2019

Title: *The principle of proportionality in Europe*

Paper presented at the Conference: "*The Era of Biotechnology: Ethics, Risks, and Limitations to Trade within the WTO Framework*", at School of Law, Macquarie University, Sydney (Australia), 24 September 2019

Title: *The Principle of Proportionality as a Legal Tool for Balancing Economic and Non-Economic Interests? A Comparative and EU Law Perspective*

Paper presented at the conference: "*Datos e inteligencia artificial en el sector público: la importancia de las garantías jurídicas - II Seminario Internacional Derecho Administrativo e Inteligencia Artificial (DAIA)*", organised by "Red Derecho TICs, Red de especialistas en Derecho de las Tecnologías de la Información y Comunicación" at "Universidad de Valencia" (ES). Valencia, 9-10 October 2019.

Title: *La discrecionalidad técnica y administrativa ante el uso de algoritmos e IA en el sector público*

Chair of the panel on "*Interoperabilità delle banche dati e funzione amministrativa*" del Convegno annuale della of the annual conference of the Association of Administrative Law Professors (AIPDA), on the general topic "*L'amministrazione pubblica con i Big Data*" at "Università degli Studi di Pisa". Pisa, 10-11 October 2019.

Paper presented in the context of the interdisciplinary doctoral seminars of the Physics and Law Ph.D.-Schools of the University of Padua on the topic "Big Data Law". At "Università degli Studi di Padova". Padova, 5 November 2019.

Title: *Trasparenza, Riservatezza, Big Data: Quo vadis Pubblica Amministrazione?*

Paper presented at the inaugural conference of the academic year 2019-2019 on "*Diritto alla riservatezza e principi di pubblicità e trasparenza: quale bilanciamento?*", organised by the Ph.D. in International and European Public Law and from the Master's degree course in "Administrations and public policies". Milan, Hall of graduations of the Faculty of Political Sciences, Via Conservatorio, 11 November 2019.

Title: *La sentenza 23 gennaio 2019, n. 20, della Corte costituzionale fra bilanciamento fra diritti e principio di proporzionalità: luci ed ombre.*

Chair of a Workshop in the context of the "*EJTN Administrative Law Training: Administrative Law Procedures in Europe*", organised by the European Judicial Training Network - Réseau Européen de Formation Judiciaire at TAR Lazio. Roma, 14-15 November 2019.

Paper presented at the conference: "*Whistleblowing e prevenzione dell'illegalità*", organised by Dipartimento di Scienze giuridiche G. Beccaria at "Università degli Studi di Milano". Milan, Napoleonic hall of Palazzo Greppi, Via Sant'Antonio 10, 18 November 2019.

Title: *La disciplina italiana del whistleblowing come strumento di prevenzione della corruzione e dell'illegalità nella pubblica amministrazione: luci ed ombre*

Paper presented at the conference: "*Itinerari della Giustizia amministrativa e del suo giudice. Per i 130 anni dall'istituzione della Quarta Sezione del Consiglio di Stato*". Roma, Palazzo Spada – Aula di Pompeo - Piazza Capo di Ferro, 20 November 2019.

Title: *Il principio di proporzionalità fra diritto nazionale e diritto europeo*

Chair and Introduction to the Conference: "*Poland's constitutional breakdown (and illiberal democracy). Discussing Wojciech Sadurski's book*", organised at "Università degli Studi di Milano". Crociera Alta (della Facoltà di Giurisprudenza), Via Festa del Perdono 7. Milan, 21 November 2019

Co-chair and Paper presented at the panel on: "*Sfide e opportunità dell'intelligenza artificiale nei processi decisionali delle amministrazioni pubbliche*", in the context of the "Second ICON-S Italia conference" on the topic "*Le nuove tecnologie e il futuro del diritto pubblico*", at "Università degli Studi di Firenze", 22-23 November 2019

Title: *I problemi della c.d. decisione algoritmica*

Paper presented at the "*Study meeting-seminar on Artificial Intelligence and modern Democracy*" organised by the European Parliament, Directorate-General for Innovation and Technological Support. Bruxelles, 3 December 2019.

Title: *Artificial Intelligence and Public Administration*

Paper presented at the conference: "*Funzione amministrativa e diritti delle persone con disabilità*", organised by "Università Federico II and Università di Cassino e del Lazio Meridionale" at classroom "Pessina" of the Department of Law of Federico II University, Corso Umberto I, Napoli, 6 December 2019.

Title: *Persone con disabilità e Diritto dell'Unione europea: l'evoluzione del quadro normativo di riferimento*

Chair and Introduction to the conference: "Working Methods of the European Parliament Administration in Multi-Actors World. Discussing Giancarlo Vilella's Book", at "Università degli Studi di Milano". Milan, Napoleonic hall of Palazzo Greppi, Via Sant'Antonio 10, 9 December 2019.

Paper presented at the conference: "*Mercato Unico Digitale, dati personali e diritti fondamentali*", organised at "Università degli Studi di Milano". Milan, Napoleonic hall of Palazzo Greppi, Via Sant'Antonio 10, 16 December 2019.

Title: *Cooperazione fra amministrazioni e scambio di dati nel contesto UE, anche nella prospettiva dell'adozione di decisioni amministrative c.d. automatizzate*

2020

Paper presented at the conference: "*L'indépendance des juges et le droit de l'Union européenne*" organised at "Ecole de droit de la Sorbonne", Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne ». Paris, Salle 6 – Centre Panthéon, 12 Place du Panthéon, 23 January 2020

Title: *L'indépendance des juges et le droit de l'Union européenne du point de vue de l'autonomie organisationnelle (et procédurale) des Etats membres*

Paper presented at the Webinar "*La sentenza della Corte costituzionale tedesca del 5 May 2020. Valore giuridico, significato politico, prospettive per la politica economica e monetaria dell'Unione europea*", organised by the Italian Association of European Union Law Scholars (AISDUE), 14 May 2020, Microsoft Teams Platform

Title: *Il ragionamento sulla proporzionalità: errori ed aporie*

Paper presented at the Webinar "*La sentenza del 5 May 2020 della seconda Camera del Tribunale costituzionale federale tedesco (e le sue conseguenze)*", organised by the Law Review "Federalismi", 26 May 2020, Zoom Platform

Title: *Gli errori nel ragionamento del BVerfG, fra politica e diritto*

Chair and Introduction to the Webinar "*Smart city, appalti & blockchain: per un'amministrazione tracciabile e sostenibile*", organised by CERIDAP and Università degli Studi di Milano in the Framework of "Milan Digital Week 2020", 27 May 2020, Google Meet Platform

Conclusive remarks to the Webinar "*Diritti e tecnologie per la ripartenza*", organised by Università degli Studi di Milano together with Comune di Milano in the Framework of "Milan Digital Week 2020", 29 May 2020, in live-streaming with Streamyard (<https://www.Milandigitalweek.com/diritti-e-tecnologie-per-la-ripartenza/>)

Speech delivered at the „EJTN Administrative Law Training: Administrative Law Procedures in Europe“, organised by the European Judicial Training Network - Réseau Européen de Formation Judiciaire. 29 June 2020, Zoom Platform

Inaugural Lecture (cátedra inaugural) of the "Universidad del Rosario de Bogotá" organised on 21 September 2020, in cooperation with Consejo de Estado de Colombia, live streaming (<https://www.urosario.edu.co/Eventos-UR/Facultad-de-Jurisprudencia/Juris-Talks-Digitalizacion-y-derecho-a-una-buena-a/>)

Title: *Digitalización y derecho a una buena administración: reflexiones a partir del ejemplo de Italia*

Paper presented at the Webinar: "*Academic Freedom under Pressure? New State and Social Challenges in a German-Italian Comparison*", organised by Università degli Studi di Milano and Deutsche Universität für Verwaltungswissenschaften Speyer. 24-25 September 2020, Zoom Platform

Title: *Academic freedom and the use of native languages (the Italian "English-only" saga and its downsides)*

Paper presented at the Webinar: "*I concetti giuridici elementari e le gradazioni*". Seminar for the presentation of the volumes: "Il diritto amministrativo nella evoluzione della scienza giuridica. Saggi e scritti scelti di Giampaolo Rossi", organised by Università degli Studi di Milano-Bicocca. 5 October 2020, Webex Platform

Conclusive Remarks to "*Panel III - Transparency and participation in the European multilevel administrative space*", in the context of the REALaw Forum for Young Scholars 2020, organised at Maastricht University. Maastricht 5-6 October 2020, Zoom Platform

Paper presented at the Webinar: "Quale spazio per l'intelligenza artificiale nel mondo del diritto?", organised by Associazione Alumni della Scuola Galileiana di Studi Superiori di Padova, on 8 October 2020, live streaming (<https://www.chiavidivolta.it/evento/giurisprudenza/>)

Title: *Intelligenza Artificiale e Pubblica Amministrazione*

Inaugural Lecture for the second edition of the "Posgrado Internacional Inteligencia Artificial y Derecho" organised by IALab, University of Buenos Aires. 15 October 2020, Zoom Platform

Title: *Inteligencia Artificial en la Administración Pública Italiana*

Paper presented at the Webinar: "VI Congreso Internacional Democracia y participación ciudadana - Panel 6 - Transparencia, democracia y mecanismos de participación ciudadana" organised by the University of Valencia (ES), 6-9 November 2020, Platform Blackboard Collaborate

Title: *La participación en el procedimiento administrativo en la época de la administración digital: problemas y perspectivas*

Paper presented at the Webinar: "Nuovi percorsi del Diritto Amministrativo", organised by Università degli Studi Mediterranea di Reggio Calabria, Università degli studi della Campania Luigi Vanvitelli and Università europea di Roma, 30 November 2020, Zoom Platform

Title: *Le fonti del diritto (amministrativo) fra passato, presente e futuro*

Speech delivered at the „EJTN Administrative Law Training: Administrative Law Procedures in Europe“, organised by the European Judicial Training Network - Réseau Européen de Formation Judiciaire. 9 December 2020, Video Conference Platform BigBlueButton (BBB)

Title: *The Principle of Procedural Autonomy of EU Member States and the impact of EU law on National Judicial and Non Judicial Procedure*

Chair of the fourth Session on Law no. 241/1990 in the era of digital administration of the Webinar "La legge 241/1990, trent'anni dopo", organised by the University of Milano as part of the PRIN 2017 "Administrative reforms: policies, legal issues and results", on 11 and 12 December 2020, Microsoft Teams Platform

Discussant at Atelier 4 on "Citizen and social issues: towards a true citizenship" of the V International Congress of the Italospagnolo Seminar entitled "Europa, società aperta", organised by the University of Milan on 14 and 15 December 2010, Microsoft Teams platform

Organization and conclusions to the second panel of the Conference on "La Pandemia da COVID-19: la risposta del diritto pubblico", organised by CERIDAP (<https://ceridap.eu>), University of Milan and Milan Bar Association on 21 December 2020, Microsoft Teams Platform

2021

Paper presented at the Webinar: "Il nucleo comune dei diritti amministrativi in Europa". Presentation of the book of G. Della Cananea (Naples, 2019). 11 January 2021, Microsoft Teams Platform

Paper presented at the Webinar organised by the National School of Public Administration (SNA) and the International Institute of Administrative Sciences - Italian Section (IISA) on "Ripensare la Pubblica Amministrazione. Session 10 - Digitalizzare la P.A". 27 January 2021, Microsoft Teams Platform
Title: Digitalizzazione e procedimento amministrativo

Chair and introduction to the Webinar "E-democracy. Conditions, possibilities and limits" organised by CERIDAP (<https://ceridap.eu>), ICONA and University of Milan, Faculty of Political, Economic and Social Sciences on March 19, 2021, online on Microsoft Teams Platform

Speech delivered at the Webinar "La digitalizzazione della P.A. durante e oltre l'emergenza da Covid-19", organised by CERIDAP (<https://ceridap.eu>), City of Milan (General Secretariat) and University of Milan in the context of the "Milan Digital Week 2021", 19 March 2021, Google Meet Platform

Organisation and Chair of the Webinar on "The European Parliament Administration facing the challenge of eDemocracy" organised by CERIDAP (<https://ceridap.eu>) and Università degli Studi di Milano, LL.M. in Law and Sustainable Development, March 22, 2021, Microsoft Teams Platform

Paper presented at the Webinar "L'Amministrazione nella Rete" organised by the School of Specialization in Studies on Public Administration (SPISA) - Research Laboratory Alma Mater Studiorum - University of Bologna within the "Public administration testing innovation" seminars, March 23, 2021, Microsoft Teams Platform
Title: Digitalizzazione e diritto a una buona amministrazione

Organization, Chair and Introduction to the Webinar "L'ordinamento della sanità" organized by CERIDAP (<https://ceridap.eu>), CesDirSan and the Phd in Public, International and EU Law, May 5, 2021, Microsoft Teams Platform

Paper presented at the Webinar "The digital transition in public administration", organized by the Italian Association of Professors of Administrative Law (AIPDA), May 28, 2021, online on Platform Zoom
Title: I problemi legati all'interoperabilità di banche dati e servizi pubblici digitali e la digitalizzazione del procedimento amministrativo

Organization, Chair and Introduction to the Webinar "Legal Services and Digital Infrastructures" organized by CERIDAP and in the context of the High Qualification Seminars of the Phd School in Public International and EU Law, June 11, 2021, Microsoft Teams Platform

Organization, Chair and Introduction to the "3rd Seminar of the PhD School in Public, International and European Union law of the Università degli Studi di Milano: Digitalization and Mobility: How Technology Affects Flows Of People, Services And Goods", June 21, 2021, Microsoft Teams Platform